



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DINÂMICAS TERRITORIAIS E VETORES TÉCNICOS
NA ZONA COSTEIRA DO ESTADO DO PARÁ: UMA GEOGRAFIA DA
SUBSUNÇÃO E DAS EXTERIORIDADES: UMA GEOGRAFIA DAS ÁGUAS

DANIEL ARAÚJO SOMBRA SOARES

Belém-PA

2021

DANIEL ARAÚJO SOMBRA SOARES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DINÂMICAS TERRITORIAIS E VETORES TÉCNICOS
NA ZONA COSTEIRA DO ESTADO DO PARÁ: UMA GEOGRAFIA DA
SUBSUNÇÃO E DAS EXTERIORIDADES: UMA GEOGRAFIA DAS ÁGUAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Belém-PA

2021

DANIEL ARAÚJO SOMBRA SOARES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DINÂMICAS TERRITORIAIS E VETORES TÉCNICOS
NA ZONA COSTEIRA DO ESTADO DO PARÁ: UMA GEOGRAFIA DA
SUBSUNÇÃO E DAS EXTERIORIDADES: UMA GEOGRAFIA DAS ÁGUAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Banca Examinadora:

- Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha (Orientador – PPGeo/Universidade Federal do Pará)
- Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Avaliador Interno – PPGeo/Universidade Federal do Pará)
- Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva (Avaliador Interno – PPGeo/Universidade Federal do Pará)
- Prof. Dr. Giovane da Silva Mota (Avaliador Externo – IFCH/Universidade Federal do Pará)
- Prof. Dr. Ruy Moreira (Avaliador Externo – IG/Universidade Federal Fluminense)
- Prof. Dr. Tulio Barbosa (Avaliador Externo – IG/Universidade Federal de Uberlândia)

Belém-PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S693p Sombra Soares, Daniel Araújo.
 Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na
 Zona Costeira do estado do Pará : uma geografia da subsunção e
 das exterioridades: uma geografia das águas / Daniel Araújo
 Sombra Soares. — 2021.
 405 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
 Geografia, Belém, 2021.

 1. Zona Costeira Paraense. 2. Espaço. 3. Trabalho. 4.
 Subsusão. 5. Exterioridades. I. Título.

CDD 910.133

**ATA DO EXAME DE DEFESA PÚBLICA DE
DOUTORADO
DISCENTE: DANIEL ARAUJO SOMBRA
SOARES
PPGEO, 1º DE JULHO DE 2021**

1 Às quatorze horas do dia primeiro de julho de 2021, via online, foi instalada a banca de Defesa Pública
2 de Doutorado em Geografia para julgamento do trabalho desenvolvido pelo discente **DANIEL**
3 **ARAUJO SOMBRA SOARES**, matriculado sob o número 201715580007 no Programa de Pós-
4 Graduação em Geografia da UFPA, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
5 Universidade Federal do Pará (UFPA). O professor Dr. Gilberto de Miranda Rocha (PPGEO/UFPA),
6 orientador e presidente da banca examinadora, abriu a sessão apresentando os convidados, os
7 professores: Dr. Ruy Moreira (UFF-RJ), examinador externo; Dr. Túlio Barbosa (UFU-MG),
8 examinador externo; Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva (PPGEO/UFPA), examinador interno; Dr.
9 Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP/PPGEO - UFPA), examinador interno; Dr. Giovane da
10 Silva Mota (FGC-UFPA), examinador externo. Após arguição e avaliação do trabalho apresentado,
11 relativo ao projeto intitulado: **“PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DINÂMICAS TERRITORIAIS E**
12 **VETORES TÉCNICOS NA ZONA COSTEIRA DO ESTADO DO PARÁ: UMA GEOGRAFIA**
13 **DA SUBSUNÇÃO E DAS EXTERIORIDADES: UMA GEOGRAFIA DAS ÁGUAS”**, os
14 examinadores decidiram pela **APROVAÇÃO**, com louvor e distinção. A banca avaliadora recomenda
15 que o trabalho seja indicado para concorrer ao Prêmio CAPES. Nada mais havendo a tratar, foi
16 encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelos examinadores presentes ao ato.
17



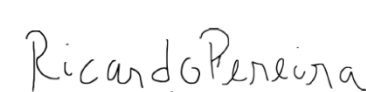
18
19 Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha -PPGEO/UFPA
20 Presidente da banca
21



30
31 Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva -
32 PPGEO/UFPA
33 Examinador interno
34



22
23 Prof. Dr. Ruy Moreira - UFF-RJ
24 Examinador externo
25

35
36 
37 Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima -
38 PPGEO/UFPA/UNIFAP
39 Examinador interno



26
27 Prof. Dr. Túlio Barbosa - UFU-MG
28 Examinador externo
29



40
41 Prof. Dr. Giovane da Silva Mota – FGC/UFPA
42 Examinador externo

*Dedico esse trabalho ao grande amigo
Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes (in memoriam).*

No tratamento psicanalítico, aprendemos a identificar nossos desejos: quero mesma essa coisa que quero? Vejamos o caso clássico do marido que se envolve numa apaixonada relação extraconjugal e sonha o tempo todo com o momento em que a esposa desaparecerá (morrerá, pedirá divórcio ou seja o que for) para então poder viver por inteiro com a amante; quando isso finalmente acontece, seu mundo desmorona, porque ele descobre que também não quer a amante. Como diz o velho ditado: pior do que não conseguir o que se quer é conseguir. Os acadêmicos estão perto de um desses momentos de verdade: eles queriam mudanças reais? Pois tomem! Em 1937, em *O Caminho para Wigan Pier*, George Orwell caracterizou com perfeição essa atitude ressaltando “o importante fato de que toda opinião revolucionária tira parte de sua força da convicção secreta de que nada pode ser mudado”; os radicais invocam a necessidade de mudança revolucionária como uma espécie de sinal supersticioso que leva ao seu oposto, impedir que a mudança ocorra de fato. Quando a revolução ocorre, deve ser a uma distância segura: Cuba, Nicarágua, Venezuela... de modo que embora meu coração se anime ao pensar nesses eventos longínquos, eu possa dar continuidade à minha carreira acadêmica (ZIZEK, 2011, p. 7-8, grifos do autor).

My inquiry led me to the conclusion that neither legal relations nor political forms could be comprehended whether by themselves or on the basis of a so-called general development of the human mind, but that on the contrary, they originate in the material conditions of life, the totality of which Hegel, following the example of English and French thinkers of the eighteenth century, embraces within the term “civil society”; that the anatomy of this civil society, however, was the sought in the political economy. The study of this, which I began in Paris, I continued in Brussels, where I found owing to an expulsion in order issued by Mr. Guizot. The general conclusion at which I arrived and which, once reached, became the guiding principle of my studies can be summarized as follows. In the social production of their existence, men inevitably enter into definite relations, which are independent of their will, namely relations of production appropriate to a given stage in the development of their material forces of production. The totality of these relations of production constitutes the economic structure of society, the real foundation, on which arises a legal and political superstructure and to which correspond definite forms of social consciousness. The mode of production of material life conditions the general process of social, political and intellectual life. It is not the consciousness of men that determines their existence, but their social existence that determines their consciousness. At a certain stage of development, the material productive forces of society come into conflict with the existing relations of production or – this merely express the same thing in legal terms – with the property relations within the framework of which they have operated hitherto. From forms of development of the productive forces these relations turn into their fetters. Then begins an era of social revolution (MARX, 1984, p. 20-21, grifo do autor).

“Mas o senhor é um visionário, doutor! Não vê que os generais e os príncipes são os detentores dos exércitos e das armas com que se fazem as guerras, do poder de convocar-me para o serviço militar, de destruir as minhas colheitas, o meu laboratório, o meu gabinete de trabalho?” És convocado para servir o exército e as tuas colheitas e fábricas são destruídas porque berras “Viva!” enquanto lá andas, e tudo o que te pertence é feito em estilha. Os teus heróis de armadura reluzente não teriam soldados, nem armas se claramente assumisses o facto [sic] de que mais importam tuas colheitas e a produção de tuas fábricas, e que nem campos nem fábricas existem para serem destruídos – coisa que os teus militares e heróis desconhecem, porque nunca trabalharam nos campos, nas fábricas ou em laboratórios, e crêem [sic] que o teu trabalho se processa apenas para servir a honra da pátria alemã ou proletária e não para alimentar e vestir os teus filhos (REICH, 1977, p. 102-103, grifos do autor).

AGRADECIMENTOS

Esta Tese de Doutorado em Geografia foi defendida no dia 01/07/2021. Nesta data, o Brasil ultrapassou a lastimável marca de 524 mil mortos alcançados durante a pandemia da COVID-19, chegando ao inacreditável percentual de 13,17% de todas as mortes globais provocadas pela doença, a despeito de possuir apenas 2% da população mundial.

É provável, ainda assim, que o número real seja maior, pois entre os 110 países monitorados pela OMS em termos de testes por habitantes, o Brasil se encontra na 81ª posição, com apenas 78 testes a cada 100 mil habitantes. Salta aos olhos que para além de um fenômeno da natureza, a incompetência do governo que no momento comanda esta nação. Governo que chegou ao poder na esteira de uma interrupção institucional forjada da última presidenta eleita democraticamente, bem como uma intervenção judicial-midiática nas últimas eleições, as quais podem ser consideradas fraudadas, na medida em que o principal candidato foi eliminado por vias ilegais, de acordo com o Supremo Tribunal Federal.

Diante de tamanha tragédia, mais do que provocada pela natureza, e pela biologia de um vírus, uma tragédia política da sociedade brasileira, fica difícil aludir ao término desta tese em tons festivos. O país está enlutado, diante de tantas perdas, e a única coisa digna que se pode desejar é que o luto alimente e der lugar à luta. A luta pelos direitos sociais estabelecidos e consagrados na Constituição Federal de 1988. A luta pelo fim dos ataques aos direitos dos trabalhadores, dos pobres, das minorias. A luta pela retomada do investimento público em saúde, educação, ciência e tecnologia.

O autor desta Tese de Doutorado em Geografia é um filho do serviço público deste país. O mesmo serviço público que tem salvado vidas. Que produz as vacinas. Que produz as medidas que mitigam o caos que as elites nacionais, com apoio soberbo das classes médias, enfiaram esta sociedade inteira.

Os agradecimentos se fazem necessários, porém, não apenas para manter o rito, mas também para reconhecer publicamente, o esforço de toda uma sociedade, com seu trabalho coletivo, na forma de serviços oferecidos de estudos e ciência, para que essa trajetória geográfica pudesse se cumprir.

Doravante, e, provavelmente, pela única vez neste documento, expresso em primeira pessoa do singular:

Meus agradecimentos à minha família pela formação enquanto ser humano, dos valores éticos e morais básicos, ligados à empatia e ao importa-se com o outro; além da base material fornecida durante pouco mais de duas décadas, as quais me possibilitaram alcançar os objetivos que tracei.

Meus agradecimentos aos meus professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, que, fazendo com brio o seu dever, souberam despertar a curiosidade e o amor pelo saber, e solidificar as noções fundamentais de aprendizagem das chamadas ciências de base. Estendo também os agradecimentos aos meus professores nos cursos extracurriculares de música, espanhol e inglês, que tive ao longo da vida.

Meus agradecimentos aos meus professores do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Pará, pela experiência revolucionária de não apenas ganhar uma formação, mas um novo olhar de mundo. Estendo os agradecimentos aos meus professores do Curso de Licenciatura Plena em Matemática da Universidade do Estado do Pará, o qual não concluí, mas cujas aulas, e olhares, ajudaram a construir o momento transformador (e revelador) do ser social que foi o período de graduação como um todo. Igualmente aos professores da Michigan State University, que ajudaram a ampliar meu olhar de mundo, durante o período de graduação sanduíche no curso de Geografia, possibilitado pelo programa da CAPES.

Meus agradecimentos aos profissionais do Instituto de Terras do Pará, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Secretaria do Patrimônio da União, da Secretaria de Estado de Educação do Pará, e, na Universidade Federal do Pará, da Escola de Aplicação, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, e do então Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, pelas experiências de estágios, bolsas de pesquisa, bolsas de ensino, bolsas de extensão e monitorias, que constituíram os momentos iniciais de atuação profissional, como professor, como técnico e como pesquisador.

Meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, onde cursei o Mestrado em Geografia, além dos profissionais da Michigan State University, Michigan Technological University e demais pesquisadores do projeto PIRE, no qual tive minha primeira experiência de consultoria internacional de pesquisa. Igualmente meus agradecimentos aos professores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Terra Alta, por onde trabalhei durante a fase final do mestrado.

Meus agradecimentos aos professores e técnicos do Núcleo de Meio Ambiente, casa onde trabalho desde 2016, e sem a parceria com os grupos de pesquisa da casa, e a compreensão, respeito e carinho dos colegas para conosco, teria sido mesmo impossível a realização desta Tese de Doutorado em pleno estágio probatório.

Meus agradecimentos aos professores e técnicos do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, onde trabalhei entre 2017 e 2018, e aos professores e técnicos das escolas Cruzeiro do Sul e Profª Odete Marvão, da Secretaria de Estado de Educação, onde trabalho igualmente, desde 2019. Também sem a parceria e compreensão, a Tese não teria sido possível.

Agradeço a esse conjunto de instituições, e ao citar as instituições, incluo as pessoas a quem tive acesso, a quem fiz de amigos, companheiros de trabalho, companheiros das mais diversas relações, solidários de projeto, de um olhar particular de um mundo solidário, no seu âmbito. Sem as pessoas, aliás, as instituições nada são.

Agradeço aos amigos, os amigos de todas as horas, os que fiz ao longo da vida, que me acolheram como seu amigo, por tudo, pela aprendizagem, e por ajudar a dar sentido à própria vida que se vive. Em especial, aos amigos das quintas geográficas, que são, ao fim e ao cabo, coautores dessa trajetória. Perdoem-me, a não citação direta dos nomes. Fossem citados pessoa por pessoa, sinceramente, os riscos de esquecimentos fatais e injustiças seriam grandes, e mais que isso, não bastariam duas ou dez páginas...

Agradeço, por fim, aos trabalhadores do mundo. Depauperados. Desumanizados. Coisificados. Estes tantos que abrem as portas, recebem-nos nas recepções, plantam os alimentos, preparam a comida, limpam as louças, e casas, e ruas. Os trabalhadores do mundo que sobem as construções como se fossem máquinas, e se acabam no chão feito pacotes flácidos, atrapalhando apenas o sábado, pois sua vida foi reduzida a mero adendo da reprodução das relações de produção capitalistas.

A esses trabalhadores, que não estão longe, ao contrário, perto de nós, às vezes em nossa casa, que muitas vezes nunca ouvem um “muito obrigado”, o meu particular “muito obrigado” por tudo. E não somente. Fica também o ensejo, e o desejo. Se parece anacrônico, dir-lhes-ia que a luta pela liberdade e pela emancipação humana jamais será anacrônica ou extemporânea. E, por isso, uma vez mais, e sempre:

TRABALHADORES DO MUNDO, UNI-VOS!

RESUMO

Esta Tese de Doutorado em Geografia versa sobre a Zona Costeira Paraense como um recorte espacial que sintetiza as particularidades amazônicas, e simultaneamente, ilustra com clareza os elementos constitutivos e estruturantes da formação espacial brasileira. A investigação objetiva compreender a importância da propriedade da terra (em sentido amplo, envolvendo os recursos hídricos, em suas múltiplas dimensões, sendo assim, propriedade das terras e das águas), para a reprodução das elites locais enquanto agentes hegemônicos, no controle da produção do espaço, do ordenamento territorial e na regulação das formas e do valor do trabalho. Enxerga-se nas “atividades compensatórias” um fundamento da reprodução da subsunção formal que caracterizou o pacto horizontal interoligárquico fundante da formação espacial brasileira, que estrutura o Estado nacional brasileiro, após a superação das formações espaciais particulares herdadas da colonização. Defende a análise das estruturas espaciais, das dinâmicas territoriais e, particularmente, da mudança dos vetores de desenvolvimento da Zona Costeira Paraense como ferramentas para compreender a passagem histórica da subsunção formal para a subsunção real na formação espacial brasileira (a qual, no caso amazônico, se deu na forma truculenta da imposição dos “Grandes Projetos”), com a produção de contraespaços que materializam e espacializam as exterioridades do capital.

Palavras-chave: Zona Costeira Paraense; espaço; território; trabalho; subsunção; exterioridades.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis in Geography is a study case about the Brazilian State of Pará's Coastal Zone as a spatial outline that synthesizes Amazonian particularities, and at the same time, clearly illustrates the constitutive and structuring Brazilian space formation elements. The investigation aims to understand the importance of land ownership (in a broad sense, involving water resources, in its multiple dimensions, thus being the property of land and water), for the reproduction of local elites as hegemonic agents, in the control of production of space, territorial ordering and in the regulation of forms and the value of labor. In the "compensatory activities", we see a formal subsumption reproduction foundation that characterized the horizontal pact between local oligarchies that founded Brazilian space formation, which structures the Brazilian national state, after overcoming the particular spatial formations inherited from colonization. It defends the analysis of spatial structures, territorial dynamics and, particularly, the change in the development vectors of the State of Pará's Coastal Zone as tools to understand the historical transition from formal to real subsumption in Brazilian space formation (which, in the Amazonian case, took place in the truculent form of the "Great Projects" imposition), with the production of counter spaces that materialize and spatialize the externalities of capital.

Keywords: State of Pará's Coastal Zone; space; territory; labor; subsumption; exteriorities.

RESUMEN

Esta Tesis Doctoral en Geografía trata de la Zona Costera del estado de Pará (en la Amazonía brasileña) como un esquema espacial que sintetiza las particularidades amazónicas y, al mismo tiempo, ilustra claramente los elementos constitutivos y estructurantes de la formación espacial brasileña. La investigación tiene como objetivo comprender la importancia de la propiedad de la tierra (en un sentido amplio, involucrando los recursos hídricos, en sus múltiples dimensiones, siendo así propiedad de la tierra y el agua), para la reproducción de las élites locales como agentes hegemónicos, en el control de la producción, del espacio, el ordenamiento territorial y en la regulación de las formas y el valor del trabajo. En las “actividades compensatorias” vemos un fundamento para la reproducción de la subsunción formal que caracterizó el pacto interoligárquico horizontal que fundó la formación espacial brasileña, que estructura el estado nacional brasileño, luego de superar las formaciones espaciales particulares heredadas de la colonización. Defiende el análisis de las estructuras espaciales, las dinámicas territoriales y, en particular, el cambio en los vectores de desarrollo de la Zona Costera Paraense como herramientas para entender la transición histórica de la subsunción formal a la real en la formación espacial brasileña (que, en el caso de la Amazonia, tuvo lugar en la forma truculenta de la imposición de los “Grandes Proyectos”), con la producción de contraespacios que materializan y espacializan las externalidades del capital.

Keywords: Zona Costera Paraense; espacio; territorio; trabaja; subsunción; exterioridades.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Zona Costeira no estado do Pará, com os territórios marítimos do Mar Territorial e da Zona Contígua	42
Figura 2: Mapa dos Setores da Zona Costeira Paraense, segundo a PEGC/PA	45
Figura 3: Mapa dos municípios que compõem a Zona Costeira Paraense.	48
Figura 4: Mapa da Zona Costeira Paraense e do entorno.....	51
Figura 5: Mapa das Unidades de Paisagem da Zona Costeira Paraense no seu trecho continental	54
Figura 6: Determinações abstratas e relações essenciais dos modos de produção.....	75
Figura 7: Relações entre Totalidade e Exterioridade	102
Figura 8: Mapa da diversidade biogeográfica do Bioma Amazônico e da Bacia Hidrográfica Amazônica.....	149
Figura 9: Mapa dos Comandos Militares que controlavam os “Corpos de Trabalhadores” no Grão-Pará.....	181
Figura 10: Mapa de localização das províncias que realizaram as “Revoltas Regenciais”.....	184
Figura 11: Mapa das primeiras rotas de navegação a vapor na Amazônia, através da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871).....	204
Figura 12: Mapa das Principais Dinâmicas Espaços-Temporais da Zona Costeira Paraense	211
Figura 13: Mapa da Diversidade das arenas locais de relações de produção do espaço colonial amazônico	219
Figura 14: Mapa do Circuito Espacial da Produção (extração) da borracha, e suas três grandes fases de expansão.....	221
Figura 15: Mapa dos usos do território na Zona Costeira Paraense	252
Figura 16: Expansão do modal rodoviário pela Zona Costeira Paraense	281
Figura 17: Mapa do sistema portuário da Zona Costeira Paraense	284
Figura 18: Mapa dos cultivos agrícolas predominantes na Zona Costeira Paraense.....	289
Figura 19: Mapa com as áreas de predominância da pecuária na Zona Costeira Paraense.....	294
Figura 20: Mapa das propriedades fundiárias por tipologia da Zona Costeira Paraense.	300
Figura 21: Mapa da área de atuação da pesca industrial na Zona Costeira Paraense.....	304
Figura 22: Mapa com os domicílios de uso ocasional (segunda residência) na Zona Costeira Paraense.	308
Figura 23: Mapa das áreas urbanas na Zona Costeira Paraense.....	313
Figura 24: Mapa dos aglomerados subnormais na Zona Costeira Paraense.	316
Figura 25: Mapa da mineração na Zona Costeira Paraense.	318
Figura 26: Mapa das Unidades de Conservação na Zona Costeira Paraense.	325
Figura 27: Mapa dos assentamentos por tipologia na Zona Costeira Paraense.....	328
Figura 28: Mapa dos minifúndios, pequenas propriedades e assentamentos tradicionais da Zona Costeira Paraense.	332
Figura 29: Mapa das Terras Indígenas (TI) e Territórios Quilombolas (TQ) da Zona Costeira Paraense.	336
Figura 30: Mapa de uma proposição preliminar de interpretação do processo de subsunção (totalização) no espaço geográfico da Zona Costeira Paraense.....	339
Figura 31: Mapa de uma proposição preliminar de identificação dos contraespaços na Zona Costeira Paraense.....	347

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Movimentação anual de passageiros nas 10 principais linhas estaduais do Pará (2017)	286
Tabela 2: Movimentação anual de cargas nas 10 principais linhas estaduais do Pará (2017)	287
Tabela 3: Unidade do Módulo Fiscal (em ha) nos municípios da Zona Costeira e entorno	298
Tabela 4: Municípios paraenses com maior presença de domicílios de uso ocasional em 2000 e 2010	307

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Polos e campos do método científico em ciências sociais	62
Quadro 2: Mediações de primeira ordem entre sociedade e natureza	67
Quadro 3: Dimensões do mundo da pseudoconcreticidade.....	71
Quadro 4: Matriz de dimensões do conceito de espaço	84
Quadro 5: Níveis de profundidade (da essência ao fenômeno) da subsunção.....	92
Quadro 6: Macroformas diferenciais das formas espaciais do Grão-Pará e do Brasil Atlântico	170

LISTA DE SIGLAS

ABC – Grupo de Estudos Amazônia, Bacias e Cidades

ANA – Agência Nacional de Águas

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

BATER – Base Territorial Estatística de Áreas de Risco

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CCSE – Centro de Ciências Sociais e Educação

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia

COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CUEM – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

DETER – Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMATER/PA – Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado do Pará

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESEC – Estação Ecológica

EUA – Estados Unidos da América

FES – Formação Econômica e Social

FLONA – Floresta Nacional

FLOTA – Floresta Estadual

GAAGPAM – Grupo de Pesquisa Avaliação Ambiental de Grandes Projetos na Amazônia

GEDAF – Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia

GEOCAM – Grupo de Estudos e Observação Cartográfica da Amazônia

GERCO – Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro

GESTAM-LAB – Laboratório de Gestão do Território e Meio Ambiente

GPAC-Amazônia – Grupo Aproveitamento de Água da Chuva na Amazônia, Saneamento e Meio Ambiente

GPSA-Amazônias – Grupo de Pesquisa Sociedades e Ambientes das Amazônias

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEFLOR-bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHP – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões Planetárias

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

LAEM – Laboratório de Estudos Municipais para o Ordenamento do Território

LARC – Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica

LEMAC – Laboratório de Educação, Meio Ambiente e Cultura

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MN – Monumento Natural

MT – Mar Territorial

MT – Ministério dos Transportes

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PARNA – Parque Nacional

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PEAS – Projeto de Assentamento Estadual

PEAEX – Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista

PEGC/PA – Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará

PEMA/PA – Política Estadual de Meio Ambiente do Pará

PERH/PA – Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará

PES – Parque Estadual

PIB – Produto Interno Bruto

PIB PPC – Produto Interno Bruto por Paridade do Poder de Compra

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

PNRM – Política Nacional de Recursos do Mar

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSB – Política Nacional de Saneamento Básico

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores

PU – Plano de Uso

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

REFAU – Reserva de Fauna

RESEX – Reserva Extrativista

REVIS – Refúgio da Vida Silvestre

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMB – Região Metropolitana de Belém

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEDOP/PA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará

SEDUC/PA – Secretaria de Estado de Educação do Pará

SEMAS/PA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

SINPESCA – Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca do Estado do Pará.

SNAPP – Serviço de Administração e Navegação dos Portos do Pará

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SNV – Sistema Nacional de Viação

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STF – Supremo Tribunal Federal

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

TI – Terra Indígena

TQ – Território Quilombola

UC – Unidade de Conservação

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VTE – Vetor Técnico Ecológico

VTN – Valor da Terra Nua

VTI – Vetor Técnico Industrial

ZC – Zona Contígua

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1 – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	31
1.1 – Problemática da Tese de Doutorado em Geografia.....	31
1.2 – Justificativa da Tese de Doutorado em Geografia.....	59
1.3 – Objetivos da Tese de Doutorado em Geografia	61
1.4 – Hipóteses da Tese de Doutorado em Geografia	61
1.5 – Procedimentos metodológicos da Tese de Doutorado em Geografia.....	62
1.6 – Referencial teórico da Tese de Doutorado em Geografia	81
1.6.1 – Subsunção do trabalho ao capital	87
1.6.2 – Capital e trabalho: exterioridade, alteridade, contraespaços e territórios alternativos	98
1.6.3 – Modo de Produção e Formação Espacial	110
1.6.4 – Fronteira, frentes e vetores técnicos	120
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO BRASILEIRO E O CASO DA FRONTEIRA NORTE: DO GRÃO-PARÁ À AMAZÔNIA	132
2.1 – A nascente geografia do espaço mundial e a gênese do espaço geográfico brasileiro	133
2.2 – O espaço geográfico produzido pelas civilizações originais	139
2.3 – A formação do espaço geográfico e a organização da força de trabalho	151
2.4 – As políticas territoriais do Brasil: regulação da propriedade da terra	158
2.5 – Espaço, território e trabalho na formação espacial do Grão-Pará	161
2.6 – A destruição da formação espacial do Grão-Pará e a gênese da formação espacial brasileira.....	177
CAPÍTULO 3 – DINÂMICAS ESPAÇO-TEMPORAIS E ORDENAMENTO TERRITORIAL DA ZONA COSTEIRA PARAENSE: FUNÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA	190
3.1 – Áreas de fronteira, terrenos de marinha e terrenos marginais	190
3.2 – Periodização da produção do espaço na Zona Costeira Paraense	197
3.3 – Elites locais e controle do trabalho na Zona Costeira Paraense	215
3.4 – Atividades compensatórias sem um ciclo hegemônico na Zona Costeira.....	228
3.4 – Estruturas espaciais herdadas na Zona Costeira Paraense.....	247
3.5 – A negação da geografia da subsunção formal como projeto de Estado	253
CAPÍTULO 4 – VETORES TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO NA ZONA COSTEIRA PARAENSE.....	267
4.1 – Lutas sociais e ação local: reforma agrária e proteção ambiental	267
4.2 – Os vetores técnicos industriais	276
4.2.1 – O sistema rodoviário	279
4.2.2 – O sistema portuário	282
4.2.3 – As monoculturas.....	287

4.2.4 – A pecuária	293
4.2.5 – Os latifúndios e as empresas agropecuárias	296
4.2.6 – A pesca industrial	302
4.2.7 – O turismo e os domicílios de uso ocasional	306
4.2.8 – A urbanização e a periferização	311
4.2.9 – A mineração	317
4.3 – Os vetores técnicos ecológicos.....	321
4.3.1 – As unidades de conservação de uso sustentável.....	324
4.3.2 – Os projetos de assentamento agroextrativista.....	327
4.3.3 – Os assentamentos e minifúndios da agricultura familiar.....	331
4.3.4 – Os territórios quilombolas e terras indígenas	335
4.4 – A subsunção do trabalho ao capital na Zona Costeira Paraense	338
4.4.1 – A geografia da subsunção formal	341
4.4.2 – A geografia da subsunção real.....	342
4.5 – Os contraespaços na Zona Costeira Paraense.....	344
4.5.1 – Os contraespaços de anterioridade histórica.....	348
4.5.2 – Os contraespaços da essência capitalista.....	349
4.5.3 – Os contraespaços da pobreza absoluta	349
CONCLUSÃO	352
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	361

Esse mundo é de orvalho
 É só orvalho
 E, no entanto, no entanto...
 (KOBAYASHI ISSA (1763-1828), poeta japonês, *apud* O LIVRO DOS HAIKAIS, 1980).

ENOUGH WORDS?
 How does a part of the world leave the world?
 How can wetness leave water?
 Don't try to put out a fire
 by throwing on more fire!
 Don't wash a wound with blood!
 No matter how fast you run,
 your shadow more than keeps up.
 Sometimes, it's in front!
 Only full, overhead sun
 diminishes your shadow.
 But that shadow has been serving you!
 What hurts you, blesses you.
 Darkness is your candle.
 Your boundaries are your quest.
 I can explain this, but it would break
 the glass cover on your heart,
 and there's no fixing that.
 You must have shadow and light source both.
 Listen, and lay your head under the tree of awe.
 When from that tree, feathers and wings sprout
 on you, be quieter than a dove.
 Don't open your mouth for even a *cooooooooo*.
 When a frog slips into the water, the snake
 cannot get it. Then the frog climbs back out
 and croaks, and the snake moves toward him again.
 Even if the frog learned to hiss, still the snake
 would hear through the hiss the information
 he needed, the frog voice underneath.
 But if the frog could be completely silent,
 then the snake would go back to sleeping,
 and the frog could reach the barley.
 The soul lives there in the silent breath.
 And that grain of barley is such that,
 when you put it in the ground,
 it grows.
 Are these enough words,
 or shall I squeeze more juice from this?
 Who am I, my friend?
 (JALĀL AD-DĪN MOHAMMAD RŪMĪ (1207-1273), poeta afegão,
apud THE ESSENTIAL RUMI, 1997, p. 20-21).

Podemos distinguir seis tipos de terreno: 1) terreno acessível; 2) terreno disputado; 3) terreno temporizante; 4) paisagens estreitas; 5) altos precipícios; e 6) posições longe do inimigo. (SUN TZU, comandante chinês (544 a.C. – 496 a.C.) (SUN TZU, 2010, p. 81)).

INTRODUÇÃO

A pesquisa que baseia esta tese de doutorado em Geografia versa sobre o tema do processo de produção do espaço da Zona Costeira Paraense, imerso no processo de produção do espaço geográfico brasileiro, sob a égide do modo de produção capitalista. Assim, trata-se de uma pesquisa que discute quem são os agentes produtores do espaço, quais suas estruturas espaciais herdadas e em reprodução. Seu objetivo geral é identificar qual a função espacial e territorial das terras públicas e dos recursos costeiros. Ou seja, investigar qual o significado da produção desse espaço particular, a zona costeira, para o Estado territorial, e para os distintos agentes territoriais – proprietários privados, sociedade civil organizada, população urbana e comunidades rurais. Há especial atenção com relação às terras públicas presentes nesse recorte espacial.

A Zona Costeira Paraense é um subespaço que ilustra tendências as quais são fundantes da produção e reprodução do espaço geográfico brasileiro, no qual a propriedade da terra está relacionada a um só tempo ao controle territorial e ao controle da produção do espaço, e com isso se quer dizer, ao controle das relações de produção da sociedade brasileira, portanto, o espaço como instrumento de controle social. Para isso é importante considerar que na atual temporalidade todos os lugares são parte do atual espaço geográfico total unificado, com tempo, trabalho e técnica únicos (SANTOS, 2009b). Assim, qualquer estudo de geografia local ou regional só faz sentido se partir da premissa de que os lugares, os territórios e as cidades estão em processo de globalização. Portanto, são sempre lugares em globalização, parte da geografia do espaço mundial em totalização.

Isso significa que, no atual período técnico-científico-informacional, em todos os lugares se encontram simultaneamente a diacronia e a sincronia (SANTOS, 2009b). A primeira diz respeito ao eixo das sucessões cronológicas, onde o tempo sucessivo das diversas ações e dos diversos agentes se acumula, gerando disritmias, rupturas, adaptações, construtos e destroços. A construção é destruição, e a destruição, por seu turno, também construção.

A segunda concerne ao eixo das coexistências. A concomitância das diversas ações e dos diversos agentes, e suas externalidades. A propriedade da coetaneidade do espaço (ou melhor a propriedade “*throwntogetherness*”), o momento em que as trajetórias fluidas se tornam um evento único, propriedade que somente o espaço geográfico possui, conforme lembra Massey (2009). Para Santos (2004, p. 159): “[...] em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem”. Este é o eixo da diacronia das sucessões. Entrementes, em cada lugar o tempo das diversas ações e dos diversos

atores, bem como a maneira pela qual se utiliza o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes, e este é o eixo da sincronia das coexistências (SANTOS, 2004b, p. 159).

Se a análise pende pelo eixo diacrônico, com comparações efetuadas ao longo do tempo, isto implica na escolha de um período de referência, com um elemento que sirva de indicador tanto para o tempo inicial (t1), como para o tempo final (t2), o que levanta dois problemas principais: a própria escolha do período e o mesmo status de tempo para o indicador (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019).

Conforme Rocha, Soares e Moraes (2019), a escolha do período é crucial na análise das dinâmicas territoriais, tanto quanto é determinante a definição do elemento aglutinador, central, de estruturação da análise. Nesta tese, seguindo o que já havia sido indicado em Rocha, Soares e Moraes (2019), elegeu-se o eixo da circulação como elemento estruturador do processo de povoamento da Zona Costeira Paraense, inclusive pelas particularidades do processo de produção do espaço colonial amazônico, o que será dissertado no primeiro capítulo desta tese.

Já no eixo das coexistências, a tese busca apontar os principais impulsionadores dos vetores de ocupação territorial: a conflitualidade, os marcos temporais e as ações de mudança espacial. Convém descrever a implicatura de tais impulsionadores, de modo que se considere que a conflitualidade tem levado a mudanças nas formas de uso e na apropriação do território. Inserem-se, igualmente nesses marcos temporais, os momentos decisivos e as ações de mudança espacial.

A concepção de Harvey (2005) do ajuste espacial remete ao eixo sincrônico. O olhar de Massey (2009) sobre a coetaneidade que o espaço impõe aos diversos e aos desiguais é concernente ao eixo diacrônico. Destarte, a pesquisa envereda pelas estruturas espaciais herdadas no recorte particular da Zona Costeira Paraense, sem isolá-la da totalidade em totalização: ou seja, a reprodução desigual do espaço geográfico brasileiro. As categorias geográficas básicas propostas para pensar esse movimento são: espaço, território e trabalho. A imbricação dessas três traz a necessidade de averiguar quem produz o espaço, quem se apropria do espaço em forma de propriedade, em forma de posse, ou outra forma de territorialização, seja propriedade estatal, propriedade privada particular ou propriedade comunal, não apenas do ponto vista jurídico, mas do ponto de vista prático e econômico.

A investigação bibliográfica e documental sobre as origens particulares das sobreposições entre público e privado na Zona Costeira Paraense, que avançam sobre estruturas que são fundamentais na compreensão da questão da propriedade da terra na formação espacial brasileira como um todo trouxe a necessidade do uso de categorias outras além das três iniciais

propostas para a pesquisa: subsunção, exterioridade, modo de produção, formação social (aqui na tese, geografada, como formação espacial) além de fronteira, frentes e vetores técnicos.

Estes três últimos, conceitos complementares entre si, já foram bastante discutidos pelos geógrafos. Os quatro primeiros são oriundos da escola de pensamento marxista. Modo de produção e formação social já bastante discutidos e internalizados pela geografia, que inclusive propõe a sua própria versão do conceito, como “formação socioespacial” ou simplesmente “formação espacial” (SANTOS, 1979, 2005).

Os dois primeiros são conceitos de origem hegeliana fortemente retrabalhados por Marx (2011a), e os quais muito têm a dizer sobre a realidade latino-americana. São conceitos recentemente adicionados ao temário geográfico, e, portanto, ainda estão lapidação para uma análise geográfica. Mota (2016; 2017) é o autor que apresenta esses conceitos à ciência geográfica, e, em seguida, Soares (2016) apresenta uma aplicação dos mesmos para pensar a produção do espaço amazônico, sob a perspectiva específica da atividade pesqueira. Em muitos aspectos, esta tese é um avanço da investigação de Soares (2016), sem as amarras de pensar a produção do espaço a partir de uma atividade econômica, seja ela basilar ou não.

Já há pesquisas relevantes sobre estudos costeiros na Amazônia e no caso particular do estado do Pará. Com relação às terras públicas, na Geografia, essas pesquisas – a grande maioria das últimas duas décadas – cobrem a dimensão das unidades de conservação, especialmente as de uso sustentável que foram instituídas nessas áreas, bem dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas, alcançando uma agenda a um só tempo ambiental e agrária. No que tange especificamente aos terrenos de marinha, as pesquisas tendem a focar em um aspecto técnico da questão, tendo sido mais conduzidas para o olhar do espaço intraurbano. A pesquisa aqui esboçada buscou compreender as temporalidades e a periodização da produção do espaço e dos usos do território da Zona Costeira Paraense, atentando à sua função diante do todo. A hipótese é de que esse instrumento jurídico (não apenas os terrenos de marinha, mas as terras públicas que atualmente constituem o Patrimônio do Estado nacional brasileiro) revelam as contradições entre espaço público e espaço privado no Brasil, e particularmente na Amazônia brasileira.

A atuação do doutorando no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua com o cargo de geógrafo, sendo Coordenador do Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC) permitiu múltiplas visitas e trabalhos de campo em todos os municípios que compõem a Zona Costeira Paraense, em contexto temporal anterior à explosão da pandemia da Covid-19 no Brasil. Foram realizados, entre 2016 e 2020, trinta e dois trabalhos de campo pelos municípios que compõem

a Zona Costeira Paraense, sendo que quatro desses foram vinculados à Universidade do Estado do Pará (UEPA), enquanto o doutorando esteve ali atuando como professor substituto.

A tese aqui apresentada também é derivada de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Descendo direto ao nível redacional, faz-se necessário destacar que algumas das obras consultadas em língua portuguesa foram redigidas ou impressas em data anterior ao ano de 2009. A partir do Decreto nº 6.583 de 29 de setembro de 2008, a República Federativa do Brasil aderiu oficialmente ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990 (BRASIL, 2008).

Conforme o Art. 2º da supracitada lei, até 31 de dezembro de 2015 coexistiam a norma ortográfica antiga e a nova. Posteriormente, apenas a nova. Assim, restam duas opções para citar obras com ortografia antiga. Redigir *ipsis litteris* as obras com ortografia antiga com a observação “*sic*” entre colchetes, ou ajustar à nova ortografia com a observação “ortografia atualizada”. No caso deste documento, optou-se pela primeira opção. No caso de obras consultadas nas línguas inglesa e espanhola, quando necessárias as citações, considerou-se por deixá-las em sua língua original, sem tradução própria do autor.

A escolha pela escrita em forma de uma metanarrativa se dá em busca do método progressivo-regressivo (SARTRE, 1967) que busca harmonizar os eixos da sucessão e da coexistência. “Nada muda mais que o passado” teria dito o imperador francês Napoleão Bonaparte. De fato, sempre que se volta ao passado, se tem um objetivo a destacar, estudar, dissecar e analisar no presente. São as questões do presente que fazem os cientistas voltarem ao passado. E, assim, propõe-se aqui uma tese narrativa, inclusive por se crer que a Geografia é capaz de elaborar metanarrativas, e que o atual período histórico permite metanarrativas. Urge pelas mesmas, aliás. Micronarrativas, por preciosas que sejam, em uma ciência sem metanarrativas, são lanternas em um túnel escuro sem mapa.

Essa é assim uma tese sobre o Brasil. Apesar de analisar o Brasil a partir de um recorte espacial que, comparada à dimensão continental do atual Estado nacional, é minúsculo, o mesmo recorte, a Zona Costeira Paraense, serve-lhe de espaço primordial, por apresentar uma síntese das diversas experiências e formas erigidas na fase histórica das “formações espaciais particulares” e, depois, na fase histórica da “centralização e gênese da formação espacial brasileira sintética”.

Trata-se de um espaço particular que permite compreender, por sua especificidade, como a propriedade da terra e sua vinculação ao controle do trabalho constitui um elemento chave da relação metabólica fundamental da reprodução da formação espacial brasileira. Sua condição de parte, e mais propriamente de particularidade não deve ser entendida – como se insiste,

principalmente em geografia – como uma coisa *sui generis*. Está na hora de superar esse mito (colonial, aliás) do “*El Dorado*”.

Como diz Harris (2017, p. 363): “A Amazônia é um lugar histórico como qualquer outro: contestado e caótico. O esplendor de seus rios e a grandeza de suas florestas [...] não deveriam nos distrair do reconhecimento das transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais a região passou”. É urgente, pois, romper com o “mito” do único. “As pessoas que lá [aqui] vivem comportam-se tal qual aquelas de ambientes ou impérios muito diferentes”. A importância de estudar a Amazônia é a mesma de estudar qualquer lugar: entender o complexo fenômeno humano, e contribuir para a sua emancipação, sempre.

Por fim, a proposta redacional para a tese apresenta quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Questões Teóricas e Metodológicas” apesar de parecer inicialmente um “capítulo burocrático” cumprindo “função protocolar” (correntes em trabalhos acadêmicos de Geografia) de apresentar a problemática, a justificativa, os objetivos, hipóteses e procedimentos metodológicos da Tese de doutorado, algo comentados nessa introdução, tem sua importância.

O primeiro capítulo apresenta o mapa com as coordenadas para desbravar o rio corrente que é o plano redacional desta Tese, com suas idas e vindas. A apresentação e discussão do método salta o protocolo e ilustra bem a vinculação entre teoria e prática a qual guia este trabalho. Ainda no primeiro capítulo há uma discussão sobre o referencial teórico da Tese, apresentando primeiramente e imbricação da trinca básica, entre espaço, território e trabalho, e depois especificando os entendimentos acerca dos conceitos de subsunção, exterioridade, modo de produção, formação espacial, fronteira, frentes e vetores técnicos.

O segundo capítulo, intitulado “Formação espacial e territorial do Estado brasileiro e o caso da fronteira norte: do Grão-Pará à Amazônia) contextualiza o processo amplo de produção do espaço brasileiro e sua organização enquanto território. Aborda, assim, a própria gênese das terras públicas. Este capítulo marca as particularidades do processo de produção do espaço geográfico amazônico e pondera sobre a existência de uma formação espacial amazônica (ou formação espacial do Grão-Pará, termo talvez mais apropriada) no período Colonial.

O terceiro capítulo, intitulado “Dinâmicas espaço-temporais e ordenamento territorial da Zona Costeira Paraense: função social da propriedade da terra” é o capítulo que se propõe resolver os eixos diacrônico e sincrônico do recorte espacial em questão. Neste capítulo são apresentados em suas ações (como caudatários da metanarrativa esboçada no primeiro capítulo) os agentes da produção desse espaço e suas territorialidades e escalas entrecrocadas, objetivando esquadrihar as projeções territoriais geradas sobre o recorte espacial.

O quarto capítulo, intitulado “Vetores técnicos de desenvolvimento contemporâneo na Zona Costeira Paraense”, análise, no eixo diacrônico, a importância e o papel das terras costeiras e adjacentes para os agentes sociais que lutam por esse espaço, cravando-o com distintos territórios e territorialidades. Este capítulo encerra a presente Tese de Doutorado com uma proposta sintética (e provisória) de apresentação dos espaços da subsunção formal, dos espaços da subsunção real e dos contraespaços presentes na Zona Costeira Paraense.

Quando não havia mais nada o que comer nos pratos, o comandante limpou os lábios com o canto da toalha, e falou num jargão procaz que acabou de uma vez por todas com o prestígio do bom falar dos capitães do rio. Pois não falou por eles, nem por ninguém, mas apenas tentando pôr-se de acordo com a própria raiva. Sua conclusão, ao fim de uma réstia de impropérios bárbaros foi que não descobria como sair da embrulhada em que se metera com a bandeira do cólera.

Florentino Ariza o escutou sem pestanejar. Depois olhou pela janela o círculo completo do quadrante da rosa náutica, o horizonte nítido, o céu de dezembro sem uma única nuvem, as águas navegáveis para sempre, e disse:

– Sigamos em linha reta, reta, reta, outra vez até Dourada. Fermina Daza estremeceu, porque reconheceu a antiga voz iluminada pela graça do Espírito Santo, e olhou o comandante: ele era o destino. Mas o comandante não a viu, porque estava anonadado pelo tremendo poder de inspiração de Florentino Ariza.

– Está dizendo isso a sério? – perguntou.

– Desde que nasci – disse Florentino Ariza – não disse uma única coisa que não fosse a sério.

O comandante olhou Fermina Daza e viu em suas pestanas os primeiros lampejos de um orvalho de inverno. Depois olhou Florentino Ariza, seu domínio invencível, seu amor impávido, e se assustou com a suspeita tardia de que é a vida, mais que a morte, que não tem limites

– E até quando acredita o senhor que podemos continuar neste ir e vir do caralho? – perguntou.

Florentino Ariza tinha a resposta preparada havia cinquenta e três anos, sete meses e onze dias, com as respectivas noites.

– Toda a vida – disse. (GARCÍA MARQUEZ, 2011, p. 430-431).

[...] Um pensamento atravessou-lhe rapidamente o espírito: “Poderiam agora as suas convicções ser diferentes das minhas? Poderei eu ter outros sentimentos, outras aspirações que não sejam as dela?...” Durante esse dia, Sônia esteve também muito agitada, e à noite chegou até a voltar a ficar doente. Mas estava tão feliz, que quase sentia medo daquela felicidade. Sete anos, *somente* sete anos! Nas primeiras horas da sua felicidade, pouco faltou para que ambos considerassem esses sete anos como sete dias. Ele nem mesmo sabia que a nova vida não lhe seria de graça, que tinha de adquiri-la a custo de longos e dolorosos esforços, que teria de pagar por ela com uma grande realização no futuro. Mas aqui começa outra história, a da gradual renovação de um homem, da sua regeneração paulatina, da sua passagem progressiva de um mundo para o outro, do seu conhecimento de uma realidade nova, inteiramente ignorada até aquele momento. (DOSTOIEVSKI, 2002, p. 552-553, grifos do autor).

Nesse mesmo movimento político, a desvalorização da *política como tensão* e a elevação da *política como gestão* perfazem no plano prático da Universidade o caminho já percorrido pelas políticas neoliberais e pelo pensamento pós-estruturalista, em relação à sociedade, arrematados que são pelo discurso de sustentabilidade e governança. [...] Diante disso, cabe a nós refletirmos sobre qual postura orientará o futuro [...] da Geografia [...]. Cabe-nos definir e assumir os novos rumos de nossa ação interna e externa, bem como [...] construir, com nossos instrumentais científicos, explicações e mecanismos que auxiliem a melhoria das condições de vida da população. Antes de uma intervenção científica sobre o espaço busquemos a construção política e coletiva desse nosso espaço-sociedade (MOTA; SOUZA JR., 2017, p. 103-104, grifos dos autores).

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Este capítulo possui a função de apresentar a problemática, a justificativa, os objetivos, hipóteses e procedimentos metodológicos da Tese de doutorado. Seu último momento apresenta uma breve discussão sobre os marcos do referencial teórico da pesquisa. Discute-se, então, a imbricação da trinca conceitual de base – espaço, território e trabalho – para, posteriormente, apresentar os conceitos assessoriais de subsunção, exterioridade, modo de produção, formação espacial, fronteira, frentes e vetores técnicos.

1.1 – Problemática da Tese de Doutorado em Geografia

Para Gonçalves (2012), o período posterior à crise da borracha representou o melhor período de vida de muitos camponeses e comunidades extrativistas, uma vez que sem o grande ciclo econômico se tornou mais fácil a reprodução social baseada em outros valores em espaços diversos ao largo da bacia Amazônia.

Com a crise do seringalismo, passou a se viver melhor nos rincões da Amazônia, pois foi necessário um ajuste nas relações entre patrão e trabalhadores, sendo que muitos fugiram, e construíram territórios alternativos na floresta, e outros retornaram às suas terras de origem. Gonçalves (2012, p. 92, grifos do autor) afirma que:

Muitos [...] permaneceram no interior da floresta em seringais abandonados pelos patrões ou então em seringais que passaram a ser administrados por gerentes das casas aviadoras que assumiram seringais de seringalistas com elas endividados. Para manter esses seringais, os novos gerentes e administradores se viram obrigados a fazer uma série de concessões aos seringueiros para mantê-los dentro da floresta. A prática da agricultura, por exemplo, passou a ser tolerada, até porque não havia como garantir mais o abastecimento dos seringais com as importações do exterior. Uma espécie de substituição das importações começa a ser posta em prática nos espaços dos seringais. A constituição de famílias por parte dos seringueiros passou a ser permitida, o que antes, no período áureo da borracha, era proibido. À época da borracha até prostitutas faziam parte do abastecimento.

A derrocada da borracha também impactou as grandes empresas de pesca responsáveis pelo abastecimento de Belém (de propriedade de seringalistas, a exemplo de João Augusto Corrêa e Manoel Jorge Ribeiro), e abriu espaço para empresas menores, que passaram a construir assentamentos pesqueiros em regime de parceria com famílias migrantes, como foi o caso da vila de Marudá, discutido por Furtado (1987). A geografia da subsunção formal do capital prévia à integração territorial dos anos 1960 possuía conflitos de classe, mas a estrutura cindida desde a crise do seringalismo apresentava uma cristalização destes conflitos.

Com o novo padrão de regulação estabelecido pelo ordenamento territorial do Brasil (planejado desde a Era Vargas, mas efetivamente implantando a partir do Governo JK e concluído na Ditadura Militar) os territórios tradicionais (da acumulação mercantil e os contraespaços¹) são entrechocados com novas territorialidades hegemônicas.

Loureiro (2004) argumenta que as elites locais não perceberam de imediato que a reestruturação produtiva da Amazônia implicaria em um rearranjo de poder, uma vez que, segundo a autora, estas imaginavam que a industrialização e a modernização propugnadas pelo governo federal centralizador se dariam a partir da base produtiva já existente na região – a qual estava sob o controle dessas elites – e que o financiamento seria a elas endereçado, o que efetivamente não ocorreu, ou pelo menos, os maiores financiamentos não foram a elas direcionados. De acordo com Gonçalves (2012, p. 94):

A partir de 1966-1967, o governo federal mudou completamente sua orientação para a Amazônia, retirando toda a política que dava sustentação às velhas oligarquias regionais que, não tendo como se sustentar sobre seus próprios pés, ruíram e, com ela, todo esse padrão de organização do espaço rio-várzea-floresta passará por mudanças significativas, ficando as populações de trabalhadores tendo que se defrontar diretamente com os novos colonizadores. As elites regionais ou se associaram aos novos protagonistas ou venderam suas terras e foram para Manaus, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro ou São Paulo.

O papel das elites locais se torna secundário ou auxiliar frente ao novo bloco hegemônico que se apresenta à Amazônia, agora em definitivo um anexo da formação espacial brasileira². Os grandes objetos³ instalados obedecem a uma lógica de produção do espaço comandada pelo

¹ Até onde foi possível localizar, Lefebvre (2000) foi o autor que formulou o conceito de contraespaço. Porém, a acepção que será usada nesta Tese de Doutorado em Geografia é a defendida por Moreira (2007). De acordo com Soares (2016, p. 46): “Contraespaço é um conceito trazido à geografia principalmente por Moreira (2007). Este autor está interessado em abordar as contra-hegemonias dentro da sociedade hegemônica (burguesa). Esta busca se dá através do entendimento do contraespaço, que, ao que podemos inferir do texto, se trata de um espaço antagônico à ordenação capitalista, engendrado a partir do próprio capitalismo. O contraespaço é produto e produtor das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e ao modo de vida burguês.”.

² Sobre esse ponto, em trabalho anterior (SOARES, 2016), defendeu-se que a Formação Espacial da Amazônia fora distinta da formação espacial brasileira até o período do Ciclo da Borracha. Nesta Tese de Doutorado em Geografia, há um ajuste nessa periodicidade, o que será comentado adiante.

³ “Na verdade, chegamos ao fim da natureza, na medida em que nas áreas chamadas desenvolvidas, o trabalho do homem é, hoje, inteligência dando-se sobre a inteligência. Nas demais áreas, ali onde inteligência se dá sobre a natureza, as possibilidades de comando da natureza e de controle do destino dos homens (que vivem sobre essa natureza) são menores. [...] Que fazer? Este é o problema. Nas regiões onde a densidade técnica é menor, que é o caso da Região Amazônica, será desejável aumentá-la. Seria o caso também de aumentar a densidade informacional. Mas em que sentido? A informação que comanda os objetos não é uma informação geral, mas uma informação especializada, cujo exercício depende de poder. Os objetos obedecem a quem tem poder para comandá-los. A intencionalidade, que antes era incluída nos objetos hoje supõe um comando exterior. Não é por acaso que a raiz da palavra *cibernética* é a mesma da palavra *governador*. Informar é também governar. Quando aplicada à produção, a informação governada por interesses estranhos à área, é geradora de uma entropia, uma

capital monopolista internacional baseada na extração da mais-valia global ou total (SANTOS, 1996).

Por outro lado, isso não implica afirmar a completa destruição das elites locais. No caso de Marabá, no sudeste do estado do Pará, após a intervenção federal na forma dos Grandes Projetos, Silva (2004) definiu a Companhia Vale do Rio Doce, antiga estatal privatizada e agora uma sociedade anônima de capital multinacional, como o maior agente político da região.

Contudo, Silva (2004) considera que as instâncias municipais se tornaram palco de disputas, em um primeiro plano, entre as antigas elites locais, revitalizadas com o comando de novas atividades produtivas, e as elites novas geradas pelos eventos produtivos verticais; e, em um segundo plano, entre o bloco das elites e os agentes sociais excluídos do processo decisório (força de trabalho local e trabalhadores migrantes), os quais diante da intensificação da exploração e expropriação foram compelidos a se organizar para resistir. Para Silva (2004, p. 74):

[...] A oligarquia [tradicional extrativista], vendo-se enfraquecida e cercada pelos novos atores econômicos, buscou uma aproximação com esses atores sociais para não perder totalmente seu poder político-econômico no município. Entretanto, uma rede de poder político de uma nova elite passa a comandar as relações político-econômicas do antigo município de Marabá, fazendo com que acontecesse uma pressão desses novos grupos pela partilha do poder político na região, ocorrendo, dessa forma, emancipações territoriais, com o surgimento de novos municípios, desmembrados de Marabá, para então fortalecer os grupos políticos que surgiram e disputavam o poder político-econômico nos novos municípios.

Destarte, pode-se entender que a partitura municipal se torna uma das contrapartidas das elites locais para se rearticular ao bloco decisório, embora contrapartida reativa à brusca federalização de terras cravando na geografia amazônica uma vez mais o cetro de um poder estatal. O caso contemporâneo de Altamira, analisado por Quaresma (2016) parece ilustrar a regra, havendo uma reconfiguração das escalas de poder a partir da implantação de grandes objetos.

No caso de Barcarena, no setor estuarino da Zona Costeira do estado do Pará, porém, a presença de eventos verticais, e o recebimento de *royalties* por parte da União por compensação de atividade de transformação mineral provocam uma modernização da gestão sem

desorganização, antes que o detentor da informação reorganize o sistema em seu próprio proveito. A densidade informacional requerida em uma área crítica é a que permita descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade” (SANTOS, 1996, p. 115-116, grifos do autor).

necessariamente desterritorializar as tradicionais elites locais do poder (NAHUM, 2006; CHAGAS, 2013).

Para Nahum (2006), esse foi o caso de Barcarena, onde a modernização foi entronizada pela administração municipal, mas não introduziu agentes hegemônicos contestadores da ordem local em qualquer aspecto. As elites agrárias, extrativistas e comerciais tradicionais se converteram em gerentes e parceiros dos empreendimentos instalados no município, tais como o Complexo Industrial ALBRÁS-ALUNORTE, o Porto de Vila do Conde, e os serviços e comércio moderno instalados na *Company town* de Vila dos Cabanos. De acordo com Nahum (2006, p. 59):

As modernizações introduzidas em função da instalação do complexo da Albrás/Alunorte não se estabelecem para negar o poder da elite governante municipal, tampouco minimizam o poder centralizador dessa elite. Ao contrário, se aliam solidária e organizacionalmente para usar mais eficazmente os recursos do lugar. Todo o território do município é controlado por esse sistema de ações que conservam, tradicionalmente, ações políticas centralizadoras, intransparentes e repressoras, portanto das iniciativas e normas que querem garantir a participação popular no planejamento e administração da coisa pública. Além disso, diante dos novos vetores de modernização administrativa, por exemplo, as normas da administração pública, o prefeito, os vereadores e secretários decidem entre eles como implementá-las de modo que atendam aos seus interesses particulares [...].

Essa tendência dos agentes ligados aos empreendimentos verticais se relacionarem com as elites tradicionais do lugar, por meio de convênios técnicos ou outras formas de associação através das prefeituras municipais também se materializou em outro projeto contemporâneo, no caso da mineração em Juruti, no oeste do estado do Pará. Em Juruti, a Prefeitura Municipal (em conjunto com uma série de organizações da sociedade civil, com destaque para a Associação Comercial de Juruti) se constituiu em um agente fundamental para preparar no território as condições de aterrisagem do grande objeto. De acordo com Canto (2016, p. 200):

A Agenda Positiva foi criada por meio de uma parceria entre ALCOA e a Prefeitura Municipal de Juruti, para atender demandas sociais crescentes devido à instalação do projeto de mineração da empresa. Nesses termos, essa agenda responderia com investimentos nas dimensões afetadas pelas mudanças territoriais e conflitos socioambientais derivados da instalação e operação da mineradora ALCOA, no município de Juruti, com destaque setorial para os seguintes pontos: saúde, educação, assistência social, segurança/justiça, cultura, infraestrutura, meio ambiente e ações emergenciais acordadas em função de demandas levantadas pela Prefeitura de Juruti, no início de 2007.

Vê-se que a temática da manutenção do poder local por parte de elites tradicionais (oriundas dos ciclos extrativistas anteriores à aterrissagem dos “Grandes Projetos”) tem interessado à literatura geográfica regional, em algo vinculada a uma abordagem próxima à da escola de Sociologia de São Paulo⁴. De certo modo, há também uma filiação mais ampla a uma plêiade de estudos científicos sobre clientelismo, paternalismo e coronelismo na América Latina. Nesse interim, é mister reconhecer similaridades com outras tantas formações espaciais derivadas do mundo colonial, na fase histórica da acumulação primitiva do capitalismo comercial. Leftwich (2011, p. 231, grifos do autor) contextualiza o caso brasileiro, e o amazônico em particular no âmbito regional latino-americano:

The institutions of colonial rule displayed something of a paradox. At the centre, power was generally held very firmly “despotic” power that is the capacity of to deploy force and cohesion [...] in order to suppress and control. [...] Yet there was seldom much infrastructural power [...] that is, the capacity to penetrate, administratively, the length and breadth of the country, and to use that capacity to facilitate programs of economic change and development [...]. For an example, large areas of non-urban Latin America, in the Amazon and the Andes and especially in the huge rural hinterlands of countries like Mexico, Brazil and Argentina, although formally under Spanish or Portuguese colonial rule, remained far beyond effective control of the centre and were run in effect by the *patrons* and *hacendados* of the great estates and the emerging *caudillos*, the local strongman. The same was true for much of sub-Saharan Africa and large parts of South-East Asia. This lack of infrastructural power should not be at all surprising, given that the central purpose of European colonial rule was extractive, not developmental or transformative, and much of colonial rule was done on a very limited budget and a minimal administrative presence. But his lack of infraestrutural power of the colonial state created a legacy that still characterizes many new, modern states in the post-colonial world, while despotic power protecting the new elites that took over the independence – remained pronounced in urban centres.

Leal (1997), criador do conceito de “Coronelismo” acredita que os tempos coloniais forjaram uma excessiva força do poder privado dos colonos em uma relação dialética com a relativa fraqueza do poder público colonial sobre o cotidiano vivido, e reflete em sua obra sobre os casos excessivos das Câmaras de Belém e São Luís nos tempos coloniais. Ottaway (2011) também enxerga nesse fenômeno da reprodução do poder local um padrão na maioria dos

⁴ Aqui se está referindo aos sociólogos da USP cujos estudos se concentram na explicação da relação contraditória entre moderno e arcaico no Brasil, temática que pode ser sintetizada na fórmula de Martins (1979) acerca da “reprodução capitalista de relações não capitalistas”. Martins (1979), caudatário de Ianni (1979), Cardoso e Faletto (1977), Holanda (1995), entre outros, em sua busca da explicação da relação contraditória entre atraso e modernidade. Martins (1994) chega mesmo a falar em um “poder do atraso” certamente é relevante na atual temporalidade, como bem ilustra, para os tempos mais recentes, a obra de Souza (2019).

Estados nacionais paridos a partir da colonização agroextrativista europeia. De acordo com Ottaway (2011, p. 190, grifos da autora):

Another traditional civil Society mechanism that becomes prominent in weak states is *clientelism*. Instead of coming together in an organization to solve the problem they face collectively, people who cannot get what they need through formal state institutions, be it medical care and schooling, or justice through a corrupt court system, may turn to a powerful and rich individual for help. This person, the patron, will help them to get their children into school, to obtain the ration card necessary to receive subsidized food, and to make sure their unlicensed small business will not be closed down by the police. The recipient of this largesse, the client, will repay the patron by giving his or her allegiance, voting for the patron if elections are held, or otherwise providing political support. *Patron-client relations* provide poor, powerless people with a useful form of access to power. However, they do so to the detriment of the development of modern institutions and forms of collective action that may lead to a long-term power redistribution.

Assim, Ottaway (2011) concorda com a tese de Leal (1997), de que essas relações de poder, embora exijam certa fraqueza da função pública do Estado, paradoxalmente, usam a infraestrutura estatal para reproduzir o seu poder local⁵. Situação que os estudos de Nahum (2006) e Canto (2016) corroboram. Contudo, todos esses trabalhos possuem centralidade na dimensão política e, no máximo, territorial. O tema da produção do espaço é corrente, mas sempre secundário nessas obras, não havendo foco na relação dialética entre forças produtivas e relações de produção.

Assim, como contribuição ao tema, esta tese procura enveredar pela questão do controle territorial por parte das elites locais e regionais, com a lente voltada para o foco no controle do produto do trabalho, e, sobretudo, na transição para o controle do processo de trabalho. Para isso, foi escolhido como recorte espacial os municípios da Zona Costeira Paraense, a fim de compreender a importância que tem para esse sistema as terras públicas e os recursos costeiros. Esse recorte espacial não é uma camisa de força. Ao longo da pesquisa ele sempre é usado como

⁵ Mariátegui (2010) aponta algo similar para o Peru. “O ambiente da fazenda se mantém totalmente senhorial. As leis do Estado não são válidas no latifúndio, enquanto não obtêm o consenso tácito ou formal dos grandes proprietários. As autoridades dos funcionários políticos ou administrativos encontra-se, de fato, submetida à autoridade do fazendeiro no território de seu domínio. Esse considera praticamente seu latifúndio como fora do poder do Estado, sem a menor preocupação com os direitos civis da população que vive dentro dos confines de sua propriedade. Cobra impostos municipais, outorga monopólios, estabelece sanções sempre contrárias à liberdade dos braseiros e de suas famílias. Os transportes, os comércios e até os costumes estão sujeitos ao controle dos proprietários. E com frequência os ranchos que alojam a população trabalhadora não são muito diferentes das senzalas que abrigavam a população escrava” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 101).

foco, mas não se ignora o que ocorre nas bordas, e mesmo nas demais espacialidades e nos eventos intra e extra escalares.

No que concerne às forças produtivas, aspecto mais descrito pelo conjunto da literatura geográfica, sobretudo a de âmbito regional, e às relações de produção, esse certamente mais secundarizado, há um conjunto de estudos elaborados. Certamente estes estudos possuem mais foco nos conflitos entre capital e trabalho, do que nas lógicas produtivas que estão sendo postas no processo contraditório de reprodução do espaço total, na Amazônia, com os estudos de caso sistemáticos sobre mineração e o agronegócio (destaque recente para dendeicultura) despontando como exceções.

Não obstante, a Zona Costeira do Estado do Pará, enquanto unidade espacial, ainda não foi objeto de estudo sistemático acerca de suas relações de produção, a despeito de sua importância estratégica enquanto fundo territorial⁶, e ao mesmo tempo, pela presença da maior concentração de força de trabalho na Amazônia como um todo. Assim, esta tese privilegia este espaço geográfico em particular.

Antes de seguir para os demais itens, cabe apresentar aos leitores a composição da Zona Costeira Paraense. As definições de espaços costeiros na literatura científica, em geral, e geográfica, em particular, possuem grandes variações. Rocha e Moraes (2018) enumeram uma série de definições institucionais, governamentais e acadêmicas para os espaços costeiros, as quais levam em conta aspectos úteis para a compreensão dos processos ambientais, socioeconômicos, culturais e políticos, em particular, tendendo, às vezes, para um ou outro desses aspectos, conforme cada caso. Um pouco mais raros, afirmam os dois autores, são os estudos que abordam a zona costeira como um todo, como uma unidade espacial ou territorial, sendo essa, provavelmente, uma contribuição mais própria dos geógrafos.

A Zona Costeira é um espaço estratégico, pois envolve a complexa relação entre terra e água; continente, ilhas, mares, rios e várzeas. Não apenas do ponto de vista biológico e biogeográfico, mas também do ponto de vista político, geopolítico, socioeconômico e geoeconômico, é uma área que interessa a distintos usos. Já adentrando ao marco legal e institucional dos entes que compõem a República Federativa do Brasil, é preciso dizer que

⁶ De acordo com Moraes (2019, p. 238): “Fundo territorial corresponde a um conceito elaborado sobre a perspectiva de compreender a valorização simbólica e material atribuída a determinados espaços no processo de expansão geográfica ocidental. Embora quando o autor Moraes (2002) disserta sobre este conceito está abordando a expansão colonial e a conquista dos espaços, portanto, grande parte de seu pensamento e análise contemplam o período colonial, o raciocínio elaborado é válido até atualidade e sobretudo, para compreender o Oeste de Santa Catarina entre 1880 a 1940”. De modo similar, este conceito (algo relacionado ao conceito mais abrangente e mais utilizado na Geografia de fronteira) auxiliar em explicações sobre a Amazônia.

durante algumas décadas, em regime constitucional anterior ao de 1988, não havia um acordo sobre uma definição de Zona Costeira (MORAES, 1999b).

Porém, o Decreto nº 5.300/2004 trouxe uma conceituação final, e de caráter geográfico, ao definir a Zona Costeira Brasileira como a área que “corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre”. Isso inclui, portanto, o território marítimo brasileiro, o qual abranger as zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional, nomeadamente, as águas interiores, o mar territorial (MT), a zona contígua (ZC), a zona econômica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental (PC).

A área compreendida pela extensão do Mar Territorial brasileiro (12 milhas náuticas⁷), somada à ZEE (188 milhas náuticas) e à extensão da Plataforma Continental, em decorrência de sua evidente riqueza biológica e biogeográfica, e também em virtude de sua extensão (e condição de fundo territorial), costuma ser chamada de “Amazônia Azul” (CARVALHO, 1999). O Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM III), promulgada pelo Decreto 1.530/1995. Em nível nacional, em 4 de janeiro de 1993, foi sancionada a Lei n. 8.617/93, enquadrando a normativa interna brasileira e os limites marítimos brasileiros aos preceitos preconizados pela CNUDM III, inclusive com a revogação de normas anteriores que lhe fossem contrárias.

Conceitualmente, o mar territorial é a faixa de mar que se estende desde a linha de base, até uma distância de 12 milhas marítimas. A jurisdição do Brasil no mar territorial é soberana, exceto no que tange à jurisdição civil e penal em navio mercante estrangeiro em passagem inocente, cuja jurisdição é do Estado de bandeira (princípio da jurisdição do Estado de bandeira). A Zona Contígua consiste em uma segunda faixa de mar de 12 milhas, adjacente ao mar territorial. Na Zona Contígua, o Estado Costeiro é destituído de soberania, mas tem jurisdição legal específica para os fins de fiscalização no que tange à alfândega, saúde, imigração, portos e trânsito por águas territoriais (FLORES; ROCHA, 2018).

Por fim, há uma terceira faixa é que a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a qual consiste em uma faixa adjacente ao Mar Territorial, que se sobrepõe à Zona Contígua. O limite máximo da ZEE é de 188 milhas marítimas a contar do limite exterior do Mar Territorial, ou 200 milhas,

⁷ Milha náutica, ou milha marítima, é uma unidade de medida de comprimento ou distância, equivalente a 1.852 metros, utilizada quase exclusivamente em navegação marítima e aérea e na medição de distâncias marítimas.

a contar da linha de base deste. Em sua ZEE, qualquer Estado⁸ goza do direito de navegação e sobrevoo, cabendo-lhe, ainda, a liberdade de instalação de cabos e dutos submarinos.

Esses conceitos, em nível nacional, estão estabelecidos pela Lei Federal nº 8.617 de 1993 nos seguintes artigos:

Art. 1º: O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.

Art. 4º: A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às vinte e quatro milhas marítimas contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial;

Art. 6º: A zona econômica exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Sobre a Plataforma Continental, trata-se de uma área que é constituída por superfícies submersas adjacentes ao Mar Territorial, a qual compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do Mar Territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

Os Estados nacionais que pleiteiam o reconhecimento junto à ONU, com base na CNUDM III, objetivam o reconhecimento internacional da soberania sobre o aproveitamento dos recursos situados nas suas águas, no seu solo e subsolo, notadamente recursos minerais e combustíveis fósseis como o petróleo e o gás natural.

Os recursos naturais da Plataforma Continental compreendem os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que, no período de captura, estão imóveis no

⁸ Nem todos os Estados nacionais afiliados à Organização das Nações Unidas são signatários da CDUM III. O caso mais famoso de discordância provavelmente é o da República Popular da China, que busca reconhecimento, por outros critérios de cunho histórico e geográfico, de suas reivindicações territoriais sobre o Mar do Sul da China, baseada na chamada política da “Linha de Nove Traços” (*Nine-Dash Line*), envolvendo áreas as quais, considerados os critérios estabelecidos pela CDUM III, pertencem às ZEE’s de outros Estados nacionais como Vietnã, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei e Filipinas (FAKHOURY, 2019). Mesmo entre Estados nacionais que reconhece a CDUM III há divergências sobre as extensões das plataformas continentais e das ZEE’s, o que tem ocasionado uma série de conflitos jurídicos, que, de tempos em tempos, têm chegado ao limite de conflitos militares. Atualmente, as sobreposições de reivindicações de territórios marítimos junto à ONU superam as sobreposições de reivindicações de territórios terrestres (GONÇALVES, 2016). Rio (2019) sintetiza os fatores das disputas por territórios marítimos em quatro grandes temas: quatro temas: a) circulação; b) fronteiras e limites; c) recursos; e, d) meio ambiente, vinculados, evidentemente, a questões mais amplas como redes e fluxos internacionais, regulação espacial, conflitos e tensões, vulnerabilidade de zonas de interface terra-mar.

leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo (GONÇALVES, 2016; FAKHOURY, 2019; RIO, 2019).

De acordo com o que está acordado no Art. 77 da CNUDM III, um Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a Plataforma Continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais. Geralmente, o limite exterior da Plataforma Continental é de duzentas milhas náuticas, contudo a CNUDM III estipula que os países interessados em ter uma Plataforma Continental maior que 200 milhas marítimas deveriam apresentar à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU sua proposição, após dez anos da ratificação da mesma, respaldada por informações científicas e técnicas, justificando tal pretensão.

Nessa matéria internacional, o Brasil instituiu, pelo Decreto n. 95.787/1988, posteriormente atualizado pelo Decreto n. 98.145/1989, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), programa que tem por objetivo determinar o limite exterior da Plataforma Continental além das 200 milhas, consoante ao Art. 76 da CNUDM III (CARVALHO, 1999). Baseado nos estudos realizados pelo LEPLAC, o Brasil apresentou, em 2004, pedido de extensão da PC à Comissão para os Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC), tendo sido o segundo país a apresentar sua proposta a ONU, logo após a Rússia, que teve, em um primeiro momento, o seu pedido recusado, e, mais tarde, aceito.

A proposição brasileira solicitava novo limite exterior da Plataforma Continental na extensão de 350 milhas náuticas e a inclusão em sua plataforma de cinco áreas: a) Cone do Amazonas; b) Cadeia Norte brasileiro; c) Cadeia Vitória e Trindade; d) Platô de São Paulo; e, e) Margem continental Sul. Em decorrência da nova propositura, a “Amazônia Azul” seria integrada pelo mar patrimonial de 200 milhas marítimas (370 km) e pela plataforma continental de até 350 milhas marítimas (648 km) de largura, a partir de linha de base. Esta área representaria um total de quase 4,5 milhões de km², aumentando em mais de 50% a área do território nacional.

Em abril de 2007, a CLPC emitiu um Relatório de Recomendações, sugerindo que o Brasil apresente nova proposta com novos limites. O Relatório recomenda certo “recuo” na propositura brasileira em cerca de 20 a 35% da área originalmente pleiteada. A nova propositura ainda não foi apresentada. Assim, destes conceitos jurídicos territoriais marítimos, o Mar Territorial (as primeiras doze milhas náuticas desde a costa) e a Zona Contígua (as segundas doze milhas náuticas desde a costa) são os que mais guardam soberania nacional. Para efeito de

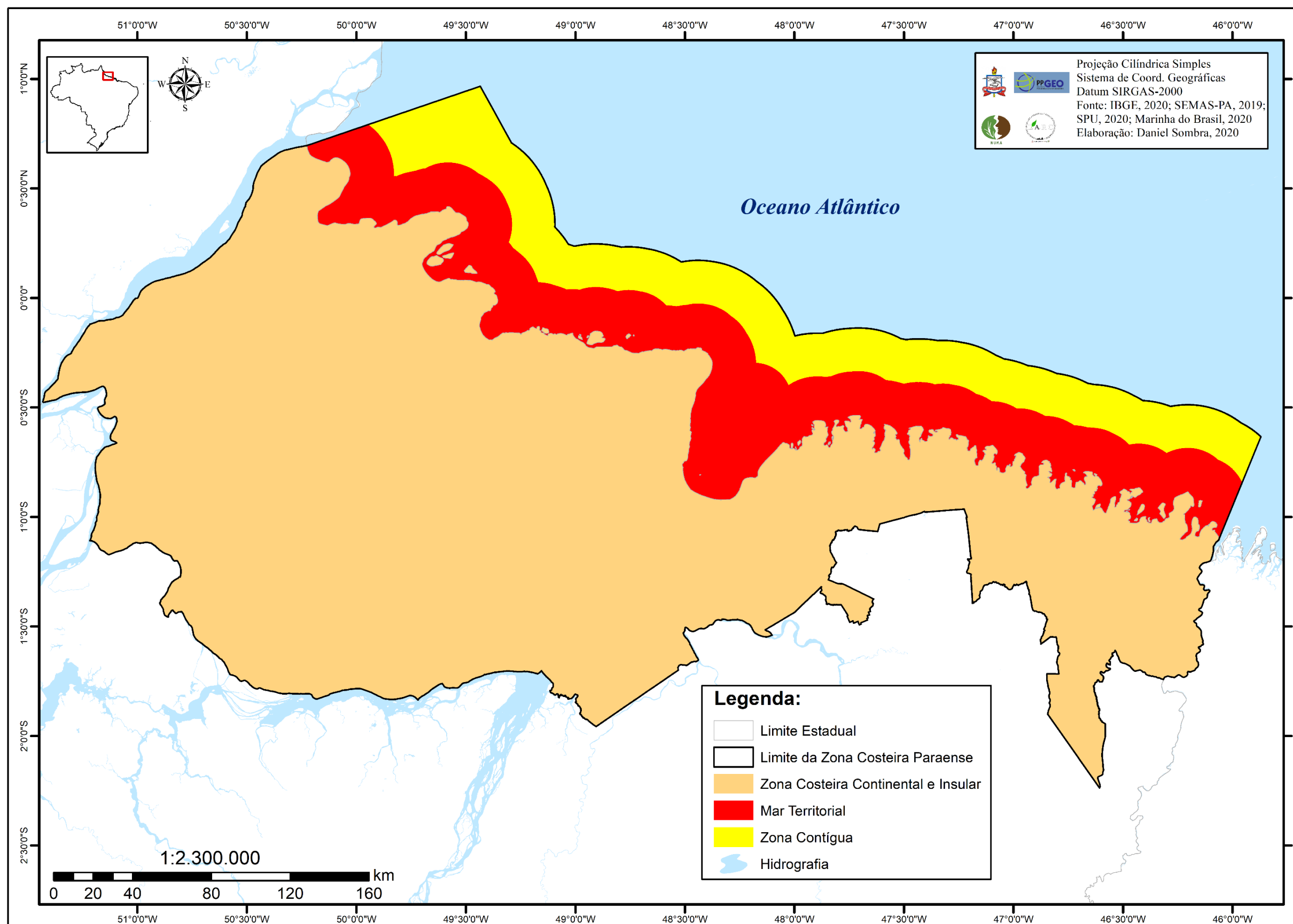
análise da Zona Costeira Paraense, e de seus usos e projeções territoriais⁹, optou-se por reforçar que a o recorte espacial inclui o Mar Territorial e a Zona Contígua.

A ZEE e a Plataforma Continental não foram inclusas, ainda que um dos vetores de análise tenha ali sua área de extração (a pesca industrial), em virtude de ao contrário dos dois primeiros, não terem sido estes dois últimos espaços de atuação de forças produtivas ou de relações de produção relevantes para a análise da produção do espaço na Zona Costeira Brasileira, e, na Zona Costeira Paraense, em particular.

Utilizando o sistema métrico para as medidas, o mar territorial se estende da linha de baixa-mar até 22,22 km; a zona contígua brasileira se estende da faixa de 22,22 km até 44,44 km; e, por fim, a ZEE brasileira compreende uma faixa que se estende de 44,44 km até 370,4 km da linha de baixa-mar. Assim, a área que representa o recorte dessa pesquisa inclui o Mar Territorial e a Zona Contígua, conforme ilustra o mapa da figura 1.

⁹ Nesse ínterim, convém lembrar que as Unidades de Conservação de Uso Sustentável na categoria de Reservas Extrativistas (RESEX) são unidades que contemplam jurisdição tanto sobre o chamado território seco (área continental, terrenos de marinha e seus acréscimos, ilhas costeiras e oceânicas, e praias marítimas) como também parte do território marinho (mar territorial e zona contígua) (FLORES; ROCHA, 2018).

Figura 1: Mapa da Zona Costeira no estado do Pará, com os territórios marítimos do Mar Territorial e da Zona Contígua



Fonte dos dados geospaciais: IBGE, 2020; SEMAS-PA, 2020; SPU, 2020; Marinha do Brasil, 2020. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2021.

Rocha e Moraes (2018) afirmam que a Zona Costeira Brasileira possui largura terrestre variável, compreendendo 463 municípios distribuídos em dezessete estados costeiros. Essa área concentra uma parte importante das terras públicas do Estado Nacional brasileiro, no que concernem ao chamado Patrimônio da União. A exceção importante são os rios federais e seus terrenos marginais (áreas de várzeas). Moraes (1999b) recupera todo o contexto histórico de preocupações institucionais que levaram à formulação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

O GERCO foi institucionalizado no Brasil a partir da promulgação da Lei Federal nº 7.661/88, como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e da Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM), com o objetivo de orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira Brasileira, de forma a melhorar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

De acordo com Moraes (1999b), a delimitação adotada no GERCO privilegiou as malhas oficiais dos municípios para gerar informações que pudessem efetivamente auxiliar não somente os órgãos federais, mas também os estados e municípios da Federação a executarem os seus próprios ordenamentos costeiros.

Destarte, foi privilegiada a noção de municípios costeiros, a partir dos seguintes critérios: a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem dessa classe, estabelecida pelo IBGE; b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas; c) os municípios contíguos às grandes cidades e capitais estaduais litorâneas, que apresentam processo de conurbação; d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades e infraestruturas de grande impacto sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de grande relevância; e) os municípios estuarino-lagunares, mesmo que não defrontantes com o mar, dada a relevância desses ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e, f) os municípios que mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos os seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores (MORAES, 1999b).

Entrementes, esses não são necessariamente os critérios adotados pelo estado do Pará, e sua Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA). A SEMAS/PA já havia delimitado a sua definição de Zona Costeira Paraense através de sua antiga Diretoria de Áreas Protegidas (DIPE) no âmbito do Comitê Técnico Estadual de Apoio ao Gerenciamento Costeiro (CT-GERCO) em 2012, e, mais tarde, através da aprovação da proposta de Política

Estadual de Gerenciamento Costeiro pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA/PA).

Apenas em 2020, através da Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, é que é definitivamente aprovada a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará (PEGC/PA). De acordo com a referida lei, a faixa terrestre da zona costeira do Pará é composta por quarenta e sete municípios, subdivididos em cinco setores:

1) Setor Marajó Ocidental: Afuá, Breves, Anajás, Chaves, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Melgaço, Portel, Bagre, Oeiras do Pará e Gurupá;

2) Setor Marajó Oriental: Santa Cruz do Arari, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná;

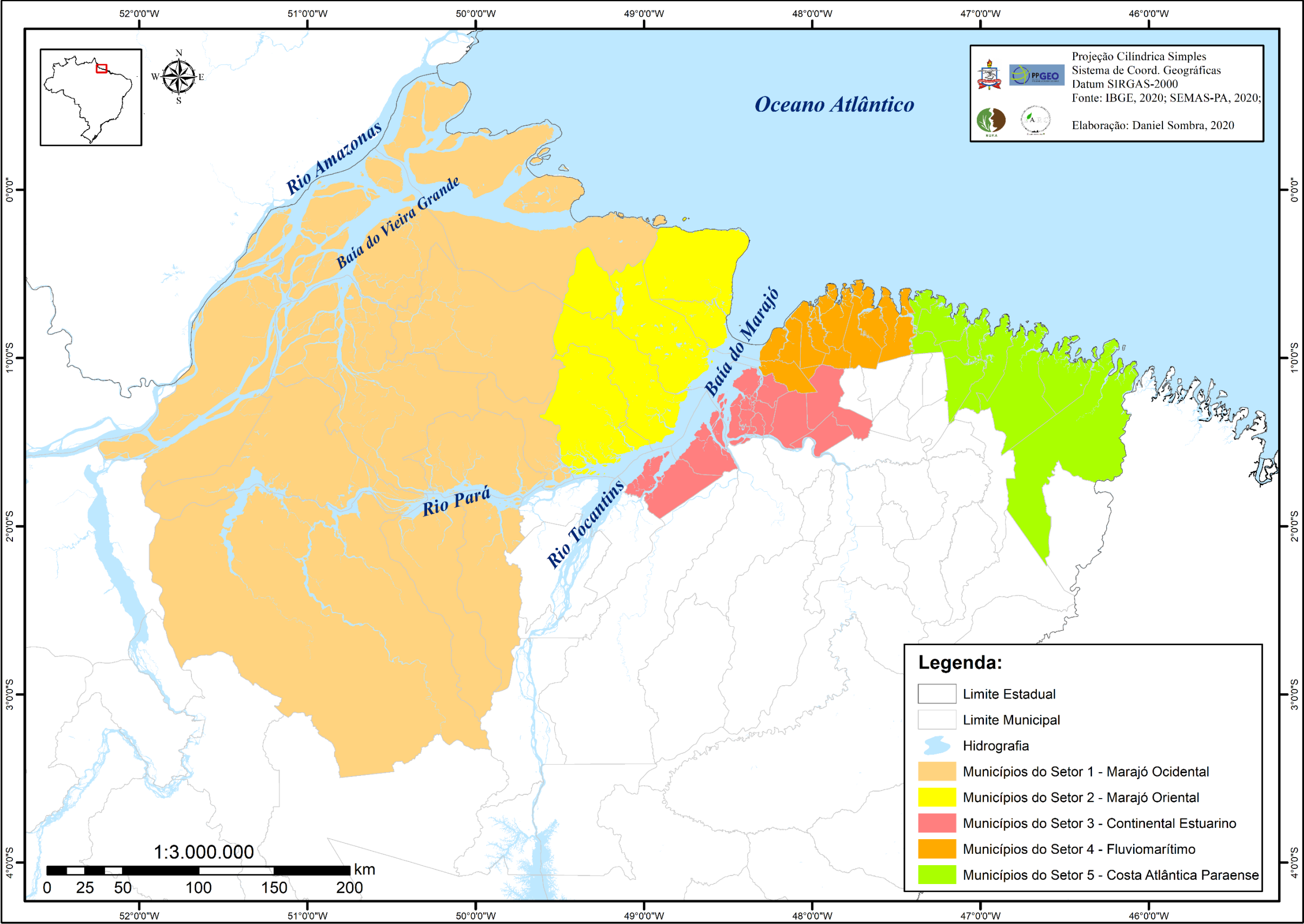
3) Setor Continental Estuarino, considerando a Região Metropolitana de Belém: Abaetetuba, Barcarena, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Inhangapi e Castanhal;

4) Setor Fluvio-marítimo: Colares, Vigia, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Curuçá, Terra Alta, Marapanim, Magalhães Barata e Maracanã;

5) Setor Costa Atlântica Paraense: Santarém Novo, Salinópolis, São João de Pirabas, Primavera, Quatipuru, Capanema, Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.

Essa divisão oficial é ilustrada no mapa da figura 2.

Figura 2: Mapa dos Setores da Zona Costeira Paraense, segundo a PEGC/PA



Fonte dos dados geospaciais: SEMAS-PA, 2020. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2021.

Essa divisão oficial da SEMAS-PA inclui todos os municípios do Arquipélago Marajoara (os doze municípios da antiga “mesorregião do Marajó”, na regionalização de 1990 do IBGE, que atualmente correspondem aos doze municípios da Região Intermediária de Breves). Ao fazê-lo, inclui os municípios de Bagre, Oeiras do Pará, Portel e Melgaço que já não possuem suas áreas localizadas na Ilha principal do Marajó, inserindo no conceito de Zona Costeira áreas que estão até 400 quilômetros distante da linha de costa.

Por outro lado, nos setores estuarino, fluviomarinho e costa atlântica paraense, em relação aos dois setores marajoaras, há um desequilíbrio em virtude do tamanho dos municípios. Os municípios de Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri – com a mesma dinâmica estuarina que os continentais¹⁰ Abaetetuba e Barcarena, ou os insulares Muaná e Ponta de Pedras – não são abarcados na classificação. Já os municípios de São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua e Peixe-Boi, todos na rota da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, situados sobre os tabuleiros costeiros, também ficam fora da Zona Costeira na classificação da SEMAS-PA.

Entende-se que os objetivos institucionais para o fim do planejamento costeiro devem de fato levar em consideração as malhas municipais para facilitar o diálogo de gestão entre União, estados e municípios. Por outro lado, para efeito de recorte analítico guia dessa pesquisa de doutoramento, entende-se que não há necessidade de seguir o recorte oficial, construído para uma política pública específica.

A partir dos critérios gerais recomendados por Moraes (1999b), supracitados, foram considerados nesta tese como os municípios costeiros:

- a) Os municípios marajoaras totalmente insulares: Afuá, Anajás, Breves, Chaves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Salvaterra e Soure;
- b) Os municípios não insulares, mas estuarinos que compartilham com os marajoaras as águas do encontro dos Rios Pará e Tocantins: Abaetetuba e Barcarena;
- c) Os municípios da Região Metropolitana de Belém: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal, pela localização na foz do Rio Guamá e a Baía do Guajará¹¹, conectando-os ao estuário Pará-Tocantino;

¹⁰ Municípios continentais na maior parte de suas áreas, mas os quatro municípios supracitados possuem uma parte relevante de seus territórios em ilhas, bem como uma parte relevante de suas populações rurais com domicílios nessas ilhas (QUARESMA et al., 2015; PIRAUX et al., 2017, 2019; SOARES et al., 2018, 2021; RODRIGUES et al., 2020).

¹¹ A Baía do Guajará é uma encruzilhada entre as fozes dos Rios Guamá, Acará e Moju, cujos os furos conectam à Baía do Marajó e também ao Rio Amazonas. A primeira é um corpo hídrico largo que surge da união

- d) Os municípios não insulares defrontantes com a Baía do Marajó¹²: Santo Antônio do Tauá, Colares e Vigia;
- e) Os municípios defrontantes com a linha de costa: São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Maracanã, Salinópolis, São João de Pirabas, Quatipuru, Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu;
- f) Os municípios não defrontantes com a linha de costa, mas que possuem fozes de rios que desagüam nas rias¹³, dada a relevância desses ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea: São João da Ponta, Magalhães Barata, Santarém Novo e Primavera;
- g) O município de Terra Alta, que possui 98% de seus limites com municípios compreendidos pelas alíneas anteriores;
- h) O município de Capanema, que dista aproximadamente trinta quilômetros da linha de costa, e que aloca, em seu território, atividade mineiro-industrial de grande impacto sobre a Zona Costeira.

Assim, os municípios que compõem a área de estudo, a Zona Costeira Paraense, analisada nesta tese de doutorado estão apresentados no mapa da figura 3.

do Rio Tocantins (longo rio que nasce no Brasil central, encontrando-se com o largo Rio Araguaia no Bico do Papagaio) com o Rio Pará, menos extenso, mas largo rio que banha o sul da Ilha do Marajó.

¹² A Baía do Marajó é um corpo d'água formado a partir do encontro do Rio Tocantins com o Rio Pará, e alguns rios menores, como o Rio Guamá, o Rio Acará, o Rio Moju, dentre outros. Ela se conecta à foz do Rio Amazonas através dos furos que atravessam a porção ocidental da Ilha do Marajó, causando divergência entre autores que consideram essa foz conjunta um delta, enquanto outros consideram um estuário. O limite entre as águas dos rios e as águas dos mares varia diariamente conforme a maré, e também varia de acordo com as duas estações do ano regionais: o “Inverno Amazônico”, período mais chuvoso, aproximadamente entre novembro/dezembro a abril/maio, e o “Verão Amazônico”, período menos chuvoso, aproximadamente entre maio/junho a outubro/novembro. No primeiro, com maior intensidade pluviométrica, as águas pluviais se distanciam bastante da linha de costa, ao passo que no último, a água salobra, mistura entre doce e salgada sob rio acima e chega às ilhas da Região Metropolitana de Belém (COSTA et al., 2021). Esse movimento das águas pode ser acompanhado pelas espécies de peixe pescadas. No Verão Amazônico é possível pescar a Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa*, Lacepède, 1802) em Colares, aproximadamente cem quilômetros adentro após a linha de costa, enquanto que no Inverno Amazônico é possível pescar a Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) em áreas que distam cem quilômetros da linha de costa (MORAES, 2004, 2007b; KLAUTAU, 2012; Soares, 2016).

¹³ As rias, também chamadas de “reentrâncias” são fozes de rios que conectam distintas bacias hidrográficas, e possuem um alargamento abrupto em direção ao mar, com a formação de estuários de transição entre a água doce dos rios e a água salgada do Oceano Atlântico (EL-ROBRINI et al., 1992; COSTA, 2017; ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018).

Esse recorte não se propõe a ser uma “camisa de força”. Ao contrário, os elementos que ocorrem nas bordas e municípios limítrofes não são descartados ao longo da tese. Sobretudo no 4º capítulo, onde são apresentados os vetores técnicos mais relevantes do período contemporâneo de reprodução do espaço geográfico da Zona Costeira Paraense.

Assim, os eventos atinentes aos municípios do entorno são tão relevantes quanto, sobretudo, quando são vetores em direção à Zona Costeira Paraense¹⁴. Por essa razão, faz-se necessário aclarar que os municípios do entorno da Zona Costeira Paraense também estão sendo considerados nesta pesquisa. Essa classificação de “entorno da Zona Costeira” não pretende auxiliar as classificações institucionais de zona costeira, sejam da União, dos estados ou dos municípios, e sim, aclarar sobre o recorte espacial efetivamente considerado na análise desta tese de doutorado.

O entorno da Zona Costeira Paraense constitui uma área de borda, cujos vetores identificados estão provocando alterações territoriais e socioespaciais na Zona Costeira Paraense. Esse entorno corresponde grosso modo às áreas limítrofes do Planalto Rebaixado da Amazônia, marcado por dois grandes conjuntos: a) o interflúvio entre o Rio Xingu e o Rio Tocantins, na faixa esquerda, que corresponde à área continental dos municípios marajoaras, possuindo ao norte, em direção horizontal, o Rio Pará como limite entre entorno e Zona Costeira; e, b) o interflúvio entre Rio Tocantins e Rio Gurupi, na faixa direita, que corresponde aos municípios do nordeste do estado do Pará, possuindo ao norte, em direção horizontal, o Rio Guamá como limite aproximado entre entorno e Zona Costeira.

O primeiro interflúvio possui vales importantes e estruturantes de dinâmicas territoriais e de ocupação histórica de rios que correm na direção sul-norte como o Rio Anapu, Rio Pacajá, Rio Camaraipi, Rio Jacundá, Rio Paranaúba, Rio Araticu e Rio Cupijó. O segundo possui ocupação antiga e consolidada em ambas as margens do Rio Guamá. Na margem esquerda, cabe destaque aos vales dos Rios Moju, Rio Acará e Rio Acará-Mirim, berços da Cabanagem, além do Rio Capim; na margem direita, os afluentes guamarinos são pequenos e o destaque vai para os rios atlânticos do estado do Pará (Barreto, Mocajuba, Curuçá, Marapanim, Caripi, Maracanã, Pirabas, Japerica, Quatipuru, Caeté e Piriá).

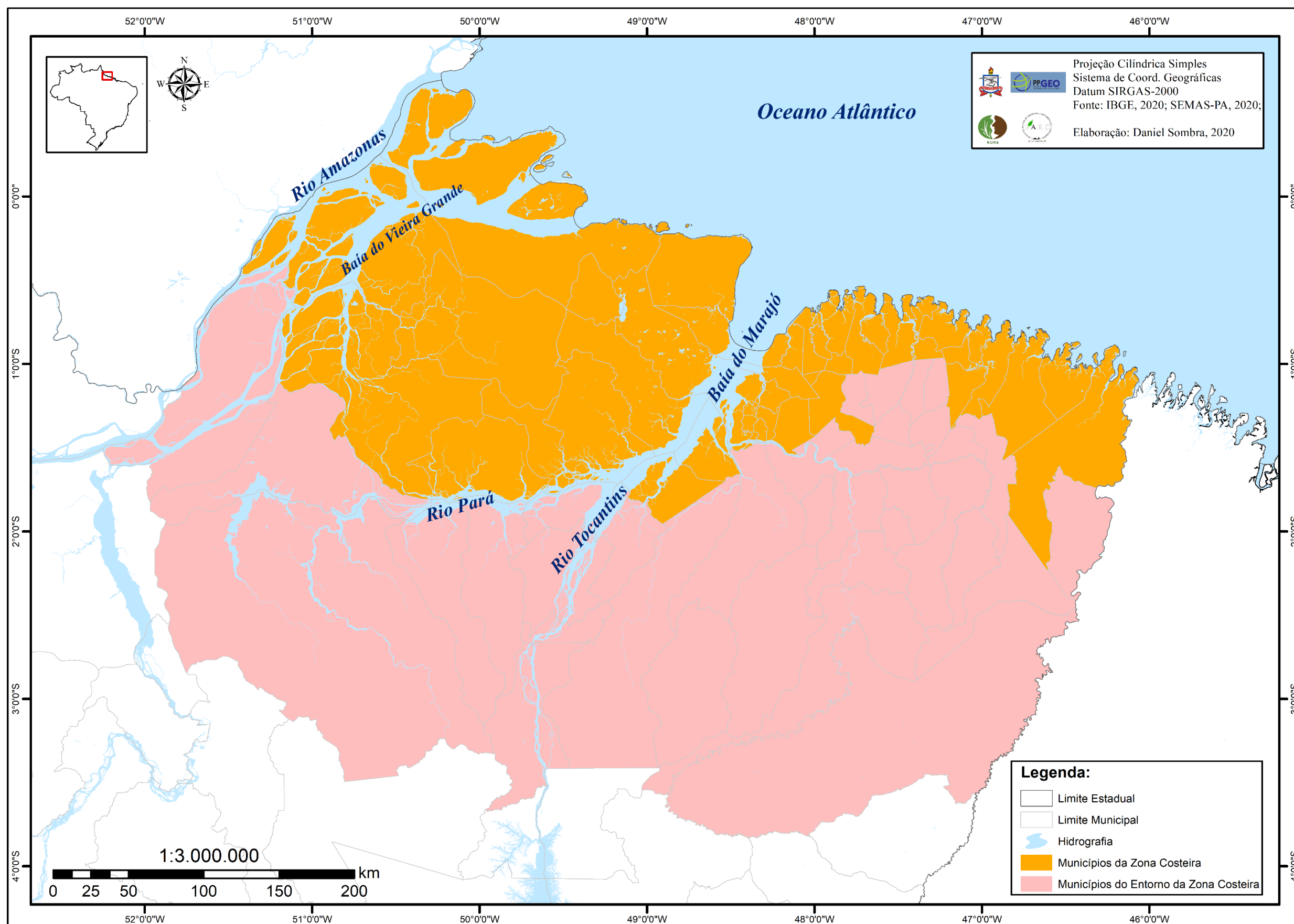
Tomou-se, para efeito didático, as malhas municipais como limites. Os municípios englobados no entorno da Zona Costeira Paraense são: Acará, Aurora do Pará, Baião, Bagre,

¹⁴ Conforme apontam Piraux et al. (2017), os municípios do baixo curso do Rio Tocantins apresentam dinâmicas como a expansão de monoculturas e da pecuária intensiva, entre outros, formando um gradiente, cujos vetores de modificação avançam no sentido sul-norte (em direção à Zona Costeira Paraense), e também no sentido leste-oeste (na direção mais específica do Arquipélago Marajoara).

Bonito, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão-Poço, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Gurupá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Inhangapi, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Melgaço, Mocajuba, Moju, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Oeiras do Pará, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Portel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, Tailândia e Tomé-Açu.

Com estes municípios constituindo uma área de entorno, fica resolvida a questão de eventuais problemas em adotar o recorte oficial do estado do Pará como recorte analítico. O entorno da Zona Costeira Paraense está ilustrado no mapa da figura 4.

Figura 4: Mapa da Zona Costeira Paraense e do entorno



Fonte dos dados geospaciais: IBGE, 2020; SEMAS-PA, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

Entende-se que esse recorte analítico permite vislumbrar melhor a relação entre forças produtivas e relações de produção que determinam a organização do espaço geográfico costeiro. É necessário ressaltar que a zona costeira do atual estado do Amapá é citada em distintos momentos desta Tese de Doutorado.

Em toda a história jurídica administrativa do Grão-Pará colonial – que possui três momentos chaves de demarcação lusitana, quais sejam: *a*) a tomada da cidade francesa de São Luís em 1615; *b*) a construção do Forte do Presépio e fundação de Belém em 1616; e, *c*) a tomada do Forte de Tucujus dos holandeses, e a construção, sobre os seus escombros do Forte de Santo Antônio de Gurupá, e fundação da então vila de Gurupá, em 1623, na margem direita da foz do Rio Amazonas – até o estado do Pará republicano, o Amapá esteve sob a jurisdição grão-paraense/paraense até 1943, quando o presidente Getúlio Vargas criou o então Território Federal do Amapá (BRASIL, 1943).

Ademais, conforme ilustra Marin (1998), há inter-relações entre o circuito espacial da produção e circulação da zona costeira continental e insular paraense com as atividades produtivas desenvolvidas na antiga “fronteira do Cabo Norte”, envolvendo as mesmas elites locais determinantes nas relações de produção de Belém e hinterlândia identificadas por Batista (2014), Sarges (2010) e Furtado (1981), as quais serão comentadas no subitem 1.6, e desenvolvidas no capítulo 2 da presente Tese de Doutorado.

A Zona Costeira Paraense, por fim, apresenta uma diversidade de ambientes como praias, dunas, manguezais, falésias, entre outros, os quais expressam a complexidade e dinamicidade que caracterizam os espaços litorâneos, assim como as grandes potencialidades ambientais a eles inerentes. Em termos de unidades de paisagem, a grande área insular possui dois ambientes clássicos: *a*) os campos da porção leste do Marajó; *b*) os furos da porção leste do Arquipélago. Na sua porção continental, pode-se afirmar que a Zona Costeira Paraense está caracterizada por quatro unidades de paisagem principais: *a*) tabuleiros; *b*) planície costeira; *c*) planície fluvial; e, *d*) planície de mangue (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018), conforme ilustra o mapa da figura 5.

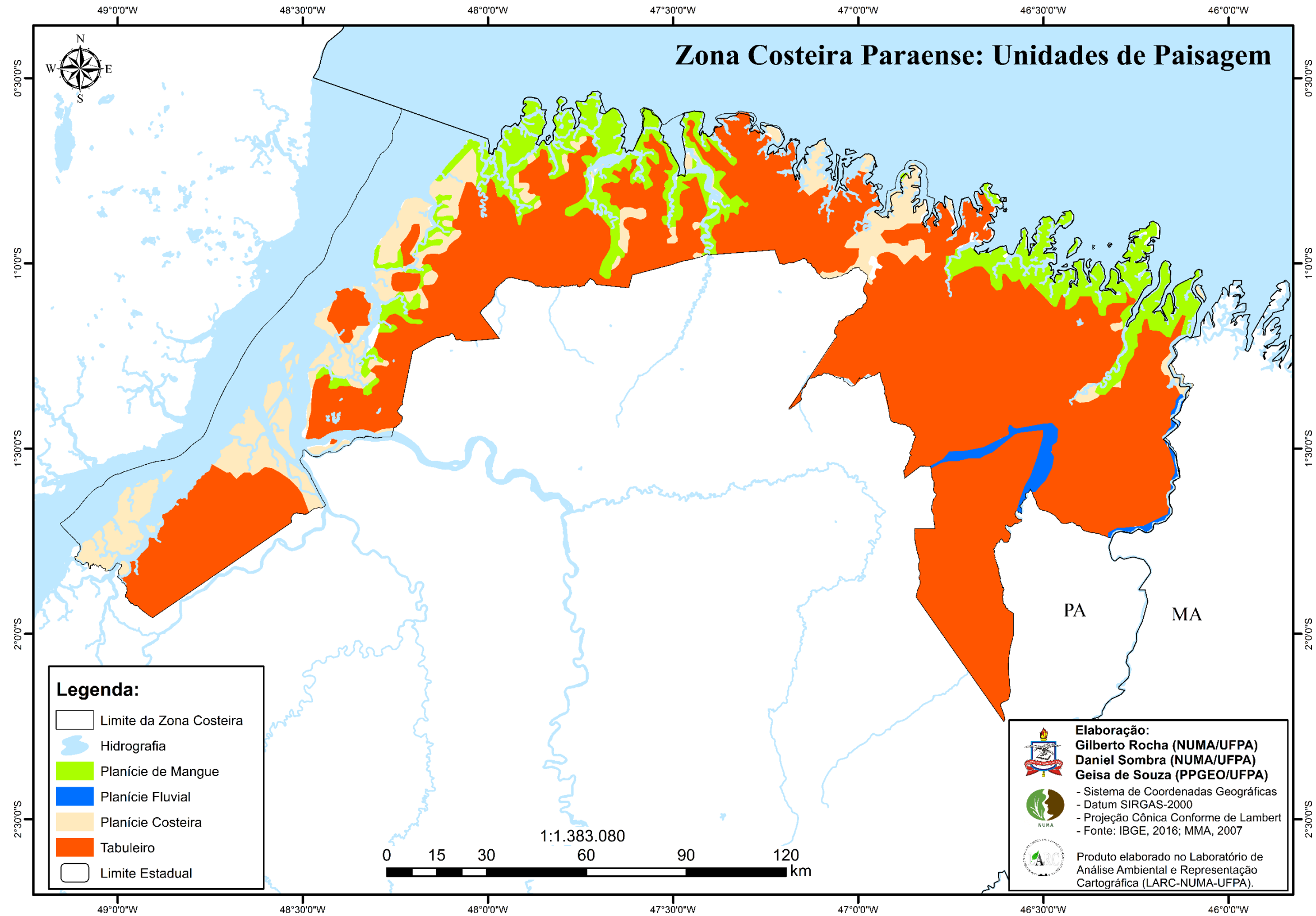
Para a apresentação destas unidades, utilizou-se como base os dados elaborados no contexto do Macrozoneamento Costeiro do Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os dados vetoriais de origem foram coletados na escala de 1:400.000, e representados na escala 1:380.000, mais adequada aos limites da Zona Costeira Paraense e estão disponibilizados pelos repositórios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O ambiente costeiro caracteriza-se pelas frequentes mudanças, tanto espaciais quanto temporais, que resultam em uma variedade de feições geomorfológicas e geológicas. Esse dinamismo costeiro advém da complexa interação entre processos deposicionais e erosivos relacionados e a ação de ondas, correntes de maré e correntes litorâneas, além, obviamente, das influências antrópicas que podem proporcionar alterações das paisagens naturais dessas áreas (ROSSETI, 2008).

A linha de costa se caracteriza pela instabilidade decorrente de alterações por efeitos naturais e antrópicos, que se manifestam em modificações na disponibilidade de sedimentos, no clima, na intensidade das ondas e na altura relativa do mar. Destarte, o litoral apresenta mudanças de forma e de posição que pode ter consequências econômicas indesejáveis na tentativa de interromper ou retardar o processo de reajuste morfológico (MUEHE, 2007).

Essa dinâmica volátil desses ambientes em conjunção à ocupação social dos terrenos costeiros e dos terrenos marginais exige atenção por parte do poder público, uma vez que erosão, deslizamentos, sucções e outros fenômenos possuem impacto direto nas sociedades (significando fator de risco socioambiental), como demonstram os estudos de Santos (2019), para Abaetetuba, e o panorama da Zona Costeira elaborado por El-Robrini et al. (2018).

Figura 5: Mapa das Unidades de Paisagem da Zona Costeira Paraense no seu trecho continental



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2016); MMA (2007). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2018.

O processo teórico e metodológico de delimitação de Unidades de Paisagens apresenta grande complexidade, pois a interação entre os diversos atributos do sistema natural e do sistema antrópico exige a identificação dos atributos responsáveis pela dinâmica da paisagem, como também identificar as principais fragilidades ambientais de cada unidade (AMORIM; OLIVEIRA, 2008).

Em características sintéticas, a cota mais elevada da Zona Costeira Paraense é de 102,045 metros no município de Viseu e sua cota mais baixa de 1,005 metros está no município de São Caetano de Odivelas (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018). O Planalto Rebaixado da Amazônia, também conhecido como Planalto ou Tabuleiro Costeiro, corresponde a relevos ondulados, com superfície arrasada e plana, não alcançando mais que 60 metros de elevação.

Os tabuleiros correspondem a conjuntos de formas de relevo de topo plano, elaboradas em rochas sedimentares, em geral limitadas por escarpas e apresentam altitudes relativamente baixas (IBGE, 2009). Os tabuleiros representam uma forma topográfica de terreno que se assemelha a planaltos, terminando geralmente de forma abrupta (GUERRA, 1993).

Na Zona Costeira Paraense correspondem às formações barreiras ligadas ao holoceno. Devido à sua extensão, os tabuleiros agrupam diversificadas formas de ocupação e usos do solo como urbanização, principalmente no caso de Belém, Ananindeua e Marituba. A agricultura está presente em praticamente todos os municípios que compõem a área de estudo e o extrativismo e pecuária manifestam-se nos municípios de Tracuateua, Augusto Corrêa, Viseu, entre outros.

Outra unidade refere-se à planície costeira. Planícies são conjuntos de formas de relevo planas ou suavemente onduladas, em geral posicionadas a baixa altitude, e em que processos de sedimentação superam os de erosão (IBGE, 2009). Para Guerra e Cunha (2011), as planícies costeiras são superfícies relativamente planas, baixas, localizadas junto ao mar, e cuja formação resultou da deposição de sedimentos marinhos e fluviais. A planície fluvial, por sua vez, é o resultado da evolução de um sistema anastomosado que esteve ativo antes da implantação do atual padrão de canal. As feições nela existentes são resultantes deste antigo sistema e de formas associadas aos canais atuais (SOUZA FILHO, 1993).

De acordo com Rosseti (2008), a zona costeira está sujeita à influência de fluxos de sedimentos advindos do sistema fluvial, que interagem diretamente com processos litorâneos, produzindo uma diversidade de ambientes deposicionais e, conseqüentemente, de feições geomorfológicas. Os usos da terra vinculados à planície fluvial na Zona Costeira Paraense referem-se, principalmente, à pecuária, pesca e agricultura familiar.

A planície de mangue apresenta importância ambiental e econômica. Sua ocorrência é marcante em toda extensão da Zona Costeira Paraense, e, de acordo com Mascarenhas e Gama (1999), em função da influência salina das águas do oceano, se estende por distâncias significativas ao longo dos rios que desembocam no litoral.

Borges, Rezende e Coelho Jr. (2009) explicam que os manguezais são ambientes quase sempre associados a estuários e lagunas costeiras, sendo ecossistemas de transição entre os ambientes oceânico e terrestre, sofrendo forte influência dos processos continentais, como a drenagem das águas e os efeitos das atividades humanas. Esses ambientes estão presentes nas faixas tropical e subtropical do planeta, ocupando regiões tipicamente inundadas pela maré tais como: estuários, lagoas costeiras, baías e deltas. Estas regiões caracterizam, mas não obrigatoriamente, misturas de águas dulcícolas e oceânicas (ALVES, 2001).

A Zona Costeira Paraense, assim, concentra a maior parte das terras públicas que compõem os bens do Patrimônio Fundiário da União no estado do Pará. O Decreto-Lei nº 9.740 de 1946, no contexto da Era Vargas, – cujas contradições com as letras legais anteriores são destrinchadas por Tobias (2017) e descritas no Capítulo 3 – é o marco legal que vai caracterizar os bens patrimoniais da União:

As ilhas oceânicas, lacustres, fluviais nas áreas-limite com outros países, reconhecendo também os lagos como bens da União. Entretanto, mais recentemente, a Constituição Federal de 1988, atualizou a discussão legal sobre esse tema, disciplinando e definindo o que são os bens da União (NASCIMENTO; FERREIRA, 2014, p. 10).

A Constituição Federal de 1988 convalida e atualiza o decreto:

Art. 20. São bens da União: I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos; II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005); V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI – o mar territorial; VIII – os terrenos de marinha e seus acrescidos; VIII - os potenciais de energia hidráulica; IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo; X - as cavidades

naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019).

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Portanto, os principais marcos legais acerca da dominialidade contemporânea das ilhas da União (lacustres fluviais e de várzea) estão contidos no Decreto nº 9760 de 5/9/1946 e pela Constituição Federal de 1988, que atualizou essas definições. Nascimento e Ferreira (2014) expõem detalhes jurisdicionais acerca da dominialidade das ilhas fluviais e marítimas.

Assim, para finalizar a problemática, cabe destacar alguns pontos. A Zona Costeira do Estado do Pará inclui o município de Barcarena, além dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém. Por outro lado, inclui os municípios da Arquipélago Marajoara e da zona de colonização bragantina.

Tratam-se de espaços geográficos cuja organização do trabalho e dinâmica de reprodução das relações sociais se deu a partir da subsunção formal do trabalho ao capital, e onde maiores esforços se deram no sentido da materialização do processo em acúmulo de formas e controle dos produtos e finanças nas grandes praças.

Aqui se desenvolveu prioritariamente a grande pesca do século XIX (VERÍSSIMO, 1970), e se localizam as cidades que sediavam as “fábricas nacionais” que controlavam a produção dos pesqueiros reais, do cacau e demais especiarias produzidas na Amazônia, as quais ganham impulso produtivo durante o Ciclo da Borracha em função do crédito que essa atividade disponibilizou, aumentando a complexidade da divisão do trabalho e a complexidade da urbanização concentrada em Belém (SARGES, 2010).

Este evento, por sua vez, deu base a um processo de industrialização vigoroso equiparado ao que ocorria em São Paulo na mesma época (MOURÃO, 1989). Tal processo era visível a partir da circulação de mercadorias no sistema portuário de Belém, o qual foi modernizado para a atividade da borracha, mas foi sustentado pela produção da hinterlândia de Belém (PENTEADO, 1973).

Por outro lado, a Zona Costeira Paraense, para além de estar diretamente imbricada aos Grandes Projetos, vide Barcarena, também recebeu a concentração da pesca industrial, com polo industrial em Belém e atuação em toda a Zona Costeira Amazônica (PENNER, 1984). A pesca artesanal comercial, que já apresentava caráter de subsunção formal ao capital (MELLO, 1985), agora se defronta com a subsunção real, e esta ocorreu a partir da alienação não apenas do produto do trabalho, mas também do próprio processo de trabalho. Para Mello (1985, pp. 160-161, grifos do autor):

Com o que Marx denomina de *subsunção real do trabalho ao capital ou modo de produção especificamente capitalista* temos uma reviravolta não apenas na figura real do modo de produção (meios, processo de trabalho etc.), mas também nas *relações de poder* que se estabelecem entre capitalistas e assalariados a partir das modificações implementadas no processo efetivo de produção. Tomando o caso da pesca, isto pode ser representado pela perda por parte dos trabalhadores dos dois únicos elementos que lhes tinham restado como *posse* desde que começaram a operar sob relações capitalistas de produção [na subsunção formal do trabalho ao capital], ou seja: *o conhecimento global do processo de produção do pescado e o controle do processo de trabalho* (modo, duração e ritmo).

Mello (1985) ao estudar o caso da pesca, já havia observado que o conceito de subsunção, trabalhado por Marx (2011a), em seus *Grundrisse*, poderia fornecer a chave para coalescer a análise das relações de produção com a análise das relações de poder.

Tanto o caso da subsunção formal na pesca artesanal, como o da subsunção real na pesca industrial, a existência do modo de produção capitalista está relacionada à presença do “trabalho livre”, ou seja, do trabalhador despossuído dos meios de produção. Loureiro (1985) e Furtado (1987) analisam como esse processo ocorreu na estrutura produtiva e fundiária da porção nordeste do estado do Pará, ao passo que Loureiro (1987) analisa como o mesmo ocorreu no Arquipélago do Marajó. Neste último, o êxodo rural teve mais fatores de natureza política em sua origem, enquanto no nordeste do Pará, os fatores econômicos foram mais marcantes, conforme compara Soares (2016).

Soares (2016) sistematiza os conflitos entre os espaços normados pela subsunção formal e pela subsunção real no caso da atividade pesqueira, e também a produção de contraespaços em ambas. Entretanto, o papel das elites locais parece contraditório na atual espacialidade e temporalidade. Por um lado, a esfera municipal e legislativa estadual são espaços de articulação de políticas que viabilizam sua reprodução em moldes similares aos analisados por Loureiro (1985) – e também Silva (2004), Nahum (2006) e Canto (2016), em seus estudos de caso. Por outro lado, a institucionalização de áreas protegidas, sobretudo as de nível federal, terminou

por liberar essas arenas produtivas da intermediação das elites locais na esfera da circulação, o que foi analisado por Soares (2016).

Sobretudo no caso dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (normados pelo INCRA e pela SPU) e no caso das Reservas Extrativistas (normadas pelo ICMbio), a possibilidade concreta da reprodução social e espacial por outros valores além ou aquém dos capitalistas foi institucionalizada.

O que se analisou em trabalho passado é que a mediação entre produtor e mercado final agora prescinde das elites locais nesses espaços, o que, entretanto, não significa a inexistência de articulação desses espaços com o grande capital, o que foi mostrado para o caso da indústria pesqueira (SOARES, 2016). O que cabe em termos de problematização agora não mais se restringe a uma atividade produtiva, senão ao todo do processo de reprodução do espaço e regulação do território.

Assim, historicamente as terras públicas na Zona Costeira derivam das terras destinadas à Coroa Lusitana. Há códigos e regulações estabelecendo restrição de uso e resguardando a soberania estratégica dessas áreas. A República herda, contudo, um grande problema: a confusão entre espaço público e espaço privado, em suas formas e funções¹⁵.

1.2 – Justificativa da Tese de Doutorado em Geografia

A Geografia tem suficiente tradição em estudos de dinâmicas produtivas, sobre o prisma da produção do espaço, embora não tenha sido elaborada, ainda, uma teoria geográfica da subsunção do trabalho ao capital. Os primeiros encaminhamentos importantes para essa hercúlea missão foram estabelecidos por Mota (2016).

Avançar nessa direção implica em estabelecer as leis gerais das formações socioeconômicas – ou formações espaciais, como preferem Santos (1979, 2005) e Moreira (2012b, 2015, 2018). O uso da categoria subsunção esteve presente na obra de Mello (1985). A temática do “poder do atraso” e da reprodução de relações não capitalistas abrange muitas obras sobre formação espacial, fronteira, espaço agrário e campesinato no Brasil e na Amazônia – a

¹⁵ “*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. *Função* [...] sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 2008b, p. 69, grifos do autor).

exemplo de Valverde (1972, 1979), Velho (1972, 1976), Becker (1982, 1990, 2009), Oliveira (1987, 1988, 1994, 1997), Martins (1980, 1994, 2009), entre outros.

Porém, a Zona Costeira Paraense, enquanto unidade espacial, ainda não foi objeto de estudo tendo em vista a subsunção do trabalho ao capital. Um estudo acerca da reprodução do espaço como um todo, a partir do pensamento e análise integrada de suas dinâmicas territoriais, ponderando a função exercida pelo Estado, envolvendo municípios e áreas protegidas.

Os estudos sobre áreas protegidas, em geral, têm abordado o viés institucional das políticas de proteção ambiental. Mais recentemente, a perspectiva nomeada por Acsehrad (2010) como “ambientalização das lutas sociais”, no sentido de compreender a agenda da Reforma Agrária e da conservação ambiental como uma agenda integrada¹⁶, tem dado uma nova roupagem a esses estudos, desdobrando em temas como justiça ambiental (SANTOS, 2013), justiça territorial (CRUZ, 2013; LIMA, 2015) e conflitos socioambientais (CANTO, 2016; CANTO et al., 2018). Novamente, a dimensão territorial é privilegiada.

Avançando para o caso específico dos terrenos de marinha, a última fronteira terrestre ante ao mar, e os seus acrescidos, isto é, a parte que foi tomada das águas para compor as áreas aterradas, especificamente no campo geográfico, observa-se que entre os trabalhos elaborados predominam as questões de técnicas cartográficas, e quase sempre restritos a Belém. É o caso dos estudos de Gomide (2008); Borges (2012); Soares, Nascimento e Santos (2014); Fernandes, Abreu e Vasconcelos (2014); Fernandes, Santos e Nascimento (2014); Pinho, Costa e Souza (2014); e Silva et al. (2016).

Outros estudos acerca dos terrenos de marinha e seus acrescidos fora do estado do Pará também costumam estar mais endereçados para a questão da aferição técnica da área, conforme são os casos dos estudos de Lima (2002), Oliveira (2008), Thiers (2012), e Sell e Baruffi (2014). Rosa et al (2018) elaboram uma revisão conceitual e uma síntese das consequências e alterações propostas pelas distintas metodologias de aferição de premar tão longínqua no tempo, considerando, em sua análise, toda a Zona Costeira Brasileira.

Nesta pesquisa, os terrenos de marinha e seus acrescidos, e também as outras áreas que constituem o Patrimônio da União, estabelecidas pelo artigo 20 da Constituição Federal de 1988 serão avaliadas como áreas estratégicas dentro da Zona Costeira Paraense, uma vez que,

¹⁶ Gonçalves (2001) credita a Chico Mendes um papel fundamental nesse “casamento” de perspectivas. Autores como Keck e Sikkink (2012), para o caso da agenda socioambiental interescalar (integrando lutas sociais e ambientais em uma única agenda), e Khagram (2012), para o caso mais particular dos atingidos por hidrelétricas, ilustram como esse debate é uma agenda global, e revela uma face da reprodução do espaço geográfico mundial capitalista.

conforme a análise do Capítulo 3 desta Tese, a despeito do instituto de “terras públicas” ter sua gênese na República brasileira, estas terras sempre tiveram um *status* especial de reservadas à Coroa, ao poder colonial, e assim mesmo, o poder privado dos colonos sempre avançou sobre elas.

Contudo, ainda que a dimensão territorial esteja presente o tempo todo, esta Tese apresenta uma narrativa voltada à reprodução do espaço geográfico. Igualmente, questões técnicas e jurídicas serão comentadas de forma assessorial.

1.3 – Objetivos da Tese de Doutorado em Geografia

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as forças produtivas e as relações de produção, com foco no controle do produto do trabalho e controle do processo de trabalho na Zona Costeira Paraense, a fim de compreender a importância que tem para esse sistema as terras e os recursos costeiros. Assim, se pretende fazê-lo de modo interescolar, identificando o papel deste espaço na totalização do modo de produção capitalista.

Quanto aos objetivos específicos:

- a) Identificar se há ou não reprodução das elites locais baseadas na subsunção formal do trabalho ao capital através da mediação com o aparelho estatal, seja dos municípios ou dos demais entes, e se há, o modo processual como ocorre;
- b) Identificar se há ou não reprodução das elites locais baseadas na subsunção formal do trabalho ao capital através da mediação com o aparelho estatal com alguma inter-relação com a institucionalização (reconhecimento legal) dos contraespaços em territórios oficiais [assentamentos, reservas extrativistas, unidades de conservação, terrenos de marinha, acordos de pesca], e se há, o modo processual como ocorre;
- c) Identificar os conflitos presentes na escala local, ao nível das relações de produção, entre classes de produtores e não produtores;
- d) Identificar os contraespaços produzidos pela subsunção formal e os contraespaços produzidos pela subsunção real;
- e) Produzir uma síntese das dinâmicas territoriais presentes na Zona Costeira Paraense, relacionando a subsunção aos vetores técnicos.

1.4 – Hipóteses da Tese de Doutorado em Geografia

Dentro do quadro analítico projetado para a pesquisa três hipóteses foram apresentadas:

- a) Hipótese de afirmação: na Zona Costeira Paraense, as terras públicas, em geral, e os terrenos de marinha, em particular, foram utilizados a maior parte do período histórico com uma função dupla de fundo territorial de soberania do Estado nacional, mas

permitindo às elites locais o acúmulo de poder territorial e exploração do trabalho dos não proprietários de terra e de recursos naturais;

- b) Hipótese de negação: os contraespaços derivados das contradições sociais no espaço geográfico paraense costeiro, e dos conflitos interescares envolvendo o território na escala nacional impediram o efetivo uso das terras públicas em geral, e dos terrenos de marinha em particular;
- c) Hipótese de negação da negação: a institucionalização dos contraespaços enquanto territórios oficiais possui como motor as contradições da sociedade total capitalista (postas as três formas de exterioridade de capital na Zona Costeira Paraense), mas a forma como são inseridas no arranjo espacial da formação brasileira, implica na reprodução da subsunção formal do trabalho ao capital, com a mediação de intermediários, cabendo o controle ao produto do trabalho e não necessariamente sobre o processo de trabalho, cabendo assim a reprodução das elites locais na função de intermediárias do bloco hegemônico – os que controlam os novos vetores (baseados na subsunção real), derivando isso em momentos de alternância entre a função e uso efetivo das terras públicas, em geral, e dos terrenos de marinha, em particular.

1.5 – Procedimentos metodológicos da Tese de Doutorado em Geografia

Com relação aos procedimentos metodológicos, cabe destacar o que se compreende por método. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) concebem a dinâmica da pesquisa em ciências sociais a partir de quatro grandes polos, expostos no quadro 1.

Quadro 1: Polos e campos do método científico em ciências sociais

Polo	Campos
1) O Polo Epistemológico	Processos Discursivos: a) A Dialética b) A Fenomenologia c) A Quantificação d) O Método hipotético-dedutivo
2) O Polo Teórico	Quadros de Referência a) O quadro positivista b) O quadro da compreensão c) O quadro funcionalista a) O quadro estruturalista
3) O Polo Morfológico	Quadros de Análise b) As tipologias c) O tipo ideal d) Os sistemas a) Os modelos e estruturas
4) O Polo Técnico	Modos de investigação b) Os estudos de caso c) Os estudos comparativos d) As experimentações e) A simulação

Fonte: Bruyne, Herman e Schoutheete (1977). Elaborado e adaptado pelo autor.

Esse enquadramento inicial, certamente algo arbitrário, é, no entanto, um guia para os caminhos metodológicos a serem trilhados na pesquisa em ciências sociais. Para efeito de simplificação, porém, propõe-se, para a Tese de Doutorado em Geografia, em tela, abordar o método em dois momentos apenas: *a*) a metodologia analítica (que, certamente inclui os dois primeiros polos dos autores acima supracitados, e, possivelmente, algo do terceiro polo); e, *b*) a metodologia operacional (a qual concentra o quarto polo dos autores supracitados, com alguma coisa do terceiro polo). A primeira mais aos moldes de Japiassu (1991) e Fourez (1995). A segunda mais ao torque de autores como Nachmias e Nachmias (2000), Severino (2007) e Xavier (2016).

Não se desconhece que Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) ao proporem aquele enquadramento consideram, em parte de sua obra, o complexo contexto social da corporação científica na sociedade. É necessário, porém, ir além, em termos de crítica epistemológica, e problematizar o ato social fazer ciência em uma sociedade de hegemonia¹⁷ burguesa, no modo de produção capitalista.

Japiassu (1991) critica a chamada ciência praxeológica¹⁸, que é a ciência que se faz visando a produção do valor de troca, e não do valor de uso. Esses dois termos serão melhor discutidos adiante. Autores como Kuhn (1978) e Fourez (1995) realizaram as críticas analíticas fundamentais para a compreensão de como os fatos sociais impactam na corporação científica, e como a neutralidade científica como um todo é um ideal, e uma imagem, mas não o fato da coisa em si, enquanto Burt (1983) ilustra muito bem como, mesmo nas ciências “mais duras” há bases metafísicas (portanto, além da ciência) nos seus axiomas aparentemente mais sólidos.

Não se pode, contudo, à essa altura do tempo, ignorar os debates já consolidados. Portanto, não cabe refazer a trilha de Descartes (1983) e duvidar de tudo. A dúvida metódica cartesiana, radical como foi, só tem sentido justamente para o período histórico em que foi feita, diante de uma ruptura radical com a cosmologia judaico-cristã do mundo feudal provocada pelo renascimento das guerras e comércio com os árabes, ressuscitando o mundo helênico.

¹⁷ Não se fará, por falta de espaço, uma arqueologia do conceito de “hegemonia”. Mas nesta Tese de Doutorado em Geografia, sempre que ele aparecer, estará vinculado à concepção de Gramsci (1987), em que hegemonia corresponde grosso modo a uma dominação ideológica de uma classe social sobre outras, e se manifesta quando os interesses particulares de uma classe são identificados como as de determinada totalidade (a humanidade, a nação, o Estado, a sociedade, a formação social etc.).

¹⁸ O neologismo criado por Japiassu (1991) possui como radical o substantivo “praxe”, substantivo feminino que significa “aquilo que habitualmente se faz; costume, prática, rotina”. Não confundir com o conceito marxista de práxis, uma parte do conhecimento voltada para as relações sociais e as reflexões políticas, econômicas e morais, tendo em vista a relação entre teoria e ação social prática.

Os termos por Löwy (1986, p. 104) são basilares:

Desse modo, não existe ciência pura de um lado, e a ideologia de outro. Existem diferentes pontos de vista científicos, que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe. Existe, também, uma certa continuidade entre a obra de Marx e a de Ricardo, de Sismondi e de muitos outros, superando-as, criticando-as, mas dando continuidade no trabalho científico. Por outro lado, há uma ruptura, um corte, introduzido pela ciência nova, que representa o ponto de vista da nova classe (o proletariado), que é a crítica da economia política de Marx, representando um nível superior de conhecimento científico.

Destarte, o método que guia esta Tese de Doutorado em Geografia é o materialismo histórico dialético. Marx (2011a) é o autor fundamental, cujo sistema teórico e metodológico guia a pesquisa em apresentação. A abordagem dos conceitos, categorias e métodos de análise marxianas aplicados à realidade latino-americana é conduzida a partir de Dussel (2012). O uso de tais ferramentas em uma análise da ciência geográfica segue os caminhos levantados por Mota (2016, 2017) e, parcialmente aplicados por Soares (2016).

De acordo com Dussel (2012), Marx (2011a) compreende as relações de produção, e sua relação dialética e metabólica com as forças produtivas a partir de dois níveis: *a*) a “produção em geral”; e, *b*) a produção “mais em concreto”. O primeiro nível diz respeito às necessidades e satisfações do humano, enquanto que o segundo nível é concernente à reprodução das relações de produção – para usar os termos de Lefebvre (1973) – pois aqui: produção é consumo, produção é distribuição, e, produção é troca; ao mesmo tempo, em que consumo, distribuição e troca são, ao fim e ao cabo, produção. Trata-se da reprodução dos meios de vida e dos meios de sustentação do próprio modo de produção.

Ao chamar a atenção para a amplitude do termo “reprodução das relações de produção”, e seu efeito retrospectivo e perspectivo, Lefebvre (1973, p. 6, grifos do autor), afirmou que:

Se a hipótese teórica se verificar, ou, por outras palavras, se o conceito de “re-produção [*sic*] das relações sociais de produção” for verdadeiramente um conceito (e, como conceito, tiver a sua verdade), então, não nos dará apenas um fio condutor, mas um instrumento intelectual para descrição e a análise crítica do “real”. Este conceito possui um alcance global e sintético (sem, contudo, retomar o aspecto das “sínteses” ou dos “sistemas” clássicos). Ele vem ocupar um lugar central, afastando, para as substituir, noções que se admitem com frequência, noções que provêm quer da filosofia, quer das especializações científicas: o “sujeito” (individual ou colectivo [*sic*], cartesiano ou não), cuja crise, por via disso, toma logo outro sentido — o “objecto” [*sic*], a coisa e o signo — e estrutura e a função, etc. Se bem determinado, este conceito não designa nem uma entidade (a naturalidade, a historicidade, o factual, o inconsciente, a espontaneidade) — nem uma metáfora, a qual não seria menos obscura do que uma entidade (fluxo, agregado, cadeia) — nem, por último, uma determinação que, porque seria mecânica,

seria demasiado precisa (dispositivo, máquina, feed-back [sic]). Este conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica [sic], mas também as desloca, as modifica, as amplifica.

Entenda-se, então, que não se trata meramente de uma produção econômica em sentido estrito, mas da ampla reprodução das relações sociais e sua cultura material, logo, reprodução do que os geógrafos concebem como o próprio espaço geográfico¹⁹. Contudo, o tempo atual (de construção de uma geografia do espaço mundial ou do mercado mundial) é a era da hegemonia do modo de produção capitalista, onde o limite entre a necessidade humana e a necessidade do capital está nuançado.

Mészáros (2007, p. 40) afirma que “naturalmente, a relação entre indivíduos e a humanidade sempre depende do modo como a interação necessária entre os seres vivos e a natureza é mediada, sob circunstâncias dadas, por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas”. Então, surge o problema central dos tempos de hoje:

O problema sério e em princípio insuperável para o sistema do capital é que ele sobrepõe às inevitáveis *mediações de primeira ordem* entre a humanidade e natureza um conjunto de *mediações alienantes de segunda ordem*, criando, por meio disso, um círculo vicioso “eternizado” – e conceitualizado da mesma maneira mesmo pelos maiores pensadores da burguesia – do qual não pode haver escapatória uma vez que se compartilhe da perspectiva do capital (MÉSZÁROS, 2007, p. 40, grifos do autor).

Uma distinção breve, porém, efetiva, entre as “mediações de primeira ordem” e as “mediações de segunda ordem” (essas, as mediações alienadoras do sistema do capital), é que, segundo Mészáros (2007), nenhuma das mediações de primeira ordem entre humanidade e natureza implica necessariamente nas relações de classe de dominação e subordinação, as quais,

¹⁹ Castro, Soares e Quaresma (2015, p. 42), ao dialogar com a obra de Moreira (2012a), afirmam que: “Em geografia, o objetivo formal do estudo atende ao mundo humanizado, relação entre sociedade e natureza, portanto, aqui não se refere a um espaço em abstração que não seja o espaço geográfico, dialética entre trabalho em ato e trabalho cristalizado. A representação do modelo exige, por seu turno, uma linguagem de codificação. Historicamente, o conhecimento geográfico tem sido praticado com o uso da linguagem cartográfica, a qual possibilita além da identificação do sítio e da posição, a análise e correção de distintas escalas, o que, por seu turno, torna-a um instrumental fundamental para a compreensão da espacialidade diferencial da sociedade, o que a exige a percepção da geograficidade do fenômeno social”. Posteriormente, prosseguem Castro, Soares e Quaresma (2015, p. 44-45, grifos dos autores), acerca da compreensão da ciência geográfico sobre o conceito de espaço: “Nos anos de 1980, a geografia brasileira sentiu a ressonância das grandes mudanças teórico-metodológicas propostas pela ruptura na geografia anglo-saxônica. Para Moreira (2012), houve cinco grandes eixos de reflexão no desenvolvimento da renovação crítica: a) o espaço como formação e instância social (Milton Santos); b) o espaço como condição de reprodução das relações de produção (Lefebvre); c) o espaço como mediação das relações de dominação de classes e de poder (Lacoste); d) o espaço como estrutura de valorização do capital (Harvey); e) a sociedade como natureza socializada e história naturalizada (Quaini)”. É mister reconhecer que cronologicamente, e também em termos de temporalidade, a obra de Lefebvre (1973) influenciou os demais citados por Moreira (2012a).

ao contrário, são inseparáveis das dimensões de segunda ordem, as mediações que são condições da reprodução do capitalismo. Em um esforço eminentemente sintético, e, como sempre²⁰ em ciência, provisório, Mészáros (2007, p. 40) aponta uma série das mediações de primeira ordem entre humanidade – seres humanos organizados em sociedades, evidentemente, e não o “indivíduo isolado das robinsonadas”²¹, criticado por Marx (2011a) – e natureza, reproduzida no quadro 2 a seguir.

²⁰ Evidentemente, uma afirmação de princípio ou ideal, e não alegação de que assim as coisas o são na ciência de fato, conforme comentado, e vide as obras de Kuhn (1978), Burt (1983), Löwy (1986), Japiassu (1991) Fourez (1995), além, fundamentalmente, as de Marx (1984, 1991, 2008, 2011a, 2011b).

²¹ “Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos socialmente determinada, é naturalmente o ponto de partida. O caçador ou pescador, particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertencem às triviais imaginações do século XVIII. São robinsonadas que não expressam, de nenhum modo, como se afigura aos historiadores da civilização, uma simples reação contra o refinamento excessivo e o retorno a uma vida primitiva mal compreendida” (MARX, 2008, p. 239-240). “Robinsonada” é, como o nome já faz notar, uma referência a Robinson Crusoé, romance clássico de Daniel Defoe. Em termos de produção social do espaço geográfico, melhor discutido no próximo subitem, cabe a mesma observação para a comunidade isolada e independente construída pela mera vontade de seu fundador. Mito de origem de uma série de trabalhos geográficos e antropológicos que insistem em ver na Amazônia uma coleção de elementos *sui generis* no mundo. Se Marx chamou de robinsonadas àqueles, com razão poderia se falar em “macondada” ou “síndrome de Macondo” para certos trabalhos sobre a Amazônia.

Quadro 2: Mediações de primeira ordem entre sociedade e natureza

Ação	Objeto	Função
Regulação necessária (mais ou menos espontânea)	Atividade reprodutiva biológica	Sustentação da população em conjunção com os recursos disponíveis
Regulação	Processo de trabalho (intercâmbio necessário da comunidade com a natureza)	Produção de bens demandados para a satisfação humana, bem como os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e conhecimento por meio dos quais o próprio processo reprodutivo pode ser mantido e aprimorado
Estabelecimento	Relações de troca adequadas	Conjugar as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos – inclusive os culturalmente produtivos – disponíveis
Organização, coordenação e controle	Multiplicidade de atividades que asseguram a satisfação das necessidades materiais e culturais humanas	Assegurar e salvaguardar o processo de reprodução sociometabólica bem-sucedido das comunidades humanas progressivamente mais complexas
Alocação racional	Recursos materiais e humanos disponíveis	Lutar contra a tirania da escassez através da utilização econômica (no sentido de economizar) dos modos e meios dados de reprodução da sociedade
Promulgação e administração	Regras e regulamentações	Conjugar a sociedade como um todo com as demais determinações e funções mediadoras primárias

Fonte: MÉSZÁROS, 2007, p. 40. Elaborado e adaptado pelo autor da tese.

Em suma, satisfeitas as condições do quadro 2 acima, no nível das mediações de primeira ordem, está-se referindo a uma reprodução social de um espaço geográfico comunitário, ou, ao menos, externo à dimensão do modo de produção capitalista. Ali, nesse espaço geográfico aquém ou além do capital, o trabalho, produzido socialmente, ou seja, coletivamente, dá origem a valores de uso consumidos pelas pessoas, cristalizados na paisagem para usufruto social e coletivo, e, assim, dispostos e organizados no espaço geográfico.

Qualquer mediação com a produção de mais-trabalho ou mais-valor²² para gerar valor de troca – ainda que sob relações de produção e trabalho que não sejam as propriamente

²² Em língua portuguesa, seguindo a tradução espanhola (*plusvalía*), se consagrou o termo “mais-valia”. Provavelmente porque tanto a primeira edição portuguesa, como a primeira edição brasileira de *O Capital* foram traduzidas não direto do alemão, mas a partir da edição espanhola. Recentemente, os tradutores têm optado pelo termo “mais-valor”, que é, de fato, o mais adequado. Sobre este ponto, Duayer (2011, p. 23, grifos do autor) comenta: “[...] procuramos observar os usos correntes na literatura marxista em português. A única e importante exceção refere-se à categoria ‘*Mehrwert*’, que tradicionalmente vem sendo traduzida como ‘mais-valia’. Em nossa opinião, é impossível justificar tal tradução, seja em termos literais, seja em termos teóricos. Literalmente, ‘*Mehrwert*’ significa ‘mais-valor’. Poderia também ser traduzida como “valor adicionado” ou “valor excedente”. Uma vez que não é a tradução literal de ‘*Mehrwert*’, o uso de ‘mais-valia’ teria de ser justificado teoricamente.

capitalistas – encerra os limites espaciais e temporais da comunidade. Qualquer mediação que leve à produção de valor de troca, eliminando a troca simples, inaugurando a reprodução ampliada, extrapola a dimensão do lugar.

Efetivamente, este é o processo (em escala, em ampliação, em totalização) desde a erupção do modo de produção capitalista e seu mercado mundial, cuja totalização é o próprio espaço geográfico mundial. Isto é melhor explanado no referencial teórico.

Neste período histórico em totalização, cada vez mais, está encerrado *o lugar*²³ enquanto *espaço do vivido e da experiência individual no meio* e é inaugurado *o lugar*²⁴ enquanto *espaço*

Essa tarefa é impossível, pois como ‘valia’ nada significa nesse contexto, não há como justificar ‘mais-valia’ do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio. Ademais, além de ser uma tradução ilícita, a expressão ‘mais-valia’ converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa. Produção capitalista, como se viu, é produção de valor, e produção de valor tem de ser produção crescente. Portanto, produção capitalista é, por definição, produção de mais-valor”. Concordado integralmente com Duayer (2011), a redação desta Tese de Doutorado em Geografia adota “mais-valor” e não “mais-valia”, com a exceção somente dos trechos em que se faz uso de citação direta.

²³ “‘Espaço’ e ‘lugar’ são termos familiares que indicam experiências em comum. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As grandes planícies dão a sensação de espacialidade. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os planejadores gostam de evocar um sentido de lugar. Estas são expressões comuns. Tempo e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Nós os admitimos como certos. Quando, no entanto, pensamos sobre eles, podem assumir significados inesperados e podem e levantam questões que não nos deveria indagar” afirma Tuan (1983, p. 3), para depois arrematar: “na experiência, o significado de espaço freqüentemente [sic] se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado se transforma em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. S arquitetos falam das qualidades espaciais do lugar. Podem igualmente falar das qualidades locais do espaço. As idéias [sic] de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e versa vice. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa, cada pausa no movimento torna possível com que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p. 6, grifos do autor).

²⁴ “Como nos lembra Michel Serres, ‘[...] nossa relação com o mundo mudou. Antes, era local-local; agora é local-global [...]’. recorda esse filósofo, utilizando um argumento aproximativamente geográfico, que ‘hoje, temos uma nova relação com o mundo, porque o vemos por inteiro. Através dos satélites, temos imagens da Terra absolutamente inteira’. Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a freqüência [sic] dos deslocamentos e banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de aprender. [...] As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada qual com o sistema do mundo. Cada lugar, é, à sua maneira, o mundo. Ou, como afirma M. A. de Souza (1995, p. 65), ‘todos os lugares são virtualmente mundiais’. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente, imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. É a esse fenômeno que G. Benko (1990, p. 65) denomina ‘glocalidade’, chamando a atenção para a dificuldade de seu tratamento teórico. Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Também devemos evitar o ‘risco de nos perder em uma simplificação cega’, a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta ‘os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais’ (Georges Benko, 1990, p. 65). [...] Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano [...]. Essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que estamos nos ocupando [...]: os objetos, as ações, a técnica, o tempo” (SANTOS, 2009b, p. 312-314).

do acontecer social total. O espaço “mais abstrato”, quando da hegemonia da reprodução das mediações de primeira ordem entre sociedade e natureza, se torna mais concreto, e o que era um espaço de “movimento e liberdade” se torna um labirinto, um processo kafkiano. Ao contrário, o lugar que era “pausa e segurança”, e, assim, “mais concreto”, se torna pura abstração, e sobretudo, um momento de totalização do espaço mundial.

O novo cotidiano do lugar guarda as experiências individuais mediadas não apenas pelo entorno da comunidade, mas pelo acontecer solidário²⁵ e unitário do mundo, de forma ou menos acirrada, mais ou menos conflituosa a depender do regime histórico e das próprias condições do lugar, mais lisas aqui, mais rugosas acolá.

Diante de tal cenário, uma investigação dos lugares, das cidades e dos territórios em globalização, deve considerá-los como partes do mundo em totalização. A interpretação desta realidade, conforme o método materialista histórico-dialético exige primeiramente o reconhecimento e ulterior tratamento da “coisa em si”, e não necessariamente dos outros epifenômenos derivativos²⁶. Kosik (1963, p. 13-14, grifos do autor) afirma que:

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *praxis* [sic] humana. A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e

²⁵ “Como visto, modo de vida e modo de produção se encontram no espaço vivido determinando os termos da ação do indivíduo, e sua relação com a totalidade social. São os conteúdos do espaço vivido que articulam o ser e o estar do indivíduo particular, e determinam sua relação de pertencimento. Eis aqui o fundamento do lugar. O *Modus vivendi* e o *Modus operandi*, são as dimensões capazes de articular, espacial e historicamente, o espaço vivido e o mundo através do pertencimento, realizando socialmente o indivíduo, dando-lhe um lócus referencial e existencial – o lugar. O lugar manifesta-se socialmente, mesmo que se apresente ao indivíduo como uma singularidade que lhe é peculiar, portanto, exige historicidade e materialidade. Essas exigências constitutivas reclamam do indivíduo a convivência, mesmo que temporária, para com grupos comunitários, pois é por essa interação que o indivíduo reconhece-se socialmente e percebe-se pertencendo, e é nesse momento, também, em que apreende e aprende a manusear as bases para a constituição do seu viver cotidiano” (MOTA, 2006, p. 146, grifos do autor).

²⁶ “Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo que faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que pode conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais da existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio sei da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p. 50).

praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo [sic] oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade, No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade.

As formas fenomênicas com que a realidade se manifesta se constituem não apenas em discursos, hábitos, costumes e ideologias, mas também em formas concretas na paisagem, sem necessariamente apresentar a essência dos fenômenos. A interpretação simples dessas formas constitui o que Kosik (1963) nomeia de pensamento comum, refletido a partir das formas. “Os homens usam o dinheiro nas transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber o que é o dinheiro” (KOSIK, 1963, p. 14), lembra o autor.

Assim, faz-se necessário, para a investigação, aclarar as dimensões que constituem esse *mundo da pseudoconcreticidade*. A pseudoconcreticidade, para Kosik (1963, p. 15) é “O complexo²⁷ dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural”. De forma sintética, baseado em Kosik (1963), o quadro 3 abaixo expõe as principais dimensões do *mundo da pseudoconcreticidade*.

²⁷ A regularidade, hierarquia e superposição desses complexos fenômenos que povoam o ambiente são temas que historicamente tem interessado aos geógrafos. Moreira (2008) ao analisar as matrizes clássicas originárias da Geografia brasileira comenta, entre outros, a obra do geógrafo Maxmillien Sorre, para quem a relação do homem na terra poderia ser analisada partir de complexos, sendo o complexo agrícola o basilar, sobre o qual se acomodam em camadas os complexos alimentar, patogênico, técnico e cultural. A sociabilidade antiga, em forma de complexo dos completos, se dava na forma do complexo rural, o qual é substituído, após a Revolução Industrial, pelo complexo urbano-industrial, que modifica o próprio conceito de ecúmeno, o máximo complexo dos complexos até então.

Quadro 3: Dimensões do mundo da pseudoconcreticidade

Dimensão	Constituição
Mundo dos fenômenos externos	Fenômenos que se desenvolvem à superfície dos fenômenos realmente essenciais.
Mundo do tráfico e da manipulação	A <i>práxis</i> fetichizada das pessoas (em reprodução do capital e da vida cotidiana normatizada pelo capital), a qual não coincide com a <i>práxis</i> crítica revolucionária da humanidade.
Mundo das representações comuns	Projeções dos fenômenos externos na consciência das pessoas, um produto da <i>práxis</i> fetichizada que constituem as ideologias e seu movimento.
Mundo dos objetos fixados	Os quais são produto do trabalho humano, mas dão a impressão de serem condições naturais, não sendo imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social das pessoas.

Fonte: KOSIK (1963, p. 15). Elaborado e adaptado pelo autor.

Assim, uma etapa fundamental do método é aclarar quais são as dimensões pseudoconcretas, e se e quando forem consideradas, que esteja claro o seu caráter de epifenômeno, e não de essência do fenômeno. Ou seja, que fique aclarado que esta não é a “coisa em si”. Isso não significa desconsiderar o papel da ideologia e da desinformação, da ocultação da essência dos fenômenos como fatos relevantes, não apenas do ponto de vista sociológico, mas também geográfico. Santos (2009b, p. 127, grifos do autor) afirma que:

Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes, e, assim, a totalidade se dá em formas específicas, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e participam da realidade social. Nessas condições, a realidade social é formada por mistos de “realidade” e “ideologia”. É assim que a história se faz. Não pode, assim, pensar um objeto que seria constituído de uma parte “real” e uma parte “falsa”. Também não podemos pensar numa totalidade, numa estrutura, numa essência que seriam formadas de uma parte “real” e uma parte “falsa”, separadas uma da outra. E mais: tanto essa parte dita real, como essa parte dita falsa da estrutura têm um papel motor... e estrutural. A ideologia é um nível da totalidade social, e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real em concreto na medida em que a vida social se complica. Mas, a ideologia toma o lugar do referido, na representação, mas não pode fazê-lo no movimento real (movimento do real e da ideologia conjuntamente), exatamente porque o símbolo, por sua própria natureza, dispõe de autonomia. Com a sociedade em movimento – isto é, com a história se fazendo – o movimento do Todo é, ao mesmo tempo, o movimento dos elementos “de verdade” e o movimento dos elementos ideológicos.

Assim, não cabe uma dicotomia entre uma realidade “falsa”, mas identificar o papel, a produção e reprodução das dimensões do que Kosik (1963) nomeou de mundo da pseudoconcreticidade. Esse debate implica nas dimensões do espaço geográfico, conforme

discutido por Lefebvre (2000), e, baseado neste, Harvey (2015), o que é discutido adiante. De acordo com Dussel (2012), Marx (2011a) elaborou o encadeamento de seu método analítico a partir de quatro etapas fundamentais. A primeira etapa diz respeito à abstração das determinações, cujo objetivo é depurar a realidade. Neste momento se identificam as determinações abstratas.

A segunda etapa metodológica é a construção de um esquema, ou uma matriz teórico-conceitual, que considere essas determinações abstratas, identificando quais são as partes, e qual a totalidade da estrutura (em processo) em questão. Ao fim da segunda etapa o produto esperado é a abstração de realidade em uma totalidade construída e articulada dentro de suas determinações. Uma vez elaborada essa etapa, conforme Dussel (2012), segue-se à terceira etapa do método marxista (ou marxiano, já que nesse caso, o autor está analisando diretamente a partir da obra base de Marx, o seu laboratório de descobertas), que é o confronto dialético das categorias com o real, sem produzir uma falsa dicotomia entre a abstração (o concreto pensado/determinado) e a realidade (o concreto em essência, em totalização).

A quarta e última etapa do método é a construção do plano analítico. Um plano que certamente sofre as alterações dialéticas durante a execução da pesquisa, e mesmo, durante a elaboração ulterior da parte redacional. Assim, as etapas de construção a partir do método materialista histórico-dialético possuem as etapas de afirmação da tese, negação, análise e síntese, e certamente há uma mecânica aqui, mas não a mecânica²⁸ cartesiana-newtoniana, baseada na lógica formal, mas sim uma lógica dialética²⁹.

É importante observar que para Marx (2011a) a realidade é a totalidade, e no caso específico do mundo e das formações sociais regidas pelo modo de produção de capitalista, um

²⁸ Para efeito de comparação, relembrar as etapas fundamentais do método, a partir do *cogito* cartesiano: “[...] em vez de um grande número de preceitos, de que se compõe a Lógica, acreditei bastarem-me os quatro seguintes, desde que tomasse uma firme e constante resolução de não deixar de observá-los uma só vez sequer. O primeiro era não aceitar coisa alguma por verdadeira sem reconhecê-la evidentemente como tal, isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção em meus julgamentos só inserir o que se apresentasse ao meu espírito tão clara e distintamente que não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, em dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse, em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias para melhor resolvê-las. O terceiro, em conduzir ordenadamente meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e os mais fáceis de serem conhecidos, para pouco a pouco subir, como por degraus, até o conhecimento dos mais complexos, supondo certa ordem mesmo entre os que efetivamente não precedem naturalmente uns dos outros. O último, em fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais, que ficasse seguro nada omitir” (DESCARTES, 1983, p. 42).

²⁹ Lefebvre (1975) elaborou um tratado para analisar as nuances do idealismo hegeliano, do materialismo histórico e da dialética, e distinguir a lógica dialética da lógica formal. Costa et al. (2014) elaboram uma pequena síntese desta obra de Lefebvre, para a partir dela, tecer considerações relevantes para as abordagens metodológicas em Geografia. De um ponto de vista sintético, pode-se citar a contribuição de Engels (2020), para quem as leis dialéticas podem ser reduzidas a três principais: a) a lei da transformação da quantidade e qualidade e versa-vice; b) a lei da interpenetração dos contrários; e, c) a lei da negação da negação.

modo de produção totalizante, a *escala* do mercado mundial é a única escala realmente concreta, ao passo que as demais escalas, como partes de uma totalidade, são individualizadas em um esforço de abstração, mas, no real, elas não existem enquanto singularidades.

Justamente, tem-se aqui uma inversão do que propõe Tuan (1963), pois na medida em o capital subsume os entes que encontra, o espaço mundial (mercado mundial) é a dimensão concreta, e os lugares, enquanto essência, são meros esforços de abstração (bem observada a terceira etapa supracitada do método, não confundir isso com uma “não existência dos lugares” ou qualquer proposta de “não lugares”. Não é disso que se está tratando).

A saber, as escalas de realização do capital utilizadas por Marx (2011a), explicitadas por Dussel (2012) são justamente: *a)* o nível das relações de produção; *b)* o nível das formações sociais; *c)* o nível das trocas internacionais; e, *d)* o nível do mercado mundial. De acordo com o raciocínio já elaborado por Mota (2016, 2017) e Soares (2016), ao primeiro nível cabe aquilo que as categorias geográficas concebem como lugar (ou mesmo como região³⁰).

O segundo nível claramente diz respeito aos Estados nacionais, que detêm, em última instância o controle jurídico da regulação da força de trabalho (GALVÃO, 1984; SOARES; LEITE; LOBATO, 2016). Aqui as propostas de Santos (1979, 2015, 2019b) sobre formação espacial são absolutamente pertinentes. Isso será melhor comentado no subitem próximo.

Como comentário mais geral acerca da obra de Dussel (2012), fundamental para a trilha metodológica dessa pesquisa³¹, é importante destacar que as formas fenomênicas importam menos que a essência, mas não deixam de ser ponderadas. No caso específico das relações de produção capitalista, o que está em jogo é a produção do valor (e do mais valor) através da exploração do trabalho.

³⁰ De certo modo, Santos (1994, p. 46) já havia adiantado algo ligado a essa perspectiva quando vaticinava: “O mundo como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima das regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente. [...] Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores mais hegemônicos”. Mais adiante, conclui Santos (1994, p. 49): “O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar e circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que alar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto até chegar ao consumo final”. Assim, é inegável que em um último esforço de salvar a região, Santos (1994) já aproximava essa noção a uma âncora mais condizente com a totalização do capital: o nível das relações de produção. Não obstante, como recentemente discutiram Lobato (2018) e Lobato e Silva Jr. (2019), a cartografia dessas relações de produção nem sempre coincide com a ideia de uma região contínua.

³¹ Como já havia sido o caso em Soares (2016).

A grande divergência entre a crítica política em direção ao socialismo de Marx em relação a outros teóricos, como Proudhon, é a sólida base da compreensão da origem das injustiças sociais: o valor produzido pelo trabalho social – do corpo de trabalhadores expropriado dos meios de produção, e com isso se quer dizer, tolhidos de acesso direto à natureza e ao fruto do trabalho social anterior, cristalizado em paisagem ou configuração territorial – e não pago, absorvido pelo capital em uma troca não equitativa.

De acordo com Dussel (2012, p. 79, grifos do autor): “[...] Trata-se da diferença entre existência natural (depois serão as qualidades materiais do produto e o “valor de uso”) e a existência social ou econômica (depois será o “valor de troca” ou, simplesmente, o valor em geral)”. Exatamente ao que se refere Mészáros (2007) quando aborda as mediações entre sociedade e natureza de primeira ordem, e de segunda ordem.

Então, vê-se que o valor de troca é a chave para as mediações de segunda ordem. O dinheiro, compreende Marx (2011a) após um longo percurso, é uma variável com falsa autonomia. Uma substância oriunda de modos de produção pretéritos (o modo de produção pequeno-mercantil, sempre subordinado, diria Amin (1978)), subsumida ao sistema do capital como uma das formas fenomênicas em que o valor se traveste durante a circulação do capital.

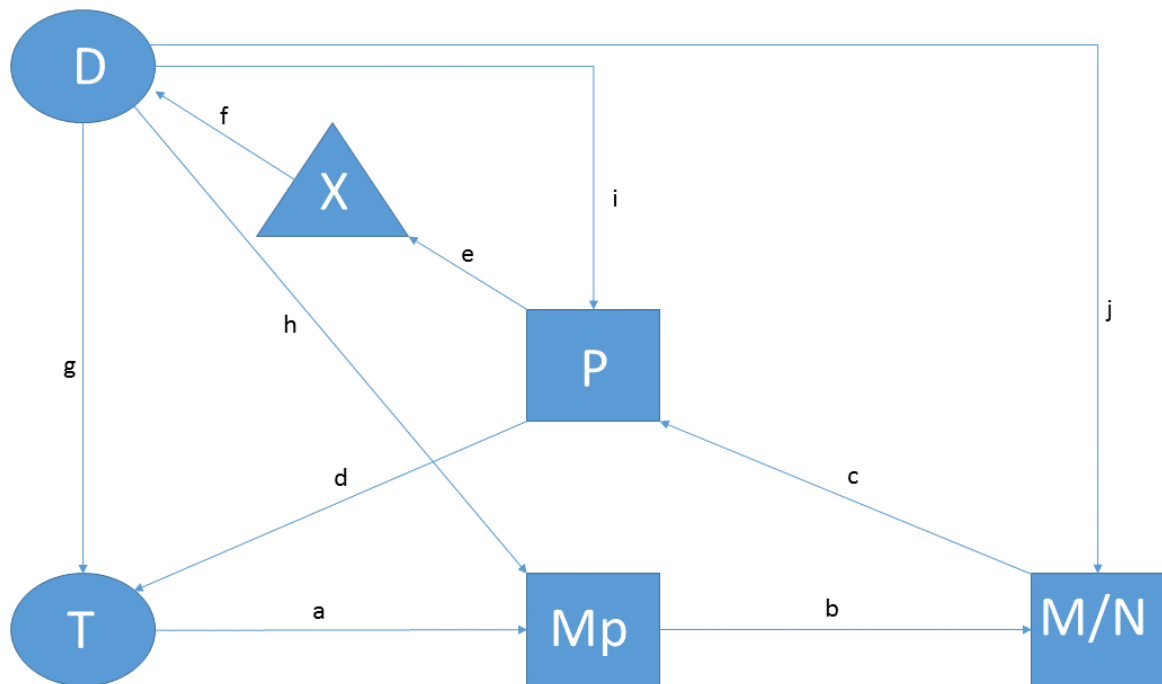
Para Dussel (2012, p. 242, grifos do autor):

O capital possui um “corpo real” [...] e, enquanto real, abre um mundo (ontologicamente falando) espacial. O capital espacializa os entes, tudo aquilo que se funda em seu ser (recordando que seu *ser* é o valor se autovalorizando). O capital espacializa os meios de produção e o trabalho no *lugar* da produção. Por isso mesmo, “a circulação se realiza *no espaço (Raum)* [...]”.

Aqui, portanto, é possível visualizar como este princípio de método aqui explanado cabe para o auxílio da ciência geográfica, sem perder de vista o objeto próprio da ciência, as relações sociais e entre sociedade e natureza, e suas mediações. Sem olvidar sua dimensão espacial e material, que lhe caracteriza desde sempre.

Outrossim, Dussel (2012) se esforça em relacionar as reflexões marxianas com as formações sociais da América Latina, e sua condição de periferia do modo de produção capitalista. Para a análise do objetivo pretendido algumas determinações essenciais da reprodução do espaço – para o recorte espacial escolhido, qual seja a Zona Costeira Paraense – precisam ser identificadas, conforme modelo esquematizado por Dussel (2012, p. 221), o qual é reproduzido a seguir na figura 6.

Figura 6: Determinações abstratas e relações essenciais dos modos de produção



Fonte: DUSSEL, 2012. Elaborado e adaptado pelo autor.

As determinações abstratas a serem identificadas dizem respeito a: T (aquele que trabalha); Mp (meios de produção); M (matéria); N (natureza); P (produto); D (dominador na relação); X (aquilo que o dominador se apropria ou excedente). Enquanto que as relações são: a) uso do Mp; b) trabalho sobre M ou N; c) produção de P; d) tipo de posse ou não de P; e) extração ou não de um excedente de P; f) tipo de relação de D com X; g) tipo de relação prática sobre T; h) tipo de relação ou não de D sobre Mp; i) tipo de relação ou não de D sobre P; e, j) tipo de relação ou não de D sobre M ou N. Nos círculos estão os agentes práticos do processo produtivo. Nos quadrados estão os momentos materiais ou produtivos. No triângulo está o momento formalmente econômico.

Assim, com essas indicações metodológicas, pode-se seguir para a análise de dados, para subsidiar essa síntese dialética da relação entre forças produtivas e relações de produção na reprodução do espaço geográfico na Zona Costeira do estado do Pará, dentro do âmbito do que já nomeado, linhas atrás, de metodologia operacional.

No que tange à coleta dos dados geográficos para subsidiar a pesquisa, faz-se necessário comentar os termos da metodologia operacional utilizada para a elaboração desta Tese de Doutorado em Geografia. A coleta de dados foi desenvolvida ao longo de quatro fases complementares de elaboração:

- 1 – Pesquisa Bibliográfica³²;
- 2 – Pesquisa Documental³³;
- 3 – Pesquisa Empírica (trabalhos de campo)³⁴.

A primeira fase diz respeito à revisão bibliográfica sobre os temas: subsunção, exterioridade, capital, Estado, ordenamento territorial, Zona Costeira Paraense, elites locais, municípios e áreas protegidas. A esse respeito, é importante ressaltar que esta Tese de Doutorado em Geografia se vincula a uma agenda de pesquisas e leituras acerca das obras marxianas, em especial, os *Grundrisse*, iniciada em 2013 no âmbito do Laboratório Universidade, Técnica, Trabalho e Espaço (LUTTE), liderado pelo prof. Dr. Giovane Mota. Os conceitos de subsunção e exterioridade, extraídos diretamente dos *Grundrisse*, e depois analisados também a partir da perspectiva de Dussel (2012) foram inicialmente trabalhados neste grupo de pesquisa, após três anos sistemáticos de leitura da referida obra, com influência direta nos trabalhos de Mota (2016), Soares (2016) e também na presente tese ora lida.

Essa pesquisa abarcou também uma série de estudos históricos, geográficos, antropológicos, econômicos e sociológicos. Houve um grande apelo às pesquisas de Batista (2014), Bastos (2017) e Harris (2017), entre outros, para a busca de dados secundários³⁵. Esses recentes trabalhos historiográficos apresentam às ciências das humanidades uma série de novos documentos sobre a colonização e a formação territorial do Brasil, Grão-Pará e América

³² “A *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos ornem-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p. 122, grifo do autor).

³³ “No caso da *pesquisa documental*, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2007, p. 122-123, grifo do autor).

³⁴ “Na *pesquisa de campo*, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio, por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (*surveys*), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p. 123, grifos do autor).

³⁵ “There are several methodological advantages to secondary analysis. First, secondary data, if reliable and accurate, provide opportunities for replication: remember, the credibility of research findings increases if similar findings are reported in a number of independent studies. By comparing data collected by others to his or her own, a researcher avoids the need to replicate studies personally. Second, the availability of data collected at different points in time enables the researcher to employ longitudinal research designs. One can employ measurements made in studies conducted decades ago as a baseline; similar data, gathered more recently, is then incorporated into the present research. Third, secondary analysis may improve validity of measurement by expanding the scope of the independent variables employed when operationalizing major concepts” (NACHMIAS; NACHMIAS, 2000, p. 278).

Espanhola, que estiveram fora do radar de historiadores tradicionais como Raiol (1970), Muniz (1973), Cruz (1973), Reis (1972, 1986, 1992), Meira Filho (1976), Santos (1980), Chiavenato (1984), Di Paolo (1986), Rocque (1996), Salles (1992, 2015) e Sarges (2002; 2010). Com isto, não se pretende afirmar, em hipótese alguma, um desvalor nestes últimos importantes (e históricos) trabalhos supracitados.

Contudo, os trabalhos de Batista (2014), Bastos (2017) e Harris (2017) – e, é possível acrescentar nesse conjunto os de Bezerra Neto (2012), Alves (2017), Asp (2017), Campos (2017) e Oliveira (2017) – também apresentam novos métodos de interpretação, dando cunho a uma nova fase materialista na História, onde micro-história e macro-história se interpenetram e retroalimentam. Caucionar este concílio científico de duas ciências a um só tempo análogas e êmulas é uma particular razão para enlevo da parte do autor desta Tese.

Uma segunda fase diz respeito à revisão dos programas, políticas e planos que envolvem a Zona Costeira Paraense do ponto de vista dos três entes federativos que nela atuam. Uma terceira fase diz respeito à sistematização dos dados secundários (estatísticos e espaciais) disponíveis.

A etapa de trabalhos de campo³⁶, para a coleta de dados primários, foi realizada entre os anos de 2016 e 2020, período no qual o doutorando esteve atuando em trinta e dois trabalhos de campo pelos municípios do recorte espacial da Tese de Doutorado em Geografia.

Neste ínterim, cabe destacar que tais pesquisas de campo estão inseridas no cotidiano do trabalho do doutorando na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando com o cargo de geógrafo no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), onde coordena o Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC).

Como os referidos trabalhos de campo constituíram etapa fundamental na maturação de dados, informações, reflexões e pensamentos acerca da Zona Costeira Paraense, cabe citar

³⁶ “When researchers engage in quantitative research, their goal is to either falsify, modify or provide support for existing theory. They accomplish this goal deductively by deriving hypothesis from theory and using the data they collect to statistically teste the hypotheses. Qualitative field research moves in the opposite direction, using a process call analytics induction. Researches collect data, formulate hypotheses based on the data, test their hypotheses using the data, and attempt to develop theory. The theory they develop is called ground theory because it arises out of and is directly relevant to the particular under study. [...] Researchers must approach the field with an open mind to ensure that the ultimate theory is grounded. Because field research is based on observation, preconceived ideas and rigid hypotheses may influence the observations a researcher chooses to record for analysis, which can compromise the resultant theory. Since more researchers do not spend all of their time in the field, the may, however, use very loosely defined hypotheses to decide when and how to make their initial observations. Subsequently, researchers will use observations to refine, reject, and reformulate hypotheses throughout the research process” (NACHMIAS; NACHMIAS, 2000, p. 268).

nominalmente os grupos de pesquisa aos quais os trabalhos estiveram vinculados, e pelos quais foram financiados e executados:

- a) Laboratório de Estudos Municipais para o Ordenamento do Território (LAEM), liderado pelo prof. Dr. Gilberto Rocha;
- b) Laboratório de Gestão do Território e Meio Ambiente (Gestam Lab), liderado pelo prof. Dr. Gilberto Rocha e pelo prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho;
- c) Laboratório de Educação, Meio Ambiente e Cultura (LEMAC), então liderado pelo saudoso prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes;
- d) Grupo de Pesquisa Sociedades e Ambientes das Amazônia (GPSA-Amazônias), liderado pelo prof. Dr. Otávio do Canto e pelo prof. Dr. Norbert Fenzl;
- e) Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia (GEDAF), liderado pelo prof. Dr. Aquiles Simões;
- f) Grupo Aproveitamento de Água da Chuva na Amazônia, Saneamento e Meio Ambiente (GPAC Amazônia), liderado pelo prof. Dr. Ronaldo Mendes;
- g) Grupo de Pesquisa Avaliação Ambiental de Grandes Projetos na Amazônia (GAAGPAM), liderado pelo prof. Dr. André Farias.

Ainda cabe destacar que quatro dos trinta e dois trabalhos de campo elaborados na Zona Costeira Paraense no período supracitado foram realizados pelo doutorando cumprindo função de trabalho de professor substituto junto do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Novamente, cabe citar nominalmente os grupos de pesquisa aos quais os trabalhos estiveram vinculados, e pelos quais foram financiados e executados:

- a) Grupo de Estudos e Observação Cartográfica da Amazônia (GEOCAM), liderado pelo prof. Dr. Carlos Jorge Nogueira de Castro.
- b) Grupo de Estudos Amazônia, Bacias e Cidades (ABC), liderado pelo prof. Dr. Francisco Emerson Vale Costa.

Várias entrevistas foram realizadas nesses trinta e dois trabalhos de campo. Algumas foram citadas, apenas quando essencialmente necessárias. Mas em razão de terem sido trabalhos de campo e entrevistas realizadas para outros projetos que não a realização da Tese de Doutorado em Geografia (e, portanto, os entrevistados foram consultados, nos termos de consentimento, acerca do uso dos dados para os projetos, e não sobre possível uso em uma Tese de Doutorado), e, fundamentalmente, em razão do espaço agrário da Zona Costeira Paraense e seu entorno, sobretudo na área de expansão das monoculturas, ser um espaço de conflitos, tensões e ameaças, adotou-se a maior confidencialidade possível, não sendo mencionados os nomes, nem as representações dos entrevistados. Quando citados, são apresentados de forma

genérica nas notas de rodapé, sem especificação de data, especificando apenas o município.

Por fim, cabe destacar que no aspecto redacional (metodologia operacional, totalmente imbuída do que foi definido na metodologia analítica), a redação que segue nos demais capítulos que compõem a Tese de Doutorado em Geografia, como já adiantado na Introdução, é uma escrita de uma metanarrativa que se dá orientada pela perspectiva do método progressivo-regressivo³⁷ (SARTRE, 1963, 1967) que busca harmonizar os eixos da sucessão e da coexistência.

Trata-se de um texto que segue como um rio, sempre à jusante, mas na confluência, diante da maré, tem seus momentos de quando em quando, em que as águas caminham à montante. Segue-se a barlavento da cronologia, mas em momentos chaves, nas reentrâncias dos subitens, há episódios de sotavento; repetições, reconsiderações, reescalonamento.

Ainda que seja um percurso sinuoso, com recuos regressivos, o avanço é progressivo, como em uma espiral, onde cada recuo é o impulso para o avanço maior. Ao final, com sinuosidade, ventos e maré, o rio sempre chega ao mar, e o texto, aqui absorto em tantas águas, também chega à sua conclusão crepuscular.

A escrita deste Tese de Doutorado em Geografia é uma metanarrativa, por se crer que a Geografia (ainda) é capaz de elaborar metanarrativas, e que o atual período histórico clama por

³⁷ “Recuerdo aquí: 1º - Que esta verdad objetiva de lo subjetivo objetivado tiene que ser considerada como la única verdad de lo subjetivo. Ya que éste no existe más que para objetivar-se, se le juzga en sí mismo y en el mundo por la objetivación, es decir, por la realización. La acción no puede juzgarse por la intención. 2º - Que esta verdad nos permitirá apreciar en totalidad el *proyecto objetivado*. Una acción tal y como aparece a la luz de la historia contemporánea y de la coyuntura, puede revelar-se cómo nefasta *en la raíz* por el grupo que la sostiene (o forma parte este grupo). Y al mismo tiempo se puede revelar por sus caracteres objetivos singulares como *empresa de buena fe*. Cuando se considera que una acción es perjudicial para la edificación del socialismo, sólo puede serlo considerándola en el mismo movimiento de la edificación; y esta caracterización *en ningún caso* puede prejuzgar lo que es en sí misma, es decir, considerada a otro nivel de la objetividad, referida a las circunstancias particulares y al condicionamiento del medio singular. Se tiene la costumbre de establecer una peligrosa distinción: un acto podría ser *objetivamente condenable* (por el Partido, por el Kominform, etc.), aun manteniéndose *subjetivamente aceptable*. Podría uno ser subjetivamente de buena voluntad y objetivamente traidor. Esta distinción muestra una descomposición pronunciada en el pensamiento estalinista, es decir, en el idealismo voluntarista; resulta fácil ver que vuelve a la distinción ‘pequeño burguesa’ de las buenas intenciones – con las cuales ‘el infierno está embaldosado’, etc. – y de sus consecuencias reales. De hecho, al alcance general de la acción encarada y su singular significación son caracteres igualmente *objetivos* (ya que son descifrables en la objetividad) y uno y otro comprometen la subjetividad – ya que son su objetivación –, sea en el movimiento total que la descubre tal y como es *según el punto de vista de la totalización*, sea en una síntesis particular. Por lo demás, un acto aúno tiene otros niveles de verdad; yesos niveles no representan a una oscura jerarquía, sino a un completo movimiento de contradicciones que se plantean y se superan; por ejemplo, la totalización que encara el acto en su relación con la *praxis* histórica y en la coyuntura se denuncia a sí misma como totalización abstracta e insuficiente (*totalización práctica*), en tanto que no vuelve sobre la acción para reintégrala también bajo la forma de intento singular. [...] 3º - En el mundo de la alienación, el agente histórico nunca se reconoce enteramente en su acto. Esto no significa que los historiadores no tengan que reconocerlo *en tanto* que es justamente un hombre alienado. La alienación está de alguna forma en la base y en la cúspide; y el agente nunca emprende nada que no sea negación de la alienación y vuelta a caer en un mundo alienado. Pero la alienación del resultado objetivado no es la misma que la alienación de la partida. Lo que define a la persona es el paso de una a la otra” (SARTRE, 1963, p. 91-92, grifos do autor).

estas. É, assim, uma tese sobre o Brasil. A Zona Costeira Paraense apresenta uma síntese das diversas experiências e formas erigidas.

Trata-se de um espaço particular que permite compreender, por sua especificidade, como a propriedade da terra e sua vinculação ao controle do trabalho constitui um elemento chave da relação metabólica fundamental da reprodução da formação espacial brasileira.

Um último comentário em termos de metodologia operacional (envolvendo tanto a pesquisa bibliográfica, como a documental e a empírica), cabe à questão da cartografia. Todos os mapas ilustrados nesta Tese de Doutorado em Geografia são obras do próprio autor, elaborados junto à estrutura do Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC), do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os mapas estão sempre georreferenciados com orientação pelo *Datum* SIRGAS-2000, com dados vetoriais projetados em projeção cilíndrica simples (mais conhecida como “projeção lat./long.”), utilizando sempre o sistema de coordenadas geográficas, seguindo as normativas para INDE da CONCAR (2017). Em geral, os mapas apresentados são mapas temáticos, e com relação ao uso do alfabeto cartográfico, e normais gerais da Cartografia Temática, seguiu-se o preconizado pelas normas técnicas do IBGE (2013).

Todos os mapas temáticos foram elaborados com o uso das ferramentas de mapeamento do *software* ArcGis 10.1, através das abordagens qualitativa (a mais usada), quantitativa e ordinal, seguindo a proposta de Martinelli (2011). As fontes de dados geoespaciais estão sempre indicadas abaixo dos mapas, e quando houve a necessidade de criação de arquivos vetoriais próprios (*shapefiles*), isto também está devidamente indicado.

Em relação à criação de arquivos vetoriais próprios, isso se deu principalmente com relação aos mapas das temporalidades pretéritas, cujas bases disponibilizadas nos principais repositórios oficiais, em geral, não cobrem – à exceção das malhas municipais antigas, disponibilizadas devidamente pelo IBGE (c2020). Nesse caso, utilizou-se, quando necessário, de memoriais descritivos antigos pesquisados na análise documental.

Os autores que deram base à construção de arquivos vetoriais próprios são sempre devidamente indicados abaixo dos mapas, mas, cabe aqui citar os mais importantes para esses constructos: Muniz (1973), Oliveira (1984), Bettendorf (1990), Lopes (2012), Moraes (2007), Batista (2014), Harris (2017), Bastos (2017), entre os mais destacados.

1.6 – Referencial teórico da Tese de Doutorado em Geografia

A trinca conceitual de base desta Tese de Doutorado em Geografia envolve os conceitos (já bem debatidos e conhecidos na geografia) de espaço, território e trabalho. Os demais conceitos que se expressam são derivados desta trilogia básica. Sobre estes conceitos de base, seguem alguns comentários gerais sobre a forma de interpretá-los neste texto.

A produção do espaço é característica fundamental de cada civilização, enquanto fabrico dos objetos necessários à reprodução dos seres humanos em sociedade, modificando o sítio natural, recriando-o como um sistema de posições (MOREIRA, 2012a). Trata-se de um processo coletivo, no qual é utilizada a energia sincronizada de muitos seres humanos. A produção do espaço se confunde, assim, em uma primeira visada, com a produção econômica em sentido estrito, na medida em que toda produção é uma produção espacial a partir do material disponível, a que se pode chamar de primeira natureza.

Para Santos (2008a, p. 201):

O paralelismo, entre, de um lado, a criação dos meios de produção, o processo produtivo [*sic*] subsequente e, de outro lado, a produção e transformação do espaço impõe que o método seja aplicado prioritariamente à geografia.

Santos (2008a) se refere ao método de análise da reprodução das relações de produção, em diálogo com a obra de Lefebvre (1973). Destarte, a análise da produção do espaço deve identificar as determinações do modo de produção, uma vez que “o ator de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2008a, p. 202). Assim, produz-se o espaço geográfico, a segunda natureza.

A segunda natureza não é paisagem com seu trabalho já cristalizado, sinônimo de configuração territorial como disse Santos (1994), mas sim o processo de reprodução, portanto a partir da primeira natureza, da paisagem, do trabalho já cristalizado. A paisagem é, portanto, o sítio natural mais as próteses sociais. O espaço é a síntese do trabalho em ação, em ato, em elaboração, sobre esta paisagem.

Uma análise geográfica sobre a Zona Costeira Paraense, como de resto, em qualquer recorte espacial, na era da Geografia do Espaço Mundial, exige imersão nas dimensões do espaço geográfico. Uma tríade conceitual interessante para essa reflexão acerca da categoria espaço é fornecida por Lefebvre (2000).

Para Souza (2009), em comentário analítico acerca da relevância da obra de Lefebvre (2000) para estudos sobre o espaço geográfico amazônico, a ideia de espaço abstrato, tal como o manejado por economistas neoclássicos, não consegue destituir as contradições da realidade

prática e sensível imediata, além de abrigar novos conflitos concernentes à própria lógica econômica e política.

Assim, para Souza (2009), surge o espaço das diferenças, fragmentado pela resposta da sociedade local à implosão (comandada alhures) de uma ordem. Para este autor, a ordem próxima refere-se aos espaços de representações (diferenciais) imediatas, que espelham as especificidades que não conseguem ser coagidas pela abstração do espaço.

Isso significa, conforme já havia indicado Santos (2008a) que as representações e ideologias não podem ser consideradas apenas virtualidades que vão além da realidade para alimentar uma racionalidade abstrata e ideológica. Para Lefebvre (2000), essa definição não é aplicável quando tais representações incorporam experiência imediata e sensível, uma vez que elas podem suprimir a abstração, eliminando a estagnação e a homogeneidade artificial do conceito de espaço.

Assim, a análise da dialética do espaço significa refletir sobre as contradições presentes no espaço comercial, uma abstração que é concebida como um mundo a partir do consumo do espaço. No entanto, a sociedade constitui um ser social que usa o espaço para viver de acordo com condições naturais e históricas específicas. Tal realidade requer definições mais precisas dos níveis de análise, que não podem ser separados ou confusos, mas devem ser indicados por reflexão, considerando as múltiplas dimensões do espaço. Do contrário, pensa o filósofo, a análise dialética se torna mecânica, evolucionista ou historicista.

Para Lefebvre (2008), o espaço permite uma análise escalar em duas direções. A primeira, do geral ao específico, e a segunda, do singular ao geral, a partir dos elementos e significados observáveis nas singularidades. Esta segunda opção constitui um tipo de semiologia espacial, capaz de fornecer uma síntese entre abstrato e concreto. Contudo, neste momento mais interessa dissecar as três dimensões, ou três momentos do espaço, de acordo com Lefebvre (2000): o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido.

O espaço concebido diz respeito à representação abstrata traduzida no capitalismo pelo pensamento hierárquico, imóvel, distante do real. Emergindo de um conhecimento técnico e ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor da mudança na racionalidade geral e inunda a ideologia do planejamento e do desenvolvimento urbano e regional.

O espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e da ordem próxima. Este é concernente às práticas espaciais, as quais são criadas e recriadas a partir de atos, valores e relações específicos de cada formação social. E, com isso, as representações

mentais do espaço materializam distintas funcionalidades e usos, respondendo às estremaduras do processo de reprodução social (reprodução das relações de produção).

O espaço vivido, por seu turno, é a dimensão ou momento que denota as diferenças em relação ao modo de vida. Como a experiência cotidiana (ordem estreita) está ligada ao espaço das representações através da insurreição dos usos contextuais, tornando-se um resíduo clandestino do trabalho e do irracional, o espaço social termina por ser a expressão mais concreta do espaço vivido. É aqui, de acordo com Lefebvre (2000), que em sua dimensão plena se compreende a soberania dos seres humanos sobre os objetos, mediante sua apropriação pela corporalidade das ações humanas.

Harvey (2015), a partir de Lefebvre (2000), em uma abordagem mais geográfica, ilustra a complexidade de lidar com o espaço como categoria central de um estudo social. Isso implica não perder de vista o significado da paisagem, pois ela sempre aqui está, mas as dimensões do espaço são superiores. Harvey (2015) mostra como as dimensões clássicas newtonianas do espaço absoluto e espaço relativo, acrescidos do espaço relacional (aqui já algo enraizado a partir de Einstein) cruzam com as dimensões que Lefebvre (2000) havia nomeado de espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido, aos quais Harvey (2015) renomeia respectivamente de espaço material, representações do espaço e espaços de representação. O quadro 4 abaixo reproduz a matriz de pensamento de Harvey (2015) sobre as dimensões do espaço.

Quadro 4: Matriz de dimensões do conceito de espaço

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Muros, pontes, solo, portas, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados.	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição da paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) – Newton e Descartes.	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido ao confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que ‘não são dali’.
Espaço (tempo) relativo	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições da fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex.: o metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas) – Einstein e Riemann.	Ansiedade por não chegar na aula no horário; atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.
Espaço (tempo) relacional	Fluxos e campos de energia eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentração de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas_ - Leibniz, Whitehead, Deluze, Benjamin.	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, estados psíquicos (ex.: agorafobia, vertigem, claustrofobia).

Fonte: Harvey (2015). Elaborado e adaptado pelo autor da tese.

À esquerda, Harvey (2015) privilegia as dimensões possíveis a partir do espaço absoluto, que apresenta referenciais físicos de larga duração, enquanto que o espaço relativo privilegia movimentos, e a dimensão da circulação. Ao espaço relacional, por seu turno, cabem as relações sociais e a potencialidade de uso dos recursos produtivos (espaço absoluto) e dos controles dos fluxos e das entradas e saídas (espaço relativo).

Apresentadas as dimensões da categoria chave, o espaço, é possível destrinchar a categoria do território. Se se usar os termos de Haesbaert (2006), pode-se partir de uma abordagem onde o que este autor denomina “território zona” se expressa materialmente na dimensão do espaço absoluto, enquanto o que ele denomina “território rede” se expressa no espaço relativo.

Contudo, a decisão sobre ambos, a dimensão espacial da qual partem as definições e projeções sobre o que, como, onde e quando fazer do espaço absoluto e relativo (e, portanto, do território zona e do território rede), é a dimensão do espaço relacional. A determinação central,

assim, em termos de território³⁸, corresponde aos termos mais clássicos, tais quais aqueles analisados e sistematizados por Costa (1992).

É importante ressaltar que privilegiar a metanarrativa e os fenômenos estruturais do mundo em totalização não implica em negar o cotidiano, a subjetividade ou mesmo a percepção. Harvey (2015) assevera que nas sociedades históricas, o ser social coletivo, as pessoas, as massas e os sujeitos, os indivíduos, todos percebem, de acordo com suas capacidades, limites e suas próprias trajetórias geográficas de um modo o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional.

É distinto isso do modo como se concebe, se conceitualiza, ou, ainda melhor, como se representa o espaço geográfico. Essa contradição e diversidade se expressa na própria cartografia, onde o geoprocessamento lida muito bem com as combinações lógicas de fluxos e movimentos do espaço relativo casados às posições de larga duração do espaço absoluto, mas não conseguem captar com maestria as iconografias que impõem atrito às forças hegemônicas, para utilizar os termos de Gottmann (1979), outro autor que se debruça sobre o significado do território.

Há ainda as dimensões do espaço vivido, em cruzamento com espaço absoluto, relativo e relacional, cada uma delas revelando uma clivagem complexa, que fazem parte da geograficidade do real, embora sejam de particular dificuldade para as pesquisas abordarem, sobretudo quando o objetivo em questão ainda é oferecer uma metanarrativa explicativa, um quadro amplo de posições e localizações, para engendrar a própria possibilidade de defesa frente aos avanços de projetos hegemônicos que circulam numa escala que não costumeiramente uma daquelas as quais as pessoas acessam em seu cotidiano.

Contudo, é mister reconhecer, ao fim e ao cabo, que a apropriação dos recursos produzidos se confunde com a estruturação política da sociedade, justificada pela normalização dos comportamentos e da divisão do trabalho como cultura e ideologia. Para Moreira (2011), o território adentra ao processo de produção como o espaço dinamizado a partir de relações de poder – relações de controle dos recursos ou dos movimentos no espaço.

³⁸ “No processo de produção de um espaço para alguns e não para todos, a sociedade, escudada do poder político do Estado, organiza o território visando utilizá-lo de determinadas formas e com determinados fins. Procurando maximizar a utilização do espaço, a sociedade, ainda sob a égide do Estado, vai aperfeiçoando cada vez mais as formas materiais e sociais de utilização do território, e estas transformações nos meios, nas técnicas, vão provocar consequências [sic] que levam à necessidade de reformulação dos fins a serem atingidos. E estes se reformulam em função do jogo de interesses, de pressões e de poder existentes entre classes e grupos sociais” (ANDRADE, 1984, p. 19).

Cada sociedade, assim, possui uma forma de territorialização, variando de acordo com a estrutura social da produção. Na era da Geografia do Espaço Mundial, as sociedades hegemônicas pelo modo de produção capitalista reproduzem as relações de produção nas quais ocorre apropriação por alguns, os proprietários dos recursos do território (dos meios de produção), em detrimento de outros, a maioria, que ficou com sua própria energia (força de trabalho) como único recurso, alienada dos meios de produção (MOREIRA, 2011), portanto, desterritorializada (HAESBAERT, 2006).

Na sociedade capitalista a produção do espaço é socializada, seguida de uma apropriação desigual do território, face complementar da socialização capitalista.

Para Santos (2009a, p. 118, grifos do autor), é necessário que:

Entenda-se por socialização capitalista a criação de *capitais comuns*, de meios coletivos à disposição do processo produtivo. É *socialização* pelo fato de que não são os capitais individuais que a devem empreender diretamente; é *capitalista* porque os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia que vem do seu poder enquanto capitalista, isto é, de sua capacidade de utilizar a força produtiva e especulativamente as infraestruturas financiadas por meio de impostos com o esforço coletivo, isto é, mediante a contribuição social. A socialização capitalista é, pois, sobretudo, um processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas. Trata-se (...) de processo seletivo, que atinge diferentemente os atores econômicos, o que faz do Estado um motor de desigualdades, já que, por esse meio, favorece concentrações e marginalizações.

Para Galvão (1984, p. 146-147, grifo do autor):

Já vimos que na sociedade capitalista o poder de um indivíduo sobre outro não é senão o poder das mercadorias de que são proprietários. É claro que este poder das mercadorias somente pode se realizar no mercado, na repartição do trabalho social, isto é, no seio da própria sociedade. Mas já sabemos também que nenhuma autoridade preside a esta repartição do trabalho social. Ela se realiza pela determinação da lei do valor. Isto não significa que o poder esteja ausente da sociedade capitalista. O que caracteriza basicamente o modo de produção capitalista é o fato de que a produção é socializada e a apropriação é privada. Ora, sendo a apropriação privada, o produto só pode se realizar (chegar ao processo de consumo) transformando-se em mercadoria decorrendo daí a anarquia da produção social. O processo de produção social é anárquico (não é regido por nenhuma autoridade, mas pela lei do valor), porém o processo de trabalho é organizado, visto que o produto não é mais resultado do trabalho individual, e sim do “trabalhador coletivo”. De tal sorte que, se processo de produção social não é presidido por nenhuma autoridade, o processo de trabalho é basicamente autoritário em consequência [sic] da coletivização do trabalho e da respectiva divisão técnica do trabalho.

A base para entender essa questão da socialização é o conceito de trabalho enquanto objetivação do ser social: o trabalho enquanto *positividade*³⁹. E posteriormente, o estranhamento do trabalho, o trabalho enquanto *negatividade*⁴⁰. Em termos espaciais, a socialização a que diz respeito ao processo de produção social do espaço, basicamente diz respeito à positividade do trabalho, ou seja, o seu caráter antropológico universal, enquanto que a forma particular de socialização capitalista diz respeito ao controle do trabalho, e, assim, ao seu estranhamento, conforme os termos de Marx (2004). Neste ínterim, o trabalho que está na base da compreensão espacial e territorial é o trabalho subsumido ao capital.

1.6.1 – Subsunção do trabalho ao capital

Marx (2011a) destrinchando o problema do dinheiro em sua reflexão inicial, após revisar as formas históricas e as funções do *dinheiro enquanto dinheiro*, chega à seguinte reflexão:

O capital provém, inicialmente da circulação, na verdade, do dinheiro como seu ponto de partida. Vimos que o dinheiro que entra na circulação e ao mesmo dela retorna a si é a última forma em que o dinheiro supera a si mesmo. E ao mesmo tempo o primeiro

³⁹ “Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*. O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e da sua consciência, ele tem atividade vital consciente. Esta não é um determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é livre” (MARX, 2004, p. 84, grifos do autor).

⁴⁰ Aqui se trata do trabalho alienado, ou melhor, estranhando. Isso ocorre no modo de produção capitalista a partir de duas dimensões. A primeira diz respeito aos objetos, que passam a possuir autonomia diante do homem. “A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2004, p. 80-81, grifo do autor). A segunda dimensão é que o trabalho não passa mais a satisfazer o próprio trabalhador, sendo-lhe, doravante, uma atividade de auto-sacrifício em favor de outrem. “[...] o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste” (MARX, 2004, p. 82-83, grifos do autor).

conceito do capital e a sua primeira forma fenomênica. O dinheiro nega-se ao simplesmente se dissolver na circulação; mas nega-se da mesma forma ao confrontar autonomamente a circulação. Essa negação, sintetizada em suas determinações positivas, contém os primeiros elementos do capital (MARX, 2011a, p. 195).

De acordo com Dussel (2012, p. 117, grifos do autor), “chegamos, assim, à questão central de toda a reflexão de Marx. Esta será a *primeira vez* em sua vida que atacará frontalmente, de maneira extensa, o problema do *capital*”. Para quem vem acompanhando a leitura dos *Grundrisse*, este é o momento em que Marx (2011a) salta da reflexão do dinheiro enquanto dinheiro, para o dinheiro enquanto capital. Para Dussel (2012, p. 117-118, grifos do autor):

Encontramo-nos diante da “passagem” mais importante – talvez a mais importante de todo o pensamento de Marx –: o processo de *Übergang* (superação, diria Hegel) do dinheiro ao capital, tanto da categoria dinheiro à categoria capital (incluindo seus respectivos “conceitos”) quanto a passagem real e histórica de uma época *monetária* a uma etapa propriamente *capitalista*. A etapa histórica monetária, no entanto, (e isso é essencial para a questão “latino-americana”, como veremos), *já* é um momento do capitalismo. Sem dinheiro, não há capital; sem uma etapa de circulação, não há produção capitalista. O suposto (subposto: posto debaixo, antes) é *já* pré-história, e, pois, o “primeiro momento”. A questão é essencial.

Trata-se de uma reflexão fundamental. Gerações de estudos sociológicos, historiográficos e econômicos tiveram dificuldades de enquadrar a etapa histórica do mercantismo como fase já do modo de produção capitalista. Os *Grundrisse* constituem uma leitura que Marx produziu para estudar, e apresentam as investigações e os planos da obra de explicação, que seria o futuro *O Capital*, cujo último livro ao que se pode perceber, trataria do mercado mundial.

Um dos poucos trechos dos *Grundrisse* mundialmente conhecido estavam nas *Formen* (MARX, 1991), as quais, incompletas de seu todo, levaram uma série de autores a tentar encaixar o mercantilismo no modo de produção feudal⁴¹, ou, mesmo na generalização que Marx

⁴¹ Leituras que buscaram explicar uma reprodução do modo de produção feudal nas Américas a exemplo de Guimarães (1997, p. 21-23), para quem: “O regime feudal desagregava-se, o poder absoluto da aristocracia agrária entrava em decomposição e os senhores de terras que escapavam às ruínas buscavam, nas atividades urbanas, novos caminhos para a conservação de seus privilégios. A aristocracia rural trocava os poderes os poderes da nobreza pelos poderes do dinheiro. Mas não se conclua daí que, nas novas terras da América, Portugal prolongaria ininterruptamente sua história. Nesse erro incorreram muitos historiadores daqui e dalém-mar [sic]. Transplantando para o Brasil o quadro de fenômenos da sociedade portuguesa, foram levados a admitir o mesmo desenvolvimento aqui, sem qualquer interrupção no seu curso. A colonização, como fruto da expansão do comércio marítimo e da desagregação do regime feudal deveria, de acordo com esse ponto de vista incorreto, seguir aqui os moldes da nova sociedade que germinava na metrópole. Nesse caso, nas relações sociais implantadas no Brasil haveriam de predominar não os traços da economia feudal decadente, mas os traços da economia mercantil em formação; e, por conseguinte, a exploração fundiária aqui não teria as características fundamentais do feudalismo, mas as do capitalismo. Percebe-se o conteúdo apologético desta concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial em vez de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de

(1991) nomeara de “modo de produção asiático”. A leitura de Marx (2011a), seja guiada por Dussel (2011) – ou por Rodosky (2001) – profliga por completo essas abordagens⁴². A

fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos da evolução social e deles se serviria para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas. Ao contrário deste fabuloso quadro, incorporado ao fabulário do colonialismo, a História nos mostra, não só em relação à colonização portuguesa como no que se refere a todas as outras que as metrópoles transportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que asseguram a perpetuação de seu domínio. Por isso, sempre que a empresa colonial precisa utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorre, como contrapartida obrigatória a instituições políticas e jurídicas muito mais atrasadas e opressivas. Desse modo, quando os instrumentos de coação econômica se mostram incapazes de atender aos objetivos pré-estabelecidos, o sistema de coação extra-econômico [*sic*] é ativado com o máximo rigor e levado às últimas consequências [*sic*]. [...] A grande aventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis, como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo ao que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio”. Assim, Guimarães (1966) defende a tese da reprodução do modo de produção feudal no Brasil colonial, guiando uma geração de intelectuais vinculados ao Partido Comunista do Brasil com a mesma tese, conforme Stedile (2005). A obra de Guimarães e de todos os autores vinculados ao que Stedile (2005) nomeia de “debate tradicional dos estudos agrários brasileiros” possui um grande valor histórico, e, pela excelente descrição e compilação de dados, ainda fornecem uma série de elementos para a análise. Porém, após a leitura de Marx (2011a) e Dussel (2012), o erro analítico é notório. O uso de elementos extraeconômicos e a reprodução de estruturas políticas e jurídicas herdadas do feudalismo em nada implica em afirmar qualquer reprodução desse modo de produção, posto que nem as forças produtivas, nem as relações de produção do Brasil colonial remetem ao feudalismo, como ilustra de forma exemplar o trabalho de Tanezini (1994). Por outro lado, quanto à força das superestruturas herdadas dos modos de produção pretéritos, Marx (2011b) fornece um aporte teórico-metodológico de tratamento desse caso. Em tempo, nem todos os autores clássicos do debate social, político, econômico, histórico e geográfico da questão agrária são destronados em suas bases. A proposta de Gorender (2016), acerca de um modo de produção escravista colonial criado e subordinado ao capitalismo mundial, encontra sustentação e novo folego, quando destrinchado o conceito de subsunção, conforme ver-se-á. Por fim, deve estar claro que esta questão não se aplica somente à interpretação do caso brasileiro. Mariátegui (2010), por exemplo, em estudo que data do final dos anos 1920 acerca da realidade peruana, é mais um autor que afirma que a persistência do “modo de produção feudal” é maior problema da realidade peruana de então. “Na serra, a região mais habitada principalmente pelos índios, subsiste, modificado apenas em suas linhas gerais, o feudalismo mais bárbaro e onipotente. O domínio da terra coloca nas mãos dos *gamonales* a sorte da raça indígena, jogada num grau extremo de opressão e ignorância. Além da agricultura, trabalhada de forma muito primitiva, a serra peruana apresenta outras atividades econômicas: a mineração, quase totalmente nas mãos de duas grandes empresas estadunidenses. O trabalho assalariado é norma nas minas; mas o pagamento é ínfimo, a defesa da vida do operário é quase nula, a lei de acidentes de trabalho burlada. O sistema de ‘gatos’ escraviza o operário por meio de antecipações mentirosas, deixa os índios à mercê dessas empresas capitalistas. É tanta a miséria a qual os condena o feudalismo agrário, que os índios ainda acham preferível, apesar de tudo, a sorte oferecida pelas minas” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 64, grifos do autor).

⁴² Há que se considerar que gerações de estudiosos não tiveram acesso a essa leitura. Como coloca Musto (2009, p. 102, grifo do autor): “Escritos em 1857-1858, os *Grundrisse* foram disponibilizados para leitura em todo o mundo apenas a partir de 1953, depois de cem anos de solidão”. Isto deve ser um guia determinante ao analisar obras como as de Guimarães (1966), Prado Jr. (1977) ou Furtado (1959) – e estudos similares de outras formações espaciais, como o estudo de Mariátegui (2010), e mesmo Chiavenato (1981). Por outro lado, novos documentos sobre o Brasil colonial e a Amazônia colonial, disponibilizados em arquivos públicos os mais diversos (Londres, Amsterdã, Pensilvânia, México, Lima, Quito etc.) têm permitido abordagens mais complexas, comparativas e materialistas, possibilitando uma ampla releitura da história do Brasil. Nesse ínterim, Russell-Wood (2014, p. 303-304, grifos do autor) afirma que: “Os efeitos dos descobrimentos europeus tiveram um menor alcance na Ásia do que no caso da África ou das Américas, onde o escambo logo cedeu lugar à escravidão; a catequese pacífica à conversão forçada; a barganha e o comércio à extorsão e aos monopólios; e a dominação armada à convivência com intrusos europeus. Embora na Nova França, no Brasil e nas colônias britânicas predominassem os interesses comerciais e agrícolas, em contraste ao que ocorreu na América espanhola, onde a ênfase inicial foi de caráter militarista, o fato é que os resultados da colonização europeia foram similares por toda parte. Logo em seguida à conquista e à colonização foram introduzidas no Novo Mundo instituições, cujo valor já tinha sido comprovado em seus países de origem. Em alguns casos, como o das *seigneuries* do Vale do São Lourenço, no século XVII, essas transferências tiveram um cunho mais legal do que real. Em outros argumenta-se, como no caso do Peru

América Latina e seu mercantilismo colonial, enfim, deixam sua condição de “patinho feio”. Marx (2011a), ainda que não tenha elaborado esses manuscritos para a publicação, proporciona uma obra única. Conforme Duayer (2011, p. 17, grifos do autor):

Os *Grundrisse* [...] têm a particularidade de ser o esboço da obra-prima *O Capital*. Ademais, a despeito de seu caráter inacabado, há interpretes que sugerem que os *Grundrisse* são único trabalho em que a teoria do capitalismo, da gênese ao colapso, foi delineada por Marx em sua totalidade. Pode-se dizer que foi a única obra completa de economia política escrita por ele, não importa se [ainda] obscura e desordenada.

A passagem chave, “real e histórica”, como diz Dussel (2012) é sintetizada pelo conceito de “subsunção”. “*Subsuntion* é um conceito usado por Kant e Hegel, de origem lógica (‘a forma da conclusão’), mas com sentido ontológico em ambos [...]. Marx, certamente, usa esse conceito mais que os dois filósofos e o transforma em um conceito *chave* da sua ontologia” (DUSSEL, 2012, p. 119, grifos do autor). Assim, “subsunção” é o aportuguesamento de “*Subsuntion*”. Que significa? Para Dussel (2012, p. 119, grifos do autor):

Subsunção (que procede de subsumir) é subordinar ou incluir algo sob aquilo que o compreende e o eleva. É o ato ontológico por excelência pelo qual o *ente* é fundado num novo nível do *ser*. O ser ou a totalidade de um mundo subsume seus componentes. Deste modo, o ente *passa* (é a “passagem” que eleva) a uma nova ordem – de mero dinheiro, agora é outra coisa.

Marx (2011a, p. 193, grifos do autor) afirma:

O *dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerado como realização superior, do mesmo modo que pode ser dito que o macaco se desenvolve no ser humano. Mas, nesse caso, a forma inferior é posta como o sujeito predominante sobre a forma superior. De qualquer modo, o dinheiro como capital é diferente do *dinheiro como dinheiro*. A determinação nova tem de ser desenvolvida. Por outro lado, o *capital enquanto dinheiro* parece a regressão do capital a uma forma inferior. Mas é somente o seu pôr em uma particularidade que já existia antes dele como não capital e constitui um de seus pressupostos. O dinheiro reaparece novamente em todas as relações posteriores; mas aí já não funciona mais como simples dinheiro. Se, como aqui, o importante é, antes

espanhol, que não só as instituições como as próprias sociedades do Velho Mundo foram duplicadas no Novo Mundo. Imigrantes das origens mais diversas identificaram-se diante de problemas comuns de ataques ameríndios, climas estranhos, topografias difíceis, escassez de provisões, dificuldades de comunicações e a própria necessidade de sobreviver em um meio hostil. Com diferentes graus de apoio oficial, o *Cabildo* espanhol, o *Senado da Câmara* português, a *township* da Nova Inglaterra e o *county* das colônias britânicas do Centro e Sul dos Estados Unidos transformaram-se nas subdivisões administrativas locais de maior importância. Todas refletiam seus antecedentes europeus. [...] essas formas de governo local continuaram a refletir sua fonte de origem, ao passo que iam se tornando cada vez mais exógenas, devido à força de superimposições ou de adaptação às condições externas (americanas ou europeias)”. É o mesmo caso, conforme será discutido, também do instrumento de regulação fundiária das sesmarias. Instituições de origem europeia e feudal, cuja aplicação nas colônias em nada traduz a volta das relações de produção e forças produtivas do mundo feudal.

de tudo, segui-lo até sua totalidade como mercado monetário, o desenvolvimento restante é pressuposto e deve ser incluído quando for o caso. Desse modo, trata-se aqui da determinação universal do capital, antes de passarmos à sua particularidade como dinheiro.

Para Dussel (2012, p. 119-120, grifos do autor):

Este processo no qual a forma ou determinação inferior (*niedre Form*) é assumida e elevada, subsumida pela superior (*die Höhere*), é, como dizíamos, o ato ontológico pelo qual o ente de um nível inferior passa a formar parte de uma nova ordem superior [...]. O dinheiro como dinheiro, a mercadoria como mercadoria, o produto como produto passam a formar parte do capital: o dinheiro como capital, a mercadoria como capital, o produto como capital, *n* como capital (por *n* entendemos todas as restantes determinações subsumidas agora determinações do capital).

Assim, para lembrar os termos de Mészáros (2007), em um espaço geográfico já subsumido ao capital, todas as formas fenomênicas são entes do capital. Mas nem sempre foi assim. A moeda, o dinheiro, o mercado, a troca, o intercambio, a mercadoria, o produto, o tesouro, todos já existiam antes do capitalismo, mas foram subsumidos por seu *ser*, pelo *ser* do capital. O que é o ser do Capital? Sua essência? Dussel (2012, p. 122, grifos do autor) afirma que:

A dificuldade fenomenológica em que a consciência cognitiva sempre se debate deve-se ao fato de o capital ocultar-se por trás, num nível superior e mais profundo. O “mistério” do capital é possível porque a sua essência última, seu ser fundamental, nunca aparece *como tal*, como fenômeno. Somente um trabalho ontológico de descoberta permite pensar o ser da essência: o conteúdo último do capital *como valor*.

Kosik (1963) alerta para a urgência metodológica de identificar as dimensões do mundo da pseudoconcreticidade. Santos (2009a) ponderava que não há uma dimensão falsa e outra verdadeira, mas há uma questão de identificar a essência do fenômeno, e dizia para a Geografia, que a questão não era epistemológica, mas ontológica.

O Ser Social do capitalismo é o valor, e o valor é gerado pelo trabalho. A distinção em relação aos demais modos de produção está no mais-valor. A produção de excedente, que gera mais excedente. A produção de um produto não por sua “produtualidade”, mas por sua “intercambialidade”, em suma, a produção não para o uso, mas para a troca; a produção do valor de troca em detrimento do valor de uso. Assim, coloca Mota (2017, p. 47):

Afirmamos desde já que a subsunção se põe para o capitalismo como forma de apropriação do valor do trabalho, quer em sua forma mais simples, quer em sua forma mais avançada e acabada. É, portanto, uma forma de relação do capitalismo, do capital para com o trabalho, que está na base do intercâmbio do valor.

A produção do mais-valor, produzido pelo trabalho, extraído pelo capital e não pago ao trabalho é o ato fundante da subsunção do trabalho ao capital. Subsumido o trabalho ao capital, todas as demais determinações, produzidas pelo trabalho, também se convertem em entes, em formas fenomênicas do capital. O quadro 5 abaixo apresenta os níveis de profundidade da subsunção, da consciência das formas fenomênicas, ao nível mais superior e profundo do *ser* do capital.

Quadro 5: Níveis de profundidade (da essência ao fenômeno) da subsunção

Quadro 3. Níveis de profundidade (da essência ao fenômeno) da subsunção											
Valor				Determinação universal, fundamental				IV. Capital (essência) (Nível profundo, superior)			
$\nearrow_e$											
				Determinações essenciais, fundadas							
D M P N								$\nearrow_e$			
$\nearrow_a$				$\searrow_b$				III. Ordem da manifestação das determinações (Nível profundo)			
								$\nearrow_e$			
								(fenômenos)			
n	p	m	d	D'	M'	P'	N'	II. Ordem da forma ou da aparição (Nível superficial, inferior)			
$\searrow_c$								I. Individual, de classe ou enquanto tal			
mundo das mercadorias											
$\nearrow_d$											
consciência											

Fonte: DUSSEL (2012, p. 118). Elaborado e adaptado pelo autor da tese.

É necessária uma legenda para este quadro, a qual é detalhadamente analisada por Dussel (2012). Há setas ascendentes e descendentes, indicadas de acordo com o seu sentido (para cima ou para baixo). As setas indicam: a) Subsunção; b) “formas” de manifestação das determinações essenciais; c) “aparição” fenomênica das determinações do capital; d) ato cognitivo da consciência, no “mundo” das mercadorias, de tais determinações; e) relação de fundamentação (a direção da seta indica o fundamento).

Quanto às letras, elas representam: d: dinheiro como dinheiro; m: mercadoria como mercadoria; p: produto como produto; n: outros momentos autônomos; D: dinheiro como capital; M: mercadoria como capital; P: produto como capital; N: outras determinações do capital; D': o capital como dinheiro; M': o capital como mercadoria; P': o capital como produto; N': aparição do capital em outras determinações.

Se se olhar com calma os níveis de profundidade, ver-se-á que grande parte dos estudos contemplados pela ciência geográfica traz à baila importantes interpretações no nível I e II. O nível III e IV, não obstante, parecem ainda pouco cobertos. Em um esforço de geografização, pode-se tentar pensar os níveis de profundidade da subsunção do trabalho ao capital em escalas espaciais. Novamente, para Marx (2011a), as escalas de realização do capital são, em ordem crescente: relações de produção, formações sociais, trocas internacionais e mercado mundial. Contudo, apenas a última é concreta, mas após a análise das partes desta totalidade, as outras escalas nas quais se realizada o capital, ao voltar para o mercado mundial, esse concreto se torna um concreto pensado.

Amin (1976, p. 7-8, grifos do autor), em crítica pesada às ciências sociais, afirmou:

A revolução russa desde 1917, a revolução chinesa, que se estendeu de 1930 a 1950, a do Vietnã e a de Cuba, marcam as etapas de um desnivelamento que se proclama socialista. Não se confirmaram os temores de Max, em meados do século passado, segundo os quais a Europa socialista correria o risco de se chocar contra o crescente capitalismo da Ásia. Está ocorrendo o inverso. No entanto, no próprio centro do sistema, quer dizer, nos próprios países capitalistas desenvolvidos, uma total reavaliação se sucede através de mil vias complexas e inesperadas. Esta reavaliação dos fundamentos do sistema de valores sobre o qual se apoia o sistema capitalista mundial, põe, por sua vez em discussão a ciência social convencional, a do “Establishment” e das Universidades. A sociologia convencional – seja ela funcionalista ou estruturalista – que se constitui em resposta ao materialismo histórico, tem o mesmo fundamento ideológico e busca também justificar a ordem estabelecida pelas “hierarquias universais”. A ciência política oscila entre o jornalismo e o formalismo. Quanto à psicologia social, continua a esquivar-se de resolver seu principal problema (como construir uma ponte que una o individual ao social), com exceção de Wilhem Reich, cujas pesquisas pioneiras poucos levaram adiante. A fragilidade das pseudo-“disciplinas fundamentais” [sic], concebidas uma isolada da outra acarreta a fragilidade de sua confluência pluri-disciplinar [sic], a geografia e a história. Os geógrafos se contentam em justapor, enquanto continua quase sem resposta a questão fundamental de sua disciplina (como as condições ecológicas agem sobre as formações sociais). A história permanece superficial: nada é se não pode ser tudo. E se, nesta carência, a economia convencional parece ser a melhor aparelhada das disciplinas sociais, deve este privilégio a duas principais razões: a primeira é que a dominância da instância econômica no modo de produção capitalista confere ao “economismo” o caráter de ideologia dominante; a segunda é que a gestão do sistema social do capitalismo é, principalmente, e por esta mesma razão, uma gestão econômica.

O tempo, porém, não foi tão camarada com Amin (1976). Se os temores de Marx pareciam não fazer sentido nos anos 1970, hoje, com certeza, fazem-no. Se é que a economia estava mais aparelhada que as demais “disciplinas sociais” naquele momento, isso também

certamente é passado, até em virtude da correta apropriação do par conceitual “modo de produção – formação social” pelas demais disciplinas. Todas as citadas, sociologia, ciência política, psicologia social, geografia, história, e a própria economia certamente não fazem mais jus àquilo que foi criticado.

E se Amin (1976) reclamava que a geografia não havia cumprido o seu papel de estudo sistemático sobre as formações sociais, de lá pra cá, tanto em nível teórico, com as contribuições de Santos (1979, 2005, 2008a, 2008b, 2009a) no trato teórico, e as de Moreira (2012b, 2015, 2018), no caso brasileiro, não se pode negar que a geografia deu a volta na crítica⁴³ de Amin (1976). Ao contrário, a partir do que é exposto em Marx (2011a) e dissecado e sistematizado por Dussel (2012), colocando à baila o prisma latino-americano como instrumento de luz para os *Grundrisse*, parece, isso sim, que é hora de a geografia saltar do nível II ao nível III, com o nível IV no horizonte. De uma geografia das formações sociais (ou socioespaciais ou espaciais, como se queira) para uma geografia das trocas internacionais.

Ainda sobre a passagem decisiva que é que a subsunção, cabe mencionar que este processo possui duas faces: a subsunção formal e a subsunção real. A subsunção formal está fundamentada no controle do capital sobre os produtos do trabalho. Se dá quando a partir da circulação, o capital passa a controlar a produção das localidades, exigindo-lhes, impondo-lhes a produção do valor de troca, a produção de mais-trabalho, a produção de excedente, ainda que as relações de produção não sejam propriamente capitalistas. Conforme Mota (2017, p. 50, grifo do autor) afirma:

Temos que esclarecer que a subsunção formal se manifesta tanto na relação do capital com outras formas de produção pré-capitalistas, como também, em relação às formas pretéritas do próprio capitalismo, que não estão baseadas ainda no pleno do desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas do capitalismo avançado. A distinção entre esses momentos está no fato de que, enquanto no diálogo com as formas pré-capitalistas se torna necessário a construção desse meio universal de intercambialidade para que a troca possa se realizar e o valor seja subsumido, no caso das relações do capital com suas formas pretéritas o *valor de troca* já é o mediador geral e a apropriação se realiza direto ao trabalho.

Assim, a emergência da subsunção em sua forma primeira, a subsunção formal, nivela a todos os partícipes do mercado mundial como possuidores de mercadoria, quer sejam possuidores de dinheiro ou meramente de força de trabalho. A origem da subsunção formal está

⁴³ Não apenas no que diz respeito a cumprir o que seria na opinião desse autor particular a função desta ciência, mas enfim, por todo o inquestionável avanço epistemológico, ontológico e político que representou a eclosão da Geografia Crítica.

na criação de condições (econômicas e também extraeconômicas) para que a exploração do trabalho se cumpra já nos termos da mediação do valor de troca, com o trabalho produzindo valor de troca. De acordo com Romero (2005, p. 75):

A origem da subsunção, portanto, representa a emergência de novas relações de hegemonia e subordinação, caracterizada pela substituição das relações pessoais de dominação por relações mercantis de dominação, em que a função/posição social do indivíduo (capitalista, trabalhador ou proprietário de terra) parte da combinação dos elementos na produção (capital, trabalho e terra).

Para Mota (2017, p. 51-52, grifo do autor):

Essa inversão na forma do valor extraído é fundamental, pois sem ela não há como o capital se apropriar do valor gerado por trabalhos emanados de outras formas de produção pré-capitalista. Eis porque eles devem ser reorientados ao sistema de trocas capitalistas. Com a reorientação do trabalho das comunidades e sociedades locais, na direção da geração de excedentes para a troca estão dadas as condições de realização capitalista, tendo em vista a mudança no objetivo da realização do valor. A dimensão nova que surge dessa modificação não está mais ligada a criação de um bem para uso individual ou coletivo, ou para o atendimento de uma necessidade básica, mas, agora a produção apresenta, simplesmente, para a valorização do valor. [...] Que fique claro, então, que a subsunção formal não é, simplesmente, a apropriação do trabalho via produto no valor de troca, mas o momento em que “o processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização”. Isto porque, nunca esteve nos objetivos do capital alcançar os produtos emanados de outras formas de organização da produção, mas sim, e, antes de tudo, alcançar diretamente ao trabalho no ato da produção e, assim, apropriar-lhe o excedente do valor – a mais-valia.

Essa passagem é muito importante para Dussel (2012), pois a importância do caso latino-americano para esse autor resulta do trato correto da interpretação da subsunção formal. De acordo com Dussel (2012, p. 121-122, grifos do autor):

No caminho ascensional subsuntivo, as realidades autônomas (o dinheiro, p. ex.) passa do nível II ao IV [...]. O capital, como totalidade, se constitui agora por suas múltiplas determinações. É uma essência como “unidade” (de tais múltiplas determinações; antes abstratas, agora momentos concretos). O capital “em geral” [...] é, nada menos, a “essência” do capital. É disso que se trata. Toda essência, como totalidade concreta, é a “síntese de múltiplas determinações” (Marx nos disse na “Introdução”). Começou assim a etapa teórica na vida de Marx (que irá, pelo menos, até 1879) em que ele enfrentará a questão da *essência* do capital: o capital “em geral”. Essa essência subsume os entes autônomos (dinheiro, mercadoria, produto etc.) como seus momentos *internos*, como constitutivos estruturais do seu ser, como determinações essenciais. Mas, também tais determinações, *uma vez subsumidas* e já formando parte do ser essencial do capital, descendem, retornam ao mundo fenomênico – mas agora como “formas” ou fenômenos do *próprio capital*. O dinheiro como dinheiro foi negado (deixou de existir) e agora *aparece* diante da consciência (individual ou de

classe, por agora pouco importa porque é a consciência “em geral”) como componente do capital [...]. Esta aparição fenomênica do capital em uma forma inferior é necessária, já que nunca pode *aparecer* em seu componente essencial fundamental e como tal [...].

O ser oculto é o valor, na realidade, o mais-valor. E para a sua execução plena, a partir da reprodução de relações de produção capitalistas, é preciso que haja condições já postas como: divisão técnica do trabalho, regime de trabalho assalariado (ou seja, a remuneração não por tarefa/ação ou por produto, mas por tempo de trabalho socialmente produzido), e, por fim, a alienação. A alienação em sentido amplo, o que quer dizer, “a perda da dimensão da totalidade” por parte da força de trabalho, do corpo de trabalho. Para Mota (2017, p. 54):

Mas ainda existem entraves nesse caminho ascensional, e o maior deles diz respeito ao fato de que nessa etapa, da valorização pela circulação, o trabalho, absorvido dos modos de produção anteriores, ainda se encontra proprietário dos meios de produção. Daí que a subsunção real para se constituir necessita eliminar todos os resquícios de propriedade do trabalho para enfim submetê-los, em definitivo, ao capital e, com isso, garantir a ampliação da extração do valor. Se a manufatura representou um passo importante nesse ato de expropriação, ao estabelecer a divisão disciplinada do trabalho, ela não rompe de todo a propriedade dos meios, pela manutenção dos mestres nas oficinas e por conta do trabalho integral nas comunidades produtoras, e porque corpo e mente ainda são partes componentes do ato de trabalho. Então, temos que, a apropriação do trabalho não se realiza apenas no plano material, com a expropriação dos meios de produção, mas, também, no plano subjetivo, com a separação do corpo que executa, da mente que elabora.

Assim, a subsunção real para se constituir necessita eliminar todos os resquícios de propriedade do trabalho para enfim submetê-los, em definitivo, ao capital e, com isso, garantir a ampliação da extração do valor. Para Galvão (1984, p. 106, grifo do autor):

Assim, na transição para o capitalismo, o capitalista não *encontra* o trabalhador livre no mercado, mas o trabalho ainda subordinado a modos de produção anteriores. Encontra o camponês, o artesão, a indústria doméstica, que são subsumidos formalmente ao capital. Mas, para que o trabalho, ainda sob formas pré-capitalistas, possa ser subordinado ao capital, já deve ter atingido o estágio em que está voltado inteiramente para a criação de valores de troca. É na base desta produção que o capital subsume, de início apenas formalmente, o trabalhador independente. A subsunção real do trabalho ao capital decorre do próprio desenvolvimento da produção capitalista: a substituição da cooperação simples da indústria doméstica pela manufatura, e esta pela grande indústria.

Nesse momento, com a maquinaria do capital, nas palavras de Dussel (2012) – poder-se-ia substituir aqui, sem prejuízo de significado, pelo sistema de engenharia, o qual propõe Santos (1996, 2009b) – a subsunção real se completa, com a negação do trabalho enquanto trabalho.

A negação do trabalho enquanto trabalho, e a sua superação pelo trabalho enquanto capital provoca o estranhamento do trabalho pela força de trabalho. Não apenas porque o produto do trabalho lhe foi tomado, como na subsunção formal, mas porque agora o próprio processo de trabalho, o próprio ato do trabalho já não lhe pertence. Os ritmos, os comandos, as ações, as ordens, tudo está controlado pelo capital. A maquinaria é o capital posto como maquinaria, e o próprio trabalho já não é trabalho, mas o capital posto como trabalho. Para Romero (2005, p. 124):

No capitalismo, a técnica não é apenas um instrumento do processo de trabalho, como ocorria nas formações sociais pré-capitalistas, mas um instrumento do processo de valorização, implicando e determinando uma relação específica de domínio e de exploração do trabalhador – aquela da subsunção real – que decorre das próprias condições econômicas e do emprego dos meios de produção.

Para Mota (2017, p. 57):

Nesse movimento último de apropriação do sobretrabalho, portanto, não é mais do diálogo do capital com suas formas anteriores ou com formas pretéritas de trabalho de que se está tratando; também, não é mais de valor como produto para a intercambialidade; e, muito menos de assimilações locais; nesse movimento último, como referido acima, já estaremos tratando da plenitude das relações capitalistas e suas formas, estaremos assim no tempo do próprio capital, sua produção e sua reprodução plena.

O espaço geográfico, fruto do trabalho socialmente necessário, torna-se em si uma mercadoria, uma outra determinação do capital, reproduzido a partir de mediações de segunda ordem entre sociedade e natureza. A apropriação do trabalho leva à assimilação dos espaços locais (MOTA, 2017). As trajetórias geográficas, distintas no tempo, passam a reproduzir um efeito de *homofonia* no espaço subsumido ao capital, com as ações das pessoas, antes sujeitos, e agora entes, se repetindo em uma unidade rítmica, fazendo o cotidiano da cidade, da sociedade burocrática do consumo dirigido alcançar o limite do planeta (LEFEBVRE, 1999), seja como tecnosfera, seja como psicosfera (SANTOS, 1994, 2009b). A cadência da construção esquizofrênica desse espaço, com as pessoas convertidas em meros objetos maquínicos, não é interrompida, nem mesmo diante da morte dos trabalhadores.

Com a subsunção do espaço geográfico ao capital, em todo lugar, a morte em serviço é tratada como um empecilho mecânico (atrapalhando o fluxo), não como uma tragédia humana. A construção desse espaço, a reprodução das relações de produção nunca para, e sempre se amplia. Está revelado o ser do capital. E o ser do trabalho? No capitalismo, o trabalho não é ser, mas mero ente. “O que sou? Um trabalhador ou um mero apertador de botões” é a indagação que se deduz ao assistir ao filme “Tempos Modernos” de 1936, dirigido, escrito, produzido e

estrelado por Charlie Chaplin. “O que sou? Um padeiro ou um mero apertador de botões”, se perguntam os padeiros gregos da cidade estadunidense de Boston nos anos 1980 (SENNET, 2004). “O que sou? Um pescador ou um mero apertador de botões”, se perguntam os pescadores da cidade paraense da Vigia nos anos 1970 (MELLO, 1985).

1.6.2 – Capital e trabalho: exterioridade, alteridade, contraespaços e territórios alternativos

Diante da subsunção, o corpo do trabalho já não pertence ao trabalhador, e sua própria vida (o controle de sua própria vida) também não lhe pertence. Se o corpo pode ser uma dimensão territorial, como pensa Haesbaert (2006), no capitalismo, até essa dimensão do trabalhador foi desterritorializada. Para Marx (2004, p. 85-86, grifos do autor):

O trabalho estranhado faz, por conseguinte: [...] do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*. [...] Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem pelo [próprio] homem*. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com *outro* homem, como o trabalho e o objeto de trabalho de outro homem.

Essa dimensão se apresentou pela primeira vez na Amazônia com o projeto *Fordlândia*⁴⁴, no município de Belterra, no vale do Rio Tapajós, mas é com a implantação dos Grandes

⁴⁴ “O crescente interesse pela borracha na Amazônia, despertado pela exploração na Colômbia, em 1896, levou à vinda de estrangeiros à América do Sul, dentre eles Henry A. Wickham que retirou sementes de *Hevea brasiliensis* da região de Santarém/PA que foram cultivadas com sucesso na Malásia, promovendo um verdadeiro cartel da borracha no Sudeste Asiático. O americano Henry Ford, pensando em produzir sua própria matéria-prima para os pneus dos seus automóveis, adquiriu, em julho de 1927, terras no vale do Rio Tapajós, onde se iniciou a construção da cidade que recebeu o nome de Fordlândia. Destinada a ser a primeira “cidade empresa” edificada na Amazônia, oferecia a seus habitantes: hospital, escola, água encanada, luz elétrica, moradia, lazer e emprego. No entanto, o investimento de 125 mil dólares com a aquisição da terra não trouxe correspondente rendimento na exploração dos seringais cultivados; além da topografia montanhosa e solo arenoso que dificultavam o cultivo mecanizado, o ataque das seringueiras pelo fungo *Microcyclus ulei* praticamente dizimou os seringais implantados nos primeiros anos, obrigando a Companhia Ford Industrial do Brasil a transferir-se, em 1934, para Belterra, município de Santarém. A baixa produtividade, o fim da Segunda Guerra Mundial com conseqüente [sic] queda na demanda mundial por borracha, e a produção de borracha sintética levaram à retirada dos americanos da região do Tapajós em 1945. O governo federal adquiriu as benfeitorias e as plantações de seringueiras, porém não impediu a degradação de Fordlândia que viu seu patrimônio material ser dilapidado, ficando prédios em ruínas e lembranças de moradores remanescentes do tempo do fastígio da borracha” (SENA, 2008, p. 89, grifos do autor). Há autores como Costa (1993) que colocam como o centro de gravidade do fracasso do projeto de Henri Ford na Amazônia a resistência da força de trabalho local ao enquadramento e ritmo da linha de montagem capitalista, com a recusa dos trabalhadores recrutados em abrir mão do controle do processo de trabalho.

Projetos que a subsunção real do trabalho ao capital ganha ares de período histórico e geográfico na Amazônia (SOARES, 2016).

Na Zona Costeira Paraense, Mello (1985) discutiu como a implantação de relações de produção capitalistas propriamente ditas modificou as estruturas produtivas envolvendo a atividade pesqueira – mesmo quando as formas aparentavam a reprodução de uma lógica pré-capitalista – aplicando os conceitos de subsunção formal e subsunção real ao caso da atividade pesqueira. Para Mota (2016) a técnica assume outra face para além de sua evidente instrumentalidade e se apresenta como relação de controle social no conjunto das relações capitalistas. Destarte, sendo a técnica a principal mediação das relações espaciais é a partir de sua manifestação concreta que se torna possível identificar temporalidades, correlações e assimilações.

Conforme Mota (2016), é possível, portanto, construir a materialidade do lugar a partir da detecção do nível de introjeção das relações indutoras do projeto mundo proposto pelo capitalismo em expansão e do conteúdo pré-existente e/ou resistente, mesmo que este seja trabalho cristalizado já previamente subsumido ao capital. Santos (1996, p. 65) defende noção análoga:

A noção de idade das variáveis, de que falamos previamente, inclui duas noções paralelas, a de idade tecnológica e a de idade organizacional. A noção de idade tecnológica é dada em função da idade das técnicas presentes. A noção de idade organizacional está ligada à forma como são dispostos, em termos de tempo e espaço, os fatores de trabalho correspondentes aos dados técnicos em questão. A combinação dessas duas idades nos explica, em primeiro lugar, uma certa combinação de capital e de trabalho aplicada ao ato de produzir. Essa noção pode ser concretizada com a ajuda dos conceitos de composição técnica e composição orgânica do capital; em segundo lugar, somos levados a entender como se dá uma determinada combinação de bens e de serviços consumidos.

A idade organizacional, portanto, é muito mais geográfica do que a que o autor nomeia de idade tecnológica, uma vez que à geografia interessa, em primeiro lugar, entender o porquê da atual disposição de objetos, ações e sujeitos. Santos (2009b, p. 157) pondera que: “[...] o objeto existe geograficamente em um lugar e, no momento em que nele se instala, ganha uma outra certidão de idade. O fato da inserção em um determinado meio é diferente do fato de existir de forma absoluta como possibilidade de geografização ainda não realizada”.

O meio técnico, pelo capitalismo, se funde e se assimila ao próprio espaço, e se apresenta como projeto. Ao lugar assim recriado cabe a manifestação funcional, a materialização operacional. É assim que, para Mota (2016), uma nova teleologia se propõe, na qual o valor

relativo transmutado em técnica seria não somente o meio, mas também o fim da realização do Ser social.

A produção do espaço aqui é contraditória, porque baseada na exploração de uma classe por outra. Como o capitalismo se amplia em espiral, a reprodução se dá pela incorporação, mudança ou destruição das próprias relações sociais e espaciais produzidas pelo capital. Do ponto de vista da forma mais avançada do capital, da fração mais avançada de incorporação do valor, o passado, o trabalho objetivado, só interessa se ainda está se processando a exploração do valor gerado no ato de sua produção.

Do contrário, o passado é empecilho, e, nesse ínterim, não importa se as formas produtivas do passado são não capitalistas, pré-capitalistas ou já capitalistas (subsunção formal, por exemplo). São indiferentes a partir do olhar da forma mais avançada de capital.

Entre os entes do capital, porém, por mais que todos apresentem a forma fenomênica de coisas, de entes, há um ente que é distinto. Apenas um entre os entes, entre as determinações que se materializam em formas fenomênicas nas quais o capital se põe é distinto. Há apenas um que possui a capacidade da valorização, ou seja, de gerar valor, que é o trabalho.

O trabalho possui sua propriedade vital de ser exterior ao capital, no sentido de estar além do capital, de estar fora do capital. Positivamente, o trabalho como trabalho, antes da dissolução de sua relação com a natureza – da substituição das mediações de primeira ordem, pelas mediações da segunda ordem (MÉSZAROS, 2007), da desespacialização (MOREIRA, 2015), da desterritorialização (HAESBAERT, 2006) – o trabalho é negativamente pobreza absoluta, já que a riqueza é do capital. Se o Ser é o capital (o valor extraído do trabalho), o trabalho não objetivado é o Nada absoluto (DUSSEL, 2012; MARX, 2011a)

Positivamente, o trabalho não objetivado é o trabalho vivo, aquele que tem a possibilidade de se objetivar, de objetivar, de produzir, de valor. O trabalho vivo é subjetividade, e, por fim, vida. Vida livre. Vida além ou aquém do capital. Afirmar que esse trabalho livre não objetivado, que essa subjetividade está além ou aquém, se está a jusante ou a montante, precisa do estabelecimento de uma medida, e fazê-lo pode converter a linha do tempo em algo meramente cronológico, pretensamente evolutivo, quando as coisas não são realmente assim, ao menos em dialética.

A dissolução dessa subjetividade, a conversão do trabalho vivo em ente, o que significa a destruição do mundo anterior, é afirmação do capital, como ser. A destruição do passado é a construção do capital. Mas mesmo subsumido, o trabalho continua se defrontando com o capital como o “outro”. O estranhamento do trabalho se dá, pois, o trabalho gera valor, o trabalho objetiva, e quando objetiva, cria objetos que lhe agredem, e reproduzem sua condição de “outro

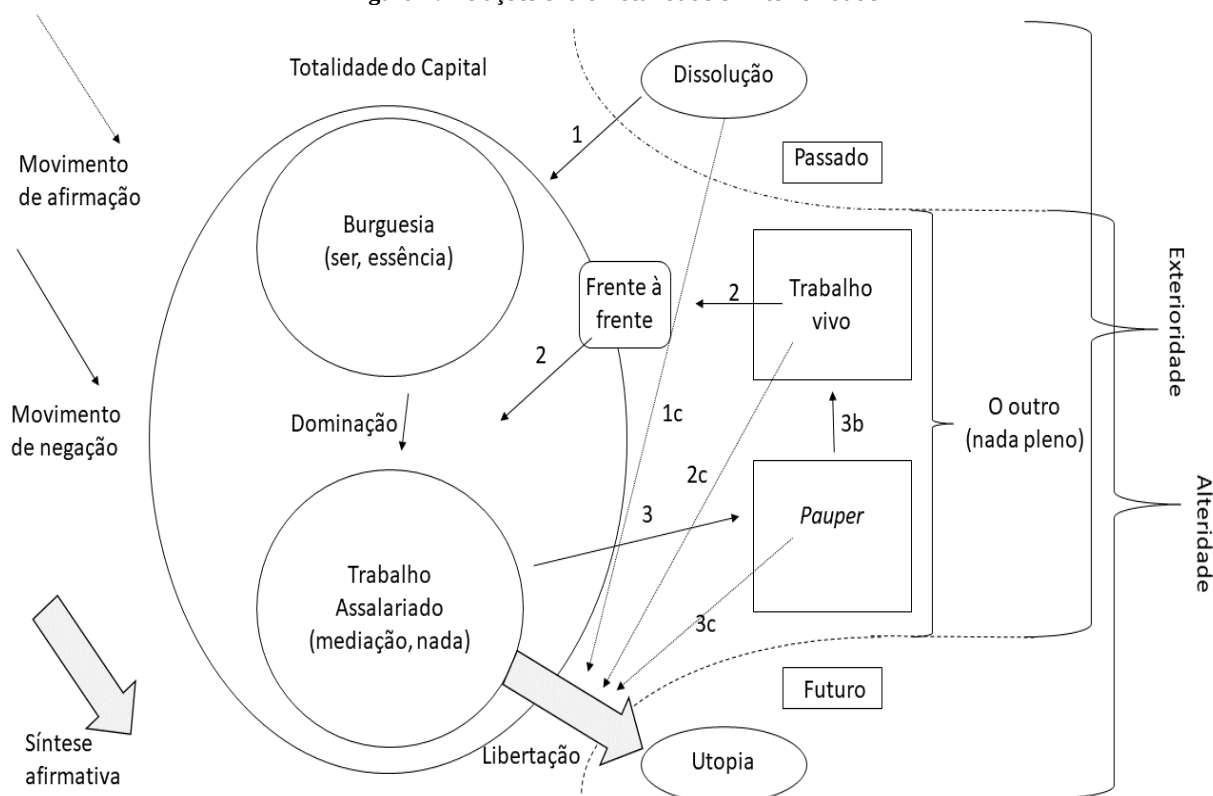
do capital”. E sem as amarras do passado, sem os valores (de uso) do passado, o trabalho vivo, diante do capital, não é nada mais que “nada”! (DUSSEL, 2012; MARX, 2011a).

O capital é o Ser. O trabalho é o Nada. O nada pleno. Esse nada pleno é o “Outro” do capital, que se defronta, no lugar e no cotidiano com o capital, o Ser. Esse encontro, esse estar “frente à frente” se dá não apenas porque a fazenda, o laboratório, o escritório e a fábrica são objetos do capital, mas a própria cidade, o próprio campo. Na verdade, o espaço geográfico é, desde então, apenas e somente a reprodução do ser, do valor, do mais-valor extraído do trabalho. O cotidiano é afirmação da dominação sobre o trabalho vivo, convertido em ente, em trabalho assalariado. O trabalho já nem é trabalho, mas capital como trabalho, capital posto na forma trabalho; o trabalho como mera forma. Mas esse cotidiano, e esse lugar, é o lugar da práxis, onde está a possibilidade da passagem da “classe em si” para a “classe para si” (LUKÁCS, 2013). A consciência dessa totalidade é a ruptura com a alienação da totalidade do capital, e a percepção das relações da exterioridade com essa totalidade.

Parte do trabalho, já gerado a partir da reprodução do capital, após a dissolução das formas outras de propriedades dos meios de produção, é então expelida da totalidade, rejeitada, e lançada para a exterioridade como um esgoto, como uma excreta. Sem espaço nos antigos espaços rurais comunitários destruídos, e sem espaço nas cidades construídas para a reprodução do capital, esse *pauper* irá manifestar sua pobreza absoluta implorando ao capital para se objetivar, e viverá, na “cidade ilegal⁴⁵”, no lugar sobrando – no “aglomerado de exclusão” (HAESBAERT, 2006) – vivendo da sua exploração sistêmica – reproduzindo-se “no circuito inferior da economia”, sucateando seu corpo de trabalho, e adquirindo os meios de vida do “circuito superior da economia” (SANTOS, 2004a), liberando mais-valor através da transferência (VERGOPOULOS, 1977), ou seja da troca desigual. A figura 7 a seguir, reproduzida a partir do esquema de Dussel (2012) aponta as relações entre exterioridade e totalidade (do ser do capital), e seus movimentos de afirmação, negação e síntese.

⁴⁵ “O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de [sic] idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as [sic] idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das [sic] idéias” (MARICATO, 2002, p. 122).

Figura 7: Relações entre Totalidade e Exterioridade



Fonte: DUSSEL (2012, p. 330). Elaborado e adaptado pelo autor da tese.

De Dussel (2012, p. 330) vem os esclarecimentos. A seta 1 indica o movimento de dissolução dos modos prévios de produção⁴⁶; a seta 2 indica o movimento de alienação do trabalho vivo; e, a seta 3 indica o movimento de expulsão do trabalhador desnecessário. Há o movimento 3b, onde o trabalhador desnecessário (*pauper*; pobreza absoluta) se transforma⁴⁷ novamente em trabalho vivo. A seta 4 indica o movimento de emancipação dos trabalhadores. Os movimentos indicados pelas setas 1c, 2c e 3c são movimentos de afirmação da exterioridade (e, assim, de negação do capital).

Para Dussel (2012, p. 321-323), há, em suma, três momentos de exterioridade do capital: a) a “exterioridade” por anterioridade histórica; b) a “exterioridade” abstrata essencial; e, c) a “exterioridade” *post festum* (o *pauper*; ou pobreza absoluta). A primeira, a “exterioridade” por anterioridade histórica:

[...] é prévia à constituição do sistema, da totalidade – prévia ao devir do ser do capital [...]. A “propriedade comunitária” permitia uma convivência humana em que a sociabilidade não se fundava na

⁴⁶ Dussel (2012) prefere “modo de apropriação” em vez de “modo de produção”, uma vez que se trata sempre de apropriação do trabalho, e não necessariamente “produção”. Há modos baseados em extração de recursos oriundos do metabolismo da natureza, e, aí, não houve produção de fato. Nesta Tese de Doutorado em Geografia (vide próximo subitem) se prefere a utilização de “modo de produção”.

⁴⁷ Neste movimento está concentrado quase a totalidade do esforço das forças progressistas contemporâneas.

lei do valor, na colocação de mercadorias à venda no “mundo” da circulação, mas em vínculos humanos no nível da própria produção. Vida comunitária mais humana que a do capitalismo, porém, menos desenvolvida – na qual a individualidade imatura não propiciava a liberdade do “frente a frente” [do trabalho com o capital] (DUSSEL, 2011, p. 321, grifos do autor).

A “exterioridade” abstrata essencial é a que se dá no centro da produção e reprodução do capitalismo. A exterioridade do trabalhador já despossuído dos meios de produção e reprodução da vida. Essa é:

[...] a “exterioridade” propriamente dita, metafísica (enquanto mais que ontológica ou “acima” do horizonte do ser do sistema), se estabelece entre o capital já originado e o trabalho vivo. De fato, o trabalho vivo, o próprio trabalhador em sua carnalidade disponível é “o outro” absoluto que enfrenta o capital a partir de sua própria externalidade [...]. O trabalho vivo, o próprio trabalhador *como outro* do capital, do capitalismo a classe trabalhadora *como outra* da classe capitalista; a nação periférica (África, Ásia, América Latina) *como outra* da nação capitalista (Inglaterra, França). A “exterioridade” é “alteridade”; ser outro enquanto distinto da totalidade estabelecida, dominadora, existente a partir de si e por si: o capital. “O *outro*” é, deste modo, “um pleno nada” [...]. “Nada” por não ter sentido; “nada” por não ter valor ainda, não ser matéria-prima ainda, ser não instrumento. Sua objetividade ‘pode ser somente uma objetividade não separada da pessoa (*Person*)’. A própria “pessoa” (o *rostro* do outro), sua corporalidade, sua sensibilidade está aí, fora: é sua pele que o colocará e seu destino será o curtume – como Marx escreverá n’*O Capital*. O outro, sensível, que Feuerbach descobrira na relação “eu-tu” – em que se inspirarão Rozenzweig e Levinas –, é aplicado por Marx ao trabalhador, ao outro do capital, cuja “objetividade coincide com a sua imediata corporalidade (*Leiblichkeit*)”, carnalidade, com sua pele; a pele que a prostituta vende para comer, a pele que é objeto de sadismo do torturador na repressão política, a pele do trabalhador ferida e mutilada pelo futuro trabalho excedente. Esta pele do outro é *ainda* exterior ao capital, como o “absolutamente contraditório” (DUSSEL, 2012, p. 322, grifos do autor).

Percebe-se, com as palavras de Dussel (2012), como enquadrar a obra de Marx como apenas filosófica, ou apenas econômica, é uma armadilha, e o que Marx esteve produzindo é uma ciência do real. A ontologia do ser social destrinchada por Marx (2011a) chega à dimensão cotidiana do trabalho nu, aquele que vilipendiado, e expropriado de tudo, teve apenas o seu corpo como última dimensão da vida sobre seu controle parcial. A única propriedade que lhe sobrou, e nem mesmo essa como valor de uso, mas como valor de troca. Troca pela sobrevivência.

A última exterioridade, a “exterioridade” *post festum* é o trabalhador já despossuído dos meios de produção, já subsumido, e posto à margem da própria engrenagem, como mero exército de reserva, sobrevivendo à custa das sobras de valor do sistema.

Vale dizer: o ser posto “à margem (*ausser*)” das condições pelas quais o trabalhador vivo pode viver, isto é, do salário, transforma o trabalhador, novamente, no “outro” do capital. Esta “exterioridade” *post festum* (não como anterioridade histórica nem como enfrentamento com o capital antes de ser encontrado) é um momento necessário da tendência do capital de colocar sempre mais tempo excedente de trabalho. Com isso, diminui, por compulsão essencial de seu movimento, o trabalho necessário; ou seja, todo trabalhador é “potencialmente um pobre”, um desocupado, parte do “exército industrial de reserva” [...]. A “superpopulação” marginal, em especial nos países periféricos e menos desenvolvidos, frequentemente um brinquedo nas mãos dos populismos, é produto da lógica do capital, da racionalidade do capital. O pobre, por isso, e como fruto da exploração do capital, é “o outro por excelência. “O outro”, *como pobre*, é um indivíduo – individualidade que, tendo passado pela experiência do trabalho livre, desenvolveu-se ao máximo: é uma pessoa num sentido novo, mais maduro que nos anteriores modos de apropriação – é, potencialmente uma classe (a classe trabalhadora) e, noutra nível, uma nação (DUSSEL, 2012, p. 323, grifos do autor).

Se o mundo está convertido em um mundo urbano, em intenso processo de urbanização, em ininterrupta revolução urbana, como vaticinou Lefebvre (1999), essa urbanização é um processo desigual. Prever o futuro não é possível, mas apontar cenários e projeções a partir de tendências é o papel da ciência. Santos (2009c, p. 129) dizia que “falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência”.

As tendências apontadas por Santos (2009c) para a urbanização brasileiras eram péssimas. Seguindo o que já havia apontado para o caso dos países latino-americanos⁴⁸, Santos (2009c) conjecturava uma concentração de riqueza em polos específicos, com uma maçante concentração de miséria em outro lado. Santos (2009d) enxergava claramente como a urbanização se materializava em concentração de pobreza⁴⁹, embora, em suas obras, ainda utilizasse um “certo lugar de fala” para se referir a este fenômeno apenas como a urbanização do mundo subdesenvolvido⁵⁰. Aqui reside um equívoco.

⁴⁸ “A tendência de todos esses países é para uma crescente concentração nas cidades que já alcançaram poder, com a criação de polos de crescimento orientados para o exterior, os quais bem pode ser cidades criadas especialmente para receber nova industrialização ou então cidades tradicionais chamadas a abastecer as grandes indústrias, desvinculadas da economia regional, com mão de obra barata e capital abundante” (SANTOS, 2010a, p. 176).

⁴⁹ “Devemos, talvez, insistir no fato de que há também um grupo seletivo de estudiosos cujo verbalismo rigoroso, como poderia ser chamado, permite-lhes discorrer com inteligência a respeito de questões superficiais, sem ir ao âmago do problema. [...] Há muitas maneiras de esquivar-se ao problema da pobreza, seja tratando o assunto como uma questão isolada, seja ignorando que a sociedade é dividida em classes” (SANTOS, 2009d, p. 20).

⁵⁰ “A causa dessas imensas disparidades regionais deve ser procurada nos caracteres específicos do espaço dos países subdesenvolvidos. A partir deste fato, podemos discutir os fatores de variação das rendas urbanas. [...] O crescimento urbano não é, portanto, um fator de empobrecimento da *economia* embora o melhoramento da renda média possa ser acompanhado de pauperização. A ordem das rendas segue diversas categorias urbanas que, longe

Autores como Palen (1975), ainda que não ignorassem as estatísticas acerca da existência da pobreza urbana, eram otimistas quanto ao futuro das cidades, do mundo urbano. Um mundo de velocidade, de novos ritmos, de novas tecnologias, de novas cores, odores e todos os valores de uso possíveis; enfim, um novo mundo de possibilidades.

Palen (1975) argumentou, a partir de tendências documentadas cuidadosamente ao longo de sua obra, que a cidade do amanhã teria uma nova dimensão política e espacial (uma dimensão “superterritorial”, superpondo territorialidades, e outra dimensão “extraterritorial”, extrapolando as territorialidades tradicionais), e que, apesar de suas contradições, possibilitaria uma nova arena política para novos “atores sociais”, como as mulheres e outras minorias. Contudo, pode-se dizer que o “mundo urbano” de Palen (1975) se transformou em um “planeta favela”, para utilizar o adjetivo dado por Davis (2006). Para Davis (2006, p. 28-29):

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos atrás.

Na realidade, o que Davis (2006) constata no início do século XXI corrobora o que Marx (2011a) anteviu na segunda metade do século XIX: a tendência do capital é concentrar miséria. A exterioridade *post-festum* que Dussel (2012) destaca é a aquela que manifesta a condição da “pobreza absoluta”, pois impossibilitada de voltar ao passado pré-capitalista que não viveu (ela foi gerada já no mundo do capital), impossibilitada de recriar esse passado por total falta de meios (inclusive de cultura⁵¹ para tal), e impossibilitada de se reproduzir na forma essencial na totalidade do capital, qual seja, vender sua força de trabalho em troca de um salário (e liberando mais-valor), resta-lhe, para a sobrevivência, a total avulsão de frações de sua vida em troca da sobrevivência, uma sobrevivência pálida de pessoas esmagadas.

de se articularem funcionalmente (como nos países industrializados), superpõem-se quase aritmeticamente” (SANTOS, 2010b, p. 138, grifo do autor).

⁵¹ Gramscamp (2019) apresenta alguns dos desafios para implantar e disseminar a agricultura urbana para as novas gerações. O saber agrícola, o saber-fazer produção a partir da terra, fundamental nas histórias das civilizações para a transição do nomadismo para o sedentarismo, é um conhecimento prático difícil de se recuperar, e cada vez mais restrito na medida em que acelera o êxodo rural em todo o planeta, e cada vez mais são restritas as sociedades que vivem da mediação direta com a natureza (terra, água etc.).

A tendência do capital é gerar contraespaços. Esses contraespaços, derivados da negação como metabolismo, apresentam a potencialidade da negação da totalidade do capital, e, portanto, da afirmação da alteridade. Ao ler as palavras de Marx (2011a), e compreender os esquemas didáticos de Dussel (2012), não deveria espantar, nos tempos de hoje, a emergência de novos protagonistas na negação do capital, para além da exterioridade abstrata essencial (o clássico trabalhador assalariado). Se o planeta inteiro (até os outrora chamados países desenvolvidos⁵²) foi convertido em uma favela, essa grande massa oprimida e esmarrada da

⁵² Diversos autores problematizaram as origens da categoria “desenvolvimento”, bastante disseminada no século XX no contexto da disputa bipolar entre Estados Unidos e União Soviética. Rist (2011) chega a afirmar que houve uma “invenção” da categoria desenvolvimento por parte do *Establishment* estadunidense para fundamentar a descolonização e as novas “parcerias” com as ex-colônias evitando que o mundo comunista. Para Rist (2011) a busca pelo desenvolvimento ultrapassou qualquer fronteira científica e se tornou um “postulado de fé”, uma “fé global”, ressaltando o papel da obra de Rostow (1960) neste evento. É sempre interessante lembrar, aliás, que o subtítulo da obra de Rostow (1960), o “papa” do desenvolvimento econômico, era, de forma provocativa, “um manifesto não comunista”. A obra de Rostow (1960) basicamente ignora a história real da acumulação primitiva e propugna medidas políticas e econômicas a partir das quais os países desenvolvidos teriam alcançado o suposto desenvolvimento, e, portanto, tais medidas deveriam ser aplicadas nos ditos países subdesenvolvidos. Lacoste (1982) comenta o peso que essa noção, e as classificações entre “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”, e, mais tarde, com a categoria intermediária “países em desenvolvimento” teve na geografia, sempre pronta a cometer fetichizações espaciais ou geografismos, como antes havia nomeado o mesmo autor (LACOSTE, 1993). De forma mais rigorosa – como é o caso das obras de Santos (2009c, 2009d, 2010a, 2010b) – ou menos rigorosa, essas noções se tornaram fixas no fazer geográfico. Nas ciências sociais como um todo, escolas de pensamento científico passaram, então, a propugnar e reformular as medidas necessárias para superar o subdesenvolvimento, como as que são listadas por Staley (1961). Porém, além da crítica à própria concepção de desenvolvimento – bem elaborada por Rist (2011), Amin (1976) e, na geografia, Smith (2008) – é necessário, nessa terceira década do século XXI que se inicia, afirmar claramente que não há sentido nessa divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Se é que já houve, não é mais o caso. A China é a maior economia do planeta em termos de PIB por PPC (Paridade do Poder de Compra) desde 2014, e muito em breve superará os Estados Unidos em termos de PIB por cotação direta do dólar também. Quando aferidas as econômicas a partir da PPC, percebe-se que China e Índia já rivalizam com os Estados Unidos desde 2010, e isso ajuda a explicar também como esses dois estados nacionais possuem as maiores inovações tecnológicas atuais, sejam civis ou militares. Ainda com relação à PPC, percebe-se como é possível países como Rússia e Irã manterem-se, cada um seu nível, como grandes potências militares, o que é difícil de visualizar se se considera a ilusão da cotação direta do dólar, que ignora o controle do trabalho exercido pelos Estados nacionais. Por outro lado, se se considera o IDH, a lista dos “países desenvolvidos” não coincide com a noção *lato sensu* que se tem desse grupo, pois incluiria Argentina, Chile, Uruguai, e mesmo Cuba. Se em termos econômicos é puro devaneio chamar a China ou Índia, ou mesmo o Brasil de países subdesenvolvidos – vide a obra de Zibechi (2012) – também já não faz qualquer sentido ignorar que os Estados Unidos hoje apresentam um fenômeno de desigualdade social tão intenso que considerando diversas estatísticas (educação, saúde, renda) em que este país se afasta de forma brutal dos demais estados nacionais da OCDE, diferenciá-lo do Brasil ou do México parece muito mais força do hábito, do que razão científica. O que ainda resta de direitos sociais consolidados parece cada vez mais está restrito ou à Europa Ocidental, com programas herdadas da época dos governos socialdemocratas, ou na Europa Oriental, nos poucos lugares em que sobrou algo da antiga assistência estatal dos tempos soviético-comunistas. Ambos atacados de forma cada vez mais intensa pelo avanço do neoliberalismo, de modo o que se chamou “desenvolvimento” de forma paradigmática – uma economia forte baseando um “modo de vida” repleto de consumo de valores de usos e atendido por direitos sociais básicos – se mostra hoje cada vez mais como um fenômeno regional, de um período cada vez mais particular, e menos geral do que outrora se pensou. A mais recente proposta de formulação das concepções de “desenvolvimento” herdadas dos séculos XIX e XX veio do PNUD (2020), que além das variáveis clássicas envolvendo saúde, economia e educação, acrescentou variáveis ambientais modificando o IDH para IDHP (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões Planetárias). Ribeiro (2021) comenta que a outrora intocável Noruega, 1º lugar no *ranking* mundial do IDH, cai 15 posições e se torna apenas o 16º lugar no *ranking* mundial do novo IDHP. De acordo com Ribeiro (2021, p. 1, grifos do autor): “Ora, com a inclusão do impacto ambiental, a Noruega despencou! Ela era o país líder do IDH. Mas seu bem-estar social depende da riqueza do petróleo que ela explora no mar – o que exporta, ou terceiriza, danos ambientais. Então, com o ‘P’, a Noruega

população mundial compõe a exterioridades *post festum*, cuja dimensão de pobreza absoluta lhes limita a sobrevivência, mas também implica em nada mais a perder.

A leitura de Davis (2006) fornece um quadro empírico sistemático do avanço dessa última forma de exterioridade. A leitura de Piketty (2014) ilustra com riqueza estatística como a concentração de renda no século XXI é a maior desde a eclosão do capitalismo, e continua em curvas exponenciais, ilustrando como o chamado “estado de bem-estar social” foi, de fato, um evento muito mais regional e particular do que outrora se pensou.

É preciso dizê-lo sem mais amarras e sem mais geografismos. A tendência histórica do capital é a produção de desigualdades sociais, cujos estudos empíricos do mundo ilustram de forma cada vez mais detalhadas, e cuja manifestação nas cidades do estado do Pará, da Zona Costeira Paraense e da Região Metropolitana de Belém ilustra de forma pateticamente exemplar (MORAES, 2009; MOREIRA, 2014; TABOSA et al, 2014; RODRIGUES, 2017; GUSMÃO, 2018; GUSMÃO; SOARES, 2018; VIEIRA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2018; SOARES et al, 2018a; SOMBRA et al, 2018a; FENZL et al., 2020; ROCHA et al., 2020; COSTA et al, 2021).

Contudo, conforme bem deixou claro Dussel (2012), se as formas do passado não respondem ao futuro, as três exterioridades produzem junto a negação do capital e a afirmação potencial da libertação. Daí que os contraespaços são distintos, e podem dizer respeito ao ontem, ao hoje, e, mesmo, ao amanhã. A exterioridade diz respeito à propriedade de ser o Outro do capital. A alteridade é uma categoria diretamente relacionada, mas qualitativamente superior. A exterioridade para se tornar alteridade exige a passagem da “classe em si” para a “classe para si” (LUKÁCS, 2013).

A exterioridade, em suas formas distintas, supracitadas, está presente nos contraespaços. Os contraespaços são produzidos pela própria fundamentação contraditória do capital, cujo ser é o valor extraído, furtado, alheado, alienado do trabalho que o produziu. A alteridade é o projeto alternativo ao capital, utópico por excelência. Utópico por que não existe em lugar

caiu 15 posições. Foi do 1º lugar para o 16º. Como diz Pedro Fernando Nery, no Estadão, ‘o novo IDH expõe de forma clara uma certa hipocrisia que já era criticada. Sobre a convivência da agenda verde dos noruegueses com a venda de petróleo de suas gigantescas reservas para o resto do mundo, o jornalista Michael Booth comparou a Noruega ao “traficante de drogas que não usa seus produtos’. Mas talvez o pior caso seja o dos EUA. Eles estavam em 17º no IDH, mas caíram 45 posições no IDHP. Com todas as palavras: caíram para o 62º lugar. ‘P’ quer dizer ‘Ajustado às Pressões Planetárias’. Considera o efeito estufa e a destruição de recursos ambientais que o país efetua. O Brasil subiu dez lugares: chegou a 74º. Sem dúvida, é uma boa notícia. Continuamos mal na foto, mas ela foi corrigida. E estávamos 57 posições abaixo dos EUA, agora estamos apenas 12, o que muda bem as coisas. É claro que em termos de conforto o velho IDH continua expressando uma larga distância entre nós e os EUA. Mas, em termos de economia sustentável, o IDHP é mais veraz.” Em todo o caso, o que fica mais evidente do que as emendas em uma construção velha, é o desgaste do conceito.

algum (MANNHEIM, 1972). Não existe em lugar algum porque todos os lugares foram subsumidos ao capital, porque o mundo real é a totalidade do capital, em processo perpétuo de totalização (KOSIK, 1963).

Não importa se a exterioridade que se defronta contra o Ser do capital é exterioridade por anterioridade histórica, se é exterioridade abstrata essencial ou exterioridade *post-festum* (*pauper* ou pobreza absoluta). Conforme ilustra o esquema da figura 6, todas se afirmam como exterioridade, conjunta e sinteticamente, defrontando-se contra o capital, em direção à libertação. Mas o projeto de libertação não está na forma do passado⁵³.

É por isso que a alteridade não inclui o passado. A alteridade, se se quer como alternativa, é um projeto de futuro. De igual modo, a exterioridade, por si só, não inclui o futuro. A exterioridade é exterioridade do mundo de hoje, a totalidade do capital. A exterioridade é futuro em potência, projeto de futuro que, como já dito, necessita do “despertar” para a ontologia do ser social, rompendo a alienação (LUKÁCS, 2013; GRAMSCI, 1987).

A exterioridade se materializa na produção de contraespaços. E, assim, e por isso mesmo, é que se pode plenamente dizer que há três contraespaços no atual período – período da globalização, ou período técnico-científico-informacional, ou período do capitalismo, ou período da divisão internacional do trabalho ou simplesmente, e, melhor: o período da geografia do espaço mundial –: a) os contraespaços de anterioridade histórica; b) os contraespaços da essência capitalista; e, c) os contraespaços da pobreza absoluta.

A alteridade está na construção de territórios alternativos⁵⁴ – para utilizar o conceito proposto por Haesbaert (2009). A negação do capital e a afirmação da exterioridade produz o

⁵³ “Fica evidente como, diante das contradições ecológicas e territoriais do capitalismo, não existe em Marx, nenhuma idealização de um ‘estado de natureza’ pré-capitalista, já almejado por alguns socialistas utópicos, e pelos românticos de seu tempo e hoje retomado pelos ecologistas populistas e reacionários, que num horizonte cultura à la Lévi-Strauss, propõem à humanidade o modelo de um presumido equilíbrio entre o homem e a natureza, de um desenvolvimento limitado (quer demográfico, quer econômico), atribuído às velhas sociedades camponesas e patriarcais. A resposta de Marx às concepções ‘ecológicas’ que retomam a idéia [sic] e colocar limites ao desenvolvimento [...] era já muito clara antes que elas surgissem: para a superação das contradições do capitalismo é ‘necessário que o pleno desenvolvimento das forças produtivas tenha se tornado uma condição da produção, e não que determinadas condições de produção sejam colocadas como limites do desenvolvimento das forças produtivas’. Está claro [...] que os limites do desenvolvimento não podem coincidir com as condições capitalistas de produção [...], nem poder pretender congelar os equilíbrios existentes caracterizados, a nível nacional e, ainda amais, mundial, pela oposição de riqueza e miséria, de desperdício e de fome etc.” (QUAINI, 1979, p. 136-137, grifos do autor).

⁵⁴ Mesmo diante da opressão, da ocultação, do silenciamento, da negação sistemática das periferias urbanas, da pobreza urbana, com práticas estatais (a serviço do capital) de confinamento territorial – seja em *estrito sensu*, seja um confinamento relativo, como se dá em algumas cidades através do controle dos horários e fluxos do sistema de transporte coletivo, conforme ilustrou Castro (2015) para o caso de Belém, os oprimidos resistem e revelam a potencialidade da construção de territorialidades alternativas. Para Haesbaert (2014, p. 297): “Diante de um Estado omissor, cada um pode promover suas próprias formas de contornamento, criando espécies de contra-territorialidades de exceção, nas quais se admite permanecer constantemente num limbo entre territórios da

contraespaço. O contraespaço é condição *sine qua non* para o território alternativo. Mas a construção de um território alternativo exige a ruptura com o alheamento, com a alienação, a tomada de consciência por parte dos trabalhadores, dos sujeitos viventes sob a totalidade do capital do fundamento da totalidade do capital: a exploração sistemática do trabalho – cuja etapa inicial foi a ruptura ecológico-territorial⁵⁵ do acesso à primeira natureza, ou seja, aquela externa ao humano, e aquela fruto do trabalho objetivado, cristalizado na paisagem – e sua pauperização absoluta.

A negação da humanidade do trabalho em prol do gozo do Outro, o capitalista, que usufrui de todos os valores de uso já produzidos na história da humanidade e da natureza, sem perder de vista, como diria Quaini (1979), nem a historicidade da natureza, nem a naturalidade da história⁵⁶. Os contraespaços estão nas cidades, mas também no campo. Não possuem forma, extensão ou escala padrão. São espaços de ações solidárias onde se projetam “fissuras” no capitalismo. Como afirma Holloway (2013), qualquer ação social e coletiva que desemboque em um projeto de produção e usufruto coletivo de valores de uso, e de negação consciente da mediação do valor de troca, são fissuras no capitalismo.

Assim, os projetos de economia solidária⁵⁷, as territorialidades instituídas nas áreas costeiras, as práticas e costumes baseados no valor de uso, e a “aprendizagem territorial” do

legalidade e da ilegalidade. Para manter um maior rigor em nossa concepção de contenção e contornamento, entretanto, [...] preferimos restringir seu uso à condição e às dinâmicas dos grupos subalternos – no caso do contornamento, em suas iniciativas próprias de superar e/ou subverter, das mais diversas formas, a situação de subordinação e/ou de precariedade a que estão condicionados”.

⁵⁵ “Marx recupera aqui o conceito do período da juventude de alheamento ou alienação, que exprime o domínio dos objetos e das instituições sociais, produzidas pelos homens, sobre os próprios homens, escravos, portanto, das próprias forças que objetivamente se tornaram forças *naturais* incontrolláveis, mais incontrolláveis que as próprias forças naturais. Esta paradoxal reviravolta da natureza em história e da história em natureza se realiza na sociedade capitalista, que enquanto amplia a esfera do domínio científico e tecnológico sobre as forças naturais cria uma *natureza social* ou uma *sociedade natural* que se opõe e domina os homens muito mais do que *natureza natural* dominava os as próprias sociedades pré-capitalistas. de fato, é também por diferença específica como os antigos organismos sociais de produção extraordinariamente mais simples que o organismo burguês, que Marx define este último como ‘uma formação social na qual o processo de produção domina os homens e o homem não domina ainda o processo produtivo’” (QUAINI, 1979, p. 48, grifos do autor).

⁵⁶ “O materialismo histórico, constitui-se, portanto, como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza, na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, que, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fiscalista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a *historicidade da natureza* nem a *naturalidade da história*” (QUAINI, 1979, p. 43, grifos do autor).

⁵⁷ Projetos de economia solidária buscam resgatar a dimensão do mercado e da troca sem as mediações do valor de troca. Em termos de Marx (2011a), tratar-se-ia de buscar resgatar a dimensão do mercado enquanto mercado (e do dinheiro enquanto dinheiro, enquanto *quantum* trabalho), construção histórica das civilizações humanas, em detrimento do mercado enquanto capital (e do dinheiro enquanto capital). Evidentemente, a mediação dos valores

associativismo, do assembleísmo, do coletivismo, enfim, da negação das “mediações de segunda ordem entre sociedade e natureza” são ações que produzem os contraespaços.

1.6.3 – Modo de Produção e Formação Espacial

Ainda em termos de referencial teórico, cabe destacar o par dialético modo de produção e formação social (ou formação econômica e social, ou formação econômico-social, ou ainda simplesmente FES, entre as denominações mais usadas). Essas duas categorias de Marx, bem ao contrário da subsunção ou da exterioridade, constituem categorias já bastante discutidas pela literatura geográfica, de modo que cabe aqui apenas apresentar alguns pontos centrais. Por ser tema de debate clássicos, vários foram os autores que ofereceram suas perspectivas sobre o par dialético modo de produção e formação social.

Como já comentado, não pode haver pretensão em retornar à dúvida metódica de Descartes (1983) e duvidar de tudo. Isto também não significa que as noções classicamente estabelecidas não possam ser questionadas, e, enfim, falsificadas, se se pretende que a ciência seja ciência. Contudo, definições precisas são necessárias, para evitar silogismos. Veja-se por exemplo o caso de Ermakova e Rátnikov (1986).

A formação econômico-social é um determinado tipo histórico de sociedade, um degrau particular de seu desenvolvimento com o seu carácter distintivo, o conjunto de todos os aspectos de sua vida material e espiritual. O aspecto determinante de cada formação econômico-social é o modo de produção historicamente determinado, que inclui as relações de produção correspondentes. Portanto, as formações distinguem-se, antes de tudo, pelo modo de produção dos bens materiais na sociedade e pela forma de propriedade dos instrumentos e meios de produção (ERMAKOVA; RÁTIKOV, 1986, p. 14, grifo dos autores).

de troca só pode ser superada com o fim do mercado mundial capitalista, mas, seguindo Holloway (2013), podem ser consideradas “fissuras”. Essas iniciativas possuem escala variável, desde as ações locais, conforme as mapeadas por Souza e Vasconcellos Sobrinho (2011) para a Amazônia paraense, podendo abranger projetos maiores. Sadique (2012) apresenta as iniciativas de solidariedade e combate à desigualdade de “bancos islâmicos”, tentando resgatar tradições pré-capitalistas sob a perspectiva da “sharia”, a justiça islâmica. Para Sadique (2012, p. 153): “a study of Shari’ah guidelines shows that the basis of departing from the capital participation ratio for profit division is the labour component. While allowing the possibility of negotiation, the actual contributions of the partners in the form of capital and labour could be allowed to play a primary profit ratio determination, two bases possible are giving capital equally, and giving each a weightage different from the other, considering the relative importance of each in the venture concerned. The two methods outlined in this regard, viz. equal weightage method and adjusted weightage method, could be considered by experts for further enhancement”. Trata-se de uma perspectiva interessante como projeto, ainda que com caráter tradicionalista e passadista. É necessário reconhecer que seus termos são somente possíveis enquanto germes, uma vez que a natureza do modo de produção capitalista impede a totalização de projetos alternativos a esse ponto. Porém, a escala da aplicação da rede financeira de bancos aplicando as normas da Sharia, tentando mediar o valor único do capitalismo (a acumulação) é digno de nota.

Nesse caso, os dois autores definem a formação social em função do modo de produção, sem afinal precisar a essência da formação social além de um conjunto ou involucro do modo de produção. Até mesmo um efeito de sinonímia pode ser extraído da conceituação. O fato de Ermakova e Rátnikov (1986) terem escrito um manual popular em nada lhes autoriza a falsificar conceitos historicamente mais precisos que isso – como bem observou Gramsci (1987) sobre a questão de manuais populares ou livros didáticos.

Se se quer expressá-los, em termos sintéticos, pode-se, minimamente dizer que o modo de produção corresponde a uma categoria mais geral, no sentido de que ela auxilia na compreensão da essência do fenômeno. A formação social, ao contrário, corresponde a uma categoria mais particular, e sua função é auxiliar na compreensão das manifestações formais fenomênicas.

Uma investigação histórica sintética, porém, com rigor teórico e metodológico, com uso desse par dialético, pode ser encontrada na obra de Amin (1976). Considerando que os três elementos chave das relações de produção capitalistas são: a) a divisão técnica do trabalho; b) o trabalho assalariado (remuneração por tempo de trabalho; e, c) a alienação do capital; Amin (1976) objetiva compreender o porquê do modo de produção capitalista, totalizante e totalizador por natureza, ter sua gênese especificamente na Europa.

Baseado nas obras fundamentais de Marx (1991), Engels (2014), Morgan (1985, 1997), Hobsbawm (1991), Amin (1976) afirma, como modelo de abstração da realidade histórica, a existência sintética de cinco grandes modos de produção: a) o modo de produção “comunitário primitivo”, anterior a todos os outros; b) o modo de produção “tributário”; c) o modo de produção “escravista”; d) o modo de produção “mercantil simples”; e, e) o modo de produção “capitalista”.

Para Amin (1976), os modos de produção comunitários estabelecem uma divisão de classes embrionárias, e historicamente realizaram a passagem do comunismo primitivo a uma sociedade de classes estruturada. São três os grandes fundamentos do modo de produção comunitário primitivo: a) a existência de uma divisão do trabalho, onde uma parte possui base individual (ou da “pequena família”), e uma parte sobre bases coletivas (as “grandes famílias” de Morgan (1997), e suas superposições superiores: clã, aldeia, gene, etc.; b) a ausência de trocas mercantis; e, c) a distribuição do produto do trabalho no interior da coletividade, seguindo regras em estreita relação com a organização do parentesco.

Amin (1976) observa nas sociedades históricas conhecidas que se reproduziram a partir do modo de produção comunitário primitivo, o acesso à natureza (terra, água etc.) não necessariamente era igualitário. Em geral, apenas nos casos mais primitivos, das “pequenas

famílias”, pois nas mais hierarquizadas, já se observa os privilégios de certas famílias (ou clãs, tribos etc.) com direito às melhores parcelas, localizações e sítios.

Novamente, produção do espaço e organização do território estão inter-relacionadas. À essa infraestrutura supracitada correspondia um arranjo particular e correlato de poder político e religioso. Contudo, e a despeito de tais geometrias de poder, as famílias (campesinato) sempre tem acesso à terra (e água, etc.), mesmo que menor, ou de pior qualidade. Todos pertencem a uma família (ou clã, tribo etc.), e, portanto, todos, em alguma medida possuem mediação direta com a natureza, sendo, aqui, impossível o processo de proletarização.

O segundo grande conjunto de modos de produção que Amin (1976) destrincha é o conjunto dos modos de produção tributários, que se refere ao que Marx (1991) nomeou inicialmente, de modo vago, e claramente provisório de “modo de produção asiático”. Engels (2014) já havia intuído a partir de Morgan (1985) que a extensão desse estava muito além da Ásia, e mesmo Marx (2011a) comenta que “apesar de asiático”, eram claras as relações com os casos do México e Peru coloniais, e, logo, refere-se na realidade aos astecas e incas.

A partir da síntese de Hobsbawm (1991), já bem mais madura, Amin sente-se à vontade para falar em “modo de produção tributário”, cujo fundamento maior é pagamento de tributos. Nesse modo de produção há a distinção de duas classes fundamentais, a classe produtora (camponesa, em geral, derivada do modo de produção comunitário simples), organizada em comunidades, e a classe dirigente (ou “classe-Estado”), que, por seu turno, detém o monopólio das funções de organização política da sociedade, possuindo o direito de cobrar um tributo (não mercantil) das comunidades, pago em produto ou em trabalho.

O modo de produção feudal, aparece, então como um “modo de produção tributário particular”, no qual a classe dirigente substitui a comunidade na mediação com a natureza, convertendo-a em propriedade privada do solo. A existência da propriedade privada do solo não implica no cancelamento do acesso à terra (e natureza) dos comunitários, que continuam produzindo, e pagando tributos à classe dirigente, agora proprietária da terra. Esse caso ocorreu apenas na Europa. Fora do continente europeu, em forma legítima, apenas no Japão.

Como situação particular, evoluída de um modo de produção tributário comum, o modo de produção feudal, para Amin (1976), possui três supostos: *a*) a divisão da sociedade em duas classes: os proprietários de terras e os servos rendeiros/tributários; *b*) a apropriação do excedente de trabalho pelos senhores de terra em virtude do direito, e não por relações mercantis; e, *c*) a ausência de trocas mercantis internas ao “domínio” o qual constitui a célula elementar deste tipo de sociedade. O modo de produção escravista faz do trabalhador escravizado uma coisa, e coisificação (ou animalização) dos sujeitos escravizados é a base

essencial da produção. Neste modo de produção a sociedade é dividida em duas classes: *a)* os proprietários dos escravos; e, *b)* os escravizados.

Já o modo de produção mercantil simples, muito comum ao longo da história, diz Amin (1976), caracteriza-se, em sua forma ideal, pela igualdade de pequenos produtores livres (associados ou não), com acesso direto à terra (natureza), geralmente baseado em mão de obra familiar, e pela organização de trocas mercantis entre eles. A troca aqui tem a função de complementar o que não é produzido pelas comunidades, e o dinheiro aparece aqui como mediação simples, medindo o *quantum* de trabalho de cada mercadoria para poderem ser trocadas. Não há acumulação no horizonte (MARX, 2011a; AMIN, 1976).

Se em termos das relações de produção, diz Amin (1976), o modo de produção feudal é uma evolução particular do modo de produção tributário, em suas manifestações geográficas e históricas, o modo de produção feudal aparece como um caso limite, no qual a comunidade é particularmente degradada, uma que perde a propriedade do solo, passando apenas a ter o direito de estar presa à terra.

Este caso limite se manifestou apenas nas periferias (Europa ao oeste e Japão ao leste) das grades formações sociais tributárias, as quais Amin (1976) nomeia de “formações tributárias centrais”. Tratam-se dos grandes e duradouros impérios tributários da Ásia (China, Índia, Mongólia, Pérsia, Ur/Mesopotâmia/Babilônia, Bizâncio/Turquia, Arábia) e África (Egito, Líbia, Núbia, Axum/Etiópia, Mali/Shongai, Benin, Iorubá, Congo, Zimbábue). Nas Américas, as formações tributárias clássicas (Astecas, Incas e Maias) possuíam nas suas periferias uma miríade de formações sociais comunitárias primitivas. Na Oceania e cercanias, prevaleceram também as formações sociais comunitárias primitivas, com o surgimento, aqui e ali, de algumas formações sociais tributárias de destaque, como o Brunei.

De modo similar ao caso do feudalismo, o modo de produção escravista costumou aparecerem nas fronteiras e limites das formações sociais tributárias, tendo sido raros os casos em que foi hegemônico em alguma formação social. Neste caso, Roma foi a grande exceção à regra, sendo uma formação social onde o escravismo era o modo de produção hegemônico. Em geral, em suas mais diversas manifestações históricas, o modo de produção escravista apareceu em formações sociais hegemônicas por outro modo de produção, em geral o modo de produção tributário, e na fase mais moderna, já subsumido do modo de produção de capitalista.

O modo de produção mercantil simples, como dito, foi muito mais comum ao longo da história do que se costuma pensar, afirma Amin (1976). Mas em todo lugar onde aparece foi subordinado a outro modo de produção, que hegemônica a formação social. A grande exceção ocorreu duas vezes, segundo Amin (1976). A primeira vez, nas cidades-Estados

mediterrâneas no período das Cruzadas – conforme explica muito bem Arrighi (2013) – cujo efeito se espalhou para os Estados ibéricos, paridos das entranhas do feudalismo. A segunda vez, nas treze colônias inglesas largadas à própria sorte no nordeste atlântico da América do Norte⁵⁸.

Destarte, como estas últimas linhas já fizeram entender, nenhum dos modos de produção pré-capitalistas supracitados se manifestaram concretamente em sua forma abstrata ideal. Suas aparições concretas são medidas pela inter-relação (conflituosa ou não) com outros modos de produção em uma determinada formação social – ou formação econômica social (FES) como foi denominada pela primeira vez por Marx (1991, 2011a).

As formações sociais são estruturas concretas, organizadas e caracterizadas por um modo de produção dominante, e pela articulação, em torno deste, de um conjunto complexo de outros modos de produção subordinados. Assim, pode-se verificar em uma formação social o modo de produção mercantil simples articulado e subordinado a um modo de produção dominante, seja o modo de produção tributário, seja o modo de produção escravista, ou mesmo, o modo de produção capitalista, como ocorre na subsunção formal do trabalho ao capital.

Assim definida a formação social, Amin (1976) propõe uma generalização afirmando que todas as sociedades pré-capitalistas são formações sociais com distintas combinações dos mesmos elementos estruturantes: a) a dominância de um modo de produção comunitário ou de um modo de produção tributário; b) a existência de relações mercantis simples com âmbito limitado; e, c) a existência de relações de comércio de longa distância. Este último não constituía nem um modo de produção, nem uma formação social específica, mas uma articulação entre distintas formações sociais autônomas.

Assim, Amin (1976) exemplifica algumas formações sociais de civilizações que dependiam bastante deste tipo de comércio, em que deslocamento dos circuitos de trocas levavam à decadência de regiões inteiras, ou, pelo contrário, criavam condições de desenvolvimento em uma determinada região sem que o nível das forças produtivas tivesse sofrido alterações notáveis, seja de progressão ou regressão.

A análise concreta das formações sociais – que o autor, como já supracitado, reclamava como função “não cumprida” pela geografia – deveria se organizar em torno da forma pela qual é gerado o excedente de trabalho característico desta formação, das transferências eventuais de

⁵⁸ Em sua obra, Amin (1976) explica as particularidades desse segundo caso, e as condições que permitiram um desenvolvimento endógeno e sem atrapalho externo das treze colônias que seriam o embrião dos Estados Unidos da América.

excedente provenientes de outras formações, ou em direção a outras formações, e da distribuição interna desse excedente entre as diferentes partes que dele se apropriam (seja classes sociais ou outras divisões).

Neste ponto, Amin (1976) reforça as especificidades das formações sociais capitalistas. Primeiramente, afirma que é suposto da formação de classes sociais o desenvolvimento das forças produtivas de modo que haja a aparição de um excedente – isto é, um excesso de produtos do trabalho superior ao consumo necessário para a reconstituição da força de trabalho e reprodução simples/manutenção da formação social.

Cada formação social, afirma o autor, é um complexo organizado de vários modos de produção, e, desta guisa, o excedente gerado em cada uma não é homogêneo. Há uma adição de excedentes de origens distintas, e a distribuição deste excedente entre classes sociais dos distintos modos de produção constituintes da formação social é o que dá a expressão material da formação social.

Cada modo de produção classista, afirma Amin (1976), define duas classes antagônicas entre si, em uma unidade contraditória: classe-Estado e camponeses no modo tributário clássico; senhores de terras e servos no modo de produção feudal; senhores de escravos e escravos no modo de produção escravista; burgueses e proletários no modo de produção capitalista. A análise (geográfica) de uma formação social elucida os problemas de criação e circulação do excedente, e esclarece as questões sociológicas das classes (etnias, castas etc.) sociais, e das relações entre os modos de produção, que, diversas, confundem os conceitos.

Em todos os modos de produção pré-capitalistas, a criação e a utilização do excedente são transparentes. No modo de produção capitalista, ao contrário, a criação do excedente é opaca. É certamente esse o contributo essencial do Capital, como o próprio Marx assinalou: a transformação do mais-valor em lucro. O qualificativo de “fetichismo” que Marx atribui a este processo merece bem seu nome.

No plano das aparências, no modo de produção capitalista, o capital parece produtivo, tal como o trabalho; o salário parece ser a remuneração “justa” do trabalho (enquanto representa o valor da força de trabalho), tal como o lucro é a compensação de “serviços” realizados pelo capital. A verdadeira religião da sociedade capitalista é o “economicismo”, ou em termos vulgares o consumismo, o culto do consumo pelo consumo, sem relação com as necessidades.

Neste ponto é bom que se diga que a análise dos modos de produção, de forma particular, em abstração, sugerida por Amin (1976) é baseada em Marx (1991, 2011a) e se encontra totalmente contemplada na síntese realizada por Dussel (2012), cuja metodologia de análise dos modos de produção já foi exposta na sessão dos procedimentos metodológicos (ver figura 5,

que apresenta as determinações abstratas e relações essenciais dos modos de produção). Doravante o que ainda cabe é abordar como a Geografia tem tratado o conceito de formação social. Santos (2005, p. 43) afirma que “um Estado-nação é uma Formação Sócio-Econômica [sic]. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação”. Seria, então, a formação social uma sinonímia da Estado-nação?

Amin (1976), ao adentrar a esta seara, diferenciou o conceito de etnia do conceito de nação. A etnia possui como suposto uma comunidade linguística e cultural, e certa homogeneidade no espaço geográfico, e, principalmente, a consciência dessa homogeneidade, mesmo que imperfeita (com existência de dialetos, variantes religiosas etc.). Para Amin (1976) o Egito e a China são casos de nações, onde diante de uma homogeneidade étnica, a classe-Estado transforma a nação em império. Ao contrário, pensa o autor, nações fundadas com a hegemonia de classe dos mercadores costumam ser frágeis (fraqueza da força da nacionalidade, do pertencimento a uma nação, o que não significa fraqueza militar, visto que muitos impérios não nacionais surgiram na história) com seu substrato tributário.

Essas considerações são importantes, diz Amin (1976), para reconhecer que a nação é um fenômeno social que ocorreu em distintos momentos da história, em distintas formações sociais, não sendo em nada específicas do modo de produção de capitalista ou das formações sociais capitalistas. Trata-se, ainda de fenômeno reversível: no capitalismo ou em outro modo de produção a nação pode desenvolver-se ou desaparecer se classe unificadora reforça seu poder ou o perde. Neste último caso, a sociedade outrora nacional regressa a um conglomerado de etnias, em que cada uma pode evoluir de forma distinta⁵⁹.

A particularidade das formações sociais capitalistas não está na nação, pensa Amin (1976), mas sim no Estado, enquanto uma superestrutura que centraliza a produção, e mais especificamente detém o controle da força de trabalho no interior de determinadas linhas territoriais. No Estado, o grau de centralização econômica é com efeito levado a um nível superior pela generalização da forma mercadoria a todas as atividades produtivas, de todos os modos de produção da formação social, pela forma mercadoria que o trabalho adquire, assegurando uma maior integração humana, enfim pela forma mercadoria que toma o próprio capital, assegurando a integração do mercado e a circulação da riqueza.

⁵⁹ Amin (1976) publica sua obra original em língua francesa em 1973. Os acontecimentos dramáticos (historicamente posteriores) dos esfacelamentos da União Soviética e da Iugoslávia, e de uma série de Estados nacionais africanos nos anos 1990, no Iraque e no Afeganistão após a destruição comandada pelos Estados Unidos nos anos 2000, e, mais recentemente, na Síria, na Líbia e no Iêmen, após a chamada “Primavera Árabe”, nos anos 2010, ilustraram com perfeição as análises do autor.

E, assim, distintos Estado⁶⁰ e nação – há Estados plurinacionais, e há nações divididas entre vários Estados (coreanos, curdos, tibetanos, árabes, judeus, ciganos, além da plêiade de nações africanas, ameríndias, aborígenes etc.) – pode-se aclarar melhor a formação social. Santos (2005) – que considera que além da dupla Marx e Engels, a categoria recebeu contribuições fundamentais de Lênin, Kautsky e Chayanov – vê nesta categoria uma possibilidade metodológica para a Geografia. Para Santos (2005, p. 25):

O interesse dos estudos sobre as FES está na possibilidade que tais estudos oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre FES; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações.

⁶⁰ O debate acerca da categoria Estado para ser elaborado de forma apropriada exige uma digressão por alguns de seus intérpretes chave, a qual, não será apresentada nesta Tese de Doutorado em Geografia (mais por falta de espaço, do que por qualquer outra razão). Não obstante, é importante, ao menos, explicitar ao leitor que Engels (2014), Lênin (1979), Gramsci (1987) e Poulantzas (1986) guiam as interpretações sobre a natureza do Estado burguês e suas relações com as instâncias do modo de produção capitalista esboçadas nesse texto (na metanarrativa que segue nos três capítulos seguintes). São autores marxistas. Porém, é preciso reconhecer o peso que também possui na interpretação de Estado do autor da Tese, a obra de Weber (2001) sobre a relação entre religião, economia e o Estado burguês, de Weber (1968) sobre a natureza da política, e fundamentalmente Weber (1999) sobre as formas de poder anteriores ao capitalismo (poder despótico e poder carismático) e a forma de poder emanada a partir da instituição do Estado burguês (poder jurídico-administrativo ou simplesmente poder burocrático). Nesse ínterim, cabe ainda lembrar que ao adotar a concepção de hegemonia de Gramsci (1987), também se leva em consideração o seu papel na condução do “bloco histórico”, e isso significa, necessariamente, reconhecer o papel e a forças das superestruturas, não apenas a política, mas também a cultural-ideológica, conforme lembra Portelli (1977). Para o leitor cabe ainda recomendar três leituras. Uma síntese em forma de digressão (marxista) desses e mais autores pode ser encontrada na obra de Gruppi (1986). Uma síntese das relações entre concepções de poder, e de geografia política e geopolítica é elaborada por Costa (1992). E, da parte do autor desta tese, o estudo realizado por Soares, Leite e Lobato (2016) que apresenta uma inserção das discussões estadocêntricas na Geografia, discutindo o caso concreto do Estado brasileiro. Recomenda-se, ainda, a leitura de Galvão (1984), que ao analisar a elite dirigente soviética, e seus contrapontos na classe gerencial neoliberal (não proprietária dos meios de produção, portanto, assalariada, mas, efetivamente rica e integrante do bloco dirigente do capital) chegou a propor uma fase de “subsunção do capital ao Estado”. Se o fim dos tempos soviéticos pode ter afastado um grande exemplo, uma vez que os burocratas do passado soviético se converteram em típicos proprietários dos meios de produção ao privatizarem generosas fatias dos falidos Estados pós-soviéticos, é necessário lembrar que para Galvão (1984), o estudo de Preobrajensky (1979) não se referia apenas ao caso soviético. Para Galvão (1984, p. 327): “a economia de Estado plena, formada pelo truste único e pela organização científica do trabalho, é a hipótese histórica de que parte Preobrajenski; mas seu objeto não é a economia do Estado propriamente dita, e sim a transição da produção capitalista para a economia do Estado. Toda a questão está em se conhecer teoricamente como a economia capitalista mercantil se transforma na economia de Estado pós-capitalista”. O caso da China popular emerge um grande exemplo nos tempos atuais, mas mesmo o Brasil, se se considerar a análise de Zibechi (2012), pode ser um estudo de caso para entender essa nova “classe social” ou ao menos “nova burguesia”. Ehrenreich e Ehrenreich (1979) se tornaram um marco nesse debate ao propor a PMC (*Professional-managerial class*) classe profissional-gerencial, em tradução livre, como nova classe social do modo de produção capitalista. Ironicamente, Vilkhovtchenko (1987), em estudo encomendado pelo Partido Comunista da União Soviética, analisa os estudos e teorias burguesas e críticas sobre essa possível nova classe social, de gerentes e administradores do grande capital e dos grandes monopólios, objetivando não apenas a sua crítica, mas a incorporação dos conceitos cabíveis (no que tange à organização social e sua concernente modificação nas relações de produção) na prática da gestão estatal-socialista da economia. O resultado, como sabe-se, foi desastroso.

Para, em seguida, arrematar a relação entre formação social e espaço geográfico.

As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal qual para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações escrevem-na no espaço. Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um dos seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexidade sobre seu “território espacial” [...]. (SANTOS, 2005, p. 29, grifo do autor).

Assim, Santos (2005) propõe uma síntese entre a formação social e o espaço geográfico para produzir o conceito de “formação socioespacial”, que, em determinado momento de suas obras se converte simplesmente em “formação espacial”. Essa trajetória é destrinchada com detalhes por Machado (2016), que também comenta as reverberações da acepção miltoniana nas obras de Moraes (1999a) e Moreira (2012b).

Se se levar em consideração o que está dito por Marx (2011a) e Dussel (2012) acerca dos níveis de realizações, as formações espaciais são superestruturas que detêm em determinado território a regulação, o controle da força de trabalho. Estabelecem, portanto, a medida do valor do trabalho em termos de precificação, as formas possíveis de exploração do trabalho. No atual período, portanto, quase sempre coincidem com o Estado nacional moderno, mas não necessariamente. Não são sinônimos.

Destarte, pode-se seguir com uma pequena síntese. Cada formação espacial⁶¹ é uma totalidade na qual a territorialidade hegemônica convive dialeticamente com outras formas de

⁶¹ Uma última observação sobre o conceito de formação social vem de Hindess e Hirst (1978), em sua obra “Modo de produção e formação social”. Trata-se de uma poderosa autocrítica realizada pelos dois autores a sua obra anterior, intitulada “Modos de produção pré-capitalistas”. Justamente, o conceito de formação social é agora notado pelos dois autores e ganha centralidade na explicação, como par dialético ao conceito de modo de produção, com o qual os dois autores tentaram sintetizar as sociedades pré-capitalistas na obra anterior. Contudo, ao destrinchar o conceito de “formação social” fazem uma advertência que não se observa em Amin (1976) ou Santos (1979, 2005). “Os conceitos de formações sociais não são *aplicados* a ‘situações atuais’. [...] Os conceitos de formações sociais proporcionam uma teorização das formas e condições nas quais a produção e a distribuição, as lutas de classe e as práticas políticas são efetivas. Tais conceitos são um meio de concepção das efetividades, dos movimentos de produção e distribuição, das lutas de classe da política. Seria absurdo rotular de ‘concretas’ essas práticas e lutas, posto que ‘concreto’ é uma categoria de uma relação apropriação/correspondência de conhecimento. A relação de conhecimento faz do efeito e seu conhecimento existências distintas: o conhecimento apropria/corresponde ao efeito, interioriza o efeito *no conhecimento*, embora o conceba como o *conhecido*, uma coisa cuja natureza essencial existe além do conhecimento. Afirmaremos que deve parecer ‘ultrajante’ a todos os que estão comprometidos com conceitualizações epistemológicas da relação entre avaliação política e seus objetos, isto é, *que não pode haver ‘conhecimento’ na prática política*. Chega-se a tal conclusão diretamente, a partir da nossa crítica da epistemologia. Na prática política, as condições de avaliação de efetividade e da produção do efeito não são separáveis. A prática política envolve a *avaliação* do efeito, das possibilidades e resultados da ação política, e essa avaliação, baseia-se em relações políticas que condicionam os graus de certeza da avaliação e o âmbito do avaliável” (HINDESS; HIRST, 1978, p. 79-80, grifos do autor). Em suma, os dois autores questionam

territorialização, por vezes destruindo-as, mantendo-as ou reproduzindo-as (MOREIRA, 2012a). O período histórico de constituição (totalização) de uma geografia do espaço mundial tem atravessado os últimos seis séculos. O evento marcante que aglutina esse período é a ascensão do modo de produção capitalista e sua hegemonia consolidada ao nível planetário.

Essa ascensão se deu com o enfrentamento de outros diversos e distintos modos de produção espalhados pelas espacialidades planetárias, muitos dos quais foram destruídos, ao passo que outros foram simplesmente dominados, e passaram a se reproduzir de forma subordinada (AMIN, 1976; VERGOPOULOS, 1977). A relação com modos de produção subordinados permite uma produção do espaço a qual será totalmente territorializada por outrem sob a forma de acumulação primitiva (AMIN, 1976) – ou, se se quiser, acumulação por espoliação, o que baseia o que Harvey (2005) nomeou de “novo imperialismo”.

A partir da observação da expansão das relações de produção capitalistas no espaço agrário brasileiro, Oliveira (1997) vaticinou que havia duas formas distintas e contraditórias do capitalismo dominar o campo brasileiro, as quais formulou como: *a*) monopolização do território pelo capital; e, *b*) territorialização do capital (OLIVEIRA, 1997). No primeiro, as relações são incorporadas à lógica capitalista sem o serem, ao passo que no segundo as relações *em si* são capitalistas.

Assim, abriu-se uma linha de raciocínio para considerar empiricamente que haveria a possibilidade no espaço agrário capitalista de o campesinato (o pequeno agricultor proprietário dos meios de produção, trabalhando à base familiar) não desaparecer, mas se reproduzir de forma subordinada ao capitalismo. Considerando o caso do colonato paulista (MARTINS, 1979), e depois a expansão da fronteira agrícola rumo à Amazônia (MARTINS, 2009), Martins (1980) chegou a formular que no espaço agrário brasileiro havia uma “reprodução capitalista de relações não capitalistas”, conectando o caso amazônico ao debate clássico (do contexto da Revolução Russa) do suposto desaparecimento ou não do campesinato,

Para Dussel (2012), que estuda os *Grundrisse*, como já exaustivamente supracitado há essa altura, esses raciocínios entre não capitalismo e capitalismo propriamente dito, incluindo

a validade do conceito de formação social para a aplicação diacrônica, ou seja, no momento atual (situações atuais), uma vez que o método do materialismo histórico dialético se aplica com rigor na história, onde o presente guia a análise dos germes que se desenvolveram. A impossibilidade de elaborações detalhadas sobre o atual estado da luta de classes, para os dois autores, impede análises diacrônicas, e tampouco, pensam os dois, pode-se chamar a essas condições empíricas de “concretas”, posto que o “concreto” só é, afirmam, quando houve tempo de apropriação da realidade em forma de conhecimento. Embora relevante a observação do cuidado com a aplicação de categorias para os tempos atuais, acredita-se que a observação dos dois autores não é corroborada pelas três obras chaves da parceria entre Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2005, 2007, 2018), além de Lênin (2015) e Gramsci (1982, 1987). E, ademais, se se tomar por correta, a avaliação de Hindess e Hirst (1978) inviabiliza a própria existência da geografia (não somente, mas principalmente).

as interpretações equivocadas de um “feudalismo tardio latino-americano” vem e voltam em torno das formações espaciais latino-americanas em virtude do peso grande que tem tido – desde a fase da acumulação primitiva do capital comercial internacional – a subsunção formal do trabalho ao capital.

É necessário ainda pontuar que Silva (2004), Nahum (2006) e Rocha (2008) fornecem as ferramentas necessárias para interpretar o papel da municipalização, do poder local, e das contradições geradas a partir do processo de modernização na Amazônia paraense. Já Moraes (1999b) disponibiliza uma agenda de investigação sobre programas e projetos de gerenciamento da zona costeira nacional, o que contribui em termos metodológico na análise do aparelho estatal como agente na produção do espaço, com legitimidade para a regulação dos recursos, incluindo a própria força de trabalho.

1.6.4 – Fronteira, frentes e vetores técnicos

Para encerrar a apresentação do referencial teórico cabe ainda comentar o conceito clássico da “fronteira” enquanto processo histórico de territorialização, e “frente” enquanto parte ou fase desse processo. Um trabalho acerca das dinâmicas territoriais da Amazônia dificilmente escapa de, ao menos comentar, a questão da fronteira, que mais que um conceito, em determinado contexto se tornou um paradigma de interpretação da região.

A pertinência do conceito (e do paradigma) ainda é válida. Mas o conceito de “vetores técnicos” de movimento e abrangência menor são ferramentas teóricas interessantes e mais acuradas para a explicação das atuais trajetórias geográficas amazônicas, como aliás, já havia comentado Becker (2008, 2009).

As abordagens geográficas acerca do conceito de fronteira podem ser agrupadas em dois grandes conjuntos: *a*) os que tratam a fronteira como linha ou limite; e, *b*) os que tratam a fronteira como área ou polígono (LOBATO; SOARES, 2015, 2017). Para Hissa (2006, p. 34), de modo mais objetivo, a área contém o limite, e esse, por seu turno “[...] parece se consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporado pela fronteira [...]”. A fronteira, assim, seria “[...] um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite” (HISSA, 2006, p. 34).

A noção de fronteira como linha ou limite possui, em geral, conotação mais política (e, muitas vezes, política do ponto de vista administrativo ou institucional, como “a fronteira dos Estados nacionais”). A fronteira como linha implica o contato de dois territórios (ou áreas institucionais). Já a noção de fronteira como área engloba estudos que abordam o avanço de determinado tipo de ocupação social (uso do solo, relações econômicas etc.) sobre determinado

espaço. Lobato e Soares (2015, 2017) estabelecem que a definição mais acurada para os estudos de geografia amazônica diz respeito à abordagem da fronteira como área ou polígono. Assim, para Lobato e Soares (2017, p. 37-38):

A [...] definição de fronteira diz respeito a: uma área especial do espaço geográfico onde a ocupação é marcada por dinâmicas socioespaciais distintas, complexas e contraditórias. Típicas de formações onde o modo capitalista de produção não está plenamente consolidado, estando o trabalho formalmente subsumido ao capital.

Com isso não se quer dizer que a dimensão política deva ser menosprezada em nome de uma abordagem econômica, e, por isso mesmo, seguindo o que já haviam colocado Lobato e Soares (2017), classificar o debate entre “fronteira como linha (ou limite)” e “fronteira como área (ou polígono)” é menos reificante do que utilizar os termos fetichizados “fronteira política” versus “fronteira econômica”, que mais atrapalham a compreensão do que cada abordagem deseja destacar.

A dimensão política não está ausente da abordagem da fronteira como área, e essa concepção guia a Tese de Doutorado em Geografia em tela, inclusive quando da análise das formações espaciais anteriores à consolidação da formação espacial brasileira unificada após o Período Regencial. Assim, doravante, sempre que se referir à questão dos limites administrativos, preferir-se-á nomeá-lo de limite ao invés de fronteira, deixando para a fronteira a concepção supracitada estabelecida por Lobato e Soares (2017).

Assim, ainda no paradigma da linearidade da fronteira, é possível dizer que esse tem sua gênese em Monbeig (1984), quando este analisava a expansão da cafeicultura rumo ao Oeste paulista. Conforme notam Lobato e Soares (2017), esse processo particular de expansão só tem sentido quando se atenta à relação parte-totalidade, pois o dínamo da expansão da fronteira em São Paulo é o mercado mundial. Monbeig (1984) se refere, na realidade, muito mais à frente pioneira, do que necessariamente à fronteira, expressão que usa menos. Embora tenha deixado a herança positiva da articulação local-regional com a escala mundial, e termos metodológicos Monbeig (1984) deixa linearidade como legado em sua abordagem da fronteira, pois, a seu ver, a fronteira possui um ciclo delimitado de começo, meio e fim, ou melhor, abertura, consolidação e fechamento, para usar os termos do autor.

Outro autor com peso importante no paradigma da linearidade da fronteira é Reboratti (1990), quem procura estabelecer tipologias para compreender a dinâmica têmporo-espacial da fronteira. De modo geral, Reboratti (1990) segue a trilha de Monbeig (1984), e entende a fronteira como um espaço relacional com relação ao sistema de organização social a nível mundial. Também concorda com a linearidade, verificando gradações na fronteira, dividindo-a

em um espaço inicial, intermediário (este, em si mesmo, contendo outras gradações: abertura, expansão e integração) e, por fim, um espaço final.

É bom notar que estas duas concepções deixarão força na concepção de fronteira aplicada pelo Governo da Ditadura Militar, sobretudo nos anos 1970. Lobato e Soares (2015) observam que há uma simbiose, naquela década, entre o conceito de fronteira e o conceito de desenvolvimento. Assim, as etapas do desenvolvimento econômico propugnadas por Rostow (1960) parecem se espacializar nas faixas entre as linhas da fronteira, cujo caso clássico é provavelmente a abordagem (desenvolvimentista) de Becker (1974).

Seguindo o receituário de Rostow (1960), Becker (1974) enxerga na inovação a premissa básica que provoca mudanças estruturais. A partir do processo de concentração da industrialização no Brasil, a Amazônia é chamada a assumir outro papel em relação ao centro econômico do país. Para Becker (1974), no que tange ao sistema espacial, uma estrutura de tipo centro-periferia emerge no país após a fase industrial de substituição de importações. Sudeste do país se consolida como centro dinâmico, e surgem três grandes áreas periféricas: *a)* o Sul como periferia dinâmica; *b)* o Nordeste como periferia deprimida; e, *c)* o Centro-Oeste e o Norte como periferia não integrada.

Nesta mesma época se consolida a pecha de “região problema” para o Nordeste e, em menor escala, para a Amazônia. Para o caso particular da Amazônia, para a autora, dois fatores espaciais que, no passado, teriam dificultado seu fortalecimento econômico, agora surgem como atrativos: o espaço relativamente despovoado e a própria posição geográfica. De “região problema” a Amazônia se converte em uma “fronteira de recursos”.

Após este primeiro momento de análise mais geométrica, Becker (1985) ainda persiste com a linearidade da fronteira como paradigma, mas agora há uma associação entre fronteira e o processo de urbanização. Para Becker (1985), o crescimento urbano esteve organizado em quatro grandes fatores concernentes à circulação: *a)* expansão-consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais que constituem a base de operações produtivas; *b)* a expansão-concentração nas capitais estaduais; *c)* redução de pequenos núcleos dispersos; e, *d)* retração de núcleos antigos.

A expansão da fronteira, ou para a fronteira, significa claramente a urbanização do território. Segundo a autora, três argumentos confirmam que a fronteira é a face urbana da Amazônia: *a)* o núcleo urbano é a base de organização do mercado de trabalho; *b)* o núcleo urbano tem importante função política-ideológica; e, *c)* também são os centros difusores da mudança.

Os estudos posteriores da autora se tornam mais livres das amarras desenvolvimentistas, e passam, paulatinamente a problematizar a existência de relações de produção não capitalistas, e sua relação com as capitalistas propriamente ditas (tema esse sempre muito mais ligado aos autores que não partilhavam o paradigma da linearidade da fronteira). Para Becker (1988, p. 62):

[...] A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade – como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório – e a relação desta com a totalidade que é parte.

Assim, o reconhecimento da questão das forças produtivas leva a autora a incorporar conceitos do temário marxista. Aparecem na concepção de fronteira da autora os pequenos produtores, e sua relação com o modo de produção capitalista. Funcionalmente, a fronteira é composta de formas não capitalistas de produção as quais respondem diretamente pelo crescimento do modo de produção. Por outro lado, também é vista como “válvula de escape”, ou como área de expansão para a produção de alimentos.

Nesse ínterim Becker (1988) vaticina que não é mais possível pensar a fronteira sem levar em consideração a relação global versus local/regional. A função do Estado, nessa relação, é “assegurar as condições da reprodução das relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares” (BECKER, 1988, p. 66). Nos anos 2000, Becker (2009) visualiza que o conceito de fronteira não dá mais conta de explicar a realidade regional amazônica.

Margulis (2003) é outro autor que estratifica a fronteira em faixas, baseadas nas práticas dos agentes sociais: *a)* fronteira de expansão; e, *b)* fronteira consolidada. Nesta se encontram agentes altamente capitalizados que desenvolvem monoculturas ou a expansão da pecuária. Na fronteira de expansão, para Margulis (2003), há o predomínio de pequenos colonos, migrantes e trabalhadores rurais pouco capitalizados, em geral, migrantes. Praticam agricultura com trabalho intensivo e baixa incorporação de capital.

Para este autor, o avanço da fronteira se dá justamente pela simbiose que há entre esses dois agentes sociais. Os primeiros agentes, colonos migrantes ou madeireiros “abrem” as frentes de expansão, consolidando a ocupação, para, em seguida, venderem essas terras para os pecuaristas e ocuparem novas terras adiante⁶². Margulis (2013) defende que a rentabilidade da

⁶² Para Soares et al (2016), o caso de Paragominas foi o arquétipo desse tipo de modelo.

pecuária permite cobrir os preços auferidos pelos “desbravadores de terra”⁶³. Porém, como toda abordagem linear, a fronteira também em Margulis (2003) tem certo peso geométrico. Para o autor, a “[...] densidade demográfica permanece ainda em níveis típicos de fronteira, com valores médios em 2000 que atingiram 4,1 e 1,3 habitantes/km² para a população total e rural, respectivamente” (MARGULIS, 2003, p. 38).

Uma outra dimensão a destacar é a associação entre fronteira e recursos naturais (no sentido de uso potencial, uso futuro). Essa associação da fronteira nas obras de Velho (1972) e Costa (2000). Velho (1972) procurou analisar a ocupação da fronteira a partir do modo de produção capitalista e suas formas de produção, que faziam com que a terra passasse a ser uma mercadoria. Velho (1972) se refere à fronteira como processo, mas o conceito mais referido em sua obra é “frente de expansão”.

Costa (2000) aborda a fronteira como uma “reserva de recursos naturais”, sobretudo do ponto de vista de reserva de área, ligada à atividade agropecuária. Tal qual Becker (1988), Costa (2000) enxerga a intensificação da demanda internacional por produtos agropecuários (com destaque para soja, carne bovina e madeira) como fator de atração dos novos atores sociais que adentraram à região no contexto dos Grandes Projetos.

Essas abordagens citadas se conectam ao debate estabelecido por Moraes (1999a, 2002) acerca do “fundo territorial”, que nada mais é do que uma “fronteira de recursos”. As obras de Waibel (1958), Valverde (1972, 1979) e Valverde e Dias (1967) não utilizam o conceito de fronteira como prisma analítico. Mas é mister reconhecer que suas análises, descortinando faixa a faixa os avanços e mudanças na paisagem e no uso da terra coadunam com as obras supracitadas.

Em geral, e com a exceção das últimas obras de Becker (2008, 2009), as abordagens sobre a fronteira na sua concepção linear trazem boas contribuições para análise da paisagem e do espaço geográfico, embora, é preciso dizer, coloquem todo o peso das mudanças no capital internacional, ignorando, ou, no mais das vezes, minimizando o papel relevante do Estado nacional nesse evento. Essa abordagem da linearidade da fronteira, ou mesmo do avanço da fronteira “em faixas”, também foi algo praticada por autores como Furtado (1987) e Loureiro (1985), tendo mesmo sua influência em trabalhos do qual o autor da Tese em tela toma parte – como Soares et al (2017), Castro et al (2019) e Rocha, Soares e Moraes (2018, 2019).

⁶³ As análises da renda da pecuária, em comparação com a renda extraída de outras atividades, no caso particular de Paragominas, realizada por Almeida e Uhl (1998) corrobora as projeções de Margulis (2003).

Nesta Tese de Doutorado em Geografia, a fronteira linear é mais utilizada como método de descrição (e análise) das mudanças estruturais, porém, conforme já foi dito por Monteiro e Soares (2017, p. 55, grifos dos autores): “[...] a geografia amazônica, com seus tempos díspares e contraditórios convida a pensar além da geometria, pensar a geografia em termos de ‘física quântica’, em uma verdadeira dialética além do terceiro excluído, onde ao mesmo tempo o espaço *é e não é*”.

Na mesma linha, disse-se em Soares (2016, p. 147, grifos do autor), que “[...] talvez a subsunção do trabalho ao capital mais que uma geometria analítica deva ser enfrentada em termos de física quântica, onde as trajetórias espaciais se alternam entre *ser e nada*”. Assim, as faixas, as linhas podem ser recursos metodológicos interessantes, sobretudo como síntese, mas a real espacialidade dos fenômenos dessa fronteira, e com isso se quer dizer, o avanço da subsunção real do trabalho ao capital, o avanço da incorporação dos espaços locais a uma lógica superior de controle social, não se processa geometricamente.

Qualquer cartografia do processo, e tal as proposições cartográficas desta Tese, serão sempre provisórias, conforme se comentou no subitem dos procedimentos metodológicos. Por outro lado, faz-se necessário comentar brevemente sobre os autores que influenciam o raciocínio acerca da não linearidade da fronteira. Entre esses, possivelmente, o maior destaque cabe ao sociólogo Martins (1980, 2009), que afirma não haver uniformidade de tempos históricos dos sujeitos sociais. Isto porque os tempos (na realidade, as temporalidades) são criadas por relações sociais, que remontam a práticas mais antigas ou modernas, conforme cada caso. Para Martins (2009), o que existe é o tempo do local, e aquele tempo único, supranacional – similar à noção de unicidade do tempo, de que falava Santos (1996, 2009a).

O tempo local é o tempo das práticas do cotidiano, e o tempo supranacional é o representativo da temporalidade do capital. Martins (2007), após criticar as obras de Monbeig (1984) e Velho (1971) se apropria de seus conceitos para formular o seu. Para Martins (2009) a fronteira é o processo de modificação da organização social e espacial, enquanto que as frentes dizem respeito a formas desse processo.

Para Martins (2009), a fronteira é o lugar da alteridade, o lugar onde o confronto é o signo. Esses conflitos são decorrentes do encontro – e também desencontros – de tempos históricos diferentes. Esse choque de tempos ocorre nas frentes. A “frente de expansão” – conceito com que trabalha Velho (1971) – é ressignificado por Martins (2009) como a “frente do trabalho”, a frente dos migrantes pobres que serão os desbravadores do desmatamento e da colonização, entrando em conflito com as civilizações originais do continente americano e as formas de ocupação tradicionais da Amazônia.

Após essa primeira frente, chega a segunda frente: a “frente pioneira” – conceito com que trabalha Monbeig (1984) – que é também ressignificada por Martins (2009) como a “frente do capital”. Ou seja, após a chegada dos primeiros colonos, ocorre um processo de especulação imobiliária, e estes vendem seus lotes recém adquiridos ou são expulsos (são, em sua larga maioria, posseiros), e avançam novamente sobre novas terras, deixando para trás terras que agora serão ocupadas pela monocultura, pela pecuária e pela urbanização. Essa abordagem acerca da coexistência de tempos e temporalidades diferentes adotada por Martins (1997) permite estabelecer um avanço significativo nos estudos sobre a fronteira, pois possibilita enxergar a diacronia de dinâmicas sociais distintas em um mesmo espaço.

Contudo, se Martins (1980, 2009) foi determinante para a alteração desse olhar sobre a fronteira na geografia nacional – apesar de não ser geógrafo – é importante asseverar que antes dele, Léna (1988) já havia estabelecido as raiais para uma abordagem de diacronia de temporalidades. A metodologia e o trato teórico da fronteira elaborados por Léna (1988) são deveras interessantes, embora, cabe notar, é visível que o autor possui uma visão etnocêntrica acerca dos povos originais e tradicionais da Amazônia. Léna (1998) estabelece a fronteira como um cruzamento entre a lógica camponesa e a lógica pecuarista. Destarte, para Léna (1988) a fronteira avança com a prioridade dos latifúndios ao capturarem a força de trabalho camponesa, excluindo-a do acesso à terra.

Para Léna (1988), a noção de “fronteira” se confunde com a história do Brasil. É a progressão contínua da ocupação demográfica e econômica do território, entrecortada de pausas e saltos para frente, de “ciclos econômicos”. O mais importante de Léna (1988) é sua demonstração de que o fenômeno do avanço da fronteira está disperso pela Amazônia, não havendo sentido falar em uma única linha, um movimento, em uma direção, com etapas evolutivas ordenadas.

Uma dimensão diz respeito à dimensão da fronteira como um “constructo analítico”. Para Rabello (2013), a fronteira é utilizada como conceito com a função primordial de apresentar as distinções entre dois ou mais espaços sob análise. E se assim o é, também diz respeito a quem produz a interpretação dessas distinções. Para este autor, a fronteira é também uma construção simbólica que objetiva diferenciar as pessoas, e, assim, legitimar ações (conquistas, ocupações, expansões etc.).

Assim, diz Rabello (2013), a produção da fronteira não é realizada apenas por um grupo fechado, mas sim por um grupo mais amplo que domina os rumos teóricos, políticos, econômicos do país e do mundo. Um grupo que impõem seus significados, e sua narrativa sobre outras narrativas de mundo. Essa construção, baseada no que Gramsci (1982) nomeou de

hegemonia, é tanto mais duradora, quanto mais a classe social (ou outro grupo que represente parte hegemônica da totalidade em totalização) consegue reproduzir-se no poder, ou seja no controle dos recursos, no controle da vida de outrem.

Por último, cabe mencionar o estudo de Russel-Wood (2014) que discute a concepção de fronteira de modo não linear, e aplicando este conceito para discutir a própria formação territorial do Brasil, uma formação de duas fronteiras: o mar, como primeira fronteira, e o sertão, como segunda fronteira (tão ampla, vasta, desconhecida e temida ao ponto desta toponímia poder significa ao mesmo tempo uma espécie de síntese do agreste ao sopé dos Andes). O autor ainda fala de “fronteira porosa” e “fronteira oca”, dimensões, que a seu ver, refletem muito mais a história do Brasil, como um todo, do que a ideia de uma fronteira linear⁶⁴.

Essas últimas contribuições citadas são muito úteis para não se produzir um significado monolítico quer da fronteira, quer do próprio processo de produção do espaço geográfico, e sua posterior territorialização. São importantes de serem destacadas e consideradas nesta Tese de Doutorado em Geografia porque os capítulos seguintes possuem a linguagem da metanarrativa, e, assim, podem causar a impressão de um encadeamento formal, onde sempre A leva necessariamente a B, em uma progressão aritmética ou geométrica.

Definitivamente não é o caso, e mais ainda quando se está tratando de produzir uma geografia da subsunção e das exterioridades, objetivando explicar o metabolismo da produção do espaço da formação brasileira no período histórico da geografia do espaço mundial. Outras narrativas clássicas em geografia cuidaram para estabelecer a relação entre lugar e mundo, tempo e espaço, com as preocupações relevantes de seu tempo, como os casos clássicos de Andrade (1970) e Castro (1984), descortinando na síntese da paisagem a origem social naturalizada dos problemas humanos.

Aqui, a busca em direção ao método progressivo-regressivo, nos termos supracitados na sessão anterior, cumpre esse papel. Mas antes de encerrar a discussão do referencial teórico

⁶⁴ “[...] Foi demonstrado que, no que respeita ao Brasil colônia, o conceito linear de fronteira tinha pouca aplicabilidade que não em termos estritamente matemáticos, e como uma caracterização política relacionada com a territorialidade e imperialismo. O que se revela particularmente excepcional no caso do Brasil é que, não obstante a prevalência do que foi caracterizado como uma ‘fronteira oca’, uma qualidade arquipelágica, e das dificuldades impostas por comunicações e transportes deficientes, essa colônia exibiu um grau notavelmente elevado de unidade socioeconômica. A ambiguidade inerente da palavra ‘sertão’ – simultaneamente uma terra de ninguém e, contudo, uma região cuja habitação por parte de certos grupos marginais, ou marginalizados pela sociedade, era considerada aceitável – poderá fornecer solução para a abordagem alternativa, nomeadamente, o exame da fronteira como metáfora. Aqui, a palavra ‘fronteira’ é entendida no contexto de um limite entre culturas: essa abordagem é mais reveladora, e mais conforme a mistura única de culturas, parte inerente do desenvolvimento histórico no período colonial, sendo um fenômeno em curso e não menos evidente no Brasil de hoje” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 301-302, grifos do autor).

cabe ainda comentar sobre os vetores técnicos, conceito este introduzido na geografia por Becker (2008, 2009).

Becker (2009), após quatro décadas de estudos sobre a Amazônia a partir da perspectiva do “avanço da fronteira”, afirma de forma categórica que o avanço da fronteira em linha de forma avassaladora sobre as dinâmicas regionais anteriores havia se esgotado. A seu ver, o “arco do fogo” dá lugar ao “arco da urbanização e do povoamento consolidado”, com a sociedade regional assumindo multífaces mais complexas, sobretudo pela presença de fortes movimentos e organizações sociais, de escala local e regional, mas articulados à escala internacional.

Para a autora, a Amazônia do século XXI estava sendo modificada por vetores, ou seja, movimentos com atuação em menor escala (microrregional ou local). Becker (2009) classifica esses vetores em dois grandes grupos sintéticos: *a)* os vetores técnico-industriais (VTI), herdados da fase dos Grandes Projetos; e *b)* os vetores técnico-ecológicos (VTE), resultantes de uma síntese contraditória entre frações nacionais de capital interessadas na manutenção do patrimônio florestal, frações da sociedade civil organizadas para garantir a segurança jurídica da posse ancestral e das territorialidades das populações doravante conhecidas como “populações tradicionais”, além dos movimentos ambientalistas.

Essa noção de “vetor técnico” ganha centralidade nos dois últimos capítulos da Tese de Doutorado em Geografia em tela, como um movimento mais específico e singular do que a frente. Aproveitando um pouco a abordagem de Martins (2009), nuançadas pela interpretação dos conceitos de subsunção e exterioridade, o que se propõe aqui é nomear, ao fim e ao cabo:

- a)* A fronteira como o amplo processo de totalização das transformações socioespaciais (mudanças na paisagem, no uso da terra, migração, alterações nos sistemas produtivos, nas forças produtivas etc.) distintas, complexas e contraditórias, que, em geral, implica no avanço da subsunção real, convertendo, pelo conflito, os espaços anteriores os contraespaços de anterioridade histórica, e, produzindo no mesmo ato, os contraespaços da essência capitalistas e os contraespaços da pobreza absoluta;
- b)* A frente como uma parte desse processo de totalização, que concentram uma forma particular de relações de produção e forças de trabalho, e, que, eventualmente, também podem ser distintas pelo tipo de produto do trabalho;
- c)* O vetor técnico como um movimento de escala local, e que, portanto, diz respeito diretamente à reprodução das relações de produção e seu conteúdo político de organização e controle do trabalho, no frente-a-frente, no cotidiano, e, assim, são movimentações (e posições) mais céleres e mutantes (como em uma física quântica) cujas partículas compõem os movimentos

estruturais maiores (fronteira e produção do espaço), mas que eventualmente, em suas próprias naturezas internas negam a própria estrutura que lhes engendra.

Assim, apresentados os conceitos basilares de espaço, território e trabalho, e as extensões: o processo de subsunção, as exterioridades que baseiam o contraespaço, as estruturas têmporo-espaciais do modo de produção e da formação espacial, e os movimentos da fronteira, das frentes e dos vetores técnicos, pode-se, enfim, seguir ao texto empírico, com um pequeno introito da Amazônia cerzido com as amarras dispostas.

Quando se parte do nível da mais-valia total – a totalização da geografia do espaço mundial – a Amazônia tem se configurado como uma formação espacial periférica. Sua função tem sido a de fronteira (ou fundo territorial), e isso quer dizer: fonte de acumulação primitiva (MARTINS, 2009). Nesta região está parte importante da força de trabalho dirigida e dos recursos a serem trabalhados que tomarão parte na produção do espaço brasileiro enquanto potência capitalista, prosseguida pela apropriação particular do território por agentes hegemônicos, os donos dos meios de produção, que comandam os arranjos espaciais.

A partir dos anos 1960 a forma de regulação espacial nesta região é alterada e a aliança de classes entre os proprietários locais e forâneos dos meios de produção é modificada. As elites locais passam a conviver com os novos agentes hegemônicos: as empresas capitalistas (OLIVEIRA, 1987). A geografia da subsunção formal sofre uma cisão. Acelera-se o processo de integração do espaço amazônico ao modo de produção capitalista regido pela subsunção real do trabalho ao capital (SOARES, 2016). Deste processo deriva a sujeição da renda territorial (a qual garantiu o sustento dos coronéis tradicionais) ao capital. A Amazônia torna-se uma fronteira, um ajuste espacial do capital.

Neste ajuste espacial para a acumulação adicional, duas frentes principais são identificadas: *a*) a frente de expansão (a frente do trabalho); e, *b*) a frente pioneira (a frente do capital). A primeira agregará à região uma massa de trabalhadores (migrantes) que se apropriará do trabalho cristalizado dos ameríndios e dos posseiros, e produzirá um novo espaço geográfico, que será, contudo, territorializado pelo capital posteriormente na segunda frente (OLIVEIRA, 1997; MARTINS, 2009). Para Martins (1980, p. 75, grifos do autor),

Estamos de fato diante de dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial, que ocupam formas distintas e conflituosas entre si, territórios via de regra já ocupados por sociedades tribais. Através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre os territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a asa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado.

O Estado é o firmamento desse novo compromisso entre as classes – possuidores e não possuidores – bem como da particular aliança entre novas e velhas elites, em um paulatino processo de conversão dos coronéis em capitalistas (e, simultaneamente, dos capitalistas em coronéis) (OLIVEIRA, 1987). O Estado, sob a forma de políticas públicas, setorizadas nos planos específicos viabilizou as condições efetivas para esta nova aliança. Os empresários capitalistas se tornaram proprietários dos objetos e dos meios de trabalho. Os órgãos de regulação e financiamento são agentes chaves na apropriação do território pelas empresas capitalistas. Na Zona Costeira Paraense, a principal empresa erigida é a pesqueira, regulada pela reprodução ampliada do capital e expressa pelo aprimoramento da técnica.

A despeito da paisagem encontrada pelos vetores capitalistas lançados desde o Centro-Sul se caracterizar por aglomerados locais e comunitários, sobre a base de atividades agroextrativistas, esta já era o trabalho cristalizado do modo de produção capitalista total. A forma de inserção, não obstante, era a da subsunção formal do trabalho ao capital. Os contraespaços derivados da contradição do modo de produção capitalista, que baseiam a reprodução de territorialidades alternativas ao capital na Amazônia, eram, então, também característicos da subsunção formal.

Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o Coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo. Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polias, brancas e enormes como ovos pré-históricos. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo (GARCÍA MARQUEZ, 1967, p. 7).

A luta pela vida que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz, desatando-se os arbustos em cipós elásticos distensos, fugindo ao afogado das sombras e alteando-se presos, mais aos raios de sol do que aos troncos seculares – ali, de toda oposta, é mais obscura, é mais original, é mais comovedora. O sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater. E evitando-o pressente-se de algum modo, como indicaremos adiante, a inumação da flora moribunda, enterrando-se os caules pelo solo. Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, exsicado pelas drenagens dos pendores ou esterilizado pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dois meios desfavoráveis – espaços candentes e terrenos agros – as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda (CUNHA, 1968, p. 40).

Every layer of light that received light from the word,
The man who reckons history.
(DILSHOD ATIN BARNO (1801-1905), poetisa usbeque, *apud* RAXMATOVNA, 2020, p. 373).

Quão numerosas são as tuas obras!
Elas são irreconhecíveis aos olhos (dos homens)
Tu, Deus único, afora de ti nenhum outro existe.
Tu criaste a terra ao teu desejo,
Quando tu estavas só,
Com os homens, o gado, e todos os animais selvagens.
E tudo o que há sobre a terra – e anda sobre seus pés –
E tudo aqui que está no espaço – e voa sobre suas asas.
E os países estrangeiros, a Síria, a Núbia, e a terra do Egito.
Tu colocaste todo homem em seu lugar
Proveste as suas necessidades
Cada um com o seu alimento
(AMENÓFIS IV, rebatizado como AKHENATON (1379 a.C. – 1350 a. C., faraó do Egito, Hino para Aton, deus do sol [posteriormente plagiado pelos Salmos de Davi e pelos Cânticos das Criaturas de São Francisco] *apud* MELLA, 1981, p. 183-184).

Agora Fabiano examinava o céu, a barra que tingia o nascente, e não queria convencer-se da realidade. Procurou distinguir qualquer coisa diferente da vermelhidão que todos os dias espiava, com o coração aos baques. As mãos grossas, por baixo da aba curva do chapéu, protegiam-lhe os olhos contra a claridade e tremiam.
Os braços penderam, desanimados
_ Acabou-se.
Antes de olhar o céu, já saía que ele estava negro num lado, cor de sangue no outro, e ia torna-se profundamente azul. Estremeceu como se descobrisse uma coisa muito ruim.
Desde o aparecimento das arribações vivia desassossegado. Trabalha demais para não perder o sono. Mas no meio do serviço um arrepio corria-lhe o espinhaço, à noite acordava agoniado e encolhia-se num canto da cama de varas, mordido pelas pulas, conjecturando misérias
A luz aumentou e espalhou-se na campina. Só aí principiou a viagem. Fabiano atentou na mulher e nos filhos, apanhou a espingarda e o saco dos mantimentos, ordenou a marcha com uma interjeição áspera (RAMOS, 2008, p. 119).

CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL DO ESTADO BRASILEIRO E O CASO DA FRONTEIRA NORTE: DO GRÃO-PARÁ À AMAZÔNIA

Este capítulo objetiva situar e posicionar a produção do espaço brasileiro, a organização do seu território e a gênese das terras públicas, em sua natureza inicial de terras da Coroa Lusitana, e, posteriormente, Coroa Imperial Brasileira. Em um primeiro momento, marca a gênese do espaço brasileiro dentro das mudanças ocorridas com a formação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma geografia unificada do espaço mundial.

Segundamente, apresenta o que era o espaço geográfico prévio, e as influências dessa organização no espaço geográfico colonial produzido pelo português, cujas formas de disponibilização espacial e arregimento da força de trabalho são apontadas em um terceiro momento, para, em um quarto momento discutir a implantação das políticas de formação territorial no Brasil.

Neste ponto, o tópico mais importante do capítulo aparece como quinto momento e objetiva marcar as particularidades do processo de produção do espaço geográfico amazônico. Aqui se pondera sobre a existência de uma formação espacial amazônica (ou formação espacial do Grão-Pará, termo talvez mais apropriado) no período Colonial.

O controle dos meios de produção ao início da colonização foi confiado aos jesuítas e outras ordens religiosas, que rearranjaram os aglomerados comunitário de forma a não mais servirem à produção do valor de uso (MOREIRA, 2015), mas após a ruptura pombalina, são os “cristãos novos” (descendentes de judeus, árabes, sírios e libaneses) que assumirão a função de proprietários das atividades produtivas e da circulação de mercadoria, dinheiro e crédito (SARGES, 2010).

Assim, o texto que segue contextualiza o leitor acerca das particularidades da formação do espaço geográfico amazônico, que a exemplo do Caribe espanhol – e sua distinção em relação ao eixo central da Colônia espanhola, por sua condição periférica – possuía a função de garantia de controle da circulação, com a produção como algo complementar, ao menos nos seus marcos de fundação. Ao fim, aponta-se o que se entende como o momento genético da formação espacial brasileira, uma formação espacial que é uma síntese das anteriores, constituída por sua negação, e, logo, superação.

2.1 – A nascente geografia do espaço mundial e a gênese do espaço geográfico brasileiro

A conquista e tomada do espaço que hoje compõe o território nacional brasileiro ocorreu durante o amadurecimento da primeira etapa do modo de produção capitalista na escala mundial, onde a classe burguesa, recém-saída das periferias do feudalismo europeu, entrou em associação com os resquícios da classe senhorial feudal, agora agrupada em torno da nobreza absolutista dos jovens Estados nacionais europeus. Na realidade, um conjunto de antigos feudos doravante unificados por acordos de suserania.

Por volta da virada do século XIV ao século XV, após um milênio de reprodução de um gênero de vida⁶⁵ rural, autocentrado, os europeus, despertados pelo espírito da guerra e do comércio oriundo das Cruzadas⁶⁶, agora *cruzavam* não apenas o Mediterrâneo, mas também os oceanos para descobrir riquezas. Os mercadores que se tornaram navegantes eram, em sua maioria, comerciantes das cidades mediterrâneas, com destaque para Gênova e Veneza. Uma mistura de componentes burgueses, formados fora dos limites dos feudos, nos “burgos”, que eram feiras nos caminhos e pontos de encontro para o comércio, com parte da própria aristocracia feudal, convertida em comerciante (ARRIGHI, 2013).

⁶⁵ Na interpretação que guia os escritos dessa tese, o conceito de “Gênero de vida” está relacionado à reprodução das relações de produção propriamente ditas, utilizando termos marxistas. O conceito na Geografia, porém, foi introduzido por Paul Vidal de la Blache. Para Passos (2017, p. 120, grifos do autor): “Os gêneros de vida na Geografia Humana” foi [um artigo] escrito por Paul Vidal de La Blache em 1911, em francês, com o título ‘*Les genres de vie dans la Géographie Humaine – premier article*’. Foi publicado em *Annales de Géographie*, n. 111, ano XX, tomo20; o artigo tem como tema a vivência dos povos tradicionais espalhados pelos cinco continentes. A teoria de Vidal de La Blache concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que se adaptou ao meio, criando um relacionamento constante com a natureza. Os homens desenvolveram técnicas, hábitos e costumes que lhe permitissem fazer uso dos recursos naturais disponíveis, denominado por La Blache de ‘gênero de vida’. Segundo La Blache ‘um gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua que age fortemente sobre a natureza agindo sobre a fisionomia das áreas’ e duas categorias, ‘dois gêneros mais evoluídos’, podem expressar de forma clara esse conceito: o estado Pastoril e o estado Agrícola. Esses dois seres tornaram-se socialmente muito diferentes – o direito para um é territorial; para outro essencialmente familiar – por um conjunto de hábitos e concepções surgidas primordialmente da diferença de gêneros de vida que praticam”.

⁶⁶ “As Cruzadas levaram novo ímpeto ao comércio. Dezenas de milhares de europeus atravessaram o continente por terra e mar para arrebatar a Terra Prometida aos muçulmanos. Necessitavam de provisões durante todo o caminho e os mercadores os acompanhavam a fim de fornecer-lhes o de que precisassem. Os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para esses produtos. Além disso, registrou-se um acentuado aumento da população, depois do século X, e esses novos habitantes necessitavam de mercadorias. Parte dessa população não tinha terras e viu nas Cruzadas uma oportunidade de melhorar sua posição na vida. Frequentemente, as guerras fronteiriças contra os muçulmanos no Mediterrâneo, e contra as tribos da Europa oriental eram dignificadas com o nome de Cruzadas quando, na realidade, constituíam guerras de pilhagem e por terras. A Igreja envolveu essas expedições de saque num manto de respeitabilidade, fazendo-as aparecer como se fosse guerras com o propósito de difundir o Evangelho ou exterminar pagãos, ou ainda defender a Terra Santa” (HUBERMAN, 1979, p. 27, ortografia atualizada).

Os burgueses mediterrâneos, especialmente os genoveses, estavam com problemas na virada do século XIV para o século XV. As rotas comerciais não podiam mais ser asseguradas. Por questões específicas⁶⁷ e objetivas do período, perderam as forças militares que chegaram a possuir e estavam, naquele momento, impossibilitados de estabelecer uma força política e militar unificada e efetiva para garantir a segurança das rotas comerciais. Os burgueses, pois, necessitavam se apoiar nas forças hegemônicas do período.

Era necessária um *garante* para as operações comerciais. Quem havia cumprido esse papel até então foi parte da própria aristocracia feudal, a partir das Cruzadas. Ainda que de forma decadente, a antiga nobreza feudal, na sua forma ulterior de aristocracia absolutista, e a Igreja Católica Romana representavam essas forças, sustentadas sobre o peso de sua hegemonia continental milenar.

Porém, em toda ocasião importante em que um ciclo de acumulação comercial de alguma das cidades mediterrâneas ameaçava se consolidar como *poder político e territorial*, a reação das forças feudais não tardava, quase sempre destruindo o espaço produzido pelo capital mercantil. Assim, com um aprendizado à custa de muitas guerras e batalhas, os burgueses das cidades-estados italianas se reduziram ao papel de “financiadores” do processo de expansão mercantil, que se daria inicialmente sob a cruz da velha igreja feudal e a espada da velha nobreza feudal.

O mapa das formações espaciais mediterrâneas do momento apontava para os dois recém-nascidos Estados nacionais ibéricos – unificados no processo de retomada de terras ao sul da Península Ibérica, após mil anos de ocupação pelos Califados Muçulmanos – como os possíveis aliados políticos e militares do período. Destarte, as Grandes Navegações iniciam a história da formação do espaço geográfico mundial unificado como um empreendimento entre duas nascentes instituições da modernidade: o Estado nacional unificado e a empresa comercial capitalista.

Do ponto de vista sociológico, porém, trata-se da aliança de duas classes sociais: a ascendente burguesia comercial e a decadente nobreza feudal, reagrupada na figura da corte nacional, ainda presa aos valores feudais. Títulos de nobreza, herança da propriedade das terras, tradições do direito consuetudinário são algumas das características dessa classe social. Arelada à nobreza, o velho clero romano.

⁶⁷ Consultar Arrighi (2013, p. 109-120). Para uma interpretação mais focada nas relações econômicas, consultar Huberman (1979). Para uma interpretação das especificidades dessa formação espacial que possibilitaram a eclosão do capitalismo comercial especificamente ali consultar Amin (1976) e Dussel (2012).

Por outro lado, e a despeito da força da hegemonia ainda exercida por nobreza e clero feudais, a partir das Cruzadas, como já dito, o comércio renasceu no continente europeu, trazendo também a ressurreição de outros componentes da vida social. Esse foi o período do *Renascimento*. O Renascimento da cultura, da arte, da filosofia, da ciência e do direito. O Renascimento da tradição da civilização greco-romana.

Se, por um lado, nos mil anos de duração da hegemonia do modo de produção feudal – um modo de produção tributário particular, como visto – a manutenção do gênero de vida e do modo de vida⁶⁸ foi bem-sucedida, apagando os traços da civilização greco-romana. Por outro lado, a ruptura trazida pelo comércio das Cruzadas reapresentou aos europeus o seu passado *helênico*, com obras fundamentais de filosofia, geometria e poesia que só chegaram à modernidade, porque foram salvas em escritos e traduções da língua e escrita árabes (ADAMSON, 2016).

É o caso, entre outros, das próprias obras *Geografia* de Estrabão e *Geografia* de Ptolomeu, que chegaram parcialmente salvas através da escrita árabe. Os gregos já tinham plena consciência da esfericidade da Terra, já haviam calculado o seu raio, o perímetro de sua circunferência, e faziam cálculos de projeções do Globo terrestre ao mapa plano (SOARES et al., 2018d). Ao construir o globo terrestre como representação, e juntando aos relatos, mitos e lendas que tinham acesso, já haviam intuído e representado nos globos a existência de outros continentes⁶⁹.

⁶⁸ Na interpretação que conduz esta tese, o “modo de vida” diz respeito à cultura, aos costumes, aos signos e demais superestruturas de normalização da vida, de transformação do ritmo da vida em cotidiano e normalidade. Trata-se um conceito mais utilizado na Antropologia e na Sociologia, mas que adentrou à Geografia. Possui evidentemente grandes variações de interpretação entre as ciências sociais e as tendências internas de cada ciência. Para Braga, Fiúza e Remoaldo (2017, p. 370, grifos dos autores): “A concepção de ‘modo de vida’ tem sido muito utilizada nas Ciências Sociais, principalmente, para assinalar mudanças culturais, tal como pode ser observado desde Durkheim, Weber, Wirth, Rambaud, Lefebvre, Bourdieu, dentre outros. No entanto, o termo ‘modo de vida’ assume uma pluralidade de significados, dificultando a compreensão das nuances interpretativas que o perpassam. As traduções para o português de estudos em língua inglesa e francesa, por vezes, apresentam termos idênticos para ideias originalmente distintas”. Os autores afirmam também que “termos distintos em sua língua original, como no francês *genre de vie* e *style de vie*, têm, rotineiramente, a mesma tradução para o português, modo de vida, reforçando a imprecisão do termo” (BRAGA; FIÚZA; REMOALDO, 2017, p. 370, grifos dos autores). Os autores também refletem sobre as distinções entre os conceitos de “modo de vida” e “gênero de vida”.

⁶⁹ De acordo com Soares et al (2018d, p. 4, grifos dos autores): “O apogeu do conhecimento cartográfico, na Antiguidade Ocidental foi atingido pelos gregos, cujas técnicas cartográficas se aproximavam das modernas antes do advento das geotecnologias. Os chamados “geógrafos jônicos” foram os precursores do casamento entre cartografia, trigonometria e astronomia. Anaximandro de Mileto (611 – 546 a. C.) desenvolveu o primeiro mapa-múndi conhecido, enquanto que Hecateo, em sua obra “Geografia” desenhou um mapa da terra em forma de disco em 500 a. C. Demócrito (450 – 360 a. C.) inovou com a produção da grade de coordenadas representando a latitude e a longitude – vinte séculos antes de Descartes e seu sistema de variáveis – enquanto que Dicearco de Messina (326 – 296 a. C.), trabalhando em sua obra “Geografia da Grécia”, ao medir as dimensões das montanhas do território grego, desenvolveu estudos sobre o fenômeno da dioptria e complementou a grade de coordenadas com os primórdios dos paralelos e meridianos (RAISZ, 1959, p. 17-20). A cartografia e a geografia grega ainda seriam complementadas pelo feito de Erastótenes (276 – 196 a. C.), que conseguiu medir o raio da terra com cálculos trigonométricos baseados na sombra do sol em Alexandria e Siena, formando um triângulo. Em 150 a. C. Crates

Com a redescoberta de toda a história, a poesia, a filosofia e a ciência grega, e também as obras romanas, com destaque ao direito, à política e à cartografia prática, é compreensível que no intervalo de poucas gerações, tantos gênios hajam aparecido no mundo mediterrâneo. Contudo, o ponto determinante: os burgueses que agora achavam o “seu lugar” no mundo, ainda não tinham as condições objetivas para suplantarem os resquícios da hegemonia feudal nas mãos da nobreza. As tentativas de revolução industrial em Florença, e as constantes destruições das cidades portuárias por forças reacionárias do centro europeu ensinaram isso de modo objetivo aos burgueses de então.

Já estava claro que o Poder Político não descendia de um “Deus” ou qualquer entidade superior, e que onde quer que esse fosse o discurso, o era apenas isso, um discurso para justificar práticas políticas e territoriais. O poder descendia do controle sobre as pessoas e sobre os recursos⁷⁰. A natureza do poder político – agora com a história um pouco mais detalhada de

de Tebas produziu o primeiro globo terrestre e, nessa ocasião, seguindo princípios filosóficos, desenhou três continentes hipotéticos (Periecos, Antecos e Antípoda) que haveriam de representar o equilíbrio no globo frente ao bloco formado por Europa, Ásia e África, que, a seu ver, não poderiam estar isoladas frente a tanto mar. Curiosamente estes continentes eram, no globo, mais ou menos equivalentes a América, Austrália e Antártida respectivamente (RAISZ, 1959, p. 20-21). No ano 19, Estrabão terminaria seu livro fundamental, “Geografia”, discutindo problemas cartográficos e revisando o conhecimento de então, e no ano 120, Marino de Tiro. O apogeu do conhecimento cartográfico, na Antiguidade Ocidental foi atingido pelos gregos, cujas técnicas cartográficas se aproximavam das modernas antes do advento das geotecnologias. Os chamados “geógrafos jônicos” foram os precursores do casamento entre cartografia, trigonometria e astronomia. Anaximandro de Mileto (611 – 546 a. C.) desenvolveu o primeiro mapa-múndi conhecido, enquanto que Hecateo, em sua obra “Geografia” desenhou um mapa da terra em forma de disco em 500 a. C. Demócrito (450 – 360 a. C.) inovou com a produção da grade de coordenadas representando a latitude e a longitude – vinte séculos antes de Descartes e seu sistema de variáveis – enquanto que Dicearco de Messina (326 – 296 a. C.), trabalhando em sua obra “Geografia da Grécia”, ao medir as dimensões das montanhas do território grego, desenvolveu estudos sobre o fenômeno da dioptria⁶ e complementou a grade de coordenadas com os primórdios dos paralelos e meridianos (RAISZ, 1959, p. 17-20). A cartografia e a geografia grega ainda seriam complementadas pelo feito de Eratóstenes (276 – 196 a. C.), que conseguiu medir o raio da terra com cálculos trigonométricos baseados na sombra do sol em Alexandria e Siena, formando um triângulo. Em 150 a. C. Crates de Tebas produziu o primeiro globo terrestre e, nessa ocasião, seguindo princípios filosóficos, desenhou três continentes hipotéticos (Periecos, Antecos e Antípoda) que haveriam de representar o equilíbrio no globo frente ao bloco formado por Europa, Ásia e África, que, a seu ver, não poderiam estar isoladas frente a tanto mar. Curiosamente estes continentes eram, no globo, mais ou menos equivalentes a América, Austrália e Antártida respectivamente (RAISZ, 1959, p. 20-21). No ano 19, Estrabão terminaria seu livro fundamental, “Geografia”, discutindo problemas cartográficos e revisando o conhecimento de então, e no ano 120, Marino de Tiro desenvolveu um sistema de cartas geográficas semelhante ao que usamos atualmente. Ptolomeu (90 – 168) encerrou esta Era com a produção de sua obra, “Geografia”, na qual constavam oito mil nomes de lugares conhecidos e suas características, um atlas com 28 mapas do mundo então conhecido, e seu famoso sistema planetário geocêntrico, além de um tratado de sistemas de projeções (RAISZ, 1959, p. 21-23). A cartografia romana relegaria praticamente todo o aprendizado social e territorial dos gregos. Os romanos não estavam interessados em questões filosóficas e especulativas, e sim político-militares e jurídico-administrativas. Seus mapas eram, em geral, de grande escala, representando pequenas regiões, e, mais raramente, os domínios totais do Império Romano. Os conhecimentos gregos foram, em grande parte, esquecidos, e continuaram a ser praticados apenas pelos árabes durante a Idade Média”.

⁷⁰ “Todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, quando por muitos anos os governantes pertencem à mesma linhagem, ou foram fundados recentemente [...]. Os súditos dos domínios assim adquiridos estavam previamente habitados ao governo de outro príncipe, ou então eram Estados livres, anexados pela força das armas do príncipe, ou de outrem, quando não pela força do seu próprio valor ou sorte” (MAQUIAVEL, 2006, p. 29). A obra de Maquiavel (2006) é um despertar da

civilizações como Creta, Grécia, Roma, Egito, Mesopotâmia e Índia vindo à tona – estava sendo dissecada em detalhes pelos estudiosos do período.

A aliança com as forças sobrantes do feudalismo foi, portanto, uma questão prática. Os Estados ibéricos eram os mais bem armados e equipados de então. A Igreja Católica, sediada em Roma, ainda tinha importante poder oriundo de sua concentração de terras, e simbolizado por sua força moral. Há essa altura também, do ponto de vista econômico, o dinheiro corrente já havia se convertido em forma de patrimônio e poder equivalente à propriedade de terras ou de servos⁷¹.

O ciclo de acumulação do capital genovês⁷² vai ser marcado pela aliança entre nobreza ibérica, burgueses do sul da Itália e Igreja Católica Romana, sendo que o capital financiador

ciência política durante o Renascimento, e uma lição presenteada da Lorenzo de Médici por Maquiavel, na esperança de que esse criasse uma força política e militar unificadora do sul da Itália para os desafios comerciais de então. Faltavam, porém, as condições objetivas para isso.

⁷¹ “Mas o senhor estava pronto a trocar o trabalho do servo pelo dinheiro. Também ele se havia familiarizado com o dinheiro e seu valor num mundo em transformação. Tinha muita necessidade dele para pagar as belas roupas do Oriente que comprara na feira há alguns meses. E havia também uma conta antiga do armador, pela bonita cota de malha comprada para a última expedição guerreira. O senhor tinha muito em que empregar qualquer dinheiro que o servo lhe pudesse pagar. Estava pronto a concordar que, a partir de então, seu servo lhe pagasse um tanto por hectare anualmente, ao invés de trabalhar dois ou três dias por semana, como até então” (HUBERMAN, 1979, p. 55).

⁷² De acordo com Arrighi (2013, p. 118): “As tendências e acontecimentos, na Gênova da segunda metade do século XIV e do século XV, foram profundamente influenciados por essa compressão das redes genovesas de comércio de longa distância e pela deterioração concomitante da situação de poder da cidade na economia mundial mediterrânea e no sistema de cidades-estados italianas. O rápido fechamento da rota centro-asiática de Gênova pela China, o ataque do poder otomano, veneziano e catalão-aragonês ao comércio de Gênova no Mediterrâneo, a ascensão de cidades-estados poderosas em torno de todos os domínios metropolitanos de Gênova, toda essa configuração de circunstâncias deve ter sido realmente desalentadora para os genoveses. E por certo faz com que pareça sensata a decisão da aristocracia rural genovesa de se afastar do comércio e investir os lucros comerciais em terras, castelos, e exércitos na região da Ligúria. Por mais sensato que tenha sido, esse afastamento aprofundou a crise de hiperacumulação que ‘afligia’ o componente burguês das classes mercantis genovesas. Como já foi assinalado, ele restringiu consideravelmente as oportunidades que a burguesia tinha para encontrar um emprego lucrativo para seu capital excedente na posse de terras e na gestão do Estado. Pior que isso, privou a burguesia genovesa de uma proteção sumamente necessária na economia mundial como um todo”. Ainda assim, “No que nos diz respeito, estaríamos falando aqui num ciclo sistêmico de acumulação ‘catalão’ ou ‘espanhol’ – ou talvez nem estivéssemos falando em ciclos sistêmicos de acumulação. A razão de falarmos num ciclo genovês, porém, não vem do fato de que, numa conjuntura crucial, os catalães ‘engajados em muitas frentes de batalha’, pois os genoveses estavam engajados num número ainda maior de frentes. Em parte, [...] a razão foi que a ‘aposta’ genovesa no comércio castelhano revelou-se um golpe de sorte. Mais ainda do que no caso da ‘aposta’ veneziana na rota comercial do sul da Ásia, no entanto, a sorte foi apenas uma parcela insignificante do caso genovês. A parte mais importante foi que os genoveses fizeram suas ‘apostas’ com muito cuidado e, mais importante ainda, respaldaram-nas com um repertório de meios monetários e organizacionais que poucos ou nenhum de seus concorrentes efetivos ou potenciais podiam igualar. Em certo sentido, a matriz dos destinos quinhentistas da classe capitalista genovesa foram seus ‘infortúnios’ do fim do século XIV e início do século XV. À medida que o império militar-comercial construído pelos genoveses nos séculos anteriores começou a se desintegrar e que a aristocracia rural genovesa retirou-se do comércio, ‘refeudalizando-se’, o componente burguês das classes mercantis genovesas passou a ser ‘afligido’ por uma grave e crônica desproporção entre, de um lado, suas imensas reservas de capital, informações, conhecimentos comerciais e ligações, e de outro, sua reduzida capacidade de proteger a si mesmo e a seu tráfego num mundo cada vez mais competitivo e hostil. A Península Ibérica foi o lugar que ofereceu as melhores perspectivas para uma resolução rápida e favorável dessa desproporção fundamental por três grandes

dos exércitos, das caravelas e dos empreendimentos advinha exclusivamente dos burgueses. Estado e igreja entram aqui como *garantes* do negócio comercial⁷³. O burguês deixa de ser um pária e se torna um personagem integrante da sociedade emergente. Porém, os valores do mundo antigo feudal e do mundo novo capitalista ainda estão em choque. O burguês para virar um personagem respeitado na sociedade precisa comprar os velhos títulos de nobreza. E, também, de certo modo, se tornar um proprietário de terras, mesmo que absenteísta⁷⁴.

A formação espacial do Brasil vai herdar as contradições e antagonismos desse período, de confusa relação entre empresa e Estado, Estado e igreja, poder público e poder privado, e espaço público e espaço privado. O espaço vai ser conquistado pelas companhias comerciais em nome da Coroa (portuguesa ou espanhola) com a benção de Roma. Uma vez conquistado,

razões. [...]. [Primeiramente], a parte meridional da Península Ibérica e a cidade vizinha do Magreb eram as regiões do Mediterrâneo mais integralmente ‘monopolizadas’ pela iniciativa genovesa. Era perfeitamente natural que os negócios genoveses reagissem à pressão recuando para essa fortaleza [...]. Em segundo lugar, a Península Ibérica, para os negociantes genoveses, era não apenas a fortaleza natural para onde recuar, mas também o posto mais avançado natural de poderiam partir em busca dos suprimentos de que eles estavam sendo privados [...]. Terceiro e mais importante, a Península Ibérica, para classe capitalista genovesa, era o local mais promissor para encontrar aquilo de que ela mais precisava: sócios ‘produtores de proteção’, eficientes e com iniciativa, que pudessem ser seduzidos a assumir o papel antes exercido pela aristocracia rural genovesa. Os governantes territorialistas dos emergentes Portugal e Espanha logo se mostraram adequados a essa finalidade, graças à combinação de fanatismo religiosos e espírito político de iniciativa que os fazia assemelhar-se de perto aos aristocratas genoveses de épocas anteriores transformados em comerciantes. O mais famoso dos precursores e inspiradores dos ‘descobrimentos’ europeus, o príncipe português Henrique, o navegador, era uma ‘figura solidamente medieval [...], [obcecada] com a ideia das Cruzadas’ (Parry, 1981, p. 35-36). E a mais bem-sucedida empresária dos ‘descobrimentos’, a rainha Isabel de Castela, foi líder uma nova cruzada que almejava expandir os domínios territoriais do poderio cristão e castellano” (ARRIGHI, 2013, p. 119-121, grifos do autor).

⁷³ “A partir do século XV os portugueses, estimulados pela revolução comercial [do Mediterrâneo], lançaram-se à conquista dos territórios situados nas margens do Atlântico, fazendo o contorno da costa africana e chegando às Índias, em 1498. Neste percurso, eles fundaram feitorias na costa africana, ocuparam e povoaram ilhas, destruíram e saquearam cidades, e escravizaram negros para serem utilizados no trabalho escravo de suas colônias e na própria metrópole. Concluída a unificação da Espanha, os Reis católicos – Fernando e Isabel –, estimulados por Colombo [um mercador genovês], financiaram expedições exploradoras visando alcançar as Índias, navegando para o Oeste. Essa disputa entre dois reinos poderia trazer dificuldades políticas e problemas militares, o que levou o Papa Alexandre VI a dividir o mundo desconhecido entre as duas coroas ibéricas, estabelecendo como limite o meridiano que passasse a 100 léguas ao oeste das ilhas de Cabo Verde. Foi promulgada então a Bula *Inter Coetera*, em 1493. Os portugueses [porém, já] conheciam bem o Atlântico e sabiam que com esta linha demarcatória não teriam direito a terras em sua margem ocidental; não se conformaram com a divisão e conseguiram com os espanhóis transferir para o Oeste, para 370 léguas ao oeste de Cabo Verde, o meridiano que delimitava os territórios a serem ‘descobertos’ e explorados pelos dois países. Foi assinado, então, o chamado Tratado de Tordesilhas, em 1494” (ANDRADE, 1993, p. 14-15, grifos do autor). Fica, assim claro, que já era razoavelmente conhecido o que seria “descoberto” pelos europeus. Por outro lado, mais do que financiar as expedições, a Coroa espanhola foi financiada pelos genoveses, conforme Arrighi (2013).

⁷⁴ Dado o mecanismo como se processa a subsunção, algumas formas aparecem como “repetecos” da história. O burguês vira nobre para se afirmar burguês: o burguês se nega como burguês para se afirmar como burguês. O nobre vira burguês para se afirmar nobre: o nobre se nega como nobre para se afirmar como nobre. É a interpenetração dos contrários, que se dará tantas vezes no capitalismo. E a despeito das aparências, a história nunca se repete em essência. “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esquece de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” afirmou Marx (2011b, p. 25).

trata-se de organizá-lo territorialmente. É nesse momento que serão criadas, no caso brasileiro, as Capitanias Hereditárias, que serão entregues a fidalgos amigos da Coroa. Na realidade, trata-se dos burgueses que terão que usar espaço e seus recursos (incluindo arregimentação de força de trabalho) para fazer valer seus investimentos na corrida colonial. Se tornarão “nobres”, como dito, através da compra dos títulos, e não por herança senhorial.

Uma vez na condição de colonos, irão aplicar uma mistura contraditória de racionalidade mercantil capitalista e direito de propriedade privada, baseado na inspiração do direito romano, com práticas cotidianas de direito consuetudinário e formas de exploração de trabalho que remontam aos modos de produção pretéritos. Escravismo, no caso da relação para com as civilizações originais do continente, doravante nomeados de forma genérica de “indígenas”, e também as civilizações africanas, conquistadas e escravizadas nesse processo de corrida colonial. Por outro lado, para com os “homens livres” que migrarão para as Colônias, sem acesso à propriedade das terras, restará a opção de trabalho como posseiro nas terras dos proprietários.

Como condição de acesso direto à terra para a sua reprodução social (o direito a poder elaboração uma mediação com a natureza), estes terão que se subordinar aos proprietários, exercendo para com eles relações de trabalho, atadas a outras relações sociais de *compadrio* que remontam à época feudal que está desaparecendo na Europa. Os próprios burgueses emigrados carregam muito do simbolismo do patriarca feudal.

Porém, são apenas resquícios culturais de uma hegemonia duradora no continente motriz da formação dessa geografia do espaço mundial. A nobreza absolutista e a Igreja Católica são forças resquícios do feudalismo, que trazem consigo toda uma resiliência e uma série de iconografias que remontam ao mundo feudal. Objetivamente, porém, o mundo unificado que está surgindo é baseado no modo de produção capitalista, inclusive as Colônias, sua base primeira de firmamento, fonte da acumulação primitiva.

2.2 – O espaço geográfico produzido pelas civilizações originais

Assim que iniciaram as conquistas e tomadas das terras das civilizações ameríndias originais que produziram o espaço que se tornará o espaço brasileiro, os portugueses trataram de organizar os *marcos fundamentais de controle* do espaço, do território e do trabalho. Doravante, ver-se-á esses marcos nessa ordem. No texto que segue, após breve discussão sobre o espaço geográfico encontrado originalmente, tratar-se-á da produção do espaço geográfico colonial. Depois do ordenamento do território, e por fim, da regulação do trabalho.

Os primeiros contatos iniciam em 1500. Passadas as duas primeiras décadas de contatos incipientes em termos de comércio com as civilizações ameríndias do litoral da nova Colônia, a primeira questão era disponibilizar o espaço para as novas plataformas produtivas a serem implantadas. Ao contrário da Coroa Espanhola, que rapidamente se deparou com dois grandes impérios tributários, *previamente organizados* em termos de espaço, território e trabalho, os lusitanos se depararam com civilizações com organização social e espacial comunitária, ou, no máximo, pré-tributária.

A colonização das duas Coroas vai se processar, portanto, de forma distinta. Os procedimentos elaborados no litoral atlântico lusitano serão razoavelmente equivalentes apenas ao caso do Caribe hispânico. No Mar do Caribe, os ameríndios pertenciam ao grupo étnico “caribe”, daí a toponímia dada ao mar⁷⁵. Tratavam-se de civilizações pesqueiras e extrativistas, com algum parco domínio da agricultura itinerante. Assim que a colonização avançou de fase, e abandonou o comércio intersticial para a fase agrícola, essas civilizações foram escravizadas para servir de força de trabalho às plataformas agrícolas, trabalho ao qual dificilmente se adaptaram.

No caso do Caribe espanhol, foram rapidamente exterminadas, e substituídas pelas civilizações africanas, escravizadas pelo tráfico negreiro⁷⁶. Mas o Caribe espanhol é um caso periférico dentro da América colonial espanhola. No Vale do México⁷⁷, os espanhóis

⁷⁵ Em geral, é já consenso na literatura científica que não se pode falar em civilizações homogêneas no espaço brasileiro pré-colonial. Havia uma diversidade de civilizações, as quais costumam, grosso modo, serem agrupadas conforme as famílias linguísticas. Assim, é corrente admitir que apesar da diversidade de civilizações, ou seja, da diversidade de organizações sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais em geral, havia no espaço brasileiro pré-colonial civilizações de quatro grandes grupos linguísticos: o macrogrupo *Tupi*, das civilizações que habitavam, principalmente, o litoral do Atlântico, praticantes de caça e pesca, mas também já dominantes da agricultura itinerante; o macrogrupo *Jê*, que habitava os campos cerrados e da caatinga, os quais viviam muito mais do extrativismo animal e vegetal; o macrogrupo *Aruaque* e o macrogrupo *Caribe*. Esses dois últimos, de civilizações pesqueiras e extrativistas, habitavam principalmente a bacia do Rio Amazonas (MOREIRA, 2015). As civilizações do macrogrupo *Caribe* se espalhavam pelas Antilhas no mar que recebeu esse nome, Mar do Caribe.

⁷⁶ As experiências com africanos, sobretudo da África Subsaariana trabalhando como escravos em plantações eram conhecidas pelos europeus desde as Cruzadas. Os árabes descobriram o conhecimento e a expertise dessas civilizações com a agricultura no evento da expansão de seu califado sobre o continente africano. Os europeus entraram em contato com essa realidade no evento das Cruzadas. Há relatos de europeus escravizados pelos árabes, servindo ao comércio, prostituição e serviços domésticos. No caso dos árabes, portanto, tratou-se de uma exploração meramente econômica sobre outras civilizações agrícolas (os árabes são tradicionalmente povos que lidam com pecuária de transumância e comércio, logo, a exploração de civilizações agrícolas se tornou uma necessidade na consolidação do seu império milenar. Ao iniciar as Grandes Navegações, tendo na África as suas primeiras grandes conquistas, os europeus mediterrâneos já conheciam as habilidades e possibilidades de exploração das civilizações africanas subsaarianas. As justificativas e ideologias racistas acerca da escravidão dos negros surgiu como fenômeno de justificativa ulterior de uma necessidade econômica (GEMERY; HOGENDORN, 1979).

⁷⁷ O Vale do México faz parte da Bacia Hidrográfica do México. Trata-se de uma bacia hidrográfica *endorreica*, ou seja, uma bacia hidrográfica sem saída superficial para o mar (pode haver saída subterrânea, o que não modifica o conceito de bacia endorreica). O Vale do México é um planalto de elevada altitude no México central coberto

encontraram um império organizado, onde os astecas formavam uma corte e um exército que dominaram as civilizações vizinhas, escravizadas e obrigadas a pagar tributos em forma de produtos e serviços. Na Cordilheira dos Andes, os colonizadores hispânicos se depararam com outro império, dominado pelos Incas, que possuía extensão e área superior ao Império Romano, também organizado em termos de corte, clero e alta cúpula militar.

Nos dois casos, os impérios já trabalhavam a atividade da mineração, e embora não dessem o valor econômico aos metais preciosos (a base dos dois impérios em questão era a exploração do trabalho das civilizações camponesas, enquanto os metais preciosos eram elementos de adorno), sabiam como extrair e dominavam sua localização. A situação facilitou o empreendimento espanhol. Tanto no caso asteca, como no caso inca, tratou-se de eliminar a corte – o que se deu com assassinatos (envolvendo intrigas, dramas e traições familiares) dos imperadores em cada caso, seguida da cristianização dos parentes vivos dos dois imperadores e casamentos forçados⁷⁸, ao estilo do que ocorria nas relações entre as cortes nobres dos diversos Estados e feudos europeus.

por uma cadeia de lagos interligados: Texcoco, Xochimilco Zumpango e Xaltocan. Estes lagos foram progressivamente drenados pouco restando da sua extensão original e hoje em dia a área metropolitana da Cidade do México ocupa a quase totalidade do vale. A Bacia Hidrográfica do México não coincide totalmente com o Vale do México, sendo na realidade composta por quatro grandes vales: ao sul, o Vale do México, ao noroeste o Vale de Cuatitlan, ao nordeste o Vale de Apan, e ao norte extremo o Vale de Tizayuca. Essa região abrigou grandes civilizações pré-coloniais, com destaque para os astecas, os mixtecas, os toltecas e os olmecas (IMAZ, 1989).

⁷⁸ Em virtude do reconhecimento da derrota de um Império, no caso asteca, o Rei da Espanha, Carlos V, outorgou que a Princesa Isabel de Montezuma, filha do último imperador asteca, era “proprietária perpétua” do “senhorio de Tacuba”, uma área que corresponde atualmente ao centro da Cidade do México. Como desde aquele momento, tratava-se da área (construída sobre os destroços da capital asteca Tenochtitlán) da sede de colônia, convencionou-se que seu uso por parte da Coroa espanhola daria direito a uma renda, que ficou conhecida como a “pensão dos Montezuma” para Isabel e seus descendentes. A mesma foi paga em pesos de ouro durante toda a colonização espanhola, e, quando da independência do México, continuou a ser paga aos descendentes da corte asteca até 1933, já com o advento dos governos republicanos de consolidação da Revolução Mexicana. Em janeiro de 1934, o Presidente Abelardo Luján Rodríguez suspendeu os pagamentos para os descendentes de Montezuma, tanto os que viviam na Espanha, como os que viviam no México. Desde então, a família Acosta, cuja maior parte reside no México, e a família Miravalle, cuja maior parte reside na Espanha, os dois principais ramos dos descendentes da corte asteca lutam na justiça contra o Estado mexicano pelo direito de reaver a pensão, com juros e correção monetária pelo não pagamento desde 1934. Consultar mais detalhes em: Pelean (2003), Pozo Felguera (2010) e Ferri (2017). Esse caso jurídico encerrado recentemente lembra o caso do processo judicial mais antigo em execução do Estado brasileiro, também encerrado em anos recentes. Por coincidência, também se trata de herdeiros de uma Princesa Isabel, mas desta vez, a Princesa Isabel de Bragança, filha de Dom Pedro II. Ainda em vida, Princesa Isabel e Conde D’eu entraram na justiça contra a República Brasileira recém-inaugurada pela tomada do Palácio Guanabara, o qual foi construído para ser a residência oficial do casal, mas foi tomado pela República, passando por distintas funções desde então, até a atual, como sede do Governo do Rio de Janeiro. Os herdeiros da casa de Bragança reclamam uma indenização pelo que consideram uma tomada ilegal. Após 123 anos de tramitação, o caso foi, enfim, julgado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil em 2018, que julgou improcedente o pedido (STJ, 2018). Ao que se pode perceber, uma vez realizada a subsunção do trabalho ao capital, quando os resquícios das classes dominantes de modos de produção pretéritos (seja o modo de produção feudal europeu em um caso, seja o modo de produção tributário asteca em outro) conseguem se reproduzir enquanto partícipes do bloco hegemônico no capitalismo, imediatamente assumem a sua mediação (em vez da renda em trabalho ou

A nobreza e o clero espanhol substituíram ao norte a nobreza e clero astecas, e ao sul, a nobreza e clero incas. A *mita* e a *encomienda*, instituições básicas do trabalho dos indígenas nas minas e fazendas coloniais eram instituições já existentes no Império Inca⁷⁹, reproduzida com adaptações pelo Império Colonial Espanhol. Está fora de dúvida o aumento da intensidade da exploração da força de trabalho que foi levada a extremos inimagináveis nos tempos incas, em virtude da necessidade de acumulação que o modo de produção capitalista trazia.

O fato objetivo, nas palavras de Chiavenato (1981, p. 23) é que “os espanhóis encontraram a máquina de exploração montada; [enquanto que] os portugueses [...]” tiveram que montar a sua a partir do início, tiveram que construí-la do zero. Na América espanhola, o espaço ameríndio produzido interessava aos colonos, e, por isso, não foi modificado na sua essência.

produto, os herdeiros exigem renda em dinheiro; não estão interessados, em momento algum, no valor de uso, mas sim no valor de troca), não importando se são herdeiros das elites vencedoras ou das elites derrotadas.

⁷⁹ “Para dominar a massa indígena, os espanhóis, que eram muito poucos, criaram uma aristocracia que, recebendo alguns favores especiais, retribuía desempenhando o papel de vigilantes policiais do seu povo. O terror incaico foi substituído pela corrupção de uma nova aristocracia, da qual filhos rebeldes de Tupac Amaru chefiam algumas importantes rebeliões. Os espanhóis trataram de não tirar as terras dos índios: isso não era necessário porque as melhores terras pertenciam ao Inca e à corte, ao clero incaico e à elite militar. Estas terras ficaram para os espanhóis; as terras do *ayllu* – que sobreviveu à morte do Império Inca – permaneceram na posse das comunidades. Essas terras alimentavam a massa trabalhadora, que continuou oferecendo mão-de-obra para o cultivo das propriedades dos novos senhores. Os espanhóis adaptaram os índios aos novos tempos, aprimorando a expropriação do seu trabalho reprimindo com violência maior que o Inca suas rebeliões. As comunidades indígenas não só foram mantidas como os espanhóis tiveram cuidado em não prejudicar sua estrutura, enquanto elas fossem úteis. O desempenho das comunidades era a grande riqueza dos espanhóis conquistadores: o fornecimento de mão-de-obra para as minas. Permitia-se que parte que uma parte dos índios conservasse a posse da terra em troca da mão-de-obra fornecida pela comunidade para as minas e as terras que os espanhóis reservavam para si. As comunidades eram mantidas intactas enquanto podiam fornecer mão-de-obra, cada vez em maior número porque nas minas morriam índios aos milhares. Desde que a sua capacidade era esgotada, isto é, desde que os colonizadores espanhóis tiraram mais índios para a *mita* do que a comunidade ‘produzia’, suas terras eram divididas, seus últimos habitantes distribuídos para outras tarefas. Era o mesmo sistema incaico, mas levado a situações extremas e irracionais. Assim, os espanhóis liquidaram a população quíchua e aimará no Alto Peru em trabalhos forçados. Desumano e brutal, porém eficiente para a Colônia: quando se acabaram os índios, já se tinham praticamente esgotado as riquezas das minas – o estanho da Bolívia ainda não era importante. Já nos tempos dos incas a mulher era apenas um meio de reproduzir a raça, controlada geralmente pelo próprio Estado inca. Desempenhando seu papel de reprodutora, era afastada dos serviços mais duros e rejeitados. O Estado inca cuidava da sobrevivência e ‘repartia’ as mulheres em melhores condições para a reprodução. Com os espanhóis, cujo fim era o saque no mais curto prazo, este papel da mulher foi descuidado na Colônia. O índice de natalidade diminuiu e de mortalidade aumentou. De cada trinta recém-nascidos, apenas quatro sobreviviam até os três meses. Dessa forma, em poucas gerações, as comunidades seriam destruídas pela falta de gente, já que a maioria dos índios era ‘sorteada’ para as *mitas*. Então, os índios começaram a fugir. Reproduziam quase o mesmo quadro do Império inca: fugiam da *mita* e tornavam-se *yanaconas*. *Yanacona* era o índio fugido que se refugiava em uma fazenda de espanhol – a *encomienda* e seu *encomendero* – e ali permanecia para o resto da vida como escravo. Ser escravo, que podia ser vendido com a *encomienda*, era melhor que ser escravizado na *mita*: à morte nas minas, preferia permanecer escravizado na comunidade. A *encomienda* tornou-se a própria base da colonização. O *encomendero* recebia a terra do rei e a cultivava com a sua família. A mão-de-obra era o escravo índio. O rei exigia do *encomendero* a proteção e educação religiosa do índio. Na prática, o índio era escravo. Não conhecia direitos. Estas fazendas, porém (as *encomiendas*), eram poucas, já que o grande interesse dos espanhóis estava nas minas. De certa forma, recolhendo o índio fugitivo da *mita*, garantia a própria continuação do sistema: devolvendo-o ao trabalho nas minas quando necessário, ou permitindo uma válvula de escape no processo, impedindo uma revolta mais dura dos comunitários” (CHIAVENATO, 1981, p. 22-23, grifos do autor).

Um combinado de cidades mineiras e comunidades agrícolas, com a maior parte das terras confiscadas pelo Estado inca ou asteca, agora, pelo Estado ibérico. O trabalho já estava arregimentado. Tratou-se, portanto, de uma conquista territorial. E, como consequência, parte da superestrutura cultural, ali, também foi preservada⁸⁰.

Na América portuguesa, à semelhança do Caribe, na periferia da América espanhola, o espaço teve que ser produzido, pois o espaço anterior não interessava⁸¹. Tratou-se logo, então, de disponibilizar o espaço para as atividades produtivas brasileiras. O ordenamento, assim, iniciou pela própria produção do espaço⁸², como fase primeira; pelo estabelecimento e regulação do trabalho, como fase segunda, para enfim, processar a configuração do território propriamente dito (MOREIRA, 2015).

O espaço anterior era um espaço produzido para o uso. Como já dito, uma miríade de civilizações, em sua grande maioria, comunitárias, produziam um espaço de mediações de

⁸⁰ “Na América hispano-falante, estudiosos têm usado os termos ‘índio’ e ‘camponês’ quase como sinônimos. Nos Andes, as duas repúblicas – de índios e de brancos – levaram em consideração leis diferentes para regular cada esfera. Instituições indígenas coletivas foram preservadas, vale dizer, identidade étnica, acesso à terra e organização política continuaram a ter um estado legal nas estruturas de dominação colonial. Não foi o caso do Brasil. Índios incorporados no mundo português eram forçados a esconder suas identidades anteriores, embora informalmente, bem pudessem mantê-las. Nas reformas de larga escala, em meados do século XVIII, os índios do Brasil receberam uma posição coletiva, econômica e política, à parte. Explicitamente, todas as afiliações culturais foram excluídas. Além disso, terras indígenas agricultáveis, por exemplo, ainda que fossem cultivadas coletivamente, eram propriedade do Estado. As instituições coletivas de identidade indígena foram impostas por Lisboa; não eram uma continuação de formas pré-europeias” (HARRIS, 2017, p. 38-39, grifos do autor).

⁸¹ O caso da formação espacial do Grão-Pará e da futura Amazônia é distinto da formação espacial brasileira em geral, conforme foi dissecado em pesquisa anterior (SOARES, 2016). Porém o raciocínio de Soares (2016) é corrigido no capítulo 3 desta Tese de Doutorado em Geografia, onde se assevera que a formação espacial do Grão-Pará é a formação espacial existente anterior à Amazônia como uma parte integrante, funcional e estrutural da formação espacial brasileira.

⁸² Um processo demorado, uma vez que a estrutura produtiva anterior em nada interessava. É por isso que também os principais sítios e portos tardaram a ser firmados e construídos no Brasil. “Em contraste com a América espanhola, onde os portos foram estabelecidos no período de duas décadas a partir do contato inicial com os europeus na América portuguesa um considerável lapso de tempo transcorreu entre as primeiras aproximações e a fundação de vilas e cidades. Quarenta e nove anos se passaram entre a descoberta pelos europeus (1500) e o estabelecimento do governo real no Brasil, em Salvador. O Rio de Janeiro foi fundado pelos portugueses somente em 1565. Em ambos os casos, os portugueses estavam reagindo a fatores externos: no primeiro, a conscientização de que o fracasso do sistema donatário seria visto pelas potências estrangeiras como um calcanhar de aquiles a ser explorado a menos que uma presença portuguesa fosse firmada; no segundo, a presença na Baía de Guanabara dos franceses que haviam sido expulsos de seu assentamento por Estácio de Sá em 1567. Salvador e Rio compartilhavam ao menos duas características. Sua importância inicial era estratégica em termos comerciais e geopolíticos como parte do sistema mundial português; nem a topografia nem a localização escolhida eram as ideais para o desenvolvimento de um centro urbano. Na América portuguesa, era comum (como em Salvador, Rio de Janeiro e Vitória) os portos serem instalados a certa distância do local de assentamento inicial – geralmente no bojo de uma baía. Recife nasceu por causa de seu porto protegido e porque Olinda não tinha acesso ao mar. Em contraste, Salvador, Rio de Janeiro, Santos e Pernambuco foram multifuncionais (com administração, comércio e defesa) desde sua concepção; São Luís e Belém haviam se estabelecido como portos avançados fortificados do império e somente de forma gradual assumiriam funções administrativa e se tornariam entrepostos comerciais” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 126).

primeira ordem com a natureza. Esse espaço geográfico anterior era uma combinação de geografia agrária⁸³ e biogeografia. A faixa de florestas que cobria o litoral de morros do Atlântico, denominada de “Mata Atlântica”, assim como a porção da floresta denominada de “Mata das Araucárias” era ocupada pelas civilizações do macrogrupo tupi, que praticava extrativismo animal e vegetal, combinado com agricultura itinerante. A faixa mais central do Brasil, ocupada pelos campos naturais do cerrado e da caatinga, mas também as pradarias ao sul, era povoada pelas civilizações do macrogrupo jê, composto por populações essencialmente extrativistas, vivendo da caça e pesca.

Essa observação da paisagem e da organização do espaço geográfico em faixas é enunciada por Waibel (1958), e complementada por Moreira (2015). A terceira faixa corresponde à maior floresta latifoliada do mundo, a Floresta Amazônica, ocupada então pelos povos pertencentes aos macrogrupos caribe e aruaque. A geografia agrária dividida em faixas, diretamente relacionadas com a biogeografia, vai ser observada pelos colonizadores e reproduzida. Mas a relação espacial metabólica de fundo é modificada, pois o espaço geográfico que será produzido não o será para o uso, e sim para a produção de excedente (WAIBEL, 1958; MOREIRA, 2015).

As civilizações do macrogrupo tupi – que habitavam o litoral Atlântico da ponta do sítio da atual cidade de Caiena, hoje na Guiana Francesa, até a foz do Rio da Prata – eram as mais avançadas, praticando agricultura itinerante, e também artesanato. O macrogrupo tupi era constituído de vários grupos com destaque para os povos: a) tupinambá; b) tupiniquim; c) tupinã; d) tupinaé; e) tamoió; f) aricoré; g) temiminó; h) amoipira; i) tabajara; j) viatã; k) potiguara; e, l) caeté. Os mais poderosos entre os tupis eram os tupinambás⁸⁴ e os tupiniquins.

⁸³ Waibel (1958, p. 4, grifos do autor; ortografia atualizada), aliás, afirmava que: “O assunto da política agrária é principalmente teórico e pertence ao âmbito da economia nacional. Para a geografia, ao contrário, a agricultura é um importante fenômeno da superfície da Terra, e é sua atribuição tentar descrever a sua diferenciação espacial e ao mesmo tempo tentar esclarecer as forças atuantes. Para isso ela parte preferivelmente da fito e da zoogeografia, uma vez que a geografia agrária não é mais que uma geografia das plantas úteis e dos animais domésticos. A par da parte doutrinária pode-se distinguir, sob este ponto de vista, três disciplinas: uma geografia agrária estatística, uma geografia agrária ecológica e uma geografia agrária fisionômica. O estudo dos fatores na geografia agrária coincide, sempre que se trata das condições naturais, em grande parte com a fito e a zoogeografia. Tudo o que se encontra nos tratados sobre a influência do clima, da água, do solo e dos organismos sobre a vida animal e vegetal também pode, de modo geral, ser aplicado à agricultura. Grande importância alcançou a ciência do solo e seus resultados e suas aplicações cartográficas encontram uma vasta aplicação, tanto na agronomia, como na geografia agrária. [...] a par dos fatores naturais, funciona como segundo grupo de forças atuantes aquelas inerentes ao homem. Não se trata apenas de trabalho e capital, que a economia política antepõe aos fatores naturais (ao solo no sentido mais lato), mas a todo o conjunto das forças humanas, que podem ser reconhecidas em número e distribuição sobre a superfície da Terra, segundo uma diferenciação social, econômica, cultural e, sobretudo, espiritual. Enquanto os fatores naturais, no que diz respeito à sua influência sobre a agricultura, já são analisados desde há muito pela geografia, o mesmo ainda não se deu com igual êxito sobre os fatores humanos”.

⁸⁴ Schwartz (1988, p. 41) afirma que: “Os tupinambás viviam em aldeias de quatrocentos a oitocentos indivíduos, distribuídos em grandes unidades familiares que residiam em cerca de quatro a oito malocas alongadas. O

A prática de agricultura, ainda que itinerante, e fortemente baseada na produção da mandioca, foi uma das características mais importantes dessas civilizações, e que muito contribuiu no intercâmbio inicial com os lusitanos. De acordo com Schwartz (1988), apesar da repulsa a certos hábitos (canibalismo, relações sexuais grupais etc.), esses povos foram os únicos que os conquistadores chegaram a descrever como uma “civilização”, ainda que com certo desencanto quando comparavam, em suas cartas e livros, os tupinambás com os astecas e os incas descritos pelos espanhóis.

Os lusitanos, assim como os espanhóis, foram hábeis em aprender os idiomas locais. Para isso tiveram o apoio das companhias religiosas, sobretudo a Companhia de Jesus. Os jesuítas foram rápidos⁸⁵ no aprendizado do tronco linguístico tupi, o que favoreceu o intercâmbio. Por outro lado, e também seguindo o que os espanhóis fizeram bem na sua parte do continente, os portugueses rapidamente compreenderam a geopolítica daquele espaço, e converteram os tupinambás nos seus principais aliados⁸⁶, utilizando as guerras entre as civilizações ameríndias de acordo com o interesse das guerras coloniais.

Os tupinambás terminaram desaparecendo enquanto povo, mas apesar de muitos dos seus terem morrido nas guerras, com doenças ou no trabalho forçado, o desaparecimento dos tupinambás, em particular, muito mais do que no caso das outras civilizações, se processou em forma de incorporação. Os tupinambás adentraram à sociedade colonial com funções secundárias, como posseiros dos grandes proprietários, como caçadores do mato etc. Os

parentesco patrilinear era um importante aspecto organizacional dessa sociedade, embora também se usassem divisões por sexo e idade para definir responsabilidades e privilégios. A guerra e a captura de inimigos para serem finalmente mortos em meio à celebração de um ritual [sic] canibalístico eram aspectos integrantes da sociedade tupinambá, pois dessas atividades viris dependiam a obtenção de status, a escolha de esposas e o progresso ao longo das faixas etárias. Essa necessidade de fazer prisioneiros impelia as aldeias tupinambás a manter-se em constante estado de guerra com seus vizinhos mais próximos. Obviamente o canibalismo ritual era abominado pelos portugueses e tornou-se a principal justificativa para escravização dos tupinambás e de outros povos”.

⁸⁵ “Os jesuítas reconheceram a aptidão dos índios para a música, mas, em lugar de lhes permitirem desenvolver sua própria cultura, usaram a música como instrumento para atingir o controle. Apresentam-lhes novos instrumentos europeus como o cravo, e ensinaram-lhes cânticos em latim e em português. Como resultado, as tradições musicais índias apenas sobreviveram longe dos centros de atividade portuguesa, ainda que no século XIX, Calos Gomes tenha recorrido a fontes índias para a inspiração para a sua ópera *O guarani*, como também o fez o compositor Heitor Villa-Lobos no século XX. Antropólogos e etnógrafos demonstraram que essa tradição ainda está viva e que a música e a dança acompanham todos os eventos e transições importantes nas vidas dos americanos nativos que sobreviveram ao genocídio e ao etnocídio” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 298-299, grifo do autor).

⁸⁶ No caso da tomada da cidade francesa de São Luís, então capital da França Equinocial, e a posterior fundação de Belém na grande foz do delta/estuário amazônico, os portugueses aproveitaram as fortes relações comerciais entre franceses e os potiguaras, para fazer uso do ódio recíproco entre tupinambás e potiguaras, fazendo uso da guerra indígena para a guerra colonial. De resto, fizeram isso em todo o Brasil, sobretudo na tomada das colônias holandesas e francesas implantadas na fratura da Colônia portuguesa (ANDRADE, 1993).

primeiros descendentes miscigenados da Colônia nasceram do entrecruzamento de portugueses e tupinambás⁸⁷.

De um modo evidentemente subalterno, os tupinambás deram origem aos primeiros “brasileiros”, pois esse foi o povo que efetivamente construiu as raias do espaço geográfico brasileiro, constituindo o grosso do exército lusitano nas guerras contra as demais potências europeias e civilizações indígenas. Há intenso debate nas ciências sociais atualmente sobre o caráter patriarcal e racista em que se deu a miscigenação no espaço brasileiro, seja com os indígenas, seja com os africanos⁸⁸.

As demais civilizações desapareceram menos por incorporação (que também ocorreu, aqui e ali, evidentemente), e mais pelo genocídio. Foram conquistadas pela guerra e pela dominação. Os portugueses acabaram absorvendo o preconceito original dos tupinambás pelos

⁸⁷ No caso específico da Colônia do Grão-Pará e Maranhão, em virtude da escassez de força de trabalho para o povoamento efetivo da vasta bacia hidrográfica amazônica, conquista em sua quase totalidade pelos lusitanos em meros setenta anos, foi necessário criar uma legislação própria de incentivo à miscigenação entre portugueses e indígenas, principalmente os tupinambás, históricos aliados dos portugueses. De acordo com Reis (1993, p. 108-109, grifos do autor, ortografia atualizada): “O drama do povoamento, em que portugueses do Reino e ‘naturais’ se chocaram, cruzaram, mestiçaram a valer, representou-se sob cuidados especiais da Coroa, a que não passava despercebido a gravidade do problema, donde os favores para a mestiçagem, as declarações constantes para que se constituíssem novos povoados, a concessão à larga de milhares de sesmarias, a intensificação de providências, que se podem compreender nos atos régios e governamentais, tendentes todos a facilitar e garantir a ocupação humana do vale com elementos alienígenas e indígenas. Nesse sentido, o mestiçamento se processou fartamente. Pelo Alvará de 4 de abril de 1755, ‘os vassalos do Reino e da América, que se casassem com os índios, não só não contrariam infâmia, ou baixeza alguma, mas antes se fariam por isso dignos de ‘particular atenção de Sua Majestade, ‘porque seriam preferidos nas terras, aonde se estabelecessem, para os que lugares e ocupações, que coubessem na graduação de suas pessoas e de seus filhos e descendentes’, ‘que ficavam habilitados para todos os empregos, honras e dignidades’. Os soldados que se casavam com as mulheres da terra tinham baixa imediata. Dava-se, aos que assim constituíam lar, um machado, uma foice, uma enxada, uma peça de brenta, um ferro de cova e sete varas de linhagem ou estopa. Os casamentos celebravam-se a fartar. A providência satisfazia um problema social”.

⁸⁸ Autores como Boxer (1977) e Del Priori (2009) problematizam o tratamento dado às mulheres ameríndias, cuja posse ou propriedade (via casamentos, no mais das vezes forçados, em que elas possuíam pouco ou nenhum poder de negociação). Boxer (1977) e Del Priori (2009) ilustram como estas instituições coloniais perpetuaram o patriarcalismo e o racismo como instituições fundantes da família e da sociedade brasileira. A interpretação de Reis (1993) sobre a miscigenação possui um tom mais positivo, como se vê. Aproxima-se, assim, da interpretação de Freyre (1971, p. 149, grifos do autor, ortografia atualizada), para quem “O *status* nacional do Brasil não é expressão de consciência de raça, pois que nenhuma raça única, pura ou quase pura, formou a gente brasileira. Dos povos europeus que se lançaram à colonização da América nenhum menos dominado pelo complexo de superioridade ou de pureza de raça do que o português, uma nação quase não europeia. A sua mística de unidade ou de pureza foi de religião ou de *status* religioso – a religião católico-romana ou o *status* cristão – e não de raça. O *status* nacional do Brasil é etnicamente negativo. Poucas nações modernas são tão heterogêneas, do ponto de vista étnico, como a única república de fala portuguesa do continente americano. No Brasil, nenhuma minoria ou maioria étnica exerce de fato domínio cultural e social absoluto, sistemático e constante, sobre os elementos política e economicamente menos ativos ou menos numerosos da população”. Villen (2013) ilustra como esse discurso de Freyre foi convertido em discurso oficial da Ditadura Salazarista Portuguesa para justificar a continuação da colonização de Angola e Moçambique. Não se trataria, assim, de uma colonização, mas uma civilização “lusotropical”, a qual não teria paralelo com as demais colonizações europeias, o que motivou o líder revolucionário independentista Amílcar Cabral a estudar a obra de Freyre, para elaborar um contradiscurso a respeito.

povos que não falavam nenhum dialeto ou idioma do tronco linguístico tupi. Todas as civilizações que não falavam tupi eram chamadas de “tapuias”. Tapuio na língua tupi significa “ser inferior”. Essas civilizações, em sua maioria, pertenciam ao macrogrupo jê.

Os portugueses, em geral, foram sempre mal recebidos pelos povos do macrogrupo jê, uma vez que esses já os viam como aliados dos seus inimigos tupi, sobretudo os tupinambás. Os aimorés são citados como os que tiveram a maior resistência à colonização, com uma grande eficácia militar, apesar da inferioridade de material⁸⁹. Os colonos, na realidade, acolheram (ainda que nem sempre conscientemente) o olhar tupi de mundo, e reproduziram um espaço mais ou menos assentado conforme as raias tupis, exceto pela mudança fundamental da força motriz, que agora era o modo de produção capitalista.

A distinção da reação ante à colonização entre tupis e jês – sem desconsiderar que isso é uma generalização, pois houve revoltas entre os tupis e houve, excepcionalmente, adesões dos jês aos portugueses – baseou um olhar de mundo dicotômico que a literatura terminou por reproduzir. Assim, surge a dicotomia tupi-tapuia, que depois vai se geografar na oposição entre litoral e sertão, criando, para Monteiro (2001) uma divisão étnica e cultural. A literatura terminou por romantizar o tupi e rejeitar o jê, sempre citado como o inimigo tapuia⁹⁰. As demais civilizações foram ulteriormente tomadas como inferiores por seu caráter extrativista. As ciências, sejam as do Renascimento, ou mesmo as do Iluminismo, tenderam a considerar que o clima favorável, com abundância de recursos naturais cria povos “preguiçosos”, ao contrário de ambientes rigorosos, que cria povos “trabalhadores”.

Ao encontrar as impávidas florestas do novo mundo, sobretudo as da bacia amazônica, esse olhar se fortaleceu. Para os lusitanos, desde sempre, aquelas civilizações haviam dependido das forças da natureza. Trata-se de um olhar equivocado. Conforme a teoria de Ab’Sáber (2000), a glaciação do Período Quaternário alterou o clima, que na América do Sul ficou seco.

⁸⁹ “Sua cultura material era mais simples que a dos tupinambás ou dos tupiniquins. Não praticavam a agricultura, vivendo exclusivamente da caça e da coleta. Vários observadores portugueses afirmaram que esses índios não tinham habitações e viviam na floresta como animais; porém, dada a aversão que lhes tinham, tais informações devem ser encaradas com ceticismo. É provável que a estrutura social dos aimorés, como a de muitos povos jê, fosse bastante complexa, baseada em uma divisão de cada grupo local em *moitiés* (metades tribais). As atividades bélicas intensificaram-se após a chegada dos portugueses, mas parecem ter sido extremamente importantes mesmo antes disso. A hostilidade dos aimorés provocava em colonos, jesuítas e oficiais da Coroa reações que beiravam a paranoia, seus relatos sobre esse povo revelam quase invariavelmente um misto de medo admiração e repugnância. Outros ameríndios viviam em casas como homens, os aimorés viviam na floresta; os tupinambás comiam os inimigos por vingança, os aimorés porque apreciavam carne humana; e assim por diante. Quando a Coroa promulgou a primeira lei proibindo a escravização do gentio, em 1570, só os aimorés foram especificamente excluídos dessa proteção” (SCHWARTZ, 1988, p. 43, grifos do autor, ortografia atualizada).

⁹⁰ A obra de Alencar (2014) é provavelmente o maior exemplo da literatura nacional.

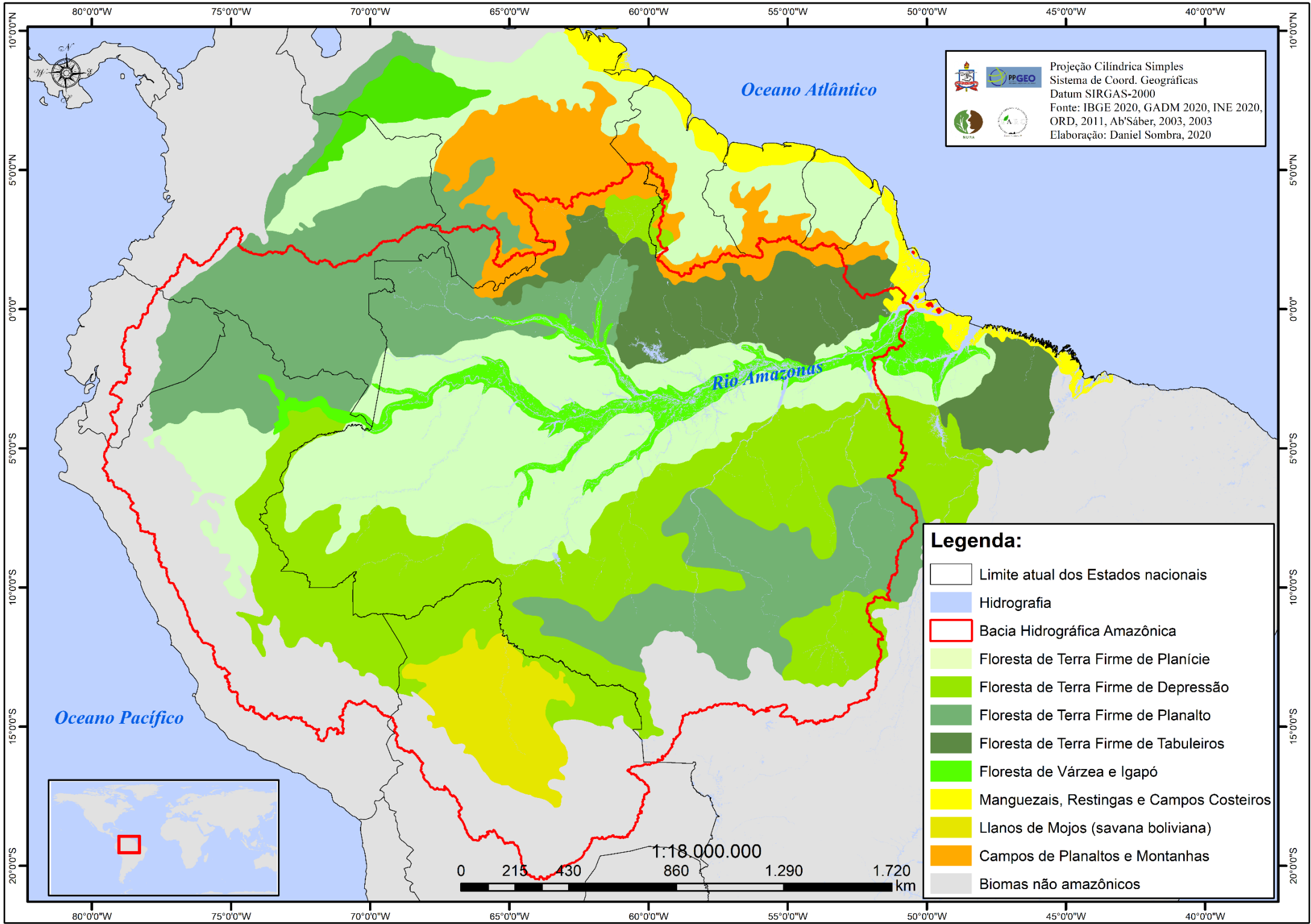
Este clima seco provocou uma redução da floresta equatorial (hoje floresta amazônica), reduzindo-se a pequenas ilhas, nomeadas pelo autor de “redutos”. À redução da floresta latifoliada seguiu-se a expansão da vegetação campestre; cerrado, primeiramente, e caatinga, secundamente.

A caatinga chegou então ao sopé da Cordilheira dos Andes, mas posteriormente, com o avançar do Pleistoceno, o clima volta a ganhar umidade, e, com isso, a floresta volta a crescer, incorporando⁹¹, aqui e ali, pedaços de campos naturais que sobreviveram devido a condições locais (um solo arenoso, um relevo isolado etc.). Assim, Ab’Sáber (2000) explicou a presença de pequenos bosques florestais em pleno cerrado ou plena caatinga, e a presença de campos naturais em plena floresta equatorial úmida.

O mapa da figura 8 ilustra essa diversidade de tempos e espaços geológicos e biogeográficos no que se concebe grosso modo como o bioma amazônico, apresentando também os limites da bacia hidrográfica amazônica, os quais não são coincidentes.

⁹¹ Esse momento geológico é comentado por Moreira (2015, p. 27): “volta a se estabelecer o quadro de ambiente quente e úmido pré-pleistocênico, levando a paisagem a uma nova adaptação. As ilhas de mata se reexpandem e entram em coalescência, o mesmo se dando com as manchas de cerrado, avançando sobre as interseções e principalmente sobre as áreas de domínio de caatinga, num processo de aqui e ali engolir por incorporação espécies de fauna e flora de outras formações e com elas combinar as suas próprias na medida da recuperação de suas extensões”.

Figura 8: Mapa da diversidade biogeográfica do Bioma Amazônico e da Bacia Hidrográfica Amazônica.



Fonte dos dados geospaciais: IBGE (2020), GADM (2020), INE (2020), U.S. EPA Office of Research and Development (ORD) (2011). Fonte de dados bibliográficos: AB'SÁBER (2000; 2003). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

Estando correta a tese de Ab’Sáber (2000), é realmente provável que as sociedades locais, oriundas da América do Norte (e anteriormente da Ásia), que se estabeleceram na América do Sul após a glaciação, tenham influenciado, juntamente com a morfologia e as condições de pressão e temperatura, os caminhos de expansão da floresta. Isso levou Moreira (2015) à expressão de “coevolução homem-natureza”⁹².

Para Gonçalves (2001), que também comenta a teoria de Ab’Sáber (2000), isso mostra claramente que as sociedades se estabeleceram antes⁹³ da atual distribuição dos ecossistemas. Logo, elas aprenderam a lidar com eles, chegando mesmo a considerar a Floresta Amazônica como um grande jardim cultivado e reproduzido por aquelas civilizações. Os geóglifos do Acre mostram ainda que nem sempre as civilizações que povoaram o atual espaço brasileiro tiveram pouca produção de espaço material ou carência tecnológica⁹⁴.

⁹² Para Moreira (2015, p. 28), “o homem chega ao continente nesse momento de recuperação pliopleistocênica. Seus assentamentos vão ser tanto as ilhas de matas quanto as enormes extensões de vegetação campestre então predominantes, com as quais vão interagir num movimento de coevolução. São grupos caçadores-coletores, chegados através das pontes intercontinentais criadas pela regressão oceânica, com o tempo diversificando-se com a transformação de alguns desses grupos em povos agricultores”.

⁹³ No caso da Floresta Amazônica, por exemplo. Segundo a Teoria de Ab’Sáber (2000), a floresta voltou a se restabelecer há aproximadamente onze mil anos atrás. Porém, os registros civilizacionais, como as pinturas rupestres de Alter do Chão (GONÇALVES, 2001) ou os geóglifos do Acre, datam de pelo menos dezenove mil anos atrás.

⁹⁴ “Os geóglifos do Acre são estruturas de terra escavadas no solo e formadas por valetas e muretas que representam figuras geométricas de diferentes formas. Esses recintos foram encontrados na região sudoeste da Amazônia Ocidental, mais predominantemente na porção leste do Estado do Acre, estando localizados em áreas de interflúvios, nascentes de igarapés e várzeas, associados em sua maioria aos rios Acre e Iquiri. No Acre, foram identificados mais de 300 sítios arqueológicos do tipo geóglifo que estão compostos por 410 estruturas de terra, números que vem aumentando, devido ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no Estado. Os primeiros registros desses sítios remontam à década de 1970, quando o pesquisador Ondemar Dias, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (Pronapaba), localizou oito estruturas de terra no Acre. Contudo, foi somente a partir dos anos 2000 esses sítios tiveram projeção midiática e foram alvo de intervenções científicas sistemáticas. As pesquisas arqueológicas nessas áreas, revelam informações importantes sobre o manejo da paisagem amazônica por grupos indígenas que habitaram a região entre, aproximadamente, 200 a. C. – 1300 d. C, e sugerem um novo paradigma sobre o modelo de ocupação da Amazônia por densas sociedades pré-coloniais. Considera-se que a peculiaridade de transformação da paisagem, as formas, técnicas e dimensões dos geóglifos representam motivos de interesse para a divulgação de um patrimônio arqueológico singular do ponto de vista da ocupação pré-colonial na Amazônia. Apesar de não haver uma interpretação única entre arqueólogos e demais pesquisadores que investigam o tema sobre a função e uso dos geóglifos, as conjecturas gerais parecem convergir para a ideia de que se tratam de espaços sociais coletivos para uso cerimonial, simbólico, ritualístico ou ainda para moradia. O estudo dessas estruturas de terra cada vez mais confirma que o processo de ocupação e povoamento da região amazônica, no primeiro milênio da era cristã, foi empreendido por grupos indígenas numerosos e com grande capacidade tecnológica para modificar o ambiente de terra firme e várzea, imprimindo na paisagem características de sua identidade. Pela sua excepcionalidade e relevância para a compreensão do período pré-colonial, tais sítios representam um

É importante considerar que essa complexa relação com os ambientes amazônicos diversos que cada um dos povos originais desenvolveu configurou “Amazônias” diferenciadas (MAUÉS, 1999). Uma diversidade sociobiogeográfica. Todos estes povos construíram diversos modos de vida. Cada modo de vida implica um diferente uso do território.

2.3 – A formação do espaço geográfico e a organização da força de trabalho

O desafio inicial é o de organizar a nova área conquistada em termos de espaço, território e trabalho. A primeira questão foi como produzir o espaço. As primeiras vilas comerciais foram sazonais e rapidamente abandonadas. O chamado “ciclo do Pau-Brasil” não durou mais que trinta anos (1500-1530), não tendo sido um ciclo econômico determinante na produção do espaço brasileiro, daí não ter deixado um arranjo espacial, uma configuração territorial ou mesmo rugosidades.

A realidade econômica inicial era a ausência de metais e pedras preciosas – que só seriam encontradas no século XVII – e a partir disso a Coroa Portuguesa empreendeu as bases do espaço colonial continental a partir do que já havia experimentado nas ilhas atlânticas e colônias litorâneas africanas.

O espaço geográfico colonial então produzido, conforme já citado, obedeceu às raiais das civilizações originais. As três faixas geobotânicas que Moreira (2015) descreve, baseado em Waibel (1958) continuam a existir. Porém, onde antes predominava a floresta da mata atlântica, margeada, aqui e ali, pela agricultura itinerante tupi, agora o que se tem é a implantação das largas plataformas “plantacionistas”. A cana-de-açúcar, cultura já conhecida pelos colonos portugueses, é escolhida como o empreendimento prioritário para a colonização. Inicialmente financiada pelos genoveses, logo essa cultura passará a ser financiada pelos holandeses⁹⁵.

A produção do açúcar – umas das novidades trazidas pelos mercadores árabes séculos atrás nas Cruzadas – era uma alternativa perfeita. O produto tinha mercado certo

exemplar único do patrimônio histórico e social que conduz a novas perspectivas de preservação, gestão e divulgação desses bens culturais. Possuem, ainda, grande relevância para a identidade amazônica por se constituir em uma paisagem cultural resultante de marcas sociais e simbólicas que expressam não apenas a capacidade tecnológica de manejo do meio ambiente, mas, acima de tudo, a paisagem com características indígenas” (IPHAN, s/d).

⁹⁵ Nesse momento, na escala do espaço geográfico mundial, o ciclo de acumulação genovês começa a se esgotar, e logo dará espaço ao ciclo de acumulação holandês, centrado na capital Amsterdã (ARRIGHI, 2013).

no continente europeu, e os portugueses já dominavam as bases do processo produtivo. Inicialmente, conforme já aventado, os holandeses financiaram essa produção. Com a União Ibérica⁹⁶, porém, os holandeses se tornam inimigos da Coroa Ibérica Unificada, que passa a contar com o capital de financiamento genovês.

Após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, estes ocupam ilhas do Caribe espanhol, e por lá conseguem se fixar. Para isso contam com certo descuido da Coroa Espanhola. Concentrada nas zonas chaves da produção mineira – atuais México, Peru e Bolívia – e nas zonas importantes na circulação destes metais, como a bacia do Rio da Prata, a Espanha decide proteger as maiores ilhas que pontuavam e apoiavam a circulação dos metais mexicanos.

Assim, Cuba, Porto Rico e a Ilha Espanhola serão as prioridades de Madri, ao passo que as Pequenas Antilhas são deixadas ao desleixo, e quase todas serão paulatinamente roubadas por Holanda, e mais tarde, Inglaterra e França. No Brasil, após decidir a matriz da produção do espaço, a plantação de cana-de-açúcar, define-se a pecuária como atividade secundária. Reproduz-se as faixas indígenas, mas agora com o objetivo claro de produzir excedente. Assim, a Mata Atlântica será o primeiro bioma brasileiro a ser devastado.

Há uma inversão clara em relação ao metabolismo do espaço anterior, embora não necessariamente no tom das paisagens. Agora a monocultura de cana-de-açúcar predomina na paisagem atlântica, sobretudo na faixa que se tornará a Zona da Mata Nordestina. As florestas, antes predominantes, e a pequena policultura (praticamente sem alterações em relação à agricultura itinerante indígena, baseada na coivara, ou seja, no método do corte e queima), agora são polígonos excepcionais, junto à vegetação secundária que vai surgindo na área desmatada. A monocultura predomina, margeada pelas florestas sobrantes, pela vegetação secundária e pela policultura. Assim, vão

⁹⁶ “Em 1580, com a morte do cardeal D. Henrique, Rei de Portugal, sem deixar herdeiros diretos, passou o trono para as mãos do Rei de Espanha, Filipe II. Não houve, porém, uma anexação, mas uma união pessoal em que os dois países continuavam institucionalmente separados, sob o cetro de um mesmo soberano. Em tal situação, as colônias portuguesas permaneciam sob a administração de funcionários portugueses e as espanholas, de funcionários espanhóis, passando a haver, naturalmente, um maior intercâmbio entre os territórios dos dois países. A União Pessoal se estendeu até 1640 quando a separação entre as duas monarquias foi feita pela Casa de Bragança. Neste período de seis décadas, porém, os bandeirantes paulistas fizeram grandes incursões ao interior à procura de escravos índios, de minas de ouro e prata e de pedras preciosas – esmeraldas e diamantes; as fronteiras portuguesas se estenderam muito além do Meridiano de Tordesilhas, surgiram povoações em Cuiabá; as famosas missões jesuíticas do Paraguai que avançaram para o leste, hoje em terras do Brasil [...]” (ANDRADE, 2003, p. 15-16).

surgindo lado a lado, latifúndio e minifúndio. Isso em termos de uso e posse. O regime de propriedade é restrito aos grandes latifundiários.

O espaço da pecuária vai ocupar vastas áreas, e vai incentivar a interiorização da ocupação lusitana. “‘O gado cria o homem aí, em lugar de o homem criar o gado’, diz, com muita propriedade famoso adágio popular” (ANDRADE, 2011, p. 53). A penetração da colonização pecuária se dará pela calha do Rio São Francisco, em uma direção, e pelo Rio Paraíba do Sul, em outra direção. No extremo Sul, a pecuária também cumprirá um papel importante na consolidação da fronteira portuguesa, na disputada foz da Bacia da Prata.

A faixa acidentada que acompanha o litoral atlântico, que Ab’Sáber (2003) nomeou de “mares de morros”⁹⁷, foi um dos motivos dos portugueses terem se restringido inicialmente ao litoral e sua faixa praial e costeira. Os desafios impostos pelos “mares de morros” ainda são sentidos no século XXI⁹⁸.

A história da humanidade não se restringe aos obstáculos do relevo, mas é também contingenciada por eles. “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

⁹⁷ Para Ab’Sáber (2003, p. 16-17, grifos do autor), o Domínio dos “Mares de Morros” Florestados se apresenta como uma “Extensão espacial de segunda ordem, com aproximadamente 650 mil quilômetros quadrados de área, ao longo do Brasil Tropical Atlântico. Distribuição geográfica marcadamente azonal. Área de mamelonização extensiva afetando todos os níveis da topografia (de 10-20 m a 1100-1300 m de altitude no Brasil de Sudeste), mascarando superfícies aplainadas de cimeira ou intermontanas, patamares de pedimentação e eventuais terraços. Região do protótipo das áreas de vertentes policonvexas [...]. Grau mais aperfeiçoado dos processos de mamelonização, conhecidos ao longo do cinturão das terras intertropicais do mundo. Presença de mais forte decomposição de rochas cristalinas e de processos de convexização em níveis intermontanos, fato que faz suspeitar uma alternância entre a pedimentação e a mamelonização nesses compartimentos. Planícies meândricas e predominância de depósitos finos nas calhas aluviais. Frequente presença de solos superpostos, ou seja, coberturas coluviais soterrando *stone lines*, precipitações que variam entre 1100 e 1500 mm e 3 mil a 4 mil mm (Serra do Mar, São Paulo). Florestas tropicais recobrimdo níveis de morros costeiros, escarpas terminais tipo ‘Serra do Mar’ e setores serranos mamelonizados dos planaltos compartimentados e acidentados do Brasil de Sudeste. Florestas biodiversas, dotadas de diferentes biotas, primariamente recobrimdo mais de 85% do espaço total”.

⁹⁸ “O domínio dos “mares de morros” tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país. No seu interior tem sido difícil encontrar sítios para centros urbanos de uma certa proporção, locais para parques industriais avantajados – salvo no caso das zonas colinosas das bacias de Taubaté e São Paulo – como, igualmente, tem sido difícil e muito custosa, a abertura, o desdobramento e a conservação de novas estradas no meio dos morros. Trata-se, ainda, da região sujeita aos mais fortes processos de erosão e de movimentos coletivos de solos em todo o território brasileiro (faixa Serra do Mar e bacia do Paraíba do Sul)” (AB’SÁBER, 2003, p. 17, grifo do autor).

Veríssimo (1970), ao comparar a conquista da Amazônia com a conquista do Brasil central, polemiza o comentário do Frei Vicente de Salvador, sobre os portugueses serem “colonizadores caranguejos”⁹⁹.

Enquanto os rios facilitaram a penetração dos conquistadores, os morros auxiliaram na proteção das civilizações originais, que de seus cumes, armavam a defesa e o contra-ataque. Com o tempo, o espaço central das faixas campestres (cerrado, caatinga e pampa) é todo recortado pelos trajetos da atividade pecuária bovina. O gado não convivia bem com a monocultura açucareira, destruindo-a quando coexistiam as duas atividades. O sertão dos jês se tornou o sertão dos senhores de gado. O litoral dos tupis se tornou o litoral dos senhores de engenho.

Duas categorias sociais estão se tornando proprietários de terras no Brasil. Dois tipos de fidalgos¹⁰⁰. Os primeiros possuem menos prestígio social junto à Coroa lusitana

⁹⁹ “A conquista portuguesa no que se chamava então de Capitania do Grão-Pará (1615-1775), a nossa Amazônia de hoje, penetrou o sertão muito mais rápida e vantajosamente que a do Estado do Brasil. No fim do primeiro lustro do século XVII, ao cabo, portanto, de mais de um século da descoberta e início da primitiva conquista, podia escrever sem exagero, senão absoluta fidelidade, o primeiro historiador brasileiro, Fr. Vicente de Salvador: ‘Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos’. Não era dos portugueses somente, devia ver o venerado frade, o defeito, mas da própria terra que não abria senão ásperos e dificultosos caminhos ao seu desejo de penetrá-la. Lá ao Norte, nas terras do Grão-Pará e do Rio das Amazonas, por Francisco de Caldeira Castelo Branco doze anos antes conquistadas, não foram caranguejos, senão furões, os portugueses. Em um lustro mal passado de anos, tinham eles feito mais que os seus compatriotas do Estado do Brasil dobrado um século. Em perseguição do tupinambá, do holandês, do inglês, haviam logo, no primeiro decênio do seu estabelecimento de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, devassado as paragens recortadas de rios e furos entre Gurupá e a boca do Amazonas, cerca de setenta léguas rio adentro” (VERÍSSIMO, 1970, p. 89-90, ortografia atualizada).

¹⁰⁰ “O título castelhano de *hidalgo* foi introduzido em Portugal no reinado de D. Afonso III, pronunciando-o nós *fidalgo*, para distinguir os cavaleiros e escudeiros de nobreza herdada ou linhagem, de aqueles que apenas gozavam tais títulos em virtude de graça especial do soberano. Fidalgo quer dizer *filho d’algo*, isto é, que tem alguma cousa em bens ou em condição nobre. É assim que o referido monarca diz, no foral concedido a Vila Real, que alcaide-mor do castelo, quando o houvesse, seria *filium d’algo*, nascido em Portugal e que *vingasse* 500 soldos, querendo isto dizer que receberia anualmente tal quantia do soberano. Dizem vários autores que neste passo do foral se não prescreve a quantia dada pelo rei, mas sim se preceitua que, no caso de ser morto o alcaide-mor, receberiam os herdeiros 500 soldos dados pelo assassino em razão da nobreza da sua vítima. Inclino-nos decididamente para a primeira interpretação de vingar, tanto mais que D. Afonso V também determinou aos fidalgos do reino que entrassem para o serviço da sua real casa, se inscrevessem como moradores no paço, percebendo várias moradias, que eram umas certas pagas anuais, dadas consoante os serviços de cada um ou segundo a sua hierarquia. Daqui a classificação que se fez dos fidalgos, cujas categorias se sistematizaram em duas ordens ou classes, tendo, cada uma, três graus: Primeira ordem – 1.º grau: fidalgo-cavaleiro; 2.º grau: fidalgo-escudeiro; 3.º grau: moço fidalgo; Segunda ordem – 1.º grau: cavaleiro-fidalgo; 2.º grau: moço da câmara; 3.º grau: escudeiro-fidalgo. De todos estes títulos de nobreza apenas hoje se conservam dois: o de moço-fidalgo e o de fidalgo-cavaleiro. Às seis categorias apontadas correspondiam diferentes moradias; porém, gradualmente, podia-se transitar da categoria mais baixa para a mais elevada. Não era raro ver um escudeiro-fidalgo da segunda ordem ascender a fidalgo-cavaleiro de primeira nobreza; era-lhe, todavia, forçoso passar por todos os graus nobiliárquicos apontados. Durante algum tempo foram designados por *fidalgos com exercício* somente aqueles que serviam o soberano, mas depois generalizou-se esta denominação a todos os nobres, embora afastados do paço. A simples prova de ser filho legítimo de pai fidalgo era o bastante para adquirir o primeiro foro de

e às autoridades que os últimos. E, por fim, a última faixa geobotânica e geoeconômica corresponde à grande floresta amazônica. Conforme relatado por Veríssimo (1970), sua conquista foi muito breve. Em meros 70 anos, mais de 80% da bacia hidrográfica amazônica estava sob o julgo das bandeiras portuguesas. O que havia começado como uma ação militar de retomada das terras holandesas e francesas, logo, se converteu na maior expansão territorial que os portugueses realizaram em sua história¹⁰¹.

E, assim, tem-se a terceira faixa, que por falta de suficiente força de trabalho, e sem maiores opções, foi deixada ao extrativismo. Aqui se torna interessante discutir a questão da organização da força de trabalho¹⁰². Para a atividade pecuária e para as atividades extrativistas, os indígenas se mostraram uma força de trabalho adequada aos critérios portugueses. Não foi o caso da experiência com a monocultura da cana-de-açúcar. Assim, a Coroa resolveu agir com as civilizações americanas de acordo com a conveniência do momento e do lugar dentro do espaço brasileiro.

nobreza. Por isso se chama filhamento ao ato pelo qual se concedia aquela distinção. Gozar foro de fidalgo quer dizer haver sido feito fidalgo quando o pai o não era, e o foro podia ser conferido pelos príncipes e infantes: mas para fazer fidalgos era necessária a sanção do rei. Os duques de Bragança tinham a prerrogativa de darem fidalguia, mas as suas nomeações careciam igualmente da confirmação régia. Consultando as velhas Ordenações muito se encontra de interessante acerca de fidalgos. Entre as disposições mais curiosas indicaremos as seguintes: a) Se alguém se fizer fidalgo, ou se nomear, não o sendo, tem pena de cem cruzados e paga as custas em três dobros; b) Fidalgo que tira moça de casa de seu pai por sua vontade e por afagos ou induzimentos que lhe fez, é riscado dos livros de *el-rei*, e perde toda a tença que dele tiver, sendo degredado para África até mercê do rei; c) Fidalgos não comprem para regatear; d) Fidalgos e cavaleiros e semelhantes pessoas não podem ser presos por dividas, nem por casos crimes leves, senão com homenagem; e) Fidalgos de solar têm credito em suas escrituras, como se fossem públicas; f) Fidalgos não podem ser metidos a tormentos senão em caso de crime de lesa majestade ou de aleivosia, falsidade, moeda falsa, testemunho falso, feitiçaria, alcovitaria, furto, etc. Muitas outras disposições secundárias se consignam nos diversos títulos das Ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas” (PEREIRA; RODRIGUES, 1904, p. 452-453, grifos dos autores).

¹⁰¹ O contexto histórico em que isso foi possível envolve a já comentada União Ibérica. O Reino dos Países Baixos (Holanda), que havia conquistado sua independência em uma guerra contra o Reino de Espanha, com a União Ibérica, não permitiu mais aos banqueiros de Amsterdã financiar o açúcar brasileiro. Assim, a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais ocupou uma importante porção na Capitania de Pernambuco. Os franceses aproveitaram para também fundar duas colônias: a França Antártica (na altura do atual Rio de Janeiro), e a França Equinocial, construindo a cidade de São Luís como sua capital. Os lusitanos conseguiram, após algumas décadas retomar essas terras. Francisco de Caldeira Castelo Branco havia sido o comandante das batalhas de retomada de Olinda. E liderou, por fim, o ataque a São Luís, e a fundação de Belém, na foz do Rio Tocantins.

¹⁰² “O colono português encontra o território que irá transformar em colônia povoado por uma diversidade de tribos indígenas cuja soma chega a uma população de mais de cinco milhões de habitantes. Espaço e força de trabalho estão aí reunidos. Há então que disponibilizá-los para o projeto colônia. A começar pela disponibilização do espaço. Os três primeiros séculos serão dedicados a essa tarefa de disponibilização, realizada por intermédio de uma ação simultânea de expropriação e realocação territorial das tribos indígenas. A expropriação será tarefa dos bandeirantes. A realocação, dos jesuítas. Disponibilizado, o espaço pode agora ser ocupado pelo colono. E a população indígena dele despojada, usada como força de trabalho. O critério e a forma de distribuição vêm com a lei das sesmarias” (MOREIRA, 2015, p. 11-12).

A primeira opção foi proceder à escravização das civilizações indígenas. Porém, conforme já mencionado, a expansão territorial se deu com alianças com algumas dessas etnias, com destaque para os tupinambás. Então, as tribos escravizadas, em um primeiro momento, deveriam ser os inimigos dos tupinambás, fossem eles tupis, ou jês. Isso ocorreu, principalmente nas primeiras décadas de implantação da monocultura da cana-de-açúcar (aproximadamente entre 1540 e 1570).

Porém, após debates internos em Portugal, prevaleceu a tese de que os indivíduos das civilizações ameríndias deveriam ser considerados súditos da Coroa Portuguesa. Ainda assim, foram criados instrumentos legais que permitiam a escravidão dos indígenas, geralmente usados nas pequenas lavouras na colônia brasileira, e, com mais larga escala, na coleta das “drogas do Sertão” nas capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

O instrumento legal que permitia a escravidão indígena era a chamada “Guerra Justa”. Isso ocorreria com as civilizações que se mostrassem hostis aos colonizadores. A Guerra Justa só poderia ser decretada pelo Rei ou alguma autoridade real. Em geral, governadores das Capitanias eram os que o faziam. Também era possível adquirir indígenas escravos pelo instrumento da “compra à corda”, quando se adquiriam prisioneiros dos conflitos e guerras intertribais.

Na realidade, a Coroa esteve o tempo todo utilizando esses instrumentos para manter a harmonia entre duas formas contraditórias de organizar o espaço e regular a força de trabalho. Moreira (2015) nomeou, didaticamente, essas duas formas de “desmonte bandeirante” e “remonte jesuíta”. No primeiro caso, que foi predominante na faixa atlântica e no Brasil central, os latifundiários se utilizaram de expedições conhecidas como “entradas e bandeiras” para caçar civilizações originais, conquistar escravos e espaços para a produção.

Os bandeirantes, aventureiros dessa expedição, eram, inicialmente, os índios tupinambás, depois os migrantes pobres sem direito à propriedade da terra, e, posteriormente, os mulatos surgidos das misturas interracialis. Para os não proprietários do Brasil, o bandeirantismo representava uma forma de mobilidade social, uma vez que parte dos recursos pilhados (terras, escravos, e, mais tarde, minas) eram fornecidos aos aventureiros.

Os bandeirantes, durante e após a União Ibérica, irão avançar a colonização portuguesa na direção do Planalto Central, chegando, no século XVII, a ocupar o interflúvio entre a bacia platina e bacia amazônica, na altura da fundação da cidade de

Cuiabá. A outra forma de disponibilização do espaço, o remonte jesuíta, era-lhe oposta e totalmente contraditória.

Primeiramente, tratava-se de uma contrapartida à Igreja Romana pelo apoio dado às Coroas Ibéricas na divisão do mundo colonial. As ordens religiosas, embora estivessem obrigadas a responder a Madri ou a Lisboa, dependendo da jurisdição em que estavam atuando, respondiam, em última instância, a Roma. Segundamente, é importante ter em mente que não eram apenas os jesuítas os que estavam atuando no território colonial. Havia outras ordens como mercedários, carmelitas, franciscanos, mas certamente os jesuítas (da Companhia de Jesus) foram os mais atuantes.

As companhias religiosas aprenderam as línguas das sociedades ameríndias, e foram bem-sucedidas em sua conversão religiosa ao Cristianismo. O método mais comum de atuação era o reagrupamento de várias tribos e etnias – descaracterizando as identidades, espacialidades e territorialidades originais – em um novo sítio sob rígidas normas de trabalho e de vida. O trabalho era a base dos assentamentos jesuíticos e condição para que os indígenas pudessem habitar por ali. Depois de um tempo, os agrupamentos jesuíticos se tonaram refúgios para essas civilizações fugidas das expedições bandeirantes.

Os jesuítas se ocuparam principalmente da colonização da bacia do Rio Paraguai, na bacia platina, e da colonização das vastas áreas da bacia amazônica. Essa relação não se dava sem conflito. Os colonos gostariam de dispor integralmente da força de trabalho indígena para suas plataformas produtivas. E houve vários conflitos entre bandeirantes e jesuítas, principalmente no Rio Paraguai. Na bacia amazônica, durante um século, a hegemonia jesuítica foi incontestável, tendo esses mais poderes juntos aos governadores do que os próprios colonos.

Contudo, houve uma ruptura a partir do Reinado de Dom José I (1750-1777). Um período de reformas no Reino Português, que ficou marcado pela atuação do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, que acabaria expulsando os jesuítas do Reino português e de suas colônias, acusando-os de construir um “Estado soberano” dentro do Reino português. Esse ponto será comentado melhor adiante.

Estabelecidas as normas de uso da força de trabalho indígena, é necessário ponderar que a força de trabalho africana escravizada foi a mais utilizada no período do Brasil colonial, sobretudo nas monoculturas. Como a sua captura e o seu transporte eram negócios de larga escala de tempo e espaço, a Coroa Lusitana achou interessante manter

esse instrumento, para que houvesse certa centralização sobre a regulação da força de trabalho por parte do Estado português.

Com o espaço do Brasil em produção e reprodução, e estabelecido as formas de uso e controle sobre a força de trabalho, trata-se agora de dissecar a implantação do controle sobre o território da Colônia.

2.4 – As políticas territoriais do Brasil: regulação da propriedade da terra

A colonização de novas terras na outra margem do Oceano Atlântico, no evento histórico conhecido como as Grandes Navegações foi um empreendimento, como já dito, fruto da aliança entre burguesia ascendente e nobreza decante. Assim, os custos das operações, das viagens e dos empreendimentos ficavam por conta das companhias comerciais. O lucro era repartido entre essas companhias e as coroas. Esse modelo foi replicado por todas as potências europeias na primeira grande fase do colonialismo.

Destarte, no caso do Brasil, a propriedade da terra e seus recursos foi inicialmente distribuída a um pequeno conjunto de famílias de fidalgos. Tratou-se de um evidente subdimensionamento do desafio. O território atlântico conquistado era enorme, e os esforços para erigir plataformas produtivas envolvia desmatamento, instalação de aparelhos produtivos e portuários, plantação em larga escala, armamento de guerrilhas contra os demais invasores europeus, as civilizações indígenas inimigas e grupos de escravos rebeldes etc.

O complexo açucareiro não era apenas uma plataforma de agricultura. No Século XVI era o empreendimento mais moderno e com uso da mais alta tecnologia disponível no mundo de então¹⁰³. E isso custava muito. Esse sistema implantado acabou não se tornando exitoso no todo do novo espaço produzido. “Apenas duas capitanias prosperaram relativamente: São Vicente e Pernambuco. Com isto, o quadro de semiabandono do novo território persistia, já que para ocupá-lo e colonizá-lo de modo efetivo, o dispêndio de capitais seria enorme, dadas as suas dimensões” (COSTA, 1991, p. 28, ortografia atualizada).

¹⁰³ Para Waibel (1958, p. 38, grifo do autor): “A industrialização, que na nossa agricultura rotineira costuma ser repudiada em todos os sentidos, é assim a característica fundamental da cultura tropical das *plantages* e pode ser explicada pelo objetivo de produzir para o mercado de consumo e pela espécie de produtos produzidos”. Para Tanezini (1994, p. 111, grifos da autora): “Considerando o avanço tecnológico e a *racionalidade da organização do trabalho* como dois aspectos cruciais do desenvolvimento das forças produtivas, podemos afirmar que o *engenho era um autêntico ‘sistema fabril’*”. Para Hobsbawm (1999, p. 30): “[...] Brazilian plantations [...] [had] anticipated the later colonial pattern”.

A Coroa, então, parte para uma política territorial mais efetiva e centralizada. Por um lado, estabelece um Governo-Geral, em 1549, para representá-la na nova terra. Por outro lado, substitui as capitanias hereditárias por capitanias governadas, separando a gestão do território da propriedade privada da terra. E quanto à questão desta última, adotou-se ainda em 1549 o regime de Sesmarias, sendo essa a *primeira lei de terras* do território brasileiro.

O regime de Sesmarias é originado do território matriz português. Ali, a legislação funcionava de modo a garantir a funcionalidade da terra. Poderia requerer a propriedade da terra todo aquele súdito que comprovasse efetiva produção agrícola ou pecuária do mesmo. Em Portugal, as Sesmarias garantiram a superação da fome que abalava os súditos peninsulares, no imediato pós-Reconquista.

Na Colônia, o sentido foi invertido. A terra continuava sendo adquirida por doação. Porém, aqui as terras e os seus recursos naturais eram tituladas a quem as requeresse, desde que o requerente apresentasse posse e requisitos de condições financeiras para explorar a terra. Um desses requisitos estabelecidos, com o tempo, era a propriedade de força de trabalho escrava.

Assim, com as Sesmarias, a monocultura açucareira e a pecuária bovina foram avançando no espaço nacional. A propriedade ficou concentrada. Era necessário atravessar o Atlântico já com condições financeiras para ser proprietário e solicitar uma Carta de Sesmaria. Com isso, ao lado e dentro das grandes propriedades vão surgindo uma horda de posses, constituídas por uma plêiade de sujeitos sociais. Migrantes europeus, ex-piratas, ex-bandeirantes, degredados do território peninsular, ex-integrantes das companhias de navegações que não conseguiram acesso à propriedade da terra, misturados aos indígenas e escravos alforriados, e aos “primeiros brasileiros” que vão nascendo com a miscigenação.

Essa força de trabalho “livre”¹⁰⁴ vai coabitar as paisagens e espaços que vão sendo construídos. Um combinado de grandes fazendas e pequenas cidades para organização do território. Geralmente as cidades são extensões dos portos que assumem dimensão estratégica pois toda a produção canavieira visa a exportação. Os trabalhadores “livres”, produzindo com as mais diversas formas de remuneração (assalariada, parceria, etc.) vão trabalhar, assim, nas grandes fazendas.

¹⁰⁴ Força de trabalho livre apenas por não ser propriedade escrava de outrem.

A Casa-Grande era um complexo produtivo agrícola, que também combinava a produção da agricultura familiar com posseiros que produziam a alimentação para todos. Esses posseiros também trabalhavam ocasionalmente nas funções de artesãos, ferreiros, costureiros, enfim uma plêiade de funções. Tanto na Casa-Grande da cana-de-açúcar como na Casa-Grande do gado. Assim, embora a maioria dos proprietários de terra do novo mundo tivesse origem burguesa no continente europeu, na Colônia adquiriam velhos costumes feudais. Esses trabalhadores livres vão *lembrar* o feudalismo europeu de vez que para viverem “de favor” nas grandes fazendas, terão que prestar serviços em forma de produto ou trabalho para os Senhores.

No interior da Colônia, “a autonomia dos senhores de terra era praticamente total. A administração colonial a cargo do Governo-Geral, pela sua dimensão reduzida, face à do território sob a sua jurisdição, impendiam-na de exercer um controle maior sobre a economia e outros assuntos” (COSTA, 1991, p. 28). Por outro lado, além de garantir o monopólio do fornecimento da força de trabalho, a Coroa manteve intocados o monopólio sobre o comércio exterior, a cobrança de impostos e, principalmente, a concessão de terras por meio das Sesmarias. Assim, a terra era privada, mas o território era da Corte.

O poder que vai surgir nessa gestão territorial é bipolar. Em um polo está o Governo-Geral que internaliza o Estado Colonial Lusitano, e no outro polo estão os proprietários das terras; rivalizando-se, tolerando-se e complementando-se. A força desse último poder se expressa nas Câmaras Municipais¹⁰⁵, que, naquele momento, não eram órgãos apenas legislativos, mas também executivos e judiciários, com poder territorial¹⁰⁶.

¹⁰⁵ “A criação do principal órgão administrativo do governo local – a Câmara municipal – representa uma resposta a uma realidade específica composta por uma série de fatores sociais, econômicos, políticos, religiosos, militares e étnicos. Pode tomar um aspecto prescritivo, isto é, a Câmara pode eventualmente ser criada por um decreto real ou governamental assim como pode ter um caráter espontâneo, ou seja, quando um grupo de habitantes locais formam uma entidade administrativa *ad hoc* e dirigem à Coroa uma petição no sentido de lhes ser concedido *status* municipal” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 308, grifos do autor).

¹⁰⁶ “Referindo-se às Câmaras de São Luís e Belém, assim descreve João Francisco Lisboa, em trecho clássico, ‘o imenso poder político que se arrogam os senados das duas cidades’. ‘Do exame e estudo dos seus arquivos, das memórias do tempo, e das leis e cartas régias consta que os mesmos senados, com direito, ou sem ele, taxavam o preço ao jornal dos índios, e mais trabalhadores livres em geral, aos artefatos dos ofícios mecânicos, à carne, sal, farinha, aguardente, ao pano e fio de algodão, aos medicamentos, e ainda às próprias manufaturas do reino. Regulavam o curso e valor da moeda da terra, proviam tributos, deliberavam sobre entradas, descimentos, missões, a paz e a guerra com os índios, e sobre a criação de arraiais e povoações. Prendiam e punham a ferros a funcionários e particulares, faziam alianças políticas entre si, chamavam finalmente à sua presença, e chegavam até a nomear e suspender governadores e capitães. Esta vasta jurisdição, exercitavam-na só por si nos casos de somenos importância; nos casos mais graves, porém, chamavam as juntas gerais nas quais se deliberava a pluralidade de votos da nobreza, milícia e clero’. Entre as causas dessa usurpadora extensão de atribuições, que perdura pelo menos até meados do século XVII, ocupa lugar de relevo a insuficiência do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, a fraqueza do poder público. Em outras palavras, o fato básico dessa

Em alguns casos, esse poder local desafiava e desobedecia ao poder real¹⁰⁷, sendo, contudo, tolerado por esse. Não obstante, tributos, comércio e forças militares eram atribuições exclusivas das autoridades reais¹⁰⁸, mantendo, ao fim, o controle férreo sobre a acumulação gerada pelos ciclos econômicos hegemônicos.

2.5 – Espaço, território e trabalho na formação espacial do Grão-Pará

É comum na literatura em Geografia, História e Economia, entre outros, haverem autores que afirmam que o extrativismo na Amazônia, mesmo o da borracha, não passou de um “surto” que não gerou uma estrutura espacial para a posterioridade. Mesmo Moreira (2015) quando comenta o caso da extração da borracha, não deixa de fazer

situação era o isolamento em que viviam os senhores rurais, livres, portanto, de um elemento efetivo de contraste de sua autoridade” (LEAL, 1997, p. 85-86).

¹⁰⁷ “Os poderosos do sertão eram constantes espinhos cravados na carne da coroa, os quais cometiam crimes de lesa-majestade vezes sem conta, dominavam os representantes reais enviados para os refrear, pagavam os impostos conforme lhes aprazia (geralmente não o fazendo), e que, todavia, e de forma curiosa mantinham um certo grau de estabilidade no sertão. Aos olhos da burocracia e de muitos colonos, o sertão não era associado a qualquer democracia de espírito, mas antes à anarquia e à violência” (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 282).

¹⁰⁸ “Apesar dessa autonomia de que gozavam as capitânicas e o poder local instalado nas vilas, a administração central colonial se fazia presente pelo controle de três assuntos de mais alta importância para a metrópole: tributos, comércio e forças militares. Tais assuntos eram administrados localmente por um pequeno número de representantes do governo-geral, com destaque para a figura do capitão-mor ou governador, incumbido quase que exclusivamente do comando militar da capitania, com poderes ilimitados nesse campo, que lhe permitiam, além de manter um corpo regular de tropas, recrutar quando julgasse necessário, milícias entre a população branca. Apesar disso, permanece, como já dissemos, a característica principal da gestão política da colônia, qual seja, sua dispersão” (COSTA, 1991, p. 29).

afirmação similar¹⁰⁹. É possível contrapor¹¹⁰ esta afirmação com as obras de Mourão (1989), Veríssimo (1970) e Santos (2010).

Não obstante, considerando os trabalhos de Bastos (2017), Batista (2014), Bezerra Neto (2012) e Silva (2012), para a questão amazônica e *pré-amazônica*, e mais os de Moreira (2018) e Ferline (2003), para contrastar com os outros circuitos econômico-regionais, é imperioso corrigir as afirmações realizadas em Soares (2016). Se é possível considerar a formação amazônica como uma formação espacial distinta da formação brasileira, só o é até o Período Regencial Brasileiro, e, assim, não se trataria de uma

¹⁰⁹ Comenta Moreira (2015, p. 98, grifo do autor): “Reedição do sistema colonial da *plantation*, o sistema de aviação se mostra incapaz por isso mesmo de gerar um processo de acumulação primitiva interna que conduza a região amazônica ao início de uma industrialização. Por volta de 1840 o ciclo da borracha entra em declínio e a região amazônica apenas volta às atividades que havia antes. Reaparecem aqui e ali os espaços de lavoura e pecuária, bem como de extração de outros produtos que o sistema de aviação havia extinto ou paralisado. E a extração da borracha passa a ser uma das atividades ao lado das outras. O efeito do ciclo da borracha termina consigo mesmo”. Há no trecho citado um equívoco cronológico, pois em 1840 o ciclo da borracha está apenas iniciando, e terminará, de forma abrupta, com a concorrência da Indochina britânica, a partir dos anos 1910. Para além disso, é um equívoco afirmar que este ciclo não deu origem a uma acumulação primitiva capaz de gerar uma industrialização, pois como mostra Mourão (1989), na virada do século XIX ao século XX Belém, ao lado de São Luís, eram as duas capitais mais industrializadas do Brasil, sendo as indústrias de Belém as representantes brasileiras na famosa Exposição Internacional da Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1873. Ao contrário, as raízes da concentração industrial em São Paulo podem ser explicadas na escala do Estado nacional brasileiro de forma independente da análise das externalidades dos complexos econômicos amazônico, nordestino e sulista, tendo como eixo chave a política sistemática de proteção estatal ao café (CANO, 2007). Há que considerar ainda que a própria expansão do vetor da pecuária tem sua gênese na Amazônia (enquanto um fenômeno produtivo) pelo impulsionamento que a extração da borracha provoca (MORAES, 2007a). Por fim, tal afirmação parece constituir uma norma não apenas sobre o caso da Amazônia brasileira. Comentando acerca da formação espacial peruana, Mariátegui (2010) se refere à “ilusão da borracha”. Para o autor, “nos anos de seu apogeu, o país acredita ter encontrado o Eldorado na selva, que adquire temporariamente um valor extraordinário na economia e, principalmente, na imaginação do país. Afluem à selva muitos indivíduos ‘da raça forte dos aventureiros’. Com a queda do preço da borracha desaparece essa ilusão bastante tropical nas suas origens e suas características” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 45). São termos rudimentares para se referir a uma atividade econômica que representou o extermínio de 40 mil indígenas no Peru republicano e transformou completamente a rede urbana em torno de Iquitos, como ilustra bem o trabalho de Rumrill e Zutter (1976).

¹¹⁰ “A produção de uma nova espacialidade, promovida pelo Estado-nacional no regime militar [...] vai se realizar, necessariamente, sobre outra já estabelecida há pelo menos um século, embora não tão visível. Este aspecto é importante, porque nos reme a uma exposição propósito da organização do espaço amazônico, anterior à intervenção maciça de capitais estatais e privados, nacionais e internacionais. Quero afirmar que, antes dessa relação mais profunda entre Estado e espaço na Amazônia, existia um forte vínculo entre sociedade e espaço. [...] Marcada por um tipo específico de atividade que historicamente deixou poucas marcas na paisagem, o extrativismo – como forma predominante de intervenção social sobre a natureza na Amazônia – passou a ser sinônimo de destruição ambiental. Realizada ao longo de pelo menos dois séculos por sua população original, seja o extrativismo vegetal seja o uso de recursos pesqueiros, o ritmo de uso dos recursos naturais não proporcionou o impacto que hoje se denuncia. [...] O fato desta atividade não incorporar trabalho ao solo, levando a supor uma não valorização do espaço, ao não deixar marcas que indiquem a propriedade do solo e não produzir o impacto de um *shopping center* no espaço urbano ou de uma monocultura no espaço agrário impõe a sensação de vazio, do natural, gerando uma verdadeira ilusão cartográfica quando posta no mapa. Florestas e rios, mais do que simples dados da natureza, sempre fizeram parte da vida as populações rural e urbana na Amazônia. Deste modo, o que se tem é um predomínio da mobilidade sobre a fixação” (NOGUEIRA, 2007, p. 29-30, grifo do autor).

formação espacial amazônica (pois o termo Amazônia é posterior), mas uma formação espacial do Grão-Pará.

Deste modo, está correta a aceção de Souza (1997) de que “um país morreu, para o Brasil nascer”. A Amazônia nasce – ou é inventada como preferem Silva (2012) e Godim (2007) – com a borracha, e nasce como parte integrante do Brasil. A Amazônia, tal como é entendida desde então, nasce após a morte do Grão-Pará. Tratar de uma formação espacial só tem sentido no período do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Na realidade para o Brasil emergir enquanto uma formação espacial e territorial integrada, com metabolismo em escala nacional, as formações espaciais anteriores tiveram que morrer. Essas formações espaciais anteriores seriam, em uma proposição inicial e didática, as formações espaciais: *a)* do Grão-Pará; *b)* do Atlântico lusitano; *c)* do Sertão franciscano; *d)* do Planalto Central; *e, e)* da bacia do Rio da Prata. Essa última nunca tendo sido exclusivamente portuguesa (PRADO, 2019). Aliás, o mesmo também pode ser dito para o próprio caso do Grão-Pará¹¹¹, como se pode observar a partir dos trabalhos de Lima (2003) e Bastos (2017).

Em todo o caso, conforme já exposto, o arranjo espacial construído para a colonização da bacia hidrográfica do Rio Amazonas foi distinto do arranjo espacial do Atlântico lusitano. O arranjo espacial do desmonte bandeirante, em benefício direto dos grandes proprietários, possibilitou o avanço sobre os territórios das populações originárias do continente, com a destruição de suas paisagens e comunidades, e a sua conversão em força de trabalho escravizada.

O arranjo espacial do remonte jesuítico¹¹², em acordo com companhias religiosas ligadas à Igreja Católica Romana, possibilitou um tipo de arranjo espacial em que a forma

¹¹¹ “Houve mobilização geral de energias de todos os habitantes do território, cada qual em seu setor. As ameaças francesas exigiam rígida disciplina para manutenção da ordem e organização da defesa. Só assim poderia haver sucesso na dura empreitada a que estavam todos dedicados” afirma Meira (1977, p. 62) para, em seguida, elencar e descrever uma série de ataques e contra-ataques entre franceses e vassalos do Reino português em torno do Vale do Rio Oiapoque e do Rio Araguari, havendo baixas dos dois lados. Já Bastos (2017) elenca em sua obra diversos momentos em que ataques militares e conflitos ocorreram na fronteira luso-espanhola colonial por ordem de autoridades civis ou militares locais, os quais, porém, terminavam apaziguados quando as notícias chegavam às instâncias reais superiores das duas coroas.

¹¹² A distinções entre os interesses dos colonos privados e das companhias religiosas, em especial os jesuítas, as quais baseiam a interpretação de Moreira (2015) sobre as duas formas de arranjo espacial colonial também podem ser identificadas no lado espanhol da América, com a particularidade da mineração como diferencial. “O colonizador que em vez de se estabelecer nos campos se estabeleceu nas minas tinha a psicologia do buscador de ouro. Não era, por conseguinte, um criador de riqueza. Uma economia, uma sociedade, são a obra dos que colonizam e vivificam a terra; não dos que precariamente extraem tesouros do seu subsolo. [...] Talvez as únicas falanges de verdadeiros colonizadores que nos foram enviados pela Espanha foram as missões de jesuítas e dominicanos. Ambas as congregações, especialmente os jesuítas, criaram no Peru interessantes núcleos de produção. Os jesuítas associaram no seu empreendimento os

comunitária foi mantida, mas as distintas civilizações ameríndias foram forçadas a abandonar seus sítios de habitação e a coabitar os sítios escolhidos pelas companhias.

O controle da força de trabalho e do produto do trabalho se deu através do controle das vias fluviais, e a relação de trabalho envolveu uma série de regimes variando entre o escravocrata, o semi-escravocrata e o semi-assalariado (CHIAVENATO, 1984), que tomou, muito mais tarde, a forma dos regimes de parceria, terça, quinta presentes na agricultura, no extrativismo e na pesca artesanal comercial (FURTADO, 1981).

A formação territorial atlântica, sobretudo nas áreas que correspondem às atuais Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, será baseada na monocultura. Durante trezentos anos a monocultura canavieira será a principal atividade econômica da colônia, sustentada pela força de trabalho escravizada de origem africana.

A pecuária bovina e a policultura – seja praticada pelos camponeses livres que vão se formando como posseiros dentro das grandes propriedades dos colonos, seja praticada pela força de trabalho escravizada nos finais de semana – atuarão como *atividades compensatórias*¹¹³ ao ciclo da cana-de-açúcar. Internamente, esse ciclo econômico também se baseia na força centrípeta dos engenhos sobre os partidos de cana, ou seja, uma hierarquia¹¹⁴ dos maiores proprietários sobre os demais proprietários (FERLINI, 2003).

O ciclo da cana-de-açúcar vai legar aos proprietários de terra do Brasil grande poder político e jurídico na colônia. A Coroa agia para manter essa ordem hierárquica social. O controle das terras era férreo, na medida em que o regime de sesmarias passou a vincular a doação destas à propriedade de escravos e aos laços estabelecidos com a Coroa. Porém, os excedentes do negócio açucareiro eram retidos pela metrópole, e escoavam das

fatores religioso, político e econômico, não na mesma medida em que fizeram no Paraguai, onde fizeram sua experiência mais famosa e extensa, mas sim de acordo com os mesmos princípios” MARIÁTEGUI (2010, p. 77).

¹¹³ “O capital investido [...] na *plantation* ou na mineração tem uma taxa de reprodução que depende de como se realiza a reprodução da força de trabalho nelas empatada. A produção da subsistência das pequenas áreas de policultura e das grandes áreas de pecuária sustenta a baixos preços essa reprodução da força de trabalho nas *plantations* e áreas de mineração, traduzindo-se essa presença no baixo custo que viabilizavam os altos lucros do capital colonial [...]. [Trata-se de] uma relação de ‘expropriação entre expropriadores’ que existe no seio da classe dominante ao redor da repartição do excedente extraído do trabalho escravo, no qual a classe senhorial precisa expropriar ‘por baixo’ o que perde expropriada ‘por cima’ [pela esfera da circulação internacional entre metrópole e colônia]” (MOREIRA, 2018, p. 70, grifos do autor). A nota anterior comenta o tópico.

¹¹⁴ “A hierarquia canavial-canavial indica apenas a distribuição de poder internamente à classe senhorial, sendo a hierarquia monocultura-policultura a que expressa o modo como o espaço configura a reprodução do capital (tempo de trabalho excedente) e a da policultura o tempo dedicado à reprodução da força de trabalho do próprio escravo (tempo de trabalho necessário)” (MOREIRA, 2018, p. 63).

colônias através da esfera da circulação. De modo que a produção das mercadorias cabia à colônia, mas a distribuição dos produtos no mercado consumidor europeu escapava completamente ao poder dos colonos.

A atividade pecuária e a pequena policultura¹¹⁵ irão atuar no Brasil atlântico como *atividades compensatórias* das perdas obtidas na esfera da circulação do açúcar para aqueles que controlavam os meios de produção coloniais. Internamente, a renda extraída pelos proprietários dos engenhos sobre os proprietários dos partidos de cana também propicia o balanço de poder nas mãos dos primeiros, compensando “embaixo”, o que os grandes proprietários perdem “em cima”. O poder político e o controle sobre as pessoas – não somente os escravos, mas os sujeitos “livres”, que, por não possuírem acesso à propriedade da terra, eram dependentes dos proprietários, devendo-lhe favores e serviços – eram a compensação da parte da Coroa pelo excedente subtraído pela metrópole¹¹⁶.

A conquista territorial da bacia amazônica objetivou a formação de um escudo de proteção¹¹⁷ às formações plantacionistas atlânticas. Com a reconquista de Pernambuco

¹¹⁵ A pequena policultura, no contexto colonial, é a atividade originária do campesinato brasileiro. Embora também fosse praticada pelos escravos em dias especiais (uma vez que essa força de trabalho escravizada era concentrada na atividade monocultora), esta era principalmente praticada por cidadãos livres, sejam brancos migrantes sem recursos, sejam indígenas alforriados ou em posterior período à abolição da escravatura indígena, sejam africanos ou descendentes alforriados, bem como os variadores mestiços que foram surgindo das relações inter-raciais. Esses cidadãos livres, na realidade, não possuíam direito algum no Brasil colonial, estando acima somente dos escravos. Não conseguiam acessar à propriedade das terras pelo regime de sesmarias, e, portanto, estavam em completa dependência de algum proprietário, vivendo em suas terras. Por viverem na propriedade alheia, estavam ligados a uma rede de impostos, favores e relações sociais, cuja cultura e costume remontam às tradições da época feudal europeia, mas cuja estrutura produtiva não reproduz, de modo algum, o feudalismo europeu.

¹¹⁶ “Ressalta bastante claro não oferecer a empresa açucareira, aos colonos, possibilidade de lucros monetários de grande monta. O negócio se mantinha, entretanto, pelo compromisso entre a Coroa e a camada proprietária, aquela a devolver em favores minguados a empreitada dos homens do açúcar, esta a reproduzir os mecanismos de dominação, usufruindo da acumulação de riqueza não computável em termos imediatos, mas cristalizadora de poder que lhes garantia, internamente, a hegemonia” (FERLINI, 2003, p. 279).

¹¹⁷ Machado (1989, 2009) argumenta que o fundamento da colonização da Amazônia foi militar, no sentido de criar uma borda de proteção às áreas produtivas das colônias brasileiras. Tendo sido, para a autora, sempre uma fronteira instável, o controle lusitano ali teria sido, quase sempre, um “controle intermitente” para a autora. A noção de “controle intermitente” foi questionada por Soares (2016). Por outro lado, agora cabe questionar essa noção de “particularidade” da fundação das cidades amazônicas com o intuito da defesa em primeiro lugar, para dar base à produção do espaço, apenas em um segundo momento. Claramente isso não foi particular às cidades amazônicas, mas uma característica comum das cidades coloniais brasileiras, surgidas a partir de fortes e portos. De acordo com Russell-Wood (2014, p. 154, grifos do autor): “Para a Coroa portuguesa, os portos cumpriam dois outros papéis principais em relação ao Brasil e à estrutura do império: defesa e administração. No século XVI, a preocupação do poder real foi despertada pela perspectiva de ocupação estrangeira (como aconteceu no Rio de Janeiro) ou pela presença em águas e terras brasileiras de estrangeiros negociando predominantemente com comunidades indígenas. A defesa do Brasil foi uma das principais responsabilidades de Tomé de Sousa como primeiro governador-geral. Fortes haviam sido construídos e guarnições estabelecidas em todos os portos brasileiros até meados do século XVII. Assim que o Brasil assumiu sua posição como (nas palavras do vice-rei) ‘joia da Coroa portuguesa’,

(que foi ocupado durante oito décadas pelos holandeses¹¹⁸), os portugueses aproveitaram o ímpeto militar para seguir a direção oeste do litoral norte, até a Baía de São Marcos, e tomar o controle da cidade francesa de São Luís – então capital da breve colônia de França Equinocial – e seguir até o estuário amazônico, que conecta a foz do rio Amazonas com a foz do Rio Tocantins.

Trata-se de uma área estratégica por se tratar de um conjunto hidrográfico de rios, furos e igarapés, o que a torna uma foz conjunta de duas vastas bacias hidrográficas: a) a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, ou simplesmente bacia amazônica (com aproximadamente 7.500.000 km² de área); e b) a bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia (com aproximadamente 967.059 km² de área). O estuário amazônico é a porta

a preocupação da realeza se concentrou na preservação das riquezas da colônia – sobretudo, ouro e diamantes – contra intrusos estrangeiros e monarcas europeus gananciosos. A presença francesa em São Luís, as invasões holandesas e a ocupação do Nordeste (1630-54), bem como a do Rio de Janeiro pelo corsário bretão René Duguay-Trouin (1711), criaram nas mentes de sucessivos monarcas portugueses uma obsessão por uma possível invasão estrangeira. Na ausência de uma fronteira ocidental de fato, associada à impraticabilidade e improbabilidade de um ataque do oeste, a atenção real se voltou para os portos. Um visitante ao Brasil da atualidade ainda pode apreciar os vários fortes solidamente construídos que defendiam a maioria dos portos e enseadas do país. Rio e Salvador eram especialmente bem dotados, sendo que a última contava em meados do século XVIII com seis fortalezas, cinco fortes, três baterias de artilharia, dois castelos nas extremidades norte e sul da cidade, em reduto e mais uma fortaleza em Itaparica”. Fica claro, assim, que a extensão do sistema de portos e fortes como postos avançados, depois eventualmente convertidos em um sistema de cidades não foi algo *sui generis* do Grão-Pará, mas uma característica comum da América portuguesa.

¹¹⁸ A ocupação holandesa, é bom lembrar, não ficou restrita às cercanias de Olinda e do Recife, como geralmente se pensa. “Realizada a conquista das áreas mais próximas ao Recife, rataram eles, já sob o Governo do Príncipe João Maurício, conde de Nassau-Siegen, de reorganizar a colônia, ampliando a área conquistada, a fim de poderem garantir a produção açucareira; implantando um centro urbano, uma capital, que oferecesse melhores condições aos comerciantes e altos funcionários e possibilitasse uma melhor administração da região conquistada, trataram de estender as suas conquistas para o sul e para o norte. Ao sul pretendiam anexar a capitania da Bahia, onde se situava a Capital de todo o Brasil – Cidade do Salvador – e onde, no Recôncavo da Bahia de todos o Santos, em terras de massapê, se desenvolvia a cultura da cana-de-açúcar e, nas terras silicosas, a cultura do tabaco, produto já de grande importância econômica, e utilizado como moeda para aquisição de escravos na costa africana. Na área situada entre o Recife e Salvador, sobretudo nas proximidades da foz do Rio São Francisco, encontravam-se ricos currais de gado bovino e plantio de mandioca, sendo ambos produtos de grande importância para o abastecimento da região açucareira. A conquista da Bahia, já tentada, sem resultados, em 1625, não se concretizou, tornando-se o Rio São Francisco fronteira meridional do Brasil holandês. A conquista do norte foi feita com certa facilidade, embora tenha durado poucos anos. Os holandeses incorporaram, sucessivamente, as capitanias de Itamaracá, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão, dominando a porção litorânea de todo o Nordeste brasileiro. A finalidade dessa expansão para o norte era não só a obtenção de abastecimento de gado, pois essas áreas haviam sido ocupadas por pecuaristas, como também de abastecimento de mão-de-obra, tanto através da escravização de indígenas, sobretudo no Maranhão, como também da formação de aldeias de índios que, localizadas estrategicamente, poderiam fornecer mão-de-obra semicompulsória e a baixo custo, nas ocasiões de maior intensificação do trabalho agrícola. Os grupos indígenas, inimigos dos portugueses, foram usados nas lutas contra eles, aproveitando tanto do desejo de vingança dos índios, diante a espoliação de suas terras, como às rivalidades tribais contra indígenas que estavam aliados dos portugueses” (ANDRADE, 1984, p. 71).

de entrada (rios a montante) para duas bacias que juntas cobrem nada menos que 47,46% de toda a área do subcontinente sul-americano.

Por ali havia notícias sobre experimentos coloniais britânicos, franceses e flamengos e trocas de produtos coletados com as populações ameríndias. Com a conquista militar, surgem Maranhão e Grão-Pará – que não correspondem às áreas dos dois atuais estados, e sim ao que compreende hoje grosso modo a área da Amazônia Legal (com exceção do Acre).

Criado oficialmente em 13/6/1621, após a expedição terrestre de Pedro Teixeira conectando Belém a São Luís, o Estado do Grão-Pará e Maranhão¹¹⁹ era um ente administrativo do Reino português separado do resto da colônia, que passou a se chamar Estado do Brasil, correspondendo à colônia criada em 1530. O Estado do Grão-Pará e Maranhão possuía seu próprio governador, e sua capital não estava subordinada à então capital do Estado do Brasil (Salvador), e sim diretamente à sede reinol (Lisboa).

Logo se percebeu que não seria possível, ao menos em um curto prazo, dado o quadro paisagístico, estabelecer largas plantações, como as de Pernambuco, Bahia e São Vicente. Este é o momento em que a Coroa portuguesa se articulou às supracitadas companhias religiosas para empreender a catequese e o reordenamento territorial das nações ameríndias. O remonte jesuítico predomina. Os rios permitiram um veloz avanço territorial e, com o apoio da “infantaria” tupinambá, os portugueses conquistaram uma vasta área a montante dos rios em menos de setenta anos, chegando ao sopé da Cordilheira dos Andes (REIS, 1993).

¹¹⁹ Inicialmente a toponímia era “Estado do Maranhão”, tendo assim perdurado entre 1621 e 1654, com capital na cidade de São Luís. Este estado possuía três capitanias: a) a Capitania do Maranhão; b) a Capitania do Grão-Pará, a oeste daquela; e c) a Capitania do Ceará (a grafia era “Siará”), a leste da primeira. Em 1654, o nome oficial mudou para “Estado do Maranhão e Grão-Pará”. Em 1680, a Capitania do Siará (que corresponde aos atuais estados de Ceará e Rio Grande do Norte) passa para a jurisdição do Estado do Brasil. Em 1718, a Capitania do Piauí é desmembrada da Capitania do Maranhão, ficando sob a jurisdição do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Em 1737, a capital deste estado foi transferida de São Luís para Belém. Em 1751, o Estado muda de nome e passa a se chamar “Estado do Grão-Pará e Maranhão”. Neste momento, a área do Estado do Grão-Pará e Maranhão é equivalente aos atuais estados de Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Piauí. Em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro (que corresponde ao atual Amazonas) é desmembrada da Capitania do Grão-Pará, ficando sob a jurisdição do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1772, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em dois Estados: a) o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com capital em Belém, compreendendo a Capitania do Grão-Pará e a Capitania de São José do Rio Negro; e b) o Estado do Maranhão e Piauí, com capital em São Luís, compreendendo a Capitania do Maranhão e a Capitania do Piauí. Em 1774, são extintos tanto o Estado do Grão-Pará e Rio Negro como o Estado do Maranhão e Piauí, ficando as quatro capitanias em questão (Capitania de São José do Rio Negro, Capitania do Grão-Pará, Capitania do Maranhão e Capitania do Piauí) oficialmente subordinadas ao Estado do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, cujo mandatário era o Vice-Rei do Brasil (BETTENDORFF, 1990; REIS, 1992; MENDONÇA, 2005).

Assim, durante o século XVI, o nascente Grão-Pará é uma formação de cidades militares, com alguns colonos e várias vilas jesuíticas, arregimentando a força de trabalho ameríndia para a subsistência das cidades. A caça, a pesca e a coleta, habilidades já amplamente praticadas pelas civilizações autóctones irão constituir a base dessa colonização. Surgem, assim, os aldeamentos jesuíticos, sítios de coabitação entre vários povos originais distintos sob o comando de jesuítas e, depois, alguns agrupamentos mais específicos chamados de fazendas e pesqueiros reais. Estes últimos se concentram na pesca (SOARES, 2016).

As fazendas eram concentradas no extrativismo. Essas, posteriormente, evoluíram para a condição de aldeamentos ou se tornaram exclusivamente cacauais reais, concentrados na extração do cacau, que se tornou, com o tempo, a mais importante especiaria extraída, e, mais tarde, cultivada (plantada) no Grão-Pará. A incipiente rede de cidades que vai surgindo nas beiras dos rios é formada por aglomerados de casas em volta de fortes e igrejas (SOMBRA et al., 2018a). Belém, construída às margens da Baía do Guajará, é a cidade que centraliza os fluxos da bacia.

Porém, na escala do mercado mundial em formação (totalização), por um lado, as especiarias de origem árabe e indiana já não alcançam grandes preços na Europa (tal qual alcançavam no imediato pós-Cruzadas); e, por outro lado, as especiarias amazônicas vão ganhando destaque naquele continente. Estas passam a ser chamadas de “drogas do Sertão”. As principais eram: a) urucum; b) pau-cravo; c) guaraná; d) castanha-do-pará; e, e) cacau. O último, como já dito, era certamente a mais importante das “drogas”.

Esta fase extrativista por excelência trará muitos ganhos às corporações religiosas, que se engrandecem em todo o Reino Português, mas têm no Grão-Pará e Maranhão a sua força motriz. Este período jesuítico finda com a emergência do período pombalino. Em um momento de crescente endividamento com a Inglaterra, o Reino Português experimenta, durante o reinado de Dom José I, um protótipo de reforma burguesa, com a ascensão do Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (REIS, 1993).

Interessado em racionalizar a economia real, o Marquês realizou uma série de reformas administrativas. Encorajou os mercadores a emigrarem para a colônia a fim de fazer negócios, e para isso revogou leis que impediam os cristãos novos¹²⁰ de

¹²⁰ Os cristãos novos eram os judeus e muçulmanos convertidos e seus descendentes. Em vários momentos de atrito com a Igreja Católica Romana, Pombal desautorizou os jesuítas não apenas no Grão-Pará e Maranhão, mas em todo o Reino Português. Chegou ao ponto de nomear um de seus irmãos, Paulo Antônio

realizarem negócios, casamentos com os cristãos velhos ou assumirem cargos públicos, equalizando as relações entre a nobreza (resquíio da época feudal) e a burguesia mercantil.

Nesse período, nomeou um de seus irmãos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o cargo de Governador do Grão-Pará e Maranhão. Uma vez no cargo, este constatou que o Ciclo das drogas do Sertão havia enriquecido sobremaneira as companhias jesuíticas, chegando ao ponto de elas constituírem, a seu ver, um Estado próprio dentro do reino lusitano. Essa crise levou à expulsão dos jesuítas de todo o Reino português em 1759¹²¹.

Como resultado, foi erigida uma formação espacial com macroformas espaciais diferenciadas em relação à formação espacial do Brasil Atlântico colonial, conforme se resume, de forma didática, no quadro 1. Derivado da forma de disponibilização e organização do espaço geográfico, e da força de trabalho utilizada, as relações de trabalho são distintas nas duas formações espaciais.

de Carvalho e Mendonça, Presidente do Conselho do Santo Ofício, o órgão oficial da Inquisição portuguesa. Assim, apesar de a Inquisição não ter sido oficialmente desmantelada, ela sofreu com o governo de Pombal um profundo abalo na sua autonomia, sendo usada como instrumento de poder político do Marquês, com a criação de medidas que a levaram à progressiva subordinação à autoridade real (REIS, 1993).

¹²¹ Bastos (2017) comenta que pouco tempos depois, em 1767, os jesuítas também foram expulsos do Reino Espanhol por razões similares: o controle do trabalho indígena. Os indígenas realizaram uma série de sublevações não somente contra o controle jesuítico na Amazônia espanhola colonial, mas contra as outras formas de controle de sua força de trabalho. “José Barletti, em seu estudo sobre o quadro populacional de Maynas à época da independência, faz referência às sublevações indígenas de 1809, lançando a hipótese de que esses movimentos (uma resposta à violência das autoridades contra os índios) promoveram a dispersão de parte da população indígena, influenciando a queda populacional registrada naquele período. Esse mesmo autor, em um texto específico sobre as revoltas, sustenta que elas não refletiram somente as lutas entre autoridades civis e religiosas (uma ‘crisis en la altura’, como afirma), mas a ‘crisis de la presencia colonial’ em Maynas desde a expulsão dos jesuítas em 1767, com a superexploração dos índios” (BASTOS, 2017, p. 422-423, grifos do autor).

Quadro 6: Macroformas diferenciais das formas espaciais do Grão-Pará e do Brasil Atlântico

	Grão-Pará	Brasil Atlântico
Disponibilização e Organização do Espaço Geográfico	Remonte Jesuíta	Desmonte Bandeirante
Força de trabalho predominante	Indígena	Africana
Relação de trabalho predominante	Parceria/Aviamento (ou <i>proto</i> Aviamento)	Escravidão
Classe social hegemônica	Comerciante/Dono de Barracão e/ou Religioso/Militar. Vive na cidade.	Senhor de Terras. Vive na fazenda.
Paisagem	Combinado de rios, florestas e cidades	Combinado de fazendas, estradas e vilas
Território	Câmaras com influência territorial sobre bacias e rios Controle territorial em rede: pontos de controle em bifurcações de rio) Controle do produto do trabalho.	Câmaras com influência no limite das fazendas. Controle territorial zonal: confinamento (senzalas, cercas de boi) Controle do processo do trabalho
Propriedade da terra	Sesmarias. Doação Fronteiras naturais; posse sobre os rios	Sesmarias. Doação Fronteiras construídas, cercamento das terras.

Elaboração: autor da tese, 2020.

No Grão-Pará predomina a relação de trabalho que ficou conhecida como aviamento. Conforme Aramburu (1994), no regime de aviamento, o comerciante (que assume a função de “aviador”) adianta bens de consumo e instrumentos de trabalho ao produtor, e este, por sua vez, restitui a dívida contraída com aquele na forma de produtos extrativos e agrícolas.

Para Aramburu (1994), o sistema de aviamento é um sistema de crédito, mais eficiente que o sistema de crédito formal, que não consegue alcançar as plataformas locais de produção, mas isto não implica em exclusão entre o sistema de crédito do aviamento, informal, e o sistema formal, pois no caso clássico da extração da borracha, o sistema bancário alimenta as firmas aviadoras com créditos, de modo que o sistema informal não poderia subsistir sem a injeção creditícia do capital.

Porém, para os diversos autores que propõem o conceito, a exemplo de Santos (1980) ou Weinstein (1993), o aviamento é referido às relações de trabalho e de crédito durante o ciclo da borracha. Porém, do mesmo modo como Aramburu (1994) propõe que o conceito é válido para ilustrar as relações de trabalho, produção e circulação das comunidades amazônicas com os centros mercantis mesmo após a intervenção territorial na forma dos “Grandes Projetos”, e, de modo similar, Mello (1985), Loureiro (1985), Penner (1984) e Furtado (1981, 1987, 1990) propõem a aplicação do conceito ou de sua

lógica de explicação para pensar as espacialidades produtivas da pesca artesanal e suas relações de produção e circulação no período pós-borracha¹²², nesta Tese de Doutorado em Geografia se defende que também é possível retroceder o raciocínio no tempo, seguindo o que já foi indicado em Soares (2016).

O trabalho de Bastos (2017) ilustra como as dinâmicas econômicas baseadas no extrativismo eram similares nas capitanias portuguesas (e depois províncias brasileiras) do Grão-Pará e, sobretudo do Rio Negro, foco de seu trabalho, com a província espanhola (e depois equatoriana/peruana) de Maynas. Antes da Reforma Pombalina, as juntas militares e as organizações religiosas praticavam tanto do lado espanhol, como do lado português relações de trabalho que já representam o arquétipo do sistema de aviamento, sendo os militares ou os religiosos os únicos capazes de fornecer os instrumentos de trabalho.

Rio Negro, capitania subordinada ao Grão-Pará até 1850, também era similar à província de Maynas no conflito existente entre as companhias religiosas e os colonos privados. O fundamento do conflito era o mesmo: o controle da força de trabalho¹²³. Essa

¹²² “Toda a produção da pesca artesanal das zonas pesqueiras paraenses [...] destina-se não somente à subsistência dos grupos locais, mas flui para os centros consumidos da Capital e das sedes de municípios circunjacentes aos centros produtores. É através do fluxo de comercialização do pescado que se tem estabelecido, principalmente, as relações sociais e econômicas entre centros produtores de peixe e a área metropolitana de Belém. Nesse mister tem tido um papel relevante o intermediário que, em geral, é designado regionalmente pelo termo *marreteiro*, equivalente ao *pombeiro* do Nordeste brasileiro. É ele o responsável pela alocação de produto no mercado consumidor e, não raro, em alguns locais, exerce o papel de patrão típico do sistema de aviamento da Amazônia. Na consciência do pescador, o intermediário incorpora a mesma ambivalência que caracteriza a relação entre o *patrão* e o cliente do sistema de aviamento. Ele é uma figura ao mesmo tempo necessária e repudiada. Os pescadores não tendo recursos para alocar diretamente o produto nos centros consumidor e não dispondo de uma feira para a venda direta do pescado ao consumidor, têm que depender do intermediário para tal. Isto porque, em geral, os centros produtores de peixe estão distantes, quer por via fluvio-marítima [*sic*] quer por via terrestre, dos locais de absorção do produto final de seu trabalho. Ficam assim à mercê do intermediário que controla localmente o preço por espécie de pescado. Esse controle deriva das oscilações do mercado de peixe, da necessidade de obtenção de lucros após as despesas que têm que enfrentar na alocação do produto. O pescador embora reconheça as despesas que envolvem as transações comerciais do intermediário, deixa transparecer veladamente em seu discurso, a imagem negativa que tem dele. Vê como alguém que ganha sempre mais que o pescador. Como os pescadores não dispõem de infra-estrutura [*sic*] comercial, estão sempre à espera de um mecanismo que venha substituir esse tipo de comercialização fundado na pessoa do intermediário. Em geral, o sistema de cooperativas é amplamente visto como uma solução para o caso” (FURTADO, 1981, p. 3-4, grifos da autora).

¹²³ “Os demarcadores ibéricos procuravam fortalecer contatos com as nações indígenas da zona limítrofe, atraindo-as para o seu lado da fronteira. Na América lusa, as práticas de contatos com as populações nativas formaram parte importante da política de descimentos de índios do Diretório, essencial para a formação das novas vilas, e que demandavam o estabelecimento de negociações (por vezes longas e complexas) entre autoridades coloniais, chefias nativas e suas respectivas comunidades. Entre os espanhóis, a realização de acordos com as comunidades indígenas constituía igualmente uma ação política estratégica dos representantes de Sua Majestade Católica. Esses acordos (orais ou escritos) recorrentemente envolviam a mediação de missionários e índios aliados, com a troca de prisioneiros e promessas da parte das autoridades

questão foi equacionada após a expulsão dos jesuítas, e depois das demais companhias religiosas, com a instituição da Política do Diretório de Pombal, enquanto Mendonça Furtado era governador do Grão-Pará.

As regras foram modificadas pela política¹²⁴ de Francisco Coutinho, governador do Grão-Pará de 1790 a 1803. De qualquer modo, durante e após o Diretório, as organizações militares terão um papel fundamental no controle da força de trabalho, função que será reforçada após a Cabanagem, com a instituição dos “corpos de trabalhadores”, instrumento pelo qual os comandos militares passam a requisitar a força de trabalho indígena para as atividades produtivas de interesse da administração provincial (LOPES, 2012). Assim, que as relações de trabalho estabelecidas aí já constituíam o que depois ficou classicamente conhecido como aviamento, ou, ao menos, um arquétipo deste, torna-se uma questão de inferência lógica.

Não se tem interesse, nesse momento, em estender o conceito de aviamento, por não ser exatamente esse o objeto do estudo em tela. Assim, de modo provisório, se nomeado como “proto-aviamento” o sistema produtivo/creditício no qual os proprietários dos meios de produção adiantam bens de consumo e instrumentos de trabalho à força de trabalho (produtor direto), e esta, por sua vez, restitui a dívida contraída com aquele na forma de produtos extrativos e agrícolas, de forma *não sistemática e não se realizando* em escala tal qual se observou especificamente durante a fase áurea do Ciclo da Borracha, com força de trabalho preferencialmente oriunda dos migrantes do Nordeste do Brasil.

E por ser este o tipo de relação de trabalho hegemônica, a classe social hegemônica no Grão-Pará é a que controla o produto do trabalho, e não necessariamente todo o processo de trabalho, como no Atlântico luso. O agente religioso ou militar, e o comerciante (que depois será o clássico “dono do barracão”) é o aquele que controla a produção, não esquecendo, que, conforme ilustrou Batista (2014), as figuras de destaque religioso, militar e comercial se entrelaçam nas mesmas famílias de destaque, as quais sempre possuem, em última instância, a propriedade de terras como característica comum.

de oferta de proteção militar e vantagens materiais para os índios que jurassem vassalagem à Coroa espanhola” (BASTOS, 2017, p. 259).

¹²⁴ “Um grande plano de Furtado [irmão de Pombal e Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1759], O Diretório, foi abolido por [Francisco] Coutinho, que, então, concebeu outro. O problema era, sempre, a força de trabalho, ou, mais precisamente, os que tinham que trabalhar para o sistema, a saber, os índios, que tinham sido trazidos para o mundo colonial pelos missionários ou traficantes de escravos no século XVIII. Mais tarde tal se estenderia aos africanos escravizados, quando escapavam de seus senhores” (HARRIS, 2017, p. 136).

No Grão-Pará, porém, desde sempre os grandes proprietários são absenteístas. As fazendas, originadas a partir dos pesqueiros reais, cacauais reais, aldeamentos jesuíticos, praças militares etc. são efetivamente o lócus da produção, mas não da vida desses senhores de terra, e nisso, são completamente distintos dos senhores de terra do Atlântico. No Atlântico, as fazendas são lugares que sintetizam o *Modus operandi* e *Modus vivendi* em único sítio¹²⁵. No Grão-Pará, *Modus operandi* e *Modus vivendi* estão em sítios distintos, que, não obstante, se complementam no mesmo sistema de posições.

O Grão-Pará é um combinado de cidades e vilas, conectadas pelos rios, com florestas e fazendas em um mosaico sintético como plataformas produtivas, com a cidade como sede da vida, não só dos proprietários dos meios de produção, mas também da principal força de trabalho: os indígenas.

Os índios, ainda que presos às dívidas morais ou materiais com companhias religiosas, militares ou comerciais, eram, ao contrário dos africanos escravizados, uma força de trabalho *móvel*. Com total mobilidade dentro e fora das cidades, rios acima e abaixo, essa é para Harris (2017) a distinção mais marcante da paisagem colonial do Grão-Pará com o Brasil colonial¹²⁶.

¹²⁵ “A estrutura produtiva implantada fazia com que engenhos e fazendas se tornassem, a um só tempo, unidades de povoamento e produção. Assim, em um engenho de açúcar, ao lado de construções necessárias ao empreendimento industrial, implantavam-se casas de residência para o proprietário – a casa-grande –, para os empregados e lavradores e senzalas para os escravos. Como havia dificuldade de obtenção de produtos para o abastecimento da população concentrada em cada propriedade, às vezes superior a cem pessoas, desenvolviam, ao lado da atividade comercial, uma atividade de auto-abastecimento [*sic*], adquirindo no centro portuário e comercial mais próximo as mercadorias que não podiam produzir. Daí forma-se uma sociedade predominantemente rural, em que a vila, capital da Capitania, tinha influência direta sobre quase todo o seu território” (ANDRADE, 1984, p. 66-67).

¹²⁶ Para Harris (2017), essa particularidade será muito importante para explicar a extensão da participação popular na Cabanagem, algo ímpar na história das revoltas coloniais, mesmo se comparado às demais revoltas do Período Regencial. Este raciocínio, de forma bem mais simplificada, sem tanta comprovação documental, já havia sido esboçado por Chiavenato (1984). Comentando acerca da dificuldade de a historiografia tradicional brasileira enquadrar essa relação sociedade-natureza-trabalho no espaço grão-paraense colonial, Harris (2017, p. 69, grifos do autor) afirma que: “Além da mobiliza sazonal e das transações comerciais (mais as festividades), outro aspecto importante do movimento humano no rio era a vadiagem ou deserção. Essa mobilidade desorganizada era a mais vexatória para as autoridades locais e nacionais, que queriam uma população assentada, trabalhando na terra. Na historiografia brasileira, esse grupo heterogêneo foi caracterizado como ‘uma imensa população flutuante, se posição social nítida, vivendo parasitariamente à margem das atividades regulares e remuneradas. Dessa perspectiva, vadios eram todos aqueles que não poderiam ser incluídos no paradigma colonial de senhores-e-escravos, um modelo de estrutura social que nunca descreveu bem a Amazônia na ausência da *plantation*. Caio Prado Júnior adotou ponto de vista mais depreciativo em relação aos pobres e conjuntos diversos, como ‘desclassificados, inúteis e inadaptados: indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. A categoria dos desclassificados era composta por brancos pobres, os foragidos da Justiça, libertos, escravos fugidos, desertores das tropas, índios fugidos, dentre aqueles deslocados à força de suas comunidades de origem, e assim por diante. Poderia se argumentar, contra a posição de Prado Júnior, que tal conjunto era muito bem adaptado à economia da Amazônia colonial, que demandava trabalho

É possível pensar que a formação do Grão-Pará ilustre como os contraespaços da pobreza absoluta, ao menos em sua forma germinal, surgem, ainda no período da subsunção formal do trabalho a capital¹²⁷. Com Bastos (2017) é possível verificar que tal característica era comum aos assentamentos espanhóis na bacia amazônica. A fronteira entre o Rio Negro português e a Maynas espanhola era, afinal, uma “fronteira de fugitivos” e de “fluxos entre os sertões e as montanhas” para utilizar as expressões do autor¹²⁸. Esse Grão-Pará colonial, mais afeito à América Espanhola¹²⁹, e, portanto,

temporário ou sazonal e necessitava daqueles capazes de estabelecer mediações entre diferentes contextos. Sua identidade mutável era o que lhes permitia lidar com o mundo colonial tardio, e mesmo nele prosperar”.

¹²⁷ A dura crítica que Harris (2017) dirige contra Prado Júnior (2011) deve levar em consideração o que já foi exposto no primeiro capítulo desta Tese de Doutorado em Geografia. Prado Jr. (2011) não teve acesso a uma obra fundamental (e aqui se refere a Marx (2011b)), e produziu uma interpretação equivocada acerca de uma reprodução do modo de produção feudal no Brasil colonial, tal como outros autores. Contudo, neste interím particular, cabe destacar que embora o Grão-Pará destacasse esses “sujeitos vadios”, essa força de trabalho móvel, não diretamente presa às atividades produtivas, ou melhor, às plataformas produtivas (aos espaços de produção), a existência desses sujeitos é comum na América portuguesa (e espanhola). É justamente a existência desses sujeitos que fundamenta a existência do que se propõe aqui chamar de “atividades compensatórias”. A propriedade de terras no Brasil colonial garantia o direito de explorar não apenas o trabalho escravizado (em geral, empregado nos ciclos econômicos hegemônicos), como também lhes permitia explorar essa força de trabalho “livre”. Essa, por sua vez, tinha que se dobrar a essas exigências para conseguir se reproduzir socialmente no mundo colonial. A existência das atividades compensatórias fundamenta o poder local das elites locais. Do contrário, praticassem apenas as atividades econômicas hegemônicas, não seriam elites, mas apenas intermediários de um circuito de acumulação cujo polo de acúmulo de capital nunca esteve nas colônias. O “coronelismo” tal como nomeado por Leal (1997) é um fenômeno que diz respeito à busca dessas elites locais utilizarem o Estado republicano (aburguesado) para reproduzir a lógica das atividades compensatórias.

¹²⁸ “Além da circulação de comerciantes e mercadorias de um lado a outro das zonas fronteiriças, o contexto das demarcações de limites na fronteira norte também promoveu a movimentação de pessoas na área. Essa movimentação era em parte de oficiais e trabalhadores indígenas envolvidas nos serviços demarcatórios, principalmente do lado espanhol para o português da América. No entanto, tal fluxo também se tornou um problema a ser enfrentado pelas autoridades ibéricas, na medida em que significou o deslocamento de populações indígenas de um lado para o outro dos territórios limítrofes, ocasionando mudanças substanciais no povoamento da região. Outra questão que despertou a atenção dos demarcadores foi a fuga de escravos e soldados na fronteira, o que motivou atritos entre os representantes das Coroas ibéricas” (BASTOS, 2017, p. 244-245).

¹²⁹ “Nesses aspectos, a Amazônia sob o domínio português exibe maior similaridade à América hispânica do que com o resto do Brasil. [...] O primeiro aspecto é o caráter da ocupação da terra e o regime de trabalho. Ao longo do período colonial, o Estado encorajou colonos a demarcarem terras públicas; doações foram feitas ao serviço administrativo e militar, contanto que a terra fosse usada produtivamente. No entanto, a demarcação de terras era custosa e demorada, e, por isso, a maior parte das pessoas as ocupava por viver nelas. Apesar dos direitos de posseiros não terem sido legalmente reconhecidos até meados do século XIX, tal na prática constituiu o principal meio de aquisição de terra na Amazônia colonial, especialmente à margem dos rios. Ao mesmo tempo, reformas específicas à região, no final do século XVIII, procuraram promover maior disponibilidade de mão de obra com a introdução de limites de produção econômica. Aqueles que estivessem abaixo de determinado limite, seriam obrigados a trabalhar para os colonos ou para as instituições públicas na maior parte do ano. A medida, por sua vez, liberou terras ocupadas pelas famílias mais pobres, incapazes de se sustentar. Essa nova política de trabalho limitou trabalhadores a uma determinada cidade (em vez de propriedades, como no México) e restringiu seu movimento (para achar novos lotes de terra, por exemplo)” (HARRIS, 2017, p. 40). O mesmo se processa em termos de relações de produção, sobretudo quando comparadas as Amazonas coloniais portuguesa e espanhola. “Em seu

extremo oposto do Atlântico português, tem no Sertão colonial uma grande formação espacial de transição, onde uma cultura de fronteira se esboça¹³⁰. Essa cultura de fronteira entre formações espaciais não é apenas um espaço de conflitos entre Impérios, mas também um espaço de luta de classes e resistência dos subalternos, aproveitando-se dos limites fluidos¹³¹.

Destarte, com uma paisagem composta por um combinado de cidades e vilas, com rios, fazendas e florestas, o que está surgindo na Amazônia é uma sociedade mais urbana, ou ao menos, mais cidadina, algo similar à América Espanhola, e que só vai aparecer no resto do Brasil colonial, de acordo com Moreira (2012b, 2015), nas Minas Gerais, com o advento do Ciclo da Mineração de Ouro e Diamantes. A despeito de isto estar razoavelmente claro nos estudos históricos, particularmente os supracitados até aqui, não constitui lugar comum na literatura geográfica sobre o Grão-Pará e a Amazônia coloniais.

Ao nível do que seria a formação espacial do Grão-Pará, escala espacial que corresponde à Amazônia, não cabe negar que há estudos fundamentais de importantes

estudo sobre a região *nororiental* peruana (Piura, Chachapoyas, Moyobamba, Lamas e Maynas) entre 1780-1820, Alejandro Reyes Flores destaca as limitações da atividade comercial [...]. A atividade comercial, a despeito da existência de pequenos e médios comerciantes, encontrava-se controlada por poucas famílias de *hacendados-comerciantes-corregidores*, os quais monopolizavam o comércio mantido com as cidades costeiras. Em relação à Maynas, o autor sublinha o monopólio comercial dos missionários, tanto os jesuítas, quanto os seculares que os substituíram. Contudo, tal comércio também teve a participação de contrabandistas vindos do lado português da fronteira [...], além de comerciantes das cidades de Chachapoyas e Moyobamba, para onde eram enviadas canoas com produtos tais como bálsamos, venenos e baunilha” (BASTOS, 2017, p. 110, grifos do autor).

¹³⁰ “Devido à natureza metafórica do sertão e à natureza díspar das pessoas a ele associadas, é difícil falar de uma cultura de fronteira no Brasil colonial. O único terreno comum seria o fato de todos viverem para lá da fronteira da jurisdição civil ou eclesiástica efetiva. A eficácia de seu refúgio e a hipótese de uma oportunidade residiam essencialmente em sua inacessibilidade, graças à distância e topografia entre elas e os representantes da administração da coroa. Eram homens ‘transfronteiriços’, uma vez que viviam além dos mecanismos de controle social ou legal, o que era bem ilustrado por aqueles escravos fugidos que viviam nas povoações vagamente federadas conhecidas como Palmares em Pernambuco, os quais resistiram a cerca de vinte ataques de holandeses e de portugueses entre 1602 e 1694” (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 281, grifo do autor).

¹³¹ Sobre esse tópico, Martins (2010, p. 3, grifos do autor) comenta: “[...] a Amazônia colonial era uma região de refúgio na qual escravos fugidos formavam comunidades nomeadas maroons e quilombolas que mantinham relações simultâneas de conflito e cooperação com a plantation. Ademais, se por um lado, era notório o esforço estatal para exterminar os quilombos, pois estes desafiavam a ordem ‘normal’ da sociedade, por outro lado, os estudos recentes da história mostram que havia relações econômicas que garantiam a sua sobrevivência e que rendiam lucros aos taberneiros e regatões que com eles comerciavam. [...] A essa complexa rede social que envolvia interesses e relações diversas, da qual esses sujeitos subalternos à sociedade colonial souberam tirar proveito fundamental para aumentar a manutenção da sua autonomia, dá-se o nome de ‘campo negro’ [...] [usada] para descrever as relações de promiscuidade entre os quilombolas cariocas e os segmentos da sociedade que os acoitavam e protegiam (tais como policiais, taberneiros, regatões, escravos que viviam nos engenhos e libertos), mas acredito que se aplica ao Brasil como um todo e, quem sabe, até mesmo às Guianas”.

atributos espaciais como os de Machado (1989), Becker (1982, 2009) e Gonçalves (2001), por exemplo. Ainda assim, queda a necessidade de identificação das variáveis estruturais do espaço geográfico amazônico, tarefa ingrata porque na formação grão-paraense, ao contrário da formação atlântica, são mais destacados, ao nível das formas, o controle territorial da distribuição dos elementos e dos fluxos de circulação do que a implantação de largas plataformas produtivas, como as *plantations* litorâneas (no Grão-Pará, mais que no Atlântico lusitano, espaço e território significam controle da circulação).

As principais atividades econômicas possuíam caráter extrativista, e não houve implantação de uma larga monocultura, bem como a base da reprodução da força de trabalho (de produção dos custos de reprodução da força de trabalho) não se deu pela expansão do gado em grandes áreas, com a pequena policultura margeando o latifúndio pecuário espalhado pelos vales sertão adentro, e adentrando pequenos vácuos nas monoculturas litorâneas.

Na formação espacial grão-paraense, o arranjo espacial ameríndio não foi somente apropriado quanto à disposição da geografia econômica em relação aos componentes geobotânicos encontrados, como se deu na formação brasileira. Na zona costeira atlântica lusitana, o opressor português se esmerou em interpretar a geografia da civilização indígena para usá-la na contínua guerra que derivou na desespacialização indígena e no fabrico do espaço colonial brasileiro e, posteriormente, amazônico. Rápido se entendeu que as atividades de coleta, pesca e pequena agricultura se concentravam nas duas grandes matas fechadas, intervaladas por campos abertos onde a caça de mamíferos de maior porte respondia a uma demanda mais importante.

Diversas estruturas produtivas baseando uma diversidade de civilizações ali encontradas (MOREIRA, 2015). As monoculturas estiveram presentes como atividades complementares, restritas aos colonos, conforme se verá. O trabalho escravo, encarecido, foi uma das principais razões para tal. A rearrumação do espaço em parte obedeceu às observações, mas agora os ditames locais tinham de se adaptar à lógica do todo. Em uma outra escala de produção, o modo de produção doravante em exercício gera gritantes contradições ecológicas e territoriais.

No Grão-Pará, porém, a implantação se deu de forma qualitativamente distinta. Além da arrumação prévia do espaço mantida, os próprios atributos permaneceram. A pesca e a produção de mandioca, alternadas com pequena caça e extração de outros produtos foram escolhidos como atividade de base de reprodução da força de trabalho, bem como barateamento do seu custo.

Contudo, à semelhança da formação espacial do Atlântico lusitano, houve uma ruptura ecológico territorial derivada das contradições da anexação das novas áreas à nascente circulação do capital, na medida em que dentre os atributos extraídos não se permitia escolha aleatória em ato ao sabor das contingências pontuais.

2.6 – A destruição da formação espacial do Grão-Pará e a gênese da formação espacial brasileira

A partir de 1755, a situação descrita no item anterior acerca da relação contraditória e conflituosa entre companhias religiosas e colonos muda. Com a expulsão dos jesuítas, cria-se a Política do Diretório para arregimentar a força de trabalho. Os aldeamentos jesuíticos, incluindo as fortalezas, fazendas, cacauais e pesqueiros reais, foram elevados à condição de cidades ou de vilas, com toponímia aportuguesada (SANTOS; SAMPAIO, 2008).

O próprio Mendonça Furtado fundou a cidade de Soure, próxima a um importante pesqueiro real, e a então vila de São Domingos do Capim, próxima a um cacaual real (MENDONÇA, 2005). Os indígenas tornaram-se vassalos do Reino português e, portanto, cidadãos livres. Além disso, foram incentivados os matrimônios inter-raciais. Os soldados portugueses que desposassem mulheres indígenas ganhavam baixa no Exército, uma propriedade sesmarial e instrumentos agrícolas. Inicialmente válido apenas para o Grão-Pará e Maranhão, o Diretório foi estendido a todo o Reino em 1758¹³².

Para arregimentar a força de trabalho, as cidades e vilas estavam sob o controle de um diretor e, sem o casamento com português, o trabalho perene era a condição necessária para a emancipação plena dos indígenas. Em algumas localidades, para efetivar o controle, os diretores se aliaram a chefes e famílias indígenas, as quais passam a figurar em Câmaras e outros cargos públicos (HARRIS, 2017).

Além disso, o Diretório racionalizou a produção. Até então a riqueza desta colônia provinha quase que exclusivamente do extrativismo. Agora a agricultura foi incentivada¹³³, e, para isso, Pombal criou a Companhia Geral de Comércio

¹³² Santos e Sampaio (2008) e Russel-Wood (2014) apontam que a legislação aplicada no Grão-Pará e Maranhão, quanto aos matrimônios, com as sociedades originais foi similar à aplicada por Pombal para as colônias lusitanas na Índia (Ceilão) e na China (Macau), com os mesmos objetivos geopolíticos.

¹³³ “Na Amazônia portuguesa, já havia então uma economia comercial lastreada na exploração do cacau silvestre, em larga escala, e do cacau cultivado, em menor importância [...] quando da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Igualmente se desenvolviam na colônia outras atividades relativas aos cultivos de cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz, bem como a criação de gado bovino, [...], que seriam em maior ou menor grau beneficiadas pela política pombalina, com o estabelecimento da

do Grão-Pará e Maranhão¹³⁴, a qual perdurou entre 1755 e 1777, e que detinha o monopólio do comércio naquele estado. Muitos cristãos novos, principalmente judeus e sírio-libaneses, desembarcaram na bacia amazônica para cuidar dessas atividades comerciais.

A Companhia Geral incrementou o tráfico de africanos escravizados para esta colônia. Até 1754, o abastecimento de força de trabalho escravizada nas praças de Belém e São Luís era feito em um comércio triangular¹³⁵, de modo similar ao abastecimento das praças caribenhas e norte-americanas. Assim, os mesmos navios que levavam produtos da Amazônia a Lisboa, depois passavam nas praças africanas, com destaque para a Guiné portuguesa, e, abastecidos com escravos, retornavam a São Luís e a Belém. As rotas eram longas, e isso implicava um abastecimento de duas ou três viagens por ano, havendo anos em que nenhum navio com escravos aportou nas duas praças amazônicas (BEZERRA NETO, 2012).

Com a Companhia, os navios passam a realizar uma rota direta entre as praças africanas e as duas capitais amazônicas, em modo similar ao que já ocorria no Estado do Brasil. No Grão-Pará, os escravos iriam tomar parte não apenas da agricultura de suprimentos básicos, como a farinha de mandioca, mas seriam utilizados principalmente nos engenhos e plantações de cana-de-açúcar, predominantes¹³⁶ nos vales do Rio Moju e do Rio Acará.

Companhia Geral de Comércio, haja vista que os antigos problemas na produção cacaueteira no tocante à falta de trabalhadores e ao transporte marítimo irregular, razoavelmente resolvida por Mendonça Furtado, também afligia os demais setores da economia colonial da região amazônica sob o domínio português” (BEZERRA NETO, 2012, p. 54-55).

¹³⁴ Em simultâneo, criou outras companhias comerciais monopolistas, com destaque para a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759), objetivando revitalizar a atividade açucareira, e a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), objetivando revitalizar a produção vinícola no território peninsular metropolitano.

¹³⁵ “Os navios que se dirigiam ao Brasil seguiam uma rota para os portos na costa norte-sul do país e outra para a costa leste-oeste do Nordeste brasileiro. Um comércio tripartite desenvolveu-se entre Portugal, África e Brasil. Em conexões intercoloniais sem um componente metropolitano, como entre Brasil e África, ou o Rio de Janeiro e o espanhol Rio da Prata, proliferavam tanto o contrabando quanto as trocas legais. As rotas portuguesas convergiam e cruzavam com as outras assediadas por navios espanhóis, holandeses, ingleses e franceses. As embarcações holandesas costumavam carregar *commodities* da África portuguesa. Suas latitudes meridionais privilegiavam Salvador e, em especial, o Rio de Janeiro como participantes no comércio legal e clandestino com portos portugueses na Índia e em Moçambique. Luanda era um porto de escala irregular para naus de torna-viagem de carreira da Índia, algumas das quais prosseguiram para o Rio de Janeiro” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 113, grifos do autor).

¹³⁶ “Os escravos contabilizavam, aproximadamente, 25% da população, cerca de 20 mil indivíduos, na Amazônia portuguesa, na primeira metade do século XIX; em torno de três quartos dos escravos concentrados na cidade de Belém; ou nos arredores, trabalhando nos engenhos de cana-de-açúcar e nas fazendas de gato. O baixo e o alto Amazonas contavam com, aproximadamente, 15% de todos os escravos

A produção de açúcar e de aguardente irá florescer a partir de então (SOUZA, 2009; QUARESMA et al., 2015). O comércio se torna a atividade que caracteriza a bacia amazônica, ainda que não houvesse necessariamente uma cisão entre a classe dos comerciantes e a classe dos proprietários de terra, havendo. As cidades, antes aglomerados de casas em torno de fortes e igrejas, agora possuem feiras e comércios em destaque (SOMBRA et al., 2018a).

Antes da Companhia Geral, os principais itens (supracitados) exportados pelo Grão-Pará eram todos frutos do extrativismo. Após a atuação da Companhia, e mesmo com o seu término, o quadro é distinto¹³⁷. A introdução da escravaria e o aumento do crédito e da liquidez fortaleceram os produtos agrícolas que rivalizaram e substituíram paulatinamente os produtos do extrativismo (“drogas do Sertão”). O cacau, principal pauta de exportação, se tornou cada vez mais cultivado, e menos extraído. Com o término da Companhia Geral, o comércio é realizado por companhias particulares (as “fábricas nacionais”), as quais também se tornam responsáveis por contratar força de trabalho indígena (CHIAVENATO, 1984). A relação de trabalho não é assalariada, mas um regime de parceria, com parte do produto do trabalho como remuneração. Em 1798, a política do Diretório é revogada. Doravante, os indígenas foram equiparados (em termos legais) definitivamente aos demais cidadãos livres e poderiam cuidar de suas próprias propriedades.

Porém, na prática, se não fossem casados, e não estivessem ocupados em alguma atividade produtiva, poderiam ser convocados pelos “corpos de trabalhadores” que estavam permanentemente à sua procura para obras públicas, de interesse das elites locais e regionais e atividades militares. Além disso, fora estabelecido uma cota de “produção mínima” por estabelecimento rural. Os que não conseguiam atingir essa cota perdiam suas

– cerca de 4 mil –, a maioria deles em Santarém e em Óbidos. Grande parte dos senhores não possuía mais que um punhado de escravos; apenas em raros casos um indivíduo possuía mais que 50” (HARRIS, 2017, p. 66).

¹³⁷ “Basta lembrar que, entre 1773 e 1818, na economia colonial amazônica portuguesa, destacava-se a produção de algodão, arroz, café e cacau. Na pauta de exportações, compreendendo o período de 1796 até 1811, os referidos produtos constavam entre os cinco primeiros na seguinte ordem: (1º) cacau; (2º) algodão; (3º) arroz; (4º) cravo fino; e (5º) café. O cacau sobressaía-se [...] representando 50,39% dos bens exportados entre os anos finais do século XVIII até 1822. Note-se, ainda, comparando-se os dados sobre os principais produtos exportados na primeira metade do século XVIII e fins dessa centúria e primeiros 11 anos do século XIX, que à exceção do cacau, do cravo fino e do café, o primeiro parcialmente cultivado, o segundo oriundo do extrativismo e o terceiro totalmente agrícola, aparecem na lista dois outros produtos agrícolas: o algodão e o arroz, embora já não conste entre os cinco primeiros o açúcar, mas, da mesma forma, já não constavam o cravo grosso e a salsa, estes últimos vinculados ao extrativismo” (BEZERRA NETO, 2012, p. 61).

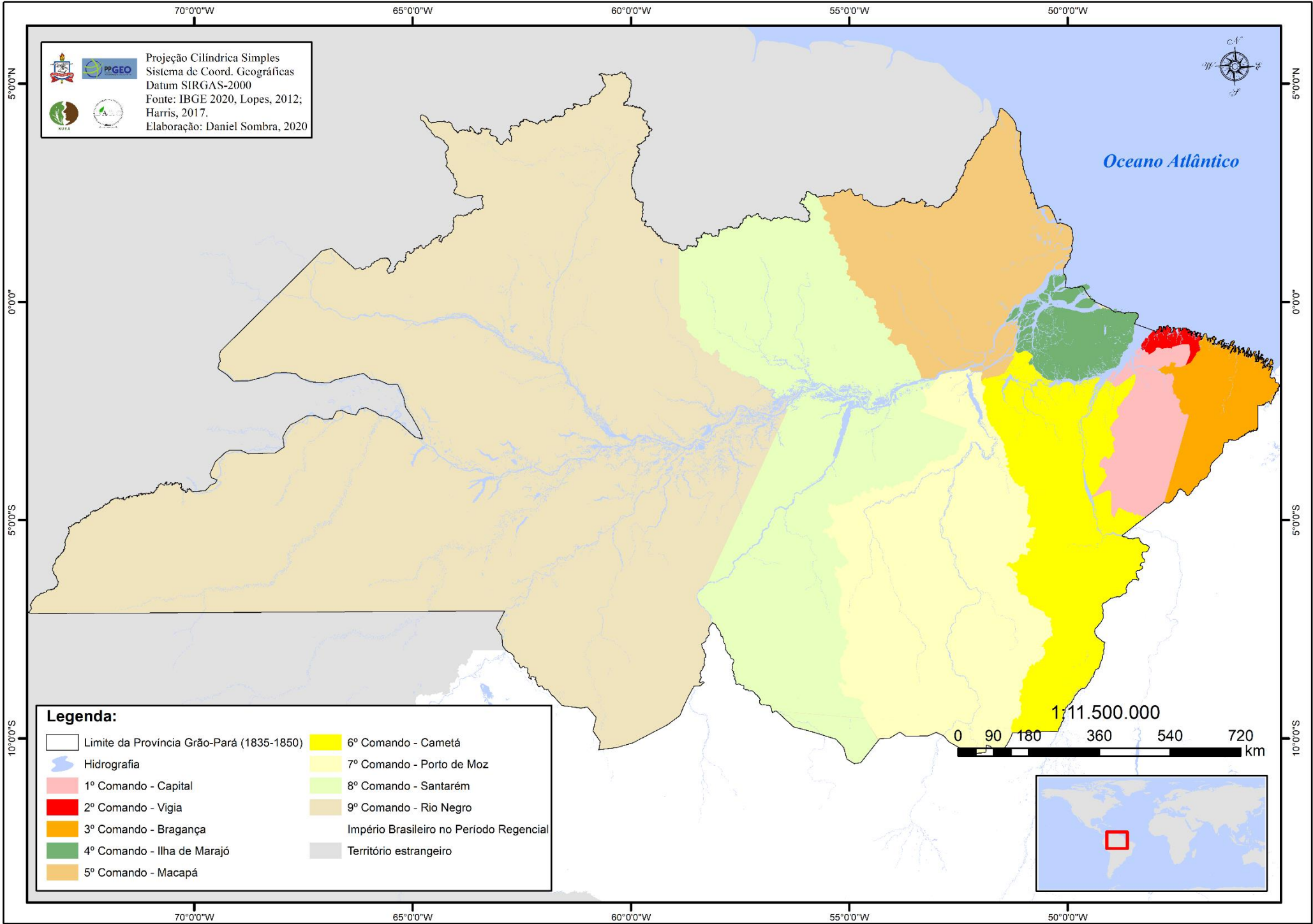
terras, e eram obrigados a trabalhar para esses “corpos de trabalhadores”. Na prática, esse foi um instrumento de tomada de terras das famílias mais pobres (indígenas e mestiças, em sua larga maioria) além de uma forma de permitir que o trabalho continuasse, de fato, cativo (HARRIS, 2017).

Os corpos de trabalhadores são controlados neste momento por comandos militares, cujas patentes maiores foram distribuídas para as famílias que ajudaram a derrotar os cabanos (LOPES, 2012). Assim, como mostra Batista (2014), as patentes militares não eram apenas honrarias simbólicas. Tais como os títulos de nobreza comprados, davam acesso ao controle da força de trabalho, e, portanto, política, cultura e economia estavam sobremaneira entrelaçados.

Neste momento, as cidades sedes dos comandos militares do Grão-Pará também sediam as principais atividades econômicas, pois passaram a comandar, organizar e regular (sempre tentando constranger a sua incômoda mobilidade¹³⁸) a principal força de trabalho do Grão-Pará: a força de trabalho indígena (LOPES, 2012), conforme ilustra o mapa da figura 9. Surge, assim, uma regionalização baseada no comando militar, como superestrutura, e nas relações de produção, como infraestrutura.

¹³⁸ “Os portugueses tentaram, sempre, controlar o movimento de pessoas e de embarcações nas águas amazônicas. Porém, a natureza sazonal da economia, as redes de comércio de longa distância e a facilidade de deserção impossibilitaram a restrição da mobilidade. Uma contradição imprevista se deu entre a ocupação territorial expansiva da Amazônia e as demandas da elite por uma população de trabalhadores sedentários. [...] O controle do movimento, [...], tornou-se alta prioridade não por razões de ordem econômica, mas antes de ordem política, para as autoridades municipais e provinciais, nas décadas de 1820 e 1830” (HARRIS, 2017, p. 72).

Figura 9: Mapa dos Comandos Militares que controlavam os “Corpos de Trabalhadores” no Grão-Pará.



Fonte de Dados Geospaciais: IBGE (2020); Elaboração própria. Fonte de Dados Bibliográficos: MUNIZ (1973); OLIVEIRA (1984); BETTENDORFF (1990); MENDONÇA (2005); LOPES (2012); BASTOS (2017); HARRIS (2017). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

A partir de 1850, inicia-se o ciclo da borracha na Amazônia, com o Arquipélago do Marajó e o vale do Rio Tocantins constituindo conjuntamente a primeira zona de extração. Entre 1850 e 1870, o cacau¹³⁹ ainda rivalizou com a borracha como principal mercadoria de exportação do Grão-Pará, e a força de trabalho predominante no trato com as seringas é indígena.

Os proprietários dos seringais são as mesmas famílias que dominam os demais setores produtivos¹⁴⁰. Assim como a atividade pesqueira foi a base da produção do espaço amazônico¹⁴¹ (sendo assim uma atividade compensatória), é necessário entender que também a policultura exerceu em relação ao cacau, em um primeiro momento, e à borracha, em um segundo momento, um papel de atividade compensatória. No caso da extração da borracha, a pecuária passa a fazer o papel de atividade compensatória.

Essa é uma característica comum a espaços geográficos onde predomina a subsunção formal do trabalho ao capital. As atividades produtivas ainda não são elaboradas sob a base do trabalho assalariado e, portanto, o capital não está posto na esfera produtiva. As relações de produção respondem a modos de produção anteriores ou à síntese dialética destes com o capitalismo.

De todo modo, por forças extraeconômicas, as esferas produtivas terminam por produzir o excedente (em forma de produtos de trabalho) necessário para a circulação do

¹³⁹ “O cacau [...] era um gênero que remontava a sua grande produção e comercialização a períodos bem anteriores ao momento em que a borracha passou a ocupar um papel de destaque na economia paraense. [...] O que os dados sobre a borracha e o cacau exportados indicam? É evidente que a tendência de um crescimento espetacular [da borracha], [...] saltando de 15.979 arrobas entre 1847-1852 para 1.374.931 arrobas [...] de 1862 a 1867[...]. Mas o cacau, apesar de não ter crescido na mesma proporção que a seringa, apresentou volumes exportados, em determinados momentos, maiores que [...] [a borracha]. De fato, [...] o cacau somente teve uma exportação menor que a borracha no último quinquênio de 1862-1867 [...]. Diante dessas observações é possível sugerir que a goma elástica coletada na Província não estava causando um abandono nas atividades agrícolas, haja vista o cacau, no referido período, ser geralmente cultivado [e não extraído]” (BATISTA, 2014, p. 63-64).

¹⁴⁰ O estudo de Batista (2014) ilustra quais são as famílias que constituem a elite regional grão-paraense do século XIX, e suas imbricações com as atividades econômicas e o controle de cargos políticos na Província do Grão-Pará e outras províncias.

¹⁴¹ “No primeiro momento de hegemonia da subsunção formal, a atividade pesqueira sintetiza a formação espacial e o trabalho porque o produto do trabalho é base da reprodução da força de trabalho, e, portanto, base da reprodução das relações de produção que sustentam o capitalismo comercial, Portugal e Roma. No caso da formação espacial amazônica, portanto, a pesca pode ser considerada a atividade de base da formação espacial amazônica, por ser a atividade de controle de reprodução da força de trabalho, até o momento da disseminação da subsunção real, onde o controle do produto do trabalho está substituído pelo controle do processo do trabalho, não apenas em uma atividade industrial específica, mas no todo do circuito econômico ao qual obedecem a todas as formas produtivas” (SOARES, 2016, p. 289).

capital na escala do mercado mundial. As atividades compensatórias são utilizadas para compensar os proprietários de terras das perdas na circulação.

A transição da Colônia ao Império é traumática. A manutenção da integralidade territorial sofre um profundo abalo no período regencial, com revoltas de distintas naturezas¹⁴². O Império sobrevive através da constituição de um profundo pacto de oligarquias, com famílias que passam a se intercruzar por meio de casamentos locais e, por vezes, inter-regionais.

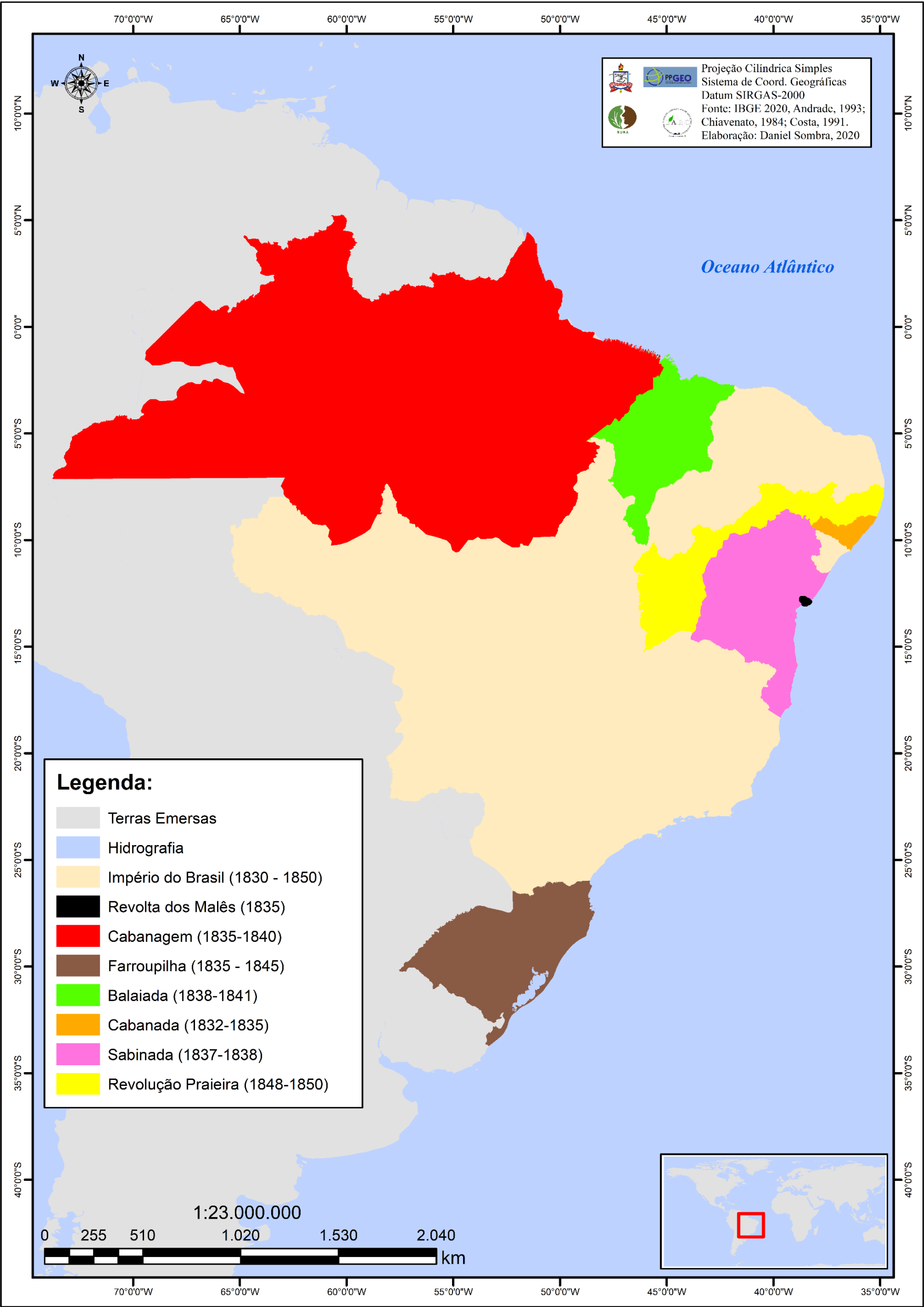
As revoltas regenciais¹⁴³, ilustras no mapa da figura 10, lidas como um todo, sem ignorar suas particularidades, manifestaram uma insatisfação das classes sociais existentes¹⁴⁴ nas formações espaciais coloniais em se ajustar a um Império constituído da classe social que acumulava com o controle da circulação de mercadorias e força de trabalho.

¹⁴² “Durante a Regência [...], as lutas travadas assumem grande complexidade. Ao lado de movimentos regionais de descontentamento das próprias camadas dirigentes, caldeados pelas [sic] idéias liberais, que lastrearam a independência e a constitucionalização do país, interferiram violentas reivindicações populares que provocaram surpreendentes composições no seio dos grupos dominantes. Restabelecida a ordem, que significa principalmente centralização política, e abafadas as pretensões de categorias inferiores da população, a paz interna vai assentar-se na solidez de nossa estrutura agrária, fundada na escravidão, e as contendas políticas passarão no plano nacional e no seio da poderosa classe dos senhores rurais. O eixo político deslocar-se-á mais ou menos segundo o itinerário da riqueza agrícola, que repousa nas culturas de açúcar, algodão e café, e na escravidão que as tornava produtivas” (LEAL, 1997, p. 91-92).

¹⁴³ Aqui refere-se à: a) Cabanada ou Guerra dos Cabanos, ocorrida no sul de Pernambuco e no norte de Alagoas (1832-1835); b) Revolta dos Escravos Malês em Salvador (1835); c) Cabanagem, já comentada na presente Tese de Doutorado em Geografia, ocorrida ao largo do Grão-Pará (1835-1840); d) Guerra dos Farrapos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (1835-1845); e) Sabinada, ocorrida na Bahia (1837-1838); f) Balaiada, ocorrida no Maranhão (1838-1841); e, g) Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco (1848-1850), esta última considerada aqui uma “revolta regencial tardia”.

¹⁴⁴ “Uma análise do I Reinado e da regência mostra que a independência, feita sob a égide da monarquia, não satisfaz as aspirações populares; afastadas as autoridades portuguesas que não aderiram à mesma, o poder continuou a ser controlado pelos mesmos grupos que governavam durante o período colonial, ficando as classes menos favorecidas e os negros escravos e indígenas sem qualquer participação no poder. Estes grupos formavam a maioria da população, e mesmo não sendo ainda ‘uma classe para si’, já eram uma ‘classe em si’ e levantavam-se de forma desordenada, quando provocados ou quando sentiam algum enfraquecimento na estrutura do poder” (ANDRADE, 1991, p. 46).

Figura 10: Mapa de localização das províncias que realizaram as “Revoltas Regenciais”.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2020); elaboração própria. Fonte da Dados Bibliográficos: MUNIZ (1973); ANDRADE (1984, 1993); CHIAVENATO (1984); COSTA (1991); MENDONÇA (2005). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

Tratava-se de uma negação¹⁴⁵ da tentativa de síntese e transformação de algo novo das diversas formações espaciais que existiam na colônia portuguesa. Essa inconformidade¹⁴⁶ já estava demonstrada na recusa de diversas províncias em aderir à Independência proclamada no Ipiranga, e explode em um momento de fragilidade da autoridade imperial. A derrota da Revolução Praieira em Pernambuco, em 1850 (uma espécie de “revolta regencial tardia”), já no Segundo Reinado, marca a afirmação de um novo cetro, que é sustentado por uma união de oligarquias regionais, marcadas por casamentos entre famílias nas províncias, e casamentos inter-regionais na política do Congresso Nacional¹⁴⁷.

¹⁴⁵ “A Cabanagem é uma rebelião célebre na história do Brasil. Ocorreu em um tempo de ruptura e incerteza: o monarca que havia levado o Brasil à Independência abdicara em meio a uma onda crescente de liberalismo radical e ataque virulento aos portugueses. Seu próprio filho era muito novo para governar, motivo pelo qual foi estabelecida a Regência. Nos quatro anos seguintes, leis foram introduzidas, que deram mais poder às regiões. Na década de 1830, significativos levantes tiveram lugar não apenas no Pará, mas também nas províncias do Nordeste – Pernambuco (a Cabanada), Maranhão (a Balaiada) e Bahia (a Sabinada e a Revolta dos Malês de 1835) – e do extremo sul do Brasil (a Farroupilha). Cada um deles ameaçou a futura existência do Brasil e desafiou, em diferentes graus, a exclusão política do povo, a grilagem de terra pelas elites, a escravidão e monarquia. Desde então, os historiadores têm confrontado a natureza nacional da ruptura política durante o período regencial (1831-1840). Que interesses mantiveram o Brasil unido? Foram as rebeliões – ou, mais acuradamente, sua repressão – necessárias à asserção da integridade e identidade nacionais? Se assim for, a quem pertence essa versão? Como pode ser entendida a participação popular na política? De que modo, se houve algum, cada rebelião se articulava às outras? Dadas as imensas diferenças regionais do Brasil naquele tempo, poderia a contemporaneidade dessas rebeliões ocultar processos e relações locais que não se submetiam a uma perspectiva nacional? Essas são questões em aberto, às quais este livro faz uma contribuição” (HARRIS, 2017, p. 17).

¹⁴⁶ Essa inconformidade tem sido resumida por historiadores como um grande confronto entre os proprietários de terras (crioulos; brancos nascidos na colônia) e os comerciantes (sobretudo de escravos), em geral portugueses. Síntese essa que não consegue enquadrar corretamente o caso do Grão-Pará. Em todo o caso, a Independência rapidamente mostrou que não iria modificar o quadro social brasileiro. No caso da América espanhola, a despeito do mundo colonial hispânico ter se fraturado em uma miríade de jovens repúblicas, o mesmo ocorreu. “A revolução americana, em vez do conflito entre a nobreza latifundiária e a burguesia comerciante, produziu, em muitos casos sua colaboração, seja pela impregnação de ideias liberais que contaminavam a aristocracia, seja porque essa em muitos casos não via nessa revolução mais que um momento de emancipação da coroa da Espanha. A população camponesa, que no Peru, era indígena, não teve presença direta, ativa, na revolução. O programa revolucionário não representava suas reivindicações” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 83).

¹⁴⁷ Assim, se concorda nesta Tese de Doutorado com os termos gerais defendidos por Brandão (2012, p. 99): “Ao emancipar-se, em 1822, o país necessitou articular sua frágil unidade. Assim, a formação do Estado nacional deveria manifestar-se também como controle – com algum grau de centralização, soberania e repressão – sobre seus diversos espaços regionais. Sem rupturas, é constituído o Estado nacional, que articulará as elites oligárquicas regionais e, da unidade nacional. ‘São lançadas as bases do permanente travejamento horizontal do Estado brasileiro. A pactuação horizontal interoligárquica irá permitir que se combine o dinamismo das forças produtivas em algumas regiões, nas quais emergem novos atores sociais, coma reprodução simples e não dinâmica da periferia, conservando os velhos atores sociais. O Estado nacional irá articular-se para a construção do futuro, legitimando-se como mantenedor do atraso’ (Lessa, 2001, p. 264). A preocupação recorrente com a unidade e integridade de um território continental e insular requeria que se promovessem a conquista e a interiorização, construindo as vias de penetração necessárias ao rompimento da fragmentação e do isolacionismo da nascente nação. Era fundamental construir a soldagem de interesses específicos e dispersos. Durante o período regencial, as sublevações provinciais serviram como um alerta e se constituíram no primeiro abalo que conspirava contra a unidade (nacional e

No Grão-Pará, contudo, no que tange ao controle da força de trabalho, apesar dos comandos militares e dos corpos de trabalhadores, a situação *de jure* era que os indígenas continuam com a condição de cidadãos livres e os mecanismos de coerção já não possuíam a mesma força da época colonial. O preço da força de trabalho escravizada estava cada vez mais alto, com a proibição por parte da Inglaterra do tráfico internacional de escravos.

Doravante, as oligarquias locais e regionais se preparavam para mudar o regime de trabalho e de terras no Brasil. Em 1850, conforme supracitado, sob pressão britânica o Brasil cria a Lei Euzébio de Queiroz e sua irmã gêmea, a Lei de Terras. Em um passo, o país se prepara para tornar “livre o trabalho, e cativa a terra” (MARTINS, 1979). O peso da reprodução da força de trabalho no regime escravocrata torna-se alto, e as oligarquias resolvem “passar esse peso” aos próprios trabalhadores.

territorial) que se encontrava em construção, sob um Estado que ainda se compunha. Assim, entre 1831 e 1848, cerca de duas dezenas de revoltas, com grande expressão política se espalharam por todas as regiões do país. Tiveram maior vulto as seguintes: Cabanagem, no Pará (1835-1840); Sabinada, na Bahia (1837-1838); Balaiada, no Maranhão (1838-1841); Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845) e Praieira, em Pernambuco (1848)”. O papel das Revoltas Regenciais na constituição da formação espacial brasileira ainda será comentado adiante. O ponto de discordância com a obra de Brandão (2012), e, na realidade, com toda uma escola de interpretação da geografia do Brasil está na periodização. Após o Período Regencial Brasileiro, com a Consolidação do Império, e sobretudo, após a república, não há como defender que “as partes eram maiores que o todo”. Para Brandão (2012, p. 102, grifos do autor): “O Estado e o mercado nacionais se estruturavam, apesar de os nexos inte-regionais serem ainda bastante esporádicos e fortuitos. O Brasil era composto de economias auto-referidas [*sic*], confinadas em seus estreitos horizontes. Existia pouca necessidade concreta de vinculação entre si. Os meios para essa articulação eram escassos e incertos. O país se constituía de inúmeras ‘células exportadoras’ espalhadas e dispersas, formando a um compósito de unidades regionais esparsas: o todo não era maior que a soma das partes, como o será numa economia integrada. Assim, tivermos a produção açucareira nordestina nos séculos XVI e XVII; a mineração mineira, goiana e mato-grossense, no século XVIII; a pecuária estendendo-se pelo *hinterland* e terras rio-grandenses; a madeira e o mate em áreas paranaenses e do Centro-Oeste, no século XIX; o algodão, no Nordeste, e a economia do aviamento da borracha na Amazônia do último quartel do século, para a virada do século XX, e outros menos importantes e mais localizados. Essas experiências mobilizavam enorme contingentes populacionais que, passado o auge do ciclo, deveriam encontrar novas formas de sobrevivência. Desse processo resultou uma massa humana ‘dispersa por um amplo território, com boa parte dela achando-se congelada em estruturas produtivas relativamente atrasadas e de baixa produtiva’ [...]. Uma grande massa de desclassificados da propriedade e deserdados de qualquer forma de riqueza material vai sendo constantemente depositada nas cidades”. Essa massa, pode se acrescentar, vai elaborar as atividades compensatórias que fundamentam o poder das elites locais ao largo da formação espacial brasileira. Porém, considerando os termos estabelecidos nesta Tese de Doutorado em Geografia, é possível expressar esse raciocínio para o caso do Ciclo das chamadas “drogas do Sertão”, mas não para o caso da borracha, e também não para o caso da cafeicultura. Esses foram eventos de afirmação da formação espacial brasileira, com força de trabalho hegemônica de fora da Amazônia, e também com importante participação de capital de outras regiões (senão diretamente na borracha, em atividades estruturais da produção, como a navegação e a estrutura ferroviária e portuária, conforme será discutido adiante). Os casamentos inter-regionais, a articulação no Congresso Nacional, a mudança da regulação da terra (Lei de Terras de 1850) e do trabalho (Lei Euzébio de Queiros de 1850) e o lançamento do peso da reprodução da força de trabalho sobre o próprio trabalho – conforme os termos de Moreira (2018) – são fenômenos de fundação da formação espacial brasileira como uma totalidade, e, portanto, síntese, superior à mera soma de suas partes.

Conforme Moreira (2018), esse custo da reprodução da força de trabalho é lançado sobre o trabalho livre, na forma de um quase-campesinato. Isso implica, para este, a organização de sua reprodução no âmbito de uma economia de troca controlada pela classe dominante, o que vai ter variações pelo Brasil, com o regime do colonato, mais comum nas áreas cafeeiras; o regime de morador, mais afeito às antigas áreas canavieiras e pecuárias; e o sistema de barracão dos seringais amazônicos. Ainda não há a implantação do trabalho assalariado.

Por outro lado, era necessário garantir a permanência das propriedades com as classes que já a possuíam. As mudanças eram estabelecidas para “manter a ordem social”. Tratava-se de “mudar para manter exatamente igual”, como diz Moreira (2018). Batista (2014) comenta como as classes dominantes do Grão-Pará, nucleadas em Belém, estavam preocupadas com relação aos hábitos da atividade seringueira, de modo que o trabalho perene lhes parecia condição essencial para alcançar um grau civilizatório.

Na realidade, havia preocupação com uma possível fratura na ordem social¹⁴⁸, como a irrupção cabana. Por isso, mesmo apostando na atividade que rapidamente começou a trazer dividendos de grande monta, as elites locais não descuidaram das demais. Batista (2014) afirma que, em “sociedades pré-industriais”, não importa às elites somente o máximo de lucros líquidos, mas sobretudo as estratégias diversas (mesmo que impliquem investimentos menos lucrativos) que objetivam a reprodução do *status* social¹⁴⁹.

A derrota das revoltas regenciais marca a maturidade do Império brasileiro. A partir daí se tornará um fenômeno comum um governador de uma província se tornar, posteriormente, senador ou governador de outra província. Mesmo que em algumas dessas rebeliões, famílias das chamadas elites locais tenham ficado em lados opostos, como ocorreu na Cabanagem, na Farroupilha e na tardia Revolução Praieira, o esforço oficial no sentido de conciliação das elites se materializou nos intercasamentos

¹⁴⁸ Isto, afinal, não é particularidade do Ciclo da Borracha. Conforme constata Harris (2017) para o caso da Amazônia colonial portuguesa, e Bastos (2017), também para o caso da Amazônia colonial espanhola, a mobilidade da mais importante força de trabalho foi tolerada, por questões práticas, mas nunca aceita, no fundo, pelas elites locais, que sempre tentaram formas, aqui e ali, de imobilizar os trabalhadores (indígenas, sobretudo). Nunca conseguiram, afinal, porque tal era incompatível com o tipo de relações de produção existentes.

¹⁴⁹ Batista (2014) utiliza a obra de Polanyi (2000) como referencial. Nesta Tese de Doutorado em Geografia, considerando o que já foi apresentado no primeiro capítulo – e com base em Marx (2011b), Dussel (2012), Mota (2017) – e também já nesse capítulo – e com base em Ferlini (2003) e Moreira (2018) – pode-se simplesmente dizer: em espaços de subsunção formal do trabalho ao capital, as elites locais não buscam somente a maximização dos lucros, em forma de mais-valor relativo, mas principalmente, a reprodução de atividades compensatórias, as quais lhe garantem a reprodução social enquanto elites locais.

(BATISTA, 2014; DEL PRIORI, 2009) entre famílias rivais¹⁵⁰, e entre províncias distintas.

O Congresso brasileiro se torna cada vez mais o espaço de articulação política e social dessa classe social de mandatários gerada pela colonização, empenhada em impedir a repetição de fraturas tão graves novamente. O discurso acerca do progresso tecnológico casado com o progresso cívico, ganha formas positivas e humanistas, mas expressa o fundo de preocupação de uma classe social que não pretende abrir mão de seus privilégios cristalizados na concentração de terras, base da concentração de renda, condição objetiva para o controle dos grandes ciclos econômicos, de diálogo com a geografia do espaço mundial, e das atividades compensatórias, eixo de construção da geografia nacional.

Dito isto, e estabelecida a superação das revoltas regenciais e a consolidação do Segundo Reinado como o momento genético da formação espacial brasileira, sem desconsiderar os antecedentes, é possível afirmar que a corrida para a extração da borracha (e caucho) na Amazônia e para a plantação de café em São Paulo são os primeiros eventos de monta do Brasil recém-nascido.

O Brasil como propriedade emergente das formações espaciais coloniais dissolvidas e fundidas, negadas e superadas. É aliás nesse momento histórico que aparece, pela primeira vez, o nome “Amazônia” para se referir aos sobrantes Grão-Pará (e logo Pará) e Rio Negro (e logo Amazonas), deixando, de forma célere, caduca a toponímia “Grão-Pará”. É justo dizer, portanto, que a Amazônia nasce com a borracha. E também já nasce como parte fundamental do Brasil, distinta do Grão-Pará, assassinado que foi na Cabanagem.

¹⁵⁰ O que não deixa de ser um “costume monárquico herdado dos tempos feudais” como bem faz notar Del Priore (2009).

Corajosos Paraenses, valentes defensores da Pátria e da Liberdade! Depois de nove dias de fogo mortífero com outras tantas noites, estamos senhores da formosa Belém, capital da província! Os dois estrangeiros Manuel Jorge Rodrigues e João Taylor lá se vão de fugida e duma maneira vergonhosa: o primeiro à frente de seus aguerridos e briosos batalhes de voluntários, e o segundo à frente de sua esquadra de intrépidos marinheiros! Esta cidade, que ainda há pouco dias era governada por um presidente rebelde, apresentava um quadro risonho e encantador. Girava o comércio, funcionavam tôdas as repartições públicas, havia sossêgo, paz e ordem. Hoje o que vemos nós? Com dor o digo, esta tão bela cidade, tão cheia de encantos, está reduzida a um montão de ruínas! Para tôdas as partes onde lançamos as nossas vistas, só vemos a imagem da dor e da tristeza!

Amados patrícios! Seremos nós os responsáveis perante Deus por tantos males que hoje pesam sobre o Pará? Certamente que não. Os dois monstros e fugitivos estrangeiros Jorge e Taylor serão os únicos responsáveis diante do Ser Supremo e perante a História, pelas grandes desgraças que hoje pesam sobre a inocente família paraense! Amparo e proteção para milhares de famílias inocentes que neste momento estão sob nossa guarda! Seja cada um de vós um pai, um protetor da inocência desvalida! Procedendo assim bem teremos merecido da pátria e das gerações futuras.

Meus amados patrícios! Eu vos afiançei que o infame e opressor jugo estrangeiro havia de cair por terra e que seríamos os vencedores. Realizaram-se os meus bons desejos e gratas esperanças. Vós sois dignos do nome paraense! Vós todos, soldados da liberdade, estais cobertos de glória pelo vosso patriotismo, valor e constância! Os nossos inimigos são os primeiros a confessar o vosso valor e heroísmo! Nos combates desesperados que sustentamos, eu fui o que menos fiz; porém, sempre me achei ao vosso lado e onde havia perigo. Era um dever de honra a cumprir. A nossa obra ainda não está concluída, ainda resta muito a fazer. Antes de tudo, peço-vos que modereis o vosso ardor guerreiro, e amanhã ou depois teremos que aclamar um presidente que mereça a nossa estima, confiança e respeito. Dignos chefes de tôdas as colunas, vós todos sois merecedores dos maiores louvores e elogios pelo vosso valor, firmeza de caráter e lealdade. VIVAM OS DESCENDENTES DOS AJURICABAS E ANAGAÍBAS! VIVAM OS PARAENSES LIVRES! VIVA O PARÁ! (EDUARDO FRANCISCO NOGUEIRA ANGELIM, Proclamação em 23 de agosto de 1835, após a retomada de Belém pelos Rebeldes Cabanos *apud* RAIOL, 1970, p. 925-926).

Às nove, enquanto tomávamos o café da manhã no terraço do Habana Riviera, um tremendo golpe de mar em pleno sol levantou vários automóveis que passavam pela avenida à beira-mar, ou que estavam estacionados na calçada, e um deles ficou incrustado num flanco do hotel. Foi como uma explosão de dinamite que semeou pânico nos vinte andares do edifício e fez virar pó a virada do vestibulo. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2000, p. 91).

Midway of the Ponte Vecchio at Florence, where three arches break the line of the little jewelers' booths glittering on either hand, and open an approach to the parapet, Colville lounged against the corner of a shop and stared upon the river. It was the late afternoon of a day in January, which had begun bright and warm, but had suffered a change of mood as its hours passed, and now from a sky dimmed with flying gray clouds was threatening rain. (HOWELLS, 1985, p. 1).

Em fins de setembro, as montanhas da Planície de Kantô, já se mostravam em plena estação de outono. Os pomares das casas de campo mostravam as plantações de caquis completamente vermelhos e amadurecidos. Uma variedade de plantas outonais embelezava cada lado da estrada, com flores e seus aromas. Dentre elas havia crisântemos verdes dos campos, tranquilamente florescidos. A primeira rosa noturna (*tsukimissô*) ainda permanecia florida e as espigas de *Sussuki* (a relva dos pampas japoneses) remanesciam ainda, como se estivessem anunciando o outono que transcorre (IKEDA, 1976, p. 9).

CAPÍTULO 3 – DINÂMICAS ESPAÇO-TEMPORAIS E ORDENAMENTO TERRITORIAL DA ZONA COSTEIRA PARAENSE: FUNÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA

Este capítulo apresenta os sítios e a situação geográfica – nos dois eixos, diacronia e sincronia – do recorte espacial escolhido, a Zona Costeira Paraense, apresentando os agentes da produção desse espaço e suas territorialidades e escalas entrecrocadas, objetivando esquadrihar as projeções territoriais geradas sobre o recorte espacial.

Em especial, destaca como os recursos naturais desses ambientes podem ser uma variável para elucidar as disputas interescares entre os agentes no território nacional e regional, e como os agentes locais constroem suas territorialidades em superposição, conflituosa ou não aos territórios oficiais. Isso em virtude de serem espaços estratégicos para observar o controle do trabalho através das atividades compensatórias aos ciclos econômicos hegemônicos.

3.1 – Áreas de fronteira, terrenos de marinha e terrenos marginais

As obras de Oliveira (1984), Bastos (2017) e Harris (2017) fornecem estudos importantes para entender a particularidade das “áreas de fronteira” enquanto áreas limítrofes entre os Impérios coloniais, onde se confrontavam não apenas linhas de poder, mas áreas de produção (controle da reprodução das relações de produção, sobretudo, das forças produtivas).

O conjunto dos terrenos de marinha e seus acrescidos (áreas aterradas) possui sentido similar, enquanto grandes “fronteiras marítimas” e será tratado de forma mais acurada doravante. Contudo, antes de seguir em forma de metanarrativa, um comentário faz-se necessário sobre os terrenos marginais.

Quando se aborda acerca dos terrenos marginais, está-se referindo de fato às áreas de várzeas, ou seja, às planícies fluviais de inundação presentes nas calhas dos grandes rios. Sua concentração é mais destacada rios acima, a montante, em lugares nos quais as águas já não sofrem a influência cotidiana das marés. Ali, onde o ritmo das cheias e vazantes não é diário, e sim sazonal. Do ponto de vista legal, esse conjunto está no mesmo nível dos terrenos de marinha, como Patrimônio da União, conforme será comentado.

Contudo, e mais importante, do ponto de vista histórico¹⁵¹ e geográfico¹⁵², essas áreas de várzea possuem a mesma importância que os terrenos costeiros para a compreensão da propriedade da terra enquanto fundamento do controle de atividades compensatórias. Entrementes, de agora em diante a narrativa se concentrará no caso costeiro.

Os mares (com extensão aos grandes rios navegáveis) foram as primeiras fronteiras do espaço brasileiro. Não só no sentido de limite do território colonial, mas como os primeiros espaços no Novo Mundo lusitano que passaram por amplas e complexas transformações socioespaciais, onde, em suma, se processou, pela primeira vez, a subsunção (formal) do trabalho ao capital. O que as fronteiras agrícolas e, no limite, as fronteiras políticas (limites) representam no século XX é algo antecipado pelas zonas costeiras, as primeiras fronteiras do Brasil¹⁵³.

¹⁵¹ “Ao longo dos rios, as planícies alagáveis mantêm densas florestas. Em alguns lugares, a várzea é alta; em outros, é baixa e mais propensa a longos períodos debaixo d’água. As florestas alagadas provêm outro rico ambiente para humanos e animais. Os peixes, por exemplo, nadam nessas águas escuras e se empanturram de sementes e bagas que caem das árvores. Técnicas especiais de pesca foram desenvolvidas para pegar esses peixes. Tal combinação rio-floresta é própria da Amazônia. A estimativa da várzea é de apenas 2% ou 3% da terra de toda a bacia. A dimensão reduzida não corresponde, entretanto, à importância econômica e social da várzea no fim do período colonial e início do período nacional, quando se tornaram foco de conflito, conforme migrantes e índios tentaram lá se estabelecer. Parte da história da Cabanagem é a luta pelas margens dos rios” (HARRIS, 2017, p. 51).

¹⁵² “Uma característica marcante da várzea do *Baixo Amazonas* reside no regime de inundação, pois ela é coberta durante longo período de cheia do rio. A produção agrícola é limitada pelo regime das enchentes [...], que corresponde ao período da subida das águas, novembro a maio, esta fase coincide com o período chuvoso e alcança limite máximo geralmente nos meses de abril a maio [...]. O outro período tem início normalmente em maio a junho e coincide com a descida das águas, atingindo seu limite nos meses de setembro a novembro, quando também diminuem as chuvas e se pratica as lavouras de ciclo curto - melancia, feijão, milho, jerimum, além de outros [...]. No período das cheias, torna-se impraticável a atividade agrícola pelas comunidades varzeiras. No entanto, elas desenvolveram um fantástico sistema de cultivo de hortaliças em canteiros suspensos, já que as terras geralmente ficam submersas” (CANTO, 2007, p. 41, grifo do autor).

¹⁵³ “O aspecto notável da América portuguesa era que, exceto por São Paulo (fundada em 1554) e por distritos mineradores surgidos no século XVIII, os portos constituíam os únicos centros urbanos da colônia. Sob o aspecto jurídico, as únicas cidades propriamente ditas na colônia, antes da elevação de São Paulo (1712) e Mariana (1715) a tal *status*, eram as da região costeira atlântica: Olinda (1537), Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565). As vilas eram: Santos (1532), Vitória (1535, mais tarde nomeada Vila Nova do Espírito Santos e transferida em 1551, passando a se tornar uma cidade em 1823), São Luís (fundada em 1612 pelos franceses, tomada em 1615 pelos portugueses), Belém (1616), Paraíba (16??), Paranaguá (1646-1649?), Fortaleza (1699, cidade em 1823), Recife (1710, cidade em 1823) e Porto Alegre (1810). Por grande parte da história brasileira, uma vila ou cidade foi sinônimo de porto, desse modo colocando em discussão (até meados do século XVIII) o questionamento do professor Higman da América portuguesa sobre o que configurava a singularidade das cidades portuárias *vis-à-vis* as não portuárias. Tampouco o processo histórico no Brasil permite atestar outra indagação: quais características diferenciavam os portos fluviais dos marítimos. Manas foi essencialmente uma criação do século XIX e, durante o período colonial, Santarém foi mero ponto de transição para colonizadores, missionários e produtos entre o interior da

Far-se-á, então, um recuo em forma de digressão jurídica. É preciso ter em mente que o conjunto de terras e recursos – corpos e cursos hídricos que atravessam mais de uma unidade da Federação, terrenos de marinha e terras marginais de rios federais, e seus acrescidos, além das terras fronteiriças – que compõem o atual Patrimônio Fundiário do Estado nacional brasileiro sempre representou uma particularidade dentro do ordenamento jurídico-territorial que a Coroa lusitana foi engendrando na colônia brasileira.

Esse ordenamento jurídico-territorial foi construído com o Estado lusitano mediando o controle central sobre a circulação da produção e da principal força de trabalho (africana escravizada) e a autonomia interna dada aos proprietários de terra (COSTA, 1991). A questão chave, porém, está no fato, bem notado por Leal (1997), de que há uma contradição entre a formação do espaço público e do espaço privado na Colônia brasileira, de vez que o próprio espaço público, pertence, em última instância, a um indivíduo: Sua Majestade.

De acordo com Lima (2002), foi por volta de 1557 que a Coroa demonstra a primeira preocupação com as chamadas Lezírias¹⁵⁴. Na metrópole, essas áreas eram consideradas bens reais, de propriedade direta da Coroa, derivando daí, para o autor, o esforço de uniformizar o tratamento dado a esses recursos em todo o Reino Colonial Português. À época criou-se um regulamento que recomendava que esses bens ficassem restritos à propriedade real. Mas a primeira lei efetivamente redigida nessa direção surgirá muito mais tarde, apenas em 1664.

O Decreto Real de 05 de março de 1664 proibia a concessão de terras nas lezírias e paúis¹⁵⁵. Assim, pela primeira vez, as terras alagadas e alagáveis começam a passar por um regime especial do ponto de vista da regulação, ainda que, muitas vezes (ou mesmo, na maioria das vezes), isso não se efetivasse do ponto de vista prático.

Há intenso debate histórico e jurídico sobre esse decreto, cuja justificativa é “assegurar às populações e à defesa nacional o livre acesso ao mar e às áreas litorâneas”. Para Lima (2002), a conotação de “defesa nacional” se refere ao fato de que esta faixa

Amazônia e os enclaves costeiros. Nem a geografia brasileira oferece respostas à proposição de que os portos em ilhas poderiam se diferenciar dos continentais” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 127).

¹⁵⁴ De acordo com Ferreira (1999), o verbete lezírias significa: 1. Terra plana e alagadiça, nas margens dum rio; 2. Por extensão, qualquer terra baixa e alagadiça.

¹⁵⁵ Paúis representa plural de “paúl”, palavra hoje em desuso que significa pântanos ou áreas alagadas (FERREIRA, 1999).

devesse estar sempre desimpedida para o livre trânsito de tropas militares ao longo da costa marítima e das margens dos rios e lagunas sujeitas à influência das marés. Livres para as atividades militares e também livres para as populações, exceto nos locais onde houvesse preponderante interesse militar.

Tal não tem sido a interpretação da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), que alega que o Decreto Real estabeleceu a proibição de qualquer gênero de comercialização privada das terras na extensão horizontal de 33 metros a partir da linha da preamar média, onde houvesse influência da maré. A distância de 33 metros corresponderia à distância média que as balas de canhões conseguiam atravessar no século XVI. Ideia que é contestada¹⁵⁶ por Lima (2002).

Para Leivas (1977), a propriedade dos terrenos de marinha e seus acréscimos já era contraditória na origem, quando estavam sob tela as lezírias. Segundo esse autor, as lezírias eram apenas as aluviões fluviais, não incluindo as marítimas, tendo sido, a seu ver, essa situação de desentendimento ou brecha legal o que permitiu a alguns grandes proprietários do Rio de Janeiro se apropriarem, *de facto*, da orla da Baía de Guanabara.

A disputa da forma de ordenamento territorial e produção do espaço também atingiu aos terrenos de marinha. Por volta de 1675, as ordens religiosas, com destaque para os jesuítas, tentaram se apossar dos manguezais das cidades do Rio de Janeiro e de Vitória, fato que alarmou as duas Câmaras. A Carta Régia de 4 de dezembro de 1678 responde afirmativamente aos colonos¹⁵⁷, estipulando que esses tinham o direito de acesso ao mar e à prática de atividade pesqueira por seus escravos, ressaltando, porém, que a propriedade dos terrenos costeiros era da Coroa. Inicia, então, a confusão entre propriedade, posse e uso.

¹⁵⁶ “Pesquisando-se sobre o alcance máximo das “balas” dos primeiros canhões com tubos metálicos inventados pelo homem, no início Século XIV (Exitus, 1971), se constata que ele era da ordem de três (3) quilômetros; logo, se pode concluir que a relação entre 33 metros e três mil metros (1/0,011) é desprezível, no que se refere ao mencionado alcance ou seja, uma edificação localizada sobre a faixa onde termina o embate do mar (ou onde chegam as águas nas marés de sizígias), distante 33 metros ou cem (100) metros da LPM/1831, significam, praticamente, a mesma coisa, isto é, seria fatalmente atingida pelas referidas balas arremessadas pelo canhão de uma embarcação distante da praia em cerca de dois a três quilômetros!” (LIMA, 2002, p. 20).

¹⁵⁷ Cabral (2014, p. 38), comentando acerca dos impactos da Carta Régia de 1678 na disputa entre colonos e Coroa afirma que: “no que concerne à doação de áreas que compreendem os terrenos de marinha, convém ressaltar que a Carta Régia de 04 de outubro de 1678 não proibiu a concessão, mas determinou que estes não poderiam ser doados pelas câmaras municipais, mas somente pelo Soberano”, o que significou, para a autora, uma grande derrota política da Câmara de Belém.

A expansão urbana das cidades litorâneas desenvolvia-se em decorrência das atividades exploratórias da ocasião (seguindo aliás, a tendência de fixação nas planícies costeiras durante todo o Período Colonial), principalmente na orla marítima onde edificações como armazéns e trapiches estavam sendo feitos nas terras à beira-mar, contra as quais representara à Coroa o Provedor da Fazenda.

Por isto, a Ordem Régia de 21 de outubro de 1710 manda que o Governador do Rio de Janeiro informe sobre tais edificações feitas na marinha ou praias da cidade, determinando que as sesmarias nunca devam atingir as áreas de marinha, as quais sempre deveriam estar desimpedidas para qualquer incidente a serviço real¹⁵⁸.

Na prática, porém, nem no Rio de Janeiro, nem em qualquer outra capital provincial, as ordens reais tiveram efeito, como foi o caso em Belém¹⁵⁹. Em decorrência das atividades econômicas e novas construções elaboradas na orla marítima entre nos anos de 1710 e 1725, Coroa Portuguesa baixou uma ordem régia, em 10 de janeiro de 1726, proibindo edificar ou avançar, sequer um palmo para o mar, por assim exigir o bem público. Posteriormente, em 10 de janeiro de 1732, elaborou outra ordem Régia que declara que as praias e mar são de uso público, e não poderiam, então, os proprietários nas suas testadas impedir que terceiros lançassem redes para pescar (LIMA, 2002).

Assim, a digressão jurídica¹⁶⁰ indica que, em termos formais, a disputa inicial entre o Estado Colonial Português (a Coroa lusitana) e os proprietários particulares da colônia vem a se afirmar como um conflito jurídico-legal entre duas teses: *a*) a tese da segurança nacional, defendida pela Coroa; e, *b*) a tese do acesso à circulação e do direito de ir e vir, defendido pelos colonos.

Não obstante, mais do que o discurso, importa adentrar um pouco mais na materialidade. Já se sabe, pelo que foi exposto até aqui, que a tese a ser defendida é que o fundamento material da disputa é o controle do produto, da força, e no limite, do

¹⁵⁸ “Em 07 de maio de 1725, a Ordem Régia de D. João, mandava que o Governador e Capitão General do Rio de Janeiro o informasse da conveniência, para que ele resolvesse, “se entre o mar e o edifício devia mediar marinha e a quantidade dela [...]” (LIMA, 2002, p. 22).

¹⁵⁹ “Assim, o processo de urbanização da cidade se desenvolveu nas demarcações dos terrenos de marinha, característica comum nas cidades litorâneas e de origem histórica, já que facilitava o acesso a esses locais. Em Belém, o crescimento ocorreu às margens do Rio Guamá e da Baía do Guajará. No entanto, conforme o conceito legal, trata-se de terreno de marinha, contudo, a primeira légua patrimonial doada à Câmara Municipal abrange esta mesma área” (CABRAL, 2014, p. 40).

¹⁶⁰ Essa digressão a que o texto se refere diz respeito às obras consultadas de Leivas (1977), Lima (2002), Gomide (2008), Éleres (2011), Borges (2012), Cabral (2014), Cañete (2014), Rodrigues (2016), Tobias (2017) e Santos (2019).

processo de trabalho. O controle das atividades dos ciclos principais, e das atividades compensatórias. Portanto, relações de produção e relações de poder; portanto, espaço e território.

Nascimento e Ferreira (2014) elaboram outro tipo de digressão ao comentar o caso dos terrenos de marinha, atentando muito mais à luta de classes e às relações de produção, descrevem como se dão a transição da dominialidade dessas áreas, instituída pela Coroa Lusitana, e depois repassada ao Império do Brasil e, enfim, à República Brasileira.

As cartas de sesmarias representam o início da doação de terras públicas para particulares através de instrumentos como cessão de uso, posse, entre outros. Conforme já dito, o regime de sesmarias estabeleceu a doação como instrumento para aquisição de terras. Esta era facultada apenas aos empreendedores ligados à Coroa portuguesa, conhecidos como fidalgos, pessoas ligadas à elite reinol que tinham condições de estabelecer uma série de empreendimentos produtivos na colônia.

Os fidalgos, os primeiros burgueses aceitos na estrutura de poder da Europa, não são apenas os lusitanos e castelhanos, mas muitos oriundos das cidades do sul da Itália os primeiros capitães, comandantes, donatários e proprietários de terra do Novo Mundo. Porém, a propriedade da terra, em última instância, pertencia ao soberano (LEAL, 1997).

Assim, os proprietários de terra no período colonial nunca deixaram de ser formalmente ‘donatários’, na medida em que as cartas de sesmaria eram concessões de uso¹⁶¹. Isso não menospreza o papel dos sesmeiros, porque, diferentemente do território metropolitano – onde a sesmaria incentivava o uso efetivo da terra com plantações –, a sesmaria na colônia irá reforçar o poder hierárquico dos sesmeiros sobre as classes sociais que não tinham acesso a esse instrumento. Com o tempo, a própria solicitação de uma sesmaria passou a estar diretamente ligada à propriedade de escravos. A independência do Brasil, e sua conversão em um Império, mantida a monarquia, não alterou esse quadro.

Tobias (2017) comenta a existência de registros no período colonial brasileiro de diversas Ordens Régias tratando das “marinhas” (referindo-se às praias e áreas lindeiras),

¹⁶¹ No caso do Grão-Pará colonial, conforme Harris (2017), pode-se inclusive afirmar que os grandes proprietários de terra sempre foram, no limite, posseiros, de vez que a demarcação era demorada e custosa. Aproveitando-se dos instrumentos legais gerais do Reino, e dos incentivos específicos do Grão-Pará, os proprietários alegavam uso efetivo da terra para solicitar a doação em forma de carta de sesmaria, o que seria documentado, por vezes, gerações depois, mas isso em nada afetava a condição formal de proprietário e o *status* social que isso implicava (controle das atividades compensatórias). Isto não deve causar confusão, pois a doação não era para todos, conforme já se clarificou no capítulo 2.

em geral relativas à exploração de salinas, manutenção de servidão pública de passagem e proibição de edificação, o que denota que tais áreas sempre receberam tratamento diferenciado no acervo patrimonial imobiliário da Coroa portuguesa.

Não obstante, essas áreas estiveram no centro da disputa entre colonos e ordens religiosas, duas forças que encabeçavam, ao fim e ao cabo, duas formas distintas de regular o trabalho, de produzir o espaço e de organizar o território. Sem dúvidas, porém, é a Lei Orçamentária de 15/11/1831, já no contexto do Império (Primeiro Reinado), que estabelece a matriz do que é entendido hoje como o conjunto dos terrenos de marinha.

Conforme Tobias (2017), com o aumento de requisições públicas e particulares para a utilização de terrenos costeiros objetivando a construção de armazéns, trapiches, igrejas, pequenos comércios, ruas e praças, a supracitada lei autorizou a cessão de porções de terrenos costeiros para as Câmaras Municipais construírem logradouros públicos e ainda foi autorizado que Governos das Províncias aforassem tais terrenos a particulares, obtendo foros e laudêmios para si. Tobias (2017), porém, destaca que o termo “cessão” foi utilizado em acepção ampla, devendo-se entender que a autorização abrangia aforamentos, vendas e doações.

No ano seguinte, foi promulgada uma legislação complementar, a Instrução de 14/11/1832, a qual em seu artigo 4º estabeleceu que os limites fundiários desses terrenos costeiros eram 33 metros para a terra contados a partir da linha da preamar média ocorrida no ano de 1831. Tobias (2017) comenta que várias legislações foram postas em prática a partir de então, por vezes contraditórias, ora reconhecendo o direito de propriedade privada, aforamento e cessões nesses terrenos, ora retirando esses direitos.

Mas é nesse momento que surge, pela primeira vez, a questão dos 33 metros a partir da preamar específica de 1831 – independente da razão específica para tal, a qual está em debate, conforme Lima (2002) – canonizada posteriormente pelas discussões técnicas. As legislações posteriores mantiveram o ano de 1831 como base para a preamar e os terrenos aterrados (cada vez maiores) passaram a constituir os “acrescidos de marinha”.

É apenas em 1850, com a Lei de Terras, que houve a primeira tentativa de organizar a propriedade privada no Brasil. De acordo com Nascimento e Ferreira (2014), a partir desse marco regulatório houve um aumento da concentração de terras no Brasil. A compra se tornou o instrumento de aquisição de terras. Na realidade, esse é o momento em que a Inglaterra proíbe o tráfico internacional de escravos, interessada que estava na disseminação do trabalho assalariado em escala internacional.

O Brasil adota a imposição britânica e aprova, internamente, em 1850, a Lei Euzébio de Queiróz, que proíbe a aquisição de africanos escravizados através do tráfico internacional. Conforme a fórmula conhecida de Martins (1979), para se preparar para o trabalho “livre”, o Brasil precisou tornar a terra “cativa”. A partir desse momento surgem experimentos com relações de trabalho semiassalariado, com o peso da reprodução da força de trabalho jogado sobre o campesinato, formando um quase-campesinato, e experiências de protoassalariamento (MOREIRA, 2018).

A análise da luta pelo controle das águas e praias, tão estratégicas na formação espacial brasileira, constitui, assim, ao fim e ao cabo, uma análise da luta pelo controle do trabalho – seja das atividades hegemônicas, condição para as trocas e inter-relações com o mercado mundial capitalista; seja das atividades compensatórias, condição de reprodução das elites locais. O caso particular interessa não pela sua condição de parte, mas por explicar, na sua parte, o fundamento do todo que integra.

3.2 – Periodização da produção do espaço na Zona Costeira Paraense

A passagem da formação espacial brasileira da subsunção formal para a subsunção real começa nessas experiências de protoassalariamento. Ainda que a força de trabalho africana e afrodescendente escravizada não tenha sido hegemônica no Grão-Pará¹⁶², está correto Moreira (2018) em sua síntese do momento genético do assalariamento (ainda como protoassalariamento) na formação espacial brasileira, em uma mudança não quista pelas elites nacionais – recém-consolidadas após a Regência –, imposta que foi pelo centro do capitalismo mundial, mas feita “por cima”, antes que o fosse “por baixo”. Ou, usando a fórmula de Moreira (2018), “mudar para permanecer igual”.

A Zona Costeira Paraense terá justamente nesse período uma grande mudança na sua geografia, o que pode ser atestado pelos registros na paisagem. Suas faixas geobotânicas se constituirão cada vez mais em faixas geoeconômicas, e os termos de circulação (enquanto controle do produto do trabalho, e, no limite, do corpo de trabalho, esse sempre mais escasso e difícil nessas bandas) também serão modificados, não apenas pelas modificações dos ramais técnicos.

¹⁶² O que, não é demais reforçar, não significa que não tenha sido também um elemento importante e constitutivo da formação espacial grão-paraense e da Amazônia enquanto fundo territorial da formação espacial brasileira, conforme se atesta a partir dos trabalhos de Bezerra Neto (2012), Salles (2015) e Harris (2017).

Na realidade, em vários momentos a introdução de novas técnicas, novos ramais, novos modais só é permitida quando as elites locais já assimilaram a possibilidade de sua introdução em condutância das redes tradicionais de produção, e sobretudo, de poder local, o que pode ser expresso no “enorme” debate (que durou décadas) antes da introdução efetiva da navegação a vapor ou das ferrovias, o que só foi feito quando os agentes dominantes tinham a certeza de que tal introdução não alteraria as geometrias locais de poder (e sua relação com as geometrias de poder das demais escalas).

Doravante, cabe dissecar a relação entre espaço e território nesse recorte espacial: a Zona Costeira Paraense como um registro (ou melhor, uma sucessão de registros). E, para fazê-lo, faz-se necessário atentar para a relação entre produção e circulação. Para efeito de análise, segue-se aqui a periodização baseada fundamentalmente no sistema de transportes como eixo estruturante da produção do espaço na Zona Costeira Paraense, tal qual foi proposta pela primeira vez (na geografia) por Almeida e Ribeiro (1989), e, enfim, materializada¹⁶³ por Rocha, Soares e Moraes (2019).

Analizando a hegemonia de cada modal, tem-se: *a*) um primeiro período compreendido entre os anos de 1613 a 1800; *b*) um segundo período que vai de 1801 a 1960; e, *c*) um terceiro período entre os anos de 1960 a 2000 (que, na realidade, prossegue pelos anos 2010). Esses são os períodos demarcados das estruturas espaciais que marcam atualmente (o que denota, portanto, que o presente é o referencial para olhar o passado) os espaços costeiros referidos, a saber: a fase fluviomarinha; a fase ferroviária; e, por fim, a fase rodoviária (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019).

Conforme já exposto, o processo de produção do espaço grão-paraense e amazônico foi organizado por meio do controle territorial¹⁶⁴, expresso em estratégias e ações

¹⁶³ Os trabalhos realizados por Quaresma et al. (2015), Soares et al. (2017), Castro (2017), Rocha, Soares e Moraes (2018), Castro et al. (2019) e Castro, Gonçalves e Barros Filho (2020) ensaiam a mesma proposição, em termos gerais, para recortes distintos, embora, todos pertinentes à Zona Costeira Paraense. A urbanização aqui também aparece, não como centralidade, mas um vetor. Nesse aspecto cabe mencionar certa similaridade (embora com outros fundamentos e outros objetivos) na periodização realizada por Ribeiro (2017).

¹⁶⁴ O termo “controle territorial” é aplicado em seu significado mais geral, que é o exercício de direcionar e restringir o poder sobre um território. Conforme lembram Rocha, Soares e Moraes (2019), tecnicamente, qualquer grupo social ou instituição pode empreender uma tentativa de controle territorial. No caso da Amazônia, a instituição dominante era, invariavelmente, um poder externo. Primeiro, o governo português e, depois, o governo brasileiro, ambos respondendo em graus variados à situação geopolítica internacional do tempo e ao contexto particular de suas respectivas sociedades. A colonização do Brasil sucedeu como uma reflexão tardia para os governantes portugueses, quando estes perderam a maior parte de seus postos comerciais asiáticos e africanos para os holandeses. A colonização começou na costa leste com uma divisão geométrica abstrata do território entre uma ausência de nobreza portuguesa. A primeira tentativa de controle territorial na Amazônia aconteceu muitas décadas depois (em 1616), como parte de um movimento radical das Forças Armadas a partir da costa nordestina, conforme colocam Andrade (1993) e Machado (2009).

geopolíticas de apropriação da base material – geográfica – e por intermédio do controle da esfera da circulação. Não somente o controle dos produtos do trabalho (drogas do sertão, cacau, pescado, borracha, castanha etc.), mas também o próprio controle da força de trabalho organizada em aglomerados comunitários. Os limites da propriedade e os espaços concretos de vida eram perpassados pela circulação, principalmente na fase fluviomarinha.

Aqui, novamente se observa que é necessário distinguir o que ocorreu no Atlântico, a partir do que Moreira (2015) nomeia de “lógica plantacionista”, pela qual o controle do trabalho instituía-se diretamente no interior das fazendas que, por sua vez, não representavam apenas os espaços de trabalho (*Modus operandi*), mas também os espaços vividos (*Modus vivendi*), de construção do cotidiano e do acontecer geográficos¹⁶⁵. Como a base da colonização na Amazônia foi o extrativismo, ainda que houvesse propriedades – as quais estabeleciam relações de poder – o controle da vida era exercido através do controle territorial dos rios e das áreas de várzea.

Soares (2016), porém, polemiza com Machado (1989) sobre o uso da expressão “controle territorial intermitente” para o caso amazônico. Para Soares (2016, p. 58), a autora afirma primeiramente em seu texto que “o termo controle do território é empregado em seu sentido mais abrangente, ou seja, o exercício de um poder direto e repressor sobre o território” (MACHADO, 1997, p. 19). Porém, em um segundo momento, afirma que “o padrão inicial de ocupação consistiu em pequenos fortes localizados na embocadura do rio Amazonas e na confluência dos seus principais tributários” (MACHADO, 1997, p. 20), dando um sentido espacial à ideia de controle intermitente. O desfecho, porém, é com relação à dimensão temporal do controle, pois, “[...] o processo envolveu episódios de intervenção externa, donde a utilização do termo intermitente no artigo” (MACHADO, 1997, p. 30). Entrementes, deve-se ressaltar que no resto do Brasil “o sistema colonial organizou o espaço de forma a que nele se fizesse a exploração das áreas ricas em produtos de interesse no mercado europeu, ligando estas áreas a pontos que desempenhavam a função de relais entre a hinterlândia e a metrópole. [...] Apesar da continuidade territorial, ele funcionava mais como um arquipélago do que como um continente, de vez que as comunicações entre as várias capitânias eram feitas sobretudo por via marítima” (ANDRADE, 1995, p. 35). Destarte, conclui Soares (2016), se considerada a dimensão espacial, o controle territorial de toda a colônia foi intermitente. A mesma ressalva é válida para a dimensão temporal, já que também no resto do Brasil houve vastos episódios de ocupação estrangeira, sobretudo francesa e holandesa. Pode-se acrescentar, por fim, que a condição de certa “porosidade” da fronteira (o que não é mais que, novamente, uma intermitência no controle territorial) também era presente, entre outras na fronteira sul. “Com frequência, tratava-se de [...] contrabando de bens manufaturados europeus, escravos, açúcar e tabaco entre o Brasil e a região platina, ajudado e estimulado por ourives e artesãos de prata portugueses em Buenos Aires, por funcionários corruptos, por comerciantes que tiravam o máximo de proveito das fronteiras porosas – e em grande parte não regulamentadas entre a América espanhola e a portuguesa – e pela estrategicamente posicionada Colônia de Sacramento” (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 182).

¹⁶⁵ Conforme Mota (2006, p. 100-101, grifos do autor): “No processo de produção do cotidiano se encontram as diversas formas de realização material e imaterial do indivíduo. Suas habilidades e resistência são testadas na produção do dia-a-dia, para que se possam reproduzir no seu ser as determinações como norma, como normalidade do existir. A racionalidade da estrutura produtiva e social é assim absorvida pelo universo vivido do indivíduo. Fundem-se *Modus operandi* e *Modus vivendi*, e reproduz-se o acontecer. Para o indivíduo, isolado e alienado, produzir significa, única e exclusivamente, produzir a sua vida, a sua cotidianidade.

Assim, a rede urbana que está sendo engendrada é uma rede urbana dendrítica (CORRÊA, 1987), cuja forma se confunde com a própria bacia de drenagem amazônica. Na Zona Costeira Paraense, trata-se, isso sim, de uma rede fluviomarinha, construída a partir da fundação de Viseu (1613), Bragança (1613), Vigia (1616) e Belém (1616), polarizada por esta última¹⁶⁶.

Assim, a condição espacial permitiu que Belém se tornasse a cidade primaz, promovendo a articulação entre o circuito de cidades da bacia hidrográfica amazônica e a economia-mundo em gestação (SOMBRA et al., 2018a). Belém era um centro produtor e, ao mesmo tempo, o ponto terminal do sistema produtivo do interior. Constituiu-se, assim, em um verdadeiro nó geográfico entre os fluxos ascendentes e descendentes (rios a montante, mares a jusante), o que caracterizava a dinâmica regional no contexto da expansão mercantilista europeia (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019).

No que tange aos fluxos ascendentes, rios a montante, no Grão-Pará e no Rio Negro, formaram-se hierarquias entre lugares subjacentes a esse processo, constituindo uma sucessão de sistemas de povoamento e de ocupação estruturados, conforme o desenho de uma bacia de drenagem, uma rede de núcleos de povoamento extrovertido e voltado para a costa. A Zona Costeira Paraense complementava esse sistema fluvial de cidades com a conexão marítima, possuindo a especificidade de ser a única área de toda a bacia que possuía parques caminhos terrestres conectando os caminhos fluviais. Esses caminhos terrestres eram percorridos com o uso de animais, sendo naquele momento um modal mais lento do que o modal hidroviário (ALMEIRA; RIBEIRO, 1989).

Assim, os tabuleiros¹⁶⁷ que ocupam os interflúvios do Rio Guamá com os grandes rios da Planície Costeira Amazônica (Barreto, Mocajuba, Curuçá, Marapanim, Caripi,

¹⁶⁶ “Belém e Sousa do Caeté [a atual Bragança] eram os centros administrativos das Capitanias do Grão-Pará e do Gurupy, respectivamente. Desde o rio Gurupi até a foz do rio Guamá, núcleos de catequese dos ordens dos jesuítas e dos capuchinhos deram origem a alguns dos atuais municípios localizados na região: Caytê, Maracanã, Vigia, Curuçá eram alguns dos 63 aldeamentos existentes no Pará até a primeira metade do século XVIII (MUNIZ, 1916). Desde a foz do rio Caeté, a saída para o Atlântico abria as possibilidades de comunicação entre Bragança e as localidades do litoral paraense, o Maranhão e outros estados do Nordeste brasileiro. Desde as cabeceiras do rio Caeté, depois por terra, chegava-se ao rio Guamá, por onde se navegava até Belém, a grande praça comercial do Norte brasileiro, o entreposto que se ligava aos altos cursos dos rios amazônicos, bem como as principais rotas do comércio marítimo nacional e internacional” (LEANDRO; SILVA, 2012, p. 146).

¹⁶⁷ “O Planalto Rebaixado da Amazônia, também conhecido como Planalto ou Tabuleiro Costeiro, corresponde a relevos ondulados, com superfície arrasada e plana, não alcançando mais que 60 m de elevação [...]. Os tabuleiros correspondem a conjuntos de formas de relevo de topo plano, elaboradas em rochas sedimentares, em geral limitadas por escarpas e apresentam altitudes relativamente baixas [...]. Os tabuleiros representam uma forma topográfica de terreno que se assemelha a planaltos, terminando geralmente de forma abrupta [...]. Na zona costeira do estado do Pará correspondem às formações barreiras ligadas ao holoceno. Na área de estudo desta pesquisa, esta unidade apresenta 40.470,047 km² de extensão,

Maracanã, Pirabas, Japerica, Quatipuru, Caeté, Piriá, Gurupi, Iriri-mirim, Iriri-açu, Tromai, Maracaçumé, Mutuoca, Turiaçu, Pericumã e Mearim) deram a base à ampliação do sistema de povoamento, por volta do século XVIII, na gestão do Governador Geral do Grão-Pará e Maranhão Francisco de Mendonça Furtado.

A criação de novos núcleos populacionais e a elevação da maior parte dos aldeamentos à categoria de vilas foram atos administrativos importantes nesse sentido. Destaca-se a fundação das vilas de Cintra (atual Maracanã), Colares, São Caetano de Odívalas e Curuçá, todas no ano de 1757, e a fundação da vila de Viseu no ano de 1758 (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019). Na então principal zona de extração de cacau que fazia a confluência entre o modal terrestre (caminho Belém – São Luís) e o modal fluvial, foi criada a vila de São Domingos da Boa Vista (atual São Domingos do Capim), no encontro entre o Rio Guamá e o Rio Capim (SOARES, 2016).

Castro et al. (2019) destacam a importância fundamental que o território da comarca e, posteriormente, município de Cintra possuiu no processo de colonização da Zona Bragantina devido à sua localização estratégica. A cidade de Cintra (elevada à categoria de cidade em 1883, e renomeada para Maracanã em 1897) foi construída às margens da Baía do Maracanã, possibilitando aos colonizadores maior fluidez através dos rios para a conquista fluvial, a qual foi pontuada por pequenas incursões terrestres (CRUZ, 1973).

Por outro lado, os rios forneceram o alimento de base para os primeiros assentamentos coloniais: o pescado (SOARES, 2016). Conforme Veríssimo (1970, p. 90), a alimentação encontrada nos caminhos percorridos pelas expedições realizadas entre 1638 e 1639 era fácil e abundante. Tal fertilidade, bem como a tecnologia empregada pelos habitantes locais¹⁶⁸ com quem os colonizadores entravam em contato deram as

agrupando todos os municípios da Zona Costeira Paraense, correspondendo a 60 a 80 por cento da área total” (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018, p. 39).

¹⁶⁸ Gualberto (2009, p. 58) enfatiza que “para estabelecer o controle desse extremo norte, muitas foram as batalhas travadas contra os ingleses, holandeses e franceses. Em todas as batalhas, foram utilizadas as embarcações que transportavam militares, religiosos e índios catequizados. Conhecedores da geografia local, os índios foram muito importantes para conduzi-los em suas embarcações e/ou embarcações lusitanas, os missionários e militares portugueses para o confronto com os estrangeiros. [...]. As disputas garantiram à coroa portuguesa o controle dos rios, furos e igarapés que compõem a desembocadura do Amazonas, da ilha do Marajó, completando-se com o Tocantins, já controlados logo após a expulsão dos franceses de São Luís do Maranhão. O controle desses rios que contornam o Marajó gerou novas funções aos mesmos. Esses foram transformados em vias marítimas para o trânsito de embarcações lusitanas que ligassem o Cabo Norte (Amapá) à cidade do Pará (Belém), concomitantemente a São Luís do Maranhão, fechando assim o cerco contra as pretensões estrangeiras”.

bases materiais para o estabelecimento¹⁶⁹ da colonização da Amazônia (FURTADO, 1981).

Para Gonçalves (2001), a partir das dinâmicas inseridas nesse período surgiram pequenos núcleos formados pela ação de companhias religiosas e de colonizadores, que mais tarde, tornaram-se cidades capitaneadas pelo primeiro padrão de ocupação da Amazônia que possuía o rio como meio de circulação. Ressalta-se que esses primeiros núcleos se situavam basicamente no litoral paraense. Por outro lado, adentrando o continente, o rio Guamá se destacava por interligar parte do trecho de Belém às cidades de Bragança e São Luís. A partir das primeiras incursões no litoral paraense, é possível compreender a estruturação das cidades, fortemente vinculadas ao meio de circulação marítimo (CASTRO et al., 2019).

O povoamento a partir da segunda fase, a fase ferroviária, dá-se em conjunção à expansão do sistema extrativista, com a consolidação de um sistema produtivo complementar de agricultura que vai se fortalecer na medida em que novo modal é impulsionado. Dois conjuntos de objetos técnicos passam a exercer força de gravidade nesse período: a) a expansão do modal ferroviário; e, b) a navegação a vapor e a consequente modernização do sistema portuário.

Em primeiro lugar, a implantação e expansão do sistema ferroviário na Amazônia. O maior destaque cabe à famosa Ferrovia Madeira-Mamoré, cuja construção foi capitaneada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar. Na zona de influência da extração da castanha, também houve construção de malha ferroviária, na área do atual município de Tucuruí (ROCHA, 2008).

Para Almeida e Ribeiro (1989), o sistema de transporte ferroviário sempre desempenhou um papel complementar no quadro logístico da Região Norte como um todo¹⁷⁰. A Zona Costeira Paraense, porém, sediou a mais importante das ferrovias implantadas do ponto de vista do impacto nas dinâmicas territoriais e nas atividades

¹⁶⁹ “Observando as técnicas agrícolas e pesqueiras das várias comunidades ameríndias, os lusitanos garantiram a alimentação dos núcleos coloniais instalados no vale amazônico. Os itens mais pescados nessa primeira etapa da colonização eram o pirarucu (*Arapaima gigas*), o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*), espécies regionais de tartarugas e peixes típicos de água doce. Neste período, os nativos foram tratados como força de trabalho a serviço da Coroa, não podendo ser escravizados por colonos individuais sem autorização expressa em carta régia” (SOARES, 2016, p. 59, grifos do autor).

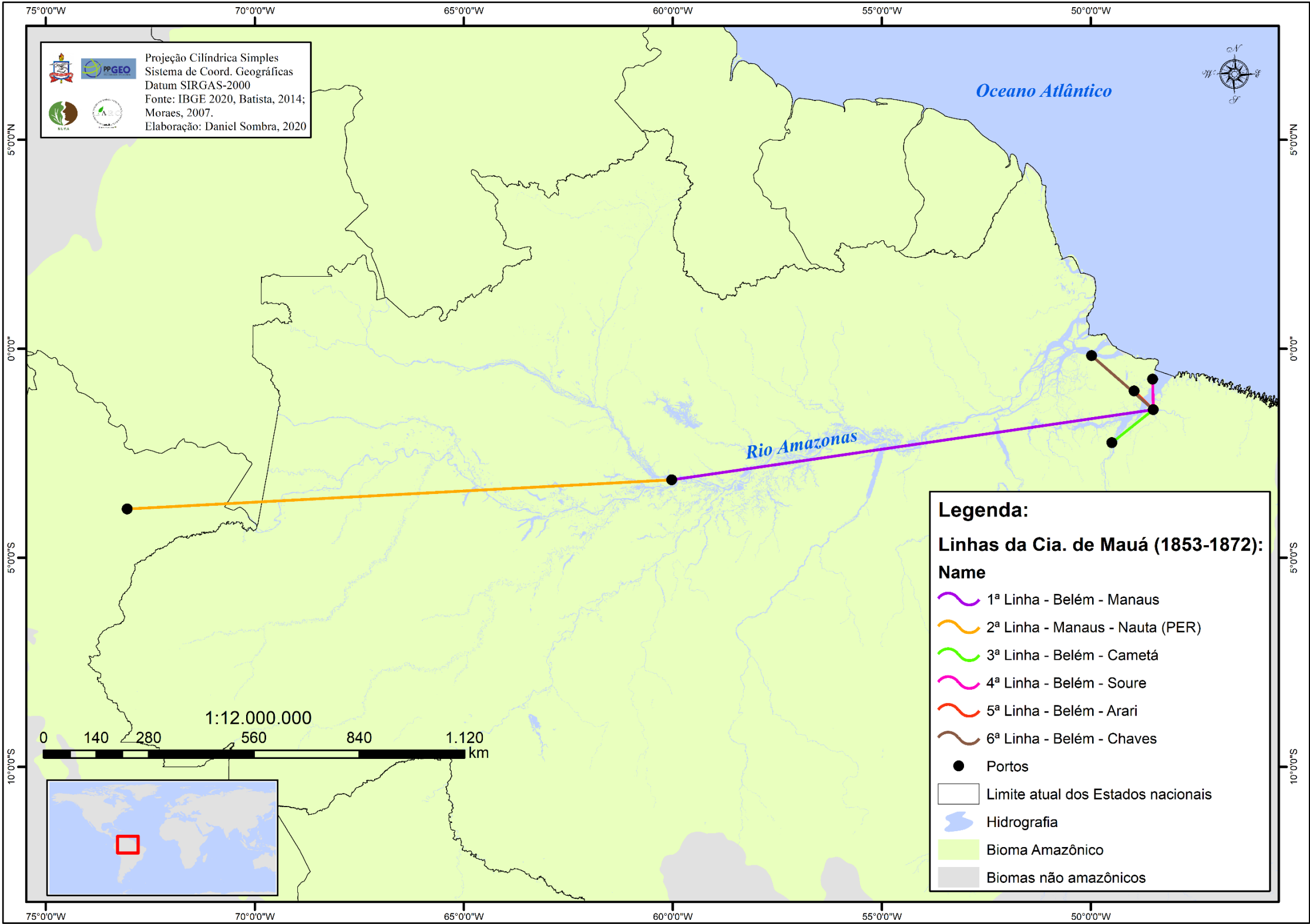
¹⁷⁰ Isso seja em relação ao que nomeiam de “transporte antigo” (hidroviário) ou ao “transporte moderno” (rodoviário e aeroviário). Os autores também defendem periodizar a produção do espaço amazônico a partir do sistema de transportes, o que também é defendido por Castro (2017).

produtivas: a Estrada de Ferro Belém-Bragança, construída para dinamizar a agricultura na hinterlândia de Belém.

O segundo conjunto de objetos técnicos foram os portos, agora modernizados e renovados, impulsionados pela implantação da navegação a vapor. A navegação da Amazônia passa por uma efervescência a partir da abertura internacional do Rio Amazonas para a navegação e, sobretudo, após a implantação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas¹⁷¹, que atuou entre 1852 e 1871, cujas primeiras rotas estão cartografadas no mapa da figura 11. Para Moraes (2007a), a expansão da circulação fluvial desencadeou a expansão de extração da borracha e não o contrário.

¹⁷¹ Empresa de propriedade de Irineu Evangelista de Souza, o Barão e, depois, Visconde de Mauá.

Figura 11: Mapa das primeiras rotas de navegação a vapor na Amazônia, através da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871).



Fonte de Dados Geospaciais: IBGE (2020); elaboração própria. Fonte de Dados Bibliográficos: OLIVEIRA (1984); MORAES (2007a); BATISTA (2014). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

Não se pretende problematizar a ordem exata das coisas aqui. O fato é que a Companhia de Mauá, com seus oito vapores, dinamizou seis linhas de navegação¹⁷², transportando em média 7 mil passageiros por ano (MORAES, 2007a). Essas linhas foram ganhando várias escalas, o que se ampliou ainda mais após a quebra do monopólio da Companhia de Mauá, e sua aquisição pelo capital britânico.

A navegação a vapor passou a integrar Belém e Manaus em uma viagem de dez a doze dias, o que antes era realizado em até cem dias em um barco à vela. Por outro lado, a abertura da navegação internacional do Rio Amazonas em 1866 significa para as águas amazônicas o que significou a Lei de Terras de 1850 para as terras.

A partir de então, o extrativismo da Amazônia passaria a ser praticado por força de trabalho semiassalariada (ou protoassalariada), dando base a um voraz mercado internacional, comandado por Inglaterra e, cada vez mais, pelos Estados Unidos. Desaparece rapidamente a força de trabalho familiar nos seringais, herdeira dos aglomerados comunitários jesuíticos, e agora hordas de homens, não mais apenas índios, mas principalmente os migrantes cearenses se embrenham aos montes pelos caminhos fluviais com suas canoas para alimentar os vapores que carregam toneladas de borracha para Liverpool, New York e Hamburgo.

Com o latifúndio estabelecido como base do sistema extrativista, os rios abertos à cobiça internacional já não representavam risco, pois a terra estava “cativa”, e a força de trabalho “livre”, era, ao fim e ao cabo, também prisioneira. Quando a navegação internacional do Rio Amazonas foi, enfim, autorizada em 1866, dezesseis anos após o início a autorização da navegação a vapor, o Império Brasileiro já havia vencido o seu principal desafio de integrar a “região indomada” ao Brasil¹⁷³.

¹⁷² As linhas de navegação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas eram em 1863: a) 1ª Linha: Belém – Manaus; b) 2ª Linha: Manaus – Nauta (PER); c) 3ª Linha: Belém – Cametá; d) 4ª Linha: Belém – Soure; e) 5ª Linha: Belém – Arary; e, f) 6ª Linha: Belém – Chaves.

¹⁷³ “Abrir a navegação do Amazonas e seus afluentes, desdenhando as ameaças estrangeiras, significava que a Corte do Rio de Janeiro, em vinte anos de uma aliança frutífera com a empreendedora burguesia brasileira, fora suficientemente competente para garantir a ocupação da Amazônia, desenvolvendo economias extrativas de exportação das províncias do Amazonas e do Pará, agora mais do que nunca assimiladas aos Império, e realizar, assim, seu projeto de unificação territorial e centralização do poder monárquico” (EL KAREH, 2003, p. 118). Com alianças sólidas entre as famílias das distintas províncias, cujo palco de diálogos não era mais o senado da câmara local, como nos tempos pré-Regência, mas sim o Senado Nacional, o Império Brasileiro estava mais confiante para “se mostrar aos britânicos”, confiança que aumentou ainda mais após a vitória na Guerra do Paraguai, que envolveu altas patentes militares das mais diversas províncias, inclusive do Pará (BATISTA, 2014).

Os primeiros dezesseis anos de navegação a vapor renderam uma receita muito maior do que o que era arrecadado até então e permitiu às elites locais (e regionais, se se quiser assim nomeá-las) em parceria com a nascente burguesia nacional modificar as bases do trabalho no Grão-Pará, transformando o campesinato em um quase-assalariado, saindo definitivamente do protoaviamento para o aviamento.

As diversas novas rotas (que passariam de seis linhas subvencionadas pelo Estado em 1852 para doze linhas subvencionadas em 1880, fora as linhas independentes autorizadas após a quebra do monopólio de Mauá, mas sem subvenção estatal), novos portos e novos trechos pontuaram o sistema produtivo e a rede de cidades da recém-nascida Amazônia brasileira, de modo que aquele enorme fundo territorial agora poderia tranquilamente ser visitado pelas embarcações estrangeiras. O Império, enfim, despede-se dos receios do antigo Reino Português sobre o temor de invasões estrangeiras¹⁷⁴.

Com efeito, a dinamização da navegação também implicou na modernização do sistema portuário da Amazônia, com destaque para a ampliação do Porto de Belém, também empreendida pelo grupo do empresário Percival Faquhar – milionário estadunidense cujo objetivo era controlar a circulação das duas maiores pautas de exportação nacional, quais sejam a borracha amazônica e o café paulista, travando, para isso, uma guerra comercial e política para obter todas as concessões ferroviárias e portuárias em território brasileiro (GAUD, 1964).

Para Penteado (1973), as estatísticas analisadas do sistema portuário belenense ilustram como a atividade da borracha era o vetor principal (rumo ao exterior), mas que trazia à baila uma série de outras atividades, pois os demais produtos extraídos, e, sobretudo, os cultivados, nunca deixaram de comparecer em grande quantidade ao Porto da capital, oriundos de sua hinterlândia.

¹⁷⁴ É preciso notar, como faz Chiavenato (1980, 1981, 1983, 1984), que a Inglaterra foi a grande “garante” não apenas da Independência brasileira desde o início (bancando a fuga real de Lisboa ao Rio de Janeiro em 1808, e, depois, sendo a primeira a reconhecer a independência do Império do Brasil, em 1822), como também foi a grande responsável pela manutenção da integração durante revoltas regenciais. Tanto no episódio das adesões forçadas, como na repressão das Revoltas Regenciais, piratas e mercenários britânicos foram protagonistas no comando da recém-criada – e autointitulada – Marinha brasileira. Ao contrário, a mesma Inglaterra aproveitou a ocupação *de facto* da Espanha por Napoleão Bonaparte – que impôs seu irmão José Bonaparte como Rei da Espanha, enquanto o rei de direito, Fernando VII foi destituído – e a fraqueza gerada para incentivar as fraturas que se seguiram, negociando, e oferecendo recursos e armas para as diversas burguesias nacionais da América espanhola. Entre 1810 e 1823, após uma série de guerras, a América espanhola colonial estava reduzida a três ilhas: Cuba, Porto Rico e metade da Ilha de São Domingos.

Moraes (2007a) ilustra com estatísticas da época como apesar da disparidade do valor internacional, o cacau e a castanha sempre acompanharam de perto em toneladas exportadas a borracha em seus diversos tipos. A rigor, as exportações de cacau só diminuiriam já na entrada do século XX.

Assim, na virada do século XIX ao século XX, a extração da borracha (e do caucho) derivou em dividendos que se espalharam pelos outros setores econômicos amazônicos, sem que isso significasse em momento algum espalhamento da renda. Batista (2014) expõe como, no caso mais particular de Belém e hinterlândia, as mesmas famílias que possuíam o controle da produção (já, na sua maior parte em cultivos) do cacau – que também eram proprietárias de gado, das salinas e das companhias pesqueiras – foram as que se aventuraram no “negócio das seringas”.

Batista (2014) comenta como as elites locais polemizavam o debate sobre agricultura *versus* extrativismo, que extravasou para os principais jornais da época, havendo intelectuais e representantes de determinados grupos que temiam que o modo itinerante do extrativismo da borracha desse lugar à “vadiagem” e “rebeldia” na Província. Isto porque, ao contrário da agricultura, o extrativismo não propiciava a mão-de-obra familiar e sedentária, mas de trabalhadores, homens, isolados, e com grande mobilidade.

Na realidade, ao que se pode concluir com a pesquisa de Batista (2014), o grande receio da elite local era que a mobilidade excessiva da força de trabalho envolvida na extração da seringa pudesse ensejar alguma ruptura na ordem social, a exemplo do que ocorrera décadas antes na Cabanagem. Os temores, porém, não impediram que as famílias principais da metrópole amazônica investissem cada vez mais de seu patrimônio na extração da borracha.

Assim, os seringalistas também comandavam outras atividades (como a pesca, o comércio, o extrativismo vegetal e mineral de outros produtos etc.), além de estarem à frente do processo de modernização da cidade de Belém¹⁷⁵, encampando as empresas que

¹⁷⁵ “Vale a pena observar a associação dos fazendeiros ‘construtores’ ao Estado nascente. Em 1863, João Augusto Corrêa obtém contrato para a construção do Palácio e da Secretaria do Governo. Junto com estes trabalhos de construção, esse grupo também se dispôs a adquirir concessões dos serviços públicos, como o de transportes urbanos, iluminação pública e distribuição de água. São fatos conhecidos, entre outros, a concessão do serviço de iluminação a gás feita a Manoel La Rocque Jorge Ribeiro, deputado provincial conservador durante 30 anos; a concessão dos trabalhos de conservação do cais da cidade de Cametá foi dada ao cônego Siqueira Mendes, chefe do Partido Conservador, presidente da Assembleia Provincial em 1883. Este é um mecanismo através do qual essa fração dominante procurou por meio do aparelho de Estado, obter participação política e intervenção econômica; é óbvio que procuravam recuperar uma parte do excedente que o Estado lhes tirava em forma de taxas e impostos. A economia da borracha determinou alterações acentuadas na estrutura social belenense. Surge, então, uma classe de homens políticos e

empreendiam as obras públicas para a Prefeitura de Belém, durante a gestão do Prefeito Antônio Lemos (SARGES, 2002). A cidade de Belém complexificou sua divisão do trabalho, passando a agregar funções propriamente urbanas (SARGES, 2010) e passou a demandar mais produtos de sua hinterlândia.

Os dois conjuntos de objetos técnicos, as ferrovias e os portos sobreviveram após o declínio do ciclo da borracha. Ainda que o sistema portuário de Belém tenha sido modernizado para dar vazão aos fluxos da atividade gomífera, os fluxos internos de troca de produtos entre Belém e a hinterlândia sempre foram intensos, rivalizando, ou mesmo superando os fluxos internacionais derivados da borracha, registrados no Porto de Belém (PENTEADO, 1973; MORAES, 2007a).

A implantação do sistema ferroviário (iniciada ainda no período da borracha, embora concluída mais tarde) no interflúvio do Rio Guamá e dos rios costeiros objetivou a colonização efetiva da zona bragantina. A partir de sua construção, novos assentamentos foram criados, em conjunção às políticas oficiais do Governo do Pará. Tais políticas se afirmavam como novas estratégias de atração da força de trabalho oriunda do nordeste do Brasil (LOUREIRO, 1985). Como resultado, gerou-se especificamente nessa área uma estrutura agrícola baseada na agricultura familiar e estruturada a partir de minifúndios.

A zona bragantina aparece como área agrícola excepcional nesse contexto, mas isto se explica, primeiramente, pelo papel da centralidade de Belém durante o Ciclo da Borracha. Os minifúndios, porém, aglomerados próximos aos ramais ferroviários eram cercados pelos latifúndios herdados da produção do espaço até aqui, a qual seria ampliada a partir da substituição do modal ferroviário pelo modal rodoviário. Assim, os minifúndios se expandiram pela faixa dos tabuleiros, enquanto que as áreas mais propriamente planálticas, mais elevadas, permaneceram como latifúndios.

Iniciada como extensão do Ciclo da Borracha, a fase de ocupação ferroviária vai dar base à reprodução das atividades compensatórias sem a presença de uma atividade hegemônica após o fim do Ciclo da Borracha, na Zona Costeira Paraense. Este período

burocratas formada por nacionais; os comerciantes, basicamente portugueses; os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundos das universidades europeias. Esta era a composição da elite dominante” (SARGES, 2002, p. 124). Furtado (1981) e Soares (2016) comentam como João Augusto Corrêa e Manoel La Rocque Jorge Ribeiro controlavam a “grande pesca” da Zona Costeira Paraense, tendo contrato de exclusividade de abastecimento da capital Belém. Moraes (2007a) comenta, especificamente sobre o caso de João Augusto Corrêa, e seu controle sobre umas das companhias de navegação subvencionadas pela Província do Grão-Pará após a quebra do monopólio da Companhia de Mauá. Batista (2014) comenta como João Augusto Corrêa e seus parceiros também possuíam contratos para arregimentação de força de trabalho fora da Província do Pará.

da fase ferroviária é também um momento importante na passagem para a subsunção real deste espaço, havendo ali germes do que só seria implantado efetivamente a partir da Ditadura Militar.

A terceira fase de ocupação se inicia nos anos 1950, mas só se materializa definitivamente nos anos 1960. Esta fase constitui a fase rodoviária, com a expansão das estradas sobre os antigos traçados ferroviários, os quais, em sua maioria, serão aposentados. A implantação e difusão desse novo modal está relacionada à política dos governos populistas dos anos 1950 (principalmente Juscelino Kubitschek). A construção da nova capital nacional Brasília e das nove grandes rodovias radiais¹⁷⁶ que partiam do centro do país rumo às suas extremidades é o grande símbolo material desse período.

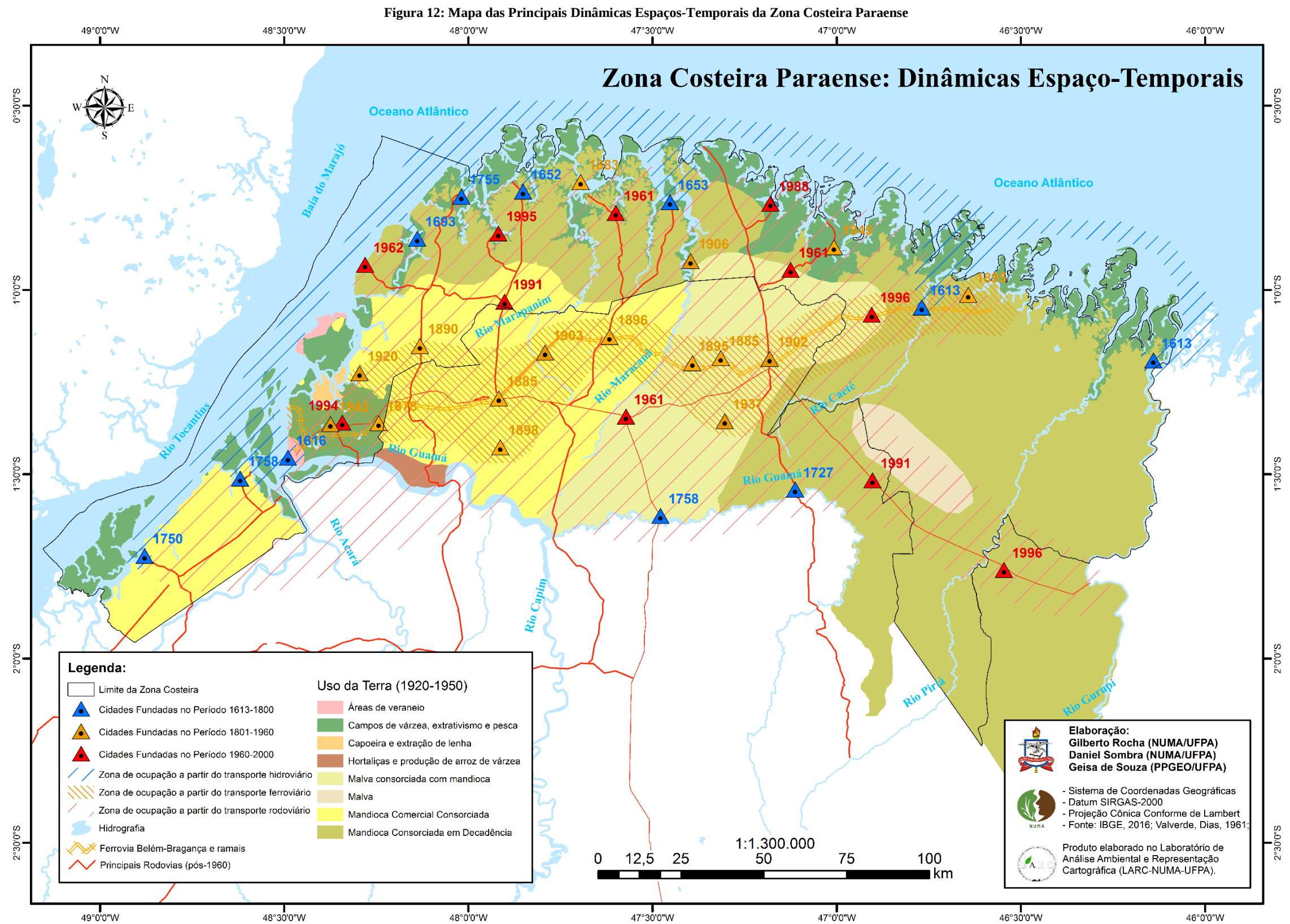
A partir da Ditadura Militar são implantados os planos nacionais de desenvolvimento (PND's). No período compreendido entre os anos de 1967 a 1971, foi estabelecido o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento (PND), que definiu os rumos da estratégia do governo baseado no binômio “segurança e desenvolvimento”.

O I PND apontou a necessidade de se preencher o “vazio demográfico” para o desenvolvimento. Soares (2016) ilustrou como o discurso do “vazio demográfico” começou a ser construído ainda na Era Vargas, e foi sendo reforçado, desautorizando todas as atividades produtivas e experiências pretéritas na Amazônia, o que será melhor comentado adiante.

¹⁷⁶ O Sistema Rodoviário Nacional divide as rodovias em cinco tipos: *a*) as rodovias radiais, que partem de Brasília para as extremidades, marcadas com o primeiro dígito “0” e os demais variando de “10” a “90”; *b*) as rodovias longitudinais, que cortam o território nacional no sentido Norte-Sul, marcadas com o primeiro dígito “1”, e os dois demais dígitos variando de 00 a 50 no trecho que vai do extremo leste do país até Brasília, e de 50 a 99 no trecho que vai da capital até o extremo oeste do país; *c*) as rodovias transversais, que cortam o território nacional no sentido Leste-Oeste, marcadas com o primeiro dígito “2”, com os dois demais dígitos variando de 00 a 50 no trecho que vai do extremo norte do país até à capital Brasília, e de 51 a 99 no trecho que vai de Brasília até o extremo sul do país; *d*) as rodovias diagonais, que cortam o território nacional no sentido noroeste-sudeste ou nordeste-sudoeste, marcadas pelo primeiro dígito “3” com os dois demais dígitos variando de 00 a 99; *e*, *e*) as rodovias de ligação, que unem duas rodovias federais entre si, ou uma rodovia federal a uma cidade próxima, não podendo ser classificada nas quatro alíneas anteriores, sendo que essas são marcadas pelo primeiro dígito “4”, com os dois demais dígitos variando de 01 a 49 se a rodovia estiver ao norte de Brasília e de 51 a 99 se a rodovia estiver ao sul de Brasília, com a rodovia BR-450 estando localizada totalmente interna ao Distrito Federal. No caso das nove rodovias radiais planejadas elas são a BR-010 que segue no sentido norte até Belém (PA), percorrendo 1.954,1 km; a rodovia BR-020 que segue no sentido nordeste até Fortaleza (CE), percorrendo 2.038,5 km; a rodovia BR-030 que segue no sentido leste até Marau (BA), percorrendo 703,7 km; a rodovia BR-040 que segue no sentido sudeste até o Rio de Janeiro (RJ), percorrendo 1.139,3 km; a rodovia BR-050 que segue no sentido sul até Santos (SP), percorrendo 1.025,9 km; a rodovia BR-060, que segue no sentido sudoeste até Bela Vista (MS), percorrendo 1.329,3 km; a rodovia BR-070, que segue no sentido oeste até Cáceres (MT), percorrendo 1.317,1 km; a rodovia BR-080, que segue no sentido noroeste até Uruaçu (GO), percorrendo apenas 227,9 km; e a rodovia BR-090, apenas projetada, e não construída até então (BRASIL, 2011).

O I PND foi estabelecido no período de 1972 a 1974, época em que também foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), basicamente associado à integração nacional por meio da expansão da malha viária. Trata-se do momento da abertura de grandes rodovias e do estímulo à colonização e ao estabelecimento de novos eixos de circulação (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019).

O mapa da figura 12 ilustra as principais dinâmicas espaço-temporais marcantes na Zona Costeira Paraense, identificando as temporalidades conforme as fases aqui destrinchadas: a fase fluviomarinha, a fase ferroviária e a fase rodoviária.



Fonte de dados geoespaciais: IBGE (2016); elaboração própria. Fonte de dados bibliográficos: ÉGLER (1961); PALHETA (1982); PENTEADO (1967, 1973); VALVERDE (1972, 1979); VALVERDE; DIAS (1961). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2018.

As cidades representadas na cor azul foram fundadas durante a fase fluviomarinha, com a hachura em azul representando a hegemonia desse primeiro modal na influência das principais dinâmicas territoriais desenvolvidas, com destaque para a pesca e as atividades extrativistas.

As cidades representadas na cor alaranjada foram fundadas (ou convertidas em cidades) durante a fase ferroviária, com a hachura alaranjada representando a hegemonia desse segundo modal na influência das principais dinâmicas territoriais desenvolvidas, com destaque para a produção de mandioca nos minifúndios que se espalharam ao largo dos ramais férreos, às vezes consorciada com cultura de malva, nas maiores propriedades.

As cidades representadas na cor vermelha foram fundadas (ou mais propriamente foram emancipadas e convertidas em sedes municipais) durante a fase rodoviária, com a hachura vermelha representando a hegemonia desse terceiro modal na influência das principais dinâmicas territoriais desenvolvidas, com destaque para a consolidação de uma faixa agrícola avançando sobre as planícies fluviomarinha, o aumento da urbanização e o surgimento de áreas de veraneio e vilegiatura. Datam do início deste terceiro período importantes rodovias que se tornarão eixos de estruturação das dinâmicas territoriais e das atividades produtivas na Zona Costeira Paraense¹⁷⁷.

Cabem destaque para a rodovia BR-010 (a Belém-Brasília), a rodovia BR-316, além das rodovias estaduais. O traçado da Estrada de Ferro Belém-Bragança foi completamente substituído por rodovias, inclusive nos seus ramais urbanos, como no caso de Belém, onde o ramal ferroviário que ligava o núcleo de Icoaraci à estrada foi substituído pela (então rodovia, e atual avenida) Augusto Montenegro, abrindo o caminho para o vetor da urbanização¹⁷⁸, que resultou na conurbação do centro da cidade de Belém, com o núcleo

¹⁷⁷ Para um caso similar na Amazônia, Facundes, Lima e Santos (2019) produzem uma periodização do estado do Amapá baseados na expansão da rede rodoviária como eixo de estruturação das dinâmicas territoriais.

¹⁷⁸ “A intensificação da dinâmica produtiva e socioespacial de Icoaraci está inter-relacionada com o processo de expansão/apropriação do espaço urbano de Belém ocorrido entre os anos de 1960 e 1990, o qual [...] determinou a formação de três espaços claramente definidos na cidade: a área central, a área de transição e a área de expansão. [...], a área de expansão de Belém é formada preponderantemente pelo eixo da BR 316, em direção aos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, que compõem a atual Região Metropolitana de Belém – RMB e, secundariamente, pelos eixos das Rodovias Augusto Montenegro, Mário Covas e 40 Horas. No que tange especificamente ao território de Belém, a área de expansão urbana corresponde ao espaço localizado entre duas zonas urbanas, sendo estas respectivamente o núcleo urbano mais adensado desta capital e o núcleo central de Icoaraci. A inserção do Distrito de Icoaraci no contexto da expansão urbana de Belém é [...] um processo de conurbação e de suburbanização do mesmo em relação à capital do Estado; sendo demonstrado [...] que diversos [bairros] surgidos em Belém nos últimos anos estão localizados na área correspondente ao Distrito de Icoaraci e no eixo de expansão em direção a ele, denotando a integração efetivada entre esses dois espaços [...], [sendo possível] perceber o adensamento de bairros na zona de expansão urbana de Belém. Esses bairros foram instituídos pela Lei

da vila, formando atualmente um único tecido urbano no município de Belém e municípios limítrofes (MORAES, 2008; SOARES et al., 2018c).

A abertura de tantas rodovias estava justificada pela perspectiva da “Integração Nacional”, máxima que foi consolidada pelos governos da Ditadura Militar, o que implicou a ocorrência de fluxos migratórios oriundos de outros estados brasileiros, dinamizando os espaços do entorno dos eixos rodoviários (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019).

Assim, na Zona Costeira Paraense, e particularmente no interflúvio entre o Rio Guamá e os rios costeiros, na área do planalto rebaixado da Amazônia, o processo histórico de colonização propriamente agrícola, tornado intenso com a construção da Estrada Ferro Belém-Bragança (MIRANDA, 2009), foi ampliado em extensão e intensidade com a implantação da malha rodoviária.

Como corolário desse processo, alterações espaciais marcaram a redefinição do sistema de cidades e sua hierarquia urbana e cidades como Castanhal e Capanema passaram a exercer papel fundamental na rede urbana (RIBEIRO, 2017), disputando e até mesmo roubando protagonismo de cidades polo geradas na fase fluviomarinha, como foi particularmente o caso de Bragança, centro da atividade pesqueira (SAKAGUCHI; RIBEIRO, 2020; COSTA, 2017), que perdeu relativo espaço para as duas cidades médias supracitadas.

O efeito mais significativo ocorreu no eixo e nas áreas intermédias ao plano da circulação. Na Zona Costeira Paraense, todavia, o efeito foi sentido com a captura dos núcleos à dinâmica rodoviária emergente. Houve, nesse sentido uma reorganização da rede urbano-regional.

Além da emergência de novas centralidades e a relativa diminuição de antigas centralidades, conforme explana Ribeiro (2017), houve mesmo o caso de alterações de sítios da sede municipal em alguns municípios (Quatipuru e Nova Timboteua), conforme analisam Castro et al (2019), assim como esvaziamento de vilas e localidades ribeirinhas em detrimento de novas vilas ao largo dos ramais rodoviários (QUARESMA et al., 2015).

Municipal nº 7.806 de 30/06/1996, que alterou a legislação anterior, elevando o número de bairros de 20 (vinte) para 71 (setenta e um). Este reordenamento territorial [...] fazia parte de um plano da Prefeitura Municipal para descompactar a zona urbana central de Belém, num modelo chamado ‘descentralização concentrada’. Neste plano foram definidas áreas destinadas a novos assentamentos residenciais; aos distritos industriais de Ananindeua e Icoaraci; ao Centro Administrativo do Estado e ao parque ambiental do Utinga, entre outras, contudo, o planejamento voltado para a área de expansão, em especial no sentido de Icoaraci, não garantiu investimentos que propiciassem elevação dos índices de emprego, serviços e infraestrutura [sic] urbana” (COSTA, 2007, p. 69-71, grifos da autora).

E foi deste modo que a colonização no nordeste do estado do Pará, nos tabuleiros e na planície costeira deu origem a um lento processo de minifundização, pelo qual lotes agrícolas passaram a ser cultivados de forma perene com lavouras temporárias, principalmente a mandioca e as lavouras permanentes (MIRANDA, 2009). A tecnologia do cultivo de então continuava a mesma disseminada pelo Brasil: a coivara, que exigia rotatividade de áreas. Essa é a arrumação do espaço quando as políticas de crédito e financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) incentivaram a compra de terras na Amazônia.

Até certo ponto, a periodização esboçada aqui dialoga com a periodização proposta por Ribeiro (2017) para o Nordeste Paraense como um todo. Contudo, enquanto na periodização apresentada de Rocha, Soares e Moraes (2019) a circulação tem um papel central, na periodização de Ribeiro (2017) a circulação é um elemento, mas o foco está nas relações em geral desenvolvidas entre os núcleos urbanos.

Para Ribeiro (2017), o Nordeste Paraense possui quatro distintos períodos em sua formação urbana: *a)* o Período embrionário, remontando ao processo de colonização da região amazônica no século XVII; *b)* o Período da colonização da Região Bragantina e da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), entre o final do século XIX e a década de 1960; *c)* o Período de expansão das rodovias, dos anos 1960 aos 1990; e, *d)* o Período da complexificação da rede urbana diante dos vetores de metropolização do espaço, a partir dos anos 1990.

É importante, asseverar, que os modais de circulação constituem marcos espaciais que estruturam mudanças efetivas na paisagem e nos usos da terra, constituindo um indicador geográfico por excelência. Mas as mudanças de modais respondem às necessidades de ajustes na relação entre forças produtivas e relações de produção, a partir dos agentes que detêm o controle das políticas territoriais.

Do ponto de vista mais sociológico, cabe notar, algumas mudanças importantes nas relações de produção, relações de trabalho e relações de poder características da subsunção formal começam a ocorrer antes ou concomitante à instalação dos objetos. Mais do que uma relação de determinação simples, o que há é uma mudança da totalidade, a qual modifica, simultaneamente, os sistemas de ações e os sistemas de objetos. A fase ferroviária, que apresenta o momento da destruição do capital acumulado durante o Ciclo da Borracha, e a fase rodoviária, que apresenta o momento da negação do espaço geográfico da subsunção formal serão melhor analisados nos subitens a seguir.

3.3 – Elites locais e controle do trabalho na Zona Costeira Paraense

Como corolário do processo descrito até aqui da produção do espaço geográfico amazônico, prestando atenção ao momento de consolidação da formação espacial brasileira, faz-se necessário afirmar que no recorte espacial de análise, a Zona Costeira Paraense não divergiu, em termos gerais, da Amazônia como um todo.

As suas três grandes particularidades – a) a existência de uma fase ferroviária; b) a concentração de minifúndios; e, c) um peso maior da força de trabalho africana escravizada – mais do que a converterem em uma formação singular em essência, a colocam como um espaço onde estão sintetizadas as características mais gerais da formação espacial brasileira.

Como síntese, afirma-se que o acesso à propriedade da terra era para poucos, e não havia segurança jurídica para as classes sociais sem acesso a essa propriedade da terra. Não se trata somente de um debate jurídico, inclusive porque muitas vezes os termos de apropriação da terra, e sobretudo da água, não eram condizentes com as letras legais. A condição de não proprietários (posseiros, então) implicava necessariamente subordinação às elites locais, no sentido político, econômico, social e cultural.

No caso específico das águas, sejam as marinhas, sejam as fluviais, embora elas nunca tenham constituído *de jure* matéria disponível para a propriedade privada, mesmo nos tempos da Monarquia¹⁷⁹, elas sempre o foram *de facto*, seja do ponto e vista do controle das fontes de água potável¹⁸⁰, seja do ponto de vista das águas como meio de

¹⁷⁹ “Durante o período abordado aqui, por exemplo, um canal foi construído na cidade de Cametá. A água era, e ainda é, considerada propriedade pública, e os rios não poderiam ser redirecionados sem permissão legal. Isso sugere que tal construção foi provavelmente feita ilegalmente e por indivíduos poderosos, bem relacionados, que poderiam se defender do Estado. Muito comum, também, era a prática proibida de ribeirinhos bloquearem córregos para pegar peixes em armadilhas. Os conselhos municipais desde pelo menos o início do período nacional [refere-se ao Império], procuram introduzir multas com penalidade contra tal atividade” (HARRIS, 2017, p. 52).

¹⁸⁰ “No primeiro período (1839 a 1894) [...] esse abastecimento era controlado por comerciantes portugueses que além de se apoderarem das bicas, tinham o controle de seu comércio, seno conhecidos no século XIX como os ‘aguadeiros do paul d’água’ até a criação da Companhia de Águas do Grão-Pará, de capital privado, responsável em 1887, pelo início da captação das águas dos mananciais do Utinga. E no segundo período (1895 a 2004), [...] a instalação da república no país permitiu a implantação do sistema público de abastecimento de água dos mananciais do Utinga, até então sob o controle privado [...]” (BORDALO, 2006, p. 25-26, grifos do autor).

circulação¹⁸¹, seja do ponto de vista das águas como fonte de recursos¹⁸², sendo sempre, assim, um elemento essencial da propriedade de terras.

O que cabe agora é explanar como a propriedade privada – *de jure* ou *de facto* – sobre as áreas (terras e águas) que atualmente são caracterizadas como áreas públicas (as áreas que constituem o Patrimônio Fundiário da União) configurou um espaço de apropriação de recursos por parte dessas elites.

E, como esses espaços também eram os espaços de produção e reprodução das atividades compensatórias, tratavam-se também de espaços territoriais de projeção de poder. Como foi posto por Soares (2016), a pesca era uma dessas atividades compensatórias. Veríssimo (1970), ao analisá-la no final do século XIX, dividiu-a em “grande pesca” e “pequena pesca”. A primeira, realizada por grandes embarcações de madeira, as quais eram capazes de armazenar até vinte e cinco toneladas de pescado. A última concernente à pesca de subsistência.

Soares (2016) elencou como o modelo das companhias de pesca, regulamentado em nível provincial no Grão-Pará em 1839, e, posteriormente, no nível das Intendências

¹⁸¹ “De forma geral, o que se percebe é que a navegação regional oceânica até a primeira metade do século XIX encontra-se imersa em dois momentos – o primeiro vai de 1800 até 1840, quando, de fato, a região experimenta um ambiente de crise econômica em decorrência do preço pouco competitivo do cacau no mercado internacional. Ainda neste momento se percebe o agravamento das questões burocráticas que acabam por debilitar o setor - questão como aumento do frete para as embarcações, o movimento da Cabanagem e o fechamento do Rio Amazonas. O terceiro momento ocorre a partir de 1840 – e aqui se percebe o crescimento da economia regional que irá se refletir na navegação oceânica e regional. Nesses momentos já se pode perceber que a navegação regional não caminha solitariamente ou a reboque do que ocorre na economia paraense, mas sim vai determinando todos os acontecimentos econômicos a partir de então” (MORAES, 2007a, p. 92).

¹⁸² “A partir de 1839 surgiram as primeiras leis votadas pela Câmara de Deputados Paraense acerca da pesca. Entre elas, destacam-se: a lei 44 de 15 de outubro desse ano, a qual proibia as *tapagens* nos lagos e rios; em 1844, pela resolução 123 de 11 de outubro, a pesca com timbó, cunambi, assacu e outras plantas tóxicas, tornara-se proibida. A infração dessa Resolução incorria em pena de 30 dias de detenção ou em multa de cinquenta [sic] mil réis. [...] Em 6 de setembro de 1854, a Resolução nº 246 autorizou o Governo a estabelecer em cidade ou vila companhias de pesca semelhantes a que foi organizada em 1839 pela lei nº 25 de 28 de setembro, daquele ano. O número de pescadores que compunha cada companhia era relativo à população e necessidades das respectivas cidades e vilas, onde elas seriam criadas. Essa lei, como aquela, ao mesmo tempo que fomentava o desenvolvimento da pesca, exercia um certo controle sobre a atividade pesqueira, na medida em que, fixando o número de pescadores por cada companhia, tornava-se mais acessível fiscalizar as incursões pesqueiras nas águas paraenses. A lei nº 361, de 12 de outubro de 1860 autorizou o Governo paraense a incorporar uma companhia com a finalidade de abastecer o mercado da capital, de peixe fresco, seco, salgado ou sob outra qualquer forma. Três anos após, a lei nº 423 de 21 de dezembro de 1863 aprova o contrato estabelecido entre o Governo da Província do Pará e os cidadãos João Augusto Corrêa e Manoel La Rocque Jorge Ribeiro, para o fornecimento de pescado ao mercado da capital-Belém. Além dessa contratação, outras, em anos subseqüentes [sic], foram feitas visando o mesmo objetivo” (FURTADO, 1981, p. 25-26, grifo da autora).

municipiais em 1854, abriu as portas para a taxaço da “pequena pesca” pelos municípios, o que foi confirmado, em nível nacional, com o Decreto nº 876 de 1856¹⁸³.

Em nível nacional, o Decreto traz algo importante: “a proibição de utilizar mão de obra escrava nos barcos de pesca e de transporte da produção, assim como a limitação do número de estrangeiros nas embarcações, sejam eles pescadores ou marinheiros” (RESENDE, 2014, p. 60), proibindo o uso dos rios e mares para a reprodução social desses grupos sem a intermediação dos proprietários das companhias.

Destarte, a legislação (primeiramente a provincial do Pará, ainda no Império, e, posterior, nacional, principalmente já na República) foi adequada para – sem tocar na questão da dominialidade da água – possibilitar contratos de exclusividade da circulação entre duas ou mais cidades, ou de estabelecimento de monopólio do abastecimento de produtos para determinada cidade, como o caso do abastecimento de peixe fresco, seco e salgado, que a partir de 1860 se tornou uma exclusividade da companhia de João Augusto Corrêa e Manoel La Rocque Jorge Ribeiro (FURTADO, 1981).

A exclusividade do abastecimento por essas grandes companhias excluía de saída a presença dos pequenos pescadores, os quais não tinham reconhecidos seus direitos à livre pesca. Os pescadores tinham que pagar para acessar o rio ou o mar. Essas taxas variavam por município¹⁸⁴, e eram cobradas de acordo com o tipo de produto pescado, o tipo de embarcação e tipo de apetrecho utilizado.

¹⁸³ De acordo com Resende (2014, p. 69), o decreto objetivou “[...] além da função de controle militar sobre os pescadores e suas embarcações, a formalização das empresas exploradoras que deveriam organizar a atividade da pesca nacional, o que, durante o período republicano, gerou a tentativa de nacionalizar a exploração da pesca”.

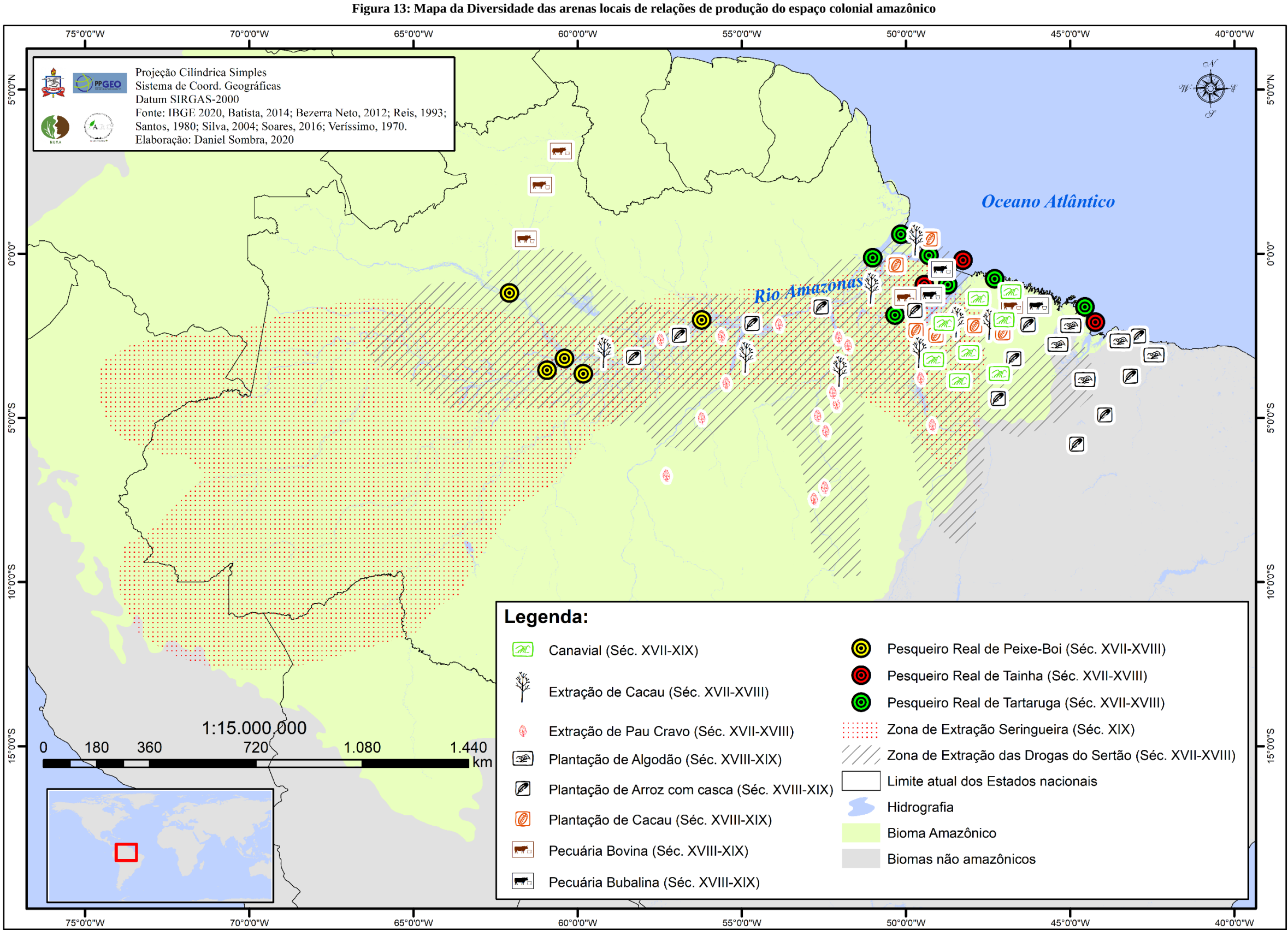
¹⁸⁴ “Se o sujeito pescador não era, necessariamente, reconhecido como um cidadão portador de direitos, definitivamente era conhecido, no Pará, como alguém que deve pagar tributos por utilizar um recurso público – não no sentido de uso comum, mas no sentido de estatal. Esse quadro não se restringia a Marapanim. [...] Em 1895, as taxas cobradas aos pescadores eram as seguintes: *I*) No Marajó: *a*) em Chaves, a intendência cobrava 20 réis por quilograma de grude de peixe, 40 réis por quilograma de peixe salgado, 5 réis por tarrafa empregada na pesca de mariscos; *b*) em Portel, 25 réis por quilograma de grude exportado, 2 mil réis por cacuri ou curral, 10 mil réis por cacuri francês, e 200 mil réis por vara de apanhar tartarugas e tracajás; *c*) em Gurupá, 5 mil réis por canoa de pescar pirarucu, 4 mil réis por tartaruga pescada, 10 mil réis por curral de pesca ou cacuri, 5 mil réis por tarrafa ou rede de apanhar peixe. *II*) No Baixo-Amazonas: *d*) em Faro, 15 réis por quilograma de peixe seco, 20 réis por quilograma de pirarucu de salmora, 10 mil réis por pescador de profissão registrado, 2 mil réis por cada pescador vindo de outro município, 10 mil réis por canoas de pescar tartarugas ou tracajás, 20 mil réis por pessoa que for encontrada tirando ovos de tartarugas ou tracajás, e 1 mil réis por cada vendedor de pirarucu fresco que venda por mais de 200 réis o quilograma; *e*) em Almeirim, 4 mil réis por canoa empregada na pesca de tartaruga; *f*) em Mazagão (atualmente um município do estado do Amapá), 50 mil réis por pessoa que se emprega em extrair ovos de tracajá, e por peixe pescado exclusivamente no rio Maracá. *III*) No Nordeste Paraense: *g*) em Igarapé-Miri, 20 réis por quilograma de grude, 5 mil réis por cada rede de lancear ou tarrafa, 10 réis por quilograma de peixe seco, salgado, assado ou moqueado exportado, 5 mil réis por camboa; *h*) no Moju, 5 mil réis por cacuri; *i*) em Curuçá, 10 réis por quilograma de peixe seco ou salgado exportado, 100 réis por quilograma de grude de qualquer peixe para exportação, 5 mil réis por cada rede de pescar, 10 mil réis por tarrafa, 3

Em suma, por não terem acesso à propriedade da terra, os pescadores deveriam pagar por estar acessando propriedade alheia. O mar e os rios estavam destinados aos contratos monopolistas. O monopólio sobre a circulação de mercadorias e pessoas também era lugar comum na província, herança dos tempos pombalinos, mediada por contratos de subvenção, os quais escoavam dinheiro dos cofres públicos para companhias das elites locais (MORAES, 2007a).

Batista (2014) analisa como importantes famílias paraenses, sediadas em Belém, nas décadas de 1850 a 1870 – período de início da extração das seringueiras – tomaram parte do novo negócio lucrativo, sem deixar de integrar todas as atividades econômicas (extrativistas, agrícolas e mercantis) provinciais relevantes.

O mapa da figura 13 apresenta uma síntese, tanto espacial, como temporal das grandes localidades, do ponto de vista das relações de produção no espaço amazônico herdado pela subsunção formal. Belém, então, funcionando como a principal ponte de mediação com as trocas internacionais e o mercado mundial, através das atividades hegemônicas (borracha, e antes, o cacau), e na mediação com a formação espacial e os lugares, do nível das relações de produção, através principalmente do controle das atividades compensatórias que fundamentam o poder local.

mil réis por tarrafa de malha miúda ou menor de dez palmos de altura, 5 mil réis por camboa ou cacuri, 2 mil réis por feitoria de pescador na costa ou nos rios do município; j) em Cintra (atual município de Maracanã), 30 réis por quilograma de peixe seco ou de moura, 500 réis por quilograma de grude de gurijuba ou pescada, 50 réis por quilograma de peixe fresco vendido a mais de 250 réis o quilograma, 10 mil réis de licença anual por cada curral de peixe, 5 mil réis por cacuri, 6 mil réis por cada rede de lancear, 3 mil réis por cada tarrafa ou puçá, 2 mil réis por cada feitoria do pescador, 10 mil réis por quilograma de gurijuba e outros peixes. Além das já citadas taxas em Marapanim” (SOARES, 2016, p. 92-93, grifos do autor).



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2020); Elaboração própria. Fonte de Dados Bibliográficos: Batista (2014); Bezerra Neto (2012); Égler (1961); Oliveira (1984); Penteadó (1967, 1973); Reis (1993); Santos (1980); Silva (2012); Soares (2016); Veríssimo (1970).

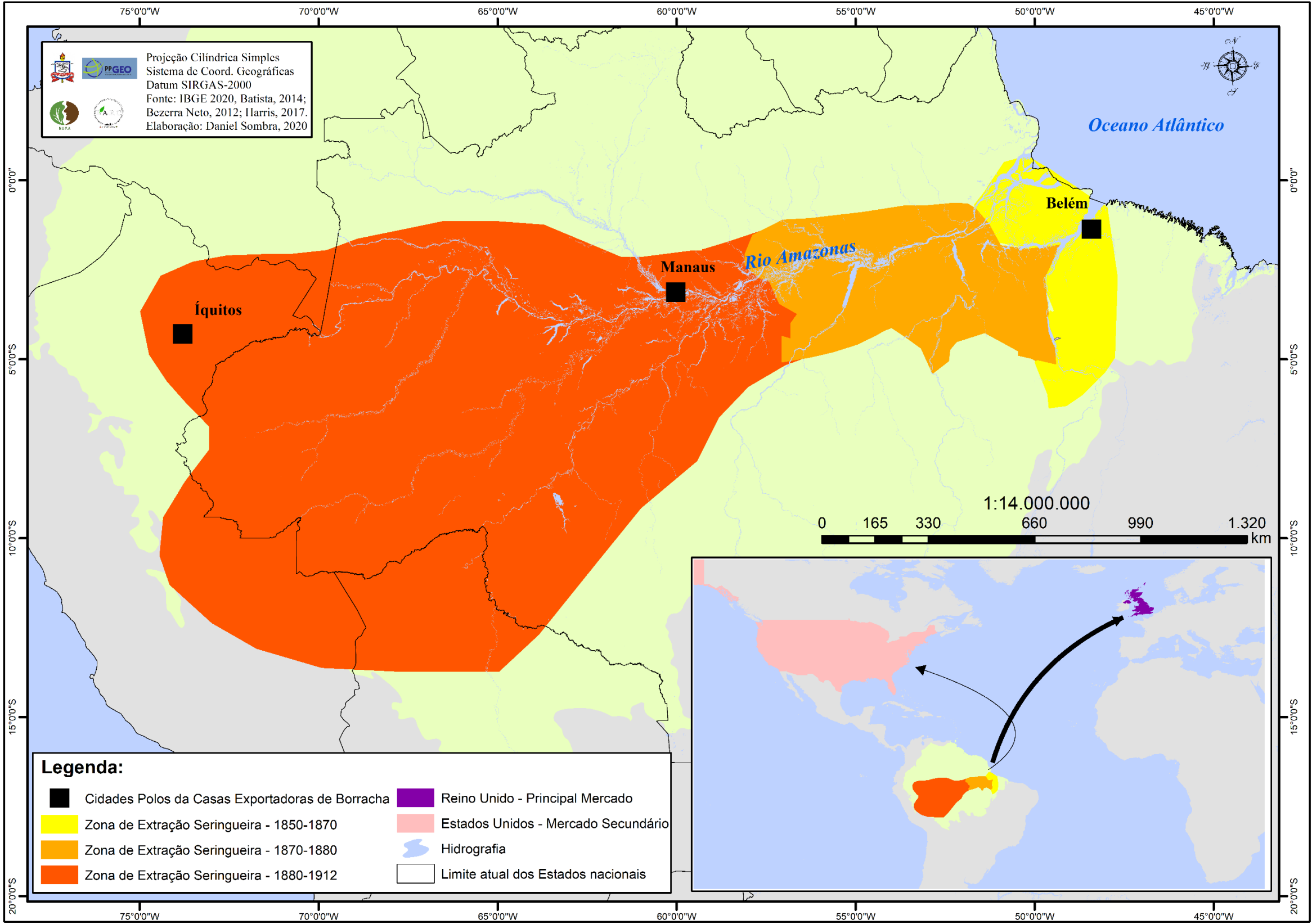
A primeira grande fase da extração seringueira se deu ainda com força de trabalho ameríndia, tendo sido o Arquipélago Marajoara e os vales do Rio Tocantins e dos rios guamarinos (principalmente Moju e Acará) a primeira grande área de extração (BATISTA, 2014). Posteriormente, a extração seringueira ampliou em área a extensão dessa relação de produção, já com o incentivo oficial, da parte dos governos provinciais, sobretudo do Governo do Pará, para a atração de migrantes, particularmente do Ceará. A expansão se deu em dois sentidos: na direção sul, subindo o Rio Tocantins, onde se extraiu o caucho¹⁸⁵, e na direção oeste, subindo o Amazonas e seus grandes tributários, convertendo Manaus, em São José do Rio Negro (Província do Amazonas a partir de 1850), e Iquitos¹⁸⁶, no Peru, em importantes centros de comando da segunda e, principalmente, da terceira fase de expansão da extração de seringais na Amazônia Sul-americana.

O mapa da figura 14 ilustra o circuito espacial da produção da borracha na Amazônia, em seus três grandes períodos de extração: a) o primeiro período (1850-1870), no qual o controle comercial estava basicamente nas mãos da elite belenense, e a força de trabalho hegemônica ainda era a indígena, com bacia de produção no arquipélago marajoara e nos tabuleiros e vales adjacentes ao baixo curso do Rio Tocantins; b) o segundo período (1870-1880), o qual se caracteriza pelo aparecimento do capital britânico, e das casas aviadoras, além da força de trabalho se tornar, principalmente, e migrante, consolidando a forma mais clássica do regime do aviamento, com bacia de produção avançando para a montante do Rio Xingu e o médio curso do Rio Amazonas, tornando Santarém um porto de destaque; c) já extremamente vinculada à velocidade dos vapores, e com a produção em alta escala, as seringueiras do Amazonas e do Acre (e do Peru, em menor escala) se tornam mais valiosas, e a principal área produtiva.

¹⁸⁵ O caucho (*Castilloa ulei*) é uma árvore amazônica que se prolifera na terra firme, também utilizada para produzir goma elástica, mas seu látex apresenta qualidade inferior ao da seringueira (*Hevea brasiliensis*), sendo, geralmente, misturado ao desta para ser vendido (EMMI, 1999; LOBATO, 2018).

¹⁸⁶ Baseado em Rumrill e Zutter (1976), Soares (2016, p. 86), afirma que: “Na Amazônia peruana, algo semelhante vai ocorrendo em Iquitos, na encruzilhada do Rio Amazonas com o Rio Nanay e o Rio Itaya, onde empresários locais (proprietários de estaleiros, companhias de navegação, gado e madeira) se associaram a seringalistas brasileiros e financiadores ingleses para explorar a borracha peruana. A extração deste produto no Peru começou tardiamente, por volta de 1899, mas para fazer frente à envergadura dos investimentos aplicados, foram transplantados para a região cerca de 100 mil trabalhadores indígenas, dos quais 40 mil foram assassinados entre 1900 e 1912, configurando um verdadeiro genocídio em pleno governo republicano peruano. Iquitos foi escolhida para ser a sede nacional da atividade da borracha no Peru, sendo que em 1860 era apenas uma pequena comunidade com um trapiche possuindo cerca de 1200 habitantes, convertendo-se em 1910 em uma cidade com mais de 100 mil habitantes, com uma Bolsa de Valores, além de lojas francesas, mercados de ferro ingleses, bondes elétricos, teatros e palácios”.

Figura 14: Mapa do Circuito Espacial da Produção (extração) da borracha, e suas três grandes fases de expansão.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2020); Elaboração própria. Fonte de Dados bibliográficos: Rumrill; Zutter, (1976); Batista (2014); Bezerra Neto (2012); Harris (2017); Weinstein (1993). Elaboração: autor da tese; LARC (NUMA/UFPA), 2020.

No terceiro período, o a distinção entre o polo de acúmulo de capital (as metrópoles do mercado mundial) e o desgaste das elites locais eram visíveis. Tal divisão internacional do trabalho só era viável para os seringalistas em virtude da existência das atividades compensatórias. É por esse prisma que se deve entender os dados levantados por Batista (2014).

Em 1864, a Província do Pará celebra um contato com uma companhia comercial liderada pelas famílias Chermont, Pombo e Henriques, para as quais é fornecida a exclusividade da navegação¹⁸⁷ (e da circulação de pessoas e mercadorias) entre as cidades de Belém, Soure, Chaves, Muaná e Macapá. As famílias em questão eram constituídas de proprietários rurais e comerciantes.

Particularmente as famílias Henriques e Pombo, entrecruzadas através de casamentos e outras relações, foram juntando sesmarias entre 1789 e 1850 (portanto desde o período colonial até o período imperial, mudando de Coroa) até tornarem-se nos anos 1860 proprietários da totalidade da Ilha Mexiana¹⁸⁸

O controle da circulação entre as referidas praças com a capital Belém consolidaria o poder das famílias na área. A produção gomífera, ao se complexar, gerou uma estrutura

¹⁸⁷ “Deste modo, não é de se estranhar que, em 25 de outubro de 1837, Ambrósio Pombo tenha conseguido o privilégio, por parte da Presidência da Província do Pará, para explorar a navegação entre a Ilha do Marajó e a cidade de Belém, durante o período de 10 anos. [...] Cabe mencionar, ainda que se localizavam justamente no Marajó as propriedades rurais da família Pombo, sendo que da Ilha Mexiana, há indícios da prática de contrabando do gado para Caiena, por parte de Joaquim Clemente. Lembro, também, que era no Marajó a sesmaria recebida por Ambrósio, o avô, no início do século XIX. [...] Outras sesmarias foram concedidas à família na mesma ilha, sendo que as propriedades dos Pombo foram se formando naquele local até o momento em, na sua quarta geração, ela já era dona de toda a ‘Mexiana’” (BATISTA, 2014, p. 182, grifo da autora).

¹⁸⁸ “Sendo assim, os Pombo se consolidaram como uma das mais tradicionais famílias de proprietários rurais do Pará, tendo alguns de seus membros, ainda durante a segunda metade do século XIX, entre a elite provincial. [...] É interessante notar que, mesmo pertencendo a sua família – tanto o ramo dos Henriques, como os dos Pombo –, uma grande distinção social na sociedade colonial do Pará da segunda metade do Setecentos, Ambrósio Pombo chegou a ser condecorado pelo Império do Brasil por ter tido uma participação de destaque na construção de um Brasil independente. Não cabe aqui adentrar nos motivos que o levaram a se desviar da conduta adotada até então [contrária à Independência], especialmente por seu avô materno, haja vista seu pai também ter sido favorável a um Brasil independente, mas, sim, ressaltar que, mesmo no período imperial, os Pombo continuaram possuindo estima social” (BATISTA, 2014, p. 180-181). O estudo de Marin (1998) aponta um dado interessante. Segundo a autora, a chegada do cacau plantado ao arquipélago marajoara em geral se deu através de uma troca de atividades intermediadas pelas mesmas famílias que dominavam o circuito comercial Belém – Soure – Chaves – Macapá – Oiapoque. Em suma, áreas (incluindo as ilhas Mexiana e Caviana) que estavam sob a ocupação da atividade pecuária passaram a receber as plantações de cacau, enquanto que as faixas campestres da zona costeira do Cabo Norte (hoje, amapaense) receberam a atividade pecuária.

urbana complexa em Belém¹⁸⁹, com a gênese da força de trabalho assalariada urbana e profissionais liberais, ao passo que a atividade matriz da borracha financiava os demais setores econômicos.

Para Corrêa (1988), no auge do Ciclo da Borracha, houve um crescimento demográfico desproporcional em Belém, em virtude de sua função primaz na rede urbana amazônica. Para Mourão (1989), os grandes seringalistas foram também os proprietários das indústrias localizadas em Belém e hinterlândia na virada do século XIX ao século XX, que deixou como marca na paisagem os galpões e casas operárias do Bairro do Reduto.

Entre esses seringalistas, Sarges (2010) destaca o papel de Augusto Corrêa, Manoel Jorge Ribeiro, Siqueira Mendes (duas vezes governador do estado) e Antonio Facciola, os quais, em parceria com o capital britânico, possuíam as empreiteiras que construíram os teatros, palácios, casarões, mercados da época, bem como possuíam as concessões mais importantes concedidas pelo Prefeito Antônio Lemos (serviço de transportes por bondes, coleta de lixo, abastecimento de pescado e carne dos mercados etc.).

Assim, os mesmos seringalistas eram os proprietários companhias pesqueiras as quais abasteciam o Mercado Ver-o-Peso. Destarte, os mercados de Soure, Vigia, Cametá, Marapanim, Bragança e Viseu eram as praças intermediárias das companhias pesqueiras. Também eram proprietários das fazendas, tendo uma delas dado origem ao município com o nome de Augusto Corrêa (FURTADO, 1981). E, por fim, também eram os proprietários das chamadas “fazendas de sal” ou “salinas” na foz do Rio Caeté (ASP, 2017).

Além de fornecer as matérias-primas que a indústria nascente de Belém necessitava (MOURÃO, 1989), fazia-se necessário alimentar a crescente força de trabalho que se aglomerava principalmente em Belém, mas, em menor escala, nas praças intermediárias, como Bragança e Cametá. Essa função foi exercida pelas forças produtivas da Zona Costeira Paraense.

Penteado (1973), em seu estudo acerca do sistema portuário de Belém, comenta a importância da hinterlândia a qual determina condições objetivas para a reprodução do aglomerado urbano e da força de trabalho na capital paraense. Batista (2014) lembra que

¹⁸⁹ “Com a expansão dos negócios da borracha, os lusitanos foram consolidando suas fortunas e reinvestindo parte dessa acumulação na exploração de novos seringais, outra parte se orientando para o setor pecuário. Foram feitas inversões nos setores de atividades urbanas, de negócios imobiliários, da construção naval de pequeno porte e da construção civil, entre muitos outros” (SARGES, 2010, p. 124).

uma porção relevante desta área, na época, pertencia ao próprio município de Belém, cujo limite extremo oriental era a Vila de Santana do Capim, onde grandes beneméritos de Belém construíram uma Catedral para marcar um ângulo da poligonal do então município de Belém¹⁹⁰.

Batista (2014) ilustra com séries estatísticas de exportação, importação e dados de tributação que não houve, afinal, uma derrocada da agricultura nos termos tão alarmados pelos intelectuais da época, e consagrados por trabalhos posteriores como Santos (1980) e Weinstein (1993). Para Batista (2014), havia muito mais a preocupação das elites locais com a contínua mobilidade da força de trabalho pelos rios, e o desejo de desenvolver uma monocultura, o que não impediu a participação de nenhuma das famílias tradicionais de então de participar dos “negócios da Hévea”.

Contudo, como ilustra bem a autora, nenhuma das famílias abandonou o controle das demais atividades produtivas, nomeadas aqui nesta Tese de doutorado em Geografia como atividades compensatórias. Batista (2014) nota o caso relevante da Ilha Mexiana, na ponta extrema setentrional do Arquipélago Marajoara. Naquele período, havia extração de seringueiras, elaborada por força de trabalho local, predominantemente ameríndia, mas também plantações de cacau e arroz, além da prática de atividade pesqueira.

As relações de trabalho perpassam pelo controle do barracão, e já estavam, portanto, configuradas aos moldes do regime de aviamento que ficaria nacionalmente conhecido quando aplicado aos migrantes nordestinos que constituíram o grosso da força de trabalho seringueira após 1870, constituindo um – conforme foi nomeado no capítulo 2 – tipo de protoaviamento.

Batista (2014) afirma que em determinada ocasião, em 1854, os proprietários reclamaram de uma invasão da ilha por posseiros que se recusavam a se retirar ou a pagar foro pelo uso da propriedade. Totalizavam mais de mil pessoas, segundo os reclamos registrados em correspondências às autoridades.

Ainda que possa haver certo exagero nos números, isso denota a potencialidade produtiva da ilha, a quarta maior do Arquipélago marajoara. Chaves, a cidade que está

¹⁹⁰ A vila de Santana do Capim posteriormente foi englobada pelo emancipado município de São Domingos da Boa Vista em 1890, pelo Decreto nº 237. O Decreto nº 720 de 19 de agosto de 1932 alterou o nome da sede para “São Domingos do Capim” (nome original de fundação de freguesia por Mendonça Furtado, irmão de Pombal). Em 1991, a vila de Santana do Capim, que marcava um limite da poligonal do município de Belém na *Belle Époque* se tornou parte do emancipado município de Aurora do Pará (FAPESPA, 2018).

localizada na Ilha do Marajó, defronte à Ilha Mexiana, naquele momento representava um importante entreposto comercial, ligando as áreas agropecuárias, com destaque para a produção bubalina dos campos de Soure a leste, às áreas das ilhas e furos, com a força da borracha, do cacau e da pesca a oeste. Sediando armazéns das atividades produtivas a leste a oeste, Chaves estava plenamente integrada à capital, recebendo viagens duas vezes por mês¹⁹¹.

Os contratos monopolistas não se resumiam à atividade pesqueira ou à circulação fluviomarítima, abrangendo outras atividades¹⁹². Os casos citados aqui ilustram como a propriedade privada dos bens que hoje constituem o Patrimônio Fundiário da União – seja *de jure*, como no caso das sesmarias sobre a Ilha Mexiana, seja *de facto*, como no caso das concessões de exclusividade e da exigência do pagamento de taxas por uso para os posseiros – constituiu efetivamente um instrumento de projeção de poder econômico e político por partes das elites locais.

Batista (2014) apresenta a genealogia de algumas dessas famílias, as sediadas em Belém, cartografando a extensão territorial de seus negócios e suas inter-relações. A leitura conjunta com Furtado (1981) e Sarges (2010), que abordam sobre as mesmas famílias e outras para contextos específicos, é suficiente para traçar as teias de poder, coroada por títulos de nobreza, patentes militares, honrarias públicas e cargos políticos. Moraes (2007a) complementa com os registros familiares de propriedade das empresas de navegação com contratos subvencionados pelo Estado.

A leitura das obras de Ferline (2003) e Moreira (2018) se faz importante para mostrar como esse quadro *não é distinto* de todo o resto da formação espacial brasileira em relação à base do trabalho ser constituída por atividades compensatórias funcionais e secundarizadas pela atividade hegemônica do ciclo econômico. Há duas particularidades relevantes no caso amazônico como um todo, herdado da pretérita formação espacial grão-paraense.

¹⁹¹ Para efeito de comparação, atualmente há duas opções diárias de deslocamento da capital para os municípios vizinhos de Soure e Salvaterra (por barco, no Terminal Hidroviário de Belém, e por balsa, no Terminal Hidroviário de Icoaraci, Distrito de Belém), enquanto para o município de Chaves, por exemplo, não há ligação direta com o município de Belém. Para se deslocar entre Belém e Chaves é necessário acessar a capital amapaense, Macapá (por via aérea ou fluvial, a partir de Breves, localizada nos furos que conectam o estuário amazônico ao estuário tocantino) e de lá seguir por via marítima. Hoje, portanto, apesar dos avanços nos sistemas de transportes, o quadro socioespacial é distinto, com Chaves estando muito mais “distante de Belém” do que era no fim do século XIX.

¹⁹² Sarges (2010, p. 120-124, grifo da autora) ilustra os mais importantes desses contratos monopolistas durante o famoso período de *Belle Époque* de Belém. Bordalo (2006) atenta para os contratos monopolistas quanto ao abastecimento de água da capital.

A primeira particularidade é o uso hegemônico da força de trabalho indígena, cujas formas de controle do produto do trabalho e do corpo de trabalho – dos aldeamentos jesuíticos, passando pelo diretório pombalino, pelas fábricas nacionais e, enfim, pelas companhias monopolísticas – diferiram do trato dado ao africano escravizado.

A segunda particularidade é o fato de que o controle da propriedade de terras se expressava e era funcionalizado pelo controle da circulação, seja de pessoas, seja de mercadorias. Para controlar as terras era necessário controlar as águas. Antes da internacionalização da navegação, em 1856, esse controle das águas se dava na forma de controle dos corpos de trabalho (aldeamentos, diretório, corpos de trabalhadores etc.) e após a internacionalização, por meio de contratos de exclusividade de rotas.

O controle da circulação não apenas está ligado ao controle das terras rurais nessa formação, mas também ao controle do solo urbano, gerando nas elites locais e regionais uma disputa, regida pela lei da renda diferencial I¹⁹³, pelos espaços lindeiros, ribeirinhos e costeiros das distintas praças para garantir o controle das rotas fluviomarinhas.

A introdução do Vapor na segunda metade do século XIX, e do motor, na segunda metade do século XX contrabalançam as localizações com o peso de gravidade estabelecido cada vez mais pela renda diferencial II, resultando em um dos muitos paradoxos das águas amazônicas, com cidades ribeirinhas sem orlas, com meras “janelas”

¹⁹³ “Marx [...] estabeleceu em sua análise a configuração de três tipos de renda da terra: i) absoluta; ii) diferencial 1 e; iii) diferencial 2. A renda da terra constitui uma forma monopólica geral, pois resulta do controle sobre faixas de terra ou do subsolo, impondo limites a exploração agrária ou de jazidas minerais. Nas suas diversas formas a renda da terra expressa os mecanismos econômicos das relações de classe com a terra. Porém essa força natural não é a fonte da riqueza acrescida (mais-valor) e sim somente sua base natural, sendo que a circulação do capital é o que proporciona esse processo, dado a crescente apropriação e transformação em elementos do processo reprodutivo de novas minas de exploração mineral, de outro modo, a renda não é uma propriedade natural das minas (da terra), mesmo que as condições qualitativas e de acesso aos veios minerais sejam condições de sua manifestação, e sim ‘uma propriedade das relações sociais’ [...]. Marx considera primeiramente a renda diferencial 1 a partir de duas condições: (1) diferenças na fertilidade e (2) local, ou seja, a distância entre o local entre a produção e o mercado. As diferenças de fertilidade e de localização possibilitam com que capitais de mesmo volume e composição obtenham diferentes retornos quando aplicados no setor agrícola ou mineral. A Renda Diferencial do tipo 1 (RD1) ‘é fixada pela diferença entre os preços individuais de produção e o valor de mercado determinado pelas condições de produção na terra pior’ [...]. Em termos minerais teremos que a mina de pior qualidade estabelece o padrão médio de preços, sendo que a mina de qualidade superior produz sob condições que lhe proporciona preço de produção inferior, a diferença entre o preço de mercado e o preço individual de produção estabelece a Renda Diferencial Mineral 1. A segunda forma de renda diferencial (DR1) elaborada por Marx refere-se a diferentes produtividades resultantes de aplicações sucessivas de capitais à mesma terra, incluindo as terras marginais. Por exemplo, se R\$ 100 de capital investidos produzem 100 kg de trigo na pior terra, e a segunda aplicação de capital de R\$ 100 produz 50 kg de trigo, então as condições de regulação correspondem ao segundo investimento, pois constitui agora a pior terra ou o pior investimento (aplicação de capitais), desde que outras terras não produzam menos de 50 kg com um investimento subsequente de R\$ 100 de capital. Há então um lucro suplementar para a primeira aplicação de capitais investidos mesmo para o pior da terra, bem como para terras mais férteis, o que corresponde a DR1” (LEITE; TRINDADE; SOARES, 2016, p. 60-61). É importante, nesses termos, considerar que para Moreira (2015), as rendas diferenciais constituem as leis explicativas do arranjo espacial brasileiro.

para o rio ou para o mar em face da atroz privatização, tanto das áreas costeiras (terrenos de marinha), como das áreas de várzeas (terrenos de marinha, onde há maré; terrenos marginais, onde não há maré). Com as “portas” fechadas, restam aos excluídos algumas “janelas” para as águas (LEITE et al, 2018b; LEITE et al., 2018c; SOMBRA et al., 2018b; FENZL et al., 2020).

De resto, é inegável que há um elemento comum com as demais formações espaciais encampadas pelo Estado nacional brasileiro: a exclusão do acesso à propriedade formal das terras significa necessariamente subordinação às elites proprietárias.

Isso quer fosse pela necessidade de acionar algum mecanismo de proteção em momento de emergência particular ou familiar; ou quer fosse porque, de tempos em tempos, com a expansão de algum ciclo econômico hegemônico (mesmo que apenas local), os proprietários – no mais das vezes, absenteístas – apareciam aparatados com os papéis de propriedade exigindo pagamento aos posseiros pelo uso de suas propriedades.

Nesse segundo caso, isso necessariamente quer dizer: a elaboração de algum tipo de atividade compensatória, e o fornecimento de renda em produtos, em trabalho ou em dinheiro. Esse pagamento se dava geralmente em forma de trabalho ou de produtos¹⁹⁴, conforme era o caso particular da atividade pesqueira.

O fim do Ciclo da Borracha não significou uma ruptura com relação a essa totalidade amazônica em totalização, reproduzindo os termos da subsunção formal do trabalho ao capital. Evidentemente o fim dos altos preços no mercado internacional a partir da implantação da agricultura de seringas no Sudeste Asiático retirou a participação do capital internacional na bacia amazônica e privou as elites locais¹⁹⁵ do acesso a determinados produtos e mercados.

¹⁹⁴ Este elemento levou uma série de autores a falar equivocadamente em “feudalismo brasileiro”. Sobre esse debate consultar Ferline (2003). Batista (2014) credencia essa característica ao conjunto do que nomeia “sociedades pré-industriais”. Na realidade, trata-se, isso sim, de espaços e sociedade onde predomina a subsunção formal do trabalho ao capital, nos termos explanados por Marx (2011a), os quais já foram devidamente comentados no Capítulo I.

¹⁹⁵ A leitura de Drabble (1973) e Barlow (1978) é interessante para perceber que apesar da implantação das seringueiras na Malásia ter seguido um padrão agroindustrial de produção, há limites nas análises de Cruz (1973), Meira Filho (1976), Prado Jr. (1977, 2011) e mesmo nas de Santos (1980) e Weinstein (1993). Todos costumam elencar entre os argumentos para a derrocada da borracha amazônica em favor da borracha indochinesa uma suposta substituição da intermediação com as elites locais (que havia na Amazônia) por uma exploração direta da área de produção ao mercado consumidor mediado apenas pelo capital de grande porte britânico. Os dois primeiros autores citados, porém, mostram que, a despeito da Indochina (Malásia, Indonésia e Cingapura) estar, naquele período, na condição de colônia britânica, a implantação da monocultura seringueira por ali contou com a colaboração direta das elites locais daqueles lugares, sobretudo, porque elas detinham grosso modo o controle da força de trabalho.

Porém, não há aqui a cisão dessa totalidade¹⁹⁶, uma vez que as atividades compensatórias reproduziam os poderes locais durante o ciclo hegemônico, com o fim deste, aquelas passam a sustentar a reprodução da estrutura regional desigual, em uma velocidade de giro de capital menor (um ciclo de distribuição do trabalho e das formas de valor mais lento). As atividades compensatórias continuam sendo fonte de ganhos econômicos e extraeconômicos para as elites locais no período pós-borracha.

3.4 – Atividades compensatórias sem um ciclo hegemônico na Zona Costeira

O final da fase ferroviária e a transição para o início da fase rodoviária são especialmente interessantes para compreender a chegada maciça da subsunção real na Amazônia, que se dará com a Ditadura Militar brasileira. Mas para o caso da Zona Costeira Paraense e seu entorno, vale à pena descortinar os desdobramentos territoriais ocorridos entre a Revolução Burguesa à brasileira dos anos 1930 até o golpe da Ditadura Militar, pois aqui há experiências que, afinal, seriam arautos da mudança estrutural que estava por vir.

Não se deve perder de vista que na escala nacional, com a derrocada da borracha – em paralelo à consolidação da aliança entre cafeicultores paulistas e pecuaristas mineiros (o famoso “café com leite”), com o Convênio de Taubaté (1919) que assegurou a continuidade da atividade cafeeira, agora com fundos estatais desviando os recursos extraídos das demais regiões para São Paulo, compensando o fim dos altos preços internacionais do café –, a expansão do vetor pecuário com capital paulista iniciou já nos anos 1920, no vale do Rio Capim, com regime de trabalho aos moldes do colonato paulista (FERNANDES, 2011; SOARES et al., 2016).

Nas demais arenas locais de produção (na escala da reprodução das relações de produção), a reprodução das atividades extrativistas, agrícolas, pesqueiras e pequeno-mercantis seguiu aos moldes do aviamento¹⁹⁷. Em alguns espaços, houve a substituição

¹⁹⁶ Em Soares (2016), considera-se o fim do ciclo da borracha uma cisão da totalidade, uma vez que, no período 1920-1960, as mesmas relações de produção e de trabalho, com ciclo de giro do capital mais lento, estariam restritas a escalas de abrangência menor. Entretanto, é incorreto localizar no fim do Ciclo da borracha uma cisão da totalidade, justamente porque permanecem como fundamentos da reprodução da sociedade e do espaço geográfico amazônico as mesmas relações de trabalho e de produção, e, arregimentando-as, as mesmas relações de poder. Destarte, cisão da totalidade só há quando da implantação de outras relações entre forças produtivas e relações de produção, o que, efetivamente, ocorre apenas com a intervenção do Estado nacional em favor da implantação da subsunção real do trabalho ao capital, o que será comentado ainda neste texto.

¹⁹⁷ “A decadência da borracha permitiu que se canalizasse a infra-estrutura [sic] já existente para a coleta da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), cuja exportação teve uma fabulosa expansão no início deste

da borracha por atividades que permitiram um ciclo de giro do capital acelerado, nos moldes da borracha, como foi o caso da extração da castanha-do-pará no médio curso do Rio Tocantins, arena produtiva capitaneada pela cidade de Marabá¹⁹⁸.

Em outros espaços, como a Zona Costeira Paraense, não houve nova atividade hegemônica, e sim uma miríade de atividades, sob o regime de trabalho do aviamento, ainda que com outras nomenclaturas, como o caso da pesca artesanal, na qual o aviamento passou ser nomeado “regime de parceria” (PENNER, 1984; MELLO, 1985; LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1981, 1987; MORAES, 2007b; LIMA, 2008; SOARES, 2016). Na mesopotâmia formada entre os Rios Piriá e Turi-Açu, centralizada no Rio Gurupi, a mineração¹⁹⁹ foi a atividade hegemônica desde a colonização francesa, e segue assim até os dias atuais, com a atividade pesqueira como sua “atividade compensatória”.

século. A principal zona em que se concentram os castanhais nativos, o Médio Tocantins, teve, em consequência [*sic*], grande impulso econômico: Marabá, centro dessa região, tornou-se a segunda cidade do Pará. O sistema econômico da extração da castanha também é o aviamento. O exportador financia o comerciante local, que, por sua vez, financia os coletores. [...] Também no Médio Tocantins, surgiu, nos anos 1940, uma atividade complementar à coleta da castanha: a garimpagem de diamantes. A partir de Marabá, houve surtos localizados que precipitaram a ocupação dos vales do Tocantins e do Araguaia. Dada a grande extensão da Amazônia, com suas características bem diversificadas, os garimpos brotaram incessantemente. O ouro, por exemplo, desde a época dos bandeirantes, vem sendo explorado em várias localidades de Rondônia, Roraima, Ato Grosso, Amapá, Pará ou Tocantins. São extrações com técnica primitiva, seguindo o sistema de aviamento. U patrão fornece as ferramentas e a alimentação, recebendo de 50 a 60% dos lucros. O mercúrio, utilizado cada vez mais na extração de ouro, representa um grave dano ao ecossistema local” (ESTEVES, 1993, p. 53-57).

¹⁹⁸ Essa atividade permitiu acesso ao mercado internacional, com bons preços obtidos pela castanha, a ponto de sustentar regionalmente uma “oligarquia dos castanhais”, baseada nas mesmas relações de trabalho e de produção da época do ciclo da borracha (EMMI, 1999; AMARAL, 2010).

¹⁹⁹ “É muito difícil, senão impossível remontar às primeiras tentativas de exploração de ouro no vale do Gurupi, devido à falta de documentos que nos possibilitem acompanhar com rigor as diferentes fases da mineração nessa região. Há vagas informações sobre a existência de ‘ouro e pérolas do Zuarupi’ entre os bens aprisionados por ocasião da capitulação dos franceses, no Maranhão” (CHAVES, 2001, p. 87). “Na hileia tocantina, [...], mais do que em qualquer outra região do país, nota-se o divórcio completo entre o homem e a gleba. Na região do Gurupi esse quadro tem cores carregadas. Aí a paisagem humana revela um modo precário de ocupação e exploração da terra, caracterizado, outrora como hoje, pela indústria extrativa, atualmente em escala reduzida, e pela faiscação de outro que cresce constantemente de volume, o carrega consigo uma série de males e inconveniências, até agora não superados. A faiscação de outro tem atraído a atenção da população do Gurupi, encaminhando-a às minas com as possibilidades falazes de riquezas que nunca são obtidas. O próprio processo de exploração de outro, grosseiro e antiquado, as dificuldades de comunicação fácil e barata, não só devido ao paralelismo dos rios que correm de sul para norte, como pela ausência de estradas de ferro e de rodagem, – são fatores que, somados, explicam o atraso e abandono dessa região, onde os *placers* auríferos são conhecidos e explorados há longo tempo. A faiscação cresce com a desvalorização da nossa moeda e o alto valor que, conseqüentemente, obtém o ouro. A população abandona a lavoura, com inevitáveis repercussões sobre a vida econômica e social da região. Surge nas proximidades das minas um pequeno comércio, do qual dependem os mineiros para obter não só os gêneros de primeira necessidade, como também o querosene, machado, pês, picaretas e armas indispensáveis à defesa dos garimpeiros. No fim de cada período de mineração, que coincide com a época de estiagem pronunciada, quando é de todo impossível trabalhar no ouro, o produto do esforço desses mineiros passa quase sempre inteiramente às mãos dos comerciantes que os financiaram com o fornecimento de mercadorias e utensílios. Esse sistema intolerável e asfixiante, é o mesmo empregado na indústria extrativa da borracha e já tantas

O controle territorial sobre mares, rios, ilhas, várzeas, praias e lagoas persistiu como um eficiente mecanismo de reprodução do poder econômico e político de famílias que compõem o conjunto das elites locais. Um caso ilustrativo é o da vila de Marudá, no município de Marapanim. Antigo aldeamento jesuítico, depois entreposto comercial, foi adquirido em forma de lote pela companhia comercial de Gonçalo Brandão, lusitano residente em Soure. A companhia foi responsável pela migração de vinte famílias de Soure para o novo sítio (FURTADO, 1987).

Os termos de trabalho são os do regime do aviamento (ou parceria). A companhia forneceu o material para a construção de residências, embarcações e currais de pesca, forneceu alimentos e vestimentas e providenciou o transporte. O produto (pescado) teria de ser dividido em duas metades, uma para o proprietário e outra para o conjunto da força de trabalho, mas desta segunda metade são descontados os investimentos feitos pelos proprietários em meios e instrumentos de trabalho, com preços controlados por estes (FURTADO, 1981).

Essa produção, em regime de aviamento, perdurou por três décadas. Conforme atesta Furtado (1987), embora as propriedades a título da União, registradas no cartório de Marudá como “terrenos de marinha”, as propriedades privadas (originalmente pertencentes a Marciano da Paixão Durão) adquiridas pela Companhia de Gonçalo Brandão se sobrepunham à propriedade da União.

Soares (2016) registra a existência de outras companhias trabalhando nos mesmos moldes na Zona Costeira Paraense entre os anos 1920 e 1950, sendo esse o período do surgimento dos “regatões”²⁰⁰, que faziam o comércio entre as distintas praças produtivas, elaborando muitas vezes trocas em produto. O regatão representou o retorno de pequenas e médias embarcações a vela, como as famosas vigilengas²⁰¹ da cidade da Vigia.

vezes acerbamente condenado. O mineiro não pode, porém, furtar-se às contingências da vida, pois, faltam-lhe capital e organização e ele vive longe das cidades, isolado no seio da mata, na dependência extrema do comerciante local” (CHAVES, 2001, p. 97-98, grifos do autor).

²⁰⁰ “Foi característico do período que se estendeu até os anos 60 o *regatão*. O *regatão* é um tipo de barco conhecido como vendedor ambulante, o mascate dos rios amazônicos; era (e é) uma embarcação de laterais abertas como ‘vitrines’ ou janelas, que realizava venda pelos rios afora em toda a região, abastecendo as cidades, vilas, povoados e também os pequenos comércios de beira dos rios, com artigos os mais diversos – tecidos, redes, mosquiteiros, remédios, armas e munição, ferragens, lampiões, peças de vestuário e de cozinha etc. Além de vender, o regatão aceitava encomendas de fregueses, às quais atenderia em viagens futuras. No retorno, transportava para os pólos [*sic*] – Belém e Manaus, em especial – os produtos vindos do interior. O esquema se reproduzia, em menor escala, com as cidades menores como Santarém, Macapá, Porto Velho, Boa Vista e Rio Branco” (LOUREIRO, 2004, p. 31, grifos da autora).

²⁰¹ Nos anos 1890, a vigilenga podia ser definida como: “[...] uma canoa mestiça, o resultado da combinação, para não dizer do cruzamento, entre o barco de pesca português e a igarité, a canoa grande

A velocidade diminui²⁰², e o ritmo da produção e da vida também, permitindo a coalescência dos diversos, os indígenas, os caboclos, os nordestinos, enfim, os amazônidas, agora com espaço de produção e vida (*Modus operandi* e *Modus Vivendi*) mais lentos, derivando na formação, aqui e ali, de um campesinato ou quase-campesinato, conforme cada espacialidade.

Na realidade, aqui, nesse tempo próximo, está muito da gênese do que se passou a nomear de “cultura ribeirinha” no pós-2000, como já havia percebido Gonçalves (2001). Para Moraes (2007a), comparando com a época áurea na navegação dos vapores da borracha, esse período apresenta uma grande “decadência da navegação amazônica”, análise com a qual concordam Almeida e Ribeiro (1989) e Nazaré (2001) – cujas obras, porém, possuem o suposto oculto de considerar o espaço geográfico apenas como espaço econômico ou mesmo superposição de sistemas de engenharia, sobretudo, no caso do último.

Embora o Porto de Belém tenha sido construído pela perspectiva da circulação internacional da borracha, o que é mostrado por Penteado (1973), sem menosprezar as relações internacionais, é que, no período 1920-1950, o sistema portuário de Belém é fartamente alimentado pelos produtos oriundos de sua hinterlândia. Além do pescado, cabe destaque à produção de farinha de mandioca, de açaí, de hortaliças e também de

(ígara, canoa; eté, grande) do indígena brasileiro. É em geral pintada de escuro, roxo-terra, vermelho carregado, com as próprias tintas dos seus vegetais, como o muruxi (*Byrsonyma*) [...] A lotação de algumas é de 500 a 800 arrôbas [sic], 7 a 12 toneladas – quase um navio [...] Armam-as à iate, com dois mastros, com velas latinas ou de ‘asas de morcego’, na sua tecnologia[...] Leves como uma casca de noz, correm e dançam na crista das vagas dos mares bravios da contracosta” (VERÍSSIMO, 1970, p. 62, grifos do autor). Nos anos 1980, as vigilengas podiam ser definidas como: “embarcações maiores (de tonelagem variável), movidas à vela com porão na parte média do convés, e um toldo na parte mediana do casco, utilizadas tanto para a pesca propriamente dita, como para transporte de pescado, dos locais de pesca ao porto de desembarque. Muito utilizadas para no transporte do pescado da Vigia para o Ver-o-Peso” (PENNER, 1984, p. 85).

²⁰² O que é percebido por Moraes (2007a) como uma “decadência da navegação regional”. Para o autor, “No final da década de 1920 já era claro o reordenamento dos investimentos no setor de navegação regional, pois se tornava extremamente caro sustentar uma linha de navegação subsidiada [...]. Ainda assim, a *Amazon River*, subsidiada pela União, continuava a ser a principal empresa de navegação a operar nas águas do Pará, sendo, inclusive, a responsável tanto pelo transporte de mercadorias e serviços, quanto pela ligação da capital do estado com o interior. Mas o certo é que durante toda a década de 1920 e anos da década de 1930 já existia pouco movimento de carga e passageiros - e não seria exagero afirmar que a grande contribuição que esta companhia passa a desempenhar neste momento de crise na região é o caráter da integração regional” (MORAES, 2007a, p. 170, grifo do autor). Além disso, Moraes (2007a, p. 178, grifos do autor) conclui que: “A navegação moderna da *Amazon River* apressou o final do ‘ciclo da borracha’, pois quando os preços do produto caem, eles não sustentam a própria navegação subvencionada por muito tempo, até então tida como muito dispendiosa para a época. A estatização da *Amazon River* não representou a salvação do setor, pois com a queda da produção extrativa e a conseqüente [sic] decadência da economia regional, tanto a nova empresa estatal (SNAPP) quanto os vapores dos particulares sofreram uma baixa sensível e até mesmo sucateamento”.

especiarias como a pimenta, em alta nos anos 1950. A circulação em alta velocidade e internacional se tornou lembrança do passado.

Novos migrantes nordestinos fixam residência nas colônias agrícolas da rede ferroviária entre Belém e Bragança, consolidando ali a produção de alimentos para a capital. Definitivamente, as atividades econômicas desse período pós-borracha possuem abrangência menor do que as companhias comerciais, pesqueiras e de navegação do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX, mas continuam sendo características de espaços reproduzidos sobre a hegemonia da subsunção formal.

A colonização da zona bragantina iniciou através de esforços oficiais do Estado paraense. Na virada rumo ao século XX, o governador “lemista”²⁰³ Augusto Montenegro implementava uma política de atração de estrangeiros, mas sobretudo de migrantes oriundos dos sertões de Maranhão, Piauí e Ceará, objetivando garantir o abastecimento de Belém (e também de Bragança).

Para Velho (1972), a força de trabalho nordestina, mais afeita ao trabalho produtivo da terra do que à dinâmica agroextrativista (terra, floresta e rio) da Amazônia, termina por expandir as áreas de cultivo de roça de mandioca. Andrade (1970) enxerga nisso um problema ecológico-territorial, pois afirma que a dinâmica de pequena produção aliada ao extrativismo e pesca da Amazônia estava adaptada ao meio físico local, à distinção da cultura de roça nordestina que se ampliava na zona bragantina.

Já Castro (1984) se espantou ao descobrir que toda a alimentação de base da população amazônica resumia-se, no mais das vezes, ao pescado com mandioca, vendo o consumo das frutas regionais diminuir drasticamente – sobretudo na hinterlândia de Belém – o que representava, diz o autor, uma grande queda no padrão nutricional.

Esse é o contexto de pulverização de minifúndios nos tabuleiros adjacentes à Zona Costeira Paraense. Conforme lembra Loureiro (1985), isto não se trata apenas de aspecto

²⁰³ Na emergência da República, a política paraense estava basicamente dividida entre os chamados “lemistas”, seguidores do Prefeito de Belém Antônio Lemos, aglutinados em torno do Partido Republicano Paraense (que englobou os “republicanos tardios”, antigos monarquistas do Partido Liberal), e os chamados “lauristas”, seguidores do Senador Lauro Sodré (que chegou a ser candidato à Presidência da República), aglutinados em torno do Partido Republicano Federal. Lauro Sodré teve dois mandatos para governador do estado do Pará no período republicano, enquanto Lemos, maranhense de origem, não pôde se candidatar a governador pelas leis da época, mas foi o grande fiador político dos mandatos dos governadores Augusto Montenegro e João Coelho. Tratam-se de duas corporações políticas herdadas dos tempos da Monarquia ajustando-se às normas da república, praticando o aparelhamento do recém-nascido Estado republicano, em uma política que Leal (1997) caracterizou como “coronelistas”. Para mais informações consultar Sarges (2002).

cultural ou familiar. Trata-se da distribuição de terras que atende à espacialização das classes sociais.

As grandes propriedades pesqueiras terminaram nas mãos de médios proprietários, em geral, antigos gerentes ou capatazes dos empreendimentos passados (FURTADO, 1987). As salinas tiveram o mesmo destino (ASP, 2017). A emergência de uma nova legislação trabalhista, e as dívidas acumuladas tornaram esses empreendimentos – constitutivos de atividades compensatórias – inviáveis a seus antigos proprietários (descendentes à essa altura).

O mesmo não necessariamente ocorreu com as grandes fazendas de extração de seringa, castanha e outras especiarias constitutivas dos ciclos hegemônicos, pois nestes casos, várias das elites aproveitaram a valorização da chamada “terra nua” para vender suas antigas propriedades ou se tornaram locatários (rurais e urbanos) passando a viver do rentismo.

Parte dessas propriedades se tornarão minifúndios agrícolas, e parte será incorporada aos sítios urbanos crescentes do período. No caso do vale do Rio Capim²⁰⁴, as áreas de extração foram passando por uma rápida conversão em áreas de pasto, já a partir dos anos 1920, e intensificando a partir dos anos 1950.

O turismo se torna uma atividade econômica presente na Zona Costeira Paraense e com ele surgem a rede de hotelaria, bares e restaurantes praieiros, e o fenômeno da vilegiatura, com a explosão dos domicílios de uso ocasional, ou segunda residência, convertendo antigas vilas pesqueiras em polos turísticos. A Ilha de Mosqueiro, pertencente ao município de Belém, vai ser o primeiro lugar dessa mudança, que depois alcançará as vilas pesqueiras de Marudá (município de Marapanim), Salinópolis e Ajuruteua (município de Bragança). Esse processo reforça a urbanização da sociedade²⁰⁵.

A crise fatal da borracha ocorreu em 1912, e a partir de então os preços internacionais do produto foram despencando, ao passo em que a Amazônia vai perder

²⁰⁴ Trata-se do caso da colonização de Paragominas, estudada por Fernandes (2011) e Soares et al (2016). A grande particularidade desse caso é a colonização por companhias privadas paulistas, adiantando o que irá ocorrer décadas depois sobretudo no norte do Mato Grosso, conforme estudado por Picoli (2006).

²⁰⁵ Urbanização da sociedade nos termos de Lefebvre (1999), não apenas como uma multiplicação de formas e objetos, mas como um novo modo de vida, com relações de produção e relações de poder específicas. Nos termos de Santos (2009b), não apenas a *tecnosfera* (conjunto de objetos técnicos implantados no lugar), mas também, e principalmente, a *psicosfera* (conjunto de ideias, crenças, normas e sentimentos que dão sentido ao lugar) da urbanização, tendo o consumo (inclusive o consumo do espaço) como norma principal.

espaço para a Indochina britânica, como maior produtora mundial. Em 1919, é a vez do café enfrentar sua primeira grande crise internacional.

Os sinais de que mais uma grande crise de superacumulação pairava no horizonte são anteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial, e ganharam força na década de 1920 atingindo um a um dos produtos primários²⁰⁶ que sustentavam os Estados nacionais latino-americanos, totalmente dependentes da Inglaterra, e, cada vez mais, dos Estados Unidos.

Retornando um passo na digressão, a sotaventeio da cronologia, lembre-se que o golpe militar que inaugura a República Brasileira é resultado da crise entre forças produtivas e relações de produção. A pressão internacional pela abolição final do trabalho escravo – ao qual o Brasil vinha se preparando para fazer desde 1850 por pressões britânicas pela disseminação mundial do trabalho assalariado – e as aspirações das elites locais e da classe militar, ampliadas após a vitória na Guerra do Paraguai²⁰⁷, solapam as

²⁰⁶ “[...] Algumas das causas e alguns sintomas do que viria a ser a ‘crise de 1929’ já se manifestavam na segunda metade da década de 1920, com a redução da atividade econômica da Inglaterra, diminuindo as encomendas de cereais e carnes latino-americanas (atingindo a Argentina e o Uruguai), com a crise dos preços do açúcar (atingindo Peru e Cuba) e já próximo de 1929, com os problemas com as exportações minerais (atingindo Bolívia, Chile e México). [...] Acrescente-se que, aos primeiros sinais da crise, o capital estrangeiro (EUA e Inglaterra, à frente) retirou boa parte de suas aplicações, destruindo nossas reservas de divisas. Assim, se nada fizéssemos, regrediríamos. Não foi o que sucedeu. Reagimos, uns rapidamente, outros não; uns com maior intensidade de ações, outros mais contidos. A profundidade da crise e sua longa duração não mais permitiam a ‘volta ao passado’, isto é, a manutenção do antigo padrão de consumo e de investimento e formas de ajustamento passivo para enfrentar a depressão. Ali onde as elites e o Estado – pressionados ou não por uma potência estrangeira – não tiveram uma atitude ativa em defesa da economia, ocorreu maior regressão da renda e do emprego, e em alguns casos, a da própria estrutura produtiva alcançada antes da crise. A hipótese para a não-regressão teria que, necessariamente, a ruptura do padrão de acumulação, o primário-exportador” (CANO, 2002, p. 84-85, grifos do autor).

²⁰⁷ Uma guerra iniciada basicamente para atender aos interesses não apenas do capital britânico, mas também das elites locais e regionais brasileiras. Chiavenato (1983) lembra que a Guerra do Paraguai resulta da intervenção militar do Império brasileiro no Uruguai, em favor do Barão de Mauá. O mesmo empresário que enriqueceu com os vapores na Amazônia, inaugurou a “tradição” do Uruguai ter sempre um brasileiro como seu maior capitalista. “[...] O Banco Mauá y Cia. E o Barão de Mauá figuram em tudo quanto se fazia de útil no Uruguai: diques e estaleiros que ainda existem, plantações de algodão, curtumes (as peles curtidas figuraram na Exposição de Londres), fábrica de gelo, plantações e moinhos de trigo (o seu trigo também figurou na exposição), tijolos, ladrilhos, etc., tudo” (CHIAVENATO, 1983, p. 90). A Missão Saraiva, intervenção militar do Império Brasileiro no Uruguai em 1864 que derrubou o presidente Atanásio Aguirre ocorreu em defesa dos interesses dos pecuaristas brasileiros no Uruguai, e, constituído um novo governo uruguaio fantoche, desembocou na formação da “tríplice aliança” contra o Paraguai. “Da presença de Saraiva em Buenos Aires resulta um acordo entre a Argentina e o Império do Brasil que determina a intervenção armada. Esse acordo só foi revelado, pelo Barão do Rio Branco, quase um ano depois: assinado em 10 de agosto de 1864, dele só se falou publicamente em 5 de junho de 1865 no congresso brasileiro. O acordo assinado entre as duas grandes potências da América do Sul tem a superintendê-lo o representante diplomático da Inglaterra, Thornton, presente desde a sua discussão até sua assinatura – ele mesmo e correspondência a Lord Russel informa que assistiu as conferências” (CHIAVENATO, 1983, p. 98). Porém, “Se essa linha diplomática era adotada pelo Império do Brasil, para manter o equilíbrio de influências no Plata e fazer frente à Argentina, também era conseqüente [sic] com suas necessidades econômicas a não-intervenção, para não desestabilizar a República, já sofrendo a violência das suas lutas internas. Mas a ‘Missão Saraiva’ justamente sobre o pretexto da pacificação interna, do equilíbrio no Plata e da defesa dos

condições da Casa de Bragança continuar como o alicerce do pacto horizontal entre oligarquias que fundou a formação espacial brasileira unificada no Segundo Reinado.

Após dois breves governos militares, é o pacto (repactuado) entre as oligarquias, as grandes elites locais, ou, se se quiser, regionais, que vai sustentar a República, cujas normas e formas, oficialmente remetem ao positivo europeu, mas cujo fundamento social, político, econômico e geográfico remetem à manutenção da abissal desigualdade social que caracteriza a formação espacial brasileira.

No início da jovem República, as elites amazônicas, contendo o segundo produto nacional em valor no mercado internacional, chegam a disputar a hegemonia do pacto nacional, o que é bem simbolizado pela eleição de 1898, a terceira eleição da República, a segunda por vias diretas²⁰⁸, disputada entre o fazendeiro paulista Campos Sales, do Partido Republicano Paulista, contra o seringalista paraense Lauro Sodré, do Partido Republicano Federal. Sodré foi derrotado.

A partir de então, as alianças entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro vão consolidar a chamada “Política do Café com Leite”. Na realidade, com o apoio de forças importantes do Nordeste e o do Sul – que se alternavam na vice-presidência, enquanto mineiros e paulistas se alternavam na presidência – as elites amazônicas (com as de Mato Grosso e Goiás) se viram isoladas. A derrota de Sodré simboliza a derrocada da elite da borracha²⁰⁹.

interesses dos pecuaristas brasileiros no Uruguai, vai criar condições de contrariar toda essa linha de ação do Império” (CHIAVENATO, 1983, p. 95, grifos do autor). Em muitos aspectos, a Guerra do Paraguai, como um todo, da intervenção no Uruguai ao genocídio em Cerro Corá, representou o fortalecimento das forças que deporiam, em um dia, a Monarquia.

²⁰⁸ A eleição era direta, mas de acordo com a Constituição Federal de 1891, que vigorou durante toda a chamada “República Velha”, tinham direito a voto apenas os homens (excluídas as mulheres), maiores de 21 anos, e que não fossem analfabetos, religiosos ou militares. Assim, um percentual pequeno da população participava das eleições, e assim mesmo, nos municípios do interior brasileiro, na base do “voto de cabresto” (LEAL, 1997). É bom não olvidar o caráter oligárquico desta fase “republicana”. “Foi Washington Luiz que, em 1920, sintetizou e tornou célebre o tratamento liberal à questão social na chamada República Velha: ‘Ainda por muitos anos, e eu vos falo para o minuto de um quadriênio, entre nós, em São Paulo, pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social: representa o estado de espírito de alguns operários, mas não estado de uma sociedade’” (ARAÚJO, 1998, p. 15).

²⁰⁹ Ainda que no Grão-Pará, o Partido Republicano Paraense, hegemonizado por Antônio Lemos, apoiasse a aliança nacional vinculada ao Partido Republicano Paulista e ao Partido Republicano Mineiro, fundamentando localmente a fratura entre os “lemistas” e “lauristas” (SARGES, 2010).

O episódio do Acre, convertido em território federal (algo não previsto na Constituição Federal de 1891) é um ataque direto à soberania das elites amazônicas²¹⁰. Não apenas o seu poder territorial é desafiado, mas sobretudo, no que tange à extração dos recursos, do valor do trabalho. A borracha do Acre, a principal zona de extração a partir de 1890, pela vitalidade de seus seringais, em comparação com os esgotados seringais paraenses e amazonenses, vai gerar divisas para as elites fluminense e paulista²¹¹.

Sem apoio estatal diante da crise da borracha em 1912, as elites amazônicas passam a se sustentar basicamente a partir das atividades compensatórias. A constituição do Convênio de Taubaté consolida a posição da Amazônia como fonte de recursos drenados para o centro político e econômico do país – respectivamente Rio de Janeiro e São Paulo –, estando claro, doravante, o papel subordinado no pacto nacional²¹².

²¹⁰ Cassiano Ricardo (1954, apud PORTO, 2003, p. 43) afirma que “desde 1859, o Amazonas tinha predomínio, de direito e de fato, estabelecido no Território chamado Acre [...], [pois] o Amazonas arrecadava, sem a menor contestação, as rendas provenientes deste Território, estendendo a sua jurisdição até a Bolívia”.

²¹¹ “A borracha, em seu período áureo, chegou a rivalizar com o café na contribuição à entrada de divisas no país. No entanto, não contou com nenhuma política de sustentação dos preços por parte do governo brasileiro, como foi o caso do café. Cabe aqui relembrar o papel subordinado das elites amazônicas na composição do bloco de poder nacional. Enquanto o governo central do império, e mesmo depois da proclamação da República, financiava com recursos públicos a política de imigração europeia para o sul e sudeste do país, negava-se a fazer o mesmo para a Amazônia, chegando até a invocar argumentos falaciosos de que o clima da Amazônia era um obstáculo à presença de europeus e só adequado para o trabalho escravo. Mesmo no conflito com a Bolívia, envolvendo o Acre, o governo federal só tardiamente intercedeu em defesa dos interesses dos próprios brasileiros envolvidos. Mesmo assim, após a incorporação do Acre ao Brasil, o governo federal inventou uma figura jurídica, o território federal, desconhecida da Constituição de 1891 então em vigor, colocando aquele espaço sob a jurisdição direta do governo federal de onde retirou, sob a forma de impostos, recursos que, entre outras coisas, financiou o embelezamento da capital, o Rio de Janeiro, à época do prefeito Pereira Passos. E aqui começa a imagem de ‘cidade maravilhosa’, com dinheiro do Acre, para se afirmar diante do poder econômico de São Paulo. É na Amazônia que se esclarece a rivalidade Rio e São Paulo” (GONÇALVES, 2001, p. 88-89, grifo do autor).

²¹² Não se trata de uma exclusividade da Amazônia, embora, talvez, tenha sido o caso mais notório de “colonialismo interno” como afirma Gonçalves (2001). Por outro lado, “Tal como São Paulo, através do Convênio de Taubaté, o Rio de Janeiro, por ser a capital federal, concentrou recursos oriundos de toda a formação espacial. Embora haja destaque para pilhagem realizada sobre a Amazônia, o processo não se resumiu a essa região” (SOARES, 2016, p. 126). Assim, “O fato de ser a hospedeira do governo central possibilitou à cidade do Rio de Janeiro urbanizar-se mais cedo. Concedeu-lhe a maior infra-estrutura [sic] – haja vista o Porto do Rio de Janeiro –, a centralização comercial e financeira do país e a concentração, em minúsculo espaço urbano, de boa parte do gasto público do governo central, ensejando-lhe amplo emprego público e de serviços a seus habitantes. [...] Essas condições facultaram, como já se disse, a concentração local de uma das maiores frações do capital mercantil nacional. Ali, portanto, centralizou-se o comércio e o financiamento de nossos principais fluxos mercantis – tanto externos como internos. Dessa forma, o capital comercial sediado no espaço urbano do antigo Distrito Federal obrigou as regiões cafeeiras – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo (esta última apenas até o momento em que se implanta o Porto de Santos) – a se tornarem verdadeiras regiões tributárias daquele espaço. Isso implicava a apropriação pelos agentes econômicos daquele espaço urbano de grande parte dos lucros, dos salários e dos impostos gerados pelas cafeiculturas regionais” (CANO, 2002, p. 54). A escrita desta Tese de

Agora seguindo a barlavento da cronologia, e do total ao particular. A conjuntura no mercado mundial aprofunda a crise das *commodities* e não deixa alternativa às elites nacionais que não romper com o modelo agroexportador clássico da colonização. Antes que as contradições entre relações de produção e forças produtivas irrompesse em turbulências de caráter popular, novamente, as elites nacionais optaram pela “via prussiana”²¹³ e fizeram uma revolução “por cima”, com um novo golpe de Estado que vai derivar nos quinze anos da chamada “Era Vargas”. Trata-se um evento marcante na história da formação espacial brasileira, onde um projeto de Revolução Burguesa²¹⁴ foi posto²¹⁵ em prática.

Doutorado corrobora com as ideias de Cano (2002, 2007), sobretudo se se considera a leitura de Mourão (1989). Porém, há interpretações divergentes, como é o caso de Arruda (2012).

²¹³ “De acordo com Velho (1976) o modelo de capitalismo que se instalou no Brasil possui uma natureza diferenciada dos modelos capitalistas clássicos, sendo semelhante ao modelo de ‘capitalismo autoritário’ da Europa Oriental. Nos EUA, os grandes empresários (Rockefeller, Carnegie e JP Morgan, entre os mais proeminentes) ‘domaram’ o Estado quando este se tornou um empecilho aos seus monopólios. O capital monopolista funcionalizou os partidos, convertendo dois deles em pilares da democracia, resultando no Estado como peça essencial da reprodução ampliada de capital [...]. No Brasil se deu o contrário. O Estado republicano surgiu com a oligarquia cafeeira, e demais oligarquias regionais – sustentadas pela exploração “pré-capitalista” dos trabalhadores – e, após a crise de 1929, o Estado, a partir de Vargas, funda o capitalismo moderno-industrial brasileiro [...]. As bases fundacionais já estavam dadas, pois a economia do Brasil já estava subsumida às formas capitalistas de produção [...]. Tratava-se, entretanto, de uma subsunção formal ao capital [...]. Apenas São Paulo, com seu núcleo de extração do excedente gerado pelo trabalho assalariado da indústria do café, dos bancos, da indústria ferroviária etc. já havia realizado a elevação, com relações de produção em si já subsumidas realmente ao capital [...]. Neste ínterim, no marco de construção do Estado nacional, os impostos angariados das diversas atividades regionais, como a borracha da Amazônia, o cacau no Recôncavo Baiano, o gado no Rio Grande do Sul etc. são carreados para a construção da estrutura estatal [...]. Os trabalhadores brasileiros pagaram com mais-valia absoluta a concentração do capital em São Paulo. Após a consolidação da nova pactuação de classes que permitiu o emergir do compromisso industrial [...], o excedente de trabalho apropriado nos impostos e taxas foi utilizado para potencializar as empresas brasileiras no período de construção do novo território nacional [...]. Por mais que Velho (1976) esteja certo quanto ao fato do capitalismo *tardio* brasileiro estar muito mais próximo ao modelo russo-prussiano do que do anglo-saxão, o fato é que com o advento da subsunção de todas as formas de produção e reprodução ao capital, as trajetórias espaciais e temporais se tornam *homólogas* [...]. As empresas no Brasil são frutos diretos do Estado – alternando entre regimes de democracia e ditadura” (SOARES; LEITE; LOBATO, 2016, p. 53-54, grifos do autor).

²¹⁴ Ianni (1984) prefere o termo “contra-revolução” burguesa, de vez que, para o autor, em momentos de grandes contradições sociais (e, deveria notar, contradições entre forças produtivas e relações de produção), a burguesia nacional apresenta uma contra-revolução pela “via prussiana”, onde se revolucionam as relações de produção, sem alterar as classes sociais no poder. Ianni (1984, p. 41, grifos do autor) chega a associar essa ideia ao próprio conceito de “fronteira”, quando afirma que “é inegável que a história da ocupação da terra no Brasil tem algo, ou muito, a ver com o deslocamento de contradições sociais de certas áreas econômica e politicamente mais densas para outras ‘pioneiras’, de ‘fronteira’, em ‘expansão’. Muitas vezes, o Nordeste teve contradições sociais ‘aliviadas’ pela transferência de grande contingente de trabalhadores rurais – desempregados, subempregados ou superexplorados, flagelados ou não – para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, a rodovia Belém-Brasília, o sul do Pará e outras áreas da Amazônia”. Velho (1979). Velho (1976), ao discutir a relação entre fronteira e campesinato no Brasil, também alude à “via prussiana” do Brasil. Um projeto autoritário de modernização.

²¹⁵ As análises sobre a Revolução de 1930 se concentram, em geral, nas crises do mercado mundial e na crise econômica interna, como o fazem Ianni (1984) e Cano (2002). Mas essas crises sempre se manifestam

Com a destruição do capital acumulado pela elite seringalista nos anos 1920, e com o estabelecimento de um novo marco nacional de controle do trabalho, nos anos 1930, a Zona Costeira Paraense vai ser um espaço privilegiado de uma ampla gama de alterações territoriais, que, não obstante, permitem a identificação de estruturas (de duração maior) espaciais consolidadas, as quais serão melhor explicitadas no próximo subitem.

O marco nacional do controle de trabalho diz respeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecida pelo Presidente Getúlio Vargas²¹⁶, com o objetivo de diminuir, cada vez mais, o controle do trabalho das elites locais²¹⁷. Se para Moreira (2015), o complexo urbano de Volta Redonda, em torno a Companhia Siderúrgica

por contradições sociais, enfim, pela própria luta de classes que caracteriza o modo de produção capitalista. Nesse sentido, Andrade (1980) destaca o papel da Coluna Prestes. Uma fileira de militares (liderados pelo comunista Luís Carlos Prestes), que na esteira dos acontecimentos do Levante malsucedido do Forte de Copacabana, em 1922, se desgarrou pelo Brasil combatendo as forças militares estaduais e milicianos dos coronéis locais. Para Andrade (1980, p. 31-32): “A Coluna, se não foi militarmente vitoriosa, se não empolgou as grandes massas do interior, não despertando os habitantes do campo para reivindicação dos seus direitos secularmente postergados, teve conseqüências [sic] de grande peso e uma grande influência nas ocorrências políticas do país até os nossos dias. Fez a semeadura das idéias [sic] de reformas políticas que se efetivariam com a Revolução de 1930. [...] Do ponto de vista militar, a Coluna, com sua grande mobilidade, pôde, durante mais de 30 meses, percorrer o território brasileiro de norte a sul, de leste a oeste, infligindo derrotas ou fugindo dos cercos cuidadosamente preparados por generais do Exército e por coronéis dos latifúndios, afeitos aos combates, sem que fosse pelos mesmos detida. Constitui, assim, uma formidável experiência de guerrilha e de guerra de movimentos na América Latina, no período anterior ao uso, em larga escala, da aviação militar. Constitui um marco preparatório à semente que abalaria os alicerces das instituições políticas, contribuindo para que elas ruíssem tão facilmente em 1930”.

²¹⁶ Para o efeito de metanarrativa, tanto o Capítulo 2, como este Capítulo 3, discorrem do ponto de vista mais sincrônico, com algum efeito de diacronia, aqui e ali, prestando mais atenção aos fatos hegemônicos. Mas o fundamento da história, particularmente no modo de produção de capitalista, é a luta de classes. Nesse sentido, é importante não esquecer as asseverações de Araújo (1998, p. 15-16): “Não é verdade que as legislações trabalhista e previdenciária foram simples outorga do Estado brasileiro e de Getúlio Vargas. Desde o final do século XIX, e particularmente no início do século XX, os trabalhadores resistiram ao privatismo econômico e social e realizaram dezenas de mobilizações e greves. Foram greves por categorias, greves gerais estaduais e interestaduais, com destaque para a que aconteceu em São Paulo, em 1917. Tudo isso aconteceu numa conjuntura difícil, onde eram negadas as mais elementares liberdades democráticas, em que os sindicatos eram constantemente invadidos e fechados e os dirigentes presos e deportados. [...] No Brasil, assim como em todo o mundo, as reformas tiveram um caráter contraditório: foram resultado da pressão dos trabalhadores, através de suas mobilizações e greves, e foram ‘aceitas’ pelas elites conservadoras, majoritárias no Parlamento e no Executivo como foram de estabilizar a ordem capitalista. Foi a típica política de ceder os anéis para não perder os dedos. Foi essa tese que justificou a introdução no Brasil da legislação previdenciária e trabalhista”.

²¹⁷ As elites locais baseadas na concentração de terras, e que fazem usufruto, através desse instrumento, das atividades compensatórias, ou seja, exploram a força de trabalho não proprietária na forma da subsunção formal, buscaram reagir tais quais suas possibilidades permitiram em cada caso, conforme ilustram Castro (1992) para o nordeste do Brasil, e Haesbaert (1988) para a fronteira austral brasileira. Comentando o caso da zona costeira peruana, Mariátegui (2010, p. 101, grifos do autor) aponta que “através do *enganche* e da *yanaconagem*, os grandes proprietários resistem ao estabelecimento do regime de salário livre, funcionamento necessário para o estabelecimento de uma economia liberal e capitalista. O *enganche* [...] priva o braço do direito de dispor de sua perna e de seu trabalho enquanto não satisfaça as obrigações contraídas com o proprietário [...]”.

Nacional (CSN) constituiu um arquétipo típico da cidade operária, simbolizando um novo arranjo espacial pautada em uma sociedade do trabalho assalariado²¹⁸, Costa (1993) mostra como esse espaço de cidade operária estava sendo implantado também no Vale do Rio Tapajós²¹⁹.

Não se trata de um acaso. Um projeto de afirmação de Estado nacional, baseado no modelo de industrialização nacional (pela via prussiana) está sendo construído para superar a crise nacional (derivada da grande crise internacional de acumulação no mercado mundial, na virada para os anos 1930).

Vargas está interessado em construir um Estado nacional forte, e tem para isso, o apoio de parte importante das elites nacionais, pressionadas pelas contradições da crise mundial²²⁰. Assim, principalmente a partir do Estado Novo, com o poder concentrado, Vargas e seus interventores estaduais eram margem ao projeto de industrialização nacional.

As elites amazônicas representavam uma contradição a esse projeto, pois, por mais que Belém, em particular, e Manaus, em nível muito menor, tivessem algum grau de industrialização, as atividades econômicas eram todas baseadas na subsunção formal do

²¹⁸ “Criado os anos 1940 o complexo CSN-VR é um exemplo típico do binômio fábrica-vila modelado por uma instância externa à fábrica e à vila operária. O sujeito aqui é o Estado. E o binômio fábrica-vila, a base a projeção de uma sociedade construída na ideologia do progresso nacional. Construção do Estado, o complexo CNS-VR surge e se instala embaixo desse imaginário. A imagem da sociedade do trabalho é levado a confundir-se assim com a desse Estado-construtor, não com a indústria ou o operariado industrial, estes vistos como a força do erguimento do grande projeto de Estado-nação. A fábrica-vila é o seu meio. E no lugar da vila, é o canteiro de obras a matriz formadora do operariado” (MOREIRA, 2015, p. 131).

²¹⁹ O projeto Fordlândia, no município de Belterra incluía “fontes de energia, construção de vias de comunicação, exercício de navegação, construção de fábricas dentro e fora da concessão, exportação e importação de mercadorias em bruto ou manufaturadas, criação de estabelecimentos bancários (uma vez as formalidades da legislação federal), manutenção de serviços de comunicação telefônica e radiofônica, criar e manter escolas, instalar núcleos de povoação, criar armazéns e depósitos de mercadorias para fornecimento aos próprios empregados e trabalhadores, pesquisar o subsolo, introduzir trabalhadores nacionais e estrangeiros, alocar colonos e, ainda, transferir todos os direitos obtidos. Ao concessionário, ou às empresas que viesse a formar, foi dado o direito, inclusive, de não submeter seus planos a qualquer autoridade brasileira” (COSTA, 1993, p. 64).

²²⁰ Para Cano (2002, p. 86) “as políticas de defesa da economia e o novo manejo da política econômica foram também gerando o aprendizado de uma futura burocracia planejadora e de um Estado intervencionista, ao contrário de antes, do Estado liberal”. Cano (2002, p. 88, grifos do autor) conclui que: “É por isso que em vários países da região surgem (principalmente entre as décadas de 1930 e 1950), através de movimentos rebeldes ou mesmo pela via eleitoral, várias lideranças nacionais e industrialistas que enfrentam aquelas pressões internas e externas, como Perón na Argentina, Paz Estensoro na Bolívia Vargas no Brasil, Ibañez no Chile, Cárdenas no México, Alvarado em 1968 no Peru e Caldera em 1971 na Venezuela, rompendo com as tentativas da ‘volta ao passado’. As pressões norte-americanas na década de 1950 aumentaram [...] porque, à medida em que se esgotava o Plano Marshall, os mercados latino-americanos protegidos tornavam-se uma necessidade maior para os EUA”.

trabalho ao capital, sendo cidade e indústria apenas o centro da acumulação desta subsunção formal ao largo da bacia hidrográfica.

Através de seus interventores – no caso particular do Pará, o General Magalhães Barata – o centralizado Estado nacional abriu as portas da floresta amazônica para o capital paulista e sulista, e pulverizou o quanto pôde as atividades econômicas baseadas nas relações de trabalho anteriores²²¹, destruindo a industrialização de Belém que os tempos da borracha legaram.

Taxadas a partir de então de “anacrônicas”, “rudimentares” e “artesanais”, as atividades econômicas amazônicas passaram a ser descreditadas pela “ciência” oficial do Estado burguês varguista. Autores como Mendes (1936), Albuquerque (1961) e Meschkat (1959), imbuídos do papel de analistas estatais, chegaram a culpar a “insipiência tecnológica e produtiva” das atividades extrativistas²²² pela existência da fome na Amazônia, o que foi prontamente rebatido por Castro (1984).

²²¹ “A revolução de 30 iniciou no Brasil um período de transição econômica, no qual procurou-se assegurar as condições de expansão do capitalismo baseado na industrialização. Mas o processo iniciado neste período encontrou alguns obstáculos. Um deles foi [sic] as limitações impostas à empresa fabril para evitar crises de ‘superprodução relativas em certos setores, através da proibição de importar máquinas’. Em 1931, foi publicado decreto regulamento o assunto [...]. O Decreto em questão foi prorrogado duas vezes, permanecendo até 1937. O empresariado do sul aprova a decisão governamental, emitindo claramente sua opinião na imprensa paulistana. ‘Máquinas para aperfeiçoar e baratear a produção, que sejam bem-vindas; mas para instalar ou aumentar fábricas cujos produtos serão um peso morto, por excessivo, não’ (Discurso: Horácio Lafer, 1931). O Decreto e outras medidas limitaram algumas atividades manufatureiras no Pará. [...] O outro fator que teve consequências [sic] desastrosas sobre o processo de industrialização foi a penetração do capital internacional em diversas atividades. Mobilizados através do pagamento de elevados juros e concessões [sic] privilegiadas, limitou e, sob certos aspectos, controlou o processo segundo seus interesses e de seus associados. Após 30, assume o governo do Pará, o interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. No início de sua administração extinguiu e proibiu qualquer concessão privilegiada, em particular às manufaturas. Os governos anteriores, tentando ajudá-las, concederam a elas (indústrias) alguns privilégios, que foram considerados pelo governo revolucionário como favoritismo imperdoável. Os contratos que as usinas e fábricas de beneficiamento da borracha haviam firmado com o Estado, no entender de Magalhães Barata, estavam marcados por numa ‘nulidade substancial insanável’. Eram considerados lesivos à fortuna pública e prejudiciais à Fazenda Estadual. Suas disposições defraudavam as rendas estaduais em proveito exclusivo dos concessionários, desde que o governo se obrigava a não alterar as taxas e os impostos de importação que permaneciam equiparados àqueles incidentes sobre a borracha crua e nua. [...] Barata alegava que aqueles contratos eram ‘simulados’ e visavam burlar as leis. Anulou os contratos das manufaturas da borracha, suspendeu as isenções de impostos da Fábrica de Cerveja Paraense bem como o seu monopólio no comércio local. Decretou a revogação da Lei Estadual nº 2.840 de 07/11/29 que permitia concessões privilegiadas a certas manufaturas. Revogou o privilégio de isenção de impostos e taxas da Fábrica Palmeira, concedido em 1924 [...]. Atitudes similares foram adotadas em relação à fábrica de vidros que iniciava suas atividades. Essas medidas aplicadas a quase todas manufaturas dificultou a produção e contribuiu para a desarticulação de várias fábricas no Pará, durante o governo de Barata. Nesse período anulou quase todas as providências de incentivos à indústria paraense concedida pelos governos anteriores, sem, contudo, propor outras medidas que fomentassem o desenvolvimento daquelas atividades” (MOURÃO, 1989, p. 68, grifos da autora).

²²² Para Soares (2016), inclusive, está aí a gênese da dicotomia pesca artesanal versus pesca industrial, com a atividade pesqueira comercial tradicional (mesmo com produção na escala das trinta toneladas) sendo classificada sempre como “artesanal”, apesar de não ser uma pesca para subsistência. Mello (1985) tem razão em identificar na pesca industrial a implantação da subsunção real na medida em que, seja na captura,

Ignorando a época dos “vapores”, da velocidade, da “grande pesca” etc., doravante a Amazônia passava a representar – juntamente com o Nordeste brasileiro, mas por motivos distintos – o papel de “região problema”. Mas certamente, o maior golpe dado às elites locais foi o estabelecimento da CLT.

Embora não tenha tido efeito imediato (sobretudo nos espaços rurais), a modernização das relações de trabalho atingia o cerne das elites locais: as atividades compensatórias.

Os engenhos tradicionais, com relações de trabalho baseadas no aviamento começam a desmoronar em Abaetetuba, no setor estuarino da Zona Costeira Paraense, antes mesmo da chegada das estradas²²³. Quando foi inaugurada a malha rodoviária conectando Abaetetuba ao sul do Brasil, e os produtos e vetores sulistas adentram o município, já estavam as “atividades tradicionais” destruídas.

A atividade pesqueira, praticada em currais de pesca ou com conjuntos de pequenas e médias embarcações por companhias regionais desmoronou também antes da chegada da malha rodoviária em Marudá, e nas praças pesqueiras de Marapanim, no setor atlântico da Zona Costeira Paraense²²⁴. Quando, enfim, foi construída a rodovia que liga Castanhal

seja no processamento, a maquinaria toma o controle da produção, do processo de trabalho, e os trabalhadores (capital posto como trabalho) passam a ser parte do sistema de engenharia, sem mais qualquer controle sobre o processo de trabalho, sendo remunerados por hora trabalho e não por produto ou tarefa.

²²³ “Destarte, conforme vimos, o projeto de modernização não alterou apenas o padrão de acumulação das elites locais, bem como não alterou apenas os formatos e a disposição dos objetos instalados. As mudanças estruturais foram muito mais profundas do que isto na medida em que alteraram também o trato com a mercadoria trabalho, cada vez mais subsumida ao capital, e cada vez mais concentrada em um espaço desigual, fruto de uma apropriação territorial assimétrica dos recursos. Essa modernização atravessou Abaetetuba, modificando o conteúdo das relações sem, no entanto, alterar o significado da exploração do trabalho. Não se tratou de uma inversão a partir da assimetria anterior, mas de uma aterrissagem de novas lógicas superiores que destruíram ou englobaram as formas prévias sem modificar o seu caráter de produção da miséria como produto correlato do acúmulo de capital. O que houve, portanto, foi uma modernização do território com a finalidade de modernizar também as relações de trabalho, proporcionando assim a reprodução ampliada do capital e da produção do valor a partir do trabalho acumulado, gerando a necessidade de ajustes espaciais. Percebe-se que não foram os objetos que causaram essas modificações, mas que eles foram um meio para que elas ocorressem. Os objetos que entram na região respondem a uma funcionalidade e esta é dada pela política e transformada em ações que animarão tais objetos de acordo com o interesse do bloco hegemônico de poder” (QUARESMA et al., 2015, p. 165).

²²⁴ “As duas companhias cresceram ao ponto de se chocarem entre Marapanim e Maracanã na virada dos anos 1930 para os 1940s. A Companhia do ‘Zé da Aguardente’ adquiriu uma propriedade larga, no atual município de Maracanã, enquanto que a Companhia Gonçalves Brandão & Cia havia adquirido antes a propriedade que havia sido de Marciano Durão. Ao fazê-lo, elaborou transferência de força de trabalho. Em regime de parceria, transferiu de Soure cerca de vinte famílias, com cinco membros em média cada, para o novo assentamento. O líder dessas famílias era o curralista Antônio de Marques Pinho, que junto com seus amigos Zezinho, João Izidoro e Benedito Brandão, assumiram os postos de encarregados do empreendimento [...]. As famílias foram distribuídas na propriedade, entre as feitorias que dariam origem às vilas de Crispim e Marudá, entre 1928 e 1930. E foram encarregadas de transferir a técnica dos currais de pesca utilizados no Rio e Lago Arari para o litoral marapaniense. A Companhia do ‘Zé da Aguardente’

e Curuçá e Marapanim, já não havia mais que uma simples vila pesqueira, praticando comércio, e já com rede de hotelaria, comprados com os resquícios do capital da companhia pesquisa, herdada por gerentes locais, substituindo as atividades tradicionais das elites locais.

As fazendas de gado e de extração de sal nas várzeas próximas à foz do Rio Caeté já estavam desativadas, e não eram mais que empreendimentos em ruínas agora nas mãos de antigos gerentes locais, e não mais dos grandes proprietários, quando a rodovia que liga Bragança à Ajuruteua foi, enfim, concluída, ainda que nesse caso, pela demora da conclusão, a própria construção do objeto se viu vis-à-vis a destruição do espaço anterior²²⁵. Embora tenha sido um marco do lugar, quando ocorreu a institucionalização

teria procedido de forma semelhante no litoral de Maracanã. Aos migrantes de Soure, somaram-se outros vindos do Alto Marapanim. Todos receberam da Gonçalves Brandão & Cia madeira para construir suas casas e os currais de pesca, além de canoas, serrotes, roupas e outros apetrechos, como forma de adiantamento a ser descontado com a produção [...], numa continuidade do regime de aviação. Em troca, metade de toda a produção dos currais era de propriedade da citada companhia de pesca. Mas essa metade em termos puramente formais, porque, na prática, a metade que cabia aos curralistas, descontada a sua alimentação⁸⁶, teria de ser obrigatoriamente vendida para a própria Gonçalves Brandão & Cia. Conforme relata Furtado (1987, p. 101), foram três as ondas de migração de força de trabalho de Soure para Marudá estimuladas pela companhia: a) a primeira por volta de 1930; b) a segunda por volta de 1935; e, c) a terceira por volta de 1945. Em 1946, o barracão da companhia é realocado para a vila de Crispim. E, em 1950, morre o presidente da Gonçalves Brandão & Cia. Segundo Furtado (1987, p. 102), as terras foram divididas entre os antigos sócios. Baseada nas escrituras dos terrenos referentes à Companhia, a autora afirma que as terras dos irmãos Souza (José Marinonis, Antônio Félix e Benedito Anacleto) foram parcialmente vendidas a dois advogados residentes em Belém. A parte restante ficou de usufruto dos herdeiros. Por outro lado, parte da propriedade imobiliária (e das embarcações e apetrechos) foi restituída aos pescadores como forma de pagamento de dívidas deixadas [...]. Alguns deles migraram para Belém, enquanto outros retornaram à cidade de Soure, mas muitos ficaram estabelecidos ali em Marudá como novos pequenos proprietários da pesca, utilizando a mão-de-obra ali estabelecida como seus novos parceiros [...]. Em todo caso, a paisagem que surge dessa ruptura irá revelar a produção dos curralistas como camponeses (muito mais que como proto-capitalistas), proprietários de seus meios de produção e trabalhando preferencialmente com mão-de-obra familiar, onde o regime de parceria mais se assemelhará ao mutirão que ao aviação. Esta é a paisagem social que os veranistas irão encontrar na virada dos anos 1950 aos anos 1960, quando é construída a rodovia que liga Castanhal a Curuçá, e, a partir desta, Belém à cidade de Marapanim, e às vilas de Marudá e Crispim, ambas no município de Marapanim. Afinal, o trabalho cristalizado de um modo de produção. O modo de produção em movimento, espacializando-se, materializado em paisagem, em relação dialética de primeira e segunda natureza. O trabalho de Furtado (1987) irá relatar como o turismo, a hotelaria, e os demais usos do território a partir de então irão transformar uma vila pesqueira em um espaço urbanizado, onde os pescadores mudam de atividade ou migram para outras vilas” (SOARES, 2016, p. 110-112 grifos do autor).

²²⁵ “Torna-se peremptório constatar que eram inúmeras e profícuas as atividades demandadas pela fazenda Salina dos Roque: além do sal, do tabaco e do comércio de gado bufalino, que chegou ao patamar próximo a trezentas cabeças/ano, produção de mel, de adubo (minhocário), ovos (de galinhas e de patas de criação; mas também coleta de ovos de lagartos, camaleões, iguanas, tartarugas e aves selvagens), leite [cerca de duzentos litros/dia], queijo, coalhada, manteiga; feijão, milho, melancia, mandioca e macaxeira; cultivo de ervas medicinais e temperos; plantação de tomate e pimentões, além do extrativismo e/ou cultivo de frutas como goiaba, bacuri, taperebá, mamão, manga, caju, limão, limão cayena, tangerina, açaí, murucy (murici), mirim, e frutos de palmáceas tais como bacaba, coco, pupunha, açaí, buriti (muriti), tucumã (tucum), caranã, babaçu e anajá (inajá); constam produtos oriundos da coleta e da pesca como camarão, pitu, lagosta, caranguejo, sirí, turu, sururu, mexilhão, ostras e peixes de diversas espécies, como pratinhas, robalos (camurim), bagres, pacamãs, amurés e outros; além da caça de animais silvestres [aves diversas, mucuras

da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu, o ICMbio realizou uma cartografia social com os comunitários, que não marcaram as suas ruínas como algo importante, aliás nem a mencionaram no mapa²²⁶.

Em igual medida, a produção em massa dos estaleiros de Vigia, que chegaram a marcar duas épocas com a produção das vigilengas (frente ao vapor; frente ao motor), tornaram-se uma lembrança longínqua de quando “as leis trabalhistas não eram tão severas”. Se antes eram atividades de produção em escala, atualmente não são mais que resquícios restritos a pequenos corpos de trabalhadores²²⁷, agora realizando um trabalho comunitário, um quase-campesinato.

(gambás), tamanduás, jabutis (cágados/tracajás), jacarés, cotias, pacas, tatus (peba), macacos, lontras, raposas, lagartos (iguanas, camaleões, tijuacus), quatis e demais, incluindo capivaras], acrescentam-se nesta lista a produção de carne vermelha (ou ‘verde’), e a criação de porcos, cabras, carneiros, ovelhas e bodes [...]. Sendo assim chama a atenção que, mesmo com toda essa larga produtividade e suas boas instalações, infraestrutura adequada, fartura de alimentos, ainda assim o empreendimento decretou falência e foi abandonado” (ASP, 2017, p. 204-205, grifos do autor). De acordo com Asp (2017, p. 219, grifos do autor): “[...] quer seja por objetivos desconhecidos na ordem das *relações de poder* ou por vitimização frente à ‘modernização’, o fato é que a Salina dos Roque foi repudiada, preterida, abdicada, relegada [...]”.

²²⁶ “Como explicação a tais movimentos históricos, verificou-se duas hipóteses distintas. Uma diz respeito às *relações de poder* atuantes em torno da propriedade, que incidiram no duplo sentido de serem ao mesmo tempo engendradas pelos sujeitos e também serem construtoras do contexto. A outra, refere-se àquilo que já foi mencionado sobre o fenômeno de ‘modernização’ e sua ambiguidade histórica inerente. Em meio a esta dicotomia afirma-se que não se pendeu nem para uma nem para outra explicação, sob pena de aí cometer-se um sobre erro; mas sim, entende-se que os dois processos ocorreram ao mesmo tempo, imbricando-se dialeticamente e este enclive se deu a partir de uma questão específica, qual seja: se por um viés aventou-se que, por motivos ininteligíveis, a Salina [após ser repassada pela família dos Roque aos gerentes locais] foi abandonada e o empreendimento decretou falência em 1999, por outro lado as terras foram desapropriadas, pois tratava-se de áreas da União que foram anexadas à Reserva Marinha [RESEX caeté-Taperaçu] no ano de 2005” (ASP, 2017, p. 220-221, grifos do autor). O mesmo autor, antes, problematiza sobre a cartografia elaborada pela RESEX: “É de bom tom, para que não sobre brechas às ambiguidades, que se faça referência a um dado importantíssimo: o de que, nos mapas consultados no escritório do ICMbio em Bragança, nos quais se vê a área da RESEX Caeté-Taperaçu, incluindo o Sítio Histórico, ressalte-se que o nome Salina (seja Campo, Ilha, Fazenda), ou mesmo Roque, não consta em nenhum momento na referida cartografia. Nesse sentido, [...] em muitos casos, a ausência de *algo* em um dado documento, seja de que natureza for, pode dizer mais do que a presença deste naquela fonte, pois em muitos casos esta citação pode ser meramente passageira ou ilustrativa, o que imediatamente lhe apaga a importância, enquanto que a ausência, quando se trata de algo proeminente, faz surgir grande estranhamento, dúvidas emergem, questionamentos acerca dos motivos daquela ausência eclodem; e mesmo que estes sejam sub-reptícios, sua relevância nunca é desprezível” (ASP, 2017, p. 207, grifos do autor).

²²⁷ “Com a mesma liberdade que tiveram ao entrar no Estaleiro Esperança, saem quando acham que devem sair ou quando termina o trabalho de seu responsável. Talvez outro fator das visitas constantes desses meninos reside na curiosidade sobre a confecção dos barcos, pois o barco ao ser construído requer a colocação de peça por peça para compor a obra maior, assemelhando-se a um brinquedo, um jogo de montar. Nesse sentido, poderemos assim dizer que o Estaleiro Esperança é uma escola de portas abertas que atrai qualquer pessoa, entre criança, jovens e adultos. Entretanto, para os mestres carpinteiros, a preocupação é clara quanto a utilização de mão-de-obra infantil, pois eles sabem sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que proíbe qualquer tipo de trabalho infantil, no entanto sabe-se que ele foi criado para regulamentar a utilização desse tipo de mão-de-obra. Essa lei gera desconfiança e insegurança. Os mestres temem em estar indo de encontro à lei, embora a mesma abra concessão aos aprendizes, porém preferem não ter crianças ou adolescentes trabalhando no estaleiro, devido o receio da justiça vir em cima deles. No Capítulo V do Estatuto em seu Artigo de nº 60, não há dúvida da proibição do uso da mão de

Todos esses casos supracitados constituíam atividades compensatórias, sob o controle das elites locais da Zona Costeira Paraense, com o uso efetivo não só da terra, mas da água em suas múltiplas dimensões. O desmantelamento se deu em virtude do que grosso modo os autores supracitados (nas notas de rodapé) chamam de “modernização”.

Mas não é a modernização técnica em si, e sim o processo de “modernização” das relações de trabalho e das próprias relações de poder que o Estado centralizador após Vargas se propôs a construir como projeto de Estado-nação burguês²²⁸. Sistemas de ações e sistemas de objetos se modificando continuamente, em uma interpenetração dos contrários, respondendo às alterações da totalidade da formação espacial brasileira. Certamente, a Zona Costeira Paraense é o primeiro espaço da Amazônia a encarar esse projeto de passagem para a subsunção real, e assim como foi no evento da subsunção formal, foi aqui também a *primeira fronteira* da Amazônia²²⁹.

Foi na Zona Costeira Paraense, e se estendendo pela área e entorno metropolitano de Belém²³⁰ – ou melhor ainda, a área que foi definida como entorno da Zona Costeira no

obra infantil, e o mestres têm conhecimento e temem as sanções da lei por isso não querem confusão com a justiça, pois a palavra proibir está incisiva no texto: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”, desde que lhe sejam asseguradas algumas garantias que estão estabelecidas na própria lei, sobretudo nas condições descritas no Artigo 67, quando diz: Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência [sic] à escola (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente). Outro fator alegado pelos mestres carpinteiros, entre eles Joaquim, Dorival e Jaci, para a não utilização desses jovens, está ligado à segurança, pois existem muitos equipamentos elétricos, que a qualquer erro no manuseio pode-se perder a mão, o braço ou até mesmo a vida. Temem em machucar esses jovens. Mestre Dorival ressalta que a ‘motosserra é muito perigosa, tem que saber usar ela, senão dá problema com a pessoa’ (GUALBERTO, 2009, p. 86, grifos do autor).

²²⁸ Leal (1997), o autor do termo “coronelismo” acreditava que com a ampliação do alcance das leis e das normas trabalhistas aos mais recônditos lugares do Brasil, o fenômeno estava com os dias contados. Em certo sentido, portanto, julgava ser somente uma imperfeição do Estado tardio a existência dos poderes locais utilizando formas, muitas vezes ilegais, para se reproduzir enquanto poderes locais.

²²⁹ “O capitalismo se expande à última fronteira brasileira a vencer. Para que o sistema continue em seu ciclo evolutivo busca novas áreas, ainda inexploradas, visando sempre o lucro, a acumulação do capital, a exploração da mais valia absoluta” (PENNER, 1984, p. 26). Certamente, seja na Zona Costeira, seja na Amazônia como um todo, não se tratavam (e isso já está claro até aqui) de “áreas inexploradas”. Porém, do ponto de vista do capital mais acelerado (da subsunção real) as formas pretéritas do capitalismo (subsunção formal) e (eventualmente) não capitalistas são indiferentes. Do ponto de vista da subsunção real, a subsunção formal não é mais que a primeira natureza a ser negada, cuja síntese a ser elaborada é a nova natureza, o espaço em produção da subsunção real.

²³⁰ Oficialmente não há uma área da Região Metropolitana de Belém classificada como “entorno metropolitano” como ocorre em algumas regiões metropolitanas pelo Brasil. Porém, para Ribeiro (2017), a ideia conceitual de “entorno metropolitano” ajuda a entender melhor as relações entre a metrópole de Belém e municípios em sua hinterlândia. Para Ribeiro (2017, p. 196): “[...] o reconhecimento dos dois subespaços componentes da cidade-região de Belém, o espaço metropolitano e o entorno metropolitano,

Capítulo 1 –, que o controle do produto do trabalho, e principalmente do processo de trabalho passou a não se dar mais pelo controle dos acessos, mas pelo controle estrito da propriedade de terras ou do solo urbano.

Com a instituição da hora de trabalho (na realidade, do tempo médio de trabalho, cujo objetivo, ao fim, é medir o tempo de trabalho socialmente necessário de cada produto), as formas de controle da força de trabalho, do produto do trabalho, dos meios de trabalho e dos objetos de trabalho se metamorfoseiam na Amazônia, e, particularmente de forma antecipada, na Zona Costeira, passam obedecer aos ditames nacionais, marcando um controle unificado do trabalho pela primeira vez na formação espacial brasileira (SOARES, 2016).

É evidente que este evento não se deu de uma vez por todas, nem atingiu a todos os espaços (ou seja, não modificou todas as relações de produção) amazônicos, e mesmo, costeiros. Também deve ficar claro que não foi um processo sem resistências – sobretudo na Região Nordeste – das elites locais, e também das camadas populares.

Se em 1917, o Brasil ainda claramente rural, experimentou a primeira onda de grandes greves urbanas (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980) – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos etc. –, as revoltas agrárias foram sistemáticas – conforme enumeram Andrade (1989), Chiavenato (1988) e Oliveira (1994) – produzindo importantes contraespaços que questionaram e abalaram o pacto oligárquico brasileiro, e introduziram a classe trabalhadora assalariada como importante agente social nesta formação espacial.

Esse processo foi intensificado quanto mais avançou a subsunção real, e, em termos de formas espaciais, quanto mais avançou a urbanização. As elites locais não aceitaram simplesmente perder sua fonte de reprodução do poder local e reagiram, de forma mais ou menos virulenta, conforme o contexto, vencendo ou perdendo, repactuando onde foi

tem validade do ponto de vista da diferenciação de áreas, da coesão espacial ou do princípio da homogeneidade, sempre relativa, do espaço. Entretanto, esse ainda não é o principal fator diferenciador para a presente abordagem, que privilegia o caráter relacional do espaço e, portanto, as interações espaciais como expressão dessa natureza do espaço. E por esse critério, as diferenças entre esses dois subespaços reconhecidos no interior da cidade-região de Belém ficam ainda mais evidentes, como mostraram os dados de deslocamentos de pessoas, que deixam claro a imbricação muito forte de Ananindeua, Marituba e Benevides com a metrópole de Belém. Já o entorno metropolitano [...], que inclui Barcarena, Santo Antônio do Tauá, Vigia, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal reúne centros com uma natureza bastante diversa daqueles que compõem o espaço metropolitano. A maior parte desses centros estão na categoria de centros locais, de acordo com IBGE (2008), à exceção de Vigia, caracterizado como centro de zona B, por polarizar um centro local, São Caetano de Odívalas; e de Castanhal, classificado na hierarquia urbana como centro sub-regional A. Castanhal, inclusive, é fundamental ao reconhecimento da cidade-região de Belém, já que o conceito exige a existência de outros centros com expressão regional.”

possível. Sempre aliado às determinações do mercado mundial, a luta de classes na formação espacial facilitou ou dificultou o projeto centralizador do Estado nacional, partido na “revolução burguesa à brasileira” dos anos 1930²³¹.

Cabe ainda mencionar uma última particularidade – correlata ao projeto de abandonar as atividades extrativistas – da Zona Costeira Paraense, na realidade, do seu entorno, sobretudo no interflúvio entre os rios Capim e Tocantins, nos vales dos rios guamarinos (afluentes do Rio Guamá da margem esquerda) Moju, Acará e Acará-Mirim: a colonização japonesa²³². No final dos anos 1920, o governo do Pará concedeu para aos imigrantes japoneses 600 mil hectares de terra no vale do Rio Acará.

Uma companhia colonizadora japonesa, a Nantaku, filiada da companhia Kanebo – que possuía como presidente Hachiro Fukuhara – começou a preparar essas terras para os primeiros imigrantes japoneses que chegaram aonde hoje se situa o município de Tomé-Açu no início dos anos 1930 (TAFNER JR.; SILVA, 2014). De acordo com Tafner Jr. e Silva (2014), os imigrantes japoneses começaram produzindo hortaliças e recorreram ao cooperativismo para se organizarem socioeconomicamente.

A cooperativa passou a ser o centro da comunidade, todos trabalhavam voltados para aumentar a produção. Com o tempo, porém, os imigrantes nipônicos vão aderindo à monocultura da pimenta-do-reino, e começam uma vigorosa expansão territorial de sua área de produção (TAFNER JR.; SILVA, 2014). Quando Valverde e Dias (1967) realizam seu largo trabalho de campo pelo interflúvio Tocantins-Capim, a monocultura da pimenta

²³¹ Se nos anos 1930, o projeto burguês de industrialização e trabalho assalariado conseguiu sinergia suficiente para, não somente entre as elites, mas também entre a classe média urbana e os trabalhadores (cada vez mais urbanos a partir daí), nos anos 1950, a pressão sobre Vargas e seu modelo foi tal, que o levou ao suicídio. Para Ianni (1988, p. 106-107): “Em verdade, o modelo getuliano nunca foi um projeto global. Não chegou a ser formulado de modo sistemático. Como modelo político de desenvolvimento, singularizado no populismo, estrutura-se ao acaso dos acontecimentos, das vitórias e dos obstáculos [...]. Entretanto, o modelo getuliano só poderia ser negado sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial. [...] No momento em que o próprio modelo getuliano esgotou uma das suas etapas, sem conseguir ingressar na seguinte, torna-se premente uma alternativa. O golpe de abril de 1964 é uma operação político-militar inerente à opção adotada pela parte mais audaciosa, e mais consciente, da classe dominante” (IANNI, 1988, p. 106-107).

²³² “A partir de 1929, os nipônicos começaram a fixar-se em vários pontos. Tomé-Açu, no Pará, tornou-se o assentamento mais importante. Depois de sofrer durante vários anos até adaptar-se à região, os colonos conseguiram aclimatar uma espécie de pimenta-do-reino indiana. Tomé-Açu ficou famosa em todo o país graças à produção da pimenta, transformando-se no terceiro município em receita no Estado. De Tomé-Açu, as plantações de pimenta e espalharam para o todo o Pará e outros Estados da região como Amapá, Rondônia, Maranhão e Mato Grosso. [...] Em 1938, os nipônicos introduziram a juta na região. Os caboclos aprenderam as técnicas da produção dessa fibra, hoje cultivada nas várzeas do Amazonas, desde Santarém (PA) até Manacapuru (AM). Quando visitou Manaus, em 1940, Getúlio Vargas sugeriu que a região deveria engajar-se no movimento de reconstrução nacional. Foram criados vários órgãos encarregados de fomentar o progresso local [...]” (ESTEVEES, 1993, p.59-60).

do reino – pontuada pela mandioca, consorciada ou não com a cultura hegemônica – domina praticamente todo esse polígono.

Iniciada nos anos 1920, a colonização japonesa foi francamente incentivada durante o período de governo de Magalhães Barata (havendo um refreamento durante o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial). Continuou a ser incentivada pelos governos dos anos 1950 e 1960, havendo, após quatro décadas, uma clara diferenciação nesse campesinato nipônico: *a)* alguns setores passando a integrar a burguesia mercantil local (passando também a ter uma importante participação política no estado); *b)* alguns setores (talvez a maior parte) terminaram empobrecidos, constituindo (principalmente a partir da subsunção real) assalariados rurais (ou urbanos); *c)* alguns setores permanecem na agricultura familiar.

3.4 – Estruturas espaciais herdadas na Zona Costeira Paraense

Assim, antes de dissertar sobre a negação sistemática da subsunção formal, que não foi particular à Zona Costeira, mas um processo de ampla escala em toda a Amazônia, cabe identificar as estruturas espaciais herdadas no recorte da Zona Costeira Paraense, este espaço particular que, além de se constituir em uma síntese de tempos especializados, se comporta como um arquétipo da organização do espaço que se pretende impor a toda a Amazônia, ainda que não tenha sido essa área o foco do avanço da fronteira amazônica em seus estudos clássicos.

Assim sendo, pode-se prosseguir na análise das estruturas espaciais de modo similar ao método proposto por Moreira (2012; 2015) a partir da base de Waibel (1958), analisando espaço e paisagem a partir de faixas geobotânicas e geoeconômicas. Para efeito de análise da relação entre público e privado no espaço, serão apresentadas as estruturas espaciais herdadas e seu peso sobre as dinâmicas futuras na Zona Costeira Paraense.

Segue-se, aqui, a proposta estabelecida em Rocha, Soares e Moraes (2018a; 2019). A proposta da produção em faixas no recorte espacial adotado não é novidade na geografia e ciências sociais, tendo sido discutido por Valverde e Dias (1967) especificamente para a zona bragantina, por Loureiro (1985) para Vigia e Santo Antônio do Tauá, por Furtado (1987) para Marapanim, e continua a ter aplicações recentes, como mostra o estudo de Lobato e Silva Jr. (2019).

Durante a década de 1970, a estrutura fundiária da zona bragantina apresentava 50% de sua área apropriada dividida entre mais de 85% dos proprietários de lotes de 10 (dez)

a 100 (cem) hectares. Dessa forma, a estrutura fundiária continuou sendo pautada nos minifúndios e em alguns poucos lotes de tamanho médio, oscilando entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) hectares (MIRANDA, 2009, p. 110).

Antes de avançar sobre os minifúndios dos migrantes nordestinos, com a expansão da atividade madeireira como arauto, os latifúndios das empresas agropecuárias e companhias colonizadoras sulistas tomam primeiramente as áreas recém-colonizadas pelos imigrantes japoneses, os quais, doravante, serão paulatinamente reduzidos a médios e pequenos proprietários, com uma ou outra exceção²³³.

Em termos geográficos, o que vai se perceber é um grande rearrumação do espaço nos anos 1950, como arauto da negação sistemática. Em termos de formas, se antes as fazendas de extração de produtos não madeireiros não possuíam cercas cravando o limite físico, controlado pelo acesso aos rios, agora os limites estão representados em cercas²³⁴.

O gado antes exprimido em interstícios aqui e ali (à exceção da Ilha do Marajó), agora sobe rapidamente os principais vales fluviais da hinterlândia de Belém: Guamá, Capim, Moju, Acará, Marapanim, Maracanã, Caeté, Piriá e Gurupi. Os grandes seringais de outrora são agora grandes áreas de pasto, entremeadas por uma miríade de pequenas produções de roça de mandioca (VALVERDE, 1972).

As áreas de cultivos temporários diversos, com amplo destaque para a mandioca vão bordar as fazendas de gado e vão ser a alternativa de reprodução social dos posseiros, dos pequenos proprietários e dos colonos na maior parte Zona Costeira, com duas exceções: a linha de costa, com suas reentrâncias, que se especializará na pesca e extrativismo animal (LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987) e os vales dos rios Piriá e Gurupi que apresentarão uma concentração de garimpeiros, com a atividade da faiscação, também aglomerados em pequenas vilas (CHAVES, 2001; LOUREIRO, 1996), além de

²³³ Porém, cabe notar que o associativismo criado pelos japoneses se espalhou pela área e resiste até hoje na forma da CAMTA, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, provavelmente a mais organizada cooperativa de camponeses de todo o estado do Pará, a qual, atualmente, não se resume à agricultura familiar dos imigrantes japoneses (TAFNER JR.; SILVA, 2014; PIRAUX et al., 2017; 2019).

²³⁴ Miranda Neto (1993, p. 110-111), analisando os campos marajoaras nos anos 1960, afirma que: “Algumas fazendas ainda ocupam extensão e terreno apenas demarcado, não havendo, na maioria das vezes, cercas que as separem. Isso ocorre devido às condições climáticas não permitirem a divisão física das propriedades. Dependendo da época do ano, cheia ou seca, quando se torna necessário levar o gado para outro terreno onde se possa poupá-lo dos rigores da estação, os fazendeiros se unem, e, através das fazendas de um e de outro, os animais são conduzidos e reunidos em lugar apropriado. Hoje, porém, com a racionalização dos trabalhos pecuários, as cercas e currais começam a surgir nos horizontes do farelhão marajoara”.

um ou outro aglomerado comunitário (também indígenas e quilombolas) vivendo da pequena agricultura e do extrativismo animal e vegetal.

As populações extrativistas se reproduzem aqui e ali, em algum meandro de rio, em alguma área de fazenda (como no caso do extrativismo do babaçu), quase sempre na condição de posseiros. Entrementes, na derrocada do extrativismo em favor da pecuária, há cada vez menos sentido no excesso de posseiros dentro das grandes propriedades (adquiridas legalmente ou não), o que vai derivar no êxodo rural, na urbanização periférica e na hipertrofia do setor terciário²³⁵.

Diante das cercas, e dos jagunços, uma parte da população rural – a que lá já estava e a que chegou há pouco e continua a chegar –, já sem o acesso às áreas comuns, principalmente os cursos d'água se desloca para as cidades, onde irá trabalhar na condição de “trabalhador livre”. Ou seja: trabalhador livre da propriedade dos meios de produção. Em Belém irão trabalhar como assalariados ou no circuito inferior²³⁶ da economia informal. Nas cidades litorâneas irão trabalhar como “parceiros” (reproduzindo o regime de aviamento), principalmente no comércio e na pesca artesanal comercial (LOUREIRO,

²³⁵ “A expropriação do trabalhador do campo e sua expulsão para a cidade é parte do processo de constituição e organização do mercado de trabalho (tendo como suporte o trabalhador despossuído) para o capital que se expande na Amazônia. É também elemento constitutivo do processo de desenvolvimento do mercado interno regional, na medida em que o trabalhador da cidade passa gradativamente (rompidos os elos com o interior) a adquirir, com dinheiro, a maior parte dos seus meios de consumo, mesmo quando esses meios se restringem a alguns itens essenciais do parco consumo familiar [...]. A imposição de uma renda monetária familiar maior para fazer face a despesas inexistente na situação anterior (luz elétrica, água encanada, material escolar, vestuário etc.) implica, contraditoriamente, a mercantilização do trabalho urbano a que ele então passa a se aplicar cada vez mais. Se antes ele apenas vendia parte do excedente produzido, agora a necessidade de renda maior o obriga até mesmo a contrair o consumo. Agora, mais do que antes, o trabalhador urbano é um trabalhador para o capital – indivíduo despossuído, cujo trabalho se reveste de capacidade de valorizar o capital alheio, nele empregado. Assim, o processo de expansão das relações capitalistas é simultaneamente o processo de organização dos trabalhadores desapossados, agora mais subordinados, posto que colocados à disposição do capital privado que se valoriza sob forma diversa na região. [...] Finalmente, entendessem a mobilidade do trabalho, tal como se processa na Amazônia e em Soure, como um movimento transformador do homem e também um momento histórico de agravamento de sua subordinação ao capital” (LOUREIRO, 1987, p. 36-39).

²³⁶ O termo é empregado aqui seguindo Santos (2004a), analisando a espacialização da divisão do trabalho. Nas formações periféricas do capitalismo há, de um lado, uma grande parte da população que depende de salários baixos e do outro, uma minoria com altos salários ou, principalmente, que detém a propriedade dos meios de produção e o controle do Estado, criando um considerável lapso na sociedade urbana, materializando a desigualdade socioespacial fundamente do modo de produção de capitalista. Destarte, o “circuito superior” está relacionado à alta tecnologia, com atividades de capital intensivo. O circuito superior é formado por atividades ligadas ao setor terciário de serviços: bancos, comércio e indústria de exportações, comércio atacadista e transporte, serviços modernos. Ao passo que o “circuito inferior”, formado por atividades de trabalho intensivo, é composto por atividades e serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala, utilizando para essa finalidade, o trabalho intensivo em lugar da tecnologia. O circuito inferior cumpre, portanto, o papel de *exterioridade post festum* analisado por Marx (2012a), efetuando assim uma transferência de mais-valia para o circuito superior através da troca desigual.

1987), com destaque para as cidades da Vigia, de Marapanim e de Bragança, nos anos 1950 (mais tarde, Castanhal e Capanema, já com o advento dos “Grandes Projetos”).

Enquanto que uma outra parte da população rural irá se reproduzir em lotes menores, e que se tornam menores a cada nova geração (LOUREIRO, 1985). A Zona Costeira Paraense agora possui claramente uma faixa de pescadores especializados, enquanto que a faixa central de terras entre o Rio Guamá e o Litoral possui agricultores especializados (CANTO et al., 2018).

São áreas de terra firme divididas entre largas áreas de pecuária extensiva e pequenos lotes concentrados de roça de mandioca, resquícios de seringais e com a produção da pimenta-do-reino, animada pelos migrantes japoneses. As cidades concentram o comércio, o serviço. As cidades ribeirinhas, assim como as litorâneas, possuem a pesca artesanal, e também a produção de embarcações como atividade dinâmica (SOMBRA et al., 2018).

As principais sedes municipais de então passam a concentrar as populações municipais (SOARES et al., 2018). No baixo curso do Rio Tocantins, a cidade de Abaetetuba torna-se centro regional comercial, rivalizando com Cametá, obtendo a maior concentração de força de trabalho²³⁷ no Nordeste Paraense à margem esquerda do Guamá (QUARESMA et al., 2015).

Rocha, Soares e Moraes (2019) destacam que os migrantes faziam uso de um estoque de técnicas mais comuns no resto do Brasil do que na Amazônia, onde a agricultura familiar que se expandiu na planície costeira e nas áreas mais elevadas dos tabuleiros não mais combinava com as atividades extrativistas e com a pesca, como ainda ocorria nas áreas litorâneas. Consolidam-se duas “faixas geoeconômicas” na Zona Costeira Paraense²³⁸. Esse é o quadro observado em Marapanim por Furtado (1987), em

²³⁷ Conforme Alves (2007, p. 83): “O crescimento demográfico apresentado [...] indica uma dinâmica social marcada pela mobilidade espacial ligada tanto ao crescimento vegetativo como às migrações intra-estadual [sic] marcantes nesse período. Em Abaetetuba, esse crescimento populacional foi sustentado pela vinda de inúmeras famílias das ilhas do Município e de habitantes das cidades mais próximas, tais como Igarapé-Miri e Mojú”, derivando a desigualdade espacial materializada na cidade.

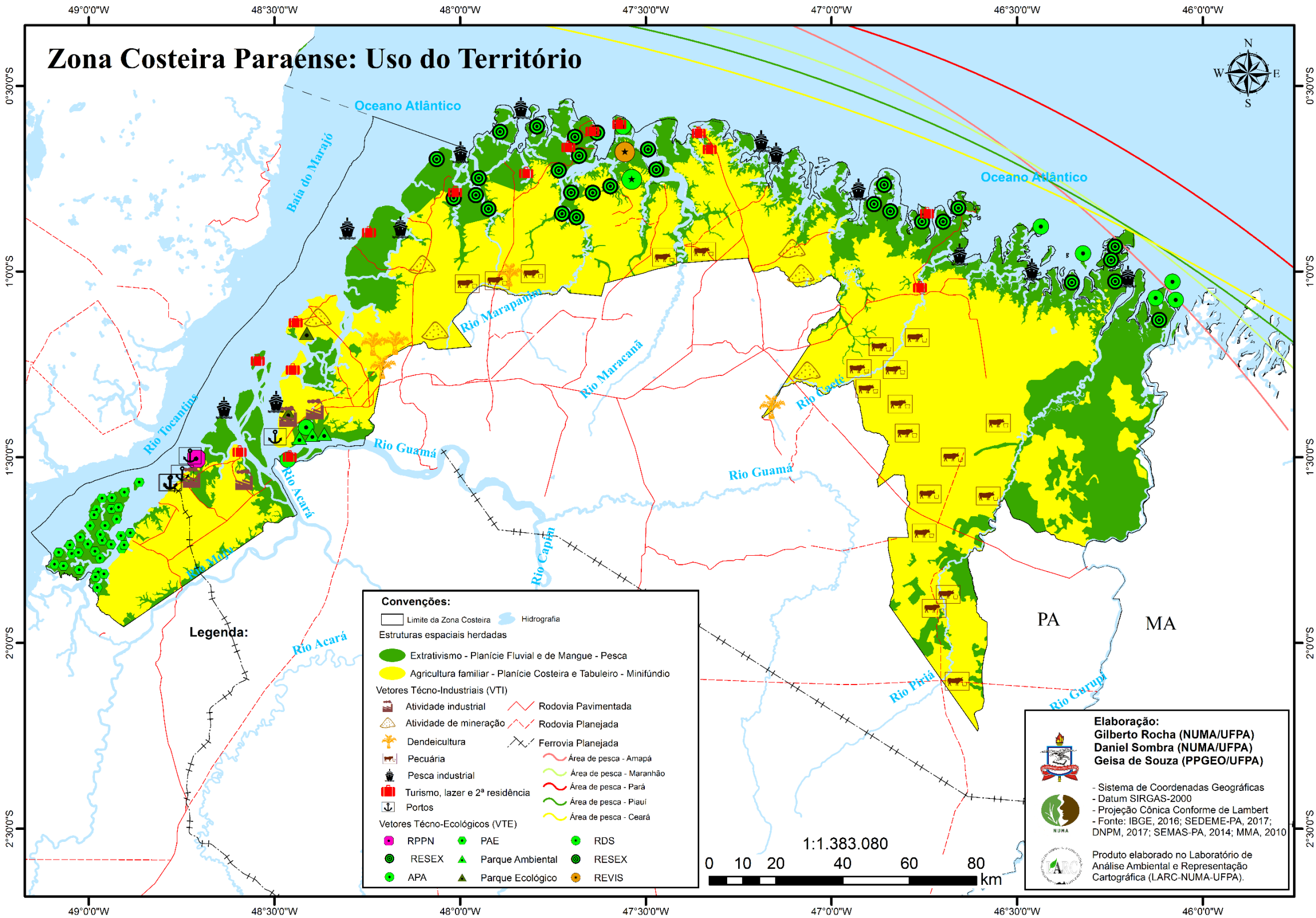
²³⁸ Não esteve ao alcance dessa pesquisa averiguar o quanto essa estruturação em faixas econômicas se reproduziu também nos terrenos marginais, ou seja, nas várzeas continentais da Amazônia. Porém, uma pista nesse sentido é dada por Cavalcante et al. (2011) a partir do caso de Rondônia. Os aurores identificam duas estruturas espaciais herdadas: o município de Porto Velho apresenta uma lógica econômica baseada no comércio e nas atividades extrativistas, e na rede de circulação fluvial, a qual se opôs à lógica da fronteira agrícola, contrapondo minifúndios e posseiros a latifúndios e agronegócio. Com a fronteira agrícola, houve uma intensificação das dinâmicas territoriais e econômicas, que derivou em processos de emancipação de municípios no sul e sudeste de Rondônia, bem semelhante ao que se desenvolveu no sul e sudeste do Pará, onde o “barlavento” da fronteira agrícola, também se deu em uma grande fragmentação com criação de novos municípios (SILVA, 2004). Por outro lado, a implantação de duas hidrelétricas no Rio Madeira traz

Santo Antônio do Tauá por Palheta (1982), na Vigia por Penner (1984) e Loureiro (1985), em Soure por Loureiro (1987), na zona bragantina por Égler (1961) e Penteado (1967), nos tabuleiros por Valverde e Dias (1967), no vale do Rio Piriá por Loureiro (1996) e no vale do Rio Gurupi por Chaves (2001).

Na primeira faixa, persistiam as relações típicas do aviamento, com posseiros praticando pesca e extrativismo. Estes posseiros ainda estavam compromissados com atravessadores e proprietários de embarcações e de comércios, ao mesmo tempo em que a agricultura, antes praticada em complemento ao extrativismo, tornou-se cada vez mais exclusividade das áreas dos tabuleiros. Uma síntese dessa situação geográfica é ilustrada no mapa da figura 13.

uma novidade nesse quadro rondoniense, pois, pela primeira vez as migrações não se dirigem mais ao sul do estado, senão ao seu extremo norte, ao município de Porto Velho (CAVALCANTE et al., 2011).

Figura 15: Mapa dos usos do território na Zona Costeira Paraense



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2010); SEDEME-PA (2017); DNPM (2017); SEMAS-PA (2014); MMA (2010). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2018.

Esse quadro possibilita identificar, com certa clareza, a existência de duas estruturas espaciais herdadas: *a)* Extrativismo – Planície Fluvial e Planície de Mangue – Pesca (representada na cor verde no mapa da figura 13); e, *b)* Agricultura Familiar – Planície Costeira e Tabuleiros – Minifúndios (representada na cor amarela no mapa da figura 13).

A primeira diz respeito à zona de planícies aluviais e planícies de mangue, onde predominantemente ocorrem o extrativismo e a pesca, concentrando a maior parte dos vetores técnico-ecológicos, mas também possuindo importantes vetores técnico-industriais. A segunda é concernente à zona dos tabuleiros e à planície costeira, dominada por minifúndios da agricultura familiar, onde predomina os vetores técnico-industriais. A análise específica dos vetores é realizada no Capítulo 4.

Os minifúndios constituíram a base do êxodo rural que se registraria nessa porção do espaço paraense nos anos 1970 e 1980, incentivando a continuação dos fluxos migratórios rumo às vilas e às cidades. Muitas vezes, irmãos, primos e filhos deixavam uma base familiar no seu lote e seguiam à cidade (LIMA, 2008).

Esses eventos somar-se-ão, a partir dos anos 1960, progressivamente à implantação massiva dos chamados “Grandes Projetos” no território amazônico. Na Zona Costeira Paraense é a atuação da pesca industrial, com plataformas industriais de grande porte instaladas em Icoaraci (Belém) e Vigia, e a presença de uma centena de embarcações de ferro realizando pesca de arrasto que vão modificar a paisagem litorânea, com os conflitos com a pesca artesanal (SOMBRA et al., 2018b).

3.5 – A negação da geografia da subsunção formal como projeto de Estado

Saltando da Zona Costeira para a Amazônia como um todo – onde o destaque das mudanças abissais estará no sul do Maranhão, no estado do Tocantins, no sudeste do estado do Pará e no norte do estado do Mato Grosso, área que passará para a literatura com o nome de “arco do fogo” ou “arco do desmatamento” – os anos 1960 e 1970 marcam a implantação dos chamados “Grandes Projetos”.

À distinção dos períodos anteriores, desta vez não se trata apenas de uma mudança de ciclo econômico, mas há uma cisão da totalidade anterior (ou seja, da totalizada reproduzida a partir do momento de consolidação da formação espacial brasileira, após o Período Regencial). Não é a presença de capital internacional aplicado em atividades produtivas o elemento novo. A presença de capital nacional, ou melhor, extrarregional também não é uma novidade, mas agora será um elemento constante.

O dado novo é a efetivação da subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que agora as atividades implantam de forma definitiva o trabalho assalariado, ou seja, a remuneração da força de trabalho pelo tempo médio de trabalho e não mais pelo produto do trabalho, com mais-valor sendo extraído já diretamente na atividade da produção. Há também a correlata implantação da maquinaria e do sistema técnico, que permite o controle, pela primeira vez, do *próprio processo de trabalho*.

Ao contrário do que difundiam propagandas oficiais militares acerca do espaço amazônico como um “espaço vazio” ou uma “terra sem gente”, a Zona Costeira Paraense e suas intermediações não representavam nenhum ‘espaço vazio’. Paradoxalmente, o “espaço vazio” já estava densamente povoado.

O espaço geográfico mundial nos anos 1960 encontrava-se bipolarizado por duas superpotências mundiais – os EUA e a URSS – disputando a hegemonia mundial. Em virtude da crise do petróleo, cujo estopim foi provocado pela Organização dos Países Exportadores e Produtores de Petróleo (OPEP) em resposta ao apoio dos EUA a Israel na Guerra dos Seis Dias, as grandes potências iniciaram um desmonte de suas plataformas industriais fordistas, grandes consumidoras de energia, substituindo-as por plataformas mais leves e modernas (LOBO, 1996).

Aliado ao projeto da Ditadura Militar brasileira de ampliar a industrialização no Centro-Sul, e integrar de vez o mercado brasileiro em uma divisão territorial do trabalho onde coube ao Nordeste sobretudo o fornecimento de força de trabalho para o Sudeste e para a Amazônia²³⁹. Ao Centro-Oeste e Amazônia coube papel de fronteira de recursos: o fornecimento de matérias-primas, seja para o parque industrial, seja para a exportação e o angariamento de divisas.

A floresta, os usos econômicos tradicionais, e toda a organização mercantil foi vista como um grande “obstáculo ao desenvolvimento” – em termos de Rostow (1960). Desmatar a floresta – e isso significa também cercar a terra, cercar os rios, e expulsar os posseiros – era pré-condição para alcançar os financiamentos disponibilizados pelo governo. O Estatuto da Terra, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964

²³⁹ “Os que migraram à Amazônia serviram de base e estrutura de trabalho nas cidades planejadas, como também deram estrutura ao sistema de concentração econômica na região de modo geral. Nesse período, deslocou-se para a região o maior volume de exército industrial de reserva flutuante de que temos conhecimento no país. Em 1960, na Amazônia Legal brasileira existiam pouco mais de 3,6 milhões de habitantes; em 1996, havia em torno de 18,7 milhões de habitantes e, em 2005, a população da região ultrapassou 23 milhões de habitantes” (PICOLI, 2006, p. 38).

(BRASIL, 1964) inclusive estabeleceu uma medida de valor para essa pré-condição chamada de “valor da terra nua”²⁴⁰ (VTN).

Algumas mudanças são profundas na paisagem, na espacialidade e na territorialidade desta totalidade amazônica. A escala do capital internacional presente é abissal. Tratam-se de corporações multinacionais que trabalham com a extração do mais-valor global, e, portanto, com o tempo de trabalho médio na escala do mercado mundial.

A reprodução de formas anacrônicas de extração do valor – como a renda em trabalho ou em produtos, típicas das atividades compensatórias, enfim, as formas próprias da subsunção formal, que interessaram sempre às elites locais para a manutenção de desigualdade social local, e, portanto, manutenção de sua hegemonia local – são, em geral, irrelevantes para o capital internacional que instala as próteses territoriais dos “Grandes Projetos”.

Para as frações de capital que passam a comandar as ações no espaço amazônico, não interessam as formas de trabalho e produção preestabelecidos, e nem os aglomerados comunitários, com seus processos de trabalho independentes relacionando-se com o modo de produção capitalista com a circulação dos produtos de seu trabalho. O Estado nacional, interessado em um projeto de modernização autoritária, transfere um enorme patrimônio de terras para os grupos capitalistas interessados em se estabelecer na Amazônia²⁴¹, promovendo uma atroz concentração de terras²⁴², mesmo para o Brasil, que sempre teve na concentração de terras sua grande característica territorial.

²⁴⁰ Atualmente a Lei 9.393/96 estabelece como que é localizada a base de cálculo para fins de apuração do imposto. Para ratificar este entendimento e consolidar a verificação da base de cálculo devem ser observadas as orientações da própria Receita Federal, quando da publicação da Instrução Normativa n.º 256, de 11 de dezembro de 2002, que determina o seguinte: “Art. 32. Valor da Terra Nua (VTN) é o valor de mercado do solo com sua superfície, bem assim das florestas naturais, das matas nativas e das pastagens naturais que integram o imóvel rural” (CNM, 2013). Porém, de acordo com Loureiro (2004) e Picoli (2006), nos anos 1960, o VTN excluía qualquer manutenção da floresta em pé como condição para acessar os créditos da SUDAM ou do Banco do Brasil.

²⁴¹ “Os incentivos fiscais aplicados na Amazônia passaram a efetivar uma contrarreforma [*sic*] agrária no país [...]. Através dos incentivos oferecidos pelo Estado, ocorreram na prática a concentração da terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros, bem como não acesso aos que chegaram em busca da terra e do trabalho. Esse fato agravou o processo de marginalização daqueles que, no processo histórico, buscam a terra e o trabalho para fins de subsistência. Enquanto isso, ocorreu o processo de transferência e implantação dos grupos econômicos ali constituídos, ou para constituírem a expansão e a concentração. Efetivou-se o empobrecimento e marginalização das pessoas, e conseqüentemente [*sic*], a proletarianização dessas massas oprimidas” (PICOLI, 2006, p. 38).

²⁴² “Os efeitos dessas medidas foram rápidos e drásticos. Podemos constatarlos comparando como foram distribuídas, em vários anos, as terras novas, das zonas pioneiras, no conjunto do país. Entre 1950 e 1960, 84,6% dessas terras foram ocupadas por estabelecimentos agrícolas que tinham no máximo 100 ha e apenas 15,4% foram-no por estabelecimentos com mais de 100 ha. Entre 1960 e 1970, quando já tinha vigência o Estatuto da Terra e já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da

Os camponeses (posseiros) que sempre tiveram de pagar foro, pagar renda (em produto, em trabalho) por não possuírem a propriedade da terra, doravante serão simplesmente expulsos, convertidos em rejeitos humanos²⁴³ nas cidades, tornando o espaço amazônico mais violento, tanto no campo, como na cidade.

Variando conforme a escala dos novos empreendimentos, as tradicionais elites locais foram ou não escutadas pelos novos atores de projeção. Sua reprodução como elites é um fenômeno que depende delas mesmas, em certa medida²⁴⁴. Ou seja, de seus meios para aproveitar sua situação anterior privilegiada para se reproduzir de uma forma satisfatória no novo contexto, conforme explicitou Batista (2014).

Em Marabá, no curso do Rio Tocantins, as elites locais do Ciclo da Castanha não conseguiram manter a hegemonia, mas conseguiram se reproduzir enquanto elites diante dos novos empreendimentos, embora com papel secundarizado (AMARAL, 2010; RODRIGUES, 2015). Em Tucuruí, também no curso do Rio Tocantins, as elites do Ciclo da Castanha, ligadas principalmente ao controle da Ferrovia Tucuruí-Jatobal vão praticamente desaparecer e dar lugar a novos agentes (ROCHA, 2008).

Já nas cidades médias do Rio Tapajós, o enfrentamento entre elites tradicionais baseadas na exploração da subsunção formal do trabalho ao capital com novos empreendimentos interescares diretamente baseados na subsunção real do trabalho ao capital só ocorreu²⁴⁵, em grande medida, a partir dos anos 2010, com o avanço do

Amazônia, 35,3% dessa terra foram incorporados por estabelecimentos com menos de 100 ha e 64,7% por estabelecimento com menos 100 ha. Finalmente, em 1975, apenas 0,2% das terras novas foram para estabelecimentos com menos de 100 ha, enquanto que 99,8% foram para estabelecimentos com mais de 100 ha (sendo que 75% dessa terra foi ocupada por estabelecimento mais 1.000 ha). Esses dados retratam de modo inequívoco o concentracionista do Estatuto da Terra e da política fundiária do governo militar” (MARTINS, 1981, p. 97-98).

²⁴³ Esse caso das cidades amazônicas em franca urbanização periférica materializa o conceito proposto por Haesbaert (2006) de “aglomerados humanos de exclusão”, ao mesmo tempo em que concretiza a imagem de um “planeta favela” de que fala Davis (2006).

²⁴⁴ Em última instância, tende a predominar o projeto das forças abissais que extraem mais-valor na escala do mercado mundial.

²⁴⁵ Lobato (2018), através de modelizações, ilustra as alterações socioespaciais e as dinâmicas territoriais mais interessantes no Rio Tocantins, desde o ciclo das Drogas do Sertão até o atual ciclo da pecuária e mineração. É interessante notar para o caso de Tucuruí e Marabá que independentemente de como as elites locais conseguiram ou não se configurar como parte do novo quadro de elites dos lugares, dividindo ou não espaço com agentes sociais novos oriundos de novas frações de capital, a concentração de terras, o aumento dos monopólios, e a urbanização periférica seguiram de modo absolutamente similar, com concentração de terras e também concentração da propriedade privada do solo urbano, o que tanto no espaço agrário, como no espaço urbano significa também concentração do acesso às águas, como explicitam os estudos sobre a escassa distribuição de água e esgoto e serviços em geral de saneamento básico para os casos de Tucuruí, estudado por Moreira (2014), e Marabá, estudado por Moraes (2009). O quadro se repete em Macapá conforme Oliveira e Moraes (2017). Os estudos de Rodrigues (2015), de Rodrigues (2018) e de Rodrigues,

agronegócio sojicultor e a estrutura rodoviária e, principalmente, portuária correlatas (CASTRO, 2018; RODRIGUES, 2018; RODRIGUES; RODRIGUES; LIMA, 2019).

E, assim, variando conforme a espacialidade, a passagem dos anos 1960 e décadas posteriores se constitui em termos de mudanças chocantes na paisagem e de uso do solo como uma marcha onde a grande empresa agropecuária²⁴⁶ adentra o espaço amazônico, com a exploração madeireira como seu arauto, devastando estoques florestais, acompanhadas pela mineração, pontuada, mas que exige grandes objetos de infraestrutura e produção de energia elétrica, dando margem a toda uma série de estudos sobre o avanço da fronteira na Amazônia (LOBATO; SOARES, 2017). Como já referido, a alegoria de uma “terra em brasas” se tornou o lugar comum da literatura sobre a Amazônia desde então.

Em geral, porém, a imposição dos “Grandes Projetos” se caracterizou como uma sessão de eventos abissais sem a participação direta de elites locais, as quais participam de projetos agropecuários secundários, e, em casos muito específicos, também da mineração de menor escala, como no caso da Gleba CIDAPAR, no Rio Piriá, na Zona Costeira Paraense (LOUREIRO, 1996).

Loureiro (1985) argumenta que vários representantes das elites regionais tentaram dialogar com o governo central do Brasil (primeiramente na Era Vargas; secundamente,

Rodrigues e Lima (2019) ilustram como as cidades médias de Santarém e Itaituba, grosso modo, somente após 2000 e, principalmente, após 2010 começam a manifestar fenômenos de larga implantação da subsunção real do trabalho ao capital, aos moldes do que foi interpretado por Mota (2016; 2017) e verificado por Lobato (2018) para o Rio Tocantins, podendo mesmo se veicular a ideia de um “tempo da fronteira” conforme já foi discutido por Lobato e Soares (2015; 2017). Mesmo estando até recentemente ligadas fundamentalmente a dinâmicas de produção e de poder herdeiras de temporalidades pretéritas, a concentração de propriedade, seja no campo, seja na cidade, é uma molécula de identidade nacional, também acarretando um “paradoxo de águas”, para utilizar os termos de Bordalo (2017), onde na região das águas poucos têm acesso à água, conforme Souza (2017) identificou em seu estudo sobre Itaituba. Razão, portanto, tem Rodrigues (2010) ao afirmar que a Amazônia é um “jardim de águas sedento”.

²⁴⁶ “A partir de 1966, e em escala crescente entre 1966-77, devido à atuação da SUDAM e outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, ganha impulso a *empresa* agropecuária, além da madeireira, mineradora ou outra. [...] A empresa está apoiada no domínio, isto é, na propriedade titulada da terra. A partir de 1966, pois, e de modo cada vez mais acentuado nos anos seguintes, a empresa ganha predomínio qualitativo sobre o latifúndio, enquanto poder econômico e político. Na empresa, praticamente todos os trabalhadores estão subordinados de forma real às exigências de reprodução do capital. Além disso, e por isso, a empresa facilmente se impõe sobre as outras modalidades de estabelecimentos rurais” (IANNI, 1979, p. 94-95, grifo do autor). Ianni (1979) talvez não tenha percebido naquele momento a interpenetração dos contrários. Oliveira (1987), mais tarde, citou claramente, e com exemplos, o que entendeu por “conversão dos coronéis em capitalistas, e conversão dos capitalistas em coronéis”. O coronel tradicional (subsunção formal) se nega como coronel, para se afirmar coronel. O capitalista moderno (subsunção real) se nega como capital (como relação de produção capitalista propriamente dita) para se afirmar capital. Se a forma antiga (elites locais) consegue sobreviver, porém, isso significa que eles conseguiram se reproduzir na subsunção real.

durante os governos populistas, e, por fim, no início da Ditadura Militar) para propostas de desenvolvimento a partir das bases econômicas pré-estabelecidas, tendo sempre fracassado em seu intento.

Na Amazônia, porém, parece ter ocorrido algo similar ao da Região Nordeste. De acordo com Castro (1992), ao ganhar a pecha de “região problema”, a Região Nordeste passou a receber investimentos nacionais voltados sempre para o capital extrarregional oriundo do Centro-Sul. Por outro lado, para a autora, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) apenas como um mecanismo de transferência de renda para compensar a influência política e econômica perdida com a evasão da força de trabalho para o Centro-Sul (e, em parte para a Amazônia).

A construção da Rodovia Rio-Bahia (Rodovia BR-116) funcionou como uma catapulta de força de trabalho dos antigos ciclos econômicos nordestinos direto para o concentrado Parque Industrial do Centro-Sul, em particular, da Região Metropolitana de São Paulo, dando origem ao que Moreira (2012b) chamou de “inversão waibeliana”, modificando o eixo Norte-Sul de estruturação do Brasil para um novo eixo Leste-Oeste.

Para Castro (1992), a ideia da Região Nordeste com uma “região das secas” ou uma “região problema” é um “mito”²⁴⁷ que encobre o verdadeiro objetivo das elites remanescentes: angariar recursos públicos através de sua força política para compensar as perdas de suas atividades econômicas tradicionais que não acompanharam o processo de industrialização, e quando o fizeram, não foi com capital regional.

De acordo com a leitura de Loureiro (2004) e Picoli (2006), o papel estabelecido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por um lado, foi de fornecer recursos²⁴⁸ para os capitais extrarregionais e internacionais se estabelecerem na

²⁴⁷ “As [sic] idéias expressas nos discursos parlamentares configuram o conservadorismo da elite regional, as suas alianças verticais e horizontais, e a utilização da burocracia do Estado como componentes estratégicos do regionalismo nordestino. O conteúdo ideológico desse regionalismo, por sua vez, é essencial na composição dos interesses que definem as políticas voltadas para a região. [...] Assim, o domínio da direção política regional resulta em ações paternalistas, quando se compõe com o aparato burocrático federal, ou, em estagnação, quando se compõe com os interesses particulares do poder local. As coalizações tecnocrático-produtivas [...] esbarram, na região, na estratégia conservadora das coalizões horizontais ([sic] intra-regional), que inibe os efeitos da centralização do poder, e [sic] conseqüentemente, o possível dirigismo desse tipo de coalizão, aderindo ao clientelismo como forma de adequar-se à organização do poder local. Portanto, a elite regional e suas coalizações conservadoras produzem, na Região Nordeste, um quadro cujo formato pode variar do clientelismo à estagnação, passando pelo paternalismo, sem que qualquer tipo de dirigismo transformador tenha tido real possibilidade de impor-se” (CASTRO, 1992, p. 201-211, grifos da autora).

²⁴⁸ Principalmente terras. O famoso “Relatório do Deputado Haroldo Velloso”, fruto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em plena Ditadura Militar detalha todos os empresários brasileiros e estrangeiros que superacumularam terras nesse período (no mais das vezes, ao arrempio da legislação em

região²⁴⁹; e, por outro lado, fornecer algum tipo de compensação para as elites locais, as quais faturaram a menor fatia dos recursos, mas quase sempre em projetos infrutíferos²⁵⁰, quando não francamente fictícios e ilegais²⁵¹.

De algum modo, ocorreu algo similar ao caso nordestino estudado por Castro (1992). Com o tombo econômico, as elites passaram a compensar suas perdas com

vigor). O relatório é comentado por Oliveira (1988), e destrinchado (além de reproduzido na íntegra) por Morel (1989).

²⁴⁹ “Um número cada vez maior de empresas passou a implantar projetos agropecuários na Amazônia e, [...] verifica-se que a maioria desses projetos aparece concentrada na região do Araguaia paraense, goiano e mato-grossense; aliás, são os estados do Pará e do Mato Grosso os principais em número de projetos agropecuários incentivados pela SUDAM (72%). Depois aparece a porção leste do Pará (área de Paragominas), e, com menor incidência, o Amazonas, na área próxima a Manaus, em direção a Roraima e ao Pará” (OLIVEIRA, 1987, p. 80-81).

²⁵⁰ “A abundância e facilidade de transferência dos recursos para a iniciativa privada não correspondeu a qualquer ação efetiva de fiscalização e controle por parte dos órgãos financiadores, no que concerne ao acompanhamento dos projetos agropecuários aprovados, como controle do aumento dos rebanhos ou outro. São conhecidos na região os casos de ‘aluguel’ de boiadas por fazendeiros para fazer face às raras e eventuais fiscalizações. E elas eram agendadas e informadas aos fazendeiros que haviam recebido subsídios e outros incentivos, com antecedência, pelo órgão de planejamento. A permissividade e a omissão do Estado no que concerne à aplicação dos recursos públicos nos projetos agropecuários foram tais que, 20 anos depois, a quase totalidade das fazendas se caracterizava como latifúndio improdutivo. E isto ocorreu, mesmo no Estado do Pará, o mais bem servido por infra-estrutura [sic] de estradas e transportes e onde se localiza a sede da SUDAM. O Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Pará (publicação integral pelo INCRA/PA/86) identifica 29 dos 87 municípios paraenses como prioritários para ações de reforma agrária. E o faz com base em critérios que exibem a concentração da terra sob a forma de latifúndios: dos 35.924.219 ha que constituíam a área total dos imóveis rurais desses municípios, 28.137.971 ha (78,43%) eram áreas ocupadas por latifúndios e, sua maioria, constituía-se de empreendimentos agraciados com incentivos fiscais. Além dos mecanismos de aquisição, legitimação e acumulação da terra pelos grupos econômicos incentivados, os organismos governamentais instituíram meios de manutenção da propriedade da terra e conduta protecionista do Estado sobre os mesmos” (LOUREIRO, 2004, p. 102, grifos da autora).

²⁵¹ “Segundo a própria SUDAM (2001), de 1966, época da criação do órgão, até 25/9/2001, foram distribuídos R\$ 10.684.474.105,07, e esse montante foi destinado aos projetos aprovados nos 9 Estados que compõem a Amazônia Legal brasileira. Desse montante de dinheiro destinado ao desenvolvimento da Amazônia, pouco foi investido na região, pois o principal objetivo do órgão foi beneficiar grupos econômicos e políticos que sustentam o projeto capitalista brasileiro. Tudo não passou de uma grande farsa, pois o objetivo era extorquir e desviar o dinheiro público por meio das influências das elites na política e na economia brasileira. Nesse episódio, dois exemplos de corrupção movimentaram recentemente a nação brasileira, com acusações de desvio de verbas da SUDAM que envolveram altos personagens da política brasileira. Na metade de 2001, o senador e presidente do Senado Jader Barbalho foi obrigado a renunciar ao cargo sob pena de *impeachment* por acusações fraudulentas pelo Ministério Público. Através da intervenção no órgão em 2001, constatou-se o desvio de 1,7 bilhões de reais, e pesa sobre Jader Barbalho e pessoas ligadas à sua família, políticos e empresários de suas relações, graves suspeitas e acusações de irregularidades nos projetos destinados ao desenvolvimento da Amazônia, via recursos da SUDAM. [...] Outro fato dessa natureza, com graves denúncias na região, envolveu a ex-governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, que, em 2002, foi eleita senadora da República. Ela é filha do ex-presidente da República José Sarney, que é hoje também senador representando a região. Pesa sobre ela e seu marido Jorge Murad, ex-gerente de Planejamento do Estado do Maranhão, a acusação de desvio de 44 milhões de reais provenientes de projetos com recursos da SUDAM. [...] Podemos citar vários outros escândalos no órgão, mas os dois apontados demonstram o grau e as proporções de indícios de corrupção e fraudes na distribuição de dinheiro público e quem são os proponentes dos atos intrigantes que ocorrem na região” (PICOLI, 2006, p. 39-40).

projeção política angariando mecanismos de transferência de renda e aquisição de recursos públicos do Estado nacional.

Por um lado, ao contrário do que pode parecer à primeira vista não há nada de novo nesse fenômeno. Conforme Leal (1997) a própria origem do fenômeno que nomeia de “coronelismo” (e que foi posteriormente consagrado pela literatura das ciências sociais) é a perda do poder econômico de elites regionais, as quais passam a utilizar as relações de apadrinhamento político para conseguir obras públicas e também apropriação de recursos públicos, inclusive transferência de renda, para compensar a perda de seu poder econômico²⁵².

Assim, o Coronelismo foi a adaptação que as elites imperiais decadentes realizaram na conjuntura da Primeira República, onde a partir da segunda década do século XX somente uma região prosperava de fato economicamente. Para formular o conceito de coronelismo, Leal (1997) estudou a transição da organização política e econômica das elites regionais entre Império e República, e utilizou dados e exemplos de todas as províncias para isso, formulando um conceito para a explicação do Brasil, e não somente de uma ou outra região.

O uso de força política pelas elites locais a partir do momento em que a força propriamente econômica não as sustenta foi estudado no caso específico do Rio Grande

²⁵² “Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o ‘Coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil” (LEAL, 1997, p. 40, grifos do autor). As investigações desta pesquisa de doutoramento levam a concluir na direção do apontado por Leal (1997). Cabe notar, porém, que Leal (1997) escreveu seu estudo logo após o fim da Era Vargas, e acreditava piamente, conforme manifestou em diversos momentos na obra supracitada, que o poder privado se utilizando do poder público para se sustentar era um resquício dos tempos monárquicos que iria progressivamente diminuir com o avanço dos meios de transportes, dos meios de comunicações, do sistema educacional e das políticas públicas em geral. Nesse ponto, coaduna com o pensamento de Leftwich (2011), que acredita que a manutenção do caudilhismo nos países subdesenvolvidos se deve, em parte importante, à falta de infraestrutura do poder do Estado nacional de impor normas democráticas a todos os espaços de seu território. Passados 70 anos desde a escrita de Leal (1997), porém, os traços mais relevantes do diagnóstico que elaborou entre público e privado, e fundamentalmente, da inconformidade de um sistema representativo que em tese almeja a democracia, e uma estrutura social, economia, de base agrária, profundamente conservadora, como os estudos de Haesbaert (1988) e Castro (1992) já haviam ilustrado para os casos do Sul e do Nordeste do país, respectivamente. Tal contradição, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a mais democrática, distributiva e descentralizadora carta magna promulgada neste país, acirrou-se aos extremos, conforme se verá mais adiante.

do Sul por Haesbaert (1988), que mostra como a elite “gaúcha”, após a derrocada de suas atividades econômicas hegemônicas, passou a utilizar a política e, sobretudo, suas relações com o poder em Brasília para projetar uma “força simbólica e cultural”²⁵³.

Todas essas elites locais (novamente, se se quiser, regionais) têm em comum a perda relativa de seu controle sobre a força de trabalho e, assim, sobre determinados espaços de produção (e de vida) para outras frações de capital com maior envergadura e escala de atuação.

Não é somente as perdas econômicas dos grandes ciclos (diminuição da exportação em virtude de queda dos preços, seja do cacau, da borracha, do açúcar, do charque, da pimenta etc.) quem impacta as elites locais, mas também, a perda de controle sobre as atividades compensatórias, que sempre tiveram a função de atenuar as perdas econômicas dos ciclos hegemônicos. É preciso aclarar isso: perda de controle das atividades compensatórias significa perda de controle sobre as pessoas, e no limite, possibilidade de mobilidade social²⁵⁴.

²⁵³ É interessante notar, a partir do estudo de Haesbaert (1988) que, originalmente, os gaúchos eram os índios que habitavam a região, os quais, como forma de reação à perda de seus espaços de vida e seus ecossistemas, passaram a atacar as fazendas e roubar o gado para sobreviver. Gaúcho, em um primeiro momento, significava “ladrão de gado” e estava diretamente vinculado à imagem dos indígenas. Mais tarde, quando as elites tradicionais portuguesas passaram a perder espaço econômico para os migrantes alemães, italianos e demais imigrantes europeus, os portugueses da Fronteira Sul passaram a se intitular “os gaúchos”, passando agora esse adjetivo, de uma conotação negativa para positiva e de afirmação da antiga elite para com as novas elites chegadas de fora e que assumiram em grande medida o protagonismo econômico do lugar. Por fim, diante de novas mudanças estruturais na economia sul-brasileira, e com a chegada de capital extrarregional e internacional no espaço agrário, os próprios imigrantes europeus e seus descendentes passaram a se intitular “os gaúchos”, passando esse adjetivo por sua segunda metamorfose desde a origem. De acordo com Haesbaert (1988, p. 83, grifos do autor): “carregadas de simbolismo e folclore, as manifestações chegaram, no âmbito econômico, ao fechamento de contas em bancos paulistas, e transferências de recursos para bancos e instituições financeiras gaúchas. Consolidava-se, assim o último elo que faltava para a unificação da sociedade pela ideologia do gauchismo, agora dentro do capitalismo financeiro: banqueiros e funcionários, pilchados, tomando chimarrão chegaram a Brasília e conseguem do governo federal o capital indispensável para a manutenção da instituição financeira. Nesta nova sociedade onde múltiplas frações de classe disputam o poder, e onde grupos dominados começam a revelar sinais ativos de organização a classe dominante, incorporando e fortalecendo o tradicionalismo, não apenas reproduz a ideologia para forjar um patamar mínimo de consenso social (visando, inclusive, barganhar politicamente junto ao governo central), como conquista e dá homogeneidade aos complexos setores e emergentes setores médios urbanos. [sic] Tranqüiliza também os remanescentes da velha oligarquia (novamente revigorada agora por sua ‘força cultural’, que no mínimo lhe assegura o monopólio da terra) e fornece um novo mercado para alguns capitalistas na retomada da produção de erva-mate (já incorporando interesses multinacionais) e na ativa produção musical e de artigos gauchescos”. A partir do momento em que as condições objetivas são modificadas, os agentes que detêm o poder se negam a si mesmos, para poder se afirmar como partícipes do bloco histórico em afirmação.

²⁵⁴ Algo temido não só pelas elites, mais muito mais ainda pela classe média, tendo sido esse um dos elementos propostos por Ehrenreich e Ehrenreich (1979) para propor a classe média (ou classe gerencial) como uma nova classe social no capitalismo, diferenciada da burguesia e do proletariado, em uma dimensão além do que Marx havia nomeado de “pequeno-burguesia”.

Quanto mais avança a subsunção real, menos espaço sobra para a reprodução de atividades compensatórias, gerando uma contradição no bloco das elites nacionais. É por isso que o movimento de revolução econômica no Brasil é sempre truncado e travado, pois é preciso passar pela mediação política de quem ainda possui, *senão o pleno controle* das atividades compensatórias, ainda possui ao menos o *fundamento* que sempre permitiu a reprodução dessas: a concentração da propriedade da terra (no sentido amplo, incluindo recursos florestais e hídricos).

Por ser ainda o espaço da formação espacial brasileira com a maior concentração de lugares com persistência da reprodução da subsunção formal, o uso dos aparelhos políticos por parte das elites locais decadentes do ponto de vista econômico chama a atenção, mas trata-se de um fenômeno nacional. Onde a subsunção real avançou, eliminou a dinâmica das atividades compensatórias, e deixou, em seu lugar, uma concentração de contraespaços da pobreza absoluta.

Em todo caso, cabe notar que na Amazônia, o avanço de frações de capital de atuação extrarregional e internacional trouxe um contrabalanço à tendência de usar o controle da circulação para afirmar o controle das terras. Sobretudo, com a expansão do modal rodoviário, o mais exaltado pela Ditadura Militar²⁵⁵, passa a ser o próprio controle das terras, e, portanto, da produção quem guia o estabelecimento das rotas de circulação, e não o contrário, como sempre foi na Amazônia. É superação definitiva da lei da renda diferencial I pela lei da renda diferencial II.

Nem todas as elites locais amazônicas conseguiram sobreviver, ou seja, reproduzir-se enquanto tais. E seis décadas após o início da implantação maciça dos “Grandes Projetos”, a Amazônia é um espaço muito distinto do que era em 1960. Ainda há espaços baseados na reprodução da subsunção formal, mais aqui do que em qualquer outra parte

²⁵⁵ O General Peixoto, orgulhoso das obras do período, o qual nomeia de “Revolução de 1964”, destaca: “A obra da Revolução de 64 no setor rodoviário, principalmente depois que foi criado o Ministério dos Transportes, [...], constitui o mais notável conjunto de empreendimentos realizados no quadro viários brasileiro. A rede rodoviária atual cobre praticamente todo o território nacional, interligando quase todas as cidades através de excelentes rodovias, que há poucos anos eram apenas caminhos difíceis de serem percorridos. Os planos rodoviários da União e dos Estados foram perfeitamente entrosados, ficando a cargo do Governo Federal as grandes linhas troncais e sob a responsabilidade dos Estados as rodovias para realizar a integração dos eixos principais. [...] Além da ampliação da rede rodoviária existente com a incorporação de novos trechos concluídos em todas as regiões, e da pavimentação de retas importantes, foram realizadas obras de grande expressão para a integração e desenvolvimento nacional [...]” (PEIXOTO, 1977, p. 110, grifos do autor). Entre as “obras de grande expressão”, Peixoto (1977) cita a Rodovia Transamazônica e a Rodovia Cuiabá-Santarém, prevendo que estarão concluídas até 1980. Em 2021, as duas rodovias permanecem inconclusas, com trechos que nunca saíram do planejamento. Em nenhuma das 332 páginas da obra de Peixoto (1977) se encontra qualquer menção às sociedades locais amazônicas, nem sequer suas elites locais.

do Brasil, mas é um equívoco pensar que o tempo que determina as relações de produção é outro que não o tempo de trabalho socialmente necessário mediado pela verdadeira escala de poder acima dos lugares (das relações de produção) que a formação espacial, a qual, no atual período que se vive, é encampada pelo poder do Estado nacional burguês.

A região, assim, não é uma escala real do ponto de vista das relações de produção, ou seja, do ponto de vista da realização do capital, mas uma escala artificial criada pelas elites locais para articular²⁵⁶ uma nova forma de compensação das suas perdas econômicas, que não envolve mais o mais-valor absoluto das atividades compensatórias, e sim, o uso do aparelho estatal, em uma espécie de *rentismo burocrático* ou *rentismo estatal*²⁵⁷.

²⁵⁶ É sintomático que Mariátegui (2010), ao dissecar o regionalismo na formação espacial peruana, diante do debate político entre centralismo e federalismo, conclua que “o Departamento é um termo político que não designa uma realidade, e menos ainda uma unidade econômica e histórica. O Departamento, principalmente, é uma convenção que só responde a uma necessidade ou critério funcional do centralismo. E não concebo um regionalismo que condene o regime centralista de modo abstrato sem objetar concretamente quanto a sua peculiar divisão territorial” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 199). Porém, após concluir que as divisões regionais existentes no Peru de então não encarnam relações de produção ou forças produtivas que justifiquem uma nova instância de poder, e que as propostas regionalistas analisadas são articulares das elites latifundiárias para obter o controle do aparelho estatal, o autor passa a uma segunda etapa, que é a tentativa de identificar “regiões verdadeiramente existentes”. Termina esse intento de modo bem conhecido pelos geógrafos, em uma tentativa de plasmar as relações sociais de acordo com as tipologias de paisagens: “Uma região não nasce do estatuto político de um Estado. Sua biologia é mais complicada. A região em geral tem raízes mais antigas que a própria nação. [...] O Peru, segundo a geografia física, divide-se em três regiões: a costa, a serra e a selva (no Peru, a única coisa que está bem definida é a natureza). E essa divisão não é apenas física. Transcende toda nossa realidade social e econômica. A selva, sociológica e economicamente, ainda não tem significado. Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado peruano. Mas a costa e a serra, entretanto, são efetivamente as duas regiões nas quais se distingue e se separa, como o território, a população. A serra é indígena; a costa é espanhola ou mestiça” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 199-200). Novamente, muitos paralelos com o caso brasileiro, onde a distinção feita entre serra e costa lembra a análise feita por Russel-Wood (2014) acerca da origem da dicotomia espacial-sociológica entre costa e sertão no Brasil, com a Amazônia nos dois casos sendo a “colônia interna”. A proposta de regionalização de Mariátegui (2010), que deseja fugir de um regionalismo liderado pelos interesses das elites latifundiárias (os “gamonales”) é coerente com o período da obra, e lembra os critérios da primeira regionalização do IBGE nos anos 1930 para o Brasil. Ao finalmente substituir essa regionalização em 2017, este órgão oficializa que este olhar já não consegue enquadrar a realidade geográfica do Brasil.

²⁵⁷ “Hoje, neste último quarto do século XX, assistimos à transformação do capitalismo em economia de Estado no interior do próprio capitalismo” (GALVÃO, 1984, p. 17). “Formalmente, a produção mercantil se tornou de fato, nos ramos mais importantes, em uma economia planificada” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 174). “Quando o capitalismo suprime a livre concorrência, com o advento do monopolismo, a ação da lei do valor é substituída pelo princípio da planificação [...], surge [então], uma nova formação econômica da sociedade posterior e superior ao capitalismo” (GALVÃO, 1984, p. 334). “A lei do valor [...] na própria sociedade burguesa está minada graças ao poderoso desenvolvimento das tendências monopolistas do capitalismo contemporâneo” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 181). “O núcleo estruturador da sociedade pós-capitalista é poder” (GALVÃO, 1984, p. 274). A proposição de que as elites locais, diminuídas em seu poder econômico, por não alcançarem, nas relações de produção e forças produtivas sob o seu controle, efetivamente a reprodução do valor aos termos da subsunção real, façam uso do Estado burguês para se reproduzir enquanto tais resgata o debate da “subsunção do capital ao Estado” de Galvão (1984) que se baseia teoricamente em Preobrajensky (1979). Zibechi (2012, p. 62) afirma o seguinte ao analisar o caso do Brasil: “Cinco décadas depois da criação do setor de dirigente que levou o Brasil a forjar a sua base

Do ponto de vista das forças produtivas, é notório que, diante desse quadro, as elites locais amazônicas se tornam minoritárias no pacto interoligárquico nacional. É também notório que o Estado nacional tem apresentado uma centralização não apenas do controle do trabalho – aprofundando na República Nova, após a Constituição de 1988, a sistematização do trabalho assalariado, de um tempo de trabalho socialmente necessário na escala nacional – mas direcionando as próprias forças produtivas²⁵⁸.

Por outro lado, conforme é melhor discutido no Capítulo 4, a Constituição de 1988 é uma constituição descentralizadora, privilegiando o município, ente que mais ganhou poderes nas letras legais, e também propiciando gestão colegiada (com participação da sociedade civil) em vários níveis, inclusive, no que tange aos espaços costeiros. Nesse

industrial, ao golpe de Estado de 1964 e a uma nova ascensão econômica, produziu-se na primeira década do século XXI e ampliação da elite no poder. Gestores e sindicalistas de empresas estatais se incrustaram nos espaços onde as decisões políticas são tomadas e estabeleceram relações de confiança tanto com militares quanto com empresários brasileiros. Não creio que estejamos diante de uma nova classe no poder, mas diante da gradual ampliação da velha elite que se sente revitalizada com fortes injeções de capitais frescos e com projetos que atualizam o velho anseio da casta militar de converter o Brasil em potência global”. Afirmar que se está diante de uma nova classe como propõem Ehrenreich e Ehrenreich (1979) e Vilkhovtchenko (1987), ou ainda, que se está diante da transição para um outro modo de produção, como Galvão (1984), é sempre, no limite, dar um “chute no escuro”, pois, como o próprio Galvão (1984, p. 12) reconhece: “É a anatomia do homem que vai explicar a anatomia do macaco, dizia Marx. São as estruturas mais desenvolvidas que explicam as menos evoluídas, e não vice-versa; e somente quando a estrutura mais desenvolvida já está constituída é que podemos encontrar nas menos evoluídas os sinais anunciadores da nova sociedade. A conclusão de Marx é que o presente explica o passado”. Por outro lado, diz o mesmo autor: “Se o materialismo permitiu a Marx chegar à conclusão de que a história é regida por leis objetivas, o papel da ciência é precisamente expressá-las teoricamente” (GALVÃO, 1984, p. 51). E isso é possível, uma vez que: “A história é a história do trabalho e a estrutura econômica da sociedade é dada pelo modo como os homens trabalham e distribuem os produtos do trabalho” (GALVÃO, 1984, p. 45). Assim, o que se pretende problematizar nesse ponto é que a fronteira do capitalismo, ao mesmo tempo em que se defronta com o passado (subsunção formal) demonstra como o Estado salta do seu papel de superestrutura e se torna realmente o agente produtor da história, ou, ao menos da geografia. O caso em tela da Zona Costeira paraense, ilustrando, de resto, um caráter geral das elites locais brasileiras traz essa problemática à baila, coincidentemente, no ponto em que Galvão (1984) se referia à “fronteira” do capitalismo, não em sentido de enfrentamento com o passado, mas com a contradição que pode lhe superar enquanto negação da negação. Para Galvão (1984, p. 186, grifos do autor): “O que importa afirmar e reafirmar é que a acumulação capitalista gera um processo de centralização que, no seu limite, é a negação do capitalismo. A sociedade cuja produção social é realizada sob a forma de *cartel geral* é regulada por uma instância que não se deixa apreender pelas categorias da economia mercantil. As relações sociais de produção cujo conjunto vai formar a estrutura econômica da sociedade, já não podem ser explicadas por categorias imediatamente econômicas. Com o capitalismo superado historicamente, a economia política também é superada teoricamente. A teoria da sociedade deixa de ser uma Econômica. A produção social já não é sendo regulada pelo fetichismo da mercadoria, a econômica política é substituída pela política econômica”.

²⁵⁸ “No dia 1º de abril de 1971, o General Médici baixou a Lei nº 1.164, que declarava ‘indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal’” (OLIVEIRA, 1988, p. 78, grifos do autor). A federalização de 100 quilômetros de ambas as margens de cada rodovia federal, inclusive as planejadas, além de uma série de intervenções federais e suas consequências territoriais, com as enumeradas por Monteiro e Coelho (2004) e Castro (2004) ilustram essa centralização do Estado nacional brasileiro.

interim, há os autores que afirmam que isto reforçou o poder das elites locais, enquanto outros defendem que isso amplia a democratização da gestão pública.

Embora a Zona Costeira Paraense não tenha sido a área da Amazônia mais destacada (ou traumatizada) com relação aos “Grandes Projetos” é impossível deixar de mencionar a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, cujos impactos foram sentidos não apenas na borda do lago, mas a jusante do Rio Tocantins, em seu baixo curso (ROCHA, 2008), a implantação do parque minero-industrial em Barcarena (LOBO, 1996), a mineração em Capanema, e o caso emblemático da Gleba CIDAPAR, no Rio Piriá, um projeto misto de mineração e agronegócio, já no final da Ditadura Militar que resultou no movimento dos “gatilheiros” liderados por Quintino Lira, em uma reedição amazônica do “cangaço” sertanejo (LOUREIRO, 1996).

A pesca industrial onipresente a partir de então é outra herança desse período. Não se tratam de fenômenos pretéritos, pois os vetores técnico-industriais ainda estruturantes de dinâmicas territoriais na Zona Costeira Paraense são herdeiros desses “Grandes Projetos”, conforme se discute melhor no Capítulo 4.

Só havia tempo para trabalhar naquele antro infernal. Suei ali durante seis meses. O Cara de Macaco me torturava. Emagreci cerca de sete quilos. Tinha pesadelos horríveis durante o sono. Esqueci de meus sonhos universitários. Esqueci de tudo. Menos das camisas de gás. Minha mãe vivia preocupada com a minha magreza. Obrigou-me a deixar o emprego. Eu mesmo estava espantado por ter resistido tanto tempo. Quando saí da fábrica passei mais de um mês lendo os anúncios de jornais. Encontrei colocação numa pequena tipografia da Segunda Avenida, um ninho de ratos. Trabalhei ali mais cinco meses até que feri a mão numa prensa. Outra temporada de caça aos empregos, tive uma curta temporada numa fábrica de *matzah*. Passei depois a uma empresa de remessas rápidas. Depois a uma firma de reembolso postal. Daí a uma fábrica de tecidos. Empregos, empregos. Eu passava de um a outro sem qualquer tipo de estímulo. Era um trabalhador em meio a muitos outros. Caíra, como meu pai, na armadilha da pobreza. Eu não era nada, estava indo para lugar nenhum. Às vezes, pensava seriamente em cortar o pescoço. Sonhei também em fugir para o Oeste. O sexo começou a me torturar. Sofri uma crise de delírio religioso. No terraço da minha casa, sob a luz da lua, rezava ao Messias judeu que ia redimir o mundo. Passei a andar novamente na companhia de Nigger. Virava as noites num bilhar infame. Mas estava disposto a tudo. Aos quinze anos, comecei a beber e freqüentar [sic] bordeis com o bando de Nigger. E trabalhava. Meus pais foram ficando cada dia mais velhos e cada dia mais tristes. Os anos corriam. Não quero recordar os anos de minha adolescência. Afinal, fui apenas um entre um milhão de outros. Certa noite, num palanque improvisado no East Side, vi um homem proclamar que do desespero, da melancolia e da fúria impotente de milhões de homens surgira um movimento mundial para acabar com a pobreza.

Ouvi-o com a atenção.

Oh, Revolução dos Trabalhadores, você me devolveu a esperança, a mim, rapaz tristonho e de idéias [sic] suicidas. Você é o verdadeiro Messias. Você destruirá o East Side e construirá dentro dele um jardim para o espírito humano.

Oh, Revolução que me obrigou a pensar, a lutar e a viver.

Oh, grande começo! (GOLD, 1982, p. 229-230, grifos do autor).

Curumim pensava que pensava naquilo. O paraíso perdido? Mas se o paraíso estava aí, estava vendo. Era só tirar o branco e selva seria de novo o paraíso.

Trabalhou até deformar as mãos. Não podiam conversas, que um feitor estava sempre atento. Mas trocavam olhares e eles diziam tudo. Curumim cortou cana. Purgou açúcar. Fez rapadura que não comeu. Colheu cacau. Tangeu boi. Remou barcos.

Chorou.

Mas não desistiu. Uma noite, remando o barco grande com outros cabanos escravos, viu o feitor cochilar. E lentamente caiu na água. Com um canudo de bambu na boca, ficou no fundo, chupando o ar. Calculou que a cana estava longe e saiu. Entrou na selva.

Respirou fundo, sentindo os primeiros raios de sol coando-se pelas copas das grandes árvores. Viu ao longe a árvore enorme, de madeira mais rija do Pará: o angelim. Pensou, até o angelim morre, mas sempre deixa cair suas sementes antes de acabar-se. Olha a selva. Viu o paraíso.

Não, não era o paraíso perdido. Isso é meu. É nosso. É dos cabanos. Correu pela mata como só um indiozinho livre sabe fazer. Respirou o aroma dos frutos.

– Este é o meu paraíso e ninguém vai me tomar!

E a selva o acolheu como uma carícia (CHIAVENATO, 1985, p. 75-76).

CAPÍTULO 4 – VETORES TÉCNICOS DE DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO NA ZONA COSTEIRA PARAENSE

Este capítulo que encerra esta Tese de Doutorado em Geografia, apresenta a atuação dos vetores técnicos na Zona Costeira Paraense. Em uma análise diacrônica ilustra qual a importância e o papel das terras costeiras e adjacentes atualmente para os agentes sociais que lutam por esse espaço, cravando-o com distintos territórios e territorialidades. Primeiramente, um introito contextualizando trabalho, espaço e território na Nova Democracia, com o fortalecimento da sociedade civil e da questão ambiental, eixos dos vetores técnicos ecológicos, para em seguida, sintetizar espacialmente os principais vetores técnicos industriais (herdeiros dos Grandes Projetos) e os principais vetores técnicos ecológicos.

Embora haja uma certa relação, em virtude de grande parte da resistência aos projetos de ampliação do mais-valor extraído estarem presentes nos vetores técnicos ecológicos, estes continuam, por essência, vetores técnicos, e, ainda mais quando institucionalizados, integram a ordem hegemônica da formação espacial capitalista. Não devem ser confundidos como necessariamente formas de reprodução da subsunção formal, ou necessariamente como contraespaços. Há inter-relação, mas não são, em hipótese alguma, sinônimas. Neste interim, a Tese de Doutorado encerra como uma proposta – bastante provisória, e em caráter extremamente sintético – de apresentação dos espaços da subsunção formal, dos espaços da subsunção real e dos contraespaços presentes na Zona Costeira Paraense e seu entorno, redimensionando o uso público e privado da propriedade nos espaços costeiros e seus recursos hídricos, florestais etc.

4.1 – Lutas sociais e ação local: reforma agrária e proteção ambiental

Abordar os vetores técnicos implica em analisar de sistemas de engenharia e sistemas de objetos. Uma abordagem que se limite aos sistemas de objetos, sem mencionar das ações, projeções e intenções não é uma análise de geografia, e sim de engenharia.

Os anos 1990 assistiram ao emergir de lutas sociais ligadas à causa ambiental, e a causa ambiental retroalimentando as lutas sociais. O debate do binômio desenvolvimento e segurança nacional dos anos da Ditadura Militar foi abandonado em prol do debate do “desenvolvimento sustentável”, com uma ampla batalha política e ideológica por sua significação.

Nazaré (2001) é um autor que sintetiza um dos lados dessa batalha. Para esse autor a perspectiva ambiental é um “ataque das grandes potências capitalistas” o qual objetiva travar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, os quais, para o autor financiam ONGs e movimentos sociais locais para defender interesses alheios à soberania nacional, como seria o caso das Reservas Extrativistas²⁵⁹ (RESEX).

Em sua obra, aliás, Nazaré (2001) posiciona muito bem de que lado está, e defende que a gestão territorial transforme a Amazônia em um espaço produtivo, com uma circulação multimodal, demonstrando sua pouca afeição às lutas sociais²⁶⁰. Reclama do

²⁵⁹ Reserva Extrativista é uma unidade de conservação que articula a proteção ambiental à reprodução das sociedades da área, que passam a ser reconhecidas como “usuários” tendo assento no conselho gestor. O exemplo pioneiro para esta unidade de conservação foram os seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes. As primeiras RESEX criadas, em 1990 (RESEX do Alto Juruá e RESEX Chico Mendes) se localizam no Acre. Nazaré (2001), professor emérito do curso de Economia da UFPA, defensor as obras da IIRSA, assim se posiciona. “E ao nos depararmos com a notícia de que a primeira reserva extrativista brasileira – a do Alto Juruá, rastreada por grupo interdisciplinar de pesquisadores da Universidade de Campinas (UNICAMP), após 5 anos de instituída, depende de novas fontes de renda para a que a ‘sobrevivência da floresta a longo prazo seja assegurada’, somos compelidos a aceitar como verdadeira, ainda que polêmica, a afirmativa que o autor citado [Rossetti, 1995] faz do caráter normativo do conceito de desenvolvimento sustentável: ‘em que pese a certas afirmações de já dispor de teoria positiva’, sua deficiência mais grave é carecer de arcabouço analítico logicamente estruturado “– ‘Et por cause’, resume-se a rótulo utópico, que configura, pela desassociação entre significado e ação, um singelo ponto de vista que não possui suporte científico nem conteúdo prático’ (*op. cit.*). Ou como diz Sugg, ao comentar o livro de Chase – ‘Em uma floresta escura; a luta pelas florestas e a crescente tirania da Ecologia’ – a preocupação é com a dimensão que a politização da ciência vem assumindo e com o ‘caráter quase religioso de grande parte do pensamento ambientalista que está confundindo os elementos fundamentais, a distinção que Hume estabelece entre o ‘é’ e o ‘deve ser’, confundindo ciência com filosofia, fatos com valores e verdade com mitologia’. Para Chase, tal como o narrador da ‘Divina Comédia’, os ambientalistas se perderam. Para a EIR News Service Inc. dos EUA, a estória é outra. O objetivo não é ‘o bem-estar das comunidades indígenas e nem ainda com qualquer agressão ao meio ambiente’. O argumento vem a propósito da decisão do juiz federal de Mato Grosso, na ação movida pelo Instituto Socioambiental, ONG sediada em São Paulo, contra a implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins. Em seu despacho, o magistrado proíbe a execução de tudo, inclusive da navegabilidade da hidrovía, e até mesmo a fixação de placas ou bóias [*sic*] de sinalização. Em sua publicação, a instituição pergunta enfaticamente ‘em que sentido bóias [*sic*] de sinalização poderiam constituir uma ameaça às comunidades Xavantes’. E prossegue concluindo que as ações dessas entidades ‘obedecem a interesses externos cuja agenda é obstaculizar o desenvolvimento econômico do interior da América do Sul [...]’. Em se tratando dessa hidrovía, cujo maior interesse é o de transportar a soja da região do cerrado e sabendo-se que nossa competitividade no mercado mundial não é absoluta por causa dos fretes rodoviários do campo ao porto, é fácil deduzir qual o real interesse que move esses procedimentos ‘preservacionistas’. E o absurdo chega ao auge da desfaçatez, nas previsões catastróficas, que concluem sentença alarmante constante do estudo realizado por um consórcio de sete entidades não-governamentais, de que o projeto da hidrovía Araguaia/rio das Mortes/Tocantins é ‘absolutamente inviável’ (NAZARÉ, 2001, p. 18-20, grifos do autor).

²⁶⁰ “É oportuno. Mestrinho, um dos mais combatidos e controvertidos políticos da região diz, ao recusar a emotividade no tratamento dos temas amazônicos, que ‘o emocionalismo se presta a isso: cultivar o irracional para nada resolver’. Referia-se ao episódio Chico Mendes, cuja imagem de mártir e de mito dos ambientalistas, era ‘o resultado do conflito entre o novo e o velho e pode ser o modo mais eficaz de não resolver questão alguma’. A história da Amazônia está repleta de ocorrências que confirmam a percepção do professor e homem público amazonense, três vezes governador do Estado do Amazonas, onde nasceu, tendo ainda sido eleito prefeito de Manaus, deputado federal e senador por aquela unidade da Federação” (NAZARÉ, 2001, p. 14). Ao contrário da referência ao ex-governador, o outro, o inimigo, está desumanizado nesse discurso. O assassinato de Chico Mendes é referido como um “episódio”.

caráter “normativo” do conceito “desenvolvimento sustentável”, e não obstante, possui sua obra fundamentada no conceito de “desenvolvimento”, o qual, conforme Rist (2011), é uma invenção do *Establishment* estadunidense.

Contudo, os anos 1990, observou-se um acúmulo de lutas sociais na América Latina, em consonância com as dissensões promovidas pelo avanço do neoliberalismo, contemporâneo, em correlação direta ao desmonte das estruturas da Era Bipolar – a implosão dos Estados soviéticos e socialistas da Europa Oriental e o fim da política keynesiana nos EUA e Europa Ocidental. Este contexto, que no caso brasileiro se apresentava na forma do fim da Ditadura Militar nas lutas pelas “Diretas Já”, permitiu a emergência de uma carta magna muito distinta das anteriores.

Pela primeira vez, reconheceram-se os direitos das nações indígenas à propriedade coletiva da terra, por sua anterioridade histórica ao Estado nacional brasileiro. Também pela primeira vez, uma constituição brasileira reconheceu a existência de populações com modo de vida tradicional, como os povos quilombolas. A Constituição Federal de 1988 também recobra e reavalia o conceito (originalmente dúbio no Estatuto da Terra de 1964) de “função social” da propriedade privada da terra²⁶¹, dando-lhe uma conotação mais próxima à ideia de justiça social, sem, não obstante, deslegitimar o direito à propriedade privada. Cabe destacar também o trato à questão do meio ambiente. Nenhuma constituição anterior havia previsto que é direito do povo brasileiro ter acesso ao meio ambiente, e que é um dever preservá-lo.

Certamente, o que se deseja destacar aqui (tal-qualmente o já foi realizado para o quadro legal do passado) não é o mero avanço legislativo, e sim a sinergia de forças dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada e suas reverberações e representações na sociedade política instituída, que foi capaz de empreender uma série relevante de políticas previstas em lei e programas sociais e territoriais efetivamente implantados²⁶².

²⁶¹ “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (BRASIL, 1993).

²⁶² Novamente, é importante ter em mente que os anos 1990 foram uma década de implantação em massa do neoliberalismo não apenas em quase toda a América Latina, mas também na África Subsaariana, na Ásia Central, no Sudeste Asiático e no Leste Europeu, provocando uma série de reações e mobilizações. Os movimentos sociais de distintas naturezas foram capazes de promover greves, paralizações, protestos em múltiplas escalas, conquistando vitórias não apenas em termos de reconhecimento de direitos em

Ainda que, no início dos anos 1990, os governos eleitos tenham tentado implementar um modelo neoliberal pleno, retirando o Estado de temas de interesse social direto, a atuação dos movimentos sociais, em particular, e da sociedade civil em geral, ainda fortemente engajada, e fortalecida com o fim da Ditadura Militar, não permitiu a implantação plena deste projeto (BRANDÃO, 2012).

No que tange à Zona Costeira Brasileira, iniciam, de forma tímida, projetos importantes como o Projeto Orla, dentro do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), oriundo originalmente dos anos 1980. Na fase de materialização do GERCO, a SPU terá protagonismo, com ações que coadunam com a perspectiva de integração (viés territorial) de temas como ordenamento territorial, reforma agrária e proteção ambiental.

As experiências nacionais das Reservas Extrativistas foram paradigmáticas para isso. Uma síntese dos programas estabelecidos para a Zona Costeira Brasileira e para as áreas do Patrimônio da União é realizada por Moraes (1999b). De modo geral, os anos 1990 marcaram uma preocupação com os recursos marítimos, aliados ao contexto da solicitação da ampliação da plataforma continental brasileira (comentada no Capítulo 1), enquanto que os anos 2000 e a primeira metade dos anos 2010 marcaram uma preocupação de caráter mais socioambiental, com a ampliação não apenas das RESEX, mas também dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas.

Nesse sentido, os acontecimentos desses dois períodos no Brasil acompanham o conjunto de transformações que vêm se processando na América Latina como um todo. Monteferri e Muller (2019) mostram como, nos anos 1990, Chile e México (e Peru, com menor intensidade) avançaram em termos institucionais para concluir suas políticas nacionais de recursos marítimos e costeiros.

Ao passo que Puente e Lama (2019) e Oyanedel (2019) mostram com tanto no caso de Chile e México, e mais ainda no caso peruano – o Peru é responsável por 10% de todo o volume pescado no planeta; e 90% de sua pesca está concentrada em apenas uma

legislações nacionais diversas, mas chegando a casos extremos de interrupção de financiamentos de projetos. Simpson (2004) ilustra como a atuação de movimentos sociais locais no Timor Leste em articulação com movimentos de direitos civis na Europa e nos Estados Unidos foi determinante para conseguir não apenas que a Indonésia realizasse o referendo para consultar a população leste-timorense acerca da independência, como para obrigar o Congresso estadunidense a cortar o apoio financeiro e militar que este país fornecia à Indonésia. Para Evans (2012), esses movimentos (Chico Mendes, Timor Leste etc.) ilustra uma nova fase da globalização, onde os movimentos marxistas e trabalhistas tradicionais se juntam aos movimentos feministas, ambientalistas e outros rumo a uma agenda contra-hegemônica na escala mundial.

espécie: anchoveta (*Engraulis ringens*) –, a pesca industrial tem sido beneficiada tanto por brechas da legislação, como ausência de fiscalização efetiva dos termos legais. Enquanto que nos anos 2000, e sobretudo, a partir dos anos 2010, observou-se um avanço no reconhecimento dos direitos das populações e comunidades originárias e tradicionais que fazem uso comunitário dos recursos costeiros, principalmente no caso chileno (BERTRAND et al., 2019).

Em geral, na América Latina como um todo houve o avanço da política colegiada e participativa, no sentido da democratização do acesso aos diversos serviços ecossistêmicos e recursos costeiros (terra e mar), conforme destacam Solano e Gálvez (2019), tendo havido nesse período uma constante conexão entre movimento sociais da América Latina com movimentos sociais dos Estados Unidos, Europa, Ásia e Oceania, o qual, segundo Vergés (2019), alimentou, também intensa troca de debates e colaborações jurídicas.

Assim, como também ocorreu no Brasil, houve uma judicialização das lutas sociais, e o tema da "justiça ambiental" ou "justiça territorial" se tornou recorrente (CRUZ, 2013; LIMA, 2015), chegando aos casos extremos dos povos andinos. Ali, a partir das práticas, crenças e dos engajamentos políticos das comunidades indígenas dos Andes, alguns autores e movimentos sociais começaram a propor e a afirmar uma ideia de “Boa Vida”, “*Buen Vivir*”, ou “bem-viver”, noções depois assimiladas nas constituições do Equador e Bolívia, as quais passaram a normatizar o “bem-viver” como direito, bem como, chegaram a instituir que a “natureza” (ou Pachamama) é uma figura jurídica dotada de direitos próprios (ACOSTA, 2013; AMARO, 2017; GONÇALVES, 2015).

Em alguns casos, porém, a própria luta dos povos tradicionais por suas territorialidades reforçou a luta por soberania entre os Estados nacionais, conforme foi o caso da disputa por território marítimos entre Chile e Peru (GONÇALVES, 2016). É interessante que essa disputa repete o *Modus operandi* das disputas coloniais entre Portugal e Espanha, e mais tarde, as disputas entre o Estado brasileiro e seus vizinhos, utilizando as áreas de efetiva ocupação indígena identificada com cada Estado como prova de soberania (OLIVEIRA, 1984; BASTOS, 2017), ou seja, a antropização como fundamento da soberania territorial (LIMA, 2003; LIMA; SILVA, 2014).

No caso brasileiro, entre 2003 e 2006, quando o Brasil esteve governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), houve um avanço nas políticas públicas para fortalecer o conjunto de forças econômicas e sociais que compõem os vetores técnicos ecológicos (VTEs). O avanço contínuo das lutas sociais retroalimentou essas

políticas, ainda que o quadro geral de reprodução das relações de produção não tenha sido alterado.

Diante da emergência da agenda ambiental, a criação de unidades de conservação (UC) objetiva a preservação de paisagens naturais, segundo seu valor cênico e segundo a possibilidade de uso da atual e das futuras gerações, assim como preconiza a noção de desenvolvimento sustentável (ALEGRETTI, 1994). Segundo esse conceito, a implantação de UC é uma das formas de solucionar a problemática de manutenção dos espaços naturais. Assim, a política de implantação de UC se dispõe a relacionar desenvolvimento econômico, a preservação/conservação ecológica e a combate à desigualdade social.

Desse modo, a proposta para a criação de UC é, também, uma alternativa para a estagnação do desmatamento, aliado à possibilidade de geração de renda para as populações locais que residem em espaços cuja preservação é combinada com a possibilidade de residência no interior da UC (CRUZ, 2013).

Segundo a legislação brasileira (BRASIL, 2000), as Unidades de Conservação podem seguir dois modelos²⁶³: a) UC de Uso Sustentável, onde é prevista a moradia simultânea de pessoas dentro da Unidade de Conservação, como por exemplo, Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Floresta Estadual (FLOTA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), sem, contudo, a utilização de atividades que degradam o meio ambiente e; b) UC de Proteção Integral, onde é proibida a interferência humana que cause modificações ambientais e que não se permite a habitação, ou a realização de atividades de pessoas no interior da UC, a não ser para fins científicos, como exemplo, Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Parque Estadual (PES), Monumento Natural (MN) e Refúgio da Vida Silvestre (REVIS).

As primeiras possuem uma perspectiva mais preservacionista, e atualmente são administradas pelo IBAMA, ao passo que as últimas, em uma perspectiva mais conservacionista – mais afeita ao contexto da “ambientalização das lutas sociais”

²⁶³ Vallejo (2002) e Silva e Souza (2009) fazem uma leitura dessas tipologias à luz do debate ambiental que marcou o século XX, e, no caso do Brasil, mais particularmente os anos 1990 entre as perspectivas preservacionista e conservacionista.

(ACSELRAD, 2010) –, são geridas pelo ICMbio. As UC de Uso sustentável oferecem condições favoráveis para implantação de atividades sustentáveis para as populações que ali residem, uma vez que as potencialidades naturais específicas de cada lugar (BASTOS et al., 2014).

É, contraditoriamente, uma oportunidade de criação e exploração de novos valores de uso para o capital comercializar como valor de troca. No caso da Zona Costeira Paraense, testemunha-se experiência de uso e processamento do rico e diversificado banco genético, os quais oferecem condições, ainda não suficientemente exploradas, para multiplicação e diversificação de empreendimentos econômicos, como atividades de artesanato, farmacológicas/medicinais, criação de animais, processamento de óleos e plantas medicinais, além de atividades ecoturísticas, desenvolvidas aproveitando as paisagens naturais desses espaços. Bastos et al. (2014) destacam que os mecanismos legais asseguram soberania sobre os conhecimentos tradicionais das populações locais envolvidas nas UC, e isso inclui pagamento de *royalties* pelo uso de conhecimentos tradicionais por empreendimentos econômicos da iniciativa privada.

Nesse íterim, a Zona Costeira Paraense foi pontuada com uma série de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, com destaque para as RESEXs, que, nesse caso, foram implantadas sobretudo nas áreas com presença do ecossistema de manguezais. Houve também a criação de diversos assentamentos, com destaque para os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), modalidade de assentamento com modelo similar à RESEX, aliando reforma agrária à proteção ambiental, mas cuja ênfase está na primeira, sendo essa uma política capitaneada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao passo que as UCs de uso sustentável em nível federal são coordenadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

A SPU exerceu um grande protagonismo tanto na implantação das RESEXs quando dos PAEs, analisando caso a caso e liberando as áreas do Patrimônio da União para integrar essas UCs ou assentamentos através dos seus instrumentos específicos de regularização fundiária. Tanto as RESEXs como os PAEs se constituíram em experiências de gestão colegiadas, em que os representantes ligados ao ente federal (ICMbio ou INCRA, conforme o caso) executam a gestão em cogestão com as comunidades (TEIXEIRA et al., 2014; CANTO et al., 2018; SANTOS et al., 2020).

No caso das UCs de uso sustentável, os conselhos dão voz, e mais particularmente nas RESEXs e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs), também voto. Os

conselhos são um espaço aberto à participação da sociedade no processo de gestão das UCs, normatizados pela Lei nº 9.985 de 2000. Esses conselhos podem ser consultivos ou deliberativos e, entre suas competências, estão a elaboração do regimento interno e do plano de manejo, bem como a sua implementação e revisão (BASTOS et al., 2014).

No caso dos conselhos consultivos, o objetivo é constituir espaços para valorização, controle social sobre os recursos, discussão, negociação e gestão da UC, incluída a sua zona de amortecimento ou área circundante, para tratar de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais que tenham relação com a unidade. As categorias de UCs que podem formar conselho consultivo são: *a)* Parque Nacional (PARNA); *b)* Reserva Biológica (REBIO); *c)* Estação Ecológica (ESEC); *d)* Monumento Natural (MN); *e)* Refúgio de Vida Silvestre (REVIS); *e, f)* Floresta Nacional (FLONA).

O conselho deliberativo possui poder efetivo de decisão sobre a gestão da UC, sendo um espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da UC e sua área de influência referente às questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Os conselhos deliberativos são criados somente nas UCs do tipo RESEX e RDS.

Os conselheiros podem ser representantes da administração pública, de qualquer ente²⁶⁴ (federal, estadual ou municipal) e também da sociedade civil. As atribuições dos membros dos conselhos e o funcionamento são estabelecidos em um regimento interno, elaborado no prazo de 90 dias a partir da data de posse dos conselheiros. O mandato é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público (BASTOS et al., 2014). No caso específico das RESEXs e RDSs, a construção desses conselhos é um processo que envolve momentos de identificação, mobilização, organização e capacitação das populações tradicionais, e posteriormente das demais populações que têm relação direta e indireta com a unidade.

No caso dos PAEs, não há um conselho gestor. Os PAEs são geridos por associações comunitárias, que devem construir instrumentos normativos como: *a)* estatuto; *b)* plano de uso (PU); *e c)* reuniões ordinárias e extraordinárias (PUREZA,

²⁶⁴ No caso da Zona Costeira Paraense é pertinente destacar a atuação da Universidade Federal do Pará nos conselhos administrativos não somente das Reservas Extrativistas, mas também de outras unidades de conservação administradas por outros entes, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Algodão-Maiandeua, UC estadual, administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-bio).

2017). São, assim, também experiências colegiadas, mas sem a participação de atores externos ao limite do assentamento. Esses instrumentos de gestão colegiada possibilitaram o empoderamento das populações englobadas por essas UCs e assentamentos, inclusive de aprendizagem da linguagem técnica e jurídica, a qual historicamente sempre foi utilizada para justificar ações em benefício das elites locais que lhes expropriavam ou exploravam.

Obviamente, esse processo não se deu sem contradições e conflitos, conforme explanam Canto et al. (2018) e Santos et al. (2020). Contudo, esses instrumentos, bem como a própria materialização desses “territórios institucionais”, constituem, pela primeira vez na história da formação espacial brasileira, um marco de segurança jurídica às territorialidades das populações ali existentes²⁶⁵. Trata-se da primeira vez em que se reconhece o direito dessas populações, historicamente posseiras, de estarem ali e de fazerem uso do espaço e dos recursos naturais.

Além de um processo de “aprendizagem territorial”, nos termos de Rocha (2016), trata-se efetivamente da radicalização da democracia participativa, em que a gestão e o ordenamento territorial são historicamente autoritários e excludentes, conforme apontam Soares et al. (2018). Esse período foi marcado por um protagonismo político dos pescadores, agricultores, quilombolas, ribeirinhos e populações extrativistas, algo bem detalhado pela literatura acadêmica²⁶⁶.

Assim, uma parte relevante das áreas que cobrem o Patrimônio Fundiário se encontra atualmente ocupado pelas RESEX's, APA's e PAE's. No caso dos PAEs, o órgão responsável por intuí-lo enquanto assentamento é o INCRA, mas o responsável jurídico pela área é a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que a partir da Instrução Normativa nº 23, de 18 de março de 2020, passou a se chamar Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, subordinada à Secretaria Especial de

²⁶⁵ Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018), ao analisar o caso da RESEX Marinha de Pirajubé em Santa Catarina (a qual foi atravessada por um empreendimento rodoviário empresarial que trouxe uma série de impactos sociais e ambientais para as comunidades da RESEX), afirmam que a institucionalização de Reservas Extrativistas e similares não impede a materialização dos conflitos socioambientais latentes no território, e nem é essa exatamente a sua função, pensam os autores. O importante, afirmam, é que embora a existência de uma RESEX não impeça situações de injustiça ambiental e conflitos territoriais, ela é extremamente relevante para seu enfrentamento pelas populações extrativistas, dada a segurança jurídica que imprime junto aos comunitários.

²⁶⁶ Entre outros, consultar, para o caso da pesca, Sombra et al. (2018) e, para o caso da agricultura familiar, Piraux et al. (2017).

Desestatização, Desinvestimento e Mercados, sendo esta integrante do Ministério da Economia.

A SPU conta com superintendências estaduais. Para gerir a regularização fundiária do Patrimônio da União, a SPU dispõe de instrumentos legais específicos: *a)* Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM); *b)* Concessão de Direito Real de Uso (CDRU); *c)* Cessão de Uso; *d)* Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS); *e)* Titulação definitiva de comunidade remanescente de quilombo; *f)* aforamento; *g)* alienação; *h)* doação; *i)* inscrição de ocupação; e, *j)* legitimação de posse.

Com relação a esse conjunto de instrumentos, Nascimento e Ferreira (2014) afirmam que somente a CDRU, a TAUS e a Legitimação de Posse são mais viáveis para o caso das Ilhas, pois a Permissão de Uso e a Concessão de Uso são institutos do Direito Administrativo que necessitam de procedimentos específicos e complexos que inviabilizam a regularização das ilhas da Amazônia.

Os terrenos de marinha e os demais terrenos que constituem o Patrimônio da União constituem o espaço apropriado para se investigar as matrizes e os elementos estruturantes da relação entre produção do espaço e organização do território na formação espacial brasileira como um todo, posto que constituem terras que foram convertidas em bens de uso público na República, mas que nunca as foram, de facto, conforme se ilustrou ao longo desta redação.

4.2 – Os vetores técnicos industriais

Contudo, os vetores técnicos industriais (VTIs), herdeiros dos Grandes Projetos, continuam em reprodução. Grosso modo, nesta Tese de Doutorado em Geografia, e, a partir daqui, levando em conta, cada vez mais, os dados primários (mas com reflexão amparada sempre na literatura), concorda-se com os termos de Becker (2009).

A dinâmica da fronteira, como um fenômeno em escala, já não explica as grandes mudanças territoriais amazônicas²⁶⁷, sendo a análise dos vetores, nos termos

²⁶⁷ Não se está fora de vista que em 2019 e 2020 superou todos os recordes de desmatamento desde que a série histórica foi formulada pelo INPE (c2020). O INPE possui um Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), cuja metodologia e tecnologia de prospecção é detalhada por Diniz et al. (2015). Esse aumento do desmatamento, aliado a uma nova política de “grandes projetos” poder vir significar em um tempo próximo um retorno à fronteira como um evento interestelar de mudanças de paisagens e uso da terra e migrações na Amazônia; ou não, poderá ter sido algo meramente conjuntural. Não se pode ignorar também que o aumento do desmatamento dos últimos grandes biomas florestais equatoriais e tropicais é uma tendência mundial, pois além da Amazônia, do Pantanal e do Cerrado, o aumento crescente do desmatamento nas florestas equatoriais na República do Congo e na República Democrática do Congo (ZHOU et al., 2014), em Moçambique (NHANENGUE et al., 2019), na Indonésia (SLOAN et al., 2015),

estabelecidos no Capítulo 1, a mais interessante para analisar as dinâmicas territoriais nesse recorte espacial.

A Zona Costeira Paraense nesse caso se apresenta não apenas como uma área síntese entre Amazônia e Brasil, mas também uma síntese das fronteiras (a fronteira continental e a fronteira marítima) ou uma síntese das Amazônias (a Amazônia Legal, poderíamos nomeá-la de Amazônia verde e a “Amazônia Azul”).

Saltando da escala amazônica para a escala da Zona Costeira Brasileira, é mister reconhecer, como faz Moraes (1999b), que a ocupação da Zona Costeira Brasileira se intensificou nas últimas décadas, principalmente desde a década de 1970, decorrente de três processos prioritários de desenvolvimento e de mudança espacial: *a)* a urbanização; *b)* a litoralização; e, *c)* o turismo e o lazer; e a reestruturação produtiva. A Zona Costeira Paraense acompanhou esse processo.

A urbanização está associada à expansão metropolitana. Por um lado, a verticalização da cidade já havia sido apontada por Oliveira (2007). Por outro lado, Trindade Jr. (2016), ao analisar o processo de formação metropolitana de Belém, demonstra o caráter de expansão e de dispersão tendo Belém como centralidade. O ritmo de crescimento demográfico de Ananindeua (com 535.537 habitantes em 2020, sendo a terceira maior cidade da Região Norte) e o de Marituba (com 133.685 habitantes em 2020) já ultrapassam o ritmo demográfico de Belém (com 1.499.641 habitantes em 2020).

Esse processo de urbanização, entretanto, que se realiza com intensidade até o entorno metropolitano, ocorre de forma concomitante e complementar pela ação de cidades médias. Ribeiro (2017) demonstra a reestruturação e as interações espaciais entre Belém, Castanhal, Capanema e Bragança e suas áreas de influência na Zona Costeira Paraense. Ocorre, certamente, a captura das cidades costeiras pela rede urbana que se manifesta através da expansão de serviços e que se estrutura pelos fluxos rodoviários.

A atividade turística e o lazer, embora igualmente associados à urbanização, são expressões do processo crescente de litoralização. Em Belém, observa-se o avanço de

na Malásia (KAMLUM et al., 2016), na Tailândia (WAIYASUSRI; WETCHAYONT, 2020), nas Filipinas (JARDELEZA; GOTANCO; GUZMAN, 2019), e na Austrália (SIMMONS et al., 2018) alarma especialistas. Os Estados Unidos também têm vivido um brusco aumento do desmatamento na última década (UPADHAYA; DWVEDI, 2019). O planeta não fechou a década de 2010 com decréscimo de sua cobertura vegetal por uma situação particular: China (HU et al., 2021; YUE et al., 2020) e Índia (FRIGNOCA et al., 2021; ASHRAF et al., 2018) – até então dois Estados nacionais que emergem como potências globais, os quais têm sido nas últimas cinco décadas os grandes combatentes dos “argumentos ambientais” das ONGs e dos Estados europeus – tiveram êxitos em suas políticas de reflorestamento, e sozinhos, compensaram o déficit provocado pelo desmatamento em todos os demais Estados nacionais citados.

habitações modernas na linha de costa, ao mesmo tempo em que se concentram assentamentos precários. No espaço metropolitano, é expressiva a presença de assentamentos subnormais e precários (IBGE, 2010).

Ponte (2015), ao examinar a relação histórica de Belém com as águas e o significado contemporâneo das intervenções urbanísticas modernas e recentes, demonstra a reestruturação portuária e a proposição de *waterfronts*²⁶⁸. Albuquerque, Vasconcellos Sobrinho e Rocha (2018) apontam as contradições que envolvem a abertura de “janelas” para o rio, pela via do projeto “Portal da Amazônia”, que ao mesmo tempo libera o acesso a uma janela para uns, e nega moradia para outros, conforme a classe social. A urbanização desigual da Zona Costeira Brasileira e Paraense “foi à praia”²⁶⁹, provocando acessos e interditos.

Desde o entorno metropolitano, em Belém (Outeiro e Mosqueiro), Marapanim (Marudá), Maracanã (Algodoal), Salinópolis e Bragança (Ajuruteua), o turismo de segunda residência tem apresentado a sua força e seu impacto como atividade que altera a dinâmica de expansão urbana do litoral por meio de ocupações irregulares e da elevação do preço da terra. Alguns pontos luminosos dedicados ao turismo quebram a “sintonia verde”²⁷⁰ que se estabelece ali: a cidade de Salinópolis (maior ponto turístico de veraneio dos belenenses), a vila de Marudá (Marapanim), a vila de Ajuruteua (Bragança) e a ilha de Algodoal são alguns exemplos, sem olvidar que a última está imersa em uma Área de Proteção Ambiental (APA) estadual: a APA de Algodoal-Maiandeuá.

O terceiro processo, a reestruturação produtiva, que, é bom deixar claro, inclui também os vetores técnicos ecológicos. Contudo, prestando atenção primeiramente ao vetor técnico industrial, pode-se, de forma sintética, que ele se caracteriza pela associação às atividades modernas praticadas na Zona Costeira Paraense, e expressas por seu perfil

²⁶⁸ De acordo com Costa et al. (2021), o conceito de *waterfront* traz uma perspectiva de engenharia urbana onde os corpos d’água e cursos hídricos sejam incorporados ao planejamento urbano com uma função de paisagem integrante, e não como um resquício natural a ser negado. Porém, na materialização dos planos desenvolvidos na cidade de Belém, essa dimensão foi minimizada.

²⁶⁹ Para usar a expressão de Pereira (2012), que, em seu estudo sobre Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, concluiu que a vilegiatura contribui para o conflito de interesses e usos do território entre moradores (incluindo comunidades tradicionais) e vilegiaturistas, tendo os primeiros escassa participação na elaboração e condução das políticas públicas, e cujas necessidades não têm sido levadas em conta na alocação de recursos por parte do poder público.

²⁷⁰ Refere-se ao conjunto de unidades de conservação, com destaque para as Reservas Extrativistas, que há na Zona Costeira nesse setor continental, interrompida apenas pelos municípios de Salinópolis, e seus dois vizinhos, Santarém Novo e São João e Pirabas.

industrial de transformação e de dinamização portuária, envolvendo também as monoculturas, a pecuária, a pesca industrial e vilegiatura, para não falar da urbanização como um todo.

4.2.1 – O sistema rodoviário

A construção do Rodovia Belém-Brasília (BR-010) traça uma série de mudanças no espaço costeiro e seu entorno, não apenas pela conexão com o Centro-Sul, e pela chegada de produtos e mais força de trabalho, mas também pela inserção da Zona Costeira Paraense à lógica rodoviária²⁷¹.

Junto à Rodovia BR-010, uma série de rodovias federais são construídas conectando Belém a Bragança com intermediação em Castanhal, substituindo a ferrovia, e também rodovias estaduais que conectam a malha federal e Belém às cidades da hinterlândia, inaugurando assim uma nova fase na periodização da Zona Costeira Paraense: a fase rodoviária.

Loureiro (1985) aponta as modificações que a Rodovia Belém-Vigia (atual PA-140) estrutura nas colônias agrícolas de Vigia e Santo Antônio do Tauá. Furtado (1987) estuda as dinâmicas econômicas em Marapanim com a chegada da Rodovia Castanhal-Curuçá (atual PA-136), e seu ramal para Marapanim e Vila da Marudá (atual PA-318). Em termos de formas, de fato, as estradas estruturam a produção e circulação dos espaços doravante, conforme²⁷² Gonçalves (2001).

²⁷¹ De acordo com Quaresma et al. (2015, p. 158, grifo dos autores): “A abertura das estradas na Amazônia significou a abertura territorial ao grande capital, com novas relações, novos produtos e novas lógicas produtivas que viriam a se chocar com as relações de então, soerguidas sob a base da hegemonia mercantil. Chegavam à Amazônia novas mercadorias e um novo modo de lidar com a mercadoria ‘trabalho’ a partir de atividades que contavam com várias formas de incentivos para o desenvolvimento por parte do Estado. Por outro lado, como não se tratou de um desenvolvimento endógeno, é mister observar o quanto os novos agentes, ao se territorializarem, passaram a reproduzir as formas de produção e exploração do trabalho tradicionais à formação amazônica”. Conforme discutido no capítulo 3, a mudança no controle do trabalho, e, enfim, a negação da subsunção formal é a grande característica deste momento.

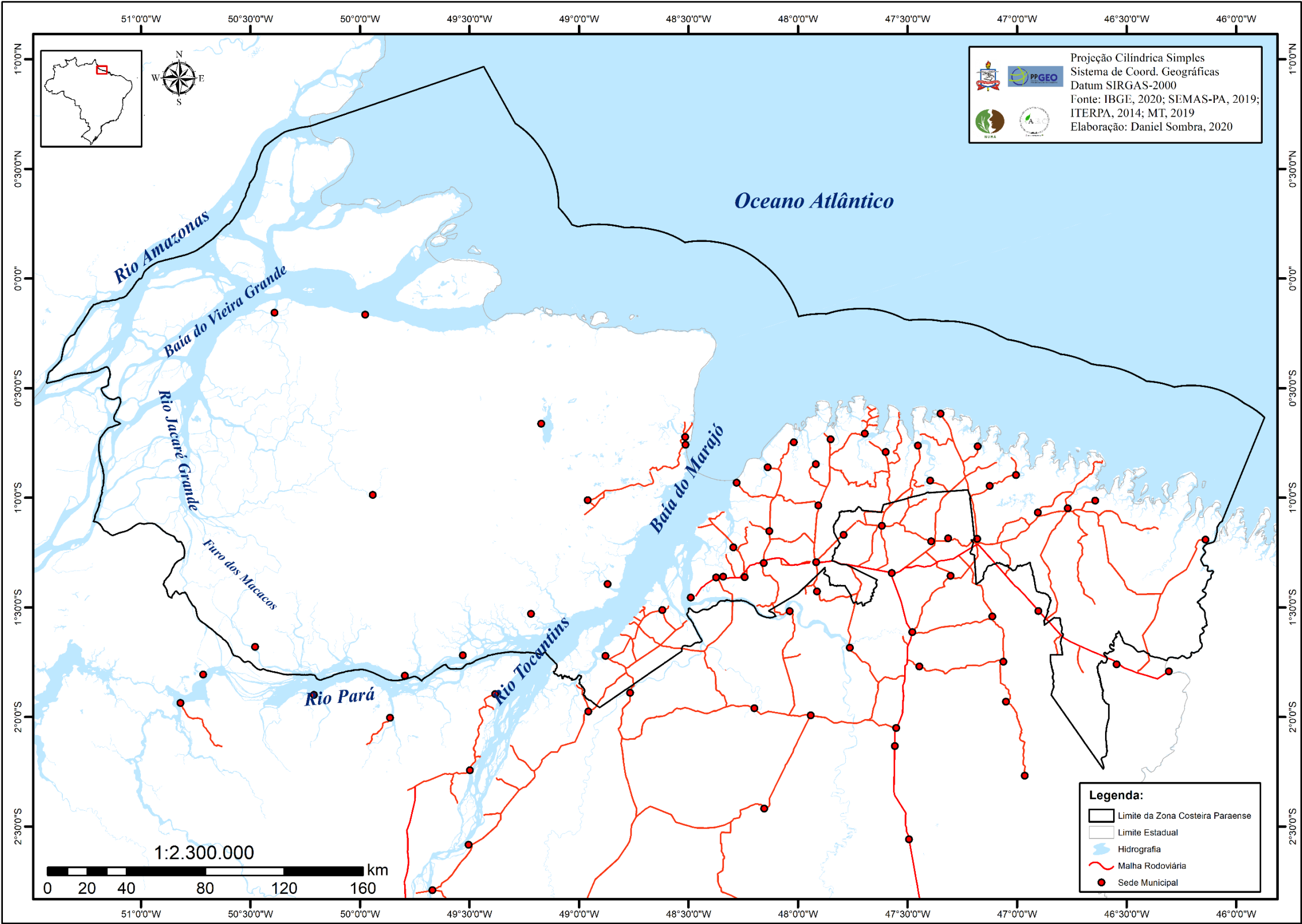
²⁷² Gonçalves (2001) alerta que essa categorização em padrões de organização especial é um esforço de síntese. Porém, há autores que produziram pesquisas em porções particulares da Amazônia Brasileira, e pensaram em outros padrões de organização espacial além dos dois propostos por Gonçalves (2001). Castro (2017, p. 278) frisa que para compreender as dinâmicas espaciais da Zona Bragantina é necessário considerar o papel exercido pela Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no trajeto Belém-Bragança, a qual, para o autor, promoveu um Padrão de Ocupação Intermediário, nomeado de “Estrada – Terra Firme – Solo”, onde a produção objetivava garantir a reprodução das relações de produção na capital, Belém. Já Miranda (2009), analisando os municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, propôs outra periodização de padrões espaciais para essa área: a) Padrão Rio – Várzea – Floresta (1616-1874); b) Padrão Cidade – Estrada de Ferro – Colônia (1875 – 1965); c) Padrão Rodovia – Cidade – Colônia (anos 1960 em diante).

Quando Furtado (1987) seleciona especificamente o trabalho de Valverde e Dias (1967) para entender o a dinâmica do uso da terra, correlacionando ecossistemas, solos e sistemas produtivos, fá-lo para entender a partir da capacidade de síntese daqueles autores que conseguiram enxergar as dinâmicas territoriais se movendo no espaço como manchas, ou, ainda melhor, como faixas em movimento. Entender o movimento destas faixas era crucial para identificar a origem e o sentido da mobilidade de força de trabalho na Zona Costeira.

Valverde e Dias são geógrafos do IBGE, e estão realizando um trabalho de cunho similar ao que Waibel (1959) fizera na inauguração do IBGE durante a Era Vargas. Waibel percebeu que o Brasil colonial foi organizado basicamente em duas faixas, que eram simultaneamente faixas geobotânicas e faixas geoeconômicas. A faixas de matas tropicais atlânticas foi a escolhida para sediar as lavouras coloniais, enquanto que a faixa de vegetação campestre (como grosso modo se pode sintetizar o arco que abrange a caatinga, o cerrado, o pantanal e o pampa) foi escolhido para a reprodução da atividade pecuária. Essa correlação identificada por Waibel remetia ao arranjo histórico do espaço geográfico brasileiro (MOREIRA, 2015).

A Zona Costeira Paraense, com relação ao modal, apresenta visivelmente duas grandes faixas ainda hoje, conforme se ilustra no mapa da figura 16.

Figura 16: Expansão do modal rodoviário pela Zona Costeira Paraense



Fonte de Dados Geoespaciais: MT (2019); IBGE (2020); SEMAS-PA (2019); ITERPA (2014). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2021.

Enquanto o setor continental e estuarino da Zona Costeira apresenta a expansão do modal rodoviário conectando todas as sedes municipais presentes, o setor insular (o Arquipélago do Marajó) continua com parca expansão rodoviária, apenas, grosso modo, apenas ligação rodoviária entre as cidades de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari entre si, e sem conexão com fora da ilha. De resto, as sedes municipais marajoaras só são acessíveis pelo modal hidroviário.

O contexto em que Waibel (1959) está realizando o seu trabalho na Zona Costeira Brasileira dizia à incorporação de mais capital constante na agricultura (com a chamada Revolução Verde), acrescendo renda diferencial II à produção, libera as monoculturas dos solos esgotados da fachada litorânea, e também da renda de localização e acesso rápido ao mar (renda diferencial I).

Isso passou a permitir o avanço da produção agrícola além da barreira dos mares de morros. Assim, o gado que historicamente caminhou rio acima e sertão adentro no Brasil, criando no chão as trilhas de integração que conectavam as zonas econômicas dos distintos núcleos, agora adentra ao litoral, para consumir em pastos os solos desgastados pela longa colonização. Naquele momento, a geografia da subsunção formal firmada no evento colonial sofre uma cisão diante do evento da integração territorial do Brasil (ou colonização da Amazônia pelo Brasil).

A partir do momento em que se consolidou o modal rodoviária, primeiramente implantado pelo Estado através de políticas territoriais, as próprias atividades produtivas passam a gerar estradas endógenas, em geral, estradas de terra. Essas entradas endógenas são geradas de forma independente das políticas (as quais, depois, eventualmente podem ser convertidas em rodovias estaduais).

Atualmente, o sistema de posições e localização da Zona Costeira Continental Paraense é todo regido pela lei da renda diferencial II, ao passo que na Zona Costeira Insular, a renda diferencial I ainda dita as posições do circuito espacial da produção.

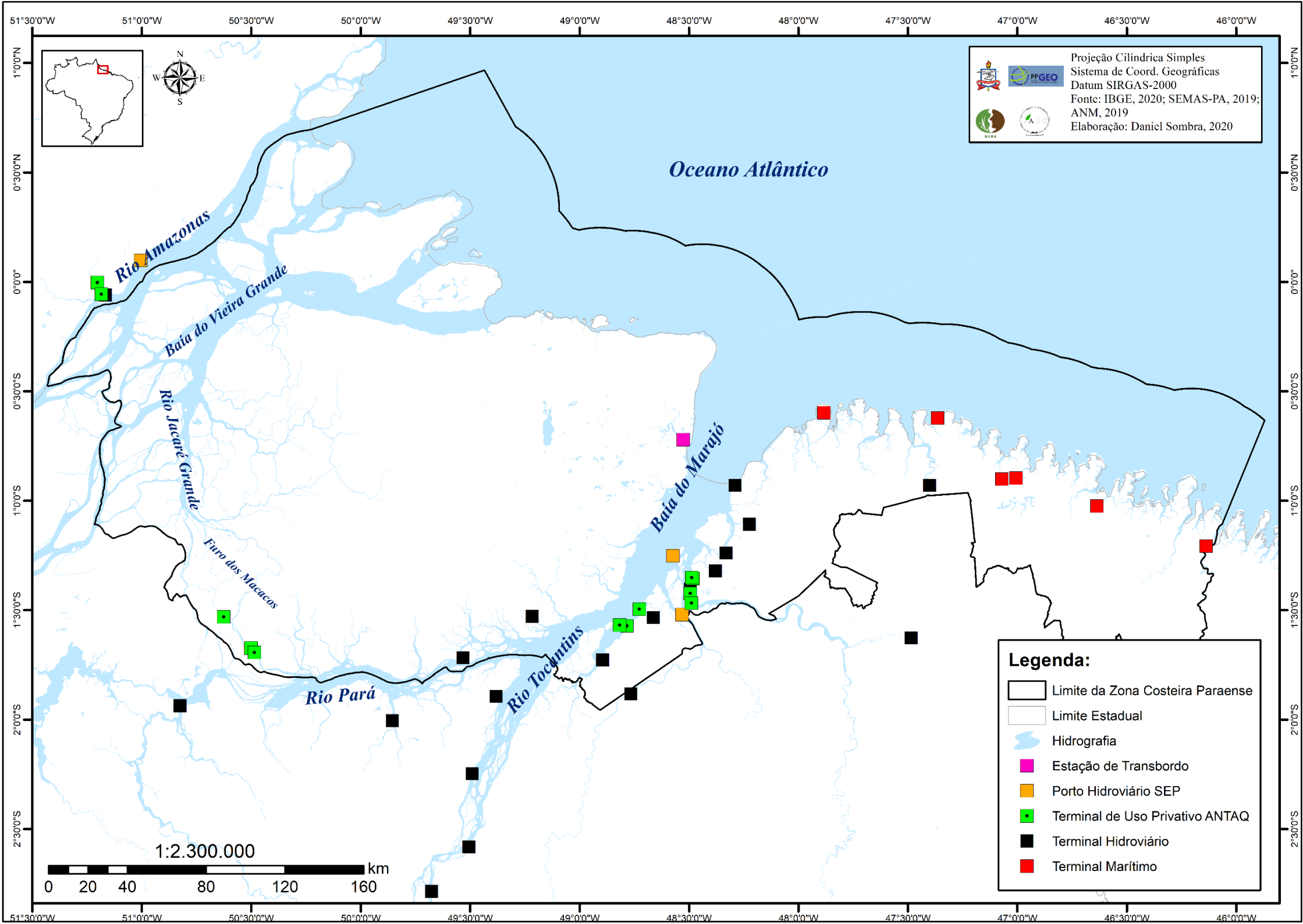
4.2.2 – O sistema portuário

A orla da cidade de Belém está completamente ocupada por portos. Se um transeunte ou condutor veicular sair da Praia do Cruzeiro, na Orla do Distrito de Icoaraci, extremo norte da Belém continental, utilizando a Avenida Arthur Bernardes, e posteriormente, a Avenida Pedro Álvares Cabral, e, por fim, a Avenida Marechal Hermes até chegar ao Mercado do Ver-o-Peso, no extremo sul de Belém (adjacente ao Forte do

Presépio, que marca o lugar de fundação da cidade), com a exceção de pouquíssimos espaços, todo este trajeto de aproximadamente vinte e dois quilômetros pode ser feito sem se perceber que se está à beira-rio.

Vejam-se os portos da Zona Costeira Paraense no mapa da figura 17.

Figura 17: Mapa do sistema portuário da Zona Costeira Paraense



Fonte de Dados Geoespaciais: ANM (2019); IBGE (2020); SEMAS-PA (2019). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA).

A orla de Belém concentra entre Icoaraci até o Ver-o-Rio²⁷³ os portos das indústrias pesqueiras, dos terminais de abastecimento industrial e das grandes redes varejistas, o terminal portuário de combustíveis da Miramar, e entremeadas entre esses grandes portos, conjuntos de moradias precárias.

Entre o Ver-o-Rio e o Ver-o-Peso um conjunto de obras públicas na orla: o Terminal Hidroviário do Pará (cargas e passageiros) e a Estação das Docas²⁷⁴. E entre o Ver-o-Peso e o Campus da Universidade Federal do Pará, há uma série de portos de uso privativo, em geral, pertencentes às elites locais marajoaras e dos municípios do Baixo Tocantins.

São portos privados de famílias que controlam a circulação para esses municípios. Em geral, os municípios de Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Oeiras do Pará, Portel e Limoeiro do Ajuru²⁷⁵ possuem, em cada caso, uma ou duas opções de companhia para se deslocar entre Belém e a sede do município citado, conferindo enorme poder (não somente pelo controle dos passageiros, mas das cargas) aos proprietários das companhias fluviais e dos portos de uso privativo.

A quantidade de portos de uso privativo no Marajó (a presença deles em Belém se relaciona ao Marajó) é um indício do quanto a renda diferencial I ainda comanda a produção e circulação por estas bandas. Breves, situada no meio do Rio Paranaú (ou Furo de Breves, um dos cursos d'água que conectam o Rio Pará ao Rio Amazonas) concentra a maior quantidade de rotas de navegação no Marajó, fazendo a conexão entre Belém e Macapá.

Conforme é possível visualizar na tabela 1, entre as 10 principais linhas estaduais do transporte aquaviário no estado do Pará, oito são linhas internas à Zona Costeira Paraense, com as duas exceções sendo ligações entre Santarém e vizinhos, no baixo curso do Rio Amazonas.

²⁷³ Ver-o-Rio é um ponto de Belém, sendo uma praça de aproximadamente 5 mil m² de frente para a baía do Guajará no bairro do Umarizal em Belém próximo ao Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Inaugurado pela gestão municipal de Edmilson Rodrigues (1996-2004) o projeto alia contemplação à natureza com a praticidade na utilização do espaço urbano, possuindo barracas de comidas típicas, bares, um palco, *playground*, calçadão de pedra portuguesa e um marégrafo - aparelho que mede o nível da maré, sendo, assim, uma “janela para o rio” (SOUZA JR., 2018).

²⁷⁴ Complexo turístico com restaurantes e lojas, desmembrado da estrutura portuária.

²⁷⁵ Este município está na fronteira entre os dois modais. Possui uma rodovia federal, a BR-422, que o conecta, trecho não asfaltado à cidade de Cametá. Porém, a rodovia só é transitável no “verão amazônico”, sendo inundada pelo Rio Tocantins durante o “inverno amazônico”.

Breves apresenta destaque nessa lista, possuindo a segunda e sexta linha com maior movimentação de passageiros, sendo que a última é a única linha (entre as oito da Zona Costeira) que não possui Belém em uma das pontas. A linha mais movimentada é a que liga Belém a Camará (vila do município de Cachoeira do Arari, cujo porto, na prática, atende aos passageiros que se deslocarão para as sedes de quatro municípios: a) Soure; b) Salvaterra; c) Cachoeira do Arari; e, d) Santa Cruz do Arari, sendo o deslocamento até às sedes feito no modal rodoviário). A terceira linha mais movimentada também liga Belém (através do porto do Distrito de Icoaraci) ao Porto de Camará.

Tabela 1: Movimentação anual de passageiros nas 10 principais linhas estaduais do Pará (2017)

Linha/Trecho	Distância (km)	Movimentação de passageiros (2 sentidos)		Taxa de ocupação média de passageir os	Tarifa média (R\$)
		Mês	Ano		
Belém (PA) – Camará (PA)	85	50.349	604.176	57,3	35,00
Belém (PA) – Breves (PA)	205	20.048	240.576	27,7	94,00
Icoaraci (PA) – Camará (PA)	70	19.120	239.040	14,1	16,43
Santarém (PA) – Óbidos (PA)	120	17.312	207.744	54,2	30,00
Belém (PA) – Ponta de Pedras (PA)	62	12.966	155.592	34,0	24,20
Breves (PA) – Portel (PA)	120	9.996	119.952	32,6	25,00
Belém (PA) – Portel (PA)	285	9.176	110.112	43,4	93,00
Belém (PA) – São Sebastião da Boa Vista (PA)	135	8.600	103.200	49,9	35,00
Santarém (PA) – Alenquer (PA)	93	8.088	97.056	52,2	31,00
Belém (PA) – Muaná (PA)	98	7.238	86.856	31,1	35,00
<i>Outros</i>	239	167.852	2.014.224	41,2	62,19
Total/Média (exclusive outros)	232	331.554	3.978.528	41,1	60,81

Fonte: ANTAQ, 2018. Elaboração: autor da tese.

Porém, quando se considerada a movimentação de cargas, Breves se distancia dos demais terminais, possuindo a linha Belém – Breves uma concentração de 16,1% do total da movimentação de cargas no estado do Pará pelo modal hidroviário, conforme é possível visualizar na tabela 2. Breves redistribui essas cargas pelas demais praças do Marajó.

Tabela 2: Movimentação anual de cargas nas 10 principais linhas estaduais do Pará (2017)

Linha/Trecho	Movimentação anual de carga (t)	Percentual da linha em relação ao total (%)	Taxa de ocupação média de cargas (%)	Preço médio unitário (R\$)
Belém (PA) – Breves (PA)	257.040	16,1	39	99,00
Santarém (PA) – Óbidos (PA)	142.560	8,9	62	100,00
Belém (PA) – São Sebastião da Boa Vista (PA)	88.800	5,6	43	81,00
Belém (PA) – Currálinho (PA)	85.392	5,3	28	105,00
Belém (PA) – Portel (PA)	81.600	5,1	41	115,00
Santarém (PA) – Oriximiná (PA)	65.700	4,1	28	99,00
Icoaraci (PA) – Camará (PA)	64.800	4,1	3	84,00
Belém (PA) – Muaná (PA)	59.640	3,7	28	99,00
Belém (PA) – Melgaço (PA)	51.360	3,2	11	88,00
Belém (PA) – Ponta de Pedras (PA)	42.912	2,7	60	90,00
Outros	657.600	41,2	41	123,67
Total/Média (inclusive outros)	1.597.464	100,0	40	119,20

Fonte ANTAQ, 2018. Elaboração autor da tese.

Entre as dez linhas mais lucrativas em termos de transporte de cargas, oito estão na Zona Costeira Paraense. Na porção continental da Zona Costeira, o sistema portuário está administrado diretamente pelo Estado em virtude da falta de interesse das elites locais nos mesmos. Na porção continental, o modal rodoviário exerce toda a centralidade.

Apesar de bem espreado, há ainda alguns trechos onde o modal rodoviário precisa ser transposto através de balsas, que costumam ser organizadas por concessões disputadas pelas mais importantes famílias locais. Em geral, as balsas persistem em acesso a cidades em que não estão presentes a produção (ou a circulação) de produtos com maior capital agregado.

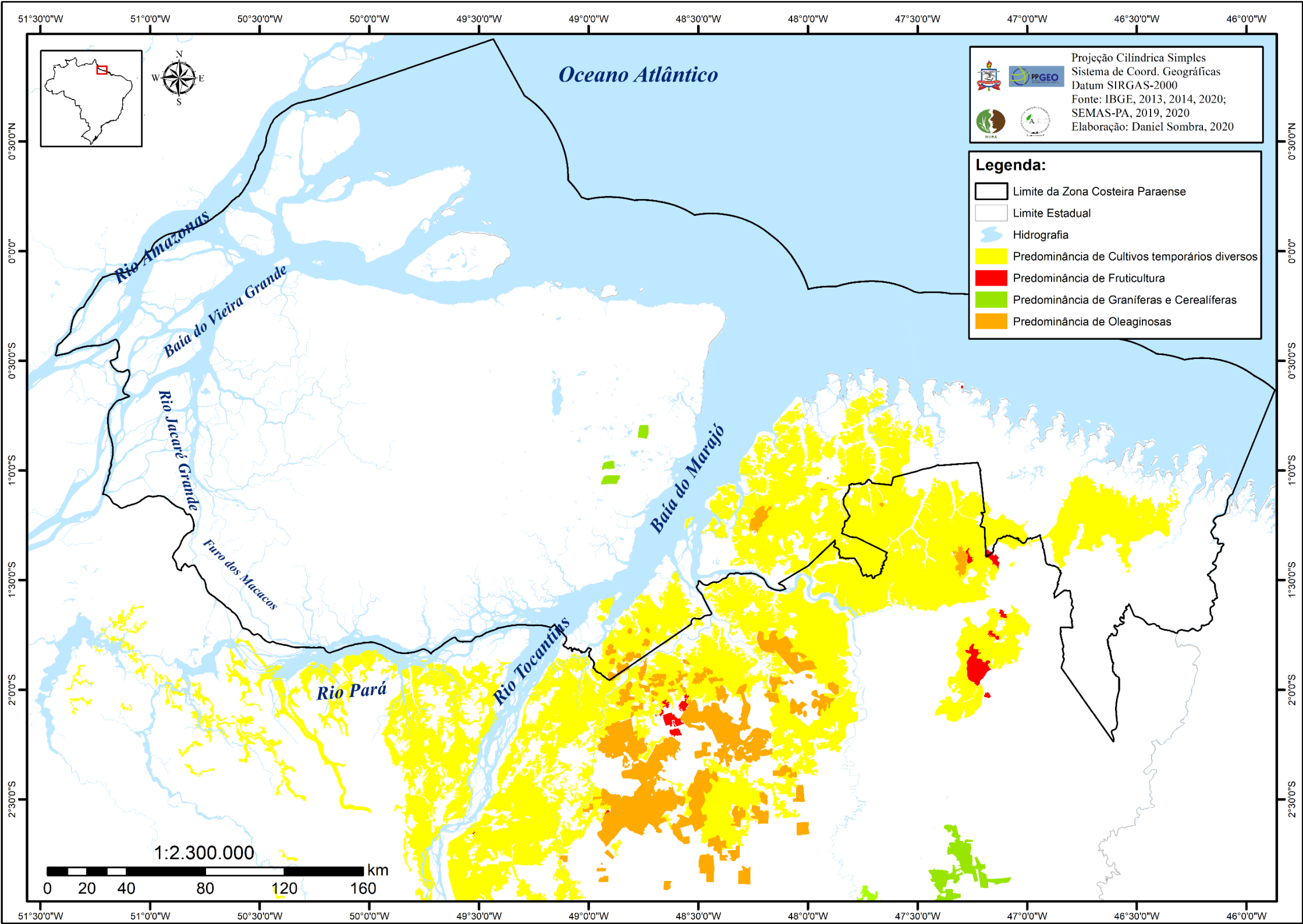
4.2.3 – As monoculturas

As balsas encarecem o frete e representam rugosidades que o capital de velocidade de reprodução mais célere não está disposto a arcar. A expansão da monocultura de palma foi determinante para a construção do complexo rodoviário da Alça Viária ligando Belém ao sul do Pará sem balsas no trajeto (CRUZ, 2006), e mais recentemente, o mesmo ocorreu com a pavimentação da Rodovia PA-242, que liga Santo do Antônio do Tauá a Castanhal (LOBATO; SILVA JR., 2019).

Ambas se tratam de reclamações históricas dos pequenos agricultores e moradores da área, mas que só foram efetivamente atendidos com a expansão da monocultura da palma do dendê.

O mapa da figura 18 ilustra os cultivos agrícolas predominantes na Zona Costeira do estado do Pará.

Figura 18: Mapa dos cultivos agrícolas predominantes na Zona Costeira Paraense.



Fonte: de Dados Geoespaciais: IBGE (2013, 2014, 2020); SEMAS-PA (2019, 2020). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

Os tabuleiros e os vales fluviais (as áreas de várzea) contêm predomínio de cultivos temporários diversificados. Em geral, esses cultivos são realizados em minifúndios ou pequenas propriedades, havendo uma diversidade de roçados, com destaque claro para a mandioca, mas com presença de horticultura, sobretudo na franja agrícola que abastece aos supermercados e feiras que abastecem a Região Metropolitana de Belém.

Em termos de monoculturas, o grande destaque vai para a dendeicultura, cuja região de concentração são os vales do Rio Moju e do Rio Acará. Nahum e Santos (2016) afirmam que a dendeicultura paraense se tornou um evento que marca um período de alterações na paisagem e no uso da terra no planalto rebaixado da Amazônia. Rocha (2015) disserta sobre as alterações territoriais nas malhas municipais dessa área provocadas pela dendeicultura.

Córdoba et al. (2018) e Oliveira Neto (2017) notam que a dendeicultura vem provocando uma urbanização periférica e uma proletarianização²⁷⁶ da agricultura familiar, fenômeno que tem sido chamado de “descampenização” por Nahum e Santos (2014). A paisagem que a expansão da monocultura de palma deixa é a de vastas fazendas de monocultivos, ponteadas por vilas operárias. Ponte (2019) nota, no caso específico do processo de industrialização, um recorte de gênero nessa divisão do trabalho, com os homens se especializando nas atividades de cultivo, e as mulheres presentes mais nas atividades industriais de processamento²⁷⁷.

²⁷⁶ Esse fenômeno da urbanização e proletarianização provocado pela monocultura de palma (com *Modus operandi* agroindustrial similar nos vários casos) tem sido notado por especialistas não somente no Brasil, mas também na Colômbia e no México (SELFA et al., 2015), na Guatemala (PIETILAINEN; OTERO, 2018), em Papua Nova-Guiné (TAMMISTO, 2019), mas certamente os casos mais espetaculares estão na Indonésia e Malásia, respectivamente os dois maiores produtores de produtos derivados da palma, concentrando juntos 84,5% da dendeicultura mundial. Cramb e McCarthy (2016) destrincham como as grandes corporações mundiais produziram um proletário agroindustrial universal a partir das experiências nesses dois países, construindo um discurso hegemônico de preservação ambiental, combate ao desemprego e aliança entre classes – que grosso modo foi depois aplicado nos demais países, como o Brasil, conforme ilustram Córdoba et al. (2018). Observando o caso dessa monocultura na Malásia e na Indonésia, Lewontin (1998) já alertava que o *Modus operandi* da agroindústria, e o tipo de espaço geográfico para o *Modus vivendi* dos operários repetia a fórmula clássica do modelo da revolução industrial têxtil na Inglaterra do século XVIII, convertendo camponeses e posseiros em proletários. Analisando o mesmo caso, Malásia e Indonésia, Pye (2019) alerta que as ideias de Marx ainda são fundamentais para entender a subsunção do trabalho ao capital, alertando que a dendeicultura naqueles dois países representa um estágio avançado de conversão de camponeses em força de trabalho assalariado aos moldes da sociedade urbano-industrial ocidental.

²⁷⁷ Divisão de gênero comum na expansão da agroindústria. Penner (1984), nos anos 1980, e Sena (2005), nos anos 2000, notaram a mesma divisão do trabalho por gênero na indústria da pesca na Zona Costeira Paraense, com as indústrias sediadas, principalmente, em Belém.

Essa expansão tem afetado os recursos hídricos em múltiplas dimensões, desde a percepção dos serviços ecossistêmicos, como notam Córdoba et al. (2019) à contaminação efetiva dos cursos d'água como investigam Cruz e Farias (2017).

Os impactos dessa monocultura nos recursos hídricos também são notados para outras importantes bacias hidrográficas costeiras, como a bacia do Rio Marapanim – com cultivos presentes em Igarapé-Açu (LIMA et al., 2019) – e a bacia do Rio Caeté – com cultivos presentes em Bonito (COSTA; SOARES, 2021). Embora não sejam extensos, ambos se localizam nos tabuleiros, nas cabeceiras da bacia, e, representam impactos de larga extensão em potência, principalmente com relação ao uso excessivo de defensivos agrícolas.

A monocultura de palma vem se expandindo sobre áreas de pasto degradadas e principalmente sobre as antigas pequenas e médias propriedades dos antigos colonos oriundos da migração japonesa. Córdoba et al. (2018) e Piraux et al. (2019) notam que a dendeicultura tem provocado uma nova onda de concentração de propriedade, êxodo rural e especulação do valor da terra. Almeida (2018) pontua essa atividade como potencial geradora de riscos de incêndios florestais.

Pelo vale do Rio Capim a monocultura que se expande, vinda do sul do estado do Pará (na região que se tem referido nos últimos tempos como o “Matopiba”²⁷⁸), é a sojicultura provocando grande concentração fundiária e espoliação das comunidades camponesas de posseiros (CABRAL; GOMES, 2013; SOARES et al., 2016; CASTRO, 2018). Ao mesmo tempo, nota-se a expansão de uma monocultura de árvores, com culturas ditas de reflorestamento, como eucalipto e paricá.

Essa monocultura de árvores se expande pelas áreas exauridas pela extração madeireira, e funcionam como um tipo de negócio que funde os capitais dos antigos pecuaristas (que, no mais das vezes desmataram a região nas décadas de incentivo da SUDAM) com as grandes empresas mineradoras presentes na região como notam Fernandes (2011) e Leite et al. (2013).

Consolidada em Paragominas, essa monocultura de árvores avança nas direções oeste e norte desde o vale do Rio Capim na direção do Rio Tocantins e Rio Guamá, sendo uma espécie de “zona tampão” entre a dendeicultura e a sojicultura, estando em

²⁷⁸ Matopiba é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, cujas siglas compostas foram o nome “Matopiba”, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980 (EMBRAPA, c2020).

consolidação no vale do Rio Acará, e se aproximando do vale do Rio Moju (PIRAUX et al., 2017).

Moura (2013) chamou a atenção da literatura científica por utilizar o termo “monocultura” para se referir à imposição de um calendário único de pesca, impondo um único ritmo, e uma única lógica de mercado na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, desterritorializando as comunidades pesqueiras e sua lógica multiterritorial com o ambiente da lagoa.

Não é menos chocante se referir a uma monocultura do açaí (*Euterpe oleracea*), mas o termo é adequado para notar o que ocorre nas várzeas e ilhas do baixo curso do Rio Tocantins. Tagore (2017) analisa o aumento da demanda do açaí e as alterações nas áreas de várzea da Amazônia procurando entender como os sistemas de produção, através de modelos intensivos de manejo do açazeiro, têm provocado mudanças sociais, ambientais e econômicas na vida dos ribeirinhos.

Entre as consequências notadas por Tagore (2017), estão o aumento do assoreamento dos rios, em virtude da retirada das demais plantas, e conversão do açaí cada vez mais em monocultivo. Além disso, para Tagore (2017), o manejo dos açazeiros nas áreas de várzea tem proporcionado o aumento de produção e renda dos ribeirinhos, levantando, também, o questionamento da possibilidade se pensar em uma “urbanização provocada pelo açaí”.

É certo que a expansão dessa cultura saída do extrativismo, e convertida em uma produção monocultora, como nota Tagore (2017), vem implicando, também, em alterações nas relações culturais, sociais e de trabalho, bem como, no ambiente, levando ao processo de homogeneização da paisagem, com diminuição da diversificação de espécies, o que ocasionará em médio e longo prazo, riscos socioambientais onde se instalam ameaçando a sustentabilidade do ecossistema de várzea, com consequências na própria produção e produtividade dos açazeiros

Piroux et al (2019) notam ainda que enquanto os minifúndios, os assentamentos e, sobretudo, os territórios quilombolas são os grandes centros de resistência da policultura diversificada, o açaí tem tido nas ilhas e várzeas efeito similar à expansão da dendeicultura nos tabuleiros. Além da diminuição dos cultivos diversificados, há indícios de que a monocultura do açaí começa a estar relacionada à concentração de terras, sobretudo na terra firme, em Igarapé-Miri.

No arquipélago Marajoara a única monocultura em expansão é a rizicultura, cuja expansão recente na última década pelos municípios de Cachoeira do Arari, Santa Cruz

do Arari e Salvaterra tem provocado uma série de conflitos socioambientais, sobretudo com comunidades quilombolas (MEIRELES; SILVA, 2014; LEÃO, 2019).

4.2.4 – A pecuária

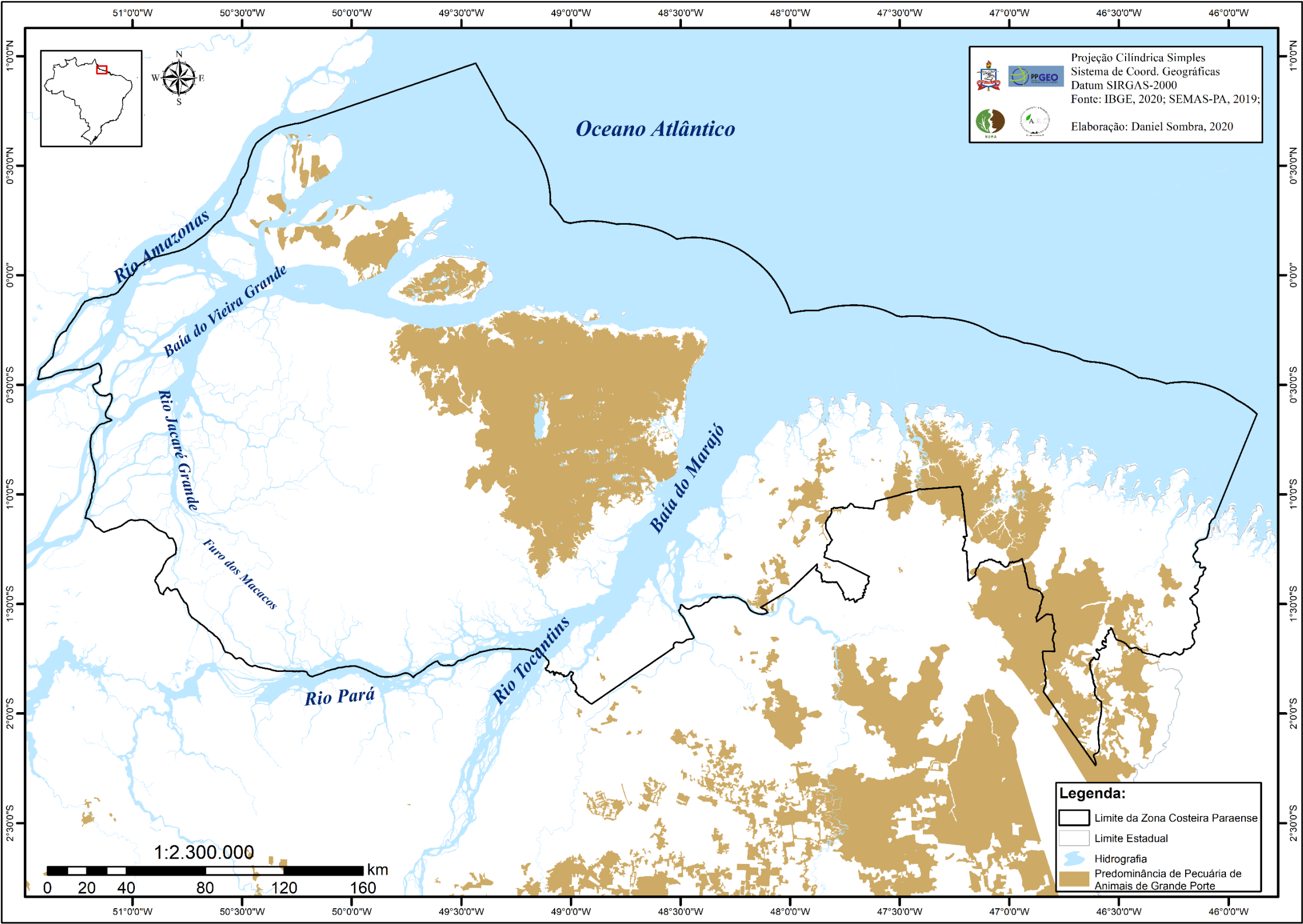
Os campos alagados do Marajó Oriental, os campos das reentrâncias da Zona Costeira no trecho continental, além dos antigos refúgios de campos naturais foram todos ocupados por pastos. No setor continental, o pasto predomina nas bacias hidrográficas do Rio Gurupi, do Rio Piriá, do Rio Caeté e do Rio Capim.

No caso da bacia do Rio Caeté, estudado por Costa (2017) e Costa e Soares (2021), percebe-se que a grande mancha de pastos é bordeada pela vegetação secundária, e apresenta incursões de mosaicos de ocupações, típicos dos minifúndios da agricultura familiar.

Em geral, a pecuária presente nesse grande interflúvio o Rio Guamá e os rios atlânticos, a pecuária é predominantemente uma pecuária de caráter extensivo. Isso ajuda a explicar porque a cobertura da terra apresenta predominância de pasto sujo, regeneração com pasto e vegetação secundária em detrimento do pasto limpo. Com alguma exceção nos municípios de Bragança e Santa Luzia do Pará que apresentam poucas fazendas de pecuária intensiva ao largo da Rodovia PA-112 (COSTA; SOARES, 2021).

O mapa da figura 19 apresenta as áreas com predominância de pecuária na Zona Costeira Paraense.

Figura 19: Mapa com as áreas de predominância da pecuária na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2020); SEMAS-PA (2019). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

No vale do Rio Capim, a pecuária apresenta caráter mais intensivo (SOARES et al., 2016), situação que em um gradiente norte-sul, vai se intensificando até o sul do Pará. Quanto mais ao sul, mais intensiva é a pecuária bovina paraense²⁷⁹. Em Paragominas e ao largo do vale do Rio Capim se trata de uma área consolidada, ocupada pelo gado desde os anos 1920, com a elite pecuarista mantendo também a hegemonia política do lugar, mesmo com a emergência do discurso do “município verde” (ALMEIDA; UHL, 1998; FERNANDES, 2011; SOARES et al., 2016).

Essa pecuária extensiva, com capital predominante sulista se expande a partir de Tucuruí e Paragominas sobre os municípios de Tailândia e Moju (onde estão empresas exportadoras de gado em pé para o Oriente Médio), e, na outra margem do Rio Tocantins, a partir de Tucuruí em direção aos municípios de Baião e Mocajuba, no alto curso do Rio Oeiras, havendo conflitos territoriais com comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas (PIRAUX et al., 2019; RAMOS, 2020). Segundo Carvalho et al. (2018), a pecuária em expansão rumo à Zona Costeira Paraense é uma atividade que tem aumentado a concentração fundiária na Amazônia, em particular no estado do Pará.

De acordo com Piraux et al. (2017; 2019), na margem esquerda do Rio Tocantins, nos vales do Rio Cupijó e do Rio Oeiras, ainda há uma intensa atividade de extração madeireira (porção noroeste do município de Cametá, estendendo-se pelos municípios de Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará e Bagre. Ali está se processando uma dinâmica já registrada em Paragominas (SOARES et al., 2016) e Tailândia (ROCHA, 2015), com a atividade madeireira como arauto da atividade pecuária²⁸⁰.

²⁷⁹ Afetando bastante a diversidade de usos do solo e os sérvios ecossistêmicos, conforme notam Lopes et al. (2020), em seu estudo sobre as mudanças no uso da terra provocadas pelo vetor pecuário no sudeste do estado do Pará.

²⁸⁰ Reproduzindo uma dinâmica típica do avanço da fronteira agrícola, conforme ilustram Rivero et al. (2009) para o caso geral da Amazônia Legal brasileira. Estudos de áreas específicas como os de Lobato (2018) para o caso do sudeste do estado do Pará, Picoli (2006) para o caso do norte do estado do Mato Grosso, Cavalcante et al. (2011) para o caso de Rondônia apontam essa mesma tendência. Lobato (2018) trabalha com a tese de que essas dinâmicas territoriais particulares manifestas em frentes de produtos obedecem à lógica mundial do mercado de *commodities*. Em particular, o binômio extração de madeira/atividade pecuária (a primeira como arauto da última) se repete em vários outros lugares do mundo, como apontam Elgueta et al. (2014) para o norte do Chile, Galicia et al. (2008) para o caso da zona costeira do Pacífico mexicano, Barrantes e Pereira (2002) para a Costa Rica, e Tasker e Bradstock (2006) para o nordeste do estado de Nova Gales do Sul, no sudeste australiano. Katovai et al. (2021), em estudo acerca das Ilhas Salomão, no Pacífico, ilustram ainda como essa associação possui efeitos duradouros no ecossistema, pois naquele país insular, após a passagem da extração madeireira seguida da atividade pecuária, cinquenta anos de manejo florestal e reflorestamento não conseguiram recuperar a biodiversidade o *status* inicial da cobertura florestal.

No arquipélago marajoara, a pecuária foi um fato predominante na expansão da concentração fundiária, e na expulsão de posseiros provocando êxodo rural nos anos 1950 e 1960, conforme mostram os estudos de Loureiro (1987). Trata-se, porém, predominantemente de pecuária bubalina, ainda praticada em caráter extensivo, cujo principal produto atualmente são os derivados do leite, com destaque para a produção de queijos (CRUZ, 2017).

4.2.5 – Os latifúndios e as empresas agropecuárias

Nesse interim, torna-se interessante verificar o grau de concentração de terras. Para fazê-lo o ideal seria o levantamento detalhado dos proprietários, mas dada a extensão do recorte espacial, optou-se por uma metodologia operacional mais pragmática.

A fim de aferir o quanto os latifúndios representam em relação à propriedade da terra na Zona Costeira Paraense, foi realizada uma síntese da questão dos módulos fiscais. Para tal, uma rápida imersão na questão jurídica. Foi através do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que o conceito de latifúndio foi acrescentado à legislação brasileira, estabelecendo dois tipos de latifúndios²⁸¹: a) o latifúndio por dimensão; e, b) o latifúndio por exploração. O Estatuto da Terra também definiu outros tipos de imóveis rurais, como a empresa rural, o minifúndio, a propriedade familiar.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, suprimiu o conceito de latifúndio. A partir da Lei nº 8.629 de 1993, a carta magna passou a definir apenas o minifúndio, a pequena propriedade e a média propriedade. Nos termos dessa lei: a) o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal; b) a pequena propriedade é o imóvel rural que possui área superior a um módulo fiscal e inferior a quatro módulos fiscais; c) a média propriedade como o imóvel rural que possui área superior a quatro módulos fiscais até quinze módulos fiscais (BRASIL, 1993).

Por inferência, apesar de não citada na lei, a grande propriedade seria aquela superior a quinze módulos fiscais. O latifúndio, portanto, virou um “sujeito oculto” na letra legal brasileira.

²⁸¹ “Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, definem-se: V - “Latifúndio”, o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, os sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural” (BRASIL, 1964).

Porém, a Lei nº 13.465 de 2017 alterou os termos novamente, suprimindo também o minifúndio. A partir de então a pequena propriedade se tornou o imóvel rural com área inferior a quatro módulos fiscais, e a média propriedade continuou sendo o imóvel rural que possui área superior a quatro módulos fiscais até quinze módulos fiscais (BRASIL, 2017).

Para a análise da Zona Costeira Paraense, porém, segue-se os termos da Lei de 1993, ou seja: minifúndio (área inferior a 1 módulo fiscal); pequena propriedade (área entre 1 e 4 módulos fiscais); média propriedade (área superior a 4 e até 15 módulos fiscais); e, por extensão, grande propriedade (área superior a 15 módulos fiscais).

Porém, resta a questão do módulo fiscal, uma unidade que varia de acordo com o município. A tabela 3 ilustra o valor do módulo fiscal em hectare para cada um dos municípios da Zona Costeira Paraense e também da área (definida no Capítulo 1) como entorno da Zona Costeira.

Tabela 3: Unidade do Módulo Fiscal (em ha) nos municípios da Zona Costeira e entorno

Município	Situação	Unidade do Módulo Fiscal (ha)
Abaetetuba	Zona Costeira	70
Acará	Entorno da Zona Costeira	50
Afuá	Zona Costeira	70
Anajás	Zona Costeira	70
Ananindeua	Zona Costeira	7
Augusto Corrêa	Zona Costeira	55
Aurora do Pará	Entorno da Zona Costeira	55
Baião	Entorno da Zona Costeira	70
Bagre	Entorno da Zona Costeira	70
Barcarena	Zona Costeira	70
Belém	Zona Costeira	5
Benevides	Zona Costeira	7
Bonito	Entorno da Zona Costeira	55
Bragança	Zona Costeira	55
Breves	Zona Costeira	70
Bujaru	Entorno da Zona Costeira	55
Cachoeira do Arari	Zona Costeira	65
Cachoeira do Piriá	Entorno da Zona Costeira	75
Cametá	Entorno da Zona Costeira	70
Capanema	Zona Costeira	55
Capitão-Poço	Entorno da Zona Costeira	55
Castanhal	Zona Costeira	55
Chaves	Zona Costeira	65
Colares	Zona Costeira	55
Concórdia do Pará	Entorno da Zona Costeira	55
Curralinho	Zona Costeira	70
Curuçá	Zona Costeira	55
Garrafão do Norte	Entorno da Zona Costeira	55
Gurupá	Entorno da Zona Costeira	70
Igarapé-Açu	Entorno da Zona Costeira	55
Igarapé-Miri	Entorno da Zona Costeira	70
Inhangapi	Entorno da Zona Costeira	55
Ipixuna do Pará	Entorno da Zona Costeira	55
Irituia	Entorno da Zona Costeira	55
Limoeiro do Ajuru	Entorno da Zona Costeira	70
Mãe do Rio	Entorno da Zona Costeira	55
Magalhães Barata	Zona Costeira	55
Maracanã	Zona Costeira	55
Marapanim	Zona Costeira	55
Marituba	Zona Costeira	7
Melgaço	Entorno da Zona Costeira	70
Mocajuba	Entorno da Zona Costeira	70
Moju	Entorno da Zona Costeira	70
Muaná	Zona Costeira	65
Nova Esperança do Piriá	Entorno da Zona Costeira	75
Nova Timboteua	Entorno da Zona Costeira	55
Oeiras do Pará	Entorno da Zona Costeira	70
Ourém	Entorno da Zona Costeira	55
Paragominas	Entorno da Zona Costeira	55
Peixe-Boi	Entorno da Zona Costeira	55
Ponta de Pedras	Zona Costeira	65
Portel	Entorno da Zona Costeira	70
Primavera	Zona Costeira	55
Quatipuru	Zona Costeira	55
Salinópolis	Zona Costeira	55
Salvaterra	Zona Costeira	65
Santa Bárbara do Pará	Zona Costeira	7
Santa Cruz do Arari	Zona Costeira	65
Santa Isabel do Pará	Zona Costeira	55
Santa Luzia do Pará	Entorno da Zona Costeira	75
Santa Maria do Pará	Entorno da Zona Costeira	55
Santarém Novo	Zona Costeira	55
Santo Antônio do Tauá	Zona Costeira	55
São Caetano de Odivelas	Zona Costeira	55
São Domingos do Capim	Entorno da Zona Costeira	55
São Francisco do Pará	Entorno da Zona Costeira	55
São João da Ponta	Zona Costeira	55
São João de Pirabas	Zona Costeira	55
São Miguel do Guamá	Entorno da Zona Costeira	55
São Sebastião da Boa Vista	Zona Costeira	70
Soure	Zona Costeira	65
Tailândia	Entorno da Zona Costeira	50
Terra Alta	Zona Costeira	55
Tomé-Açu	Entorno da Zona Costeira	50
Tracuateua	Zona Costeira	55
Vigia	Zona Costeira	55
Viseu	Zona Costeira	75
Total		4273
Módulo Fiscal Médio		56,97
Total (excluindo RMB)		4130
Módulo Fiscal Médio (excluindo RMB)		60,73

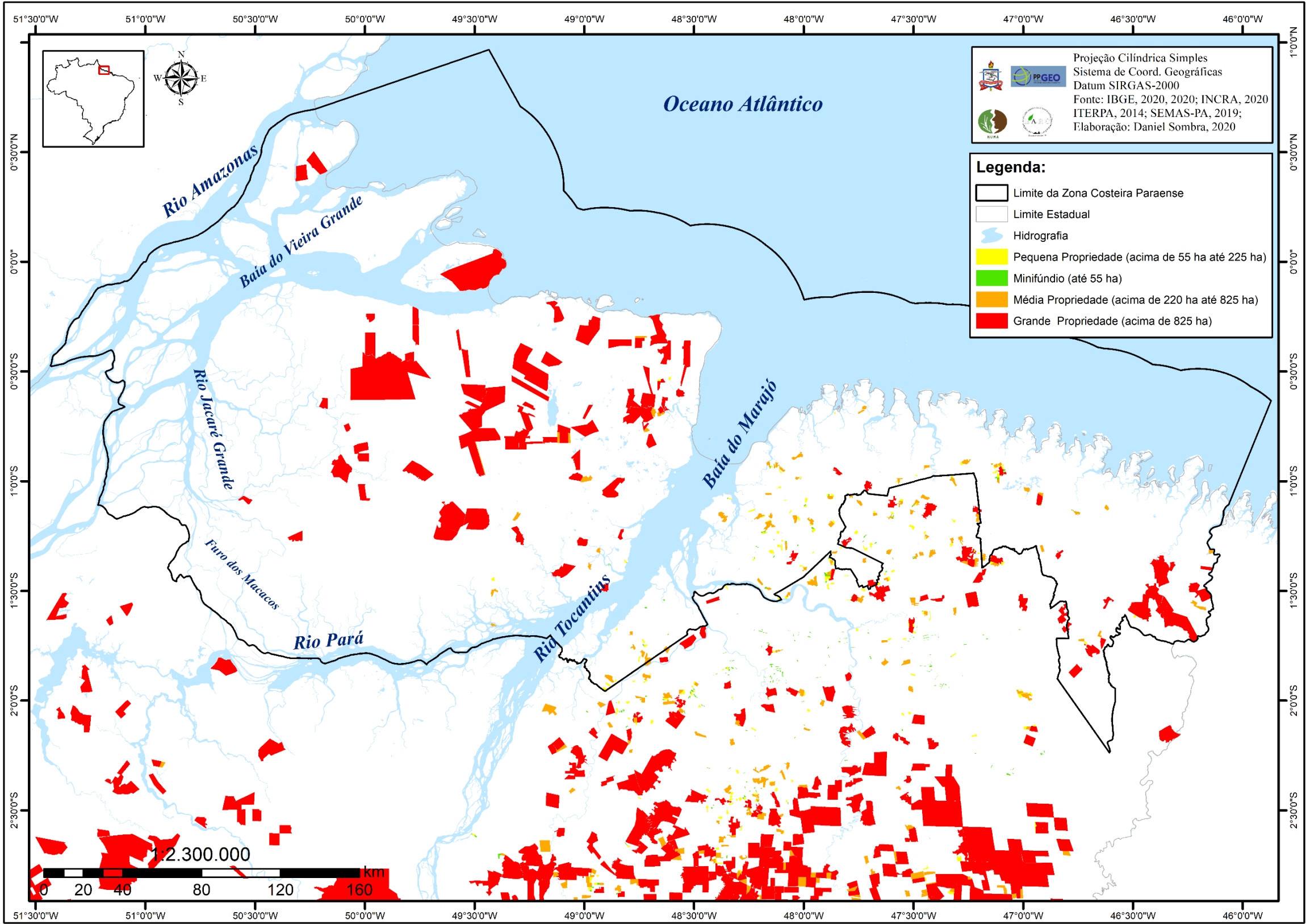
Fonte: SNCR/INCRA (2013). Elaboração: autor da tese.

Efetuada uma média aritmética simples, excluindo os municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), que possuem módulos fiscais menores, em virtude de sua fragrante urbanização, tem-se um módulo fiscal médio equivalente a 60,73 hectares. Entretanto, os municípios de Castanhal e Santa Isabel do Pará, acrescidos posteriormente à RMB apresentam módulos fiscais maiores que os cinco demais municípios da RMB, e apresentam, em termos gerais, maior quantidade de áreas rurais.

Ao fim, considerou-se, como critério arbitrário, apenas para ponto médio, o valor total do módulo fiscal médio, incluindo os municípios da RMB que é de 56,97 hectares. Para arredondar em múltiplo de 5, considerasse então, para efeito de medida, o módulo fiscal médio da Zona Costeira e entorno como 55 hectares, e, assim, postos nesses termos, serão classificados, para efeito de análise, para Zona Costeira Paraense e entorno se considera nesta tese: *a*) minifúndio (inferior a 55 há); *b*) pequena propriedade (entre 55 e 220 hectares); *c*) média propriedade (superior 220 há até 825 há); e, *d*) grande propriedade (superior a 825 há).

O mapa da figura 26 ilustra como está a ocupação do espaço nos municípios da Zona Costeira Paraense e seu entorno por tipo de propriedade rural, considerando a sua dimensão.

Figura 20: Mapa das propriedades fundiárias por tipologia da Zona Costeira Paraense.



Fonte: de Dados Geoespaciais: IBGE, 2020; INCRA, 2020; ITERPA, 2014; SEMAS-PA, 2019; elaboração própria. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

Deve-se ressaltar que a arbitrariedade da medida estabelecida nesta Tese de Doutorado como módulo fiscal médio exige ponderação com relação às análises. Há que se considerar também que como não está sendo levado em consideração os nomes efetivos dos proprietários, os dados são incompletos, na medida em que, por exemplo, um determinado conjunto de médias propriedades, particionadas, e registradas como imóveis distintos, se pertencentes ao mesmo proprietário, na prática podem significar um latifúndio.

Em todo o caso, a partir da espacialização dos registros de propriedade, pode-se ver que há uma concentração de grandes propriedades nos campos marajoaras, e também existem grandes imóveis na margem esquerda do vale do Rio Tocantins. Por outro lado, uma miríade de imóveis rurais classificados como latifúndios parece avançar desde o vale do Rio Capim na direção norte e oeste, acompanhando os avanços das monoculturas de óleo de palma, reflorestamento e, em menor escala, de soja.

Na borda dos municípios efetivamente costeiros, as grandes propriedades são as que desenvolvem a dendeicultura, e também fruticultura (destaque para coco-da-baía e produção de suco de laranja). Nota-se também, que ao contrário do que ocorre no arquipélago marajoara²⁸² (SILVA JR. et al., 2019), não há na Zona Costeira continental uma correlação clara entre latifúndios e pecuária. Nos tabuleiros, porém, essa correlação é possível de ser feita, sobretudo no caso do vale do Rio Capim²⁸³.

²⁸² “O aparecimento, persistência e reprodução de pequenas produções agrícolas é resultado histórico das relações de produção capazes de se estabelecerem entre os grupos sociais e a terra, intermediados pelo capital. No caso do Marajó e de Soure, em especial, a privatização da terra pela classe dominante marcou a região com uma estrutura agrária concentrada. E as relações sociais de produção, que com base nela se definiram entre grandes fazendeiros e trabalhadores diretos (vaqueiros, moradores, posseiros e outros), forjaram e imobilizaram no tempo escassas vias de acesso à terra e ao capital, pelos últimos. Daí que a estrutura fundiária do Marajó e de Soure apresenta hoje uma configuração comum a outras regiões brasileiras, onde o complexo latifúndio-minifúndio vem coexistindo como traço fundamental. Definir política e economicamente o latifúndio – que no caso do Marajó, aplicou-se a uma atividade poupadora de mão-de-obra –, a população rural que não pode se desenvolver adequadamente nas terras monopolizadas por ele comprime-se nos interstícios do latifúndio, monopolizador não só de terras, mas das melhores terras. Confinada econômica e espacialmente, a pequena propriedade se atrofiou sob a dominação das grandes propriedades” (LOUREIRO, 1987, p. 20-21).

²⁸³ Fernandes (2011) e Soares et al. (2016) apontam como a concentração de terras foi um fator preponderante na reprodução das elites pecuárias (compostas, em sua maioria, por migrantes que chegaram ao vale do Rio Capim após os anos 1920) enquanto elites políticas locais (controlando em tempos distintos a extração madeireira, e, mais recentemente o reflorestamento, ou, mais propriamente, a monocultura de árvores de reflorestamento). De modo geral, na formação espacial brasileira, a propriedade de terras (e águas), em contextos de hegemonia da subsunção formal do trabalho ao capital, é um elemento que garante a condição de exploração do trabalho dos não proprietários (posseiros) na forma de atividades compensatórias, e isso é basilar para a reprodução do poder local. Por outro lado, outras consequências sociológicas são possíveis neste tipo de quadro socioeconômico. Mosites et al. (2015), por exemplo, analisam a correlação entre a concentração de terras nas mãos de elites pecuaristas e a desnutrição infantil (uma externalidade de um padrão de reprodução do poder local à base de relações clientelistas entre Estado,

4.2.6 – A pesca industrial

O final dos anos 1960 marca uma ruptura desta política, pois com os incentivos fiscais da SUDAM se instalam no Pará duas grandes empresas internacionais, com sede em Belém e área de atuação na Baía do Marajó, com base de pesca na Vigia (TORRES, 1999). Em 1970 se dá a expansão das águas territoriais para exploração econômica exclusiva de 12 para 200 milhas náuticas (de 22,22 km para 370,4 km) (KLAUTAU, 2012). E segue a isso o aumento do número de empresas: de 02 a 15 (PENNER, 1984) e o aumento da frota de então para 50 embarcações camaroeiras e 20 piramutabeiros (SOARES, 2016).

Em 1972, objetivando consolidar a exclusividade econômica e o reconhecimento internacional das 200 milhas, o governo brasileiro permite que barcos estrangeiros operem no mar territorial, amparado por licenças especiais (PENNER, 1984), ao passo que em 1976 se atinge o pico do número de embarcações internacionais em operação: 645 embarcações (SOARES, 2016).

O final dos anos 1970 marca a primeira ruptura ecológico-territorial, marcada como crise ambiental provocada pela pesca industrial. Em 1977, a produção barco/ano de camarão cai de 55 toneladas para 29 toneladas (SEPAQ, 2014). Entretanto, a produção global de piramutaba atingia 30 mil toneladas, maior safra já registrada (KLAUTAU, 2012).

Em 1983, A Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) institui a Portaria nº 9 de 9 de março daquele ano, visando reduzir o conflito entre pescadores industriais e artesanais proibindo a pesca industrial (pesca de arrasto) de atuar em latitude e longitude inferiores a 00°05'00" N e 48°00'00" W, respectivamente (KLAUTAU, 2012).

No final da década de 1980 e início da década de 1990 a preocupação maior, entretanto, no âmbito do governo federal, era a solução de problemas do ambiente macroeconômico, no qual a instabilidade era marcada pelo descontrole da inflação,

elites locais e posseiros) em três países africanos (Etiópia, Quênia e Uganda). Para isso os autores utilizam um modelo log-binomial ajustado para medir essas grandezas (riqueza, terras, desnutrição). Essa associação logarítmica produz um modelo que é capaz de atestar o consumo da força de trabalho em espaços sob a reprodução da subsunção formal, de modo similar ao que Gaudemar (1977) – a partir de Engels (2008) – tenta ilustrar para a sociedade industrial. Um estudo similar aplicado ao Brasil seria capaz de atestar matematicamente o que já afirmaram Andrade (1970) e Castro (1984), a partir de seus estudos geográficos: a concentração de terras produz a fome – Rodrigues (2016) acrescenta: a sede também.

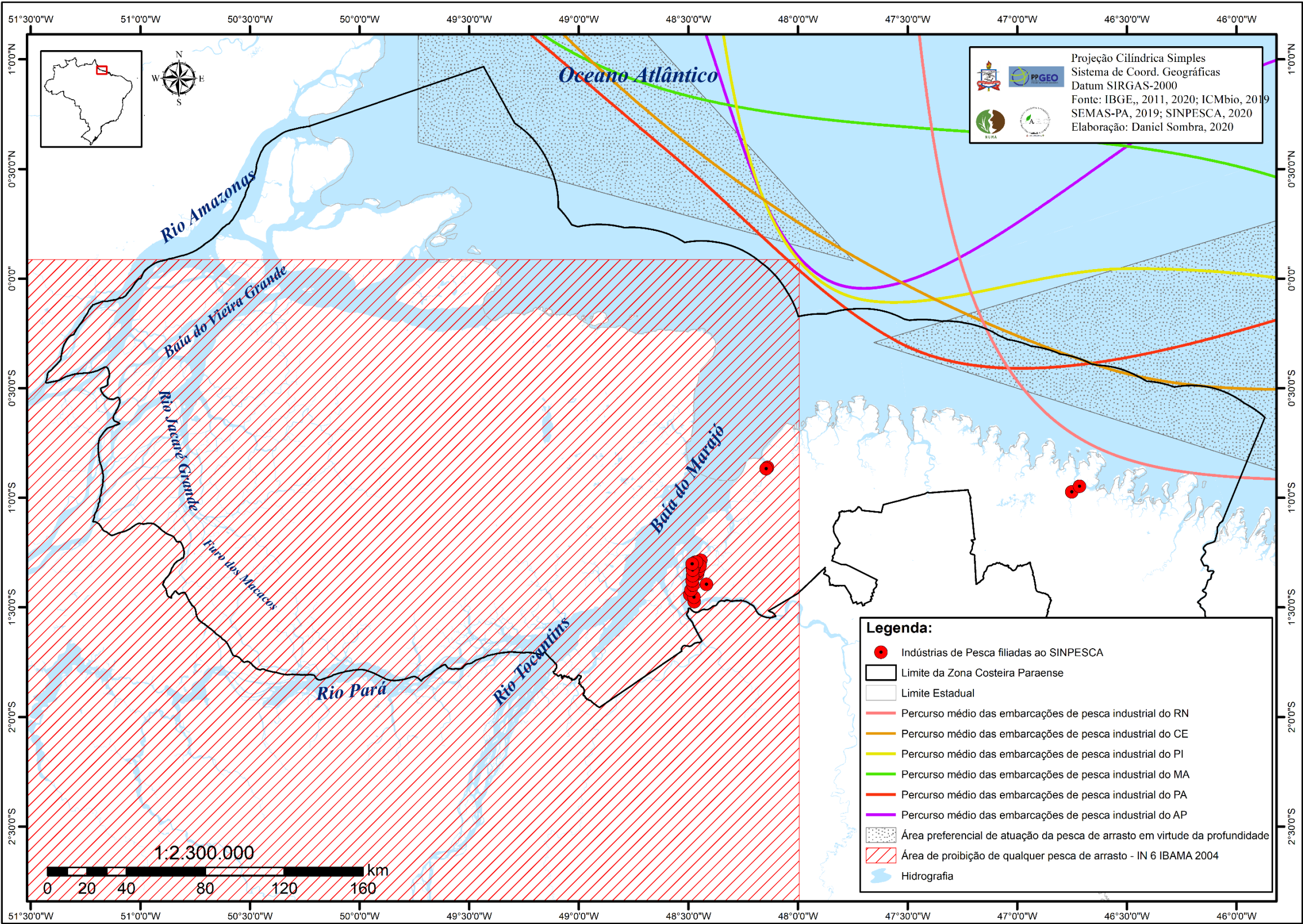
estagnação da economia e crise de financiamento do setor público. Ao mesmo tempo em que era necessário aos olhos dos estadistas um programa de estabilização, tornava-se prioritário o estabelecimento de reformas com o intuito de rever as formas de atuação e financiamento do Estado.

A partir de então, várias são as reformas ocorridas: políticas destinadas à liberalização do comércio exterior e dos fluxos, e das aplicações do capital estrangeiro; reformas destinadas à estabilidade de preços; à privatização de empresas, à desregulamentação dos mercados de bens e serviços e a eliminação de distorções nos sistemas tributários e financeiros, ou seja, a solução de vários problemas nacionais, muitas vezes, em caráter de curto prazo. Não constam, portanto, grandes mudanças nas políticas voltadas à pesca, seja industrial ou artesanal, durante os anos 1990.

Em meio a este contexto de retorno às políticas de planejamento em longo prazo retomado nos anos 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através da Instrução Normativa nº 6 de 07 de 2004, mantém a regulamentação da área de pesca proibida para a pesca industrial (pesca de arrasto) da Portaria nº 9 da SUDEPE, e institui o “Período do Defeso” entre 15/09 e 30/11 para a reprodução de alevinos no Estuário Amazônico (KLAUTAU, 2012).

O mapa da figura 21 apresenta as áreas de atuação da pesca industrial na Zona Costeira Paraense.

Figura 21: Mapa da área de atuação da pesca industrial na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE, 2011, 2020; ICMbio, 2019; SEMAS-PA, 2019; SINPESCA, 2018; Elaboração própria. Fonte de dados bibliográficos: KLAUTAU, 2012; MARÇAL, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFGA), 2020.

Segue a isto, em 2007, a institucionalização do seguro defeso e do direito de aposentadoria aos pescadores garantidos pelo MPA. Em 2013, o estado do Pará, após vinte anos, retoma o posto de maior produtor nacional de pescado, ultrapassando Santa Catarina, com uma produção de 728.393,80 toneladas de pescado, sendo que 670.961 da pesca artesanal (92,1%), 41.250 da pesca industrial (5,7%) 16.182 da piscicultura (2,2%) (SOMBRA et al., 2018).

A pesquisa de Klautau (2012) mostra que há vários registros de incursões de embarcações de pesca industrial na área de atuação proibida. Por outro lado, a Zona Costeira Paraense, ou melhor, o Mar Territorial e a Zona Contígua são áreas de encontro da atuação das indústrias pesqueiras sediadas nos estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte (SOMBRA et al., 2018).

Segundo o SINPESCA (c2018), atualmente há vinte e sete indústrias pesqueiras registradas na Zona Costeira Paraense, sendo que vinte e três possuem suas plataformas de beneficiamento em Belém, duas na cidade da Vigia, e outras duas na cidade de Bragança. Soares (2016) afirma que após a “grande crise ecológica” do estoque pesqueiro dos anos 1990 – em paralelo à diminuição do valor internacional da Piramutaba e do camarão rosa (FERREIRA, 2012) – houve uma redução no número de indústrias pesqueiras atuantes na Zona Costeira Paraense, e uma terceirização da captura para armadores de pesca, e, mesmo, em alguns casos, grandes comerciantes locais que ainda possuem embarcações de pesca artesanal, e cuja divisão do produto do trabalho com a força de trabalho nos termos do regime de parceria (subsunção formal).

Contudo, os conflitos entre pesca industrial e pesca artesanal, sobretudo quando por esta última se refere mais especificamente à pesca das comunidades pesqueiras, são comuns, conforme atestam ISAAC et al. (2005) para o caso do município de Augusto Corrêa, onde os comunitários da RESEX Araí Peroba estão em conflito perene com as indústrias extrativistas (em geral, cearenses e potiguares) de lagostas. Há ainda, registros de conflitos entre pesca industrial e artesanal em Chaves (KLAUTAU, 2007); Soure e Salvaterra (NOGUEIRA, 2005); Colares e Curuçá (BEGOT, 2018); Marapanim (SANTOS et al., 2020); Maracanã (MARÇAL, 2019); Bragança (ALVES, 2017; ALVES; LIMA, 2020); entre os casos mais destacados.

4.2.7 – O turismo e os domicílios de uso ocasional

O termo “domicílio de uso ocasional” é o utilizado nas pesquisas do Censo Demográfico pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para designar o tipo de uso temporário e de lazer. Como sinônimo, muitos utilizam o termo “segunda residência”. O estado do Pará possuía 65.332 domicílios de uso ocasional no ano de 2000 (IBGE, 2000), número que aumentou para 109.085 no ano de 2010 (IBGE, 2010), cuja variação positiva foi de 67%.

Em números absolutos, entre as 27 unidades da federação, o Pará estava em 12º na quantidade desse tipo de domicílio do país no ano de 2010 (IBGE, 2010). No que se refere à situação de domicílio, segundo dados do IBGE (2010), a maioria dos domicílios de uso ocasional do estado do Pará²⁸⁴ estavam na área urbana (55,3%) em detrimento da área rural (44,7%).

De acordo com Gusmão, Soares e Lobo (2021), os proprietários das segundas residências no Pará possuem, em sua maioria, o domicílio de moradia em Belém, ou em municípios metropolitanos (Ananindeua e Castanhal), ou polos de regiões geográficas imediatas (Marabá, Parauapebas, Santarém, Tucuruí, Altamira, Redenção, Paragominas, Itaituba, Almeirim, Bragança e Capanema), e outros municípios²⁸⁵ (Barcarena).

Entre os quinze municípios paraenses com maior presença de domicílios de uso ocasional sobre o total de domicílios para o ano de 2010, treze estavam localizados na Zona Costeira Paraense, com destaque para: Salinópolis (40,5%); Marapanim (30,9%); Colares (17,6%); Salvaterra (16,7%); São João da Ponta (14,1%); Maracanã (13,1%); Terra Alta (12,1%); Soure (12%); Curuçá (11,5%) e São Caetano de Odivelas (11,4%).

²⁸⁴ O número de domicílios de uso ocasional na área urbana era de 60.271, enquanto na zona rural de 48.814 (IBGE, 2010).

²⁸⁵ De acordo com Gusmão, Soares e Lobo (2021), o município de Barcarena é o único entre os quinze maiores que concentram a quantidade de pessoas com rendimento médio mensal superior a cinco salários-mínimos o qual não compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB), e nem se apresenta como um polo de uma região geográfica imediata. Não obstante, o município é limítrofe ao município de Belém, e apresenta fluxos de pessoas e mercadorias com Belém superior a alguns municípios da RMB (como Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará). Embora não seja parte da RMB, do ponto de vista geográfico, suas relações de produção e circulação claramente a configuram como um entorno metropolitano da capital (RIBEIRO, 2017). Por outro lado, está em estudo pela Assembleia Legislativa do estado do Pará o Projeto de Lei Complementar nº 02/2008, que sugere a inclusão dos municípios de Barcarena e Abaetetuba na Região Metropolitana de Belém. Em virtude de tal projeto, a SEDOP/PA (2018) realizou um estudo de viabilidade da expansão da RMB com a inclusão desses municípios.

Apenas os municípios de Aveiro (12,1%) e Jacareacanga (12,1%) se situam fora da Zona Costeira, conforme ilustram os dados da tabela 4.

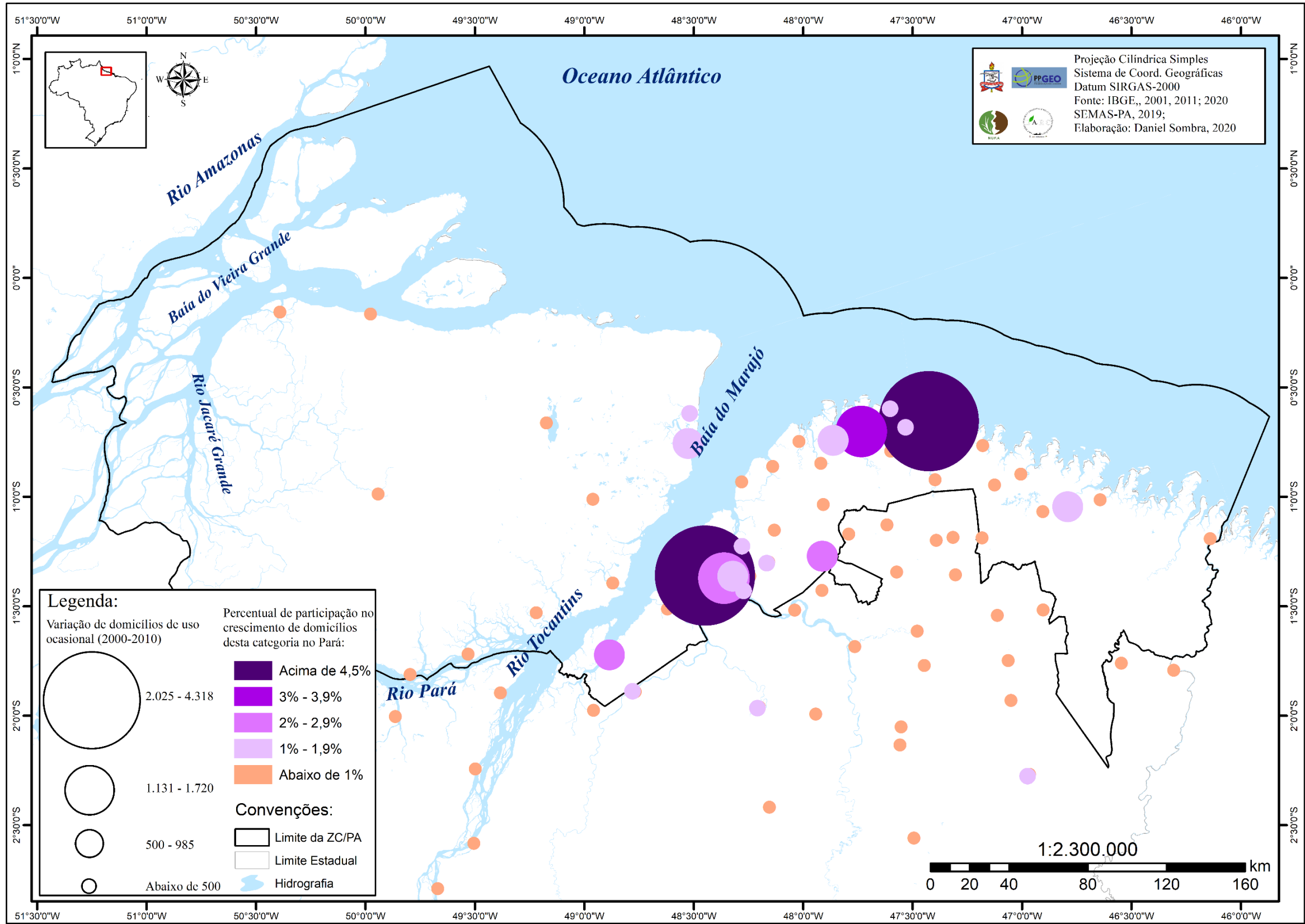
Nesse contexto, infere-se que a segregação socioespacial em decorrência do uso temporário de domicílios ocorre com maior veemência nos municípios de Salinópolis e de Marapanim, devido à abundância de segundas residências que destoam da maioria dos domicílios particulares ocupados.

Tabela 4: Municípios paraenses com maior presença de domicílios de uso ocasional em 2000 e 2010

Ranking	Município	Percentual	Zona Costeira/Entorno
1°	Salinópolis	39,7	Sim
2°	Marapanim	21,7	Sim
3°	Curuá	15,8	Não
4°	Salvaterra	14,7	Sim
5°	Colares	12,5	Sim
6°	Santa Bárbara do Pará	11,9	Sim
7°	São João da Ponta	10,3	Sim
8°	Peixe-Boi	9,7	Sim
9°	Juruti	9,3	Não
10°	Santo Antônio do Tauá	9	Sim
11°	Maracanã	9	Sim
12°	Terra Alta	8,7	Sim
13°	Óbidos	8,7	Não
14°	Oriximiná	8,5	Não
15°	Alenquer	8,4	Não
Ranking	Município	Percentual	Zona Costeira/Entorno
1°	Salinópolis	40,5	Sim
2°	Marapanim	30,9	Sim
3°	Terra Alta	19,1	Sim
4°	Colares	17,6	Sim
5°	Salvaterra	16,7	Sim
6°	São João da Ponta	14,1	Sim
7°	Maracanã	13,1	Sim
8°	Aveiro	12,1	Não
9°	Jacareacanga	12,1	Não
10°	Soure	12	Sim
11°	Curuçá	11,5	Sim
12°	São Caetano de Odivelas	11,4	Sim
13°	Santa Bárbara do Pará	11,1	Sim
14°	Magalhães Barata	10,8	Sim
15°	Prainha	10,4	Não

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Figura 22: Mapa com os domicílios de uso ocasional (segunda residência) na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2020); SEMAS-PA (2019); elaboração própria. Fonte de Dados Estatísticos: IBGE (2001; 2011). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

A partir do mapa da figura 22, percebe-se a maior proporção de segundas residências em municípios costeiros. Entre as razões que explicam essa circunstância está a presença de praias e o fortalecimento do “turismo de Sol e Mar” neles, cujo maior fluxo de turistas e excursionistas ocorre no período de férias, feriados e aos finais de semana.

A proximidade dos municípios costeiros com a Região Metropolitana de Belém também é um fator relevante para explicar a maior concentração de segundas residências neles. De acordo com Gusmão, Soares e Lobo (2021), na medida em que se distancia dos municípios costeiros, a proporção dos domicílios de segunda residência torna-se mais rarefeita.

A faixa entre os municípios de Soure e Bragança concentra a maior proporção de segundas residências, havendo poucas no espaço à esquerda e à direita dessa faixa central. A faixa da linha de costa, à esquerda de Soure, ocupada pelo município de Chaves possui pouco apelo turístico, em virtude principalmente da dificuldade de acesso. A faixa de linha de costa à direita de Bragança é ocupada pelos municípios de Augusto Corrêa e Viseu, que possuem menor número de praias e infraestrutura precária de acesso (GUSMÃO; SOARES; LOBO, 2021).

É importante notar que as formações praias possuem ocorrência moderada na Zona Costeira Paraense. Uma grande parte desta faixa litorânea é ocupada pelas chamadas “reentrâncias”, onde as fozes dos rios conectam distintas bacias hidrográficas, e possuem um alargamento abrupto em direção ao mar, com a formação de estuários de transição entre a água doce dos rios e a água salgada do Oceano Atlântico (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018).

Tais ambientes são fundamentais para a formação do ecossistema dos manguezais, os quais são importantes para as comunidades de modo de vida tradicional ali existentes (SANTOS et al., 2020). Costumam, porém, ser espaços de menor atração do “turismo de Sol e Mar”, o qual é o maior fator da ocorrência dos domicílios de segunda residência (ROCHA; SOARES; MORAES, 2018). Por outro lado, podem ser dinamizados por outras práticas, como o turismo ecológico e o de base comunitária, os quais possuem presença pequena, embora crescente na Zona Costeira Paraense (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019). Esses tipos de turismo, mais afeitos aos vetores técnico ecológicos não estão relacionados ao fenômeno das segundas residências.

Entre os municípios costeiros que possuem relevantes faixas praias se destacam Salinópolis, Marapanim e Bragança. Esses três se tornaram importantes espaços do “turismo de Sol e Mar” no espaço geográfico paraense. É importante ressaltar que a

estadia ou a compra de um imóvel para o caso dos dois primeiros, Salinópolis e Marapanim, se tornou objeto de consumo não somente das classes mais ricas da capital, mas também dos demais municípios da Região Metropolitana de Belém e daqueles que vivem em cidades médias.

A partir da tabela 4, é possível ainda verificar que muitos municípios costeiros entraram na lista daqueles com maior proporção de segundas residências no ano de 2010. Para Gusmão, Soares e Lobo (2021), a melhoria da infraestrutura turística (rodovias, serviços e equipamentos turísticos), assim como o *marketing* turístico impulsionaram a construção desse tipo de domicílio no litoral paraense. Em relação aos municípios marajoaras de Soure e Salvaterra, as justificativas são semelhantes, porém o diferencial está no aumento das possibilidades de acesso por via fluvial e maior fluidez das embarcações conectando a capital a esses municípios, conforme foi pontuado na tabela 1.

Gusmão, Soares e Lobo (2021) destacam ainda os municípios com as maiores participações – acima de 3% – no crescimento (entre 2000 e 2010) de segundas residências de todo o estado do Pará: Belém (9,9%), Salinópolis (4,6%), Marapanim (3,9%), Parauapebas (3,5%) e Santarém (3,4%), concentrando juntos 25,3% do total. Para os autores, entre as características similares dos municípios estão principalmente: *a)* marketing turístico eficiente; *b)* maiores investimentos (públicos e privados) no provimento de serviços e equipamentos turísticos; *c)* melhor estado da malha rodoviária; *d)* presença de grandes atrativos naturais, entre outros.

Além disso, a formação de praias como ponto em comum (excetuando Parauapebas), embora tratem-se, na realidade, de fenômenos paisagísticos distintos. Salinópolis e Marapanim estão na linha de costa, defrontante com o mar, portanto, e possuem formação autêntica de praias, e no caso do primeiro, também de dunas, que se destacam como particularidade frente à generalidade das reentrâncias com planícies ocupadas pelos manguezais (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018).

Belém, por seu turno, possui praias fluviais que possuem a influência do movimento das marés nos seus distritos insulares que funcionam como primeira zona de domicílios de uso ocasional para a população da porção continental do município. É o caso particular de Mosqueiro²⁸⁶, Outeiro e, em menor nível, Cotijuba. Já Santarém, na foz do Rio Tapajós, possui várias praias fluviais, com destaque para as do Distrito de Alter do Chão.

²⁸⁶ Mosqueiro uma é ilha, localizada na porção norte do município de Belém, com aproximadamente 17 km de praias fluviais. Em decorrência dessa particularidade, há grande abundância de segundas residências em Mosqueiro com 11.768 unidades ou 52,86% do seu total (IBGE, 2010). É a maior concentração desse tipo

O caso de Salinópolis é exemplar do avanço da urbanização, e sobretudo do turismo e dos domicílios de segunda residência. Seu maior polo turístico e hoteleiro é a ilha do Atalaia. Oficialmente, a ilha faz parte do Patrimônio da União, mas possui proprietários privados que lutam na justiça pelo reconhecimento de suas propriedades privadas. Este é dos casos de sobreposição de áreas públicas e privadas na Zona Costeira, ou ainda, no Patrimônio da União (SOUZA; ROCHA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2016).

Efetivamente, a ilha está urbanizada, e apresenta uma rede densa de hotéis, bares, restaurantes e domicílios (SOUZA, 2014). Já foi palco de atividades agrícolas, com destaque para a monocultura do coco-da-baía, mas atualmente apresenta-se como um ponto luminoso na Zona Costeira Paraense (SOUZA, 2012). Salinópolis e os municípios de sua área de influência, São João de Pirabas, Quatipuru e Primavera, constituem os quatro municípios da linha de costa entre Soure e Viseu que não possuem unidades de conservação, em geral, e reservas extrativistas, em particular.

4.2.8 – A urbanização e a periferização

A superação da população rural pela urbana na Amazônia Legal foi registrada no Censo de 1991, quando a população urbana atingiu 9.580.105 (55,74%) habitantes e a rural, 7.607.935 (44,26%). No Censo 2010, essa diferença se acentuou ainda mais – população urbana de 18.294.459 (71,81%) e rural de 7.179.906 (28,19%). As cidades não se preparam para acolher esse fluxo migratório, e a pressão sobre serviços públicos (educação, saúde, saneamento e habitação) foi enorme (FENZL, et al., 2020).

Belém e Manaus sofreram um processo de metropolização, e a população urbana, empobrecida, lutou por seus direitos com avanços e recuos. Destarte, os dados demográficos devem ser esmiuçados e colaborar para compreender a luta de classes. O contexto de urbanização da população da Amazônia brasileira também reflete mudanças nas características socioculturais da região. Nitsch (2002) notou que as projeções de cenários variam de acordo com a escala da perspectiva de cada ator, se regional, nacional ou global.

Para Nitsch (2002), a literatura aponta quatro cenários possíveis para o quadro social amazônico. Um deles é a continuação do quadro atual, que denomina de estado de

de domicílio entre todos os distritos dos municípios paraenses (IBGE, 2010). As razões que ajudam a compreender esse fenômeno são principalmente: maior proximidade das sedes municipais da Região Metropolitana de Belém e litoral extenso com várias praias e serviços voltados ao atendimento de turistas e excursionistas.

periferia dependente, desflorestamento gradual, com presença de algumas áreas protegidas. Mas, caso a desigualdade social e os problemas ambientais não sejam combatidos com políticas públicas efetivas, é possível que se materialize o que o autor nomeia de “o pior cenário possível”²⁸⁷, de avanço da concentração de miséria e destruição da floresta.

Conforme afirmam Fenz et al (2020), propostas e neologismos como “cidade sustentável” ou “cidades inteligentes” estão cada vez mais distantes da realidade das cidades amazônicas. O processo de metropolização de Belém confirma que tanto o meio ambiente quanto as inovações tecnológicas não são desenvolvidas nestes territórios urbanos.

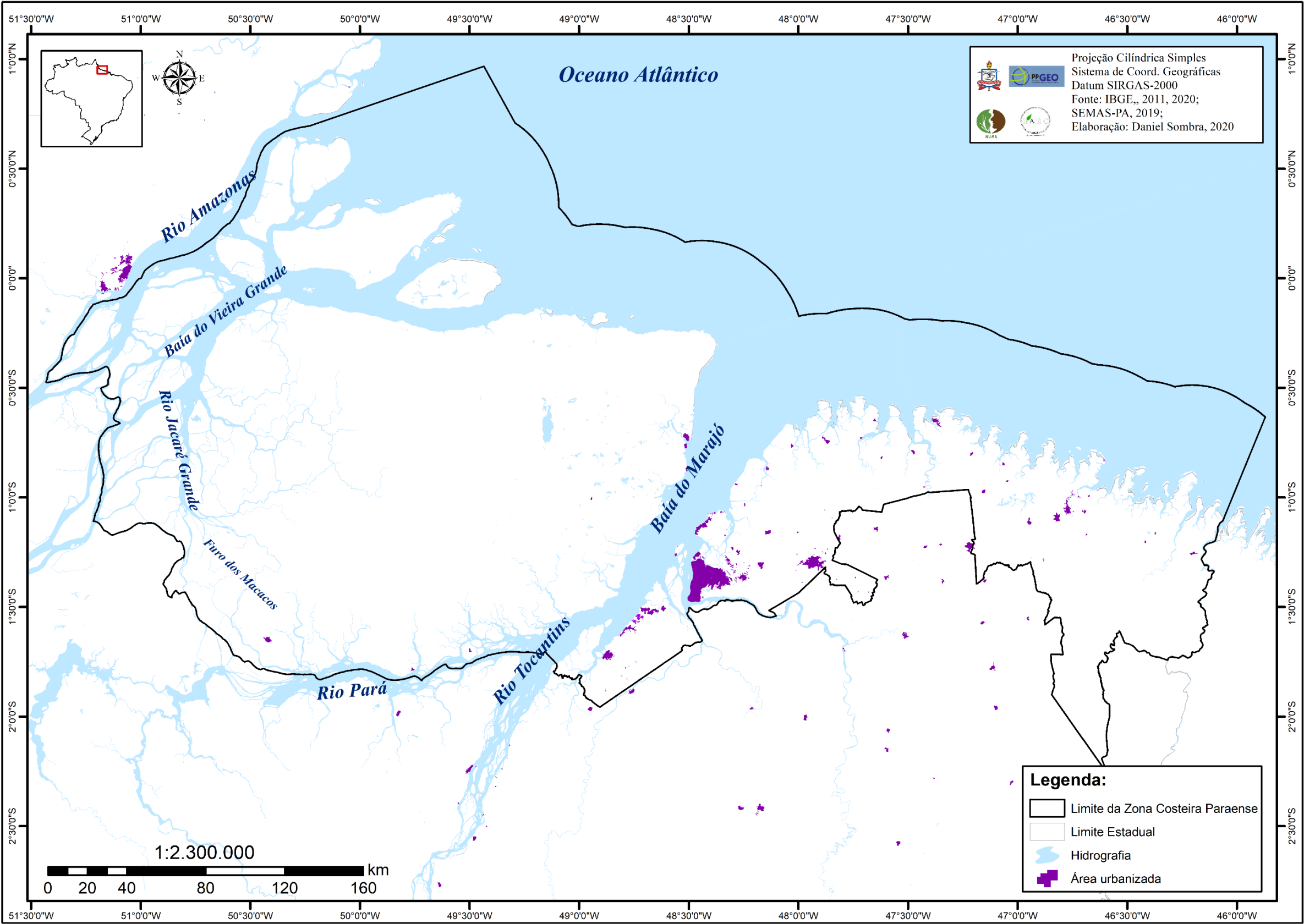
O quadro de urbanização de Belém e sua região metropolitana materializa *déficits* de saneamento (TABOSA et al., 2016); *déficits* de habitação (GUSMÃO; SOARES, 2018); perda de áreas verdes e instalação de ilhas de calor (CASTRO, 2009; CASTRO; SOMBRA; SOUZA, 2011); inundações cada vez mais intensas (SOARES et al., 2018; ROLIM, 2020); aumento da violência urbana (CHAGAS, 2014; COUTO, 2019; VIEIRA et al., 2019); falta de mobilidade urbana (CASTRO, 2015, 2017) e falência do sistema público de transporte (CASTRO; SOARES, 2017).

Essas questões gerais de problemas urbanos e falência do modelo de cidade erigido na Amazônia se repetem para os casos de Manaus (MACIEL; LIMA, 2013; CASTRO, 2016), Boa Vista (OLIVEIRA; COSTA, 2018), Rio Branco (LEITE, 2010), Porto Velho (CAVALCANTE et al., 2011), Cuiabá (SIQUEIRA; VILARINHO NETO, 2012), São Luís (CASTRO, 2016), Macapá (AMARAL, 2010; OLIVEIRA; MORAES, 2017; CHAGAS et al., 2019), Santarém (RODRIGUES, 2017) e Marabá (AMARAL, 2010; RODRIGUES, 2017), em um modelo de urbanização que se expande agora para as cidades médias e pequenas conforme constatam Costa et al. (2021).

O mapa da figura 23 apresenta as principais áreas urbanas da Zona Costeira Paraense, com destaque para os municípios da Região Metropolitana de Belém, além de Abaetetuba e Barcarena.

²⁸⁷ Outros dois cenários possíveis para Nitsch (2002) são o que nomeia de “arquipélago territorial”, com desenvolvimento econômico e conservação em áreas distintas. Nesse cenário, algumas áreas da Amazônia brasileira estão avançando na diminuição dos seus problemas sociais, sobretudo o norte do Mato Grosso, mas também alguns focos isolados. Por outro lado, grande parte de região ainda traria os problemas atuais. O “melhor cenário possível” para o autor, conservação em grande escala e remuneração internacional por serviços ambientais é o mais difícil. Depende do compromisso dos agentes públicos com a sociedade civil organizada para a efetivação de políticas em prol do desenvolvimento sustentável.

Figura 23: Mapa das áreas urbanas na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2011, 2020); SEMAS-PA (2019). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

No caso particular de Belém, a periferização tem ocorrido através da ocupação das planícies de inundação. Conforme Soares et al. (2018a), as áreas de planícies se tratam de terrenos caracterizados pela declividade plana, baixa altimetria e pelo nível de elevação levemente acima do nível do mar (até 04 metros). Assim, a ocorrência de inundações nessas planícies é periódica.

Trata-se de uma questão de caráter socioambiental, uma vez que em Belém (assim como em Ananindeua e Marituba, municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém), as planícies de inundação costumam coincidir com áreas ocupadas por “aglomerados subnormais”.

De acordo com o IBGE (2010), aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: a) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; b) carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto; c) rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Conforme analisam Costa et al (2021), para o IBGE (2010), há três modelos paradigmáticos no Brasil sobre como os aglomerados subnormais são apresentados nas regiões metropolitanas²⁸⁸. O modelo apresentado pelo caso da Região Metropolitana Belém ilustra aglomerados subnormais que ocupam áreas contínuas de forma concentrada, com relativa proximidade ao centro da cidade, se espraiando pelo tecido urbano, e se localizam, em geral, nas áreas de planícies, onde ocorrem inundações periódicas.

Assim, além dos problemas socioeconômicos comuns nas áreas de aglomerados subnormais, que se repetem em todas as regiões metropolitanas nacionais (IBGE, 2010), o caso particular de Belém ilustra problemas oriundos da forma específica de ocupação do relevo por esses aglomerados nessa cidade.

Se no Rio de Janeiro, há a particularidade dos problemas ambientais que se evidenciam, entre outros, com os deslizamentos dos morros²⁸⁹, agregados aos problemas

²⁸⁸ Esses três modelos sintetizam tendências presentes em todas as regiões metropolitanas do Brasil: tratam-se dos modelos de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém. O caso da Região Metropolitana de São Paulo expressa uma quantidade de aglomerados subnormais, organizados de forma dispersa e distantes do centro da cidade polo. Já o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta aglomerados subnormais próximos ao centro da cidade polo, mas organizados de forma pontual, obedecendo à dinâmica do relevo das cidades desta região metropolitana. Ali, os aglomerados subnormais estão presentes sobretudo nos morros. O que torna o caso da Região Metropolitana de Belém paradigmático, por sua vez, é a concentração desses aglomerados subnormais (COSTA et al., 2021).

²⁸⁹ A periferização, conforme já foi discutido no capítulo 1, tem sido a forma genérica da urbanização da sociedade em escala mundial. Alimentado pelo êxodo rural (desterritorialização das populações rurais pela

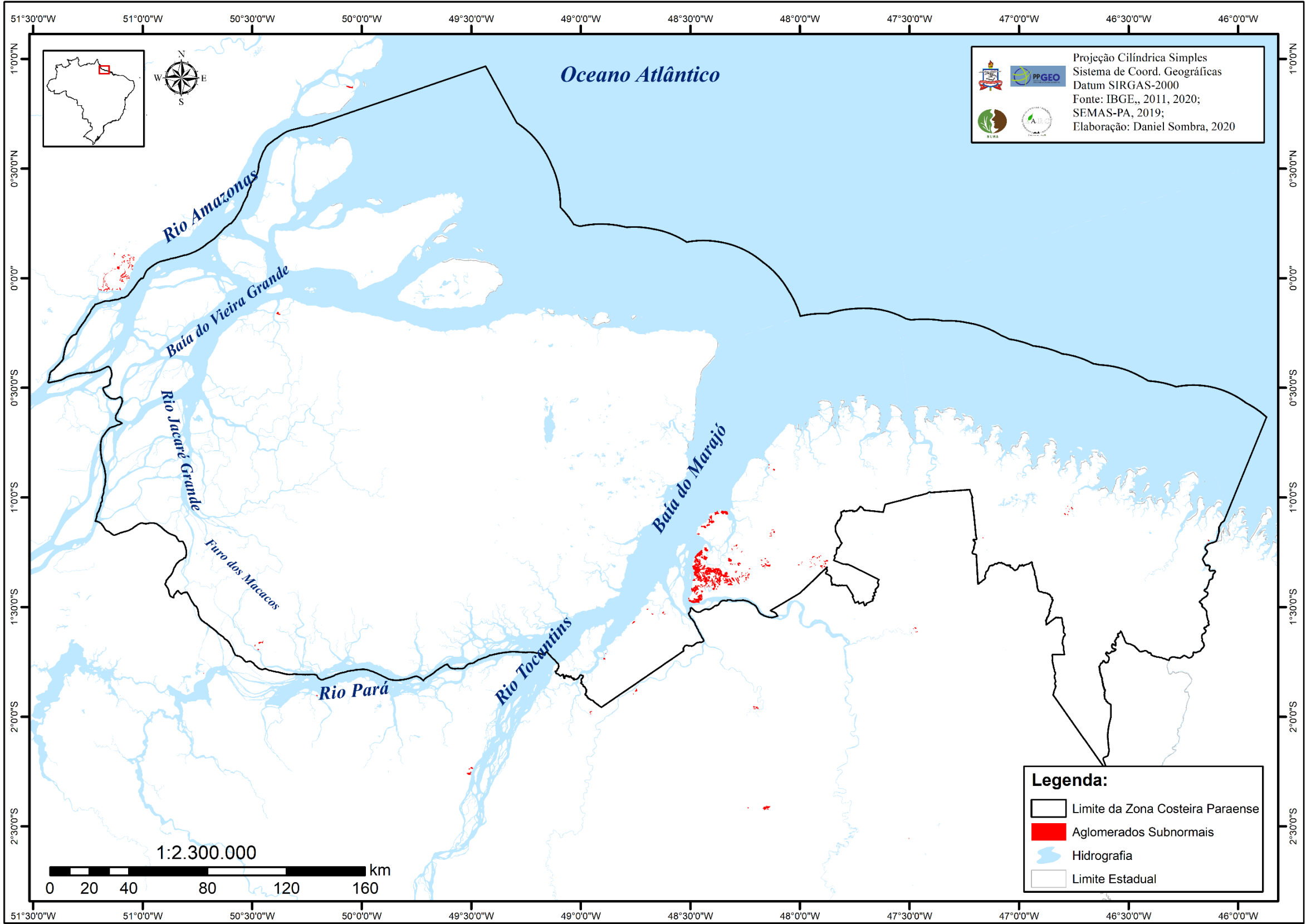
socioeconômicos, em Belém uma questão impactante no cotidiano da cidade, vivido de forma mais intensa pelas comunidades que habitam as áreas de planícies, são as inundações periódicas.

Rocha et al. (2020) analisam como os aglomerados subnormais e também as áreas com populações em risco ambientais, identificadas pela Base Territorial Estatística de Áreas de Risco (BATER) (IBGE, c2020), constituem índices que permitem construir uma abordagem acerca da vulnerabilidade socioambiental.

O mapa da figura 24 apresenta os aglomerados subnormais da Zona Costeira Paraense, onde se destacam as periferias dos municípios da Região Metropolitana de Belém.

concentração de terras – uma tendência global, conforme ilustrou Piketty (2014)), as cidades se expandem por assentamentos ilegais – a “cidade ilegal” de Maricato (1999) – que posteriormente podem ser regularizados, mas terminam sendo a materialização dos contraespaços da pobreza absoluta. Esses espaços são os que mais concentram populações em situação de vulnerabilidade socioambiental nos mais distintos tipos de ambientes. Enquanto Rocha et al. (2020) mostram como as condições socioeconômicas se inter-relacionam aos ambientes de ocupação de moradias, ilustrando como as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Belém sejam justamente aquela que ocupam os chamados “aglomerados subnormais”. Já Silva, Pimentel e Jardim (2020) analisam através da correlação de Persaon, como as condições socioeconômicas (e socioespaciais) se relacionam (e até determinam, em última instância) a distribuição da febre Chikungunya. E vários lugares do mundo essa situação se expressa em distintos ambientes. Valencia et al. (2012), ao analisar a cidade de Hermosillo, no estado de Sonora (México), conseguem comprovar através de análise de *clusters* com geoprocessamento, que as vizinhanças com piores condições ambientais possuem as mais altas taxas de mortalidade infantil. Villacis Taco (2018) ilustra como o processo de êxodo rural, alimentando a urbanização periférica da cidade de Quito, capital do Equador, resulta que os migrantes pobres habitem sobretudo as colinas, em assentamentos precários irregulares, os quais, de tempos em tempos, têm sido regularizados pelas autoridades locais. Ali, os riscos socioambientais estão ligados aos deslizamentos e outros nas áreas elevadas. Já Salami, Giggins e Meding (2017), em um estudo mais amplo abarcando as grandes cidades existentes em Benin, Gana, Nigéria, Senegal e Sudão mostram como na maioria dos casos prevalecem a ocupação de áreas baixas, sujeitas a inundações cada vez mais frequentes, uma vez que o aumento do solo urbano intensifica a impermeabilização. Assim, embora as inundações potencialmente atinjam várias classes sociais e grupos, potencialmente, são sempre os mais pobres os maiores prejudicados. Adelekan (2010) já havia feito estudo similar apenas para megacidade de Lagos, na Nigéria. Szezwanski et al. (2018) mapeiam os assentamentos urbanos que têm sofrido com inundações na cidade polonesa de Wroclaw, e chegam a conclusões similares, ao levantar a origem geográfica e condições socioeconômicas dos habitantes. Yoo, Kim e Hadi (2014) propõem uma metodologia utilizando análise de SIG com geoestatística específica para medir a vulnerabilidade socioambiental em periferias urbanas de cidades costeiras, e aplicam o seu estudo na capital da Indonésia, Jacarta, cidade que está sofrendo problemas graves de alagamentos, deslizamentos e afundamentos atingindo sobretudo os mais pobres. Ballesteros (2010) mostra, em seu estudo, como as populações costeiras em situação de vulnerabilidade socioambiental nas cidades das Filipinas estão sempre situadas nas favelas. Todos esses casos, em distintos continentes, ilustram um problema estrutural da urbanização ampliada pela especulação imobiliária, e o modo de gerir a relação da cidade com os recursos naturais próprios de cada lugar. Conforme explicitam Costa et al. (2021), pensando no caso das cidades amazônicas, trata-se de um problema estrutural da forma como produz e concebe a urbanização e a gestão das cidades.

Figura 24: Mapa dos aglomerados subnormais na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE (2011, 2020); SEMAS-PA (2019). Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020

A Região Metropolitana de Belém possuía, em 2010, 66,3% de seus domicílios localizados em aglomerados subnormais, sendo neste índice, a região metropolitana nacional que mais possui domicílios nessa situação. Aliás, os municípios metropolitanos de Marituba (com 77,4%), Ananindeua (com 61%) e Belém (com 52,4%) eram respectivamente os 1º, 3º e 4º municípios do Brasil com a maior concentração de domicílios em aglomerados subnormais (IBGE, 2010; GUSMÃO; SOARES, 2018; FENZL et al., 2020; ROCHA et al., 2020; COSTA et al., 2021).

Os índices de acesso à rede de coleta de água e à rede de esgoto²⁹⁰, baixos, e os índices de tratamento de água, ainda menores, e de esgoto, quase inexistentes, são os mais gritantes com relação à ausência de direitos básicos nestes municípios, conforme mostram Tabosa et al. (2016) para Belém, e Gusmão (2018) para Marituba. Ao analisar esse quadro, Outeiro e Azevedo (2018) concluem que os municípios metropolitanos não estão cumprindo a função social do uso do solo urbano prevista pela legislação brasileira. Carvalho e Rocha (2020) analisam a pressão sobre os recursos hídricos que a ocupação das planícies gera, e seus impactos na vulnerabilidade socioambiental das populações periféricas de Belém e região metropolitana.

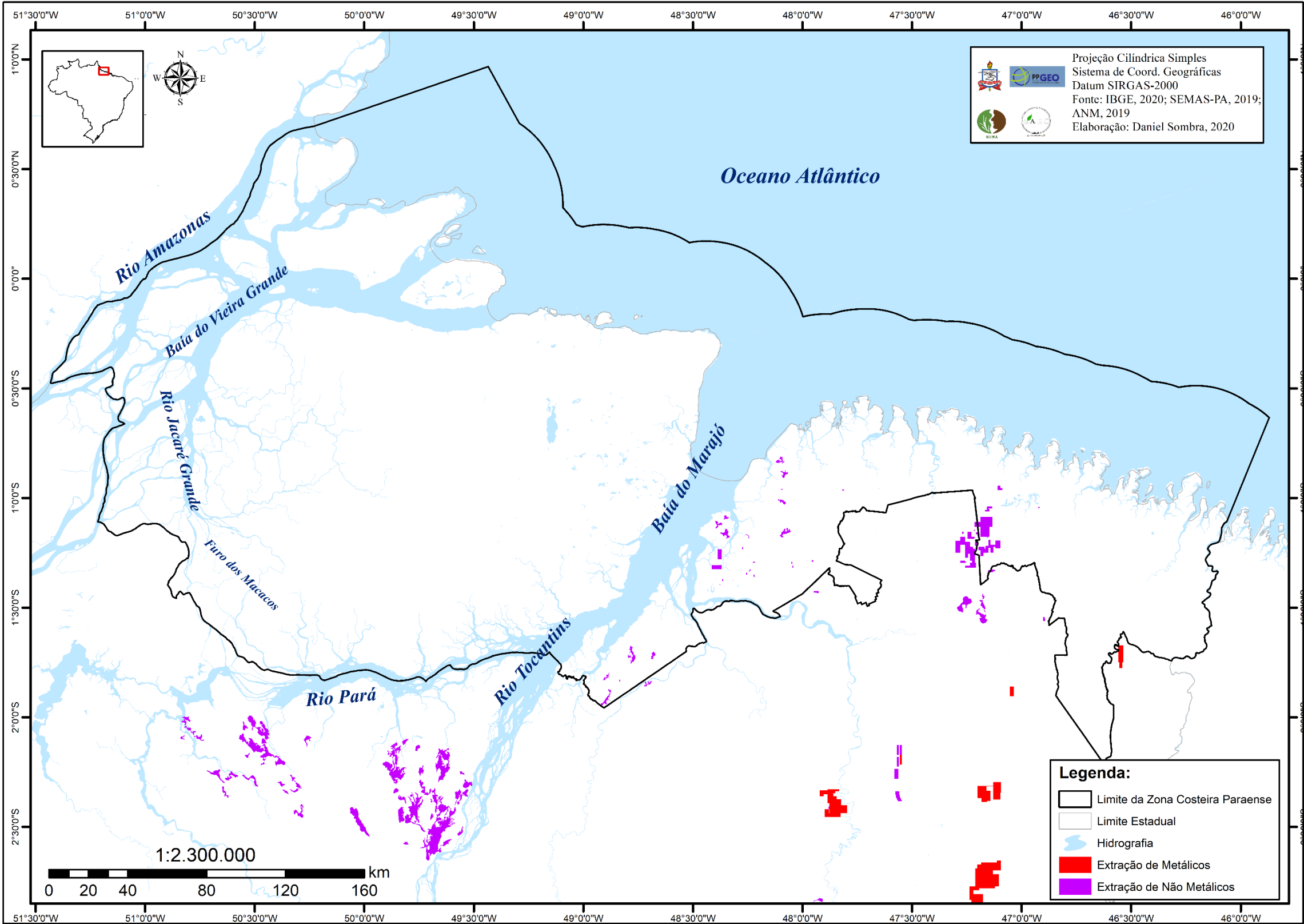
4.2.9 – A mineração

A atividade da mineração praticada em áreas costeiras representa sempre um potencial de riscos ambientais, conforme mostra (2019), analisando os casos de México, Chile e Peru. Silva e Lima (2017) ilustram como essa atividade econômica se tornou a mais importante da economia paraense.

O mapa da figura 25 ilustra a atividade da mineração presente na Zona Costeira Paraense.

²⁹⁰ “Outro aspecto comprometedor ao meio ambiente é o despejo de esgoto subterrâneo [...] direto no Rio Maratauíra, o qual banha a cidade. Os detritos urbanos acabam se deteriorando em contato com a água, liberando substâncias tóxicas e facilitando o aparecimento de organismos anaeróbicos que comprometem a sobrevivência que necessitam de oxigênio” (ALVES, 2009, p. 191). Essa descrição que Alves (2009) realiza para o caso de Abaetetuba é comum não apenas na Zona Costeira Paraense, mas em toda a Amazônia. Costa (2017) apontou situação similar em Bragança.

Figura 25: Mapa da mineração na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE, 2020; SEMAS-PA, 2019; ANM, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUJA/UFPA), 2020.

Os estudos de Leite et al. (2018a) e Leite, Sombra e Sombra (2018). Leite, Soares e Trindade (2016) e Leite et al (2018b, 2018c) ilustram como essa atividade é concentradora de renda no estado do Pará, enquanto Silva (2004) ilustra os conflitos e o reordenamento territorial provocado pela mineração no sudeste do estado do Pará.

Na Zona Costeira Paraense, os casos mais relevantes de mineração, envolvendo extração de elementos não metálicos se localizam em Capanema e Primavera. Costa e Soares (2021) identificam que no intermédio entre o alto e o médio curso do Rio Caeté é possível identificar há um prolongamento de reta branco interrompendo as ocupações no solo.

Trata-se de um mineroduto de propriedade particular que interliga áreas de extração de calcário à área de beneficiamento deste produto. A plataforma de transformação de calcário se encontra no município de Capanema. Kalife (2013) e Costa (2017) investigam os impactos dessa atividade nos recursos hídricos, atingindo o bem-estar dos moradores e comunidades que fazem uso da água nessa área.

Analisando o caso da extração de calcário em Primavera, Souza (2018) concluiu que os conflitos socioambientais gerados não se resumem às disputas em relação unicamente sobre apropriação e significação sobre os recursos naturais. Para o autor, os desdobramentos oriundos dessa relação expõem questões sobre o controle territorial, criando cenários que colocam o município em posição caudatária, e os atores sociais locais sem protagonismo no que diz respeito à tomada de decisões sobre os rumos sobre o espaço geográfico, que, no entanto, é comum a eles e ao grande empreendimento.

No caso da mineração de elementos metálicos, o destaque vai para Paragominas, que possui uma área de extração de bauxita, e um mineroduto que atravessa os municípios de Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena (LEITE et al., 2013). Barcarena que herdou da época dos Grandes Projetos uma estrutura de processamento industrial de bauxita, é o município de campeão de acidentes ambientais no estado do Pará.

Lemos e Pimentel (2021) identificam doze inquéritos da polícia ambiental envolvendo acidentes ou crimes ambientais em Barcarena, ao passo que em 2018, uma CPI identificou, entre 2000 e 2018, a ocorrência de vinte e seis acidentes ambientais no município de Barcarena (CÂMARA, 2018).

As empresas mineradoras, conforme lembram Silva (2014) e Canto (2016), se tornaram, não obstante, forças sociais que interferem em outras atividades produtivas. Não apenas na questão industrial e portuária, que lhe são infraestruturais. Mas também

na disseminação monoculturas no espaço agrário, seja as monoculturas de paricá e eucalipto, em Paragominas (FERNANDES, 2011), seja a monocultura de palma de dendê, no vale do Rio Acará (SANTOS, 2018).

Há outras atividades de mineração em menor escala, como a extração de argila ou areia. Atividades de menor escala, geralmente empreendidas por comerciantes e políticos de força local. Ataíde (2019) analisa a extração de areia e outros agregados para a construção civil realizada em áreas de APP de cursos hídricos na Vigia, enquanto Araújo, Lima e Soares (2019) analisam os impactos sociais (concentração de renda) e ambientais da extração de argila em Ourém, antiga área de mineração aurífera exaurida.

Um último comentário cabe sobre os garimpos. Nesse ponto, na Zona Costeira Paraense, destaca-se o conflituoso caso do vale do Rio Piriá, dissecado por Loureiro (1996), não apenas pela contaminação dos rios, mas pela vinculação entre mineração, agronegócio e elites locais que resultou em um dos maiores conflitos armados (e luta social em forma de guerrilha²⁹¹) da Democracia novíssima não apenas na Zona Costeira Paraense, mas na Amazônia como um todo.

²⁹¹ “Esta é uma história de camponeses dotados de alto grau de consciência da própria dignidade e que foram empurrados para a marginalidade por um Estado que deveria manter os seus direitos previstos na legislação do país. É uma comédia humana em que se confundem, de um lado, empresas que empregam pistoleiros empunhando, dizem, a bandeira da ordem e, de outro, humildes lavradores com muita coragem e personalidade, capazes de enfrentar a mentira com a exposição da própria vida. Enfrentaram inimigos protegidos pelo Estado, primeiro recorrendo às instâncias legais. Esgotados estes recursos resistiram com os mesmos métodos dos seus antagonistas. Uma diferença deve ser feita, porém. A de que a luta dos posseiros perseguidos era resistência aos mais degradados meios de exploração e aviltamento dos direitos civis. A do Estado que os liquidou, apesar de baseada na legalidade, era tão ilegítima que o obrigou a redimir-se na primeira curva da História. Algo comparável ao que aconteceu com Joana d’Arc, na França, Tiradentes, no Brasil, William Wallace, na Escócia, Zapata, no México. O mesmo Estado que mata no primeiro momento, em seguida aproveita e usufrui a bravura dos heróis, incorporando antropofagicamente o valor e as virtudes celebradas pelo povo. É um drama em que os conceitos são revolidos em sua essência por força do questionamento da construção do direito, da ordem, da propriedade, do Bem e do Mal. A teoria de Hobsbawm em que caracteriza os bandidos sociais ao estilo de Robin Hood é utilizada como referência neste trabalho. O conceito ganha força pelo sujeito analisado. Estas são as impressões que ficam da leitura de [...] Loureiro (1996). [...] ‘Quintino da Silva Lira nasceu no município de Augusto Correa em 1947 e morreu em Viseu (povoado de Vila Nova) aos 38 anos de idade, no dia 4 de janeiro de 1985. Mudou-se para Viseu ainda novo. Quintino desde jovem era chamado por fazendeiros para trabalhos temporários como amansador de boi e burro brabo, atividade que lhe conferia enorme mobilidade na área e, ao mesmo tempo, grande conhecimento dos rios, igarapés e matas, das estradas e caminhos entre fazendas, povoados, vilas e cidades da região. Este saber lhe foi útil mais tarde, quando começou a atuar com seu bando e precisou escapar das buscas e dos cercos policiais’. Posseiro em mais de um lote, perseguido mais de uma vez, tentando resolver por via judicial uma disputa de terra na qual foi lesado pelo adversário que destruíra sua plantação de bananas, e esgotados todos os recursos burocráticos, resolve fazer justiça pelas próprias mãos, começando uma escalada de mortes que o transforma em justiceiro dos colonos da Gleba Cidapar. Para isso assumiu o nome de Armando Oliveira da Silva, separou-se de Helena de Aviz, com quem teve quatro filhos – Albélia, Arlete, Aquiles, Alessandra, e passou a viver itinerante. A empresa que se funda sobre as terras griladas, em um complicado esbulho possessório cuja origem remonta aos tempos das sesmarias, faz a extensão da área sair de 60.984 para 387.255 hectares, sobrepondo-se aos direitos de comunidades indígenas e camponesas existentes em sua superfície. A ação do Estado e sua política de favorecimento do capital praticamente autoriza a violência da empresa CIDAPAR e de fazendeiros sobre

4.3 – Os vetores técnicos ecológicos

Os vetores técnicos ecológicos (VTE) constituem uma articulação contraditória e sinérgica de forças que se encontram²⁹²: a) movimentos sociais em prol da reforma agrária e da luta pela terra que passaram a uma agenda mais ambiental, de “luta pelo território”

os posseiros da região. Estes últimos, organizados, recorreram mais de quinze vezes às diversas instâncias do poder público, em vão. No curso destas disputas, constatada a parcialidade das instituições contra os camponeses e índios, a figura e métodos de um homem decidido e injustiçado ganham dimensão e passam a representar a forma de enfrentamento contra as violências. Quintino entrou na História tentando corrigir a política de favorecimento das empresas agropecuárias em detrimento dos posseiros, entre os quais se incluía. Não chegou a ser absorvido em tempo algum pelo poder dominante, não se inseriu em uma luta pela transformação do regime, não teve suas idéias [sic] assumidas por uma população genericamente rebelada contra o Estado, não foi conhecido a não ser em uma área limitada, e em um tempo, por enquanto, muito restrito, diferentemente de outros líderes de rebeliões camponesas. Quintino chegou a ter o apoio de toda a população da área em que vivia, podendo mobilizar mais de duzentos homens, se necessário, para as ações de justiça que executava, sempre de comum acordo com os colonos, e por solicitação destes. Loureiro não faz comparações, preferindo distinguir Quintino sobretudo dos cangaceiros do Nordeste e associá-lo ao bandido social descrito por Hobsbawm em que o modelo é Robin Hood. O personagem paraense tem uma ética cristã, baseada no antagonismo entre o Bem e o Mal representados por colonos x empresa e nele se inspira para orientar os do seu grupo. A empresa CIDAPAR utilizava-se de pistoleiros, de homens pagos para matar e fazer indignidades aos lavradores honrados da região e, portanto, era má. Os colonos queriam a terra para nela trabalhar e criar os seus filhos, representando o Bem. O Estado e o Governador Jader Barbalho são preservados na concepção expressa nas palavras de Quintino. Vistos como algo acima da contradição, deveriam regular os conflitos, intervindo a favor dos camponeses. Como não o fizeram no tempo que era de fazer, transmitiram aos empresários o poder político. ‘Este poder que se potencializa no Estado pelo exercício da autoridade: pelo fato de que o Estado é a única entidade que detém a capacidade de exercer a violência em nome do direito instituído na sociedade. Há, entretanto, um poder político que ultrapassa os limites do Estado e mais – que se situa fora do Estado e que, com frequência [sic] se manifesta contra ele. Esta forma de poder político pode ser encontrada nos grupos de pressão, seja de empresários, de religiosos, da imprensa ou nos movimentos sociais’ [...]. A obra tem a virtude de esclarecer fatos organizando-os em uma perspectiva de interpretação histórica e sociológica que fortalece uma visão dinâmica das ciências sociais. A de que os oprimidos são atores cuja existência não pode ser tratada como a de simples objeto da ação dos opressores. Eles cumprem um papel político em que influenciam diretrizes e comportamentos do Estado e dos seus antagonistas obrigando-os a manobras e derrotas. Os excluídos não o são sem um preço, sem uma demonstração de seu descontentamento, de sua revolta, e da incoerência dos seus opositores que necessitam de sua existência enquanto categoria social” (GUERRA, 1997, p. 201-203).

²⁹² Esse encontro entre movimentos ambientalistas, movimentos trabalhistas clássicos e movimentos em defesa dos direitos de populações comunitárias com frações da própria burguesia (do capital) é um fenômeno global e interestelar. Os desafios impostos por grandes projetos (rodovias, hidrelétricas, mineração etc.) impostos à reprodução de sociedades comunitárias e de ecossistemas ameaçados leva a essa sinergia, conforme atestam, por exemplo, os estudos de Alamgir et al. (2020) para o caso do enfrentamento dos projetos rodoviários e hidrelétricos no estado malaio de Sarawak, na Ilha Bornéu; e os de Sloan et al. (2019) para o caso da Ilha Sumatra, na Indonésia. Há autores que afirmam que a globalização se caracteriza, entre outros elementos, pelas articulações interestelares entre diversos movimentos sociais locais e outros atores constituindo, por vezes, um protótipo de “sociedade civil global”. Para Keck e Sikkink (2012), a campanha contra o desmatamento em Sarawak é um exemplo que ilustra a construção de rede global de entrelaçamento entre movimentos sociais e movimentos ambientalistas. Já Khagram (2012) afirma que a construção de projetos de grandes hidrelétricas ao redor do mundo tem provocado como reação a emergência de uma sociedade civil transnacional e interestelar, com objetivos em comum, como, por exemplo, cobrar medidas dos bancos multinacionais de desenvolvimento. “The transnational coalition received a boost with the initiation of a new campaign that opposed many of the practices of multilateral development banks, including their support for dams” (KHAGRAM, 2012, p. 462).

(GONÇALVES, 2005), pela justiça ambiental (SANTOS, 2013), pela justiça territorial (CRUZ, 2013; LIMA, 2015), dentro do espectro amplo do que Acseirad (2010) nomeou de “ambientalização das lutas sociais”, pelo qual reforma agrária e proteção ambiental passaram a integrar uma única agenda; b) movimentos ambientalistas (locais e internacionais) que ingressam na agenda da reforma agrária, no contexto da “ambientalização das lutas sociais”; c) frações de capital (local, nacional, internacional) interessadas em extração de mais valor a partir de relações de produção que coadunem com a chamada “agenda verde”; d) frações da burocracia (e inteligência) estatal brasileira, lutando, dentro do Estado brasileiro e seus entes, pela materialização de uma nova agenda ambiental brasileira.

Vê-se logo que se tratam de forças contraditórias, as quais não necessariamente possuem os mesmos interesses e as mesmas projeções territoriais, mas que em um dado evento sinérgico se encontraram e passaram a pressionar as ações estatais em uma direção outra, distinta da égide dos “Grandes Projetos”, em condutância ao que também se passava nos mais importantes Estados nacionais latino-americanos, levando alguns estudiosos a nomearem esses governos de “pós neoliberais”.

Rojas (2015) pontua os argumentos em favor dessa conceituação e também elencou as principais características em comum desses governos. Zibechi (2012), porém, ressalta que a despeito das características “pós-neoliberais”, esses governos (em especial o caso brasileiro, influenciando nos acontecimentos dos demais) também implementaram uma onda de neodesenvolvimentismo. Contraditoriamente, isso significou, para os termos da Zona Costeira Paraense, em particular, e para a Amazônia sul-americana como um todo, uma política de incentivo simultânea e contraditória aos VTE e aos VTI.

Os casos das monoculturas do açaí e de árvores de reflorestamento, comentadas na sessão sobre os VTI, na realidade, caracterizam-se muito mais como VTE. São monoculturas que se espalham pelo entorno da Zona Costeira Paraense com o discurso de proteção ou recuperação ambiental e, simultaneamente, de políticas de emprego e valorização dos “saberes tradicionais”. Tagore (2017), para o caso do açaí, e Fernandes (2011), para o caso do reflorestamento, analisam a contradição entre discurso e prática.

O próprio caso da dendeicultura também tentou emplacar, em certo momento, o discurso de “cultura sustentável”, aproveitando o contexto da produção do biodiesel. Em vários aspectos, este projeto de monocultura ilustrou o projeto de “conciliação de classes”, envolvendo uma complexa e contraditória articulação de empresas do agronegócio com sindicatos dos trabalhadores rurais e representantes da agricultura

familiar em um único projeto sinérgico, com “casamento oficializado” pelo Estado, em um único discurso hegemônico (CÓRDOBA et al., 2018).

Feitas essas ressalvas, não se pode deixar de destacar o protagonismo político assumido por agentes e classes sociais historicamente excluídas nesse novo momento. Se a característica marcante na fase dos Grandes Projetos foi a passagem para a subsunção real do trabalho ao capital, com as consequências depredatórias sobre as comunidades e meio ambiente locais, o período da Democracia novíssima, ancorado pela Constituição de 1988, com fase acelerada durante os governos ditos “pós neoliberais” entre 2003 e 2016, foi marcado pelo reconhecimento dos direitos territoriais das chamadas “populações tradicionais” (FLORES; ROCHA, 2018).

E quando se menciona as assim chamadas “populações tradicionais”²⁹³, na verdade se está se referindo aos posseiros historicamente explorados, obrigados a fornecer renda – em trabalho ou produtos, e, muito raramente, em dinheiro – através de atividades econômicas compensatórias aos ciclos de acumulação hegemônicos.

Doravante, com sua posse coletiva e suas territorialidades asseguradas por lei e registrada em papéis oficiais, garantida a sua reprodução social nos espaços que vivem, fazendo uso dos recursos ambientais presentes – e também reconhecidos, em última instância, esses espaços como definitivamente como parte inalienável do patrimônio fundiário da União, conforme assegurado em duas oportunidades pelo STF, e, assim, como espaços prioritários para proteção ambiental e uso social – essas populações se empoderaram, e podem, pela primeira vez, organizar-se e exigir um preço justo pelo valor do seu trabalho familiar ou comunitário.

A seguir são indicadas unidades territoriais e institucionais (e atividades produtivas) que auxiliam na identificação dos VTE, mas deve ficar claro que os VTE são fenômenos de movimento, e de alterações das dinâmicas espaciais, e não são materializados ou cristalizados nas unidades citadas a seguir, sendo essas, isso sim, espaços privilegiados para perceber a atuação dos VTE.

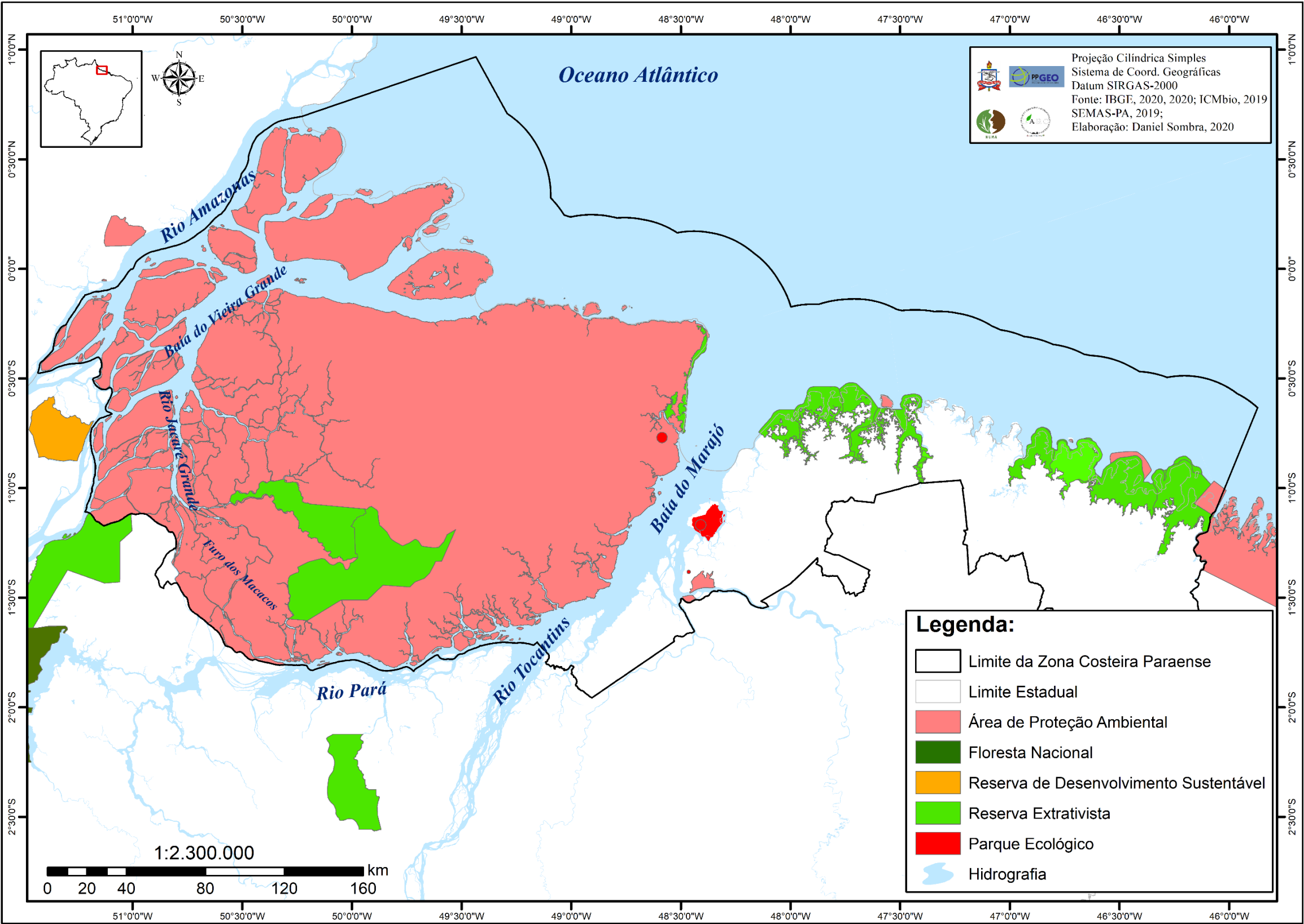
²⁹³ A PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) define povos e comunidades tradicionais como sendo: Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). Essa definição jurídica é questionada enquanto conceito teórico por Canto (2016), que acredita que o conceito possua a armadilha de querer cristalizar essas populações em um determinado tempo, como se elas fossem registro de um passado, sem direito a um futuro.

4.3.1 – As unidades de conservação de uso sustentável

Há uma diversidade de UCs distribuídas ao longo da Zona Costeira Paraense, conforme ilustra o mapa da figura 26. De acordo com Canto et al. (2018), existem na Zona Costeira Paraense vinte e duas UCs, sendo vinte de uso sustentável e duas de proteção integral.

Essas UCs cobrem vinte e três municípios da costa do estado, sendo: *a*) catorze Reserva Extrativista (RESEXs); *b*) cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAs); *c*) uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); *d*) um Refúgio de Vida Silvestre (REVIS); e, *e*) um Parque Estadual (PES). Para Canto et al. (2018), essas UCs precisam ser gerenciadas de modo que sua existência possa se refletir no desenvolvimento das sociedades locais que nela vivem e trabalham.

Figura 26: Mapa das Unidades de Conservação na Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geoespaciais: IBGE, 2020; ICMbio, 2019; SEMAS-PA, 2019; IDEFLOR-bio, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

Na Zona Costeira Paraense, ao visualizar-se o mapa das unidades de conservação, sobressai-se, inicialmente, a APA Estadual do Marajó, dividindo espaço com três grandes Reservas Extrativistas Federais, das quais duas localizadas no ambiente dos Furos do Marajó (Mapuá, no município de Breves, e Terra Grande – Pracuúba no município de Curralinho), e uma, a RESEX de Soure, é uma RESEX marinha, de ambiente costeiro.

A despeito de todo o arquipélago estar envolvido na APA, esta parece ser mais umas das situações que correspondem mais às letras legais do que à efetividade das relações sociais. Éleres (2011) comenta que no contexto do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do estado do Pará, como iniciativa política para recuperar as áreas federais (as já comentadas margens de cem quilômetros das rodovias, incluindo as planejadas), instituiu UCs estaduais no Marajó, no Baixo Amazonas e no vale do Tapajós para “compensar” o desmatamento e povoamento consolidado das áreas de fronteira e também do nordeste do estado do Pará (incluindo o trecho continental da Zona Costeira²⁹⁴).

O trecho continental da Zona Costeira Paraense apresenta destaque para as Reservas Extrativistas, principalmente, acompanhadas por algumas APA's cobrindo sobretudo os ambientes de manguezais costeiros nas chamadas reentrâncias amazônicas. Destacam-se, para Canto et al. (2018), as diversas formas de uso dos territórios nessas UCs, as quais envolvem sedes municipais e distritais, empresas, fazendas, sítios, chácaras, casas de veraneio e casas de famílias e unidades de produção de imigrantes, ocupantes, assentados, ribeirinhos, pescadores, praieiros, beiradeiros, quilombolas, dentre outros, que vivem de múltiplas atividades econômicas necessárias para as suas sobrevivências.

O caso de Salinópolis – comentado brevemente por Marçal (2019) – chama a atenção. De Chaves (na APA do Marajó) a Viseu (com duas APAs municipais e a RESEX Gurupi-Piriá), o trecho ocupado pelos municípios de Salinópolis, São João de Pirabas, Primavera e Quatipuru é o único da linha de costa não coberto por nenhuma unidade de conservação. Em particular, o trecho entre Soure e Viseu é também um contínuo de RESEX, ponteados por APAs estaduais e municipais, e interrompido no trecho dos quatro municípios supracitados. É necessário apontar que da parte do ICMbio, os relatórios com

²⁹⁴ Melo (2017) argumenta que a escala do ZEE do estado do Pará foi inadequada para a Zona Costeira Paraense, e no afã de liberar as áreas costeiras do trecho continental e as áreas de fronteira, ou povoamento consolidado do sudeste do estado do Pará, o governo ignorou a presença de ecossistemas locais de vital importância não apenas ecológica, mas socioambiental, presentes no litoral, os quais, para o autor, não estão suficientemente abrangidos nas atuais UCs existentes.

diagnósticos socioambientais foram finalizados. Eram peças de documentos necessárias para a criação da RESEX Salinópolis (ICMbio, 2017), da RESEX São João de Pirabas (e ampliação da RESEX Chocoaré Mato Grosso, em Santarém Novo) (ICMbio, 2016b), da RESEX Rio Primavera (ICMbio, 2016a) e da RESEX Boa Vista do Quatipuru (ICMbio, 2015) foram finalizados.

Esse procedimento se encontra paralisado, e perdeu força, a partir de 2016, com a mudança político-institucional brusca na política federal de regulação ambiental. Souza (2014) aponta ainda que do ponto de vista das elites locais de Salinópolis (e Belém), a implantação de uma RESEX em Salinópolis, ou mesmo nos municípios vizinhos apresentaria um entrave para o turismo. Souza (2018) ilustrou também como o empreendimento de mineração existente em Primavera também criou uma onda de resistência ao fechamento do “arco verde” na linha de costa paraense.

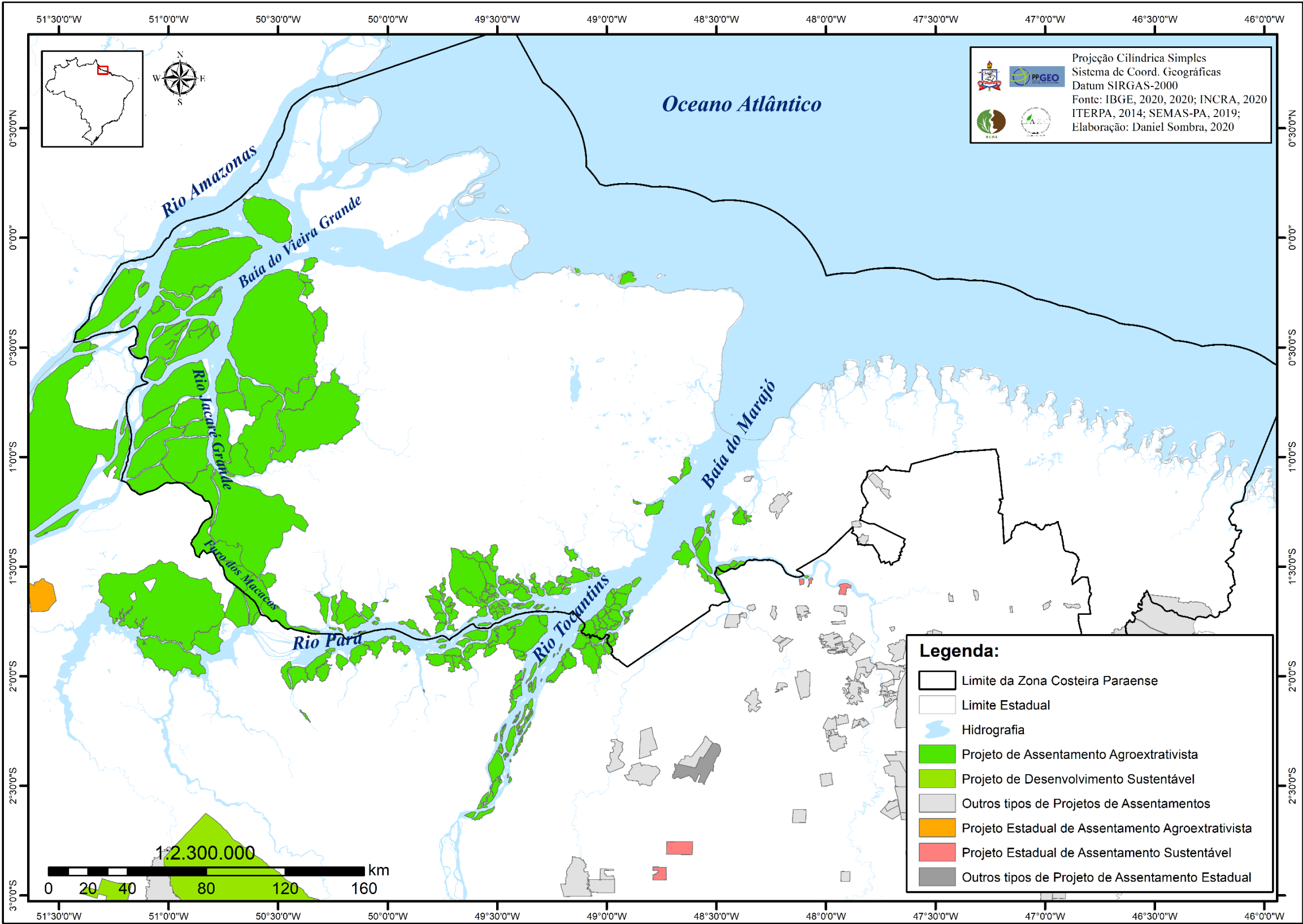
É importante, apontar, ainda sobre as RESEXs, que a pesquisa de Soares (2016) ilustrou como, em certos casos, a força de trabalho comunitária das RESEXs continua a ser açambarcada, de tempos em tempos, por grandes empresas pesqueiras, e, em alguns casos, por produtores de carcinicultura, que possuem tanques escavados próximos às áreas das RESEX, e, de quando em quando, aproveitam a pequena produção para complementar sua produção. A presença de várias geleiras (indústrias de gelo) adjacentes a essas unidades de conservação é um indicador do fato, para Soares (2016).

4.3.2 – Os projetos de assentamento agroextrativista

Além das RESEXs, também saltam aos olhos os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), modalidade especial de assentamentos do INCRA para comunidades tradicionais, e que atualmente estão institucionalizados em praticamente todas as ilhas menores do Arquipélago Marajoara, e no setor estuarino da Zona Costeira Paraense.

Isso englobou também, as ilhas dos municípios da Região Metropolitana de Belém, representando uma política pública não apenas de caráter socioambiental, mas também socioeconômico no sentido de acesso a políticas de crédito e fomento à distribuição de renda. Para Quaresma (2020), a institucionalização das ilhas de Belém como PAEs tiveram impactos positivos na distribuição de renda, e, principalmente, na mobilidade dos habitantes, e no seu acesso à água potável. As ilhas convertidas em PAEs na Zona Costeira Paraense são apresentadas no mapa da figura 27.

Figura 27: Mapa dos assentamentos por tipologia na Zona Costeira Paraense.



Fonte de dados geoespaciais: IBGE, 2020; INCRA, 2020; ITERPA, 2014; SEMAS-PA, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

De acordo com Costa et al. (2021), das quarenta e quatro ilhas do município de Belém, apenas três não foram convertidas em PAEs: Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba. Essas são as únicas ilhas belenenses que possuem domicílios em situação urbana, segundo o IBGE. Mosqueiro e Outeiro são também as únicas que possuem bairros institucionalizados no município de Belém.

A urbanização²⁹⁵ e o turismo²⁹⁶ crescentes nas três ilhas representam o principal entrave²⁹⁷ para a constituição das três ilhas também como PAEs, o que motivou uma série de conflitos institucionais entre SPU, de um lado, e ITERPA e Prefeitura de Belém de outro, conforme apontam Cañete (2014) e Rolim (2014).

Para Sombra et al. (2018), a institucionalização dos PAE, conjuntamente a uma série de medidas, principalmente a de acesso à crédito, inverteram uma relação histórica, permitindo um protagonismo das comunidades pesqueiras. Moraes (2007b), Cruz e Moraes (2012) e Piraux et al. (2017) destacam o êxito dos acordos de pesca em Cameté e Limoeiro do Ajuru. Dimensão que foi possível, efetivamente, graças à democratização da gestão dos recursos públicos possibilitada por este instrumento, conforme afirmam Soares et al. (2018c). Já Almeida, Moraes e Fernandes (2012) destacam como a luta pela

²⁹⁵ Os desafios para a gestão municipal que a urbanização insular significa em Belém é analisada por Brandão (2009), enquanto os impactos ambientais e socioeconômicos da forma que essa urbanização insular se dá é comentada por Ferreira, Lobo e Fonseca (2009). Já Gusmão, Soares e Lobo (2021) comentam o impacto que a vilegiatura possui sobre a expansão de domicílios de uso ocasional, especificamente na Ilha do Mosqueiro. Nesse ínterim, Silva e Cañete (2016) argumentam que Mosqueiro foi a primeira ilha pesqueira a sofrer uma mudança estrutural e funcional, convertida uma área urbana e turística, deixando apenas espaços sobrando para a pesca e o extrativismo tradicional. Situação que vem se dando, em distintas velocidades, em Marudá (Marapanim), Algodoal (Maracanã) e Ajuruteua (Bragança), entre os casos mais destacados – os dois primeiros analisados por Canto et al. (2018) e o último comentado por Maneschy (1995) e Ranieri (2018).

²⁹⁶ O turismo de veraneio e seus impactos na Ilha de Mosqueiro é analisado Ribeiro (2007), enquanto que a expansão do turismo, em correlação com a urbanização e o desmatamento na Ilha de Cotijuba são estudados por Fernandes (2017) e Rocha (2017).

²⁹⁷ “Desde o entorno metropolitano, em Belém (Outeiro e Mosqueiro), Marapanim (Marudá), Maracanã (Algodoal), Salinópolis e Bragança (Ajuruteua), o turismo de segunda residência tem apresentado a sua força e seu impacto como atividade que altera a dinâmica de expansão urbana do litoral por meio de ocupações irregulares e da elevação do preço da terra. Alguns pontos luminosos dedicados ao turismo quebram a “sintonia verde” que se estabelece ali: a cidade de Salinópolis (maior ponto turístico de veraneio dos belenenses), a vila de Marudá (Marapanim), a vila de Ajuruteua (Bragança) e a ilha de Algodoal são alguns exemplos, sem olvidar que a última está imersa em uma Área de Proteção Ambiental (APA) estadual: a APA de Algodoal-Maiandeuá. Frequentemente, tem-se observado o processo de concentração de populações e de atividades humanas ao longo ou perto do litoral. Esse processo está apoiado por duas principais lógicas de atratividade: a lógica da ordem da produção material, que visa à busca de uma eficiência econômica crescente ligada à globalização do comércio e permitida, em particular, pela revolução do transporte marítimo e terrestre; e a lógica de recreação, pesquisa de amenidades: turismo, busca locais de residência agradáveis, associados ou não aos locais de trabalho etc.” (ROCHA; SOARES; MORAES, 2018, p. 60).

institucionalização dos acordos de pesca em São Caetano de Odivelas foi basilar para o processo de criação da RESEX Mocapajuba.

No baixo curso do Rio Tocantins, os principais conflitos socioambientais envolvendo as comunidades pesqueiras não são conflitos com a pesca industrial, como ocorre na linha de costa, no mar territorial e na Baía do Marajó (SOARES et al., 2019). Os principais conflitos socioambientais e territoriais nessa área ocorrem com os demais VTI herdados dos Grandes Projetos, com um grande destaque para os projetos instalados em Barcarena (ARAÚJO et al., 2019).

Há principais problemas decorrem com os navios graneleiros, mineiros e de transporte de gado, que partem do sistema portuário de Barcarena. E também relacionados aos impactos da mineração na atividade pesqueira e nas comunidades ribeirinhas. Problemas e conflitos socioambientais que não ficam restritos a Barcarena, havendo estudos em Abaetetuba (FERREIRA et al., 2021) e Limoeiro do Ajuru (SILVA JR. et al., 2021).

Ferreira e Brabo (2021) e Benassuly, Trindade e Simões (2017) destacam os impactos provocados pela usina hidrelétrica de Tucuruí na atividade pesqueira, sobretudo em Baião, onde o efeito da maré foi atenuado, e desregulado em função da abertura e fechamento das comportas, sendo este município a primeira zona de impacto do empreendimento do ponto de vista piscoso.

Nesse sentido, as comunidades pesqueiras e ribeirinhas da Zona Costeira Paraense e seu entorno se tornam protagonistas na luta contra grandes empreendimentos²⁹⁸, e tem estado entre as bases de apoio de importantes movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Em síntese, para Soares et al. (2019), os PAEs foram uma política pública territorial fundamental para a emergência dos VTI, em múltiplas dimensões, favorecendo também a descentralização da gestão ambiental (COUTINHO et al., 2021). Pureza (2017), por sua vez, analisando o caso de Curralinho, na Ilha do Marajó, dispõe sobre os limites desse tipo de instrumento legal territorial, e os conflitos territoriais e institucionais (de conhecimentos, saberes e relações de poder) que estão subjacentes às experiências dos PAEs.

²⁹⁸ Comuns por toda a Amazônia brasileira, como mostram os estudos de Quaresma (2017) para o caso do Rio Xingu, no Pará, e Lima et al. (2020), para o caso do Rio Araguari, no Amapá.

Negrão (2019), por sua vez, destaca os benefícios que algumas comunidades extrativistas nos PAEs de Abaetetuba têm tido do ponto de vista financeiro e político ao integrar a cadeia produtiva do açaí. Porém, conforme nota Tagore (2017), também criaram as condições efetivas, inclusive de financiamento e assistência técnica²⁹⁹ voltada para tal para fomentar o açaí como uma monocultura.

A pesquisa desenvolvida por Piraux et al. (2017; 2019) também ilustrou que vários minifúndios, mas principalmente comunidades das ilhas dos PAEs adjacentes à Região Metropolitana de Belém possuem sua produção de hortaliças e frutas regionais açambarcados pelos grandes supermercados da cidade.

Curiosamente, três dos grandes supermercados de Belém foram empreendimentos que evoluíram das redes de comércio do regatão, e suas relações de trabalho e troca baseadas no aviamento. Um quarto grande supermercado (em crise atualmente, mas que foi o maior do Pará por quatro décadas) é de propriedade de migrantes japoneses, que também iniciaram sua rede aos moldes do regatão, aviando mercadorias para pescadores no litoral paraense³⁰⁰.

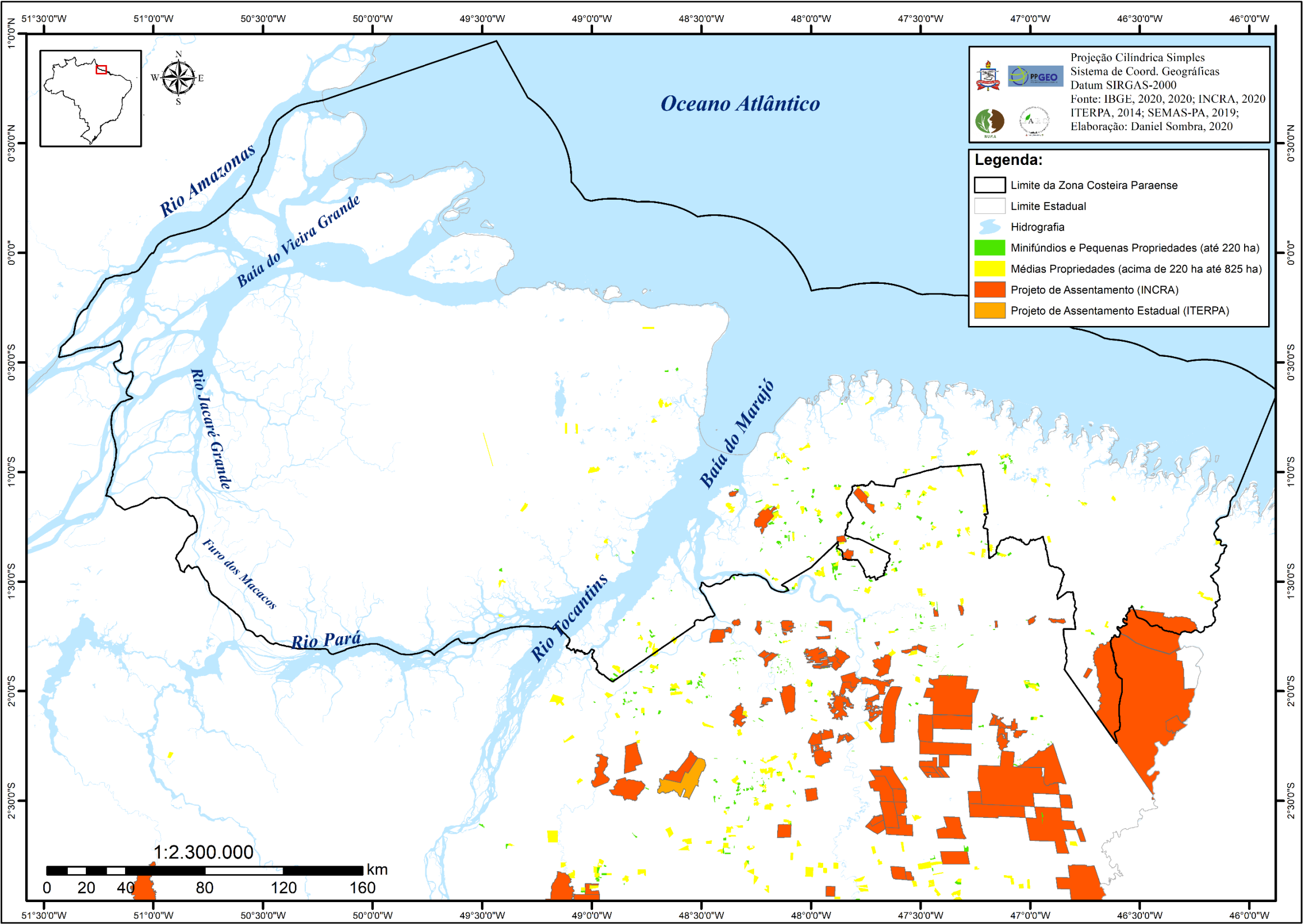
4.3.3 – Os assentamentos e minifúndios da agricultura familiar

Os assentamentos tradicionais – Projetos de Assentamento (PA) – foram englobados junto aos minifúndios, para se referir à agricultura familiar como um todo. O mapa da figura 28 apresenta os assentamentos e minifúndios da Zona Costeira Paraense.

²⁹⁹ Em trabalho de campo, no município de Cametá, entrevistando um gerente técnico da EMATER/PA, registrou-se a seguinte fala: “Fazemos o acompanhamento dos produtores, nas ilhas de baixo, ilhas do meio e ilhas de cima. As que mais possuem açaí são as ilhas de baixo e as ilhas do meio. As ilhas de cima se concentram na pesca. Estamos adotando o manejo do açaí. Então, o açaí tem fornecido renda para os pequenos produtores. Nós recomendamos o ‘raleamento’ da vegetação”. Questionado sobre o que é o “raleamento” da vegetação, respondeu: “é a supressão das outras plantas que não são o açaí, pra deixar mais espaço pro açaí. Também recomendamos que o produtor não deixe o açaí crescer muito, para que não torne muito dificultosa a colheita. A partir de certa altura, é melhor cortar logo a planta, e aproveitar o palmito”.

³⁰⁰ O caso é comentado por Furtado (1987).

Figura 28: Mapa dos minifúndios, pequenas propriedades e assentamentos tradicionais da Zona Costeira Paraense.



Fonte: 1

A primeira distinção que salta os olhos comparando os mapas das figuras 27 e 28 é a extensão e situação dos assentamentos tradicionais frente aos assentamentos agroextrativistas. Aqueles se concentram na margem esquerda do Rio Tocantins, abundando no interflúvio entre Rio Tocantins e Rio Amazonas/Rio Xingu, até à foz conjunta, no delta/estuário marajoara.

Ao contrário, nos tabuleiros do interflúvio entre Rio Tocantins e Rio Gurupi, abundam os assentamentos tradicionais, consolidando as sucessivas faixas de migrantes que chegaram nas décadas anteriores. O município de Tailândia, em 2010, era o único município paraense contendo habitantes naturais de todas as vinte e sete unidades da federação brasileira.

Piraux et al. (2017) constaram em sua pesquisa que as condições promovidas pela criação dos PAE nas ilhas e várzeas (atreladas às novas políticas creditícias) provocou uma migração de retorno (em alguns casos, migração nova) da terra firme para as ilhas e várzeas, o que já havia sido constatado por Quaresma et al. (2015).

As condições socioeconômicas e agroalimentares dos assentamentos da terra firme, sobretudo na faixa de produção da pimenta do reino, decadente desde a crise ecológica/econômica³⁰¹ do início dos anos 2000, não eram boas, motivo pelo qual muitos pequenos agricultores aderiram aos contratos de parceria com as empresas de monocultura de palma.

Entretanto, os assentamentos e minifúndios continuam sendo peças fundamentais na produção de alimentos, e, portanto, determinantes para a segurança alimentar, conforme investigam Chaves, Maneschy e Barbosa (2021), a partir de seu estudo de caso no município de Marapanim. Situação que representa uma síntese em toda a Zona Costeira Paraense³⁰².

Muitos minifúndios e assentamentos se tornaram, por outro lado, de fato parte da bacia de produção da dendeicultura. Mas esta monocultura não é o único caso de uma grande empresa açambarcando a produção de vários minifúndios.

³⁰¹ No início dos anos 2000 coincidiram dois eventos. Um de cunho ecológico, o espriamento da fusariose, praga que devastou os cultivos de pimenta, diminuindo sua qualidade. Outro de cunho econômico, a queda internacional dos preços da pimenta. Em conjunto, derivaram em uma crise da qual os produtores ainda não se recuperaram.

³⁰² Em trabalho de campo no município de Bujaru, em entrevista com importante líder de uma associação de agricultores e agricultoras registrou-se a seguinte fala: “Contraditoriamente, são os próprios programas que criam os mercados institucionais, o PNAE e o PAA, que nos garantem resistir contra essa onda de dendeicultura. É paradoxal, mas é isso. Programas do Estado nos ajudam a enfrentar outro projeto do próprio Estado” referindo-se ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Empresas de cosméticos e perfumes, por exemplo, possuem na Zona Costeira Paraense sua bacia de produção, onde vários produtos são tanto cultivados (agricultura) como extraídos (extrativismo). Tratam-se de raízes, óleos, sementes, flores de plantas diversas de onde se extraem as essências que constituem a matéria-prima dessa indústria.

Os minifúndios das planícies alagadas de Santo Antônio do Tauá são um exemplo desse tipo de produção. Por ali, uma grande empresa de cosméticos possui contratos com uma miríade de comunidades, as quais, com essa negociação, passaram a constituir associações com certa força política local, além de se destacarem por produzir serviços básicos de forma independente do Estado (luz elétrica e ônibus escolar, por exemplo). Por outro lado, essas comunidades se tornaram especializadas neste tipo de produção, não havendo mais tempo de trabalho para produzir os próprios meios de subsistência³⁰³, tal como ocorre na monocultura de palma de dendê e na monocultura do açaí.

Nunes, Teles e Tavares (2017) estudam o caso do óleo de inajá, planta nativa da região, extraída em Cametá. Essa planta possui as mesmas potencialidades que o óleo de palma, seja do ponto de vista da indústria alimentícia, seja do ponto de vista da produção de biocombustíveis. Atualmente existe uma cooperativa de pequenos produtores, que exporta o produto para a Europa.

Os autores defendem que o mesmo pode constituir uma alternativa de valorização do conhecimento local e de alternativa à expansão da monocultura de palma, com maior possibilidade de consórcio com culturas locais. Em todo o caso, o exemplo do açaí mostra que uma vez um produto se torna uma *commodity* internacional, faz pouca diferença se a espécie é nativa ou não, sendo mais importante a escala do circuito espacial da produção, e, sobretudo, as relações de produção, incluindo o controle do processo de trabalho.

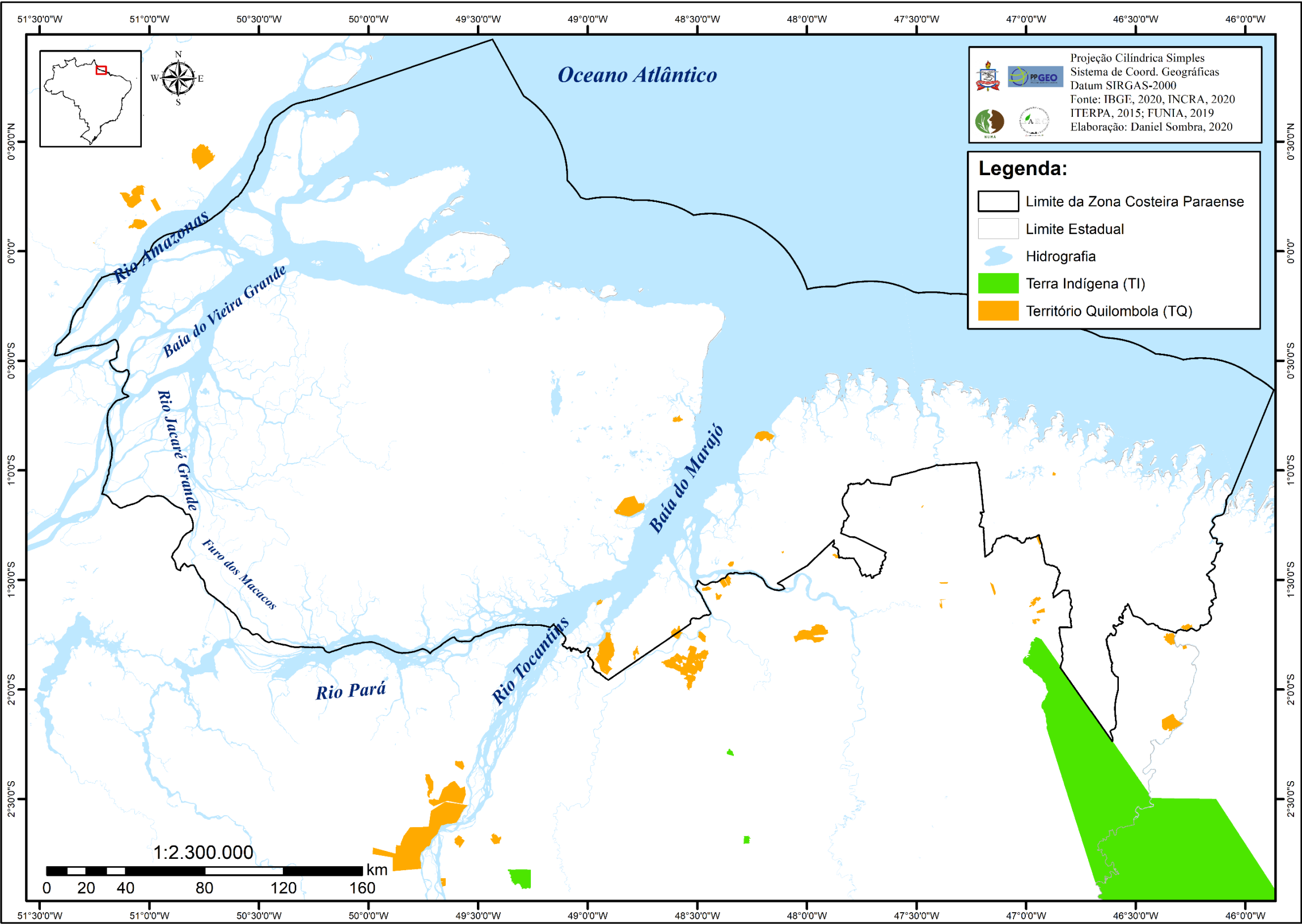
³⁰³ Em trabalho de campo no município de Santo Antônio do Tauá, em entrevista com importante líder de uma associação de pequenos produtores registrou-se a seguinte fala: “Tudo o que nós temos aqui, devemos à [nome da empresa]. Se dependesse da Prefeitura ou do governo do Estado, aqui continuaria sem nada. Esse ônibus aqui que leva as crianças pra escola, nós mesmos compramos. A luz, nós que instalamos os postes e a fiação, antes do Programa Luz pra todos. E tudo com o dinheiro desses produtos”. Perguntado sobre a produção de alimentos próprios, respondeu: “Trabalhamos direitinho. Pra entregar o produto como eles exigem, a gente tem que se dedicar. Não dá tempo de fazer outros tipos de cultivo. Mas com o dinheiro, a gente compra na feira. Temos só uns frangos e coisa que não dá muito trabalho aqui”.

4.3.4 – Os territórios quilombolas e terras indígenas

Entre os municípios da Zona Costeira Paraense não há uma Terra Indígena (TI). As Terras Indígenas mais próximas estão nos municípios que foram nomeadores, nessa Tese de Doutorado em Geografia, de “entorno da Zona Costeira”. Se localizam no vale do Rio Moju, no vale do Rio Acará, e a maior delas, no vale do Rio Capim, no município de Paragominas.

O mapa da figura 29 apresenta as Terras Indígenas (TI) e Territórios Quilombolas (TQ) presentes no contexto espacial dos municípios da Zona Costeira Paraense e seu entorno.

Figura 29: Mapa das Terras Indígenas (TI) e Territórios Quilombolas (TQ) da Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geospaciais: IBGE, 2020; INCRA, 2020; ITERPA, 2015; FUNAI, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPa), 2020.

Há Territórios Quilombolas (TQ) em Salvaterra e Cachoeira do Arari, no Arquipélago Marajoara. Na Zona Costeira Continental, há Territórios Quilombolas em Colares, em Tracuateua, em Viseu, em Abaetetuba, e até em Marituba, na Região Metropolitana de Belém. Neste caso, trata-se de um conjunto de comunidades quilombolas vivendo uma zona periurbana.

Considerando os municípios do entorno da Zona Costeira, as maiores concentrações de TQ estão no município de Mocajuba, na margem esquerda do Rio Tocantins, e principalmente em Abaetetuba, e nos baixos cursos do Rio Moju e Rio Acará, nos municípios que possuem os nomes dos respectivos rios.

Córdoba et al (2018) destaca que os Territórios Quilombolas constituíram a principal frente efetiva de resistência à dendeicultura, não havendo nenhum caso de êxito nas tentativas de contratos coletivos das empresas monocultoras de palma com as comunidades quilombolas.

Entretanto, conflitos territoriais envolvendo os Territórios Quilombolas com as monoculturas são comuns. Castro (2019) analisa os casos dos Territórios Quilombolas do baixo curso do Rio Moju, e registra cartograficamente a expansão de cultivos de monocultura de palma adentrando a área pertencente ao Território Quilombola de Jambuaçu.

Cabral (2017) e Leão (2019) analisa os conflitos socioambientais envolvendo as comunidades quilombolas marajoaras com pecuaristas tradicionais, e, principalmente, com a recente e crescente monocultura do arroz instalada na ilha. E, agora mais recentemente, protagonizam a luta, por seus territórios, contra as obras portuárias e de dragagem do rio para viabilizar a hidrovia³⁰⁴ Tocantins-Araguaia (LOPES; MASCARENHAS, 2021).

Piroux et al (2019) comentam acerca da importância das comunidades quilombolas na produção de alimentos, com destaque para a fruticultura e a produção de farinha de mandioca. Há certo destaque das comunidades quilombolas de Mocajuba nesse sentido.

Com relação às Terras Indígenas presentes, os maiores conflitos ainda envolvem confrontos com madeireiros. As Terras Indígenas são praticamente os últimos grandes redutos de produtos madeireiros, sobretudo de madeiras nobres (PIRAUX et al., 2017).

³⁰⁴ A mesma que Nazaré (2001) alegava ser atacada pela “conspiração” dos ambientalistas e indigenistas, conforme já comentado.

No vale do Rio Capim, na Terra Indígena Alto Guamá, tem-se registrado conflitos graves com madeireiros e garimpeiros (SOARES et al., 2016).

Em Baião e no Moju, no alto curso do Rio Moju, após a frente madeireira, que, em certo sentido, avançou para além das Terras Indígenas, a nova onda de conflitos envolve os pecuaristas em expansão a partir das áreas planálticas do MATOPIBA. Ramos (2020) registra a existência de graves conflitos³⁰⁵ com pecuaristas e madeireiros envolvendo não apenas a TI Trocará, mas também na própria RESEX Ipaú-Anilzinho, na margem do Rio Tocantins.

4.4 – A subsunção do trabalho ao capital na Zona Costeira Paraense

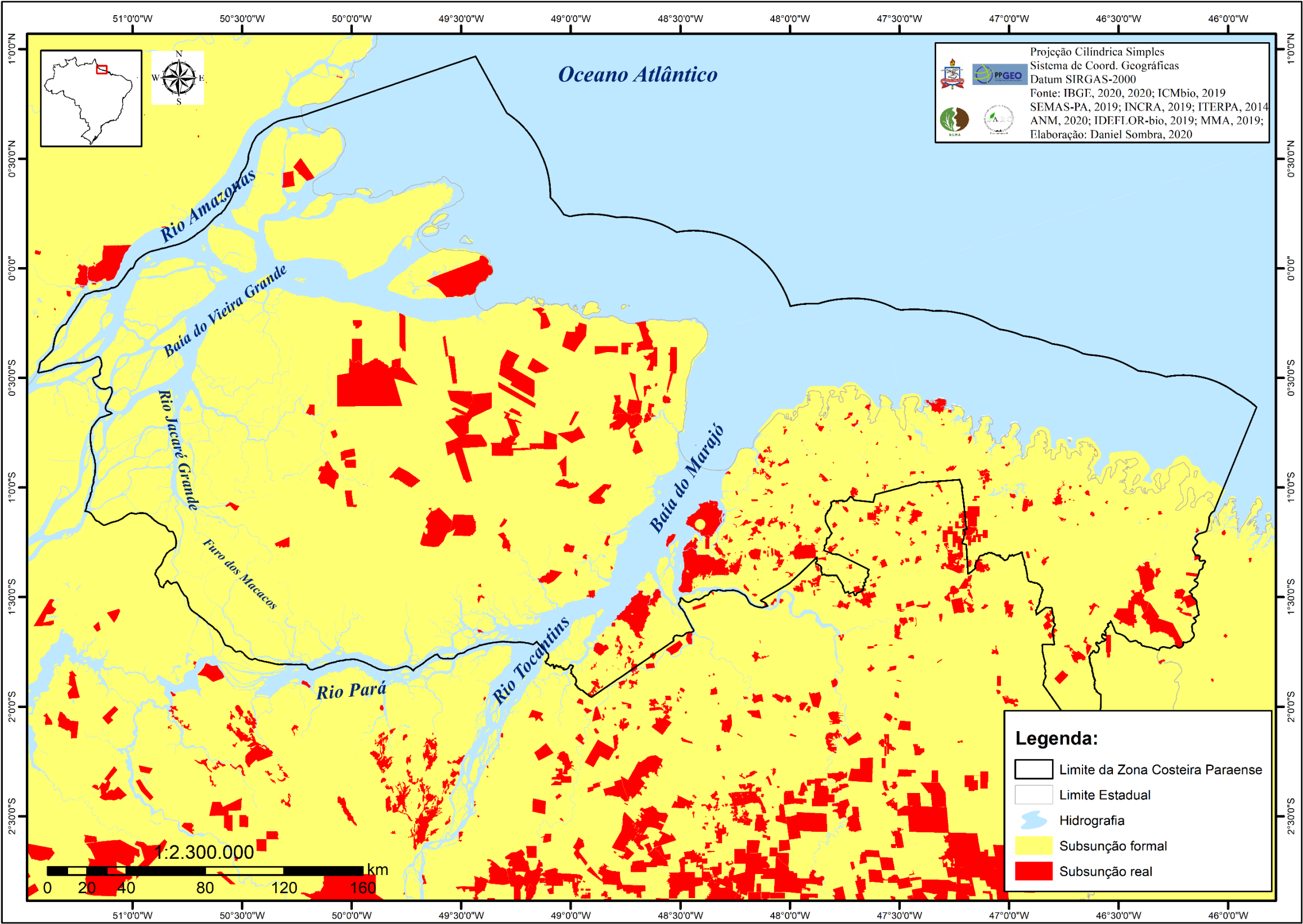
Como síntese se afirma que o processo de subsunção real do trabalho ao capital se tornou a nova força normal na reprodução do espaço geográfico amazônico costeiro. As relações de produção no espaço agrário.

O mapa da figura 30 apresenta uma proposição preliminar de interpretação do processo de subsunção do trabalho ao capital na Zona Costeira Paraense. Há evidentemente limites nesse tipo de aproximação, de vez que não cabe, verdadeiramente, enquadrar a relação entre forças produtivas e relações de produção em limites arbitrários que dizem mais respeito a propriedades, sejam privadas, estatais ou comunais.

Considerou-se as grandes propriedades de monoculturas da dendeicultura e de árvores de reflorestamento como indícios de subsunção real, em virtude de suas relações de produção dizerem respeito ao trabalho assalariado, à divisão técnica do trabalho e à alienação, próprias das relações capitalistas de produção. O eixo de interpretação das relações de produção é sintetizado na figura 6.

³⁰⁵ Situação verificada em outras espacialidades amazônicas, como, por exemplo, em Rondônia, onde conforme Silva et al. (2020), há ocorrências de graves conflitos envolvendo madeireiros e pecuaristas contra comunidades de Terras Indígenas e Reservas Extrativistas.

Figura 30: Mapa de uma proposição preliminar de interpretação do processo de subsunção (totalização) no espaço geográfico da Zona Costeira Paraense.



Fonte de Dados Geospaciais: IBGE, 2020; ICMbio, 2019; SEMAS-PA, 2019; INCRA, 2019; ITERPA, 2014; ANM, 2020; IDEFLOR-Bio, 2019; MMA, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

Não se ignora que no caso dos contratos das grandes empresas de monocultura de palma – o principal exemplo, mas também vale para as empresas de cosméticos e outros que possuem contratos similares com agricultores ou comunidades agroextrativistas – em virtude da manutenção da propriedade familiar, e, principalmente, das relações de trabalho familiares, o que se tem é uma reprodução da subsunção formal.

Por outro lado, como apontam Lewontin (1998) e Pye (2019), a partir dos casos malaio e indonésio, e Nahum e Santos (2014), a partir do caso paraense, mesmo quando se tem a reprodução da agricultura familiar, na prática, até pelo monopólio da compra do produto da dendeicultura, os agricultores familiares passam a contar com o valor do produto como se fosse um salário, uma remuneração por hora de trabalho.

O processo de trabalho também já não está mais sob o inteiro controle dos trabalhadores. No mais das vezes, os pequenos agricultores precisam contratar trabalhadores para lhes ajudar na colheita, sendo essas relações remuneradas, e não mais feitas em mutirão, como no passado, conforme atestam Córdoba et al. (2018).

A urbanização, ainda que de forma periférica e desigual, nos termos de Santos (2010b) e Davis (2006), é um indício da materialização da subsunção real. Não significa que urbanização e subsunção real seja sinônimos, mas significa, isso sim, que o atual processo de urbanização, derivado do êxodo rural acelerado pela era dos “Grandes Projetos” é um processo de contração de trabalho despossuído (“livre”, como preferem os economistas) para o capital, gerando, a um só tempo, a exterioridade da essência capitalista e a exterioridade da pobreza absoluta.

Os latifúndios, em geral, no mapa da figura 30, foram simbolizados como avanços da subsunção real. Mas há que considerar o caso da Ilha do Marajó. Se as relações de trabalho estabelecidas na rizicultura são, claramente, baseadas na subsunção real do trabalho ao capital, o mesmo não pode ser dito de todas as fazendas pecuaristas. Ainda há os pecuaristas bubalinos que utilizam suas propriedades como fundamento para a exploração do trabalho dos posseiros na forma das atividades compensatórias.

As atividades de mineração foram também englobadas como indícios de subsunção real, mas isso só o verdadeiramente para a grande mineração. É definitivamente o caso em Primavera, em Capanema, em Paragominas, em Barcarena, mas, não necessariamente em Cametá, Vigia ou Ourém, e, menos ainda nos garimpos de Viseu, Cachoeiro do Piriá e outros, esses ainda na base do aviamento, e na lógica das atividades compensatórias.

Uma vez considerados todos esses limites, na tentativa de traduzir em cartografia, ou seja, em geometria analítica, uma natureza que de fato mais responde aos termos da

física quântica – em que sim e não, em vez –, pode-se constatar, de modo preliminar, que a subsunção real se concentra na Região Metropolitana de Belém, com extensão em Barcarena, em pontos luminosos da linha de costa.

Como fronteira, caminha como onda a barlavento do antigo “arco do desmatamento” consolidando posições no planalto rebaixado da Amazônia, nos tabuleiros costeiros, fazendo um gradiente de transformações espaciais, na paisagem e no uso da terra no sentido leste-oeste e no sentido sul-norte. Ao mesmo, tempo, mas na escala dos vetores, parte dos pontos luminosos da linha de costa em direção a esse polígono maior de mudanças.

4.4.1 – A geografia da subsunção formal

De forma preliminar, pode-se dizer que imersão dos VTE – fundamentadas na correlação contraditória e conflituosa de frações da sociedade civil organizada, posseiros e frações de capital (local, nacional, mundial) – auxiliou na materialização de territórios “alternativos” institucionais.

Em grande parte, esses territórios institucionais englobam contraespaços (enquanto materialização espacial da exterioridade), em geral, contraespaços por anterioridade histórica. Reconhecer a anterioridade histórica implica em uma tautologia baseada na seguinte disjunção: são contraespaços por anterioridade histórica, *a*) em virtude de serem descendentes de relações de produção (e vida) anteriores ao modo de produção capitalista (nesse caso, na realidade, exclusivamente os povos indígenas), ou, *b*) em virtude de serem derivados de relações de produção (e vida) elaborados no processo de produção do espaço geográfico da subsunção formal (comunidades ribeirinhas, campesinas, extrativistas, quilombolas etc.), cuja forma de aglomerado comunitário foi elaborada na subsunção formal, mas cujas relações de produção são, afinal, pré-capitalistas.

Se se considerar, como foi feito para efeito de produzir o mapa, as relações de produção englobadas nos contraespaços por anterioridade histórica, convertidas em territórios oficiais do ordenamento territorial brasileiro, como relações de produção ainda não capitalistas, como é o caso em vários deles, tem-se aqui, pela primeira vez, a reprodução da subsunção formal sem as atividades compensatórias. Sem o controle da circulação.

Os mercados institucionais e as políticas territoriais e setoriais, vinculadas aos grandes programas nacionais, criaram condições para que não se necessite dos mecanismos de circulação e das relações de trabalho clássicas das elites locais, bem como

a segurança jurídica de suas posses, reconhecidas como propriedades coletivas, lhes desobriga a prestar trabalho (pagar renda, em trabalho, em produtos, em dinheiro) às elites locais, lhes desobriga a prestar as atividades compensatórias.

Em alguns casos, sobretudo quando em meio aos mecanismos institucionais, tem-se de fato, determinadas comunidades produtivas dependendo cada vez mais de grandes indústrias, e trocando seu produto do trabalho com o valor definido pelo tempo médio do trabalho, a ausência, ao menos, da divisão técnica do trabalho e do assalariamento os colocam como subsunção formal, mas afinal, o que tudo indicam, estão nesse limiar. Em totalização na direção da subsunção real.

4.4.2 – A geografia da subsunção real

As elites locais não estão alijadas dos VTI. Mesmo em VTI herdados de grandes projetos abissais, como é o caso, em particular da mineração, as elites locais conseguiram se reproduzir como parte do bloco hegemônico. E isso, na maioria das vezes utilizando a estrutura do Estado.

Mais que uma superestrutura, mais parece uma estrutura-processo que comanda e produz a infraestrutura, não apenas no sentido material, mas também social, reformatando as relações de produção e as próprias forças produtivas. Nahum (2006) já havia notado isso para Barcarena, mas no caso mais recente, com as empresas de mineração participando de forma ativa da na expansão das monoculturas (palma e reflorestamento) o que se tem visto é uma profunda imbricação entre municípios e empresas.

Funcionários das grandes corporações cedidos para as prefeituras municipais para elaborar pelas de CAR, EIA, RIMA e outros documentos técnicos são situações comuns. Além do mais, mesmo com o avanço dessas monoculturas, e o êxodo rural (e consequentemente, urbanização, periferização e proletarianização), as elites locais não perdem de todo o controle sobre o trabalho.

Apesar das atividades compensatórias se esvaírem, é comum na maioria dos grandes empreendimentos, sobretudo os agrícolas (com a situação se expandindo para o caso das indústrias pesqueiras, como já havia notado Sena (2006)), que o arregimento da força de trabalho assalariada nas plataformas produtivas, sobretudo no trato mais direto com os recursos primários (plantações, extrações, pescas etc.) se contratem empresas terceirizadas.

Conforme Córdoba et al. (2018) e Santos (2018) essas empresas terceirizadas pertencem, em geral, a prefeitos e vereadores dos municípios em questão, e costumam ter

uma série de denúncias trabalhistas na justiça, as quais motivaram a criação de sindicatos específicos para os trabalhadores rurais assalariados³⁰⁶, desmembrando-se dos antigos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

O reconhecimento da especificidade do trabalhador rural assalariado por parte do movimento sindical é um indício claro da proletarização. Entretanto, diante dos constantes acidentes de trabalho e uma série de direitos trabalhistas não cumpridos, os trabalhadores se defrontam a um só tempo com o grande capital internacional, produzindo, com a maquinaria, mais-valor relativo, cobrado de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário na escala do mercado mundial, e, ainda as velhas elites locais³⁰⁷, reforçadas pelo poder público local (executivo, legislativo e judiciário).

No caso dos imóveis voltados para uso ocasional, e no aparelhamento de pontos turísticos, com rede hoteleira, sucursais de grandes supermercados e franquias de bares, restaurantes e similares, novamente o que se vê são as velhas elites locais, reforçadas nos VTI, através de seus vínculos diretos e indiretos com o poder público local.

O Estado se torna um campo de forças e de lutas, sendo uma estrutura tão complexa e diversa, que, não raro, se vê dentro do mesmo ente lutas de classes distintas encampadas

³⁰⁶ “Sobre a legislação, as lideranças do SERMTAB apontam que a CLT não atende às demandas dos assalariados rurais, pois foi pensada para assalariados urbanos, e que se o sindicato se mantém nos moldes atuais, ele passa a servir como o papel de fiscal de direitos, e não de criador, inovador, já que seus direitos estão garantidos pela CLT. No Pará, até o mês de junho de 2015, além do sindicato de Moju, existiam os sindicatos dos empregados rurais nos municípios de Bonito, fundado no dia 12 de janeiro de 2014 e que detém por volta de 700 filiados, oriundos de um total de 1500 assalariados da empresa de dendê instalada no município; e de Concórdia do Pará e Bujará, criado no em 21 de janeiro de 2014 e que possui filiação automática dos trabalhadores assalariados ao sindicato, cujo número de associados corresponde ao de trabalhadores das empresas, em torno de 2000 assalariados. Nos dias 29 e 30 de junho de 2015, ocorreu o Conselho Deliberativo Extraordinário da FETAGRI, onde sete Sindicatos dos Trabalhadores Empregados Rurais – SINDITERs – se somaram, fundando a nova federação responsável por tratar dos interesses da categoria. A Federação dos Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará – FETERPA – foi aprovada e criada por unanimidade de votos no dia 30 de junho de 2015, quando também foi aprovado o primeiro estatuto e a primeira composição da diretoria, contando com dois sindicalistas do SERMTAB, que passará a ser SINDITER-Moju, segundo determinação do Conselho. Sob reforma estatutária, a padronização para a nomenclatura dos novos sindicatos também foi discutida. Para isso, foi necessária a compreensão de quem seriam os assalariados e os empregados nos termos políticos e judiciais de representação” (COSTA, 2016).

³⁰⁷ Em trabalho de campo, no município de Tailândia, em vila agro-operária, entrevistando um trabalhador rural de uma grande companhia internacional de produção de óleo de palma, mas vinculado através de empresa terceirizada, obteve-se o seguinte depoimento: “não adianta recorrer. Se você ameaçar entra na justiça, não só é demitido, como ainda pode ser preso. Veja que o dono da empresa [terceirizada] é o vice-presidente da câmara. O irmão dele é o juiz da comarca local. O primo é o delegado, aí já viu. E eu preciso trabalhar, não tenho nenhuma outra fonte de renda”. Este trabalhador em questão havia sofrido acidente, e um espinho de dendê (de aproximadamente 10 cm de extensão, e em algo em torno de 2 cm de diâmetro) adentrou seu braço, e por lá ficou alojado. O trabalhador não teve direito a atendimento médico, e, sem opções, seguiu a trabalhar normalmente, com o espinho alojado em seu corpo.

por programas contraditórios³⁰⁸, encampando assim, também os distintos interesses³⁰⁹ dos agentes sociais envolvidos nos vetores técnicos.

4.5 – Os contraespaços na Zona Costeira Paraense

Nesta fase histórica, com a institucionalização dos contraespaços por anterioridade histórica, sem a pressão da iminente expulsão das terras e perda do acesso aos recursos naturais, esse campesinato, esse conjunto de posseiros históricos, pode optar soberanamente por não produzir excedente algum, se for de seu interesse. Com isso, se ameaça romper em definitivo o último elemento resquício do período de hegemonia da subsunção formal do trabalho ao capital: as atividades compensatórias.

Nesse ínterim, é importante asseverar que a afirmação territorial possibilitada não apenas pelos instrumentos específicos do ordenamento territorial (UC, assentamentos e políticas de apoio correlatas), mas os próprios VTE tomados em conjunto auxiliam na destruição dos resquícios das tramas clientelísticas da subsunção formal, restando, doravante, apenas dois caminhos (não necessariamente excludentes entre si): *a*) o avanço das relações de produção do campesinato na direção da efetiva subsunção real do trabalho ao capital, provocando, evidentemente, uma diferenciação interna no campesinato (burguesia/proletariado); ou *b*) o contrário, o avanço na direção da negação do modo de produção capitalista como um todo (fortalecimento da conversão das exterioridades em alteridades).

Assim, trata-se definitivamente de um período de consolidação da hegemonia da subsunção real, em que os corpos de trabalho sobranes (campesinos) ou são realmente subsumidos ao capital ou se convertem em negações totais de sua natureza. Isso modifica qualitativamente a natureza da exterioridade desse campesinato em relação ao capital

³⁰⁸ Costa (2017), na esfera estadual, nota o conflito de projeções territoriais entre COSANPA e SEMAS-PA com relação ao controle e aos usos da água na bacia hidrográfica do Rio Caeté. Piraux et al (2017) e Córdoba et al. (2018) notam as políticas contraditórias, e o atroz conflito de interesses (e de classes) entre os antigos Ministério do Desenvolvimento Agrário (então MDA, atual SEAD), mais voltado à agricultura familiar, e Ministério da Pecuária e Abastecimento (MAPA), mais voltado ao agronegócio.

³⁰⁹ Em trabalho de campo, no município de Concórdia do Pará. Os escritórios da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente funcionavam no mesmo prédio de dois pavimentos, a primeira nos altos, e a última no térreo. O então secretário municipal de agricultura: “O que mais atrapalha os nossos projetos de desenvolvimento agrícola é esse aí [aponta com o dedo para baixo, e se refere ao secretário de meio ambiente], que põe trava em tudo. Representa um atraso no nosso município”. O então secretário de meio ambiente: “Tudo o que conseguimos, o dito cujo aí de cima [refere-se ao secretário de agricultura] toma. O caminhão que era pro lixo, virou caminhão para utensílios agrícolas. Nós temos projetos para os pequenos produtores e as comunidades, mas esse aí, com sua secretaria mancomunada com a Emater, atrapalha tudo. É um desassossego”.

(passagem da exterioridade por anterioridade histórica para exterioridade abstrata essencial ou exterioridade *post festum*).

A realidade mostra que a natureza da exterioridade dos corpos de trabalho que se defrontam e relacionam com o capital são momentos dinâmicos (são, em si mesmos, totalidades em totalização), e, portanto, não são classificações estanques ou definitivas. O campesinato assume a face de exterioridade abstrata essencial quando assume a relação de troca por tempo de trabalho com o sistema do capital – quer na relação de trabalho assalariada definitiva ou ainda protoassalariada, mas, quando. Nesse último caso, já de forma efetiva como remuneração do tempo médio de trabalho – e, nesse confronto, exigindo sempre os melhores preços possíveis para o valor de sua força de trabalho, da qual é subtraída o mais valor já na etapa da produção.

É assim que se deve interpretar o uso das UCs, dos PAEs e demais instrumentos de controle territorial (acordos de pesca, entre outros) para garantir o controle local do estoque de recursos, a proibição de atuação nessas áreas da pesca industrial, garantindo para essas populações o melhor preço possível, no cenário de luta de classes, para o valor de seu trabalho. Aqui se está diante das comunidades que possuem contratos e relações com as grandes empresas de pesca, piscicultura e carcinicultura. Soares et al. (2019) apontam que a indústria pesqueira paraense (e de outros estados), a partir do século XXI e de forma mais intensa a partir de 2010, passou a terceirizar a atividade da captura para a pesca artesanal, tornando obsoletos os navios dos anos 1960 e 1980.

As relações comerciais de comunidades litorâneas com as indústrias paraenses e nordestinas de pesca industrial (destaque para camarão e lagostas) seguem os mesmos padrões das relações estabelecidas pelas comunidades da bacia do Furo da Laura em contratos com empresas de perfumes e cosméticos, mas certamente o caso de dendeicultura nas bacias do Rio Marapanim, Rio Caeté e, com muito mais expressão, nos vales do Rio Moju e do Rio Acará são o maior exemplo do campesinato assumindo a face clara de exterioridade abstrata essencial, contrapondo-se ao capital como força de trabalho remunerada pelo tempo de trabalho médio e, afinal, convertendo-se em proletariado rural.

A segurança jurídica da propriedade ou concessão de uso da terra garante ao campesinato também a possibilidade de não fornecer renda ao capital e de não produzir qualquer excedente. Mas as relações de troca com o mercado mundial, a consolidação do custo da reprodução do trabalho jogado sobre o próprio trabalho, no fim, obriga-o a produzir excedente, e trocar o seu sobretrabalho, na base do valor de troca.

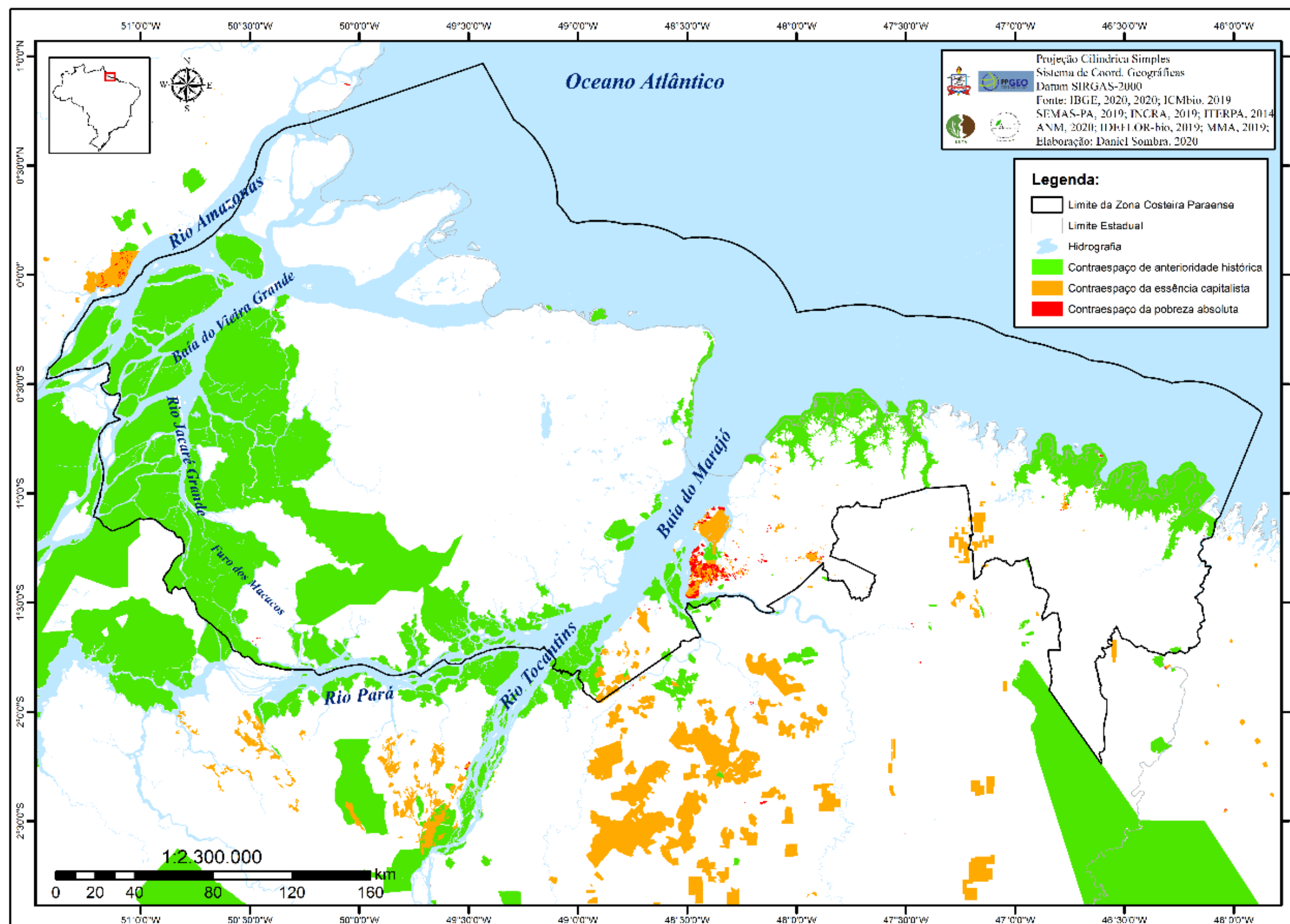
Não há, pois, mais trocas restritas entre comunidades, pois a troca hoje se dá com a mediação do mais-valor global, então, portanto, ainda que a produção se dê com base no controle do processo de trabalho e, agora, fora da propriedade privada dos meios de produção, no momento da troca, o camponês, ou pós-camponês, ou pré-assalariado, medeia o valor de seu trabalho (ainda que familiar) a partir da medida do tempo de trabalho médio global, ou tempo de trabalho socialmente necessário na escala do mercado mundial.

Do ponto de vista econômico, e mesmo sociológico, da sociedade burguesa, porém, a mera existência de contraespaços institucionalizados como territórios oficiais é um contrassenso, pois espaços e recursos não utilizados para a reprodução ampliada capitalista soam como “espaços desperdiçados”.

Quando assume essa face, o campesinato se defronta com o capital como exterioridade *post festum*. Não se trata mais da exterioridade por anterioridade histórica, porque o reconhecimento da territorialidade se dá nos termos cartoriais da sociedade burguesa, e a organização política perene, fortalecida pelo aprendizado territorial da gestão colegiada é condição para a reprodução da segurança jurídica e do território protegido institucionalizado. Trata-se de uma face de exterioridade *post festum* porque é derivada da expropriação e exploração capitalista, e uma reação a essa nos termos da sociedade burguesa.

Assim, o exercício que se faz no mapa da figura 32, que apresenta uma síntese dos contraespaços da Zona Costeira Paraense e seu entorno, tanto quanto o mapa da subsunção, é um exercício de visualização apriorístico. A experiência local leva a pensar que a natureza própria das exterioridades (e, logo, dos contraespaços) não precisa ser necessariamente fixa, daí a dificuldade de ficar enquadrando em tipologias fechadas.

Figura 31: Mapa de uma proposição preliminar de identificação dos contraespaços na Zona Costeira Paraense



Fonte de Dados Geospaciais: IBGE, 2020; ICMbio, 2019; SEMAS-PA, 2019; INCRA, 2019; ITERPA, 2014; ANM, 2020; IDEFLOR-Bio, 2019; MMA, 2019. Elaboração: autor da tese, LARC (NUMA/UFPA), 2020.

Mas o esforço de síntese cartográfica mostra como nos terrenos de marinha (e mar territorial), nos terrenos marginais (várzeas) e nas ilhas predominam os contraespaços por anterioridade histórica.

Nos tabuleiros da terra firme se vê hoje a proletarização, originando algo tantas vezes já visto nas espacialidades do mundo, a gênese dos contraespaços da essência capitalista, que, em geral, abundam na formação espacial brasileira, e se expandem de modo feroz na forma de complexos agroindustriais, cidades médias e *Company towns*.

E nas áreas metropolizadas grassam os contraespaços da pobreza absoluta. Se a urbanização representou, no Brasil já de forma consolidada, e na Amazônia, em consolidação, a materialização dos contraespaços da essência capitalista, a metropolização não representa outra coisa que não a materialização dos contraespaços da pobreza absoluta.

4.5.1 – Os contraespaços de anterioridade histórica

Reconhecer a anterioridade histórica desses contraespaços nos termos da disjunção lógica comentada na sessão 4.4.1, não implica, de modo algum, em afirmar que os contraespaços não façam parte do modo de produção capitalista.

Fazem parte. São a contradição também. Fizeram durante a hegemonia da subsunção formal, e são contraespaços cuja tendência é serem espaços de enfretamento à subsunção real. No enfretamento com o modo de produção capitalista, e seu sistema de circulação (baseado no mercado mundial), em uma primeira instância, e a imposição de uma nova forma de produção e reprodução do espaço e da própria vida, em uma segunda instância, esses contraespaços se encontram com os contraespaços produzidos pelo próprio modo de produção capitalista.

Como deixa claro o esquema da figura 7, os trabalhadores comunitários despossuídos dos modos de produção anteriores não ficam presos ou cristalizados nesses modos de vida pretéritos, como insistem alguns autores, com os rótulos de “tradicionais”. O tempo de todos é o tempo presente, e a resistência ao capital, a construção de um projeto de futuro se dá nas formas dos tempos vividos hoje.

As lutas aguerridas dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos pescadores, dos varzeiros, dos seringueiros, de todos eles, de todas elas, é uma luta pelo futuro. Pelo direito à vida.

4.5.2 – Os contraespaços da essência capitalista

A proletarianização que grassa em Castanhal, sediando as indústrias do açaí e uma série de outros empreendimentos de caráter agroindustrial, em Capanema, com a indústria cimenteira, em Bragança e na Vigia, com a indústria pesqueira, e nos vastos municípios da agroindústria da palma ilustra que o êxodo rural continua a ocorrer.

Essas cidades, tornadas mais complexas, apresentam cada vez mais a subsunção real do trabalho ao capital, convertendo a Zona Costeira Paraense em uma fronteira das fronteiras, com a urbanização se completando e caminhando para o modelo excludente de cidade que o Brasil possui.

Aglomerados em habitações cada vez mais precárias, em tecidos urbanos estendidos, essas cidades médias em estruturação apresentam escassez de direitos básicos, como saúde adequada, educação adequada, moradia digna, mobilidade (transportes precários), etc.

Enquanto isso, as elites locais que logram se reproduzir enquanto elites se apressam sem lotear suas antigas propriedades, e em vez de ter as atividades compensatórias como fundando de seu poder local, um fundamento de natureza extraeconômica, tornam-se, cada vez mais, rentistas urbanos.

Em geral, os contraespaços da essência capitalista também ilustram como as localizações, o sistema de posições geográficas, é cada vez mais mediado pela lei da renda diferencial II, sendo, neste aspecto, a grande zona insular da Zona Costeira Paraense um reduto de contraespaços por anterioridade histórica, com menos contraespaços da essência capitalista. Ali, com o peso ainda grande da lei da renda diferencial I, as atividades compensatórias ainda importam muito para as elites locais.

4.5.3 – Os contraespaços da pobreza absoluta

Às vezes, essas elites locais fazem uso das atividades compensatórias no Marajó, mas já se reproduzem na base do rentismo urbano em Belém, cuja apropriação da orla, terreno de marinha (em virtude da influência da maré) em grande parte realizada por essas elites marajoaras e tocantinas, cuja condição de elites lhe foi dada através do controle das atividades compensatórias.

Seja no campo, cada vez mais despovoado, e convertido em grandes desertos monocultores, seja na cidade, cada vez mais superlotada, com pessoas exprimidas em pequenos lotes urbanos, enquanto outros superfaturam em cima da atroz especulação

imobiliária, a água que tanto abunda na Amazônia, e constituiu, talvez, sempre a parte mais importante das propriedades privadas, ainda hoje é uma substância para poucos.

Os contraespaços da pobreza absoluta, ao fim e ao cabo, materializam o que Bordalo (2017) nomeia de “paradoxo das águas”, em concordância com a imagem destacada por Rodrigues (2010), qualificando a Amazônia como um “jardim de águas sedento”. A Zona Costeira Paraense materializa uma Amazônia de cidades ribeirinhas, em que já não se vê o rio em lugar nenhum. De ponto a ponto, os ecossistemas e grandes refúgios florestais são destruídos. As cidades são grandes favelas, e a maior parte da população, vivendo nesses espaços subsumidos ao capital, reproduzidos já nas condições do capital – com as relações com a natureza de segunda ordem apagando qualquer vestígio das relações realmente necessárias para a sobrevivência do humano, como diria Mészáros (2007) – precisando vilipendiar ainda mais a última dimensão de propriedade que lhe sobrou: a sua própria corporeidade e carnalidade banais.

Longe de um lugar *sui generis*, essa Amazônia costeira da pobreza absoluta é um lugar deveras comum nesse mundo, onde a exterioridade *post festum* é a grande massa do planeta, e, talvez por isso, a síntese dos contraespaços de hoje, em substituição à classe trabalhadora regularmente assalariada. Davis (2006) ao sintetizar esse quadro se refere a uma “traição do Estado”. Aludindo à perspectiva do contrato social burguês e à noção de deveres legais do Estado moderno para com seu povo, afiançado por constituições, o Estado abandona seus deveres, e se concentra na produção de projetos que aceleram a concentração de terras, a depredação de recursos naturais, a destruição de ecossistemas preservados, a desterritorialização de sociedades comunitárias e a intensificam a urbanização periférica do mundo. A geografia do espaço mundial que se reproduz é sobretudo uma descrição de grandes contraespaços de pobreza absoluta como produto do hoje, e quiçá, como bastião do futuro melhor.

É tentador pensar que nossos esforços no espaço ligam a humanidade a um futuro coletivo e cooperativo. Mas primeiro continuará a haver competição pela supremacia no espaço exterior. Os satélites na estão lá simplesmente para retransmitir nossas imagens de TV ou para prever o tempo: eles também espionam outros países, para ver quem está se movendo para onde e com o quê. Além disso, os Estados Unidos e a China estão empenhados no desenvolvimento da tecnologia do laser, que pode ser usada como arma, e ambos procuram assegurar a posse de um sistema de mísseis capaz de operar no espaço e anular a versão da concorrência. [...] Quando estamos tentando alcançar as estrelas, os desafios à nossa frente são tais que precisaremos talvez nos reunir para enfrenta-los: viajar pelo Universo, não como russos, americanos ou chineses, mas como representantes da humanidade. Até agora, porém, embora tenhamos escapado dos grilhões da gravidade, ainda estamos aprisionados em nossas mentes, limitados por nossa desconfiança do “outro” e por nossa competição primordial por recursos. Ainda há um longo caminho a percorrer (MARSHAL, 2018, p. 270, grifo do autor).

A escada que havia na passagem secreta era de caracol e os degraus tinham, em média cerca de 20 cm de largura. Tropeçou no primeiro degrau e foi caindo até o porão, batendo de um para o outro na descida. Antes mesmo de ir parar no chão do porão, teve a certeza de que tinha a perna partida. A dor parecia prolongar a queda e quando, finalmente, ela terminou e ele ficou imóvel, estranhou que não tivesse chegado ao fundo mais cedo. Em meio à escuridão, achou-se completamente cego e curiosamente surdo, até que um silêncio lhe penetrou os ouvidos e compreendeu que fora ele próprio quem criara esse silêncio, ao fazer uma pausa em meio ao grito que dera. A metade inferior de sua perna esquerda estava retorcida e não parecia pertencer-lhe, exceto como origem da dor que sentia. Estendeu o braço, impelido por uma curiosidade irresistível, e apalpou com os dedos ao longo da perna da calça, até tocar a pele partida. Mais além os dedos se recusavam a avançar e ele desmaiou pela primeira vez. Mas logo voltou a si; a dor era demasiado forte para lhe permitir alívio e ele tentou gritar novamente. Agora, uma dor de que antes não apercebera competia com a agonia causada pela perna. Levou os dedos ao lado direito da cabeça e tocou numa substância pegajosa que só podia ser sangue. O couro cabeludo se abriu. O urro que ele ouvia podia ser o da sua própria voz numa caverna e aquela passagem secreta era uma espécie de caverna. Nas trevas, não podia dizer se realmente perdera a vista, sintoma que ele vagamente recordava ter relação com as fraturas no crânio. Levantou o braço esquerdo: não conseguiu ver o mostrador do relógio. Estava cego. Não precisou da vista para observar o sintoma seguinte. Jorrou-lhe das narinas sem dor, mas com uma força de represa rebentada. Cascateou-se por sobre a boca, nauseando-o, e dando-lhe a certeza de que ia morrer. Perdeu novamente os sentidos e, quando voltou a si, viu que o seu corpo – e não ele – lutava por ar. Um compartimento do seu intelecto continha a informação de que não passaria daquela noite, pois ninguém lhe acudiria antes que fosse de manhã. Quem sentiria falta dele? Não combinara jantar com ninguém. Uma mulher, em Nova York (não conseguia lembrar-se do nome), estava esperando que lhe telefonasse, no dia seguinte. A última pessoa que o vira, Kitzmiller, não viria no dia seguinte. E quem sabia da existência da passagem secreta? Só uma pessoa, Hibbard, além dos marceneiros que a tinham construído. E era assim que tudo terminava, morrer esperando morrer porque não havia esperança de viver. Gritou uma vez mais, mas o grito foi abafado pela matéria que o estava sufocando. E logo – pois sempre é logo, seja quando for – chegou o momento que ninguém jamais contou a ninguém, e que nunca ninguém contará, porque é um segredo que pertence a Eles (O'HARA, 1973, p. 450-451).

Amou daquela vez como se fosse máquina
Beijou sua mulher como se fosse lógico
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas
Sentou pra descansar como se fosse um pássaro
E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contramão atrapalhando o sábado (BUARQUE, 1971).

CONCLUSÃO

Para fugir um pouco do óbvio e de comum, nesse texto desta Tese de Doutorado em Geografia, escrito de modo formal, casuístico em alguns momentos, a conclusão começa narrando certo episódio deveras informal. Certa vez, na cidade de Belém, após uma sessão de mesas e palestras em um grande evento nacional de Geografia que ocorria no campus da Universidade Federal do Pará, um determinado geógrafo, renomado em escala nacional, acompanhado de certa plêiade de geógrafos locais em um ambiente noturno e festivo, soltou o seguinte pensamento: “É interessante, afinal, como vocês da Amazônia insistem em falar mais do Estado do que do próprio capital. Vocês colocam uma centralidade até certo ponto absurda no Estado, que até parece que o Estado controla o capital, e não o contrário”.

Pois bem, trata-se de um fato. De forma consciente ou inconsciente, os trabalhos de geografia da Amazônia terminam sempre narrando as conjunturas, obras, projetos e impactos do Estado. Resistências, lutas, alianças e negações, com o Estado, pelo Estado e contra o Estado. Os excluídos; excluídos do Estado, pelo Estado. Afinal, quem é o agente central nesta narrativa? Seria essa então a particularidade, ou, até a singularidade da Amazônia, ilustrada a partir do caso da Zona Costeira Paraense?

A hipótese de síntese (de negação da negação) que guiou o projeto de pesquisa da Tese de Doutorado foi assim esboçada (e apresentada novamente no Capítulo 1): “a institucionalização dos contraespaços enquanto territórios oficiais possui como motor as contradições da sociedade total capitalista (postas as três formas de exterioridade de capital na Zona Costeira Paraense), mas a forma como são inseridas no arranjo espacial da formação brasileira, implica na reprodução da subsunção formal do trabalho ao capital, com a mediação de intermediários, cabendo o controle ao produto do trabalho e não necessariamente sobre o processo de trabalho, cabendo assim a reprodução das elites locais na função de intermediárias do bloco hegemônico – os que controlam os novos vetores (baseados na subsunção real), derivando isso em momentos de alternância entre a função e uso efetivo das terras públicas, em geral, e dos terrenos de marinha, em particular”.

Não obstante, não foi isso, exatamente o que se viu após a pesquisa. Não necessariamente a institucionalização dos contraespaços implica na reprodução da subsunção formal. Não necessariamente a reprodução das elites locais enquanto elites locais implica no controle sobre o produto do trabalho, em detrimento do controle do processo de trabalho. Não necessariamente essas elites se restringem à função de intermediárias.

O conceito de atividades compensatórias é uma ferramenta que auxilia a explicação da função da propriedade (*de jure* ou *de facto*) das terras e águas como condição de reprodução da subsunção formal, mas foi a melhor forma de explica-lo no contexto dessa tese. O conceito, aliás, baseado em literatura, é, em si mesmo, novo, surgido no meio da elucubração para a escrita desta Tese de Doutorado. Deve-se atentar, porém, que o mesmo perde efetividade conceitual na mesma medida em que tende a desaparecer no momento da eclosão da subsunção real, a qual ocorre quando há possibilidades efetivas de reprodução ampliada do capital, de produção não apenas do mais-valor absoluto, mas, principalmente, do mais-valor relativo.

O que a geografia da subsunção formal mostra, porém, é que mais do que uma natureza particular da Amazônia, o uso do Estado para a reprodução das elites locais baseadas na propriedade da terra e da água (e do solo e águas urbanos) ilustra a natureza da própria formação espacial brasileira. Certamente, na “região concentrada” (para utilizar um último conceito miltoniano), esta natureza está algo nuançada diante das formas heterogêneas das cidades e demais espaços confusos e brilhantes da subsunção real do trabalho ao capital.

Espaços esses brilhantes que tornam opacas as grandes extensões de habitações precárias que caracterizam as metrópoles brasileiras. Em espaços onde grassa a subsunção real do trabalho ao capital, a geografização que se vê no trabalho sobre a paisagem (a totalização da totalidade manifestada em formas fenomênicas) é a da reprodução das relações de produção capitalistas.

Mas não o era assim nesses espaços, antes da subsunção real. Todos os espaços coloniais foram espaços produzidos primeiramente com base na subsunção formal do trabalho ao capital e as atividades compensatórias explicam o poder das elites locais em toda a zona costeira brasileira colonial e suas incursões nas fronteiras dos sertões às montanhas dos Andes. Harris (2017) comenta que as pessoas da Amazônia não são diferentes das pessoas de qualquer lugar do mundo. Apesar da natureza exuberante dessas paisagens, esses lugares amazônicos têm história, e, portanto, vidas³¹⁰.

³¹⁰ Harris (2017, p. 367-368, grifos do autor), encerra sua obra (centrada na Cabanagem) afirmando que: “Ao lado dos feitos da rebelião, este livro tentou familiarizar o leitor com vidas de luta e sobrevivência, de que o movimento brotou. Vidas como a de Antônio, o escravo que desafiou os patrões brancos de Santarém, escarneceu de suas cerimônias religiosas e desejou suas mulheres; a da fugitiva da escravidão, que se tornou uma rainha em seu mocambo; a do índio que disse ‘não sou seu criado nem de ninguém’, desafiando a autoridade de um homem branco que lhe dava ordens. Ou as do Mura do Baixo Amazonas, que acolhiam escravos fugidos, atacavam propriedades e roubaram ao modo de Robin Hood, para distribuir a seus companheiros pobres. Essas pessoas usaram sua inteligência, sua paixão, sua coragem e seu humor para moldar uma vida. Alguns, criativamente, procuraram fazer algo além de suas circunstâncias, em vez de passivamente aceitá-las. Combinada às de milhares de homens e mulheres que buscaram criar uma nova sociedade, em que seriam tratados com justiça, organizariam seu trabalho e escolheriam seus líderes, temos a história de uma das maiores rebeliões do Brasil”. Uma obra fantástica, de síntese entre macro-história e micro-história, que convida a geografia (muito além desta Tese de

A Zona Costeira Paraense, em particular, como uma fronteira das fronteiras, permite vislumbrar eventos que, quando dissecados, ajudam a entender o funcionamento dos elementos constitutivos da formação espacial brasileira. Isso em virtude de ter sido, ao mesmo tempo, uma parte próxima do resto do Brasil colonial por sua condição costeira – a formação espacial brasileira é uma formação espacial costeira, e, tardiamente, torna-se continental – e uma parte central da Amazônia: a sua ponta de lança, o comando do sistema de cidades, vilas, portos, fortes e igrejas da bacia hidrográfica.

A discussão possibilitou reconhecer algumas particularidades da Zona Costeira Paraense, no recorte aqui trabalhado, tanto em relação às estruturas espaciais herdadas dos processos de povoamento desde o período colonial, quanto às dinâmicas territoriais e aos vetores de mudança espacial e desenvolvimento.

Primeiramente, por um lado, percebe-se o papel estruturado da circulação na produção do espaço e do sistema de povoamento e ocupação do território em suas diversas fases: fluviomarinha, ferroviária e rodoviária. Por outro lado, observa-se a emergência de duas estruturas espaciais, verdadeiras “faixas geoeconômicas” associadas às condições ambientais peculiares da zona costeira: a primeira diz respeito à zona de planícies aluviais e de planícies de mangue, onde, predominantemente, ocorrem extrativismo e pesca, enquanto que a segunda diz respeito à zona dos tabuleiros e à planície costeira, dominada por minifúndios da agricultura familiar.

Em segundo lugar, evidencia-se uma série de processos sociais, econômicos e políticos que tem estimulado mudanças espaciais da Zona Costeira Paraense. Além da urbanização–metropolização e da litoralização pela via do turismo de segunda residência e o lazer; dois vetores de desenvolvimento regional estão presentes, ora se articulando, ora se contradizendo: o vetor técnico industrial e o vetor técnico ecológico.

O primeiro diz respeito ao avanço da atividade industrial e portuária presente na transformação do alumínio no âmbito do complexo Albrás-Alunorte, em Barcarena, e na expansão da atividade pesqueira industrial. Desde Abaetetuba, passando pelas margens da baía do Guajará até Icoaraci e alcançando o limite oriental da Zona Costeira Paraense, em Viseu, a pesca industrial em suas diversas faces é presença estruturante. Em situação de confrontos e sobreposições territoriais com a pesca industrial, os praticantes da pesca artesanal conseguem seu espaço em meio à ampliação dos espaços produtivos do capitalismo.

Doutorado) a repensar qualquer dicotomia entre metanarrativas e micronarrativas. Convida a pensar em “fissurar o capitalismo”.

Os pescadores artesanais podem ser considerados os camponeses das águas. Na pesca artesanal prevalecem relações de trabalho não assalariado, mas há clara extração de excedente dos parceiros (pescadores despossuídos) em relação aos proprietários. A institucionalização das micro e pequenas empresas resultou em novas oportunidades para os pequenos produtores de se livrarem da mediação dos tradicionais atravessadores que detinham o controle da esfera da circulação da produção. Ainda que, em última instância, esse processo implique na subsunção real do trabalho ao capital, agora projetada ao nível do espaço geográfico desde a escala do Estado nacional sobre as relações de produção nas arenas locais, isso também significa oportunidades concretas de reterritorialização da pesca artesanal não somente como existência, mas como projetos alternativos de contraespaços.

Verifica-se, também, a presença da monocultura do dendê, do reflorestamento e a pecuária mais intensiva avançando os tabuleiros, encontrando, e englobando as largas paisagens de pecuária extensiva do passado. Os municípios (Paragominas, Ipixuna do Pará, Concórdia do Pará, Aurora do Pará, Mãe do Rio, Irituia, Tomé-Açu, Tailândia, Moju e Acará) situados nos tabuleiros, nos vales na direção dos altos cursos dos Rios Capim, Acará, Acará-Mirim e Moju estão cada vez mais caracterizados por uma população migrante. Este processo consolidado no vale do Rio Capim, está em consolidação nos demais supracitados.

As condições técnicas apresentadas são superiores às áreas de cultura tradicional, e também se nota maior diversificação da produção, apesar do claro avanço da monocultura de palma, e da monocultura de árvores de reflorestamento. A barlavento dos programas de financiamento da agricultura familiar voltados especificamente para o apoio aos projetos monocultores, notam-se a emergência de projetos de fruticultura, piscicultura, pequena pecuária leiteira etc.

As organizações da sociedade civil refletem os dois estágios de subsunção. Enquanto no baixo curso do Rio Moju e Rio Acará predominam as associações quilombolas, de ribeirinhos e outras populações locais (ou como a literatura tem nomeado, “populações tradicionais”), no alto curso dos mesmos rios, são mais atuantes os sindicatos, sobretudo de trabalhadores rurais assalariados, refletindo uma realidade de urbanização periférica provocada pela monocultura de palma.

No vale do Rio Tocantins, em direção a seu médio curso em sua margem direita (na altura de Mocajuba e Baião), a população se concentra mais na terra firme do que nas ilhas e várzeas, e ali a agricultura familiar enfrenta grandes dificuldades, não conseguindo ainda superar a decadência da produção da pimenta. Há importantes processos de especialização na produção de farinha de mandioca.

Uma tipologia de lutas sociais frente aos projetos do capital, seja na forma de reprodução da subsunção formal, e, cada vez mais de forma hegemônica, na implantação da subsunção real. É um fato que o modo de vida urbano (psicosfera) adentrou às ilhas. Há desafios comuns em relação aos impactos ambientais derivados da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, dos defensivos agrícolas utilizados na monocultura de palma, e, principalmente, da atividade minero-portuário, com destaque para Barcarena. Enquanto na porção insular da Zona Costeira Paraense, ainda grassa a pecuária extensiva, vivendo seus primeiros momentos de modernização, ao passo que se observa a rizicultura crescendo na ilha.

A pecuária extensiva ainda é bastante presente também na planície costeira continental, logo ao fim dos tabuleiros, na faixa colonizada na “fase ferroviária”. Ali, grandes espaços com pasto são entremeados com pequenos lotes com cultivos temporários, onde predomina a mandioca, e espaços de recuperação de vegetação secundária. Essas atividades extensivas, nessa área de predominância de latossolos amarelos, e de rochas sedimentares, terminam provocando erosão e assoreamento dos rios com extrema frequência, prejudicando o acesso regular à água de várias comunidades locais.

O turismo avança através do fenômeno da urbanização voltada para moradias de uso ocasional, com o aumento do número de municípios costeiros entre aqueles com maior presença de domicílios de uso ocasional entre 2000 e 2010, sobretudo na faixa que se estende do município de Soure ao município de Bragança, na concentração de segundas residências. Quando individualizados os municípios, Salinópolis e Marapanim são aqueles que possuem de forma mais acentuada os domicílios de uso ocasional em todo o estado do Pará, e em toda a Região Norte do Brasil. Ao contrário, quanto mais se afasta da zona costeira do estado do Pará, mais diminui a tendência ao fenômeno de segundas residências. Em números absolutos, os municípios de Belém, Salinópolis, Marapanim, Parauapebas e Santarém, nessa ordem, são aqueles onde houve maior acréscimo de domicílios de uso ocasional.

O segundo vetor, o técnico ecológico, é representativo nas ações vinculadas à conservação ambiental e à afirmação territorial daqueles historicamente excluídos da propriedade da terra e das águas. Esses posseiros, ansiosos por não mais prestar atividade compensatória, por ter que pagar pelo direito de simplesmente existir naquele lugar, se encontram, de forma contraditória, com frações de capital interessadas em novos valores de uso (para gerar valor de troca), as quais corroboram com novas políticas de afirmação identitária e territorial, marcando uma pequena época na América Latina. Vive-se, atualmente uma reversão desta tendência, mas qualquer prognóstico mais longínquo é premeditado, ainda mais depois da

emergência sanitária/política/econômica/ambiental global da suscitada pela pandemia da COVID-19.

Em todo o caso, os vetores técnicos ecológicos expressam, a um só tempo, a materialização das políticas públicas de ordenamento territorial ambiental costeiro (criação de unidades de conservação: parques, áreas de proteção ambiental, terras remanescentes de quilombos e, principalmente, as reservas extrativistas marinhas), e, também, espaços de mediação possíveis para a ação local dos camponeses. Oportunamente, a institucionalização desses espaços na Novíssima Democracia brasileira, tem proporcionado a afirmação de direitos coletivos, ações de melhoria na qualidade de vida e construção do devir.

Acompanhando o traçado costeiro do trecho continental, as ilhas e várzeas da porção estuarina foram territorializadas nas formas de PAE. Os terrenos de marinha e acrescidos urbanos das cidades e vilas metropolitanas e do entorno metropolitano estão ocupados pela propriedade privada, empreendimentos portuários em sua grande maioria, sobrando poucos espaços públicos de acesso ao rio. Além das praias, o que se tem são as famosas “janelas para o rio”, espremidas em meio às propriedades privadas. Entre Icoaraci e a Vigia, além dos espaços praieros, ocupados pelo turismo, há generosos espaços costeiro-estuarinos ocupados pela indústria pesqueira e suas cadeias.

Entre São Caetano de Odivelas e Maracanã, há a primeira faixa de UC, com destaque para as RESEXs. A faixa é interrompida pela faixa de forte atuação turística e de especulação imobiliária em Salinópolis, que possui reverberações políticas nos municípios vizinhos, cujas rendas dependem do fluxo em direção a Salinópolis. Esses municípios não possuem UC. O ICMBio realizou estudos para a criação de RESEXs na área, uma em cada daqueles municípios, mas a forças políticas locais reagiram em escala nacional.

Os PAE e as RESEX, além dos territórios quilombolas, funcionam como uma barreira de proteção da agricultura familiar, e de contenção às monoculturas, com óbvio destaque para a monocultura de palma. Mas também são barreiras à expansão da sojicultura no vale do Rio Capim e no vale do Rio Guamá, e da rizicultura na Ilha do Marajó. A sojicultura, porém, avança cada vez mais na planície costeira, na bacia do Rio Caeté, na altura do município de Tracuateua.

Os VTE, em geral, indicam o fortalecimento do cooperativismo, e acrescentam a possibilidade de criação de circuitos de economia solidária, sustentados. É necessário ressaltar que os mercados institucionais tiveram papel fundamentação na diversificação da produção e na promoção de sistemas agroflorestais. No vale do Rio Meruú-Açu, e nas ilhas e várzeas da confluência entre Rio Guamá e Rio Tocantins, a diversificação da produção em pequenos lotes

ainda é comum. Contudo, há o risco de expansão de uma nova monocultura por ali, sobretudo em Igarapé-Miri, que é a monocultura do açaí.

Na margem esquerda do Rio Tocantins, e na porção sul do Arquipélago Marajoara os PAE e as RESEX têm funcionado como uma barreira ao desmatamento, uma vez que a atividade madeira está caminhando a jusante dos Rios Cupijó, Oeiras e Bagre. A pecuária intensiva, avançando desde a fronteira agrícola em Tucuruí e Baião segue esse novo rastro da extração madeireira, reproduzindo o binômio madeireiro-pecuarista.

Apesar da institucionalização desses contraespaços como territórios oficiais, seguem os conflitos por terra e por água. O controle das águas foi uma ferramenta fundamental na reprodução do poder das elites locais amazônicas, como demonstrado ao longo da Tese de Doutorado, e segue sendo uma dimensão importante nesse momento da passagem para a hegemonia da subsunção real. Na Amazônia, como um todo são as instalações de usinas hidrelétricas as principais razões de conflitos no espaço agrário, com destaque para as bacias hidrográficas do Rio Xingu e do Rio Tapajós.

Os conflitos por água existentes, porém, no Marajó, no baixo curso do Rio Tocantins e na planície costeira, porém, são relevantes, sobretudo na escala local. Os conflitos por água não constituem qualquer dimensão apartada da sociedade, estando diretamente ligados à totalização do modo de produção capitalista na escala mundial, em cuja divisão territorial do trabalho cabe à Amazônia o papel de região exportadora de matérias-primas e recursos energéticos.

Fica patente que os órgãos competentes devem adotar medidas mitigadoras na contenção de grandes impactos socioambientais, principalmente para as populações mais vulneráveis e que demonstram resistência diante das obras. Trata-se de processos sociais na escala do mundo em globalização. É preciso, porém, mitigar alguns dos efeitos mais agudos dos projetos “globalitários” e suas próteses espaciais implantadas na Amazônia costeira e continental. As lutas sociais são o motor das políticas públicas.

É necessário que a sociedade civil possa se organizar de modo apropriado para debater suas necessidades diante das razões alegadas pelo aparato técnico a serviço das grandes companhias e dos grandes empreendimentos, que representam a grande maioria dos atores hegemônicos nos conflitos por água, tendo em vista a dimensão da ação local que podem desenvolver. O que não significa ignorar as desigualdades entre forças globais e forças locais, mas considerar como parte de empoderamento da população local para tomar frente desses lugares em globalização que constituem a Amazônia brasileira (e internacional), onde a dimensão hídrica continua a ser variável chave na interpretação geográfica.

A ruptura institucional de 2016 e a afirmação de um novo ordenamento territorial, reafirmado com o governo eleito em 2018, engavetou por completo as UCs propostas e trouxe à baila, novamente, o debate da supressão dos terrenos de marinha e seus acrescidos como Patrimônio da União, a despeito da ratificação do STF. Entre Tracuateua e Viseu, há uma segunda faixa de UC, principalmente RESEX.

A Zona Costeira Paraense mostra, portanto, VTI e VTE se defrontando como possibilidades de usos do território, ilustrando, também, as sobreposições de fatos existentes entre público e privado nas áreas que compõem o patrimônio de terras públicas da União. Historicamente espaços de acumulação e lugar das atividades compensatórias dos ciclos de acumulação, esses espaços possuem duas tendências contraditórias, representadas pelos vetores. Prevalecendo os VTE, o campesinato em uma face assume-se em definitivo como proletário rural, defrontando-se, sem intermediários, com o capital da escala do mercado mundial (mais-valia total), e, em outra face, assume-se como negação do capital e construção de possibilidade pós-capitalista.

Prevalecendo os VTI, certamente haverá desterritorialização, mas aqui o capital envolvido, novamente, trabalha com a extração da mais-valia total, e não está interessado em atividades compensatórias. A força de trabalho expropriada dos espaços comunitários, sobretudo as ilhas, várzeas e praias, mas também dos minifúndios dos tabuleiros, tende a engrossar as periferias urbanas, ampliando os contraespaços da pobreza absoluta.

O trabalho informal e a precarização da vida urbana dos tempos atuais não remetem à hegemonia das elites locais, como ilustra o grande capital internacional posto na forma dos serviços de aplicativos. Aparentemente, uma impossibilidade de permanecer os moldes históricos da reprodução desses espaços na base das atividades compensatórias. A permanência da propriedade e do poder tem sido o signo pelo qual os espaços analisados têm sido reproduzidos desde a colonização. Na impossibilidade de permanecer, as elites mudam. Certamente, buscam fazê-lo novamente.

Os VTE representam, afinal, o encontro entre a sociedade civil organizada (os movimentos sociais), os movimentos de cunho de proteção ambiental, e setores do capitalismo interessados no dito “mercado verde” (pescado, oleaginosas, sementes, frutos exóticos etc.). No caso específico da atividade pesqueira, é necessário apontar que após três décadas de forte competição territorial pelo uso da água entre pesca industrial e pesca artesanal, com a queda das exportações nacionais do setor, a crise ecológico-territorial do estoque pesqueiro, e o aumento do rigor das fiscalizações, houve uma reestruturação do setor pesqueiro industrial no Pará.

O número de empresas industriais atuando no setor diminuiu, ao passo que aumentou o número de armadores de pesca. Na realidade, em grande parte, esses armadores de pesca representam uma terceirização da atividade da captura por parte das empresas processadoras do alimento. Outra alternativa, foi a busca de novas espécies para ingressar em novos mercados. Assim, outra mudança se processou. As indústrias pesqueiras antes concentradas apenas na piramutaba e no camarão rosa passam a pescar outros produtos e também atuam no mercado nacional e regional, ao contrário da forte verticalização do passado. A competição territorial se acirra. Por outro lado, há novas articulações entre pesca artesanal e pesca industrial. Em alguns casos, pode-se observar que as indústrias substituem os atravessadores, e açambarcam a produção dos armadores de pesca e de parte dos empresários da pesca artesanal.

Por fim, a Zona Costeira Paraense, fronteira das fronteiras, síntese das Amazônia, pode parecer o tempo, pelo peso que tem a subsunção formal e as atividades compensatórias, em vias de desaparecimento, remeter sempre ao passado. Mas são nos grandes momentos de cisão da totalidade em totalização que se podem vislumbrar certos elementos constitutivos a natureza de determinada sociedade, determinada formação espacial ou histórica, determinada estrutura social.

E se se tomar como o exemplo o já ocorrido na fachada atlântica brasileira, na zona da mata, nas pradarias, no cerrado e no pantanal; se se tomar como exemplo o que se passa nas praias, nos mangues, nas planícies e nos tabuleiros costeiros do Pará; se tem sim uma noção do que passará nas ilhas e várzeas, rios acima. Saem as atividades compensatórias, enfim, mas a propriedade e controle das terras e águas se converte em chave para o acesso a uma outra forma de controle do trabalho e de garantia de reprodução do poder local, sem romper com a natureza da formação espacial brasileira surgida da ruptura do Período Regencial: a compensação pelo Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A. N. Space occupied by the expansion of dry climates in South America during the quaternary ice ages. **Revista IG (Instituto Geológico)**, São Paulo, v. 21, n. 1, 2000, p. 71-78.
- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. DOI: 10.18764/2446-6549.v4n13p269-274.
- ACOSTA, A. **El buen vivir**: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otro mundo. Barcelona: Icaria, 2013.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 68, 2010. DOI: 10.1590/S0103-40142010000100010.
- ADAMSON, P. **Philosophy in the Islamic World**: a history of philosophy without gaps. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- ADELEKAN, I. O. Vulnerability of poor urban coastal communities to flooding in Lagos, Nigeria. **Environment and Urbanization**, v. 22, n. 2, p. 433-450, 2010. DOI: 10.1177/0956247810380141.
- ALAMGIR, M.; CAMPBELL, M. J.; SLOAN, S.; ENGERT, J.; WORD, J.; LAURANCE, W. F. Emerging challenges for sustainable development and forest conservation in Sarawak, Borneo. **Plus One**, v. 15, n. 3, p. e0229614. DOI: 10.1371/journal.pone.0229614.
- ALBUQUERQUE, A. M.; ROCHA, G. M. O uso do território no município de Santo Antônio do Tauá. In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, p. 115-134.
- ALBUQUERQUE, M. C. B.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. M. Direito à cidade e intervenções urbanas: por uma construção coletiva dos espaços públicos – estudo de caso sobre a orla da Estrada Nova, Belém (PA). In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, p. 179-192.
- ALEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al. (Org.). **O destino da floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Curitiba: Relume Dumará, 1994. p. 17-47.
- ALENCAR, J. **O Guaraní**. 3ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- ALMEIDA, N. J. R.; MORAES, S. C.; FERNANDES, D. S. Conservação do ecossistema manguezal, a partir dos modos de uso pela comunidade extrativista da Vila Sorriso, São Caetano de Odivelas/PA. **Anais da ANPPAS**, v. 2, p. 1-13, 2012.
- ALMEIDA, O. T.; UHL, C. **Planejamento do uso do solo do município de Paragominas**. Belém: IMAZON, 1998.

ALMEIDA, T. E. G. **Risco de desastres por incêndios florestais**: um mapeamento do município de Moju (PA). 134f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

ALMEIRA, R. S.; RIBEIRO, M. A. C. Os sistemas de transportes na Região Norte: evolução e reorganização das redes. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 33-89, 1989.

ALVES, A. B. Manguezal: família, comércio e sobrevivência (Bacuriteua-PA, 1970-2010). In: CAMPOS, I. (Org.). **Bragança (PA)**: famílias, política e comércio. São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 227-284.

ALVES, A. B.; LIMA, F. D. M. Trabalhadores das águas: impactos socioeconômicos e mudanças na pesca artesanal (Bragança-PA). **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-26, 2020. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i2.10359.

ALVES, C. N. **Gestão ambiental e planejamento urbano em Abaetetuba**: uma análise a partir das concepções e ações do poder público local. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ALVES, C. N. Políticas governamentais urbanas: breve comentário sobre o Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Agenda 21 e a prática pelo poder público em Abaetetuba-PA. In: MOTA, G.; NUNES, C.; PALHETA, J. M.; CHAGAS, C.; MASCARENHAS, M.; NAHUM, C.; VALENTE, B.; NAHUM, J.; BORDALO, C.; TOZI, S.; CANTO, O. (Org.). **Caminhos e lugares da Amazônia**: ciência, natureza e territórios. Belém: GAPTA/UFPA, 2009, p. 171-194.

ALVES, J. R. P. (Org.). **Manguezais**: educar para proteger. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais**: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP). 347 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AMARO, R. R. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!, **Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL)**, v. 34, p. 75–111, 2017.

AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Tradução de: F. R. C. Fernandes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 177-198, 2008.

ANDRADE, M. C. **Paisagens e problemas do Brasil**: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ANDRADE, M. C. **1930**: a atualidade da revolução. São Paulo: Moderna: 1980.

ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. C. **O povo e o poder**. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1991.

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1993.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTAQ. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros e cargas na Região Amazônica**. Belém: ANTAQ/UFPA, 2018.

ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 25, p. 1-15, 1994.

ARAÚJO, A. C.; CANTO, O.; CARVALHO, A.; AIRES, A.; BASTOS, R. O polo industrial de Barcarena, no Pará, como principal gerador de externalidades (negativas) sob a ótica de compreensão das lideranças locais: uma pesquisa *in loco*. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas territoriais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, p. 237-256.

ARAÚJO, J. P. **Manual dos direitos sociais da população**: as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.

ARAÚJO, P. G.; LIMA, L. F. S.; SOARES, D. A. S. O auxílio das novas tecnologias no monitoramento de impactos ambientais provenientes de mineração: o uso do Google Earth no monitoramento da extração de seixo no município de Ourém-PA. In: PINHEIRO, L. S.; GORAYEB, A. (Org.). **Geografia Física e mudanças globais**. Fortaleza: UFC, 2019, p. 1-5.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de: V. Ribeiro. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2013.

ARRUDA, P. F. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil**: 1889-1930. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ASHRAF, J.; BHOJVAID, P. P.; PANDEY, R.; JONG, W. An empirical analysis of forest transition in Uttarakhand, India through environmental Kuznets curve approach. **The Indian Forester**, v. 144, n. 2, p. 133-138, 2018.

ASP, D. G. S. Sal das águas: “modernização” e relações de poder na fazenda salina dos Roque (Bragança-PA, 1920-1999). In: CAMPOS, I. (Org.). **Bragança (PA)**: famílias, política e comércio. São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 169-226.

ATAÍDE, N. F. R. **Diagnóstico da mineração de agregados para a construção com ênfase para a areia**: subsídios para a gestão ambiental municipal em Vigia de Nazaré, Pará. 98f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BALLESTEROS, M. M. Linking Poverty and the Environment: Evidence from Slums in Philippine Cities. **PIDS Discussion Paper Series**, v. 33, p. 1-31, 2010.

BANDEIRA, M.; MELLO, C.; ANDRADE, A. T. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BARRANTES, G.; PEREIRA, A. Seed dissemination by frugivorous birds from forest fragments to adjacent pastures on the western slope of Volcán Barva, Costa Rica. **Revista de Biología Tropical**, San José, v. 50, n. 2, 2002.

BARLOW, C. **The natural rubber industry**: its development, technology and economy in Malaysia. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1978.

BASTOS, C. A. **No limiar dos impérios**: a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c. 1780 – c. 1820). São Paulo: Hucitec, 2017.

BASTOS, R. Z.; FARIAS, A. L. A.; CANTO, O.; LEITE, E. V. O. Realidade e desafio da institucionalização de unidades de conservação municipais do estado do Pará, Brasil. **GeoAmazônia**, Belém, v. 2, n. 4, p. 206-220, 2014. DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v2n4p206-220.

BATISTA, L. M. **Muito além dos seringais**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870. Belém: Açaí, 2014.

BECKER, B. K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-36, 1974.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensada. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, V 47, n. 3-4, p. 357-371, 1985.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: EDUnB, 1988, p. 60-89.

BECKER, B. K. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do estado na Amazonia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (Org.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1990, p. 179-196.

BECKER, B. K. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 223-244.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BEGOT, L. H. **Valoração e sustentabilidade da pesca artesanal de Curuçá e Colares, estado do Pará**: uma análise das externalidades de um projeto portuário na percepção dos

pescadores. 179f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BENASSULY, M.; TRINDADE, D.; SIMÕES, A. Escassez do pescado como efeito socioambiental da hidrelétrica de Tucuruí. In: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, 2017, p. 177-212.

BERTRAND, L. H.; TRONCOSO, J. M.; CORREA, A.; VARGAS, C. I. Del reconocimiento del derecho consuetudinario a la implementación de acciones de resguardo: el caso de los Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios en Chile. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú**. Lima: SPDA, 2019, p. 137-150.

BETTENDORFF, J. F. **Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2ª Ed. Belém: SECULT, 1990.

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Grão-Pará: (séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BORDALO, C. A. L. **O desafio das águas numa metrópole amazônica: uma reflexão das políticas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Belém-PA (1984-2004)**. 282f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BORDALO, C. A. L. O paradoxo das águas: o caso da Amazônia brasileira. **GeoUSP**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 120-137, 2017.

BORGES, D. R. **As institucionalidades na gestão do território: os limites das dominialidades territoriais sobre os terrenos de marinha em Belém-PA**. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; COELHO JR., L. M. Aspectos técnicos e legais que fundamentam o estabelecimento das APP nas zonas costeiras – restingas, dunas e manguezais. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 39-56, 2009.

BOXER, C. R. **A mulher na expansão ultramarina**. Tradução de: S. Barata. Lisboa: Horizonte, 1977.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. 2ª Ed. Campinas: EDUNICAMP, 2012.

BRANDÃO, E. Desafios do novo plano diretor de Belém (PA) e a região insular do município. In: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G. M.; LADISLAU, E. (Org.). **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém**: NUMA/UFPA, 2009, p. 131-156.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Brasília: Casa Civil, 1943. Disponível em: <<https://bityli.com/xeAs3>>. Acesso em 08/07/2021.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <<https://bityli.com/5T9zB>>. Acesso em 01/05/2020.

BRASIL. Decreto nº 6.583 de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: <<https://bityli.com/JmPaa>>. Acesso em 01/12/2019.

BRASIL. Lei nº 4.504 de 4 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1964. Disponível em: <<https://cutt.ly/MbDUgND>>. Acesso em 01/12/2019.

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: <<https://cutt.ly/1bDUx3h>>. Acesso em 01/12/2019.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000. Disponível em: <<https://bityli.com/bSaSX>>. Acesso em 01/12/2019.

BRASIL. Lei nº 12.379 de 6 de janeiro de 2011. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, [...] e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: <<https://bityli.com/WrnKX>>. Acesso em 02/07/2020.

BRASIL. Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, [...] e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/DCNqd>>. Acesso em 02/07/2020.

BRITO, F. M. O. **Salinópolis: (re)organização sócio-espacial de um lugar atlântico-amazônico**. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Tradução de: R. Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUARQUE, C. Construção. In: BUARQUE, C. **Construção**. Rio de Janeiro: PolyGram/Phillips Brasil, Faixa 4. Disco de vinil.

BURTT, E. A. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Tradução de: J. Viegas Filho; O. A. Henriques. Brasília: EDUNB, 1983.

CABRAL, C. L. **Conflitos territoriais na comunidade quilombola de Gurupá – APA Arquipélago do Marajó/PA**. 278f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CABRAL, E. R.; GOMES, S. C. Gestão ambiental pública nos municípios com forte correlação entre desmatamento e expansão da pecuária, da soja e da madeira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 13, p. 167-194, 2013.

CABRAL, R. F. L. A evolução história das sesmarias e terrenos de marinha e seus reflexos fundiários na cidade de Belém. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 17-50.

CÂMARA. CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS. Comissão externa lista 26 acidentes ambientais em Barcarena, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly.com/W3IYP>>. Acesso em: 04/04/2021.

CAÑETE, T. W. M. Instrumentos de regularização fundiária em ilhas da União. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 51-108.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª Ed. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

CANTO, O. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CANTO, O. **Mineração na Amazônia**: assimetria, território e conflito socioambiental. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

CANTO, O.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; NOVAES, T.; ABREU, A.; SOARES, D. A. S. Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do estado do Pará – Amazônia – Brasil. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. (Org.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico**: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFPA, 2018, p. 87-114.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARVALHO, G. L. C. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 1, 1999. DOI: 10.1590/S0034-73291999000100005.

CARVALHO, A. C.; CARDOSO, K. S.; SOARES, A. A. S.; SOARES, D. A. S. Consecuencias del avance de la frontera pecuaria capitalista y sus implicaciones en las disputas por la tierra de la Amazonía, Pará, Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, p. 1-22, 2018.

CARVALHO, A. C. L.; ROCHA, G. M. Análise dos riscos e da vulnerabilidade socioambiental urbana face ao desenvolvimento desordenado e à pressão dos recursos hídricos em Belém-PA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 18127-1842, 2020. DOI: 10.34117/bjd6n4-108.

CASTRO, A. C. **Dendecultura no território de remanescentes de quilombos de Jambuaçu no Baixo Tocantins**. 153f. Dissertação (Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades), Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

CASTRO, A. R. C. **Aplicação do sensoriamento remoto na análise espaço-temporal das ilhas de calor e ilhas de frescor urbanas no município de Belém-Pará, nos anos de 1997 e 2008**. 69f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CASTRO, C. J. N. **Transporte público de passageiros: uma análise sobre a territorialidade das empresas de ônibus urbano regulamentadas na Região Metropolitana de Belém (2000-2012)**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CASTRO, C. J. N. Belém: da formação da cidade à atuação dos agentes do sistema de transporte urbano. In: SILVA, C. N.; LUZ, L. M.; PONTE, F. C.; RODRIGUES, J. E. C. (Org.). **Belém dos 400 anos: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade**. Belém: GAPTA/UFGA, 2017, p. 275-296.

CASTRO, C. J. N.; GONÇALVES, N. S.; BARROS FILHO, J. Magalhães Barata (PA): da fragmentação territorial às dinâmicas e conflitos da pesca artesanal na Reserva Extrativista Marinha Cuinarana. **Sociedade e Território**, Natal, v. 32, n. 1, p. 30-50, 2020. DOI: 10.21680/2177-8396.2020v32n1ID17005.

CASTRO, C. J. N.; LOPES, F. A. S.; GONÇALVES, N. S. A expansão da mobilidade do transporte rural e suas interações ao espaço urbano de Castanhal (PA). **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 177-185, 2018.

CASTRO, C. J. N.; SOARES, D. A. S. As recentes conformações territoriais no sistema de transporte público de Belém (2012-2015). In: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFGA, 2017, p. 161-178.

CASTRO, C. J. N.; SOARES, D. A. S.; QUARESMA, M. J. N. Cartografia e ensino de geografia: o uso de mapas temáticos e o processo de ensino-aprendizagem na educação básica. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 2, n. 3, p. 41-57, 2015. DOI: 10.17552/2358-7040/bag.v2n3p41-57.

CASTRO, C. J. N.; SOMBRA, D.; BARROS FILHO, J.; SOUSA, N. Da importância estratégica na economia colonial aos processos de fragmentação territorial no Nordeste Paraense: dinâmicas territoriais e reprodução do espaço rural no município de Maracanã (Pará/Brasil). **GeoUERJ**, Niterói, n. 35, 2019. DOI: 10.12957/geouerj.2019.32708.

CASTRO, C. J. N.; SOMBRA, D.; SOUZA, D. Geografia dos transportes: sistema de transporte coletivo e suas implicações no clima urbano. In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. (Org.). **Educação ambiental: responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade**. João Pessoa: EDUFPA, 2011, p. 617-621.

CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. (Org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: BASA, 2004, p. 45-78.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10^a Ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, R. A. Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 8, n. 3, 2016, p. 425-437.

CASTRO, W. M. Soybean's footprints in Amazonia: past and current trends. **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 4-27, 2018.

CAVALCANTE, M. M. A.; NUNES, D. D.; SILVA, R. G.; LOBATO, C. H. Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das hidrelétricas no Rio Madeira. **Confins**, São Paulo, n. 11, p. 1-17, 2011.

CHAGAS, C. A. N. **O mito da cidade aberta**: Vila dos Cabanos, urbanização e planejamento urbano na Amazônia. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1., n. 1, 2014, p. 186-203.

CHAGAS, C. A. N.; ALMEIDA, L. S.; RAMOS, E. M. L. S.; REIS NETTO, R. M. Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, 2019, p. 385-402.

CHAVES, A. C. **Aspectos geo-humanos do vale do Gurupi**. 2^a Ed. Belém: EDUFPA, 2001.

CHAVES, T. H. M.; MANESCHY, R. Q.; BARBOSA, W. L. Programa Nacional de Alimentação Escolar: a gestão municipal e a organização dos atores sociais no município de Marapanim, Pará. **Revista P2P Inovação**, v. 7, n. 1, p. 135-150, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n1.p135-150.

CHIAVENATO, J. J. **Guerra do Chaco**: leia-se petróleo. 3^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIAVENATO, J. J. **Bolívia com a pólvora na boca**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAVENATO, J. J. **Genocídio americano**: a Guerra do Paraguai. 16^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHIAVENATO, J. J. **Cabanagem**: o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIAVENATO, J. J. **Curumim cabano**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHIAVENATO, J. J. **As lutas do povo brasileiro**: do “descobrimento” a Canudos. 6^a Ed. São Paulo: Moderna, 1988.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Nota técnica nº 15/2013. Dispõe a respeito das informações [...] para a arrecadação de 100% do IT. Brasília: CNM, 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/dPvCA>>. Acesso em 02/10/2020.

CONCAR. COMISSÃO NACIONAL DE CARTOGRAFIA. **Especificações técnicas para estruturação de dados geoespaciais vetoriais (ET-EDGV 3.0)**. Brasília: CONCAR, 2017.

CÓRDOBA, D.; SELFA, T.; ABRAMS, J.; SOMBRA, D. Family farming, agribusiness and the State: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, v. 57, p. 146-156, 2018. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2017.12.013.

CÓRDOBA, D.; JUEN, L.; SELFA, T.; PEREDO, A. M.; MONTAG, L. F. A.; SOMBRA, D.; SANTOS, M. P. D. Understanding local perceptions of the impacts of the large-scale oil palm plantations on ecosystem services in the Brazilian Amazon. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 109, 2019. DOI: 10.1016/j.forpol.2019.102007.

CORREIA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, E. B.; OLIVEIRA, R. F.; BOSCARIOL, R. A.; SOUZA, C. S.; RÚBIO, R. P. Lógica formal, lógica dialética: questão de método em geografia. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p. 276-285, 2014. DOI: 10.12957/geouerj.2014.12732.

COSTA, F. A. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência de Ford no Tapajós**. Belém: EDUFPA, 1993.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

COSTA, F. E. V. **Gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Caeté/Pará-Brasil**. 313f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

COSTA, F. E. V.; SOARES, D. A. S. Bacia Hidrográfica do Rio Caeté (Pará/Brasil): cobertura e usos da terra e principais problemas ambientais. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P.; CARVALHO, A. C. **Uso de recursos naturais na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2021, p. 265-299.

COSTA, F. E. V.; SOARES, D. A. S.; BRASIL, A. P. M. S.; SILVA, S. L. B.; RODRIGUES, V. V.; CYRUS, A. R. C.; URBANO, F. W.; PEREIRA, S. C. O. N.; PAZ, M. M. A complexidade da questão dos rios urbanos nas cidades amazônicas: o caso de Belém/PA. In: RIBEIRO, W. O.; BRASIL, A. P. M. S.; COSTA, F. E. V. (Org.). **Cidades amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. Belém: EDUEPA, 2021, p. 240-274.

COSTA, F. E. V.; SOMBRA, D.; BORDALO, C. A. L. Usos da água e conflitos socioambientais na bacia hidrográfica do Rio Caeté (Amazônia Paraense): tipologia de usos e usos competitivos. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, Belém, v. 4, n. 1, p. 57-90, 2019.

COSTA, L. M. G. **Icoaraci**: formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

COSTA, S. S. S. “**Sindicato é pra quem entende**”: (des)igualdade de gênero no sindicalismo dos empregados rurais de Moju (PA). 108f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec, 1992.

COUTO, A. C. O. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico da Amazônia brasileira. **GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, 2019, p. 123-147.

COUTINHO, V. B.; RODRIGUES, A. K. L.; SOARES, D. A. S. Descentralização da gestão ambiental como um processo de desenvolvimento sustentável nas cidades. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 78, 2021. DOI: 10.51189/rem/1110.

CRAMB, R.; MCCARTHY, J. **The oil palm complex**: smallholders, agribusiness and the State in Indonesia and Malaysia. Singapore: NUS Press, 2016.

CRUZ, B. E. V. **Territorialização e organização espacial do Grupo AGROPALMA**. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CRUZ, B. E. V. **O alvorecer das indicações geográficas na Amazônia**: a “corrida” pela IG do queijo artesanal do Marajó/PA. 389f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

CRUZ, E. **História do Pará**. 2ª Ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973.

CRUZ, M. N.; MORAES, S. C. Acordo de pesca na Amazônia Brasileira Comunidade de Jaracuera, Rio Tocantins, Pará. **Momentos de ciencia**, Florencia, v. 9, n. 2, p. 120-126, 2012.

CRUZ, R. H. R.; FARIAS, A. L. A. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia paraense: uso de agrotóxicos. **GeoAmazônia**, Belém, v. 5, n. 10, p. 86-109, 2017.

CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição por terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p. 119-176.

CUNHA, E. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução de: B. Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEL PRIORI, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: EDUNESP, 2009.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução de: L. N. Franco. São Paulo: Parma, 1983.

- DI PAOLO, P. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 2ª Ed. Belém: CEJUP, 1986.
- DINIZ, C. G.; SOUZA, A. A. A.; SANTOS, D. C.; DIAS, M. C.; LUZ, N. C.; MORAES, D. R. F.; MAIA, J. S.; GOMES, A. R.; NARVAES, I. S.; VALERIANO, D. M.; MAURANO, L. E. P.; ADAMI, M. DETER-B: the new Amazon near real-time deforestation detection system. **IEEE Journal of Selected Topics in Applied Earth Observations and Remote Sensing**, v. 8, n. 7, p. 3619-3628, 2015. DOI: 10.1109/JSTARS.2015.2437075.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Crime e castigo**. Tradução de: I. Petrovich; I. W. Ribeiro. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DRABBLE, J. **Rubber in Malaya, 1876- 1922**: The Genesis of the Industry. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1973.
- DUARTE, A. M.; SOARES, D. A. S.; NASCIMENTO, D. M.; ANGELIM, E. C. S.; OUTEIRO, G. M.; TRINDADE, M. M. S.; SILVA, M. C. C.; SANTOS, M. S. C. **Regularização fundiária na Amazônia Legal**: êxitos, impasses e desafios para as cidades. Belém: NAEA/UFPA, 2020.
- DUAYER, M. Apresentação. In: MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de: M. Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 11-24.
- DUSSEL, E. A **produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de: J. P. Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ÉGLER, E. G. A zona bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 75-103, 1961.
- EHRENREICH, B.; EHRENREICH, J. The Professional-Managerial Class. In: WALKER, P. (Org.). **Between labor and capital**. Boston: South End Press, 1979, p. 9-45.
- EL KAREH, A. C. A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a defesa da Amazônia Brasileira: “o imaginado grande banquete comercial”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 418, n. 164, p. 101-118, 2003.
- EL-ROBRINI, M.; FARIA JR., L. E. C.; TORRES, A. M.; SOUZA FILHO, P. W. M.; SILVA, M. S. Deposição e assoreamento das rias do nordeste do estado do Pará – Brasil. In: 37º Congresso Brasileiro de Geologia. **Anais...**, Sessões Técnicas. São Paulo: SBG, v. 2, p. 79-80, 1992.
- EL-ROBRINI M.; RANIERI, L. A.; SILVA, P. V. M.; ALVES, M. A. M. S.; GERREIRO, J. S.; OLIVEIRA, R. R. S.; SILVA, M. S. F.; AMORA, P. B. C.; EL-ROBRINI M. H. S., FENZL, N. Pará. In: MUEHE, D. (Org.). **Panorama da Erosão Costeira no Brasil**. Brasília: MMA, 2018, p. 65-166.
- ÉLERES, P. **Terrenos de marinha e terrenos marginais dos rios navegáveis**. Serra: Associação dos Notários e Registrados do Estado do Mato Grosso, 2011.

ELGUETA, C. Z.; CAYELA, L.; BENAYAS, J. M. R.; DONOSO, P. J.; GENELETII, D.; HOBBS, R. J. The differential influences of human-induced disturbances on tree regeneration community: a landscape approach. **Ecosphere**, v. 5, n. 7, p. 1-17, 2014. DOI: 10.1890/ES14-00003.1.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Matopiba**, c2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/CbDwFEZ>>. Acesso em 01/02/2020.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª ed. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad.: A. B. Schumann; J. P. Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de: L. Konder. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

ENGELS, F. **Dialética da natureza**. Tradução de: N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020.

ERMAKOVA, A.; RÁTNIKOV, V. **Que são classes e a luta de classes?** Moscou: Edições Progresso, 1986.

ESTEVES, A. R. **A ocupação da Amazônia**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

EVANS, P. Counterhegemonic globalization: transnational social movements in the contemporary political economy. In: LECHNER, F. J.; BOLI, J. **The Globalization Reader**. 4th Ed. Chichester: Wiley-Blackwell Press, 2012, p. 459-465.

FACUNDES, F. S.; LIMA, R. A. P.; SANTOS, V. F. Expansão da rede viária na Amazônia Oriental, Rodovia Perimetral Norte, Amapá. **Confins**, São Paulo, n. 42, 2019. DOI: 10.4000/confins.23789.

FAKHOURY, R. M. M. As disputas marítimas no Mar do Sul da China: antecedentes e ações militares no Século XXI. **Observatório de Conflitos Internacionais**, Marília, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2019.

FAPESPA. FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Estatísticas municipais 2017**: São Domingos do Capim. Belém: FAPESPA, 2018.

FERREIRA, A.; BRABO, M. Impactos de usinas hidrelétricas sobre os recursos pesqueiros amazônicos: os casos de Tucuruí e Belo Monte. IN: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas territoriais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, p. 123-146.

FERREIRA, E. N. R. **Análise da competitividade internacional das exportações de pescado do Brasil e do Pará no período de 1989 a 2010**. 137f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FERREIRA, G. J. S.; SILVA, C. N.; FLORES, M. S. A.; MARINHO, V. N. M.; SOUZA, H. P. Impactos ambientais, causados pelas atividades mínero-metalúrgicas na comunidade ribeirinha do Rio Guajará de Beja, no município de Abaetetuba (PA). In: SILVA, C. N.;

ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P.; CARVALHO, A. C. **Uso dos recursos naturais da Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2021, p. 301-330.

FERREIRA, H. L. D.; LOBO, M. A. A.; FONSECA, L. C. Expansão urbana em áreas insulares do município de Belém: o caso da Ilha do Mosqueiro. In: VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G. M.; LADISLAU, E. (Org.). **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém**: NUMA/UFPA, 2009, p. 223-238.

FERRI, P. 500 anos depois, parentes de Montezuma querem participação no Governo do México. **El País México**, México (DF), 28/12/2017. Disponível em <<https://bityli.com/ccFM6>>. Acesso em 20/02/2021.

FERLINE, V. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

FERNANDES, R. A. B. **O discurso da sustentabilidade: o caso de Paragominas**. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FERNANDES, W. A. A. **Sensoriamento remoto e detecção de mudanças: uso e ocupação da terra (1986-2016) na APA de Cotijuba – Pará**. 30f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FERNANDES, W. A. A.; ABREU, R. C.; VASCONCELOS, V. A. Sensoriamento remoto aplicado no processo de identificação e caracterização de áreas da União em apoio à regularização fundiária na Amazônia paraense. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 183-198.

FERNANDES, W. A. A.; SANTOS, D. G. C.; NASCIMENTO, D. M. Cartografia aplicada à “identificação simplificada”: agilidade no processo de regularização fundiária em áreas da União na Amazônia paraense. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 133-142.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FENZL, N.; SOMBRA, D.; CANTO, O.; FARIAS, A.; NASCIMENTO, F. Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú, v. 6, p. 1-25, 2020. DOI: 10.18764/2446-6549.e202002.

FIORAVANTI, L. M. Estratégias e desdobramentos de uma urbanização oligopolista em Primavera do Leste, Mato Grosso, Brasil. **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 143-160, 2018.

FLORES, M. S. A.; ROCHA, G. M. Resex’s Marinhas no litoral paraense: acesso a direitos territoriais e ao desenvolvimento. In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, p. 93-112.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. Tradução de: L. P. Roaunet. São Paulo: EDUNESP, 1995.

FREYRE, G. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: EDUSP, 1971.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª Ed. São Paulo: Global, 2003.

FRIGNOCA, C.; MCCARTHY, J.; ROZIN, A.; REISTMA, L. Greater biodiversity in regenerated native tropical dry evergreen forest compared to non-native *Acacia* regeneration in Southeastern India. **Interdisciplinary Environmental Review**, V. 21, N. 1, 2021. DOI: 10.1504/IER.2021.113781.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, n. 79, 1981, p. 1-50.

FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros em Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: MPEG, 1987.

FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, 1990, p. 41-93.

GALDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GALICIA, L.; ARISTA, A. E. Z.; ROBLES, K. I. M.; PRIETO, J. L. P.; ROMERO, A. G. Land use/cover, landforms and fragmentation patterns in a tropical dry forest in the southern Pacific region of Mexico. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 29, n. 2, p. 137-154, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-9493.2008.00326.x.

GALVÃO, L. A. **Capital ou Estado?**: introdução à crítica da política. São Paulo: Cortez, 1984.

GARCÍA MARQUEZ, G. **Cem anos de solidão**. Tradução de: E. Zagury. Rio de Janeiro: Record, 1967.

GARCÍA MARQUEZ, G. **Doze contos peregrinos**. Tradução de: E. Nepomuceno. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GARCÍA MARQUEZ, G. **O amor nos tempos do cólera**. Tradução de: A. Callado. 37ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GEMERY, H. A.; HOGENDORN, J. A. **The uncommon market**: essays in the economic history of the Atlantic slave trade. London: Academic Press, 1979.

GOLD, M. **Judeus sem dinheiro**. Tradução de: M. Molina. Rio de Janeiro: Record, 1982.

GOMIDE, M. F. Terrenos de marinha e seus acrescidos: o caso da Primeira Légua Patrimonial de Belém. **Saber**, Belém, v. 7, n. 1, p. 191-217, 2008.

GONÇALVES, A. E. B. O conflito de delimitação de fronteiras marítimas entre Peru e Chile: um olhar à luz da Geopolítica e do Direito Internacional. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 21, p. 166-195, 2016.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis**, v. 41, 2015.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2007.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1979.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de: C. N. Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de: C. N. Coutinho. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRANCHAMP, L. A agricultura urbana: abrindo caminho para novas territorialidades. In: SIMÕES, A.; RODRIGUES, E. T.; ROCHA, G. M.; GRANCHAMP, L. (Org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFPA, 2019. p. 187-206.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Tradução de: D. Canali. 9ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GUALBERTO, A. J. P. **Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro na Amazônia**. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Degradação ambiental. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia e meio ambiente**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 337-379.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUERRA, G. A. D. Resenha de Loureiro, V. R. Estado, bandidos e heróis. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 201-204, 1997.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUSMÃO, L. H. A. Avaliação da infraestrutura em esgotamento sanitário na área urbana de Marituba (PA). **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 161-176, 2018.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 39, p. 1-17, 2018.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S.; COSTA, F. E. V. Análise dos conflitos por água no espaço agrário paraense. **Sociedade e Território**, Natal, v. 31, n. 2, p. 47-69, 2020. DOI: 10.21680/2177-8396.2020v32n2ID21142.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S.; LOBO, M. A. A. Dinâmica geográfica dos domicílios de uso ocasional no estado do Pará. **PRACS**, Macapá, v. 14, n. 1, 2021.

HAESBAERT, R. **RS – Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de: C. Szlzak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 15, p. 126-152, 2015.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Unicamp, 2017.

HINDESS, B.; HIRST, P. Q. **Modo de produção e formação social**: uma autocrítica de modos de produção pré-capitalistas. Tradução de: A. Oliva. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HOBBSBAWM, E. Introdução. In: MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de: J. Maia. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 9-64.

HOBBSBAWM, E. **Industry and Empire**: from 1750 to the Present Day. 2nd Ed. New York: The New Press, 1999.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo**. Tradução de: D. Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOWELLS, W. D. **Indian summer**: a novel. New York: Fromm International Publishing Corporation, 1985.

HU, Y.; ZHENG, W.; ZENG, W.; LAN, H. The economic effects of clean development mechanism afforestation and reforestation project: evidence from China. **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, v. AOP, n. AOP, 2021. DOI: 10.1108/IJCCSM-02-2020-0015.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução de: W. Dutra. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra em numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de geomorfologia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais**: informações territoriais, 2010. Disponível em: <<https://bityli.com/icw43>>. Acesso em: 05/03/2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de uso da terra**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Downloads**: geociências, c2020. Disponível em: <<https://bityli.com/qbv3Z>>. Acesso em 01/02/2020.

ICMbio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório com diagnóstico socioambiental referente à criação da RESEX Boa Vista do Quatipuru**, 2015. Disponível em: <<https://bityli.com/O2M8d>>. Acesso em 01/10/2020.

ICMbio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório com diagnóstico socioambiental referente à criação da RESEX São João de Pirabas e ampliação da RESEX Chocoaré Mato Grosso**, 2016a. Disponível em: <<https://bityli.com/cLM4c>>. Acesso em 01/10/2020.

ICMbio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório com diagnóstico socioambiental referente à criação da RESEX Rio Primavera**, 2016b. Disponível em: <<https://bityli.com/llm2V>>. Acesso em 01/10/2020.

ICMbio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Relatório com diagnóstico socioambiental referente à criação da RESEX Salinópolis**, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/LMH0N>>. Acesso em 01/10/2020.

IKEDA, D. **Revolução humana**. Tradução de: F. Tiba. São Paulo: Brasil Seiko, 1976.

IMAZ, M. Historia natural del Valle de México. **Ciencias**, México (DF), v. 15, 1989, p. 15-21.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**, c2013. Disponível em: <<https://bityli.com/aFW1k>>. Acesso em 01/02/2020.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **DETER**, c2020. Disponível em: <<https://bityli.com/7Bi1z>>. Acesso em 01/10/2020.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Geoglifos do Acre**. S/d. Disponível em: <<https://bityli.com/tGmzz>>. Acesso em 26/11/2019.

ISSAC, V. J.; FRÉDOU, F. L.; HIGUCHI, H.; SILVA, B. B.; SANTO, R. V. E.; OLIVEIRA, F. P.; MOURÃO, K. R. M.; OLIVEIRA, C. M. E.; ALMEIDA, M. C. **A atividade pesqueira no município de Augusto Corrêa, Pará**. Belém: EDUFPA, 2005.

JARDELEZA, J. M.; GOTANCO, C. K.; GUZMAN, M. A. L. Simulating National-scale deforestation in the Philippines using land cover change models. **Philippine Journal of Science**, v. 148, n. 4, p. 597-608, 2019.

JAPIASSU, H. P. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KALIFE, K. R. **Mineração do calcário no município de Capanema, estado do Pará: uma análise a partir da percepção dos moradores do entorno da jazida B-17**. 118f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

KAMLUM, K. U.; ARNDT, R. B.; PHUA, M. H. Monitoring deforestation in Malaysia between 1985 and 2013: Insight from South-Western Sabah and its protected peat swamp area. **Land Use Policy**, v. 57, p. 418-430, 2016. DOI: 10.1016/j.landusepol.2016.06.011.

KATOVAI, E.; KATOVAI, D. D.; CAMPBELL, M.; LAURANCE, S. G.; EDWARDS, W.; LAURENCE, W. F. Structural Recovery of Logged Forests in the Solomon Islands: Implications for Conservation and Management. **Tropical Conservation Science**, v. 14, 2021. DOI: 10.1177/19400829211028125.

KHAGRAM, S. Toward democratic governance for sustainable development: transnational civil society organizing around big dams. In: LECHNER, F. J.; BOLI, J. **The Globalization Reader**. 4th Ed. Chichester: Wiley-Blackwell Press, 2012, p. 459-465.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. Environmental advocacy networks. In: LECHNER, F. J.; BOLI, J. **The Globalization Reader**. 4th Ed. Chichester: Wiley-Blackwell Press, 2012, p. 451-458.

KLAUTAU, A. G. C. M. **A pesca industrial da Piramutaba na foz do Rio Amazonas**. 53f. Dissertação (Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais), Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de: C. Neves; A. Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2ª Ed. Tradução de: B. V. Boeira; N. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LÄMMLE, L.; BULHÕES, E. M. R. Impactos de obras costeiras na linha de costa: o caso do Porto do Açú, município de São João da Barra, RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 1, p. 131-152, 2019. DOI: 10.19180/2177-4560.v13n12019p131-152.

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento**. Tradução de: T. Santos. 6ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de: M. C. França. 3ª Ed. Campinas: Papirus, 1993.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 2, p. 143-174, 2012.

LEÃO, R. C. S. **Conflito socioambiental e gestão de recursos naturais em territórios quilombolas da Amazônia**: o caso da comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Marajó/PA. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Tradução de: A. Ribeiro; M. Amaral. Porto: Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana**. Tradução de: S. Martins. Belo Horizonte: EDUEMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de: R. E. Frias. 5ª Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFTWICH, A. Theorizing the state. In: BURNELL, P.; RANDALL, V.; RAKNER, L. (Org.). **Politics in developing world**. 3ª Ed. New York: Oxford University, 2011, p. 223-240.

LEITE, A. P. **A evolução urbana de Rio Branco (AC)**: de seringal a capital. 2010. 80f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S.; SILVA, M. R. P.; TAVARES, T. M. S. Dinâmica econômica e produção do espaço a partir da atividade mineradora: uma reflexão do município de Paragominas-Pará-Brasil. In: 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...**, Planejamento de uso da terra e desenvolvimento sustentável. Lima: EGAL, p. 1-19, 2013.

LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S.; TRINDADE, J. R. B. Renda mineral e grande capital na Amazônia: a exploração das minas de Carajás pela Companhia Vale. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 24, p. 55-78, 2016.

LEITE, A. S.; FERNANDES, D. A.; SOARES, D. A. S.; KATO, E. S. Aprendizagem territorial, cooperação e inovação em espaços rurais: o caso da aglomeração ceramista de Eldorado dos Carajás (Pará/Brasil). **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, v. 7, p. 1-23, 2018a.

LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S.; CASTRO, C. J. N.; LOBATO, M. M.; MORAES, S. C. Contribuições para a análise da integração internacional da Amazônia pela perspectiva da renda diferencial. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Málaga, v. 13, p. 1-15, 2018b.

LEITE, A. S.; SOMBRA D.; SOMBRA, A. Desenvolvimento local e gestão de recursos naturais em São Miguel do Guamá (Pará-Brasil): aprendizagem territorial, cooperação e inovação no arranjo produtivo local de indústrias ceramistas. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Málaga, v. 14, p. 1-41, 2018.

LEITE, A. S.; SOMBRA, D.; CASTRO, C.; LOBATO, M. Atividade mineradora e transporte marítimo de longo curso: contribuições para a análise da integração internacional da Amazônia pela perspectiva da renda diferencial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 4, n. 2, p. 38-56, 2018c. DOI: 10.17648/ihgp.v5i01.48.

LEIVAS, L. C. P. Terrenos de marinha e terrenos da Marinha: do patrimônio nacional às origens do patrimônio naval. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 12, 1977, p. 111-119.

LEMONS, M. A. Q.; PIMENTEL, M. A. S. Mineração e desastres ambientais com rejeitos de bauxita e caulim no município de Barcarena-Pará-Brasil-Amazônia. **Territorium**, Coimbra, v. 28, n. 1, p. 37-156, 2021. DOI: 0.14195/1647-7723_28-1_8.

LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: EDUnB, 1988, p. 90-129.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução de: A. Lobo. São Paulo: Hucitec, 1979.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?**: problemas cadentes do nosso momento. Tradução de: M. Braz. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LEWONTIN, R. C. The maturing of capitalist agriculture: farmer as proletarian. **Monthly Review**, v. 50, n. 3, 1998.

LIMA, I. A complexidade da justiça territorial. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 50-70, 2015.

LIMA, K. S.; SOARES, D. A. S.; COSTA, F. E. V.; CRUZ, R. H. R. Recursos hídricos e monocultura de palma: a problemática socioambiental no caso do Rio Uesugi, em Igarapé-Açu (Pará/Brasil). **GeoAmazônia**, Belém, v. 7, n. 13, p. 142-167, 2019.

LIMA, L. M.; SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SOARES, D. A. S. Large hydroelectric projects in the Araguari river basin: territorialities, impact and resistance of Amapá's fishing (Amazon, Amapá, Brazil). **International Journal of Development Research**, Mumbai, v. 10, n. 8, p. 38681-38689, 2020. DOI: 10.37118/ijdr.19604.08.2020.

LIMA, M. G. M. **Mobilidade geográfica como estratégia de sobrevivência de pescadores artesanais na Amazônia**: o caso de Cubatão, em Icoaraci, Pará. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

LIMA, O. P. **Localização geodésica da linha da preamar média de 1831 – LPM/1831, com vistas à demarcação dos terrenos de marinha e seus acrescidos**. 270f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LIMA, R. A. P. **Antropización, dinámicas de ocupación del territorio y desarrollo en la Amazonía Brasileña: el caso del Estado de Amapá**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003.

LIMA, R. A. P.; SILVA, C. N. Tierra de controle como fundamento de la conquista geográfica de la ciudad de Macapá. **Planeta Amazônia**, Macapá, n. 6, p. 189-196, 2014.

LOBATO, M. M. **Capital, território e monopólio no El Dorado de Carajás: uma análise da fronteira no Sudeste Paraense**. 235f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018. DOI: 10.13140/RG.2.2.20449.61280.

LOBATO, M. M.; SILVA JR., A. F. Geohistória na Amazônia brasileira: uma reflexão sobre as transformações territoriais na fronteira do Sudeste Paraense. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, Belém, v. 4, n. 1, 2019.

LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. Fronteira na geografia: proposições para uma reflexão. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 2, n. 3, p. 175-193, 2015. DOI: 10.17552/2358-7040/bag.v2n3p175-193.

LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. Fronteira na ciência geográfica: um conceito e dois contextos. In: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P.; SILVA, J. M. P. **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 35-58.

LOBO, M. A. A. **Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte**. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

LOPES, C. J. O.; MASCARENHAS, C. A. S. Territórios em disputa no Baixo Tocantins (PA): quilombolas e avanço da hidrovía Araguaia-Tocantins. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P.; CARVALHO, A. C. **Uso dos recursos naturais da Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2021, p. 51-72.

LOPES, C. H. S.; CORRÊA, I. L. F.; SOMBRA, D.; MANESCHY, R. Q. Mudanças no uso da terra no sudeste do Pará e perspectivas agroflorestais: o caso do assentamento Belo Horizonte I. In: V Congresso Internacional de Ciências Agrárias. **Anais...**, Educação, Ciência e Tecnologia. Recife: PDVAGRO, v. 1, n. 5, p. 1-15, 2020. DOI: 10.31692/2526-7701.VCOINTERPDVAgro.0269.

LOPES, P. R. C. **Os corpos de trabalhadores na Província do Grão-Pará: outros significados para uma política de arregimentação da mão de obra (1835-1840)**. 110f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: MPEG, 1985.

LOUREIRO, V. R. **Miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção na Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

LOUREIRO, V. R. **Estado, bandidos e heróis: utopia e conflito na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1996.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. 2ª Ed. Belém: CEJUP, 2004.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1986.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de: N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, L. O. **Mitos y realidades de la Amazonía brasileña en el contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universitat de Barcelona, Barcelona, 1989.

MACHADO, L. O. The intermittent control of the Amazonian territory (1616-1960). **International Journal of Urban and Regional Research**, New Jersey, v. 13, n. 4, 2009.

MACHADO, T. A. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774>.

MACIEL, J. B.; LIMA, M. C. A metropolização do espaço em Iranduba (AM): uma nova configuração como expansão imobiliária. In: II Simpósio De Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço. **Anais...** Campo Mourão, 2013.

MANESCHY, M. C. Pescadores e curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. **Revista da SBPC**, Campinas, v. 10, p. 53-74, 1993.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: EDUFPA, 1995.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 2ª Ed. Tradução de: S. M. Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de: P. Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARÇAL, A. S. **Os desafios para a gestão das reservas extrativistas marinhas da Amazônia**: estudo de caso da Reserva Extrativista de Maracanã/PA. 159f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Trad.: F. J. Lindoso. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARIN, R. E. A. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, F. S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira**. Belém: EDUFPA, 1999, p. 33-62.

MARSHAL, T. **Prisioneiros da geografia**: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Tradução de: M. L. X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, C. F. As fronteiras da liberdade: a resistência quilombola na fronteira entre Brasil e Guianas. **Interethnica**, v. 14, n. 1, p. 1-20, 2010. DOI: 10.26512/interethnica.v14i1.15353.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1979.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. **Contribution to the critique of political economy**. Tradução de: S. W. Ryazanskaya. 8th Ed. Moscow: Progress Publishers, 1984.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de: J. Maia. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de: J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de: F. Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de: M. Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de: N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**: crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores. Tradução de: S. J. Schirato. 5ª Ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de: R. Enderle; N. Schneider; L. C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, K.; ENGELS, F. **A miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria de Proudhon. Tradução de: P. R. Baranha. São Paulo: Lafonte, 2018.
- MASCARENHAS, R. E. B.; GAMA, J. R. N. F. **Extensão e característica das áreas de mangue do litoral paraense**. Belém: Embrapa, 1999.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de: H. P. Maciel; R. Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MEDEIROS, S. L.; SANTOS, T. L. P. História e cultura nos estudos amazônicos: o caso de Manaus na *Belle Époque*. **Metis**, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 227-238, 2019. DOI: 10.18226/22362762.v18.n.36.11.
- MEIRA, S. **Fronteiras sangrentas**: heróis do Amapá. 2ª Ed. Rio de Janeiro: edição do autor, 1977.
- MEIRA FILHO, A. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1976.
- MEIRELES, R. S.; SILVA, C. N. Ordenamento territorial e os reflexos da rizicultura em Cachoeira do Arari (Marajó-Brasil). In: SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; CHAGAS, C. A. N. (Org.). **Geografia na Amazônia paraense**: análises do espaço geográfico. Belém: GAPTA/UFPA, 2014, p. 219-254.
- MELLA, F. A. A. **O Egito dos faraós**. Tradução de: A. Cancian. São Paulo: Hemus, 1981.
- MELLO, A. F. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: EDUFPA, 1985.
- MELO, P. A. **Paisagens setentrionais, entre veredas e culturas**. 136f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- MENDES, A. **As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil**: notas e sugestões. São Paulo: Record, 1938.
- MENDONÇA, M. C. **A Amazônia na Era Pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2005.
- MESCHKAT, A. **Considerações sobre a pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de: A. Cotrim; V. Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia**: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- MIRANDA, R. W.; SOARES, D. A. S. Percepção da degradação patrimonial e de áreas verdes na cidade de Belém (Pará/Brasil) e as implicações para o turismo. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 65-80, 2020. DOI: 10.5380/ts.v13i3.73249.

- MIRANDA NETO. **Marajó: desafio da Amazônia**. 2ª Ed. Belém: CEJUP, 1993.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de: A. França; R. A. Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MONTEFERRI, B.; MULLER, M. R. Políticas marino-costeras y pesquerías en Chile, México y Perú: una primera aproximación política e institucional. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú**. Lima: SPDA, 2019, p. 23-32.
- MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 235f. Tese (Concurso de Livre Docência), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, 2004.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 1999a.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da Zona Costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1999b.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MORAES, C. O conceito de fundo territorial para analisar a formação territorial do Oeste Catarinense. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 223-244, 2019.
- MORAES, L. C. J. **Abastecimento de água na cidade de Marabá – Pará**. 79f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- MORAES, M. P. **O (re)ordenamento territorial das áreas da Aeronáutica em Belém**. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- MORAES, R. R. **A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha**. 217f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007a.
- MORAES, S. C. Água, vida e saberes na pesca. **Margens (UFPA)**, Belém, v. 1, p. 103-115, 2004.
- MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007b.
- MOREIRA, D. D. C. **O sistema de abastecimento de água de Tucuruí: caracterização e perspectiva histórica da gestão pública local**. 98f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

- MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço. In: SANTOS, M. et al (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 72-105.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOREIRA, R. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012a.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012b.
- MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MOREL, E. **Amazônia saqueada**. 3ª Ed. São Paulo: Global, 1989.
- MORGAN, L. H. **Ancient society**. Tucson: The University of Arizona Press, 1985.
- MORGAN, L. H. **Systems of consanguinity and affinity in the human family**. Lincoln: The University of Nebraska Press, 1997.
- MOSITES, E. M.; RABINOWITZ, P. M.; THUMBI, S. M.; MONTGOMERY, J. M.; PALMER, G. H.; MAY, S.; RAHBAR, A. R.; NEUHOUSER, M. L; WALSON, J. D. The Relationship between Livestock Ownership and Child Stunting in Three Countries in Eastern Africa Using National Survey Data. **Plos One**, v. 10, n. 9, p. e0136686, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0136686.
- MOTA, G. S. **Contribuições para uma teoria geográfica do lugar**. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- MOTA, G. S. **O Prometeu traído: espaço, técnica e controle no capitalismo monopolista e tecnológico**. 248f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- MOTA, G. S. Subsunção e assimilação local: da apropriação do trabalho à subordinação dos espaços locais. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, Belém, v. 1, n. 2, p. 47-57, 2017.
- MOTA, G. S.; SOUZA JR., C. M. A universidade, a geografia e a política como tensão. **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 94-104, 2018.

MOURA, G. G. M. **Guerras nos mares do sul**: a produção de uma monocultura marítima e os processos de resistência. 412f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/T.90.2014.tde-13052014-144856.

MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

MUEHE, D. Geomorfologia costeira. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MUNIZ, J. P. **Adesão do Grão-Pará à Independências e outros ensaios**. 2ª Ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973.

MUSTO, M. Difusão e recepção dos *Grundrisse* pelo mundo. Uma contribuição para a história do Marxismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 27, p. 99-108, 2009.

NACHMIAS, C. F.; NACHMIAS, D. **Research methods in the social sciences**. 6th Ed. New York: Worth Publishers, 2000.

NAHUM, J. S. **O uso do território em Barcarena**: modernização e ações políticas conservadoras. 126f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Dendeicultura e descampenização na Amazônia Paraense. **Campo Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, 2014.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **GeoUSP**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016. DOI: 10.11606/issn.2179-0892. geousp.2014.84539.

NASCIMENTO, D. M.; FERREIRA, A. S. **Bens da União em várzeas e ilhas com influência da maré e/ou fluviais**. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

NAZARÉ, R. F. **Globalização, o transporte e a Amazônia brasileira**. Belém: CEJUP, 2001.

NEGRÃO, A. S. S. **Etnoconhecimento do manejo de açaiçais**: a elaboração de material didático para contribuir com o diálogo de saberes entre ribeirinhos e assistência técnica nas ilhas de Abaetetuba-PA. 101f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

NHANENGUE, A.; MUHATE, A.; MAUNZE, C.; MAPSANGANHE, D.; ODORICO, H.; GONZALO, J.; SOARES, M. **Desmatamento em Moçambique (2003 – 2016)**. Maputo: Direcção Nacional de Florestas, 2019.

NITSCH, M. O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 46, 2002.

NOGUEIRA, C. S. **Território de pesca no estuário marajoara**: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará). 179f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NOGUEIRA, R. J. B. **Amazonas**: a divisão da “monstruosidade geográfica”. Manaus: EUFAM, 2007.

NUNES, D. E. S.; TELES, I. S.; TAVARES, F. B. Discursos socioambientais em torno da produção de óleo alimentício a partir do inajá. In: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme**: transformações socioambientais e reinvenções camponesas. Belém: NUMA/UFPA, 2017, p. 147-176.

O'HARA, J. H. **Os Lockwood**: tragédia de uma família americana. Tradução de: V. N. Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

O LIVRO DOS HAI-KAIS. Tradução de: O. Savary. São Paulo: Aliança Cultura Brasil-Japão, 1980.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988

OLIVEIRA, A. U. **Geografia das lutas no campo**. 6ª Edição. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, J. G. C. A verticalização nos limites da produção do espaço: parâmetros comparativos entre Barcelona e Belém. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...** Porto Alegre, 28 de maio a 1 de junho de 2007.

OLIVEIRA, J. V.; COSTA, M. C. L. Expansão urbana de Boa Vista (RR) e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial. **GeoSaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 18, 2018, p. 1-18.

OLIVEIRA, O. C.; MORAES, S. C. Desafios para a sustentabilidade na gestão dos serviços de abastecimento de água na Amazônia: aspectos socioambientais e econômicos do sistema de abastecimento de água na cidade de Macapá-AP. **Espacios**, Caracas, v. 38, n. 22, p. 27-40, 2017.

OLIVEIRA, R. M. **A cartografia da Amazônia Colonial e a definição de suas fronteiras**. 198f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1984.

OLIVEIRA, T. R. B. **Para que servem os terrenos de marinha?**: Uma análise geoespacial sobre a função sócio-ambiental de terras públicas da união no litoral norte de Maceió, Alagoas. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências Geodésicas e Tecnologia da Geoinformação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA NETO, A. C. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. 338f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

OTTAWAY, M. Civil Society. In: BURNELL, P.; RANDALL, V.; RAKNER, L. (Org.). **Politics in developing world**. 3rd Ed. New York: Oxford University, 2011, p. 181-201.

OUTEIRO, G. M.; AZEVEDO JR., W. C. Planejamento urbano e riscos: a função social da propriedade nos planos diretores de cinco municípios da Região Metropolitana de Belém/PA. **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 12, p. 53-72, 2018.

OYANEDEL, R. Pesca ilegal e incumplimiento. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías**: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú. Lima: SPDA, 2019, p. 71-82.

PALEH, J. J. **O mundo urbano**. Tradução de: R. S. di Biasi; R. Jungmann. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PALHETA, I. G. V. **O uso da terra em Tauá-Vigia, estado do Pará**. São Paulo: IGEOG/USP, 1982.

PASSOS, C. R. F. Os gêneros de vida na Geografia Humana (P. V. de la Blache). **Okara**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 2017, p. 120-124.

PEIXOTO, J. B. **Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

PELEAN pensiones de Moctezuma. **El Universal**, México (DF), 22/08/2003. Disponível em: <<https://bityli.com/m307a>>. Acesso em: 20/02/2021.

PENNER, M. E S. **A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico**. Belém: EDUFPA, 1984.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará**. Belém: EDUFPA, 1967.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém**. Belém: EDUFPA, 1973.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização do Nordeste do Brasil. 351f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, E.; RODRIGUES, G. **Portugal**: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. Lisboa: João Romano Torres, 1904. Disponível em <<https://bityli.com/L3bYH>>. Acesso em 02/12/2019.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIETILAINEN, E. P.; OTERO, G. Power and dispossession in the neoliberal food regime: oil palm expansion in Guatemala. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1142-1166, 2018. DOI: 10.1080/03066150.2018.1499093.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução de: M. B. Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHO, B. C. P.; COSTA, C. H. C.; SOUZA, J. M. Uso de geotecnologias para a regularização fundiária – terrenos de marinha em Belém-PA. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 143-164.

PIRAUX, M.; SOARES, D. S.; SIMÕES, A. V. A diversidade socioespacial do território do Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. In: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, 2017, p. 77-114.

PIRAUX, M.; SOARES, D. S.; SIMÕES, A.; TAVARES, F. B. A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no Território Baixo Tocantins. In: SIMÕES, A.; RODRIGUES, E. T.; ROCHA, G. M.; GRANCHAMP, L. (Org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p. 43-76.

PLAZA, A. C. Industrias extractivas en zonas costeras y marinas. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú**. Lima: SPDA, 2019, p. 83-96.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD faz lançamento nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. **PNUD**, 19/12/2020. Disponível em: <<https://bityli.com/GlgU9>>. Acesso em: 25/04/2021.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de: F. Wrabel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTE, J. X. Belém do Pará: cidade e água. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 41-60, 2015. DOI: 10.1590/2236-9996.2015-3302.

PONTE, L. G. D. F. **Mulheres, trabalho e dendeicultura na Amazônia: transformações e desafios em Tailândia-PA**. 93f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de: A. Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO, J. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Tradução de: F. Silva. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POZO FELGUERA, G. La “tataratata... nieta” granadina de Moctezuma II. **Granada Hoy**, Granada, 27/04/2010. Disponível em: <<https://bityli.com/TRxpl>>. Acesso em: 20/02/2021.

PRADO, F. Trans-Imperial interactions and the Rio de La Plata as an Atlantic Borderland. In: LEVIN ROJO, D. A.; RADDING, C. **The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian**

World. Oxford: Oxford University Press, 2019. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199341771.013.19.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 20ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREOBRAJENSKY, E. **A nova economia**. Tradução de: L. M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PUENTE, S.; LAMA, R. L. Pesquería industrial en América Latina: retos y lecciones aprendidas de Chile, México y Perú. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú**. Lima: SPDA, 2019, p. 33-54.

PUREZA, E. S. S. **Gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas: potencialidades e limites – o caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó, Pará, Amazônia**. 125f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PYE, O. Agrarian Marxism and the proletariat: a palm oil manifesto. **The Journal of Peasant Studies**, 2019. DOI: 10.1080/03066150.2019.1667772.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Tradução de: L. L. Fernandes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUARESMA, A. M. **Ilhas na zona costeira amazônica: relevância, desenvolvimento e isolamento geográfico**. 71f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

QUARESMA, M. J. N. **Usina hidrelétrica de Belo Monte: da modernização do território às reconfigurações das escalas de poder**. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

QUARESMA, M. J. N. Lutas e resistências no Xingu: estratégias escalares no enfrentamento à UHE Belo Monte. **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 239-255, 2018.

QUARESMA, M.; SOMBRA, D.; LEITE, A.; CASTRO, C. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2015. DOI: 10.5965/1984724616322015143.

RABELLO, A. C. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 213-235, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de: M. C. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAIOL, D. A. **Motins políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2ª Ed. Belém: EDUFPA, 1970.

RAMOS, G. **Vidas secas**. 104ª Ed. São Paulo: Record, 2008.

RAMOS, S. F. C. D. **Impasses na RESEX Ipaú-Anilzinho**: o mapeamento participativo como ferramenta de apoio à reconstrução do plano de manejo. 112f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

RANIERI, A. S. **Erosão costeira e conflitos socioambientais**: o caso de Ajuruteua, Bragança-PA. 94f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RAXMATOVNA, A. M. Uzbek poetesses – highlights about humanism and comprehensive developed personality. **EPRA International Journal of Research and Development**, v. 5, n. 8, p. 372-374, 2020. DOI: 10.36713/epra2016.

REBORATTI, C. E. Fronteras agrarias en América Latina. **Geocrítica**, Barcelona, v 35, n. 87, 1990.

REICH, W. **Escuta, Zé Ninguém!** Tradução de: M. F. Bivar. 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REIS, A. C. F. **Síntese da história do Pará**. São Paulo: Amanda-GRT, 1972.

REIS, A. C. F. **A política de Portugal no Valle Amazônico**. 2ª Ed. Belém: SECULT, 1993.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RESENDE, A. T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, C. A. (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 43-67.

RIBEIRO, R. J. IDH ganhou um “P”. **Diário do Centro do Mundo**, 25/04/2021. Disponível em: <<https://bityli.com/wQXXB>>. Acesso em: 25/04/2021.

RIBEIRO, W. O. **Ordem e desordem do território turístico**: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará**: particularidades regionais e diferenças das cidades de Bragança, Capanema e Castanhal. 356f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

RIO, G. A. P. Espaços marítimos e sua geografia. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 22, 2019. DOI: 10.1590/1809-4422asoc20180142r1vu2019l2td.

RIST, G. **The history of development**: from Western origins to global faith. Tradução de: P. Camiller. 3rd Ed. New York: Zed Books, 2011.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

ROCHA, C. P. **Desmatamento e gestão ambiental da Ilha de Cotijuba, Belém-PA**. 25f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago!:** hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ROCHA, G. M. Aprendizagem territorial. In: ROCHA, G. M.; TEISERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (Org.). **Aprendizagem territorial:** dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2016, p. 9-24.

ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. Definições de zona costeira. In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, p. 17-31.

ROCHA, G. M.; SOUZA, G. B. N.; SOARES, D. A. S. Unidades de paisagem e morfologia da zona costeira. In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, 35-47.

ROCHA, G. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C. Estruturas espaciais, dinâmicas territoriais e vetores de desenvolvimento na Zona Costeira Paraense. In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, 49-74.

ROCHA, G. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C. Dinâmicas territoriais na zona costeira do estado do Pará. **Confins**, São Paulo, v. 42, 2019. DOI: 10.4000/confins.24132.

ROCHA, G. M.; GODOY, C. V.; ROCHA, E. C.; SOARES, D. A. S. Desafios à territorialização da atenção básica à saúde em Belém e Região Metropolitana: espaços de vulnerabilidade socioambiental. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, Belém, v. 5, n. 1, p. 99-117, 2020.

ROCHA, J. F. **A formação de novas territorialidades:** a “revisão” dos limites municipais fomentada pela dendeicultura e ações públicas: um estudo nos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA. 134f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ROCQUE, C. **Antônio Lemos e sua época:** história política do Pará. 2ª Ed. Belém: CEJUP, 1996.

RODRIGUES, E. B. **Território e soberania na globalização:** Amazônia, jardim de águas sedento. 406f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/T.8.2010.tde-22112010-164131.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá – Pará. 270f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

RODRIGUES, J. C. **O Estado a contrapelo**: lógica, estratégias e efeitos dos complexos portuários no Oeste do Pará. 383f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RODRIGUES, J. C.; MACHADO, R. L. M.; PENHA, L. R.; OLIVEIRA NETO, A. Interfaces do rural e do urbano na cidade de Barcarena, Amazônia Paraense. **InterEspaço**, Grajaú, v. 6, p. 1-22, 2020. DOI: 10.18764/2446-6549.e202016.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C.; LIMA, R. A. P. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. **GeoSul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 357-381, 2019. DOI: 10.5007/1982-5153.2019v34n71p356.

RODRIGUES, R. **Curso de terrenos de marinha e seus acrescidos**: laudêmio, taxa de ocupação e foro. 2ª Ed. São Paulo: Pilares, 2016.

ROJAS, G. A. Caracterizando os governos “pós-neoliberais” latino-americanos. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2015.

ROLIM, M. R. S. Declarações de tempo de moradia nos processos de CUEM em terrenos de marinha em Belém-Pará. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 199-230.

ROLIM, M. R. S. **Renaturalização da cidade na Amazônia**: diagnóstico de viabilidade e elaboração de projeto de intervenção jurídico-institucional para os rios urbanos de Belém-PA. 144f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

ROMERO, D. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSA, C. N.; BREMER, U. F.; KRAMER, G.; PEREIRA FILHO, W.; HILLEBRAND, F. L.; SOUZA, S. F. Linha de preamar: uma revisão sobre seus conceitos e implicações. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 849-858, 2018. DOI: 10.20502/rbg.v19i4.1334.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Tradução de: C. Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSSETI, D. F. Ambientes costeiros. In: FLORENZANO, T. G. (Org.). **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**: a non-Communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUMRRILL, R.; ZUTTER, P. **Amazonia y capitalismo**: los condenados de la selva. Lima: Horizonte, 1976.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico português**. Tradução de: A. Domingues; D. A. S. Moura. São Paulo: EDUNESP, 2014.

SADIQUE, M. A. **Capital and profit sharing in Islamic equity financing**: issues and prospects. Kuala Lumpur: The Other Press, 2012.

SAKAGUCHI, A. K.; RIBEIRO, W. O. A atividade pesqueira e a centralidade urbano-regional de Bragança/PA. **Formação**, Presidente Prudente, v. 27, n. 51, p. 66-74, 2020. DOI: 10.33081/formacao.v27i51.6674.

SALAMI, R. O.; GIGGINS, H.; MEDING, J. K. V. Urban settlements' vulnerability to flood risks in African cities: a conceptual framework. **Jamba**, v. 9, n. 1, 2017. DOI: 10.4102/jamba.v9i1.370.

SALLES, V. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**: textos reunidos. 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SANTOS, A. R. S. Conflitos socioambientais, capital e dendeicultura: as estratégias das empresas de dendê e suas contradições na Amazônia Paraense. 109f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, C. F. O que é justiça ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 31, n. 3, p. 161-163, 2013. DOI: 10.4025/bolgeogr.v31i3.19231.

SANTOS, F. J.; SAMPAIO, P. M. M. 1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa. **Somanlu**, Manaus, v. 8, n. 2, p. 78-98, 2008.

SANTOS, J. S. T. **Ocupação de terrenos de marinha**: risco e regulamentação jurídica. 57f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004b.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2009a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2009c.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2009d.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2010a.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2010b.

SANTOS, M. C.; CANTO, O.; BASTOS, R. Z.; FENZL, N.; TUPIASSU, L.; SOMBRA, D. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: o caso da vila do Camará, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim – Pará – Amazônia – Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 15607-15617, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n3-439.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: Quiróz, 1980.

SARGES, M. N. **Memórias do Velho Intendente**: Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002.

SARGES, M. N. **Belém**: riquezas produzindo a *Belle Époque* (1870-1912). 3ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARTRE, J. P. **Crítica de la razón dialéctica**: Tomo 1: Teoría de los conjuntos prácticos: Libro 1: De la “praxis” individual a lo práctico inerte. Tradução de: M. Lamana. Buenos Aires: Losada, 1963.

SARTRE, J. P. **Questão de método**. Tradução de: B. Prado Jr. 2ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1967.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução de: L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SELFA, T.; BAIN, C.; MORENO, R.; EASTMOND, A.; SWEITZ, S.; BAILEY, C.; PEREIRA, G. S.; SOUZA, T.; MEDEIROS, R. Interrogating social sustainability in the biofuels sector in Latin America: tensions between global standards and local experiences in Mexico, Brazil, and Colombia. **Environmental Management**, v. 56, p. 1315-1329, 2015. DOI: 10.1007/s00267-015-0535-8.

SENA, A. L. S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial**: face à metamorfose do capital. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

SENA, C. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-108, 2008.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 8ª Ed. Tradução de: M. Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. Monocultivo de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **Campo Território**, Uberlândia, edição especial, 2016.

SILVA, I. C.; CAÑETE, V. R. Conhecimento tradicional e a pesca artesanal na comunidade Cajueiro – Mosqueiro/PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

SILVA, J. M. P. **Poder, governo e território em Carajás**. 198f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, J. M. P.; LIMA, R. A. P. Economia mineral e os impactos nos territórios amazônicos do sudeste paraense. **Planeta Amazônia**, Macapá, n. 9, p. 103-116, 2017. DOI: 10.18468/planetaamazonia.2017n9.p103-116.

SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N.; SANTOS, F. A. A.; MEDEIROS, G. R. N.; SOUSA, H. P.; VILHENA, T. M.; LIMA, J. B. O traçado da Linha da Primeira Léguas Patrimonial (LPLP) e da Linha da Preamar Média (LPM) de 1831 da cidade de Belém. In: SILVA, C. N.; LUZ, L. M.; PONTE, F. C.; RODRIGUES, J. E. C. (Org.). **Belém dos 400 anos**: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 299-314.

SILVA, J. P.; PIMENTEL, M. A.; JARDIM, M. A. A influência das variáveis socioeconômicas sobre as ocorrências de febre chikungunya no município de Belém, Pará, Brasil. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-19, 2020. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i2.10143.

SILVA, M. C. **O paiz do Amazonas**. 3ª Ed. Manaus: Valer, 2012.

SILVA, M. S. F.; SOUZA, R. M. Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 241-259, 2009. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.3i2.241260.

SILVA, R. G. C.; MICHALSKI, A.; SOUZA, L. I. T.; LIMA, L. A. P. Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira). **Revista de geografia Norte Grande**, Santiago, v. 77, 2020. DOI: 10.4067/S0718-34022020000300253.

SILVA JR., D. M.; SILVA, C. N.; FELIZ, E. V.; MARINHO, V. N. M. modo de vida e uso dos recursos pesqueiros na comunidade do Beiradão, em Limoeiro do Ajuru (PA). In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P.; CARVALHO, A. C. **Uso dos recursos naturais da Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2021, p. 17-50.

SILVA JR., A.; TAVARES, A.; SARGES, E.; NEVES, F.; CARVALHO, R. O Arquipélago Marajoara e a hegemonia do patronato rural: a consolidação histórica da produção bubalina. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas territoriais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, p. 167-184.

SIMMONS, B. A.; WILSON, K. A.; MARTINEZ, R. M.; BRYAN, B. A.; HOLLAND, O.; LAW, E. A. Effectiveness of regulatory policy in curbing deforestation in a biodiversity hotspot. **Environmental Research**, v. 13, 2018. DOI: 10.1088/1748-9326/aae7f9/meta.

SIMPSON, B. Solidarity in an Age of Globalization: The Transnational Movement for East Timor and U.S. Foreign Policy. **Peace & Change**, v. 29, n. 3-4, p. 453-482, 2004. DOI: 10.1111/j.0149-0508.2004.00299.x.

SINPESCA. SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA, DA AQUICULTURA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETÁRIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA DO ESTADO DO PARÁ. **Estatísticas**, c2018. Disponível em: <<https://bityli.com/eDWk7>>. Acesso em: 12/12/2018.

SIQUEIRA, A. S.; SILVA, A. F.; LOBATO, M. M. O avanço do dendê no município de Santo Antônio do Tauá e os impactos sobre a produção familiar. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P.; CARVALHO, A. C. **Uso de recursos naturais na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFGA, 2021, p. 209-231.

SIQUEIRA, F. M. B.; VILARINHO NETO, C. S. O capital imobiliário e a cidade: uma análise do espaço urbano de Cuiabá como resultado da preparação para a Copa do Mundo de 2014. **ACTA Amazônica**, Boa Vista, v. 6, n. 13, p. 137-154, 2012.

SLOAN, S.; ALAMGIR, M.; CAMPBELL, M. J.; SETYAWATI, T.; LAURCENCE, W. F. Development corridors and remnant-forest conservation in Sumatra, Indonesia. **Tropical Conservation Science**, v. 12, p. 1-9, 2019. DOI: 10.1177/1940082919889509.

SMITH, N. **Uneven development**: nature, capital, and the production of space. 3rd Ed. Athens: The University of Georgia Press.

SOARES, A. A. S.; NASCIMENTO, D. M.; SANTOS, D. G. C. Cartografia digital aplicada à regularização fundiária na Amazônia paraense: procedimentos técnicos e metodológicos para a caracterização e identificação das terras da União. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFGA, 2014, p. 165-182.

SOARES, A. A. S.; CARVALHO, A. C.; SOARES, D. A. S.; BASTOS, R. Z. Fundamentos para a gestão das inundações periódicas nas planícies de Belém (Pará-Brasil) com vistas ao seu desenvolvimento local. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 39, p. 37-56, 2018a.

SOARES, D. A. S. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense**: elites locais e contraespaços. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, 327f. DOI: 10.13140/RG.2.2.23175.91044.

SOARES, D. A. S.; LEITE, A. S.; LOBATO, M. M. Estado e capital: subsídios para a compreensão analítica do protagonismo do Estado brasileiro no rearranjo espacial da América do Sul. **GeoAmazônia**, Belém, v. 4, n. 7, p. 47-77, 2016. DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p47-77.

SOARES, D. A. S.; LEITE, A. S.; LOBATO, M. M.; CASTRO, C. J. N. Usos do território em Paragominas: espaço geográfico e classes sociais. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 5, n. 8, p. 1-29, 2016. DOI: 10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28.

SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C.; LOBATO, M. M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N.; LIMA, B. R. G. Dinâmicas territoriais e uso da terra no município de Terra Alta (Pará-Brasil) – 1950-2010. **GeoAmazônia**, Belém, v. 5, n. 10, p. 41-67, 2017.

SOARES, D. A. S.; CASTRO, C. J. N.; MENDES, R. L. R.; MORAES, S. C.; PINHO, D. R.; MERGULHÃO, L. B. Território usado e recursos hídricos na Amazônia brasileira: os múltiplos usos do território na bacia hidrográfica do Rio Apeú (Pará/Brasil). **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, p. 1-24, 2018b.

SOARES, D. A. S.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N.; CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N.; LOBATO, M. M. Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Zona Costeira Paraense: ordenamento territorial autoritário versus gestão democrática dos recursos. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. (Org.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018c, p. 115-148.

SOARES, D. A. S.; VILLACIS TACO, L. H.; CASTRO, C. J. N.; OLIVEIRA, R. R. S.; MORAES, S. C. Desenvolvimento da cartografia como linguagem geográfica: um processo de aprendizagem territorial. **Atlante**, Málaga, v. 7, p. 1-19, 2018d.

SOARES, D. A. S.; LOBATO, M. M.; MORAES, S. C.; MORAES, M. P.; CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N. Inversão de tendências e coexistências de vetores técnicos na Zona Costeira Paraense: reterritorialização da pesca artesanal no primeiro quartel do século XXI. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, p. 71-99.

SOARES, D. S. O patrimônio fundiário da União na zona costeira do estado do Pará: sobreposições entre público e privado. In: DUARTE, A. A. M.; SOARES, D. A. S.; NASCIMENTO, D. M.; ANGELIM, E. C. S.; OUTEIRO, G. M.; TRINDADE, M. M. S.; SILVA, M. C. C.; SANTOS, M. S. C. (Org.). **Regularização fundiária na Amazônia Legal: êxitos, impasses e desafios para as cidades**. Belém: NAEA/UFPA, 2020, p. 68-107.

SOARES, D. S.; DAMASCENO, S. B.; CASTRO, C. J. N.; SIMÕES, A.; PIRAUX, M.; RITTER, L. H.; AGUIAR, G. A. R.; SILVA, K. P.; COSTA, F. E. V.; QUARESMA, M. J. N. Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais na Amazônia tocantina: transporte rural-urbano, agricultura familiar e ambientes em Abaetetuba (PA). OLIVEIRA, R. J. (Org.). **Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar**. Guarujá: Científica Digital, 2021, p. 577-599. DOI: 10.37885/201202659.

SOLANO, P; GÁLVEZ, A. Áreas marinas protegidas. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú**. Lima: SPDA, 2019, p. 97-112.

SOMBRA, D.; LEITE, A. S.; QUARESMA, M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N. Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais. **GeoDiálogos**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 15-56, 2018a.

SOMBRA, D.; MOTA, G. S.; LEITE, A. S.; CASTRO, C. J. N. A reterritorialização pesqueira no estado do Pará: reprodução contraditória das relações capitalistas. **Revista de Geografia (Recife)**, Recife, v.35, n. 2, p. 243-267, 2018b.

SOTRATTI, M. A. A produção turística das cidades atuais: imagens e representações simbólicas de espaços e lugares. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 250-271, 2011.

SOUZA, A. A. L. **Conflito socioambiental e desafios para o desenvolvimento local**: atuação da mineradora VOTORANTIM cimentos no município de Primavera-PA. 151f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, São Paulo, v. 5, 2009. DOI: 10.4000/confins.5633.

SOUZA, C. F. **Análise da dinâmica**: população, ciclos econômicos e sistema de abastecimento de água no município de Itaituba-Pará. 85f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SOUZA, D. L. **Produção do espaço, infraestrutura turística e desenvolvimento socioespacial**: uma análise do complexo orla do Maçarico e da urbanização da praia do Atalaia em Salinópolis/PA. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOUZA, G. B. N. **Uso do solo da Ilha do Atalaia no município de Salinópolis**: desafios para o reordenamento territorial. 144f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA, G. B. N.; ROCHA, G. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. O público e o privado na zona costeira da Amazônia brasileira: o caso da Ilha do Atalaia, estado do Pará. **GeoTextos**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 105-131, 2016. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v12i1.14607.

SOUZA, I. A. **O que fazer do poder municipal de Abaetetuba**: os caminhos da política educacional de Abaetetuba-PA. 206f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

SOUZA, M. **Lealdade**: um país morreu para o Brasil nascer. São Paulo: Marco Zero, 1997.

SOUZA, M. L. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Cooperativismo e Economia Solidária: uma análise do ambiente político-institucional e do desempenho de organizações cooperativas na Amazônia Paraense. **Movendo Idéias (UNAMA)**, Belém, v. 18, p. 37-57, 2011.

SOUZA FILHO, E. E. **Aspectos de geologia e estratigrafia dos depósitos sedimentares do Rio Paraná entre Porto Primavera (MS) e Guaíra (PR)**. Tese (Doutorado em Geologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SOUZA JR., A. S. **Um estudo sobre a gestão urbana e a memória da Revolução Cabana em Belém na gestão de 1997 a 2004**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SPÍNOLA, J. L.; TEIXEIRA, C. F.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. Conflito territorial e (in)justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na RESEX Marinha de Pirajubaé, Santa Catarina, Brasil. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 58-71, 2018. DOI: 10.18472/SustDeb.v9n2.2018.26825.

STALEY, E. **The future of underdeveloped countries**: political implications of economic development. 2nd Ed. New York: Frederick Praeger, 1961.

STEDILE, J. P. História da questão agrária no Brasil. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 9-34.

STJ decide processo mais antigo do Brasil e mantém Palácio Guanabara com a União. **Zero Hora**, Porto Alegre, 06/12/2018. Disponível em: <<https://bityli.com/uHSq7>>. Acesso em 20/02/2021.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Tradução de: C. Tunwell. 2^a Ed. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.

SZEWRANSKI, S.; SWIADER, M.; KAZAK, J. K.; DOROCIAK, K. T.; HOOF, J. V. Socio-Environmental Vulnerability Mapping for Environmental and Flood Resilience Assessment: The Case of Ageing and Poverty in the City of Wrocław, Poland. **Integrated Environmental Assessment and Management**, v. 14, n. 5, p. 592-597, 2018.

TABOSA, R.; SOMBRA, D.; LEITE, A.; CASTRO, C. Revisão histórico-geográfica da gestão pública sobre o abastecimento hídrico de Belém-PA. **InterEspaço**, Grajaú, v. 2, n. 5, p. 196-220, 2016. DOI: 10.18766/2446-6549/interespaco.v2n5p196-220.

TAFNER JR., A. W.; SILVA, F. C. Colonização nipônica na Amazônia: a saga dos imigrantes japoneses no estado do Pará. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 11, n. 22, p. 239-259, 2014.

TAGORE, M. P. B. **O aumento da demanda do açaí e as alterações sociais, ambientais e econômicas**: o caso das várzeas de Abaetetuba, PA. 156f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

TAMMISTO, T. Life in the village is free: socially reproductive work and alienated labour on an oil palm plantation in Pomio, Papua New Guinea. **Journal of the Finnish Anthropological Society**, v. 43, n. 4, p. 19-35, 2018. DOI: 10.30676/jfas.v43i4.79476.

TANEZINI, T. C. Z. **Os industriais do açúcar na “Plantation” colonial**: um estudo da agroindústria açucareira no Nordeste. 252f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1994.

TASKER, E. M.; BRADSTOCK, R. A. Influence of cattle grazing practices on forest understorey structure in north-eastern New South Wales. **Austral Ecology**, v. 31, n. 4, p. 490-502, 2006. DOI: 10.1111/j.1442-9993.2006.01597.x.

TEIXEIRA, W. M. C.; COSTA, T. H.; BRITO, D.; MELO, G. T. M.; CORRÊA, J. R. L.; FERREIRA, F. B. M. B. O perfil das comunidades rurais beneficiárias de TAUS em Abaetetuba-PA: uma análise socioeconômica e espacial. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 2014, p. 109-132.

THE ESSENTIAL RUMI. Tradução de: C. Barks; J. Moyne; A. J. Arberry; R. Nicholson. 2nd Ed. New Jersey: Castle Books, 1997.

THIERS, P. R. L. Localização geodésica da Linha da Preamar Média com relação ao ano de 1831, na Praia do Futuro/Fortaleza-CE, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 31-44, 2012. DOI: 10.5216/bgg.v32i1.18954.

TRINDADE JR. S. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: PakaTatu, 2016.

TOBIAS, M. L. A verdadeira história dos terrenos de marinha e questões controversas. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 22, n. 5054, 2017.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de: L. Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UPADHAYA, S.; DWVEDI, P. The role and potential of blueberry in increasing deforestation in southern Georgia, United States. **Agricultural Systems**, v. 173, p. 39-48, 2019. DOI: 10.1016/j.agsy.2019.01.002.

VALENCIA, F. L.; HERNÁNDEZ, G. F.; HARLOW, S. D.; DENMAN, C.; PÉREZ, H. G. Neighborhood socio-environmental vulnerability and infant mortality in Hermosillo, Sonora. **Salud Publica Mexicana**, v. 54, n. 4, p. 367-364, 2012.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 1-22, 2002. DOI: 10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13433.

VALVERDE, O. A Rodovia Belém-Brasília. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 185-186, 1972.

VALVERDE, O. **A organização do espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. 2ª Ed. Belém: EDUFPA, 1970.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

VERGÉS, F. A. R. Planeamiento marino y costero. In: MULLER, M. R.; OYANEDEL, R.; MONTEFERRI, B. (Org.). **Mar, costas y pesquerías**: una mirada comparativa desde Chile, México y Perú. Lima: SPDA, 2019, p. 113-136.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de: B. Resende. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41-170.

VIEIRA, D. C. M.; BARROS, A. P. S.; CHAGAS, C. A. N. Produção do espaço, território e violência: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará. **InterEspaço**, Grajaú, v. 5, n. 17, p. 1-17, 2019.

VIEIRA, D. C. M.; RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Mapeamento e análise das desigualdades socioespaciais: abordagem interpretativa a partir da cidade de Belém, Pará. **GeoSaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 1-21, 2018. DOI: 10.26895/geosaberes.v9i17.612.

VILKHOVTCHENKO, E. D. **Novas formas de exploração capitalista**. Tradução de: D. Sá. Lisboa: Avante, 1987.

VILLACIS TACO, L. H. A produção do espaço urbano na cidade de Quito (Equador). **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 48-72, 2018.

VILLEN, P. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**: entre harmonia e contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Tradução de: O. Valverde. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WAIYASUSRI, K.; WETCHAYONT, P. Assessing long-term deforestation in Nam San watershed, Loei Province, Thailand using a Dynaclue model. **Geography, Environment, Sustainability**, v. 13, n. 4, p. 81-97, 2020. DOI: 10.24057/2071-9388-2020-14.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de: L. Hegenberg; O. S. Mota. São Paulo: Cutrix, 1968.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de: R. Barbosa; K. E. Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de: P. Nasseti. 4ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência – 1850/1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

XAVIER, A. C. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos:** ciências humanas e sociais aplicadas: artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, TCC, projeto, slide. Recife: Ressel, 2016.

YOO, G.; KIM, A. R.; HADI, S. A methodology to assess environmental vulnerability in a coastal city: Application to Jakarta, Indonesia. **Ocean & Coastal Management**, v. 102, n. A, p. 169-177, 2014. DOI: 10.1016/j.ocecoaman.2014.09.018.

YUE, Y.; LIAO, C.; ZONG, X.; WU, Z.; FENSHOLT, R.; PRISHCHEPOV, A.; JEPSEN, M. R.; WANG, K.; BRANDT, M. Large scale reforestation of farmlands on sloping hills in South China karst. **Landscape Ecology**, v. 35, p. 1445–1458, 2020. DOI: 10.1007/s10980-020-01026-4.

ZHOU, L.; TIAN, Y.; MYNENI, R. B.; CIAIS, P.; SAATCHI, S.; LIU, Y. Y.; PIAO, S.; CHEN, H.; VERMOTE, E. F.; SONG, C.; HWANG, T. Widespread decline of Congo rainforest greenness in the past decade. **Nature**, v. 509, p. 86-90, 2014. DOI: 10.1038/nature13265.

ZIBECHI, R. **Brasil potência:** entre a integração regional e um novo imperialismo. Tradução de: C. W. P. Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ZIZEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** Tradução de: M. B. Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.